

PPA 2024-2027

CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



GOVERNADOR DO ESTADO

Jorginho dos Santos Mello

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Marilisa Boehm

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Cleverson Siewert

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Augusto Puhl Piazza

DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Mayana dos Anjos Damiani

INFORMAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Diretoria de Planejamento Orçamentário

Gerência de Elaboração e Acompanhamento do PPA

E-mail: gepla@sef.sc.gov.br

Fone: (48) 3665 2510

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO CONTEXTO
SOCIOECONÔMICO DO PPA 2024-2027

Adriano de Souza Pereira

Cristina Valdeci Rodrigues

Jeferson Luiz Bittencourt

Luciana Rotolo Gomes

Maria Waleska Silveira Pinho

Centro Administrativo do Governo - Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600 - Bloco V
Saco Grande II – Florianópolis – SC

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|-----|
| 1. | APRESENTAÇÃO | 4 |
| 1.1 | Premissas e Ações Estratégicas de Governo | 4 |
| 1.2 | Dimensões do PPA..... | 5 |
| 1.3 | Plano Plurianual: PPA 2024-2027 | 7 |
| 1.3.1 | Composição do Plano Plurianual 2024-2027 | 8 |
| 1.3.2 | Regionalização do PPA 2024-2027..... | 10 |
| 1.4 | Metodologia de Elaboração do PPA | 13 |
| 2. | CONTEXTO SOCIOECONÔMICO | 15 |
| 2.1 | Estado de Santa Catarina - Perfil | 15 |
| 2.2 | Aspectos Demográficos..... | 19 |
| 2.2.1 | População de Santa Catarina | 19 |
| 2.2.2 | População Catarinense de Baixa Renda | 22 |
| 2.3 | Contexto Econômico..... | 24 |
| 2.3.1 | Balança Comercial | 24 |
| 2.3.2 | Produto Interno Bruto - PIB..... | 30 |
| 2.3.3 | Valor Adicionado Bruto – VAB de Santa Catarina..... | 33 |
| 2.3.4 | Empresas e Empregos..... | 34 |
| 2.3.5 | Setor de Serviços..... | 36 |
| 2.3.6 | Setor Industrial..... | 38 |
| 2.3.7 | Setor Agropecuário..... | 40 |
| 3. | DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO..... | 42 |
| 3.1 | Dimensão: Desenvolvimento Social | 42 |
| 3.1.1 | Educação de Qualidade | 42 |
| 3.1.2 | Saúde e Bem-Estar..... | 71 |
| 3.1.3 | Segurança Pública..... | 109 |
| 3.1.4 | Administração Prisional e Sistema Socioeducativo..... | 142 |
| 3.1.5 | Defesa Civil..... | 148 |
| 3.1.6 | Direitos Humanos | 157 |
| 3.1.7 | Cultura | 177 |
| 3.1.8 | Esporte | 183 |
| 3.2 | Dimensão: Desenvolvimento Econômico | 191 |
| 3.2.1 | Crescimento Econômico | 191 |
| 3.2.2 | Ciência, Tecnologia e Inovação | 209 |
| 3.2.3 | Turismo | 245 |
| 3.2.4 | Agricultura, Pesca e Maricultura | 252 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 3.2.5 | Meio Ambiente | 293 |
| 3.3 | Dimensão: Infraestrutura e Mobilidade | 310 |
| 3.3.1 | Infraestrutura de Transportes, Mobilidade e Obras Civis | 310 |
| 3.3.2 | Energia..... | 366 |
| 3.4 | Dimensão: Gestão Pública | 379 |
| 3.4.1 | Comunicação, Interação com Municípios e Assuntos Internacionais | 379 |
| 3.4.2 | Esforço Legal..... | 392 |
| 3.4.3 | Integridade e Controle | 400 |
| 3.4.4 | Gestão Administrativa e Folha de Pessoal | 431 |
| 3.4.5 | Gestão Fiscal | 571 |
| 3.4.6 | Gestão Previdenciária | 589 |
| 3.4.7 | Demais Áreas..... | 595 |

1. APRESENTAÇÃO

O Contexto Socioeconômico tem como finalidade demonstrar a situação das áreas de atuação do Governo de Santa Catarina, contendo informações sobre a evolução de indicadores de referência que retratam a situação socioeconômica do Estado. Os desafios para transformar Santa Catarina num Estado competitivo se modificam ao longo do tempo e é papel do Governo buscar reduzir as desigualdades sociais e regionais, com o intuito de tornar Santa Catarina um lugar ainda melhor para se viver, visitar, trabalhar e empreender, com eficiência, transparência, cidadania e inovação. Com vistas a alcançar os objetivos do Governo Estadual, se faz necessário realizar o planejamento orçamentário, que se materializa com a elaboração e aprovação do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027.

1.1 Premissas e Ações Estratégicas de Governo

As **premissas** e **ações estratégicas** delineadas para o período 2024-2027 servem como alicerces do planejamento governamental de Santa Catarina. Elas representam os princípios fundamentais e as diretrizes que guiarão as ações do governo durante o quadriênio, assegurando que as políticas públicas sejam alinhadas com as necessidades e expectativas da população catarinense.

As **premissas** são essenciais para garantir uma abordagem integrada e coerente, que promova o desenvolvimento econômico sustentável, a inclusão social e a eficiência na gestão pública e são as seguintes:

- I – gestão pública eficiente e voltada para os catarinenses;
- II – transparência e ética na condução da gestão pública;
- III – cidadania;
- IV – descentralização;
- V – gestão pública moderna e inovadora;
- VI – sustentabilidade social e ambiental;
- VII – governo presente e responsável;
- VIII – estímulo ao desenvolvimento econômico competitivo;
- IX – equilíbrio das contas públicas ou responsabilidade fiscal e social;

Já as **ações estratégicas** delineadas para o quadriênio 2024-2027 refletem um compromisso com a excelência em áreas cruciais para o bem-estar dos catarinenses. Essas ações representam a visão e os valores que guiarão o governo na construção de um Estado mais próspero, seguro e inclusivo e são podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- I – **prioridade para a Educação**: valorização da educação básica e fomento à educação superior comunitária;
- II – **fortalecimento da Saúde**: restabelecimento da infraestrutura hospitalar e do atendimento de média e alta complexidade;
- III – **garantia da Segurança**: promoção da segurança para todos os habitantes do Estado, em colaboração com os órgãos responsáveis;
- IV – **desenvolvimento econômico**: implementação de projetos e políticas públicas que estimulem o desenvolvimento rural, industrial, do comércio e de serviços;
- V – **proximidade com o cidadão**: desenvolvimento das diretrizes do governo em coordenação com os municípios;
- VI – **sustentabilidade fiscal**: crescimento das receitas e contenção das despesas.

1.2 Dimensões do PPA

As dimensões atuam como grandes pilares que orientam a atuação em direção aos objetivos desejados. Elas representam as áreas de foco estratégicas que ajudarão a definir prioridades, alocar recursos e criar políticas de longo prazo. As quatro dimensões-chaves são **Desenvolvimento Social**, **Desenvolvimento Econômico**, **Infraestrutura e Mobilidade** e **Gestão Pública**. Cada dimensão engloba uma série de setores e atividades específicas que, juntos, nos ajudarão a alcançar os objetivos do PPA 2024-2027.

DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Dimensão Social é o pilar que guia o compromisso do governo com o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos de Santa Catarina. Ela engloba ações e políticas voltadas para a educação, saúde, segurança, cultura e direitos humanos, com foco na inclusão social e na redução das desigualdades. Através desta dimensão, o PPA 2024-2027 busca promover uma sociedade mais justa e solidária.

Setores Atividade

- *Acesso à Justiça;*
- *Administração Prisional e Socioeducativa;*
- *Assistência Social e Cidadania;*
- *Cultura;*
- *Esporte;*
- *Educação;*
- *Proteção e Defesa Civil;*
- *Saúde; e*
- *Segurança Pública.*

DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Dimensão Econômica é a espinha dorsal do crescimento sustentável e da prosperidade em Santa Catarina. Ela abrange a promoção do desenvolvimento econômico competitivo, o estímulo ao comércio, indústria, agricultura e turismo, e a busca pelo equilíbrio fiscal. Esta dimensão é essencial para fortalecer a economia do Estado, gerar empregos e aumentar a competitividade no cenário nacional e internacional.

Setores Atividade

- *Agricultura, Pecuária e Pesca;*
- *Ciência, Tecnologia e Inovação;*
- *Comércio Exterior e Atração de Investimentos;*
- *Fomento;*
- *Indústria, Comércio e Serviços;*
- *Meio Ambiente; e*
- *Turismo.*

DIMENSÃO INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

A Dimensão Infraestrutura e Mobilidade é a chave para conectar e integrar o Estado, facilitando o acesso e a mobilidade de pessoas e bens. Ela engloba a melhoria e expansão da infraestrutura de transportes, energia e obras civis, promovendo uma mobilidade eficiente e sustentável. Esta dimensão é vital para o desenvolvimento regional equilibrado e para a melhoria da qualidade de vida em todas as regiões de Santa Catarina.

Setores Atividade

- *Água e Saneamento;*
- *Energia;*
- *Portos, Aeroportos e Ferrovias;*
- *Transportes, mobilidade e obras civis.*

DIMENSÃO GESTÃO PÚBLICA

A Dimensão Gestão Pública é o núcleo de uma administração eficiente e responsável. Ela enfoca a modernização da gestão pública, a transparência, a ética, a integridade e o controle, bem como a gestão fiscal e previdenciária. Esta dimensão é fundamental para garantir que o governo atue de maneira ágil, transparente e responsável, alinhando suas ações com as necessidades e expectativas da população.

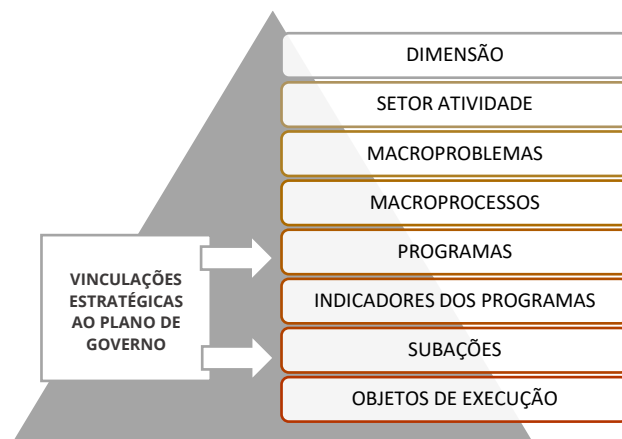
Setores Atividade

- *Comunicação;*
- *Controle e Integridade;*
- *Gestão Tributária e Financeira;*
Relações Federativas;
- *Representação Judicial e Consultoria Jurídica;*
- *Gestão Administrativa.*

1.3 Plano Plurianual: PPA 2024-2027

O Plano Plurianual – PPA do período 2024-2027 está estruturado em: Dimensões, Setores Atividade, Macroproblemas, Macroprocessos, Programas, Indicadores de Programas, Subações e Objetos de Execução. É elaborado no primeiro ano do Governo eleito e sua vigência se inicia no segundo ano do Governo eleito até o primeiro ano do próximo Governo, com o intuito de evitar descontinuidade das ações governamentais.

No PPA 2024-2027 o alinhamento estratégico das ações de Governo será materializado através de vinculações dos Programas de Governo e Subações ao Plano de Governo.



O PPA tem como base legal o artigo 165 da Constituição Federal:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais. § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada".

Nesse sentido, o artigo 120 da Constituição Estadual estabelece:

Art. 120. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, estruturados em Programas Governamentais, serão estabelecidos em leis de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º Os planos e programas estaduais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual.



O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 representa um pilar estratégico da administração pública catarinense, estabelecido com base em princípios constitucionais e diretrizes legais. De acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 120 da Constituição do Estado, o PPA delinea as diretrizes, programas e ações governamentais para os próximos quatro anos. Cumprindo as disposições legais da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei nº 17.753/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024, o PPA 2024-2027 assume a responsabilidade de materializar os objetivos e demandas da sociedade catarinense de maneira transparente, eficiente e sustentável.

O Decreto Estadual nº 1.534/2021 estabelece o monitoramento das ações realizadas no PPA através do acompanhamento físico e financeiro dos Objetos de Execução, com a finalidade de acompanhar a realização de obras, aquisição de bens e prestação de serviços pelo Governo do Estado, bem como prestar contas no Balanço Geral do Estado – BGE.

Nesse sentido, é importante ressaltar o fortalecimento da transparência do Plano Plurianual do Governo de Santa Catarina promovido pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), por meio da Diretoria de Planejamento Orçamentário, com a disponibilização do Portal do PPA (www.ppa.sc.gov.br), com informações que permitem o monitoramento diário da execução física, financeira e dos indicadores do PPA, valores empenhados, liquidados e pagos, metas e valores apurados dos indicadores, bem como detalhamentos do PPA por Dimensões, Áreas de Governo, Órgãos, Objetivos Estratégicos, Objetivos do Plano de Governo, Funções, Programas, Subações e Objetos de Execução.

1.3.1 Composição do Plano Plurianual 2024-2027

DIMENSÕES

As dimensões orientam a atuação em direção aos objetivos desejados. Elas representam as áreas de foco estratégicas que ajudarão a definir prioridades, alocar recursos e criar políticas de longo prazo. As quatro dimensões-chaves são Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Mobilidade e Gestão Pública.

SETORES ATIVIDADE

Referem-se às diferentes áreas de atuação que compõem um determinado setor ou segmento da sociedade. No contexto do PPA 2024-2027, os setores de atividades são agrupados dentro das quatro dimensões. Ex.: a dimensão Social possui os Setores Atividade: Acesso à Justiça, Administração Prisional e Socioeducativa, Assistência Social e Cidadania, Cultura, Esporte, Educação, Proteção e Defesa Civil, Saúde e Segurança Pública.

MACROPROBLEMAS

Refere-se a um problema de grande escala que afeta uma área ou setor específico e tem impacto significativo na sociedade como um todo. Ele geralmente abrange uma série de problemas relacionados e requer abordagens abrangentes e estratégicas para resolvê-lo.

MACROPROCESSOS

São as principais atividades desenvolvidas dentro da instituição. No contexto do PPA 2024-2027, é crucial identificar e definir claramente essas atividades para garantir a eficácia de nossa atuação, por exemplo, na Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), os macroprocessos finalísticos são: 1. Cumprir medidas judiciais nas esferas penal e socioeducativa; 2. Promover os Direitos Individuais e Coletivos; e 3. Desenvolver reinserção social. Essas atividades centrais ajudam a Secretaria a focar nossos esforços e recursos de forma mais eficiente e eficaz.

VINCULAÇÕES ESTRATÉGICAS

É um elemento importante do PPA 2024-2027, pois garante que os programas e subações estejam alinhados com os objetivos estratégicos do Plano de Governo e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Esta vinculação é fundamental para assegurar que nossas ações estejam em sintonia com as metas de desenvolvimento a longo prazo de Santa Catarina e do mundo.

PROGRAMAS

O Programa é um instrumento de organização da atuação governamental para o alcance de um objetivo e mensurado por indicadores. Visa a solução de um problema, atendimento de necessidades, demandas da sociedade ou aproveitamento de uma oportunidade. No PPA 2024-2027, cada programa é cuidadosamente planejado e implementado para maximizar seu impacto e eficácia. Os programas, no PPA 2024-2027 são divididos em dois tipos: Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços.

INDICADORES DOS PROGRAMAS

Os Indicadores são fundamentais para mensurar e acompanhar os resultados dos nossos programas de forma quantitativa e qualitativa. Eles permitem o acompanhamento do progresso em direção aos objetivos e que se façam os ajustes necessários ao longo do caminho. No PPA 2024-2027, dar-se-á grande importância à definição clara e ao acompanhamento de indicadores relevantes.

SUBAÇÕES

As Subações são as operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. No PPA 2024-2027, cada subação é planejada com cuidado para garantir que ela esteja alinhada com os objetivos do programa e que contribua efetivamente para o seu sucesso.

OBJETOS DE EXECUÇÃO

Os Objeto de Execução são os instrumentos de programação do produto da subação do qual resulta um bem ou serviço destinado a um público-alvo, ofertado à sociedade e/ou ao próprio Estado. Através do objeto de execução ocorre o acompanhamento físico e financeiro detalhado da execução do plano. Este é um componente importante do nosso plano, pois garante transparência, responsabilidade e eficácia.

1.3.2 Regionalização do PPA 2024-2027

A regionalização do Plano Plurianual 2024-2027 segue os agrupamentos estabelecidos nas 21 associações de municípios do Estado de Santa Catarina.

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC e MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

| AMFRI - Região da Foz do Rio Itajaí | | | |
|---|------------------------|---------------------------|------------------------|
| Balneário Camboriú | Camboriú | Itapema | Penha |
| Balneário Piçarras | Ilhota | Luiz Alves | Porto Belo |
| Bombinhas | Itajaí | Navegantes | |
| AMUNESC - Nordeste de Santa Catarina | | | |
| Araquari | Garuva | Joinville | São Bento do Sul |
| Balneário Barra do Sul | Itapoá | Rio Negrinho | São Francisco do Sul |
| Campo Alegre | | | |
| AMREC - Região Carbonífera | | | |
| Balneário Rincão | Forquilha | Morro da Fumaça | Siderópolis |
| Cocal do Sul | Içara | Nova Veneza | Treviso |
| Criciúma | Lauro Müller | Orleans | Urussanga |
| GRANFPOLIS - Região da Grande Florianópolis | | | |
| Águas Mornas | Canelinha | Nova Trento | São João Batista |
| Alfredo Wagner | Florianópolis | Palhoça | São José |
| Angelina | Garopaba | Paulo Lopes | São Pedro de Alcântara |
| Anitápolis | Governador Celso Ramos | Rancho Queimado | Tijucas |
| Antônio Carlos | Leoberto Leal | Santo Amaro da Imperatriz | |
| Biguaçu | Major Gercino | São Bonifácio | |
| AMUREL - Região de Laguna | | | |
| Armazém | Imaruí | Pescaria Brava | São Martinho |
| Braço do Norte | Imbituba | Rio Fortuna | Treze de Maio |
| Capivari de Baixo | Jaguaruna | Sangão | Tubarão |
| Grão Pará | Laguna | Santa Rosa de Lima | |
| Gravatal | Pedras Grandes | São Ludgero | |
| AMURC - Região do Contestado | | | |
| Curitibanos | Ponte Alta do Norte | São Cristóvão do Sul | |
| Frei Rogério | Santa Cecília | | |
| AMURES - Região Serrana | | | |
| Anita Garibaldi | Capão Alto | Painel | São José do Cerrito |
| Bocaina do Sul | Cerro Negro | Palmeira | Urubici |
| Bom Jardim da Serra | Correia Pinto | Ponte Alta | Urupema |
| Bom Retiro | Lages | Rio Rufino | |
| Campo Belo do Sul | Otacílio Costa | São Joaquim | |

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC e MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

AMAI - Alto Irani

| | | | |
|--------------------|----------------|---------------|---------|
| Abelardo Luz | Ipuauçu | Passos Maia | Xanxerê |
| Bom Jesus | Lajeado Grande | Ponte Serrada | Xaxim |
| Entre Rios | Marema | São Domingos | |
| Faxinal dos Guedes | Ouro Verde | Vargeão | |

AMAUC - Alto Uruguai Catarinense

| | | | |
|-----------------|----------|----------------------------|-----------|
| Alto Bela Vista | Ipumirim | Lindóia do Sul | Seara |
| Arabutã | Irani | Peritiba | Xavantina |
| Concórdia | Itá | Piratuba | |
| Ipira | Jaborá | Presidente Castello Branco | |

AMAVI - Alto Vale do Itajaí

| | | | |
|---------------------|--------------|--------------------|------------------|
| Agrolândia | Ibirama | Petrolândia | Salete |
| Agronômica | Imbuia | Pouso Redondo | Santa Terezinha |
| Atalanta | Ituporanga | Presidente Getúlio | Taió |
| Aurora | José Boiteux | Presidente Nereu | Trombudo Central |
| Braço do Trombudo | Laurentino | Rio do Campo | Vidal Ramos |
| Chapadão do Lageado | Lontras | Rio do Oeste | Vitor Meireles |
| Dona Emma | Mirim Doce | Rio do Sul | Witmarsum |

AMARP - Alto Vale do Rio do Peixe

| | | | |
|---------------|-------------|----------------|--------------|
| Arroio Trinta | Ibiam | Matos Costa | Tangará |
| Caçador | Iomerê | Pinheiro Preto | Timbó Grande |
| Calmon | Lebon Régis | Rio das Antas | Videira |
| Fraiburgo | Macieira | Salto Veloso | |

AMERIOS - Entre Rios

| | | | |
|--------------------|----------------|------------------------------|-----------|
| Bom Jesus do Oeste | Flor do Sertão | Riqueza | Saudades |
| Caibi | Iraceminha | Romelândia | Tigrinhos |
| Campo Erê | Maravilha | Saltinho | |
| Cunha Porã | Modelo | Santa Terezinha do Progresso | |
| Cunhataí | Palmitos | São Miguel da Boa Vista | |

AMEOSC - Extremo Oeste de Santa Catarina

| | | | |
|--------------|--------------------|--------------|---------------------|
| Anchieta | Dionísio Cerqueira | Mondaí | São João do Oeste |
| Bandeirante | Guaraciaba | Palma Sola | São José do Cedro |
| Barra Bonita | Guarujá do Sul | Paraíso | São Miguel do Oeste |
| Belmonte | Iporã do Oeste | Princesa | Tunápolis |
| Descanso | Itapiranga | Santa Helena | |

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SC e MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

| AMESC - Extremo Sul Catarinense | | | |
|--|------------------|----------------------|-----------------------|
| Araranguá | Jacinto Machado | Passo de Torres | Sombrio |
| Balneário Arroio do Silva | Maracajá | Praia Grande | Timbé do Sul |
| Balneário Gaivota | Meleiro | Santa Rosa do Sul | Turvo |
| Ermo | Morro Grande | São João do Sul | |
| AMVE – Vale Europeu | | | |
| Apiúna | Botuverá | Guabiruba | Rodeio |
| Ascurra | Brusque | Indaial | Timbó |
| Benedito Novo | Doutor Pedrinho | Pomerode | |
| Blumenau | Gaspar | Rio dos Cedros | |
| AMMOC - Meio Oeste Catarinense | | | |
| Água Doce | Erval Velho | Joaçaba | Ouro |
| Capinzal | Herval d'Oeste | Lacerdópolis | Treze Tílias |
| Catanduvas | Ibicaré | Luzerna | Vargem Bonita |
| AMNOROESTE - Noroeste Catarinense | | | |
| Coronel Martins | Irati | Novo Horizonte | São Bernardino |
| Galvão | Jupia | Quilombo | São Lourenço do Oeste |
| AMOSC - Oeste de Santa Catarina | | | |
| Águas Frias | Cordilheira Alta | Nova Erechim | Santiago do Sul |
| Águas de Chapecó | Coronel Freitas | Nova Itaberaba | São Carlos |
| Arvoredo | Formosa do Sul | Paial | Serra Alta |
| Caxambu do Sul | Guatambu | Pinhalzinho | Sul Brasil |
| Chapecó | Jardinópolis | Planalto Alegre | União do Oeste |
| AMPLANORTE - Planalto Norte Catarinense | | | |
| Bela Vista do Toldo | Itaiópolis | Monte Castelo | Porto União |
| Canoinhas | Mafra | Papanduva | Três Barras |
| Irineópolis | Major Vieira | | |
| AMPLASC - Planalto Sul de Santa Catarina | | | |
| Abdon Batista | Campos Novos | Monte Carlo | Zortéa |
| Brunópolis | Celso Ramos | Vargem | |
| AMVALI - Vale do Itapocu | | | |
| Barra Velha | Guaramirim | Massaranduba | Schroeder |
| Corupá | Jaraguá do Sul | São João do Itaperiú | |

Fonte: Federação Catarinense de Municípios – FECAM. <https://www.fecam.org.br/associacoes/> (acesso em 31/07/2023)

1.4 Metodologia de Elaboração do PPA

O Plano Plurianual, instrumento de planejamento orçamentário das ações de Governo no médio prazo, estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual. A elaboração do PPA 2024-2027 contou com as seguintes etapas:

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPA

O processo de elaboração do PPA contou com oito etapas distintas: 1ª Etapa de estabelecimento das Base e Diretrizes Estratégicas; 2ª Etapa de Revisão Metodológica e Guia de Elaboração do PPA; 3ª Etapa de Designação das Equipes Setoriais Multidisciplinares e Capacitações EaD; 4ª Etapa elaboração do Perfil Institucional e do Diagnóstico Setorial; 5ª Etapa de Oficinas com Órgãos Setoriais; 6ª Etapa de Elaboração e Revisão dos Programas e Indicadores; 7ª Etapa de Elaboração e revisão das Subações e Objetos de Execução; e 8ª Etapa de Consolidação do Plano Plurianual. Este processo realizou-se sob a coordenação da Diretoria de Planejamento Orçamentário – DIOR da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, o órgão central responsável pela coordenação, orientação e consolidação do planejamento orçamentário do Estado de SC.

1ª Etapa de Base e Diretrizes Estratégicas

A definição das bases e diretrizes estratégicas foram o ponto inicial do desenvolvimento do Plano. Partiu-se do Plano de Governo 2023-2026, que desempenhou um papel central, acompanhado das premissas de estabelecimento de parcerias estratégicas com os municípios do estado e foco nas entregas à sociedade catarinense. Além disso, levou em conta a premissa de equilíbrio fiscal (Pafisc), buscando assegurar a sustentabilidade financeira do Estado e a eficiência na alocação de recursos. Bem como a Agenda 2030 de desenvolvimento humano sustentável.

2ª Etapa de Revisão Metodológica e Guia de Elaboração do PPA

Nesta fase, a equipe técnica conduziu uma análise detalhada dos passos do planejamento, avaliando a aplicação das metodologias, a coerência das informações e a conformidade com as diretrizes legais e estratégicas do novo Governo. Além disso, foram realizadas revisões do *Guia de Elaboração do PPA*, assegurando que estivesse atualizado, abrangente e de fácil compreensão para as equipes setoriais dos órgãos e entidades.

3ª Etapa de Designação das Equipes Setoriais Multidisciplinares e Capacitações EaD

A DIOR/SEF promoveu webinars e reuniões de orientação, delineando as etapas a serem cumpridas, os documentos a serem entregues e os prazos para a inserção de dados no SIGEF. Essa etapa contou com a participação de Órgãos e Entidades da administração direta e indireta, empresas do orçamento de investimento do Poder Executivo, bem como representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado. Ademais, foram recomendadas a realização de capacitações à distância em Planejamento e Orçamento públicos em plataforma EaD.

4ª Etapa de Perfil Institucional e Diagnóstico Setorial

Representando o planejamento estratégico de cada órgão ou entidade, o documento abrangeu apresentação, competências, identidade organizacional, áreas de atuação, análise SWOT, partes interessadas e resultados passados. Já o Diagnóstico Setorial foi o ponto de partida para a elaboração dos programas temáticos do PPA 2024-2027, envolveu uma avaliação do setor para compreender desafios e potencialidades. O levantamento de macroproblemas, tanto retrospectivo quanto prospectivo, auxiliou na identificação das prioridades de intervenção. Essa fase foi crucial para direcionar ações eficazes e relevantes, alinhadas com as necessidades da sociedade catarinense.

5ª Etapa de Oficinas com Órgãos Setoriais

Após a conclusão dos diagnósticos, cada equipe setorial teve a oportunidade de participar de oficinas temáticas específicas para suas respectivas áreas, contando com o suporte técnico da equipe no SEF/DIOR. Durante o período aproximado de três semanas, promove-se cerca de 15 oficinas, sendo a maioria de forma presencial.

6ª Etapa de Elaboração e Revisão dos Programas e Indicadores

A etapa de elaboração/revisão de programas desempenhou um papel fundamental, pois foi o momento de organizar, em termos tático-operacionais, a forma como as diversas secretarias e órgãos mobilizarão ações para fornecer bens e serviços à sociedade catarinense. Nesta etapa foram elaborados e revisados os Programas do PPA e os respectivos indicadores de acompanhamento. O PPA 2024-2027 contempla 86 Programas (71 Programas Temáticos e 15 Programas de Gestão e Manutenção de Serviços do Estado).

7ª Etapa de Elaboração e revisão das Subações e Objetos de Execução

As subações são operações que resultam em produtos (bens ou serviços) que contribuem para o alcance do objetivo de um programa específico. As subações trazem indicativos qualitativos e quantitativos, demonstrando o direcionamento das ações governamentais e a quantidade a ser executada no quadriênio. Cada subação é associada a um programa e deve ser regionalizada sempre que possível. O PPA 2024-2027 totalizou 1.366 subações. Parte destas subações serão acompanhadas de forma física e financeira por meio de Objetos de Execução (instrumento de acompanhamento do produto da subação), com informações detalhadas sobre a realização de obras, aquisição de bens e prestação de serviços pelo Governo Estadual.

8ª Etapa de Consolidação do Plano Plurianual

Nesta fase, culminou-se o processo com a consolidação do Projeto de Lei, incorporando a versão final do PPA, a qual foi remetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Este estágio representa o desfecho de todo o ciclo de elaboração, incorporando os elementos-chave definidos ao longo das etapas anteriores e submetendo o resultado ao escrutínio do Poder Legislativo.

2. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

Neste capítulo são apresentados indicadores socioeconômicos do Estado de Santa Catarina, segmentados em: 2.1. Perfil resumido de SC: Geografia, População, Indicadores Sociais, Saneamento Básico, Educação, Saúde, Segurança Pública, Acesso à Internet, Frota de Veículos e Mercado de Trabalho; 2.2. Aspectos Demográficos: População e População de Baixa Renda; 2.3. Contexto Econômico: Balança Comercial, PIB, Valor Adicionado, Empresas e Empregos, setores de Serviços, Indústria e Agropecuário.

2.1 Estado de Santa Catarina - Perfil

ASPECTOS GERAIS

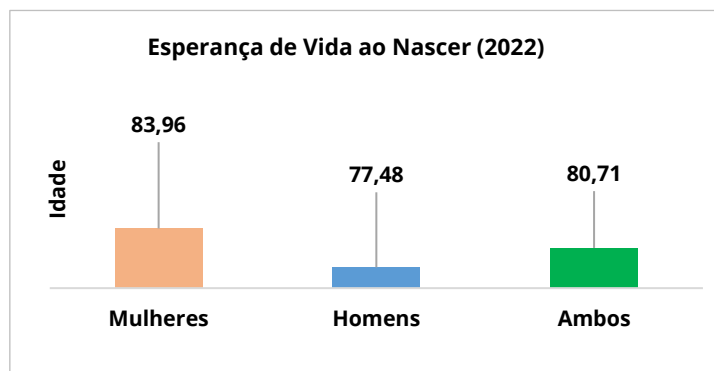


Capital: Florianópolis
Área Territorial: 95.731 km²
População Estimada (2022): 7.762.154 habitantes
Densidade Demográfica Estimada: 81,08 hab./km²
Total de Municípios: 295

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2022

INDICADORES SOCIAIS DE SC

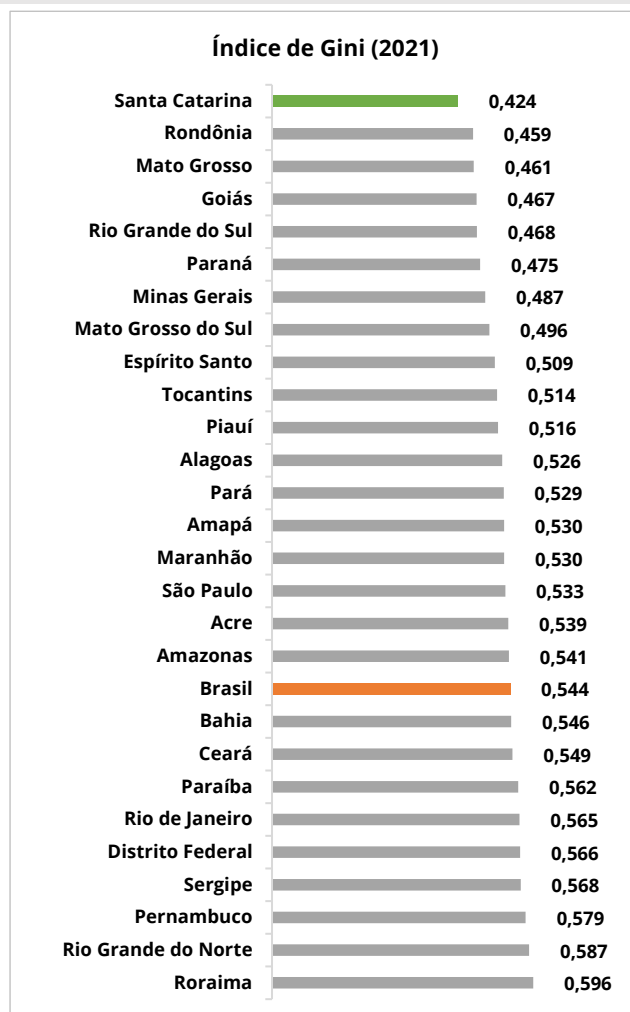
Esperança de Vida ao Nascer (2022): 83,96 anos para mulheres e 77,48 anos para homens.



Fonte: Projeção da População. IBGE. 2022

Índice de Gini (2021): 0,424 - Santa Catarina em 1º lugar, com Menor Desigualdade de Renda em comparação com os demais Estados do Brasil. O índice de Gini trata da distribuição do rendimento real efetivo domiciliar per capita, onde quanto mais perto de 0 maior a igualdade de renda, quanto mais perto de 1 maior a desigualdade.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM (2021): Santa Catarina alcançou IDHM 0,792, resultando no 3º no Ranking entre os Estados e DF publicado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.



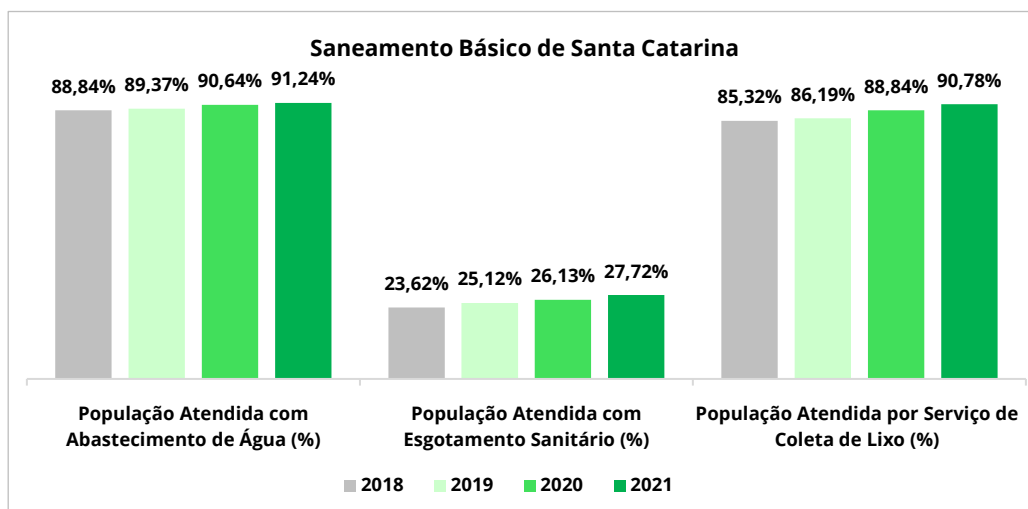
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais. IBGE. 2021

SANEAMENTO BÁSICO DE SC

População Atendida com Abastecimento de Água (2021): 91,24%

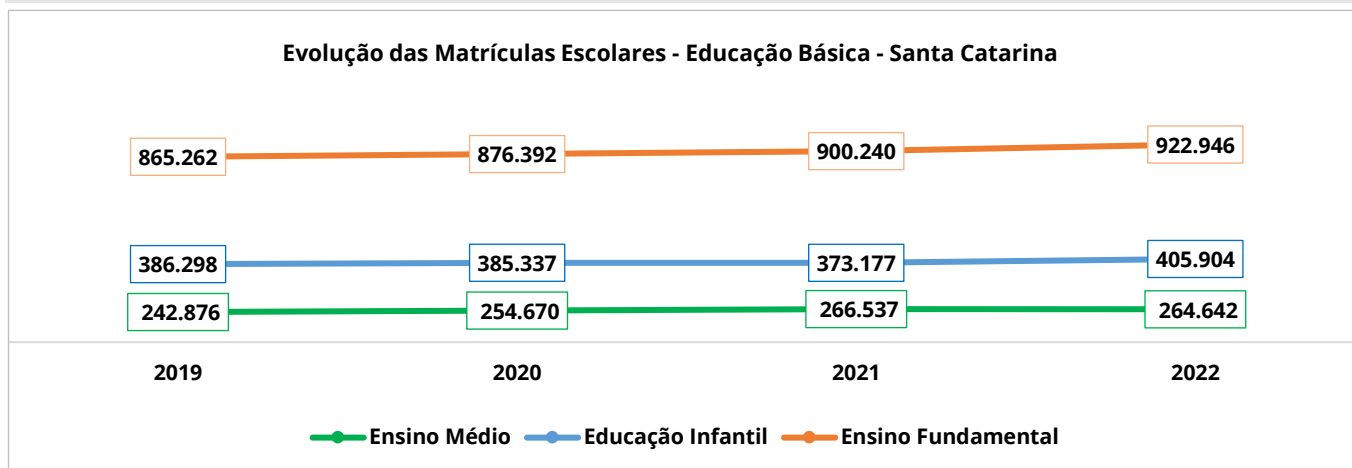
População Atendida com Esgoto Sanitário (2021): 27,72%

População Atendida por Serviço de Coleta de Lixo (2021): 90,78%



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS. 2021

EDUCAÇÃO EM SC



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica. INEP. 2022

| | Brasil | Santa Catarina | Ranking UFs |
|---|----------|----------------|-------------|
| Taxa de Analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais de idade | 6,1% | 2,1% | 2ª menor |
| Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais | 9,8 anos | 10,1 anos | 6ª posição |
| Pessoas com Nível de instrução Superior Completo | 14,4% | 16,0% | 5ª posição |

Fonte: PNAD Contínua Anual. Tabela Educação. IBGE. 2019

| IDEB | Brasil | Santa Catarina | Ranking UFs |
|---|--------|----------------|-------------|
| Ensino Fundamental Regular - Anos Iniciais | 5,8 | 6,4 | 1ª posição |
| Ensino Fundamental Regular - Anos Finais | 5,1 | 5,3 | 7ª posição |
| Ensino Médio Regular | 4,2 | 3,9 | 18ª posição |

Fonte: IDEB. INEP. 2021

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB: indicador que relaciona as taxas de aprovação escolar obtidas no Censo Escolar com as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB.

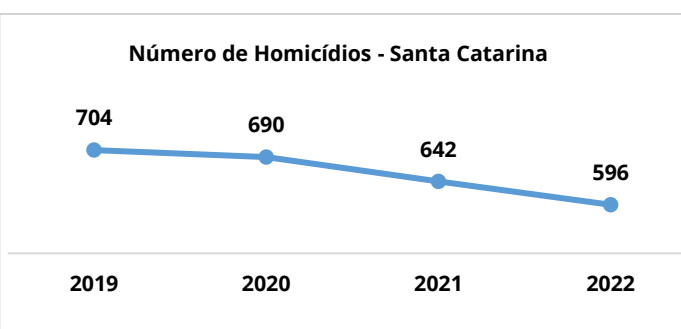
SAÚDE EM SC

| Mortalidade Infantil | Brasil | Santa Catarina | Ranking UFs | SC em relação ao Brasil (%) |
|--|-----------|----------------|----------------------------------|-----------------------------|
| Nascidos Vivos | 2.677.101 | 96.499 | 11ª posição | 3,60% |
| Óbitos Infantis | 31.856 | 891 | 13ª posição | 2,80% |
| Taxa de Mortalidade (por mil Nascidos Vivos) | 11,90 | 9,23 | 27ª posição (menor entre as UFs) | - |

SEGURANÇA PÚBLICA EM SC

| Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes | Brasil | Santa Catarina | Ranking UFs |
|--|--------|----------------|-------------|
| 2019 | 21,70 | 10,71 | 26ª posição |
| 2018 | 27,80 | 11,91 | 26ª posição |
| 2017 | 31,60 | 15,23 | 26ª posição |
| 2016 | 30,30 | 14,24 | 26ª posição |

Fonte: Atlas da Violência. IPEA. 2019



Fonte: Sistema Integrado Segurança Pública - SISP/SC. 2022

ACESSO À INTERNET E TELEFONE

| Acesso à Internet e Telefone (Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC) | Brasil | Santa Catarina | Ranking UFs |
|---|--------|----------------|-------------|
| Domicílios com acesso à internet | 90,01% | 92,91% | 4ª posição |
| Domicílios com Telefone | 97,02% | 98,37% | 6ª posição |
| Telefone Celular para uso Pessoal (População acima de 10 anos de idade) | 84,42% | 87,71% | 8ª posição |

Fonte: PNAD Contínua Anual. IBGE. 2021

FROTA DE VEÍCULOS - SANTA CATARINA

Total de Veículos (2022):

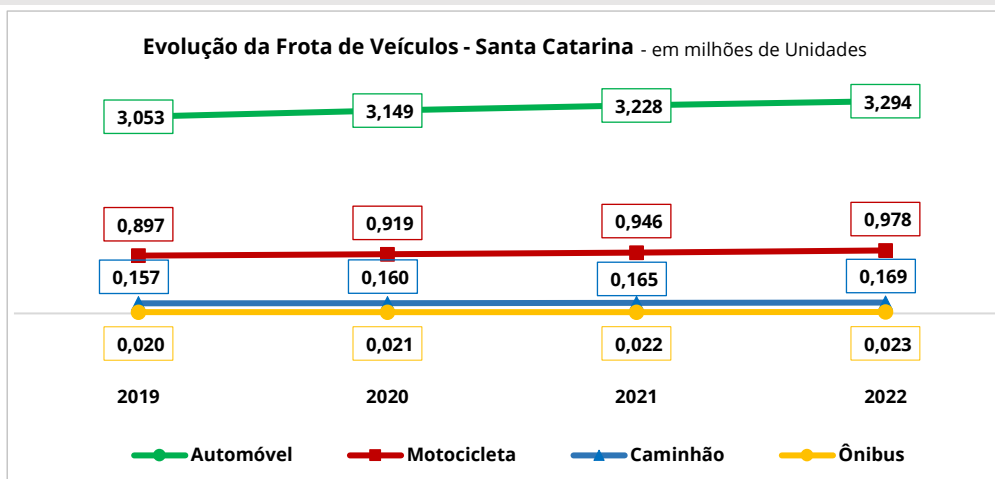
4.463.530 veículos

Automóvel: 3.294.394

Motocicleta: 977.512

Caminhão: 169.008

Ônibus: 22.616

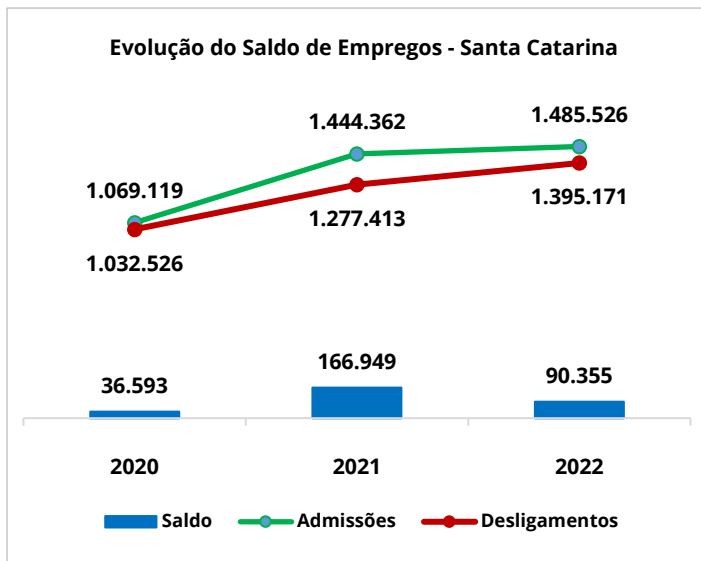


Fonte: Cidades. IBGE. 2022

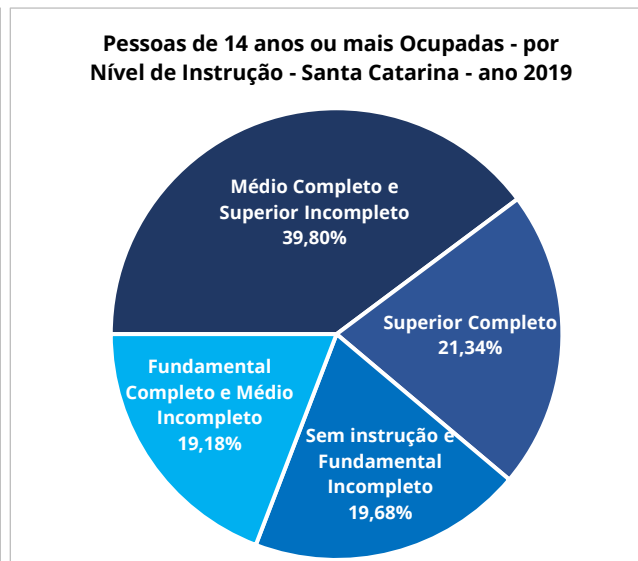
MERCADO DE TRABALHO

Rendimento Mensal Domiciliar Per Capita – Santa Catarina (2021): R\$1.718,00

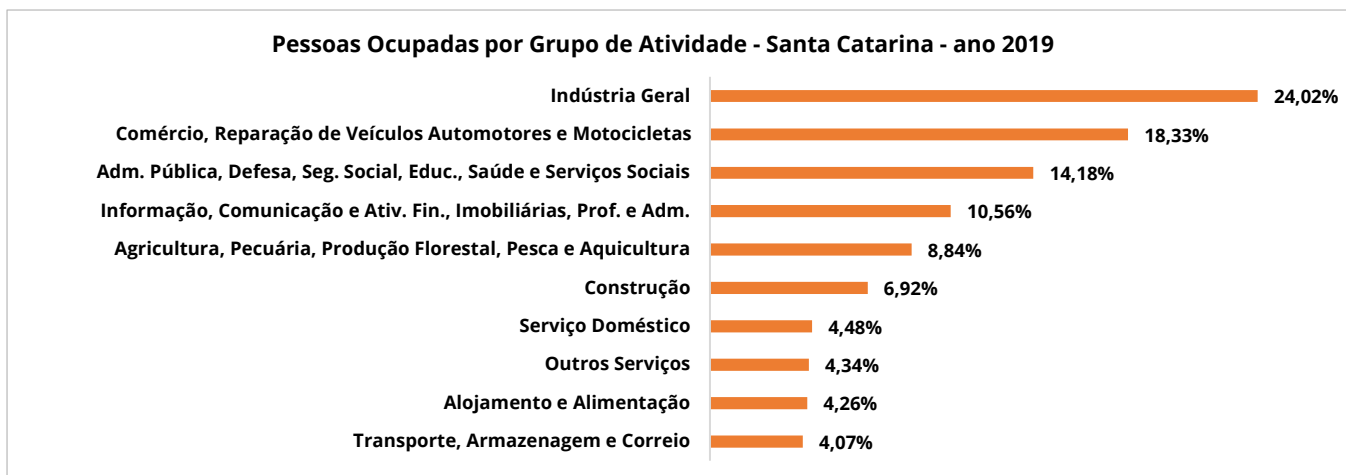
Saldo de empregos em Santa Catarina (2022): 90.355



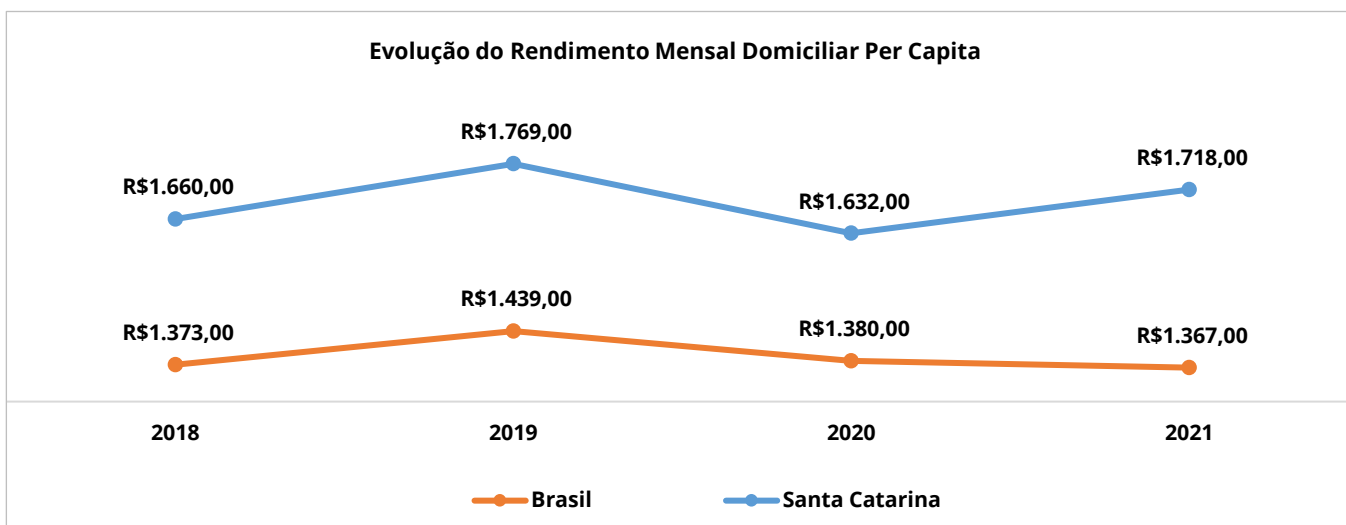
Fonte: Novo CAGED. Ministério do Trabalho. 2022



Fonte: PNAD Contínua Anual. IBGE. 2019



Fonte: PNAD Contínua Anual. IBGE. 2019



Fonte: PNAD Contínua Anual. IBGE. 2021

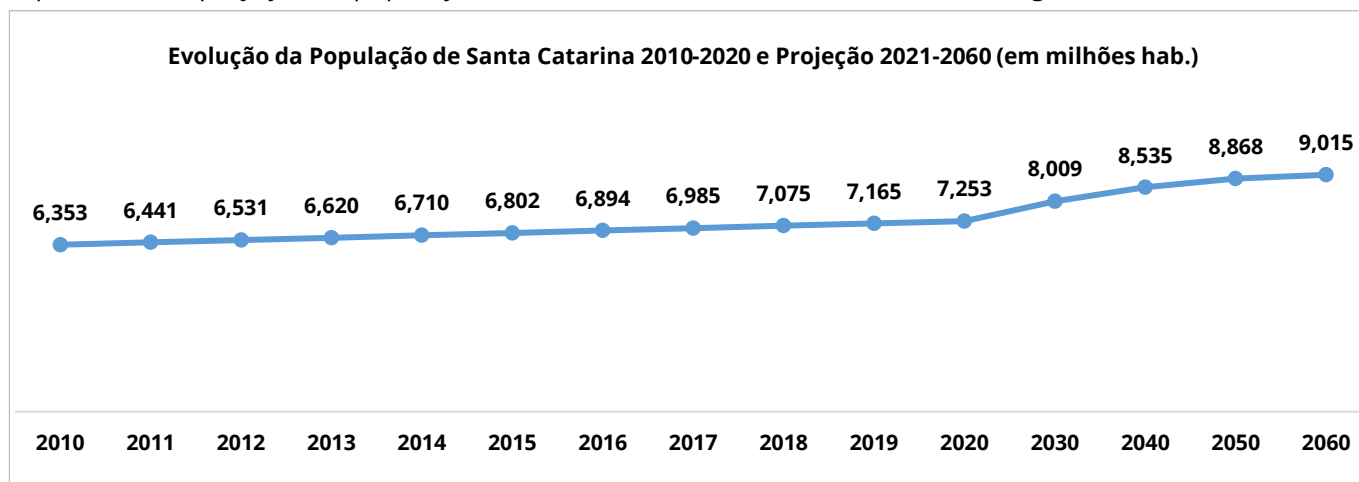
2.2 Aspectos Demográficos

Principais informações populacionais do Estado de Santa Catarina, tais como: evolução e projeção da população, população por gênero e faixa etária, população com mais de 90 anos, índice de dependência e população de baixa renda.

2.2.1 População de Santa Catarina

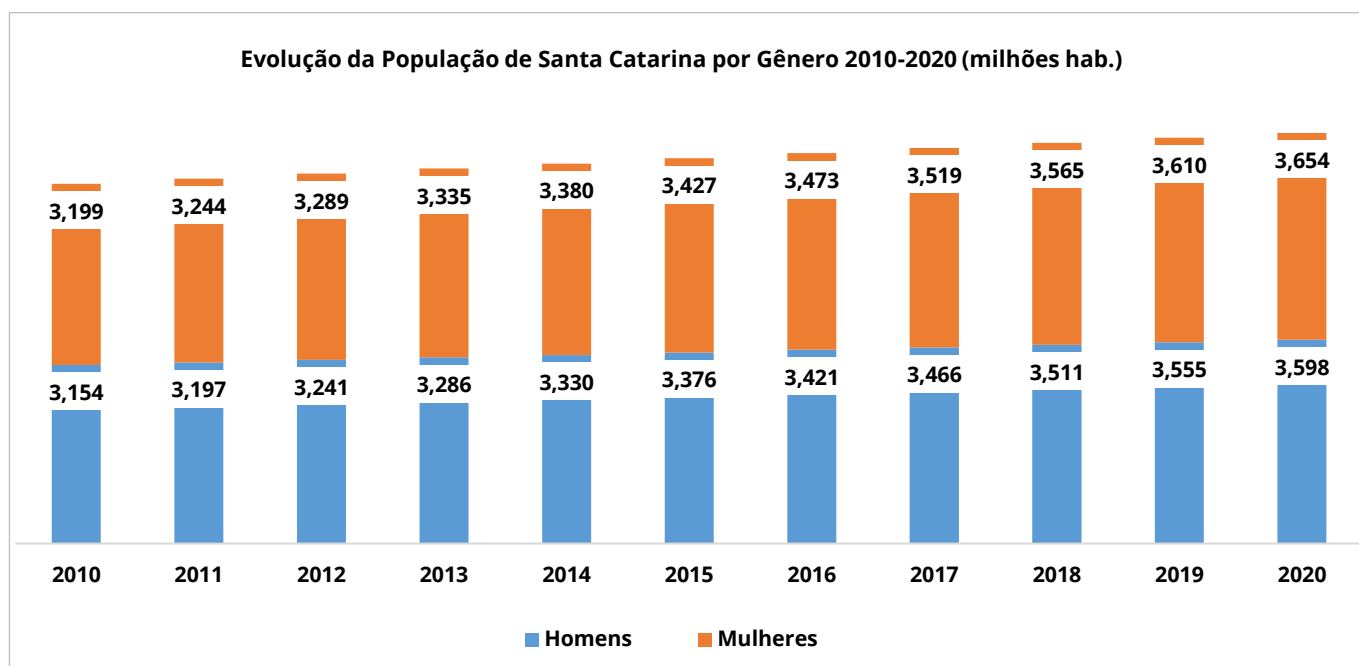
PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DE SC

População estimada de Santa Catarina em 2022 de 7.762.154 milhões de habitantes, com projeções de alcançar 8 milhões de habitantes no ano de 2030 e ultrapassar 9 milhões em 2060. Informações de 2021 à 2060 representam a projeção da população de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.



Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

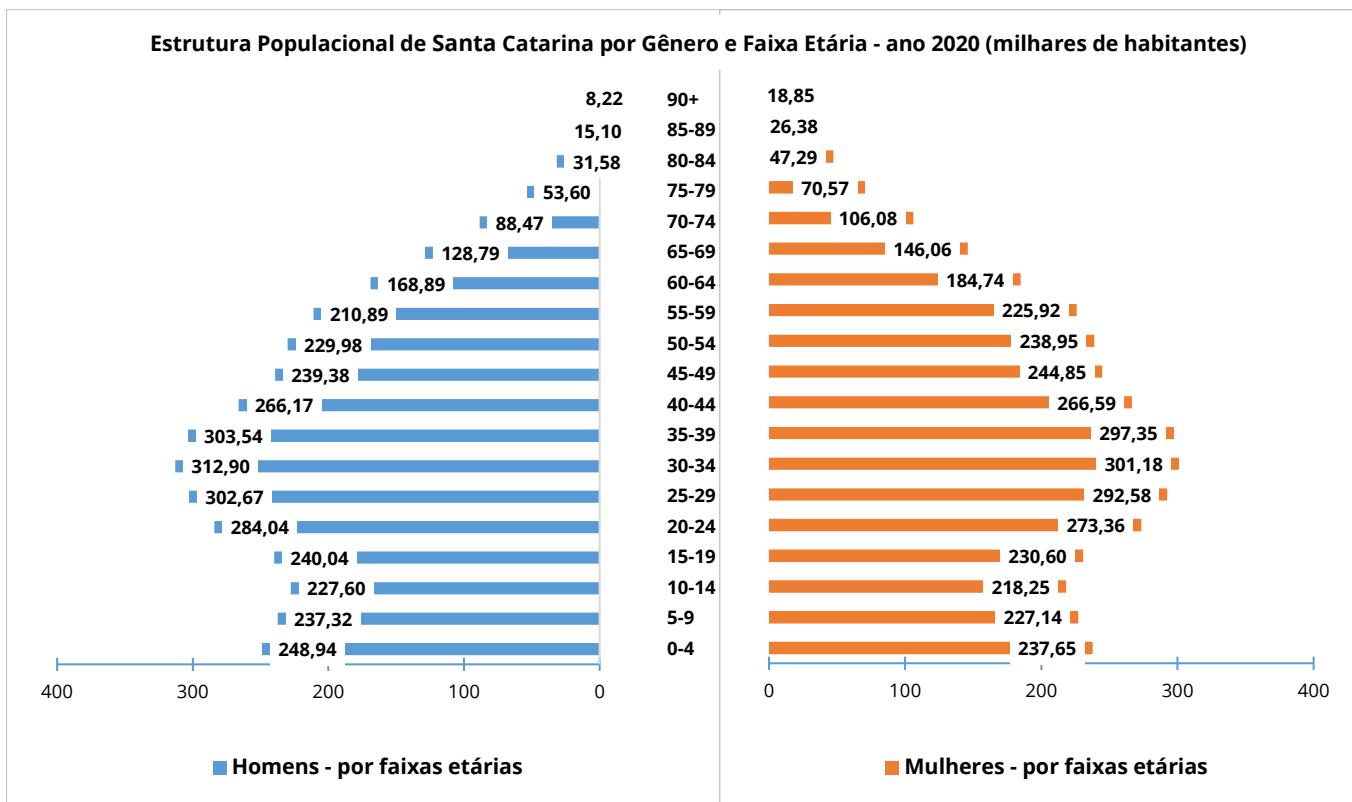
A Evolução da população por gênero demonstra a manutenção de um equilíbrio na proporção entre Mulheres (50,39%) e Homens (49,61%) em 2020. Em 2010 totalizaram 50,36% Mulheres e 49,64% Homens.



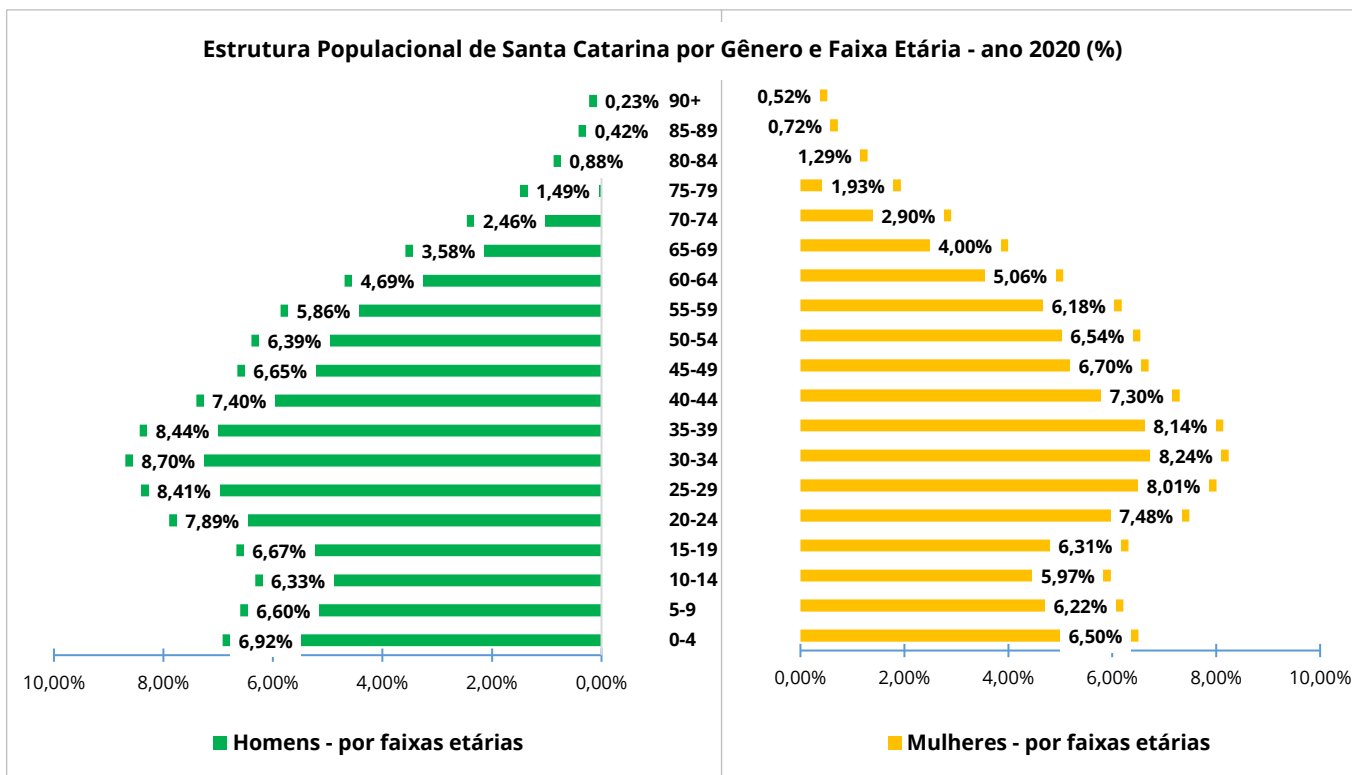
Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

ESTRUTURA POPULACIONAL DE SC POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA

A Estrutura populacional de SC em 2020 demonstra uma concentração de 31,86% das Mulheres e 33,44% dos Homens nas faixas etárias de 20 à 39 anos.



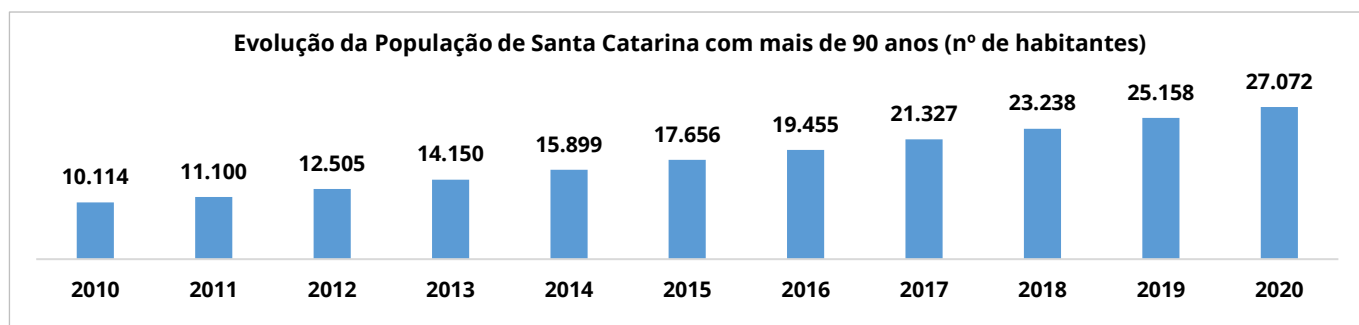
Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020



Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

POPULAÇÃO COM MAIS DE 90 ANOS EM SC

Em Santa Catarina o número de pessoas com idade superior a 90 anos no período 2010-2020 cresceu numa média de 10,36% ano a ano. Eram 10.114 pessoas no ano 2010, evoluíram para mais 21 mil pessoas em 2017, e totalizaram 27.072 pessoas em 2020.



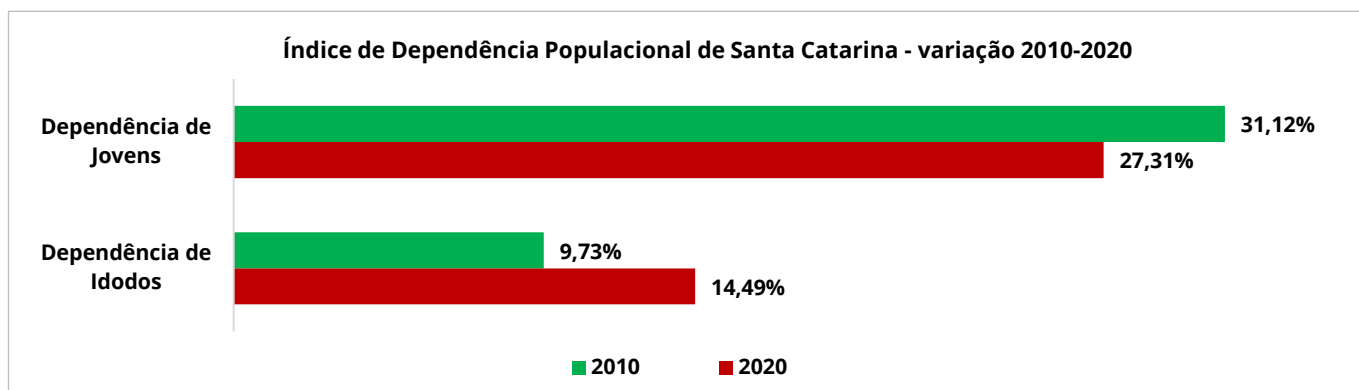
Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO

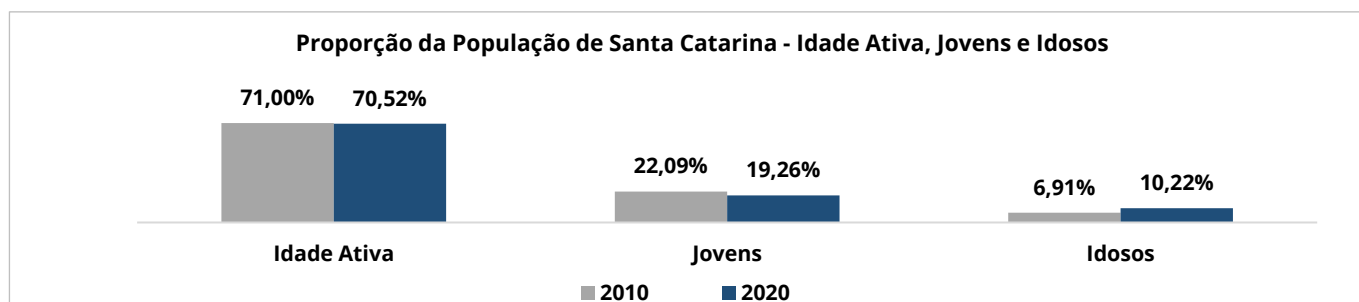
Índice de Dependência de Idosos: relação entre o número de Idosos (população com 65 ou mais anos) e a população em Idade Ativa (população entre 15 e 64 anos).

Índice de Dependência de Jovens: relação entre o número de Jovens (população entre zero e 14 anos) e a população em Idade Ativa.

Em Santa Catarina no período 2010 à 2020 houve um incremento no índice dependência de Idosos na ordem de 4,75 pontos percentuais (p.p.), de 9,73% em relação a população em Idade Ativa no ano de 2010, para 14,49% no ano 2020. Além disso, o índice de dependência de Jovens reduziu 3,80 p.p., de 31,12% em relação a população em Idade Ativa em 2010, para 27,31% em 2020. Os números refletem o fenômeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento do número de idosos (de 6,91% para 10,22%) e pela redução da população jovem (de 22,09% para 19,26% da população total).



Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

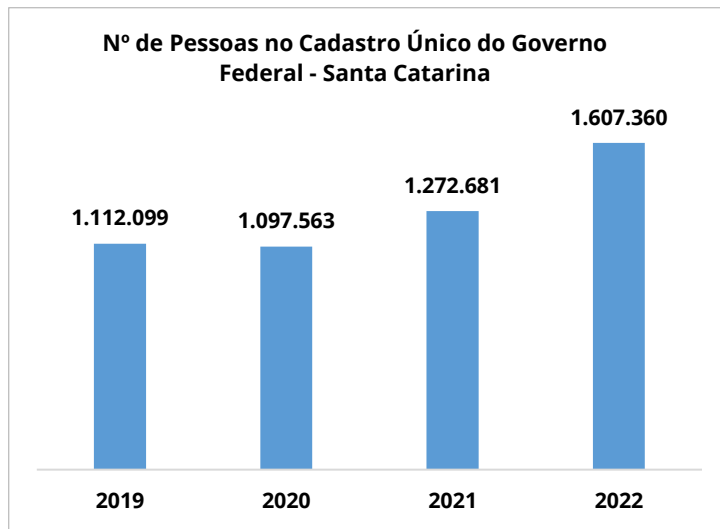


Fonte: Projeção da População. IBGE. 2020

2.2.2 População Catarinense de Baixa Renda

O Cadastro Único de programas sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica as famílias de baixa renda, agregando informações sobre a realidade socioeconômica desta população. Em Santa Catarina no período 2019-2022 houve uma variação de 44,53% no Cadastro Único, totalizando um incremento de 495.261 pessoas.

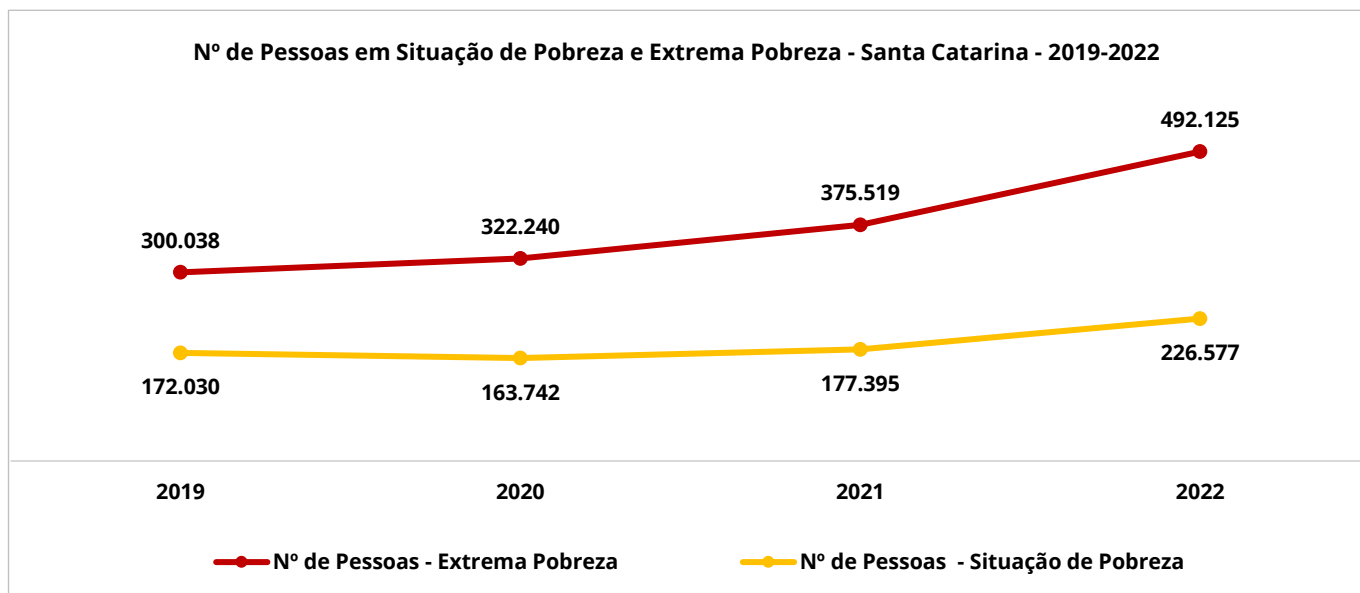
| | |
|--|------------------|
| População SC (2022) | 7.762.154 |
| Nº de Pessoas no Cadastro Único do Governo Federal - Santa Catarina (dez/2022) | 1.607.360 |
| População de Baixa Renda em SC (nº de Pessoas no Cadastro Único / População Total) (dez/2022) | 20,71% |
| População em Extrema Pobreza em SC (nº de Pessoas em Extrema Pobreza/ População Total) (dez/2022) | 6,34% |
| População em Situação de Pobreza em SC (nº de Pessoas em Situação de Pobreza/ População Total) (dez/2022) | 2,92% |



Fonte: Sec. Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). Gov. Federal. 2022

Situação de Extrema Pobreza: Pessoas em famílias com renda per capita mensal até R\$ 109,00.

Situação de Pobreza: Pessoas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 109,01 até R\$ 218,00.

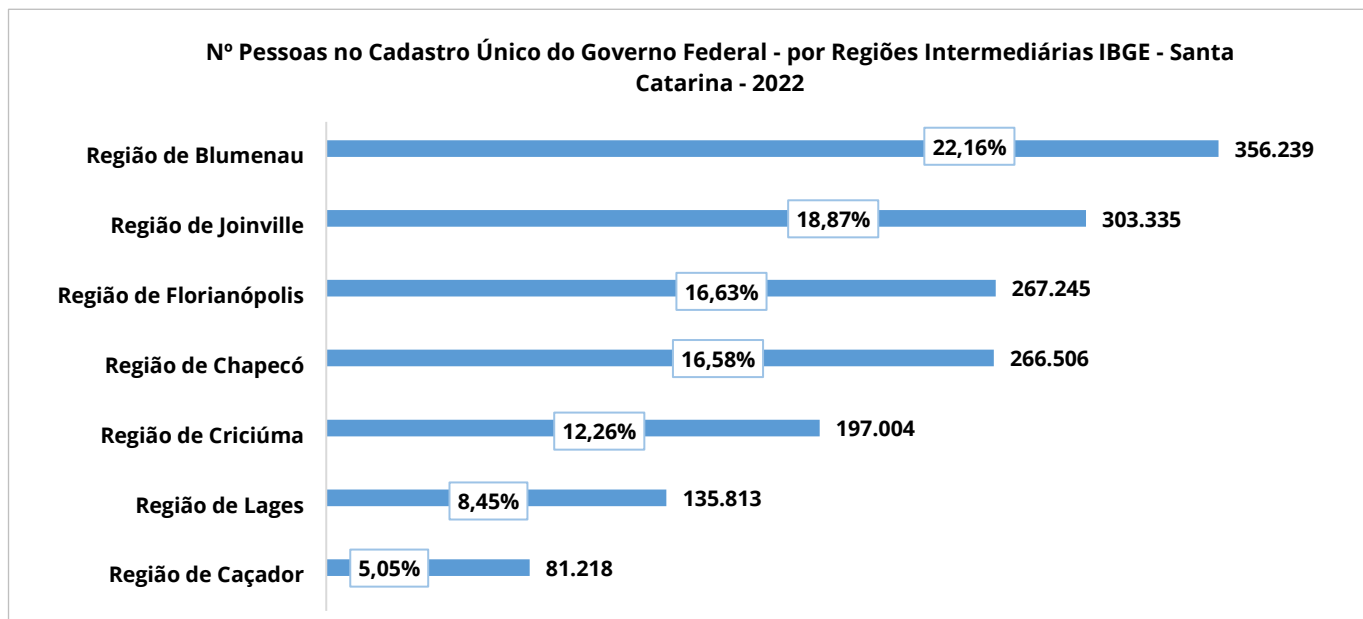


Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). Governo Federal. 2022

Em Santa Catarina no período 2019-2022 houve uma variação de 64,02% no número de Pessoas em Extrema Pobreza, totalizando um incremento de 192.087 pessoas. O número de Pessoas em Situação de Pobreza variou 31,71%, com o ingresso de 54.547 pessoas.

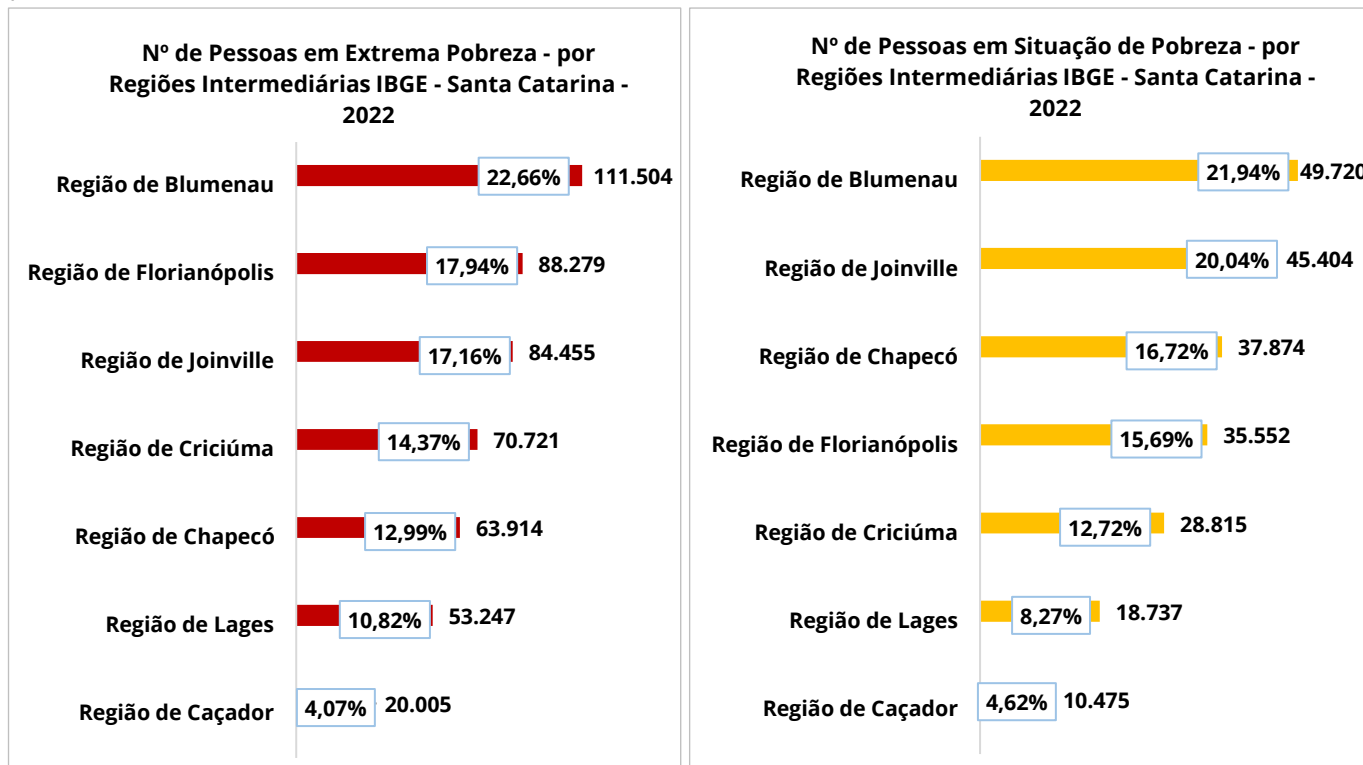
PESSOAS DE BAIXA RENDA EM SC - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

As regiões de Blumenau, Joinville e Florianópolis concentraram 57,66% das pessoas de baixa renda em Santa Catarina, perfazendo 926.819 pessoas no cadastro único de programas sociais do Governo Federal em dezembro de 2022.



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). Governo Federal. 2022

As regiões de Blumenau, Florianópolis e Joinville concentraram 57,76% das pessoas em Extrema Pobreza em Santa Catarina, perfazendo 284.238 pessoas no final de 2022. O número de pessoas em Situação de Pobreza nas regiões de Blumenau, Joinville e Chapecó representa 58,70% do total do Estado, totalizando 132.998 pessoas no final de 2022.



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi). Governo Federal. 2022

2.3 Contexto Econômico

Panorama geral do desempenho econômico de Santa Catarina nos últimos anos, contendo informações sobre Balança Comercial, Produto Interno Bruto – PIB, Valos Adicionado Bruto – VAB, Empresas e Empregos, Setores de Serviços, Indústria e Agropecuária.

2.3.1 Balança Comercial

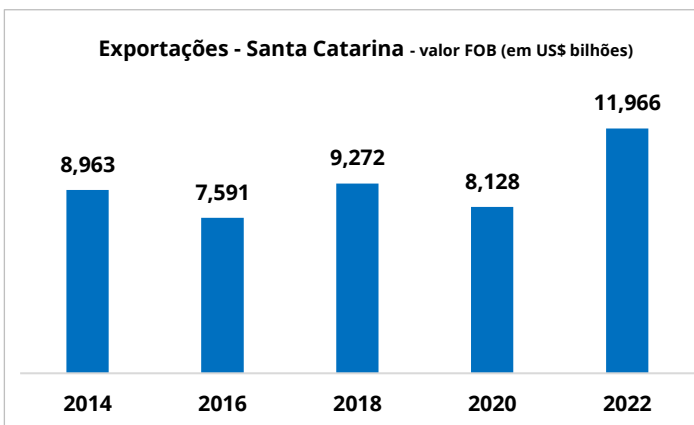
EXPORTAÇÕES

US\$ 11,966 bilhões FOB Exportações de Santa Catarina em 2022.

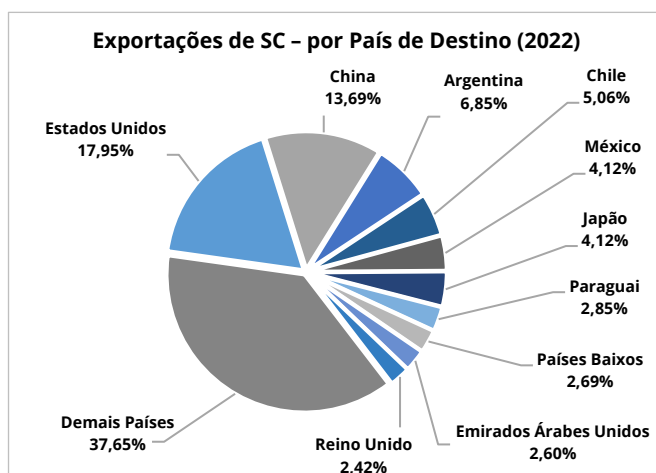
4,49% Incremento médio anual das exportações de SC entre 2014 e 2022. Destaque para a recuperação nos anos de 2021 e 2022 (26,68% e 16,22%).

33,50% - incremento nas Exportações de SC no comparativo 2014/2022, de US\$ 8,963 bilhões para US\$ 11,966 bilhões, incremento de US\$ 3,003 bilhões.

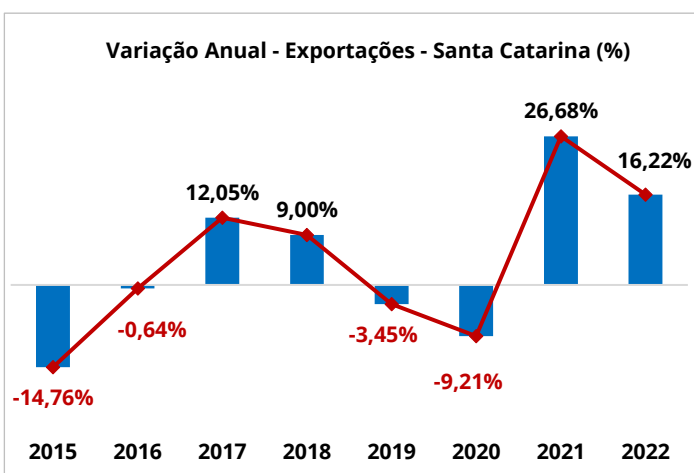
17,95% das exportações de SC para os Estados Unidos (US\$ 2,148 bilhões) em 2022.



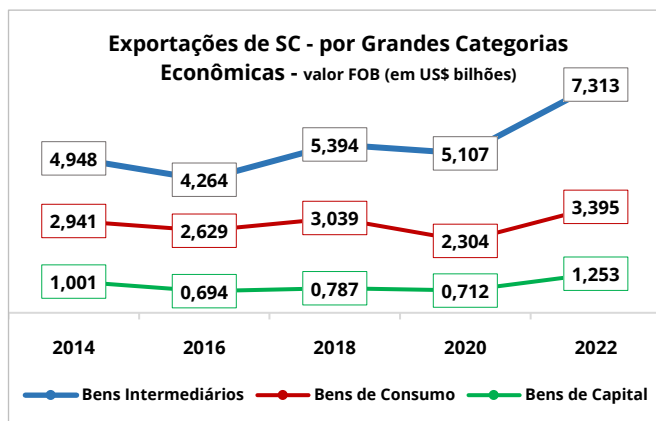
Fonte: Comex Stat. Min.Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022



Fonte: Comex Stat. Min.Indústria, Com. Exterior e Serviços. 2022



Fonte: Comex Stat. Min.Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022



Fonte: Comex Stat. Min.Indústria, Com. Exterior e Serviços. 2022

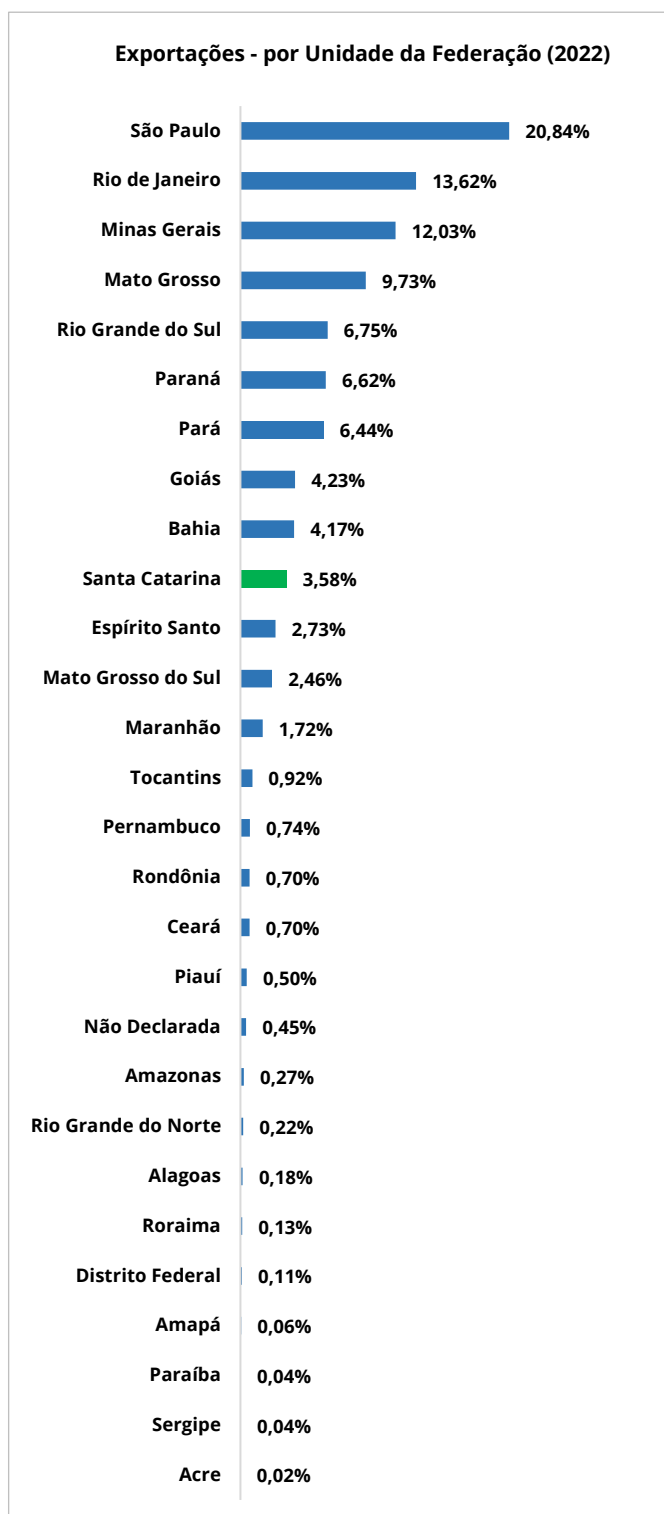
61,11% Participação dos Bens Intermediários nas exportações de Santa Catarina em 2022 (US\$ 7,313 bilhões).

28,37% das exportações de Santa Catarina em 2022 (US\$ 3,395 bilhões) referentes a Bens de Consumo.

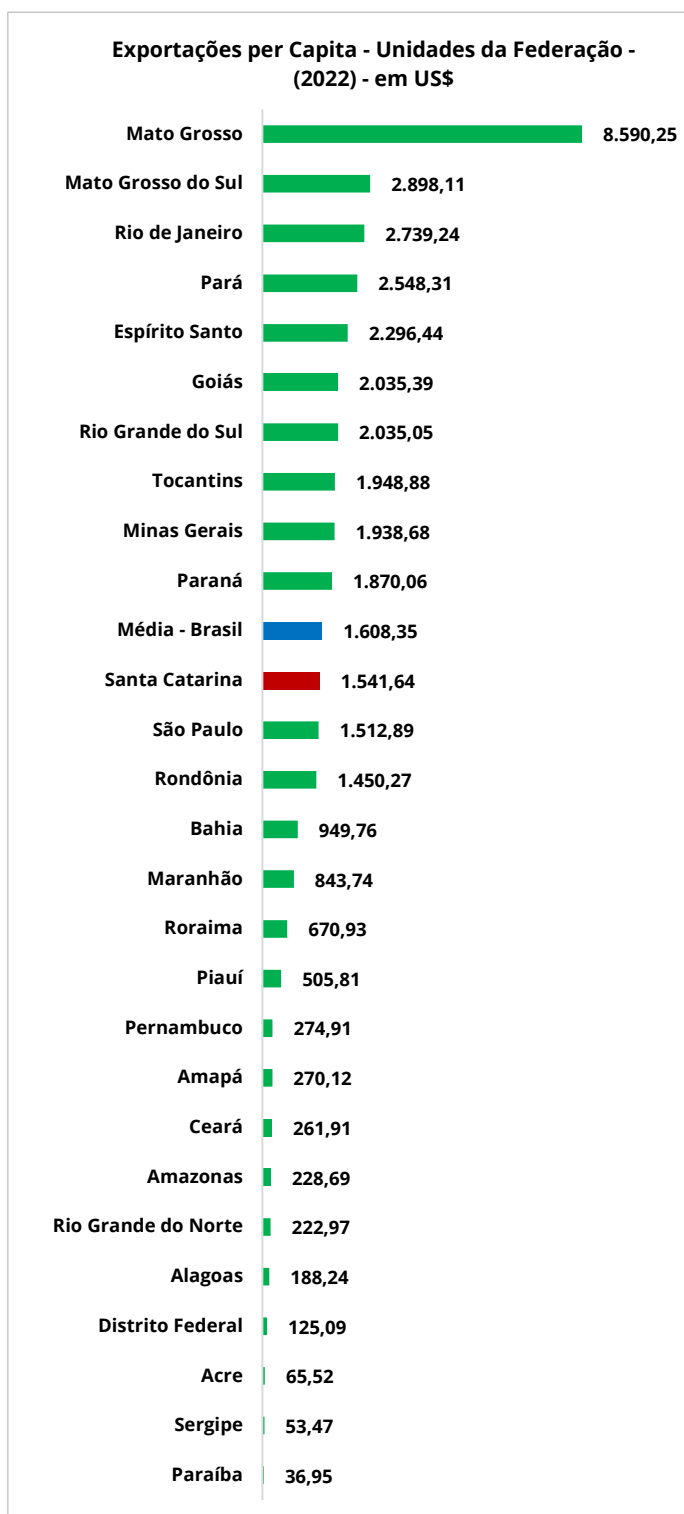
10,47% do valor exportado por SC em 2022 representado por Bens de Capital (US\$ 1,253 bilhão).

EXPORTAÇÕES POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

3,58% Participação de SC nas Exportações do Brasil (2022); **10ª posição** dentre as Unidades da Federação.
US\$1.541,64 Exportações Per Capita de Santa Catarina (2022); **11ª posição** no cenário Nacional (2022).



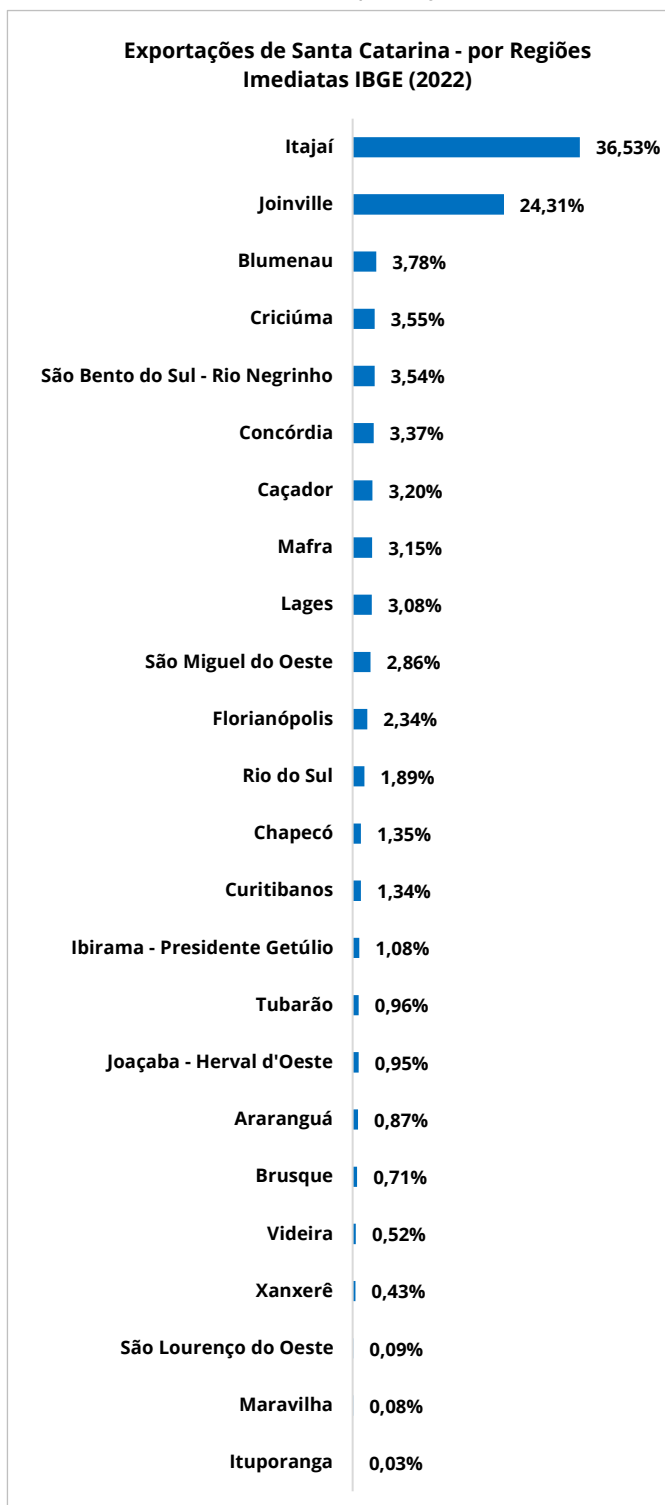
Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022



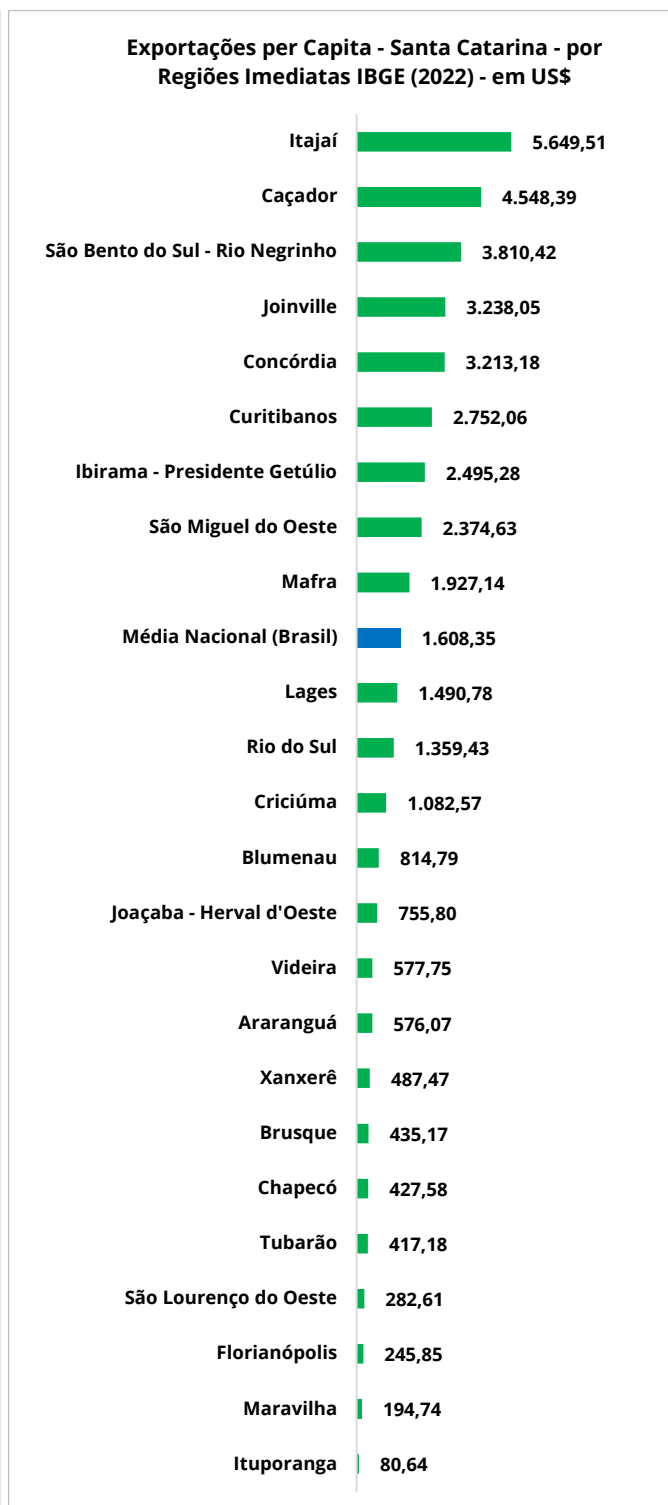
Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA POR REGIÕES

No âmbito da regionalização do Estado conforme as Regiões Imediatas do IBGE, as regiões de Itajaí e Joinville concentraram 60,84% das Exportações de Santa Catarina em 2022.



Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022



Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Dentre as 24 regiões imediatas do IBGE de Santa Catarina, 9 apresentaram Exportações Per Capita acima da média Nacional de R\$ 1.608,35 no ano 2022.

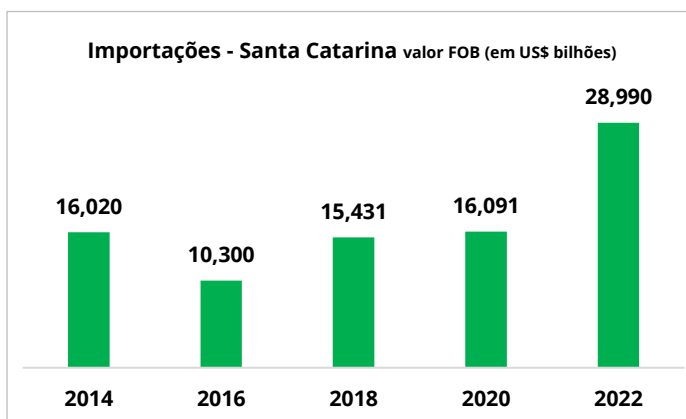
IMPORTAÇÕES

US\$ 28,990 bilhões FOB Importações de Santa Catarina em 2022.

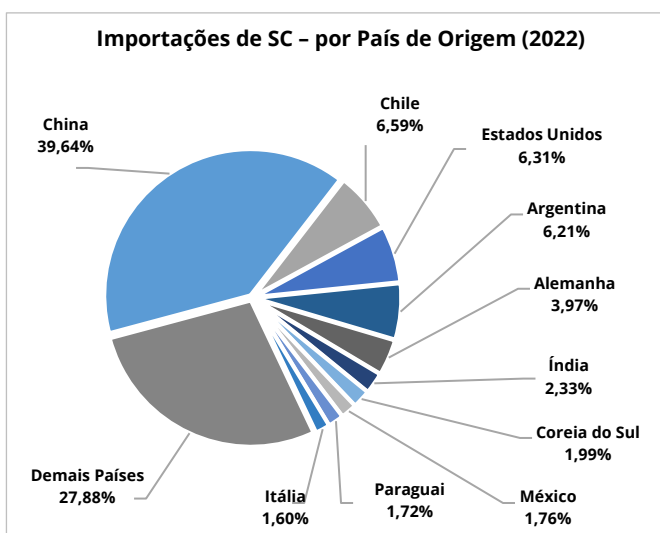
10,14% Incremento médio anual das importações de SC entre 2014 e 2022. Destaque para variação nos anos de 2021 e 2022 (54,85% e 16,34%).

80,97% - incremento nas Importações de SC no comparativo 2014/2022, de US\$ 16,020 bilhões para US\$ 28,990 bilhões, incremento de US\$ 12,970 bilhões.

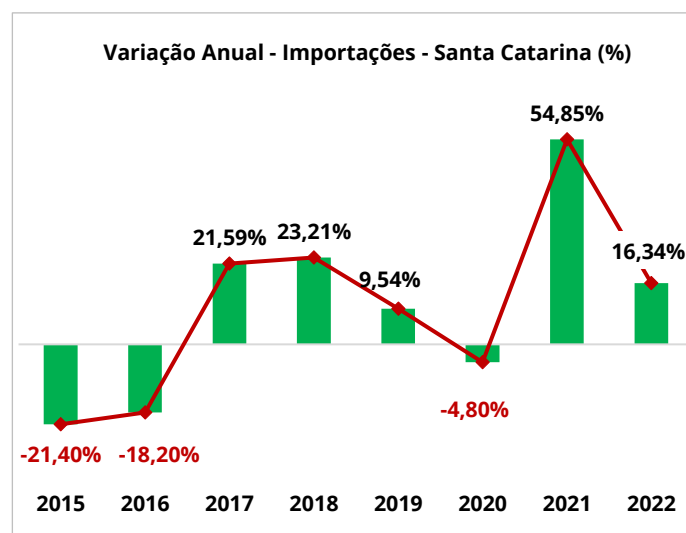
39,64% das importações de SC originárias da China (US\$ 11,493 bilhões) em 2022.



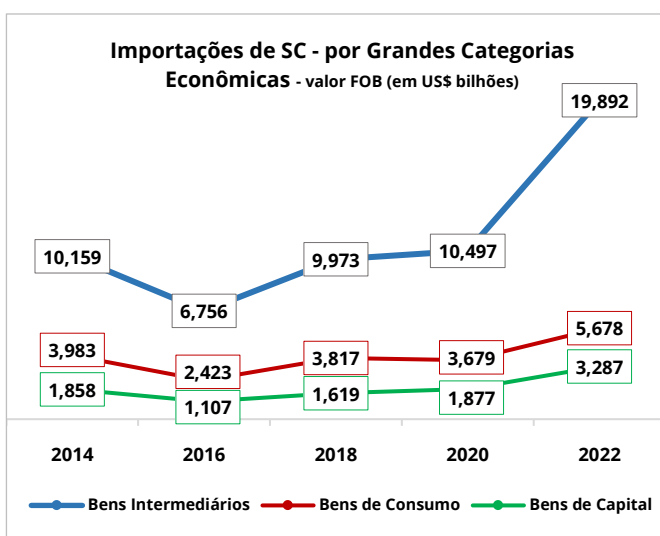
Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022



Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022



Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022



Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

68,62% Participação dos Bens Intermediários nas importações de Santa Catarina em 2022 (US\$ 19,892 bilhões).

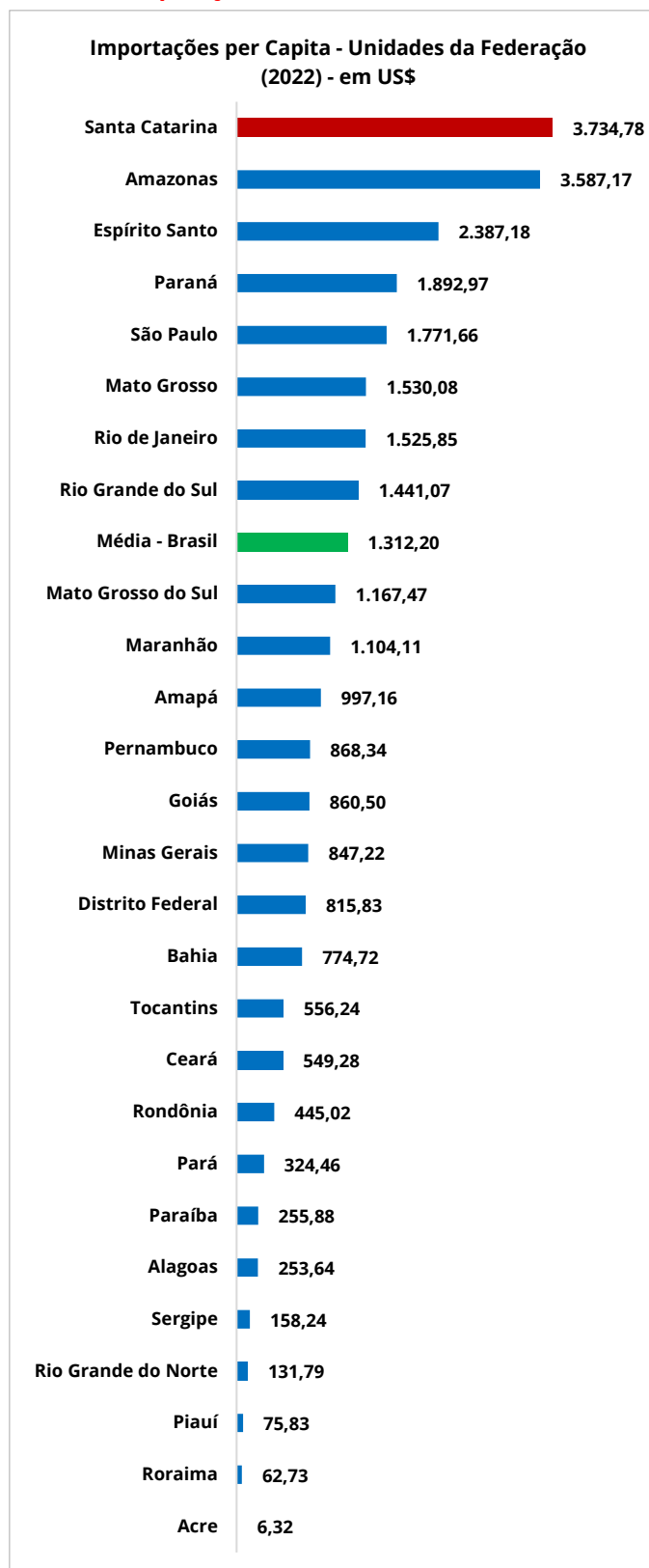
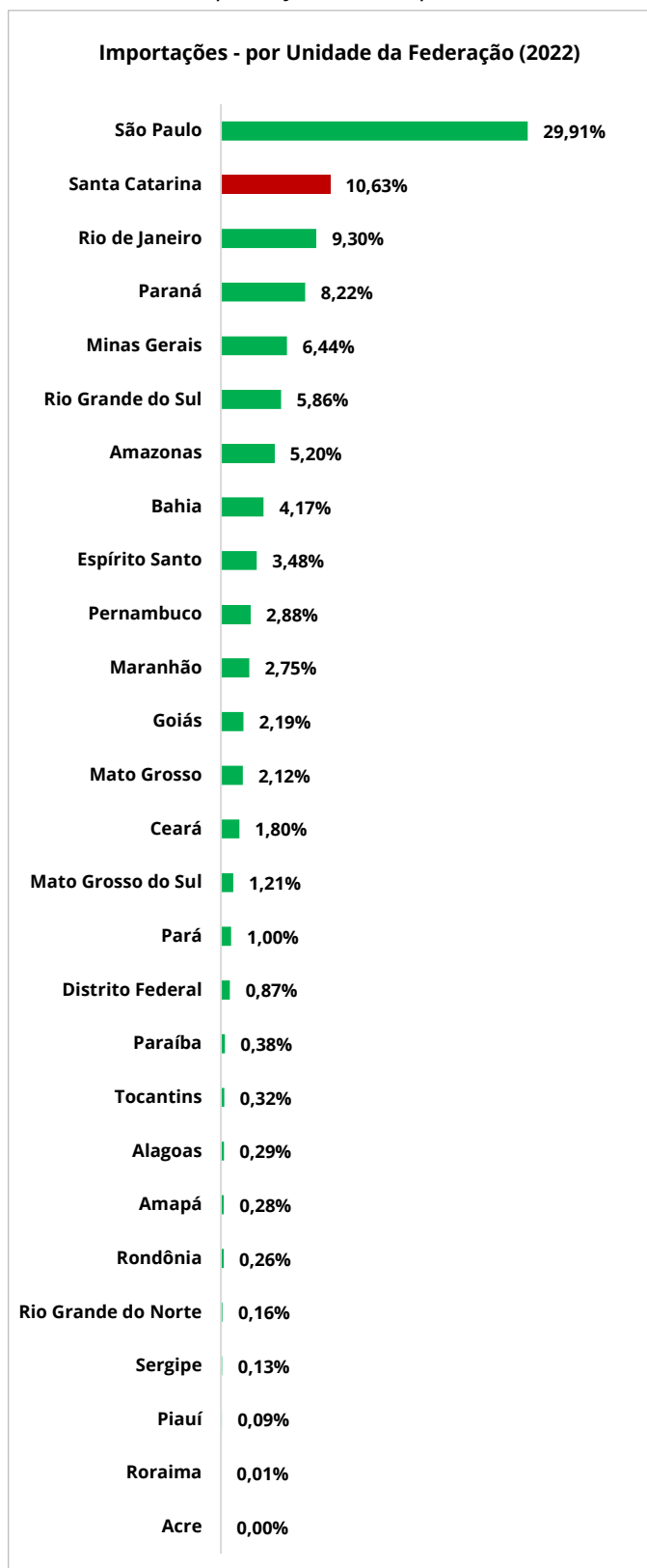
19,59% das importações Santa Catarina em 2022 (US\$ 5,678 bilhões) referentes a Bens de Consumo.

11,34% do valor importado por SC em 2022 representado por Bens de Capital (US\$ 3,287 bilhão).

IMPORTAÇÕES POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

10,63% Participação de SC nas Importações do Brasil (2022); **2ª posição** dentre as Unidades da Federação.

US\$ 3.734,78 Importações Per Capita de Santa Catarina (2022); **1ª posição** no cenário Nacional (2022).

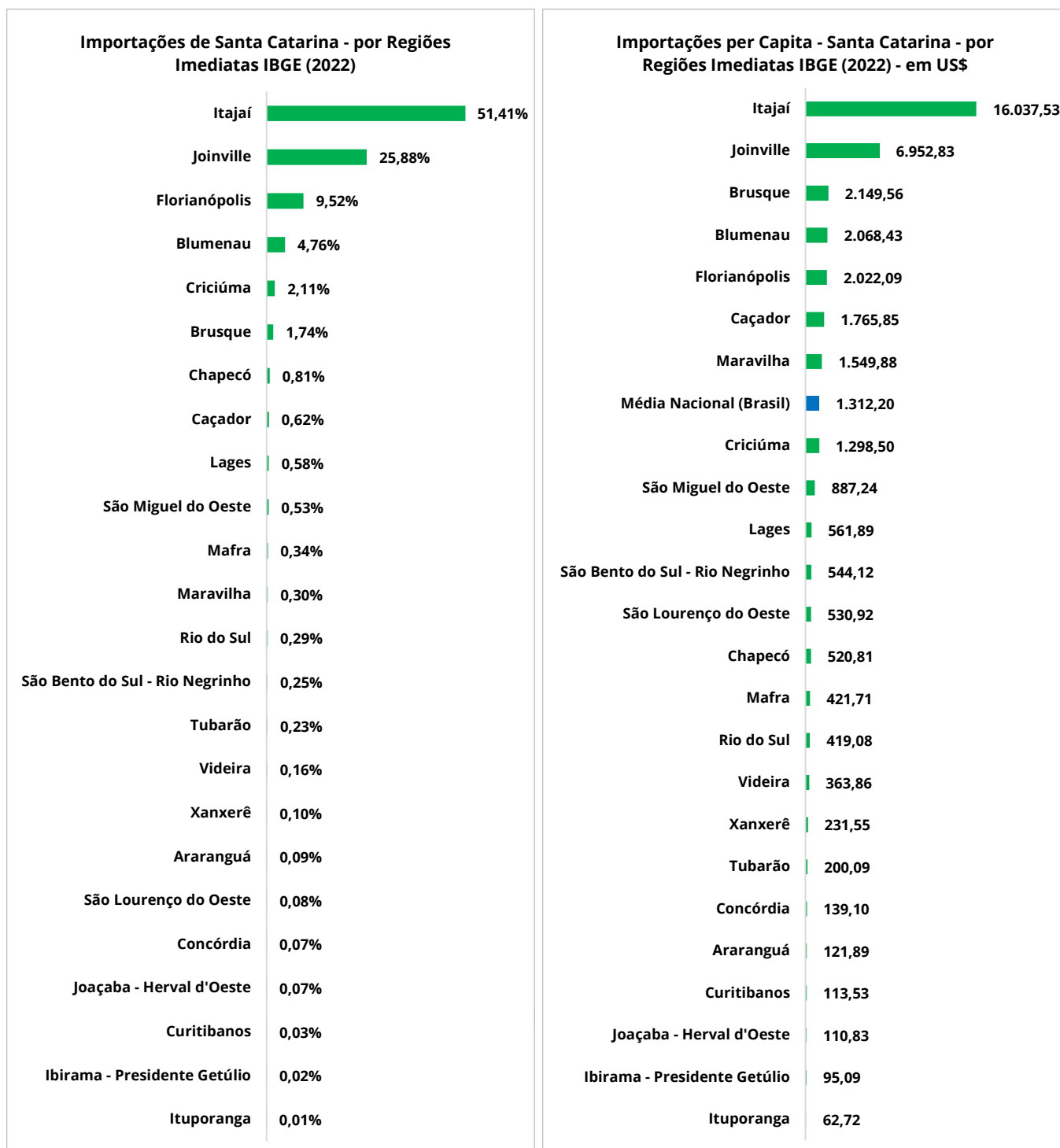


Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

IMPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA POR REGIÕES

No âmbito da regionalização do Estado conforme as Regiões Imediatas do IBGE, as regiões de Itajaí e Joinville concentraram 77,29% das Importações de Santa Catarina em 2022.



Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

Fonte: Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. 2022

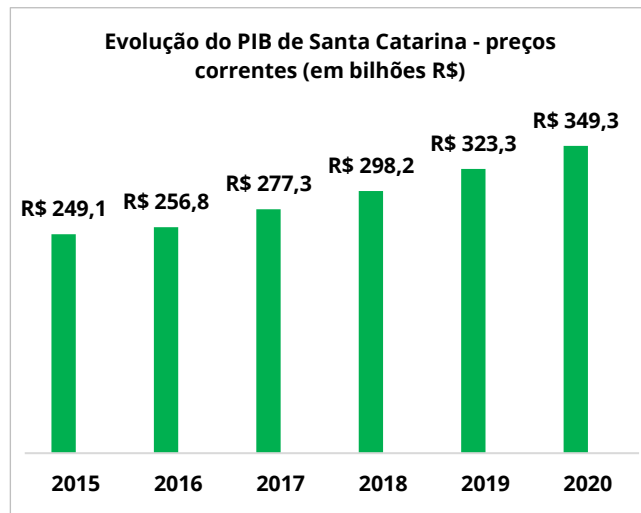
Dentre as 24 regiões imediatas do IBGE de Santa Catarina, 7 apresentaram Importações Per Capita acima da média Nacional de R\$ 1.312,20 no ano 2022.

2.3.2 Produto Interno Bruto - PIB

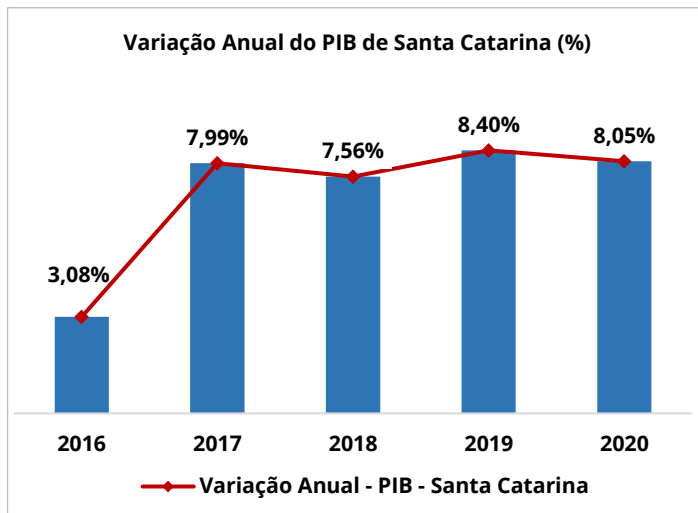
O Produto Interno Bruto – PIB, indicador macroeconômico que demonstra o nível de atividade econômica, representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos num período determinado.

R\$ 349,3 bilhões PIB de Santa Catarina em 2020.

7,01% Taxa média de variação do PIB de SC (2016-2020).

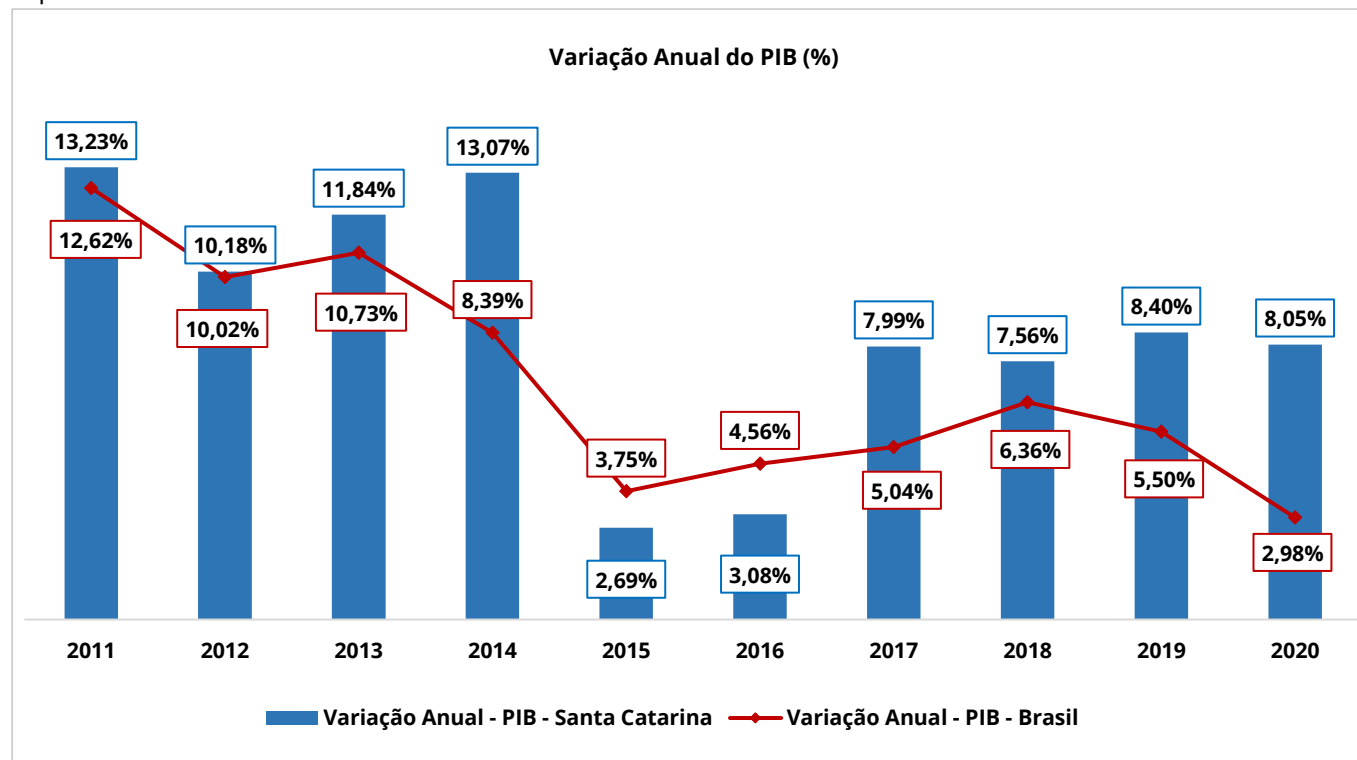


Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Séries Históricas. 2020



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Séries Históricas. 2020

Taxa média de variação anual do PIB de Santa Catarina de 8,61% no período 2011-2020, superior aos 7,00% de média Brasil no período. Cabe destacar que em 8 destes 10 anos Santa Catarina obteve variação do PIB superior à média Nacional.



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Séries Históricas. 2020

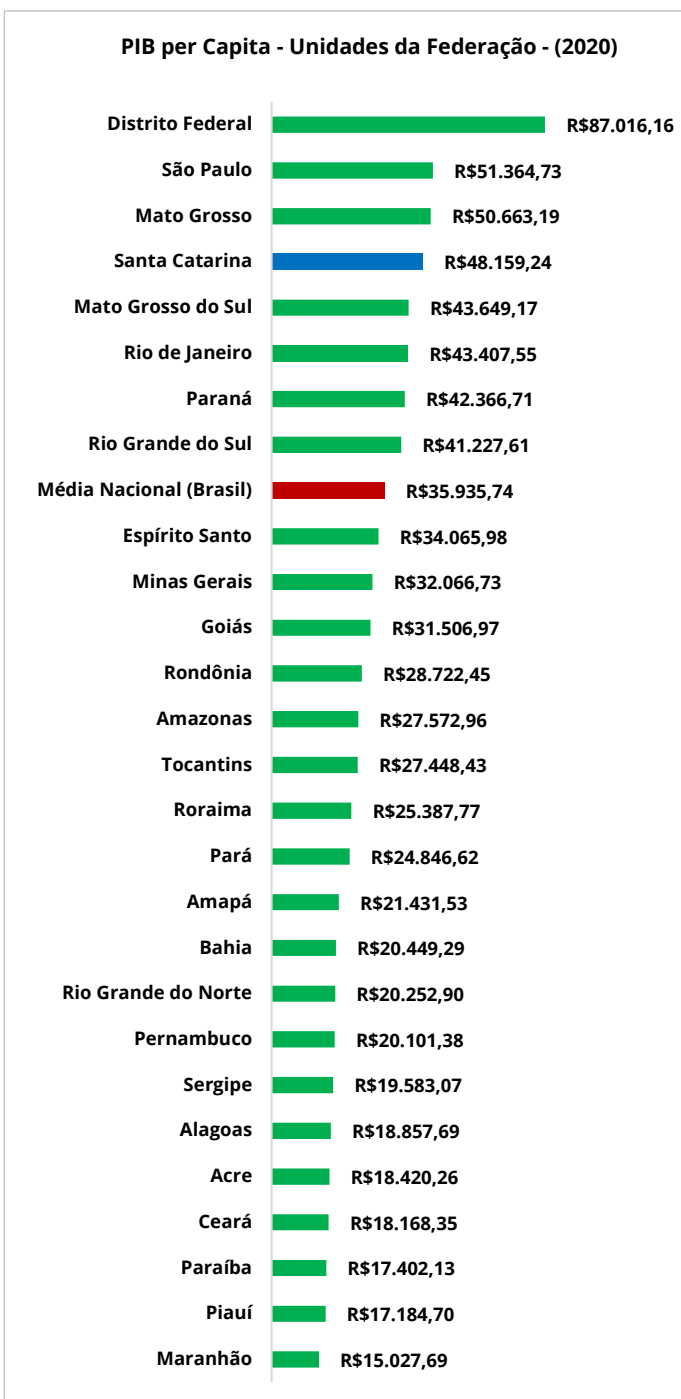
DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

4,59% Participação de SC no PIB nacional; **6ª posição** dentre as Unidades da Federação (2020).

R\$48.159,24 PIB Per Capita de Santa Catarina; **4ª posição** no cenário Nacional (2020).



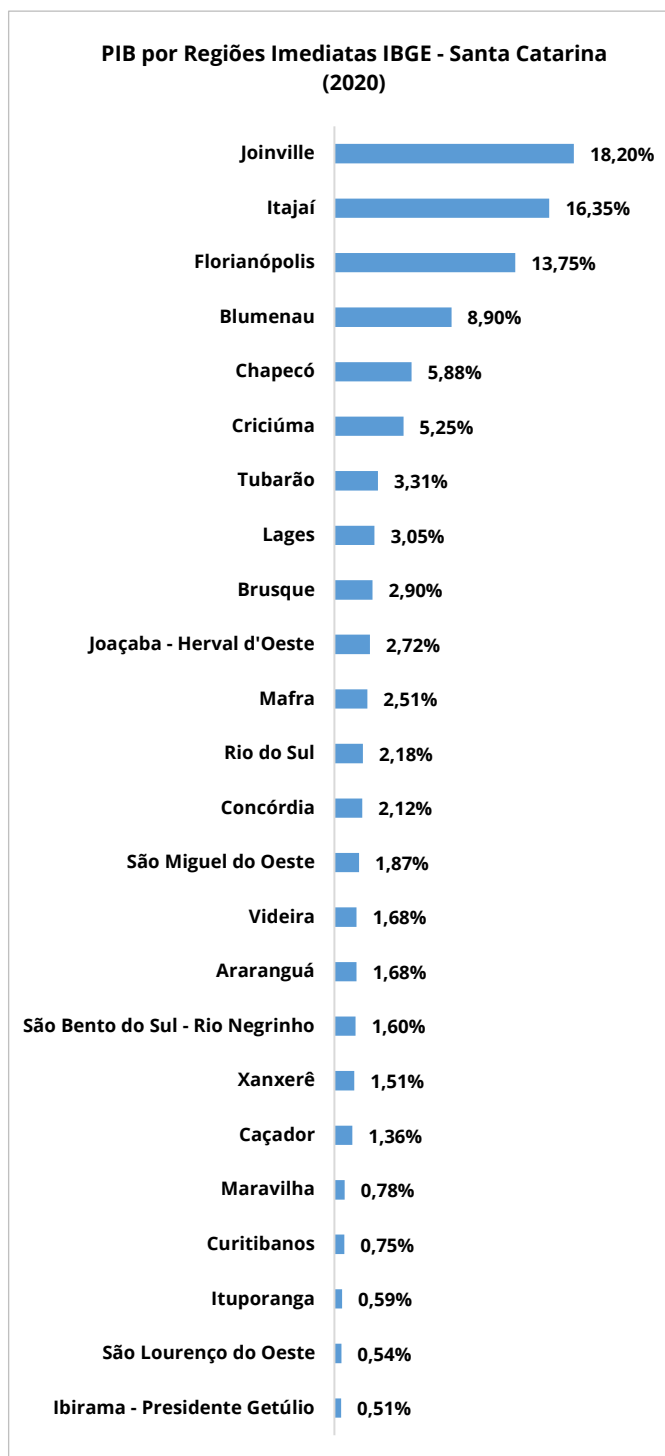
Fonte: Contas Nacionais. Produto Interno Bruto dos Municípios. SIDRA. IBGE. 2020



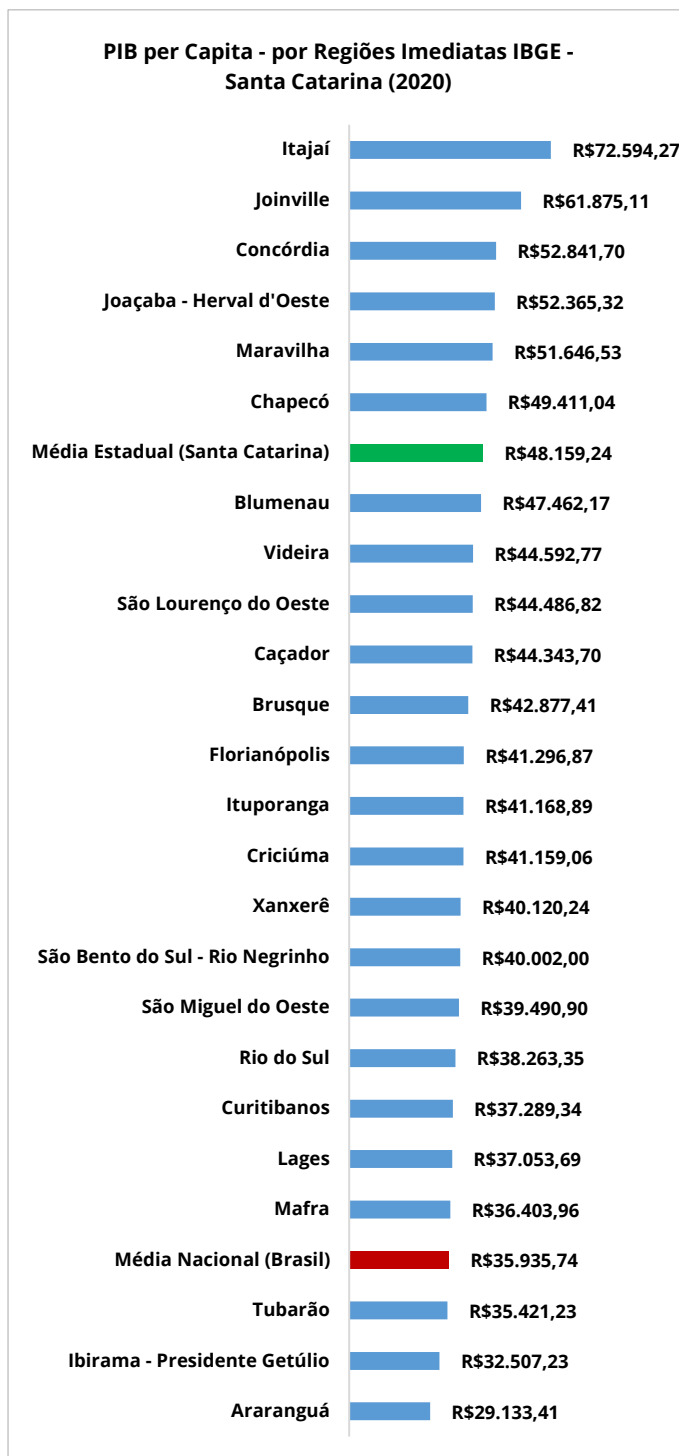
Fonte: Contas Nacionais. Produto Interno Bruto dos Municípios. SIDRA. IBGE. 2020

PIB DE SANTA CATARINA POR REGIÕES

No âmbito da regionalização do Estado conforme as Regiões Imediatas do IBGE, destaca-se que em 2020 as regiões de Joinville, Itajaí, Florianópolis, Blumenau e Chapecó concentraram 63,08% do PIB estadual.



Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios. Tabelas. IBGE



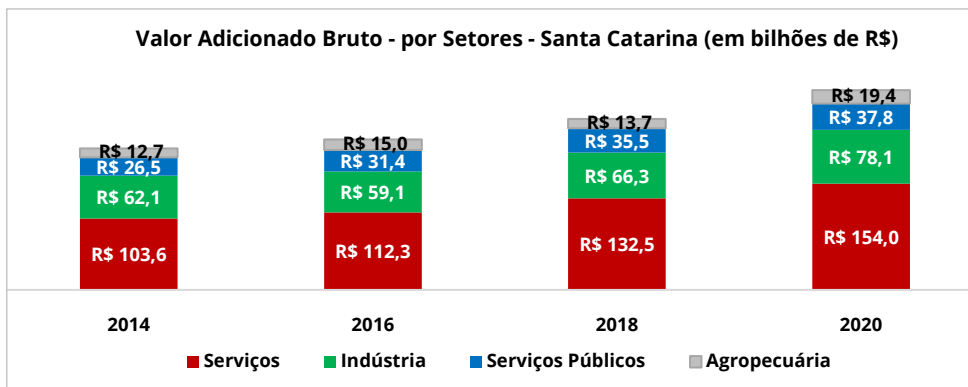
Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios. Tabelas. IBGE

Dentre as 24 regiões imediatas do IBGE em Santa Catarina, 21 apresentaram PIB Per Capita em 2020 acima da média Nacional de R\$ 35.935,74.

Ressalta-se que as regiões de Itajaí, Joinville, Concórdia, Joaçaba/Herval do Oeste, Maravilha e Chapecó totalizaram em 2020 PIB per Capita superior à média Estadual de R\$ 48.159,24.

2.3.3 Valor Adicionado Bruto – VAB de Santa Catarina

R\$ 289,3 bilhões - Valor Adicionado Bruto - VAB de Santa Catarina em 2020.



Ampliação do Setor de Serviços no VAB de R\$ 103,6 bilhões em 2014 para R\$ 154 bilhões em 2020, incremento de R\$ 50,4 bilhões (48,70%).

No mesmo período o setor Industrial ampliou de R\$ 62,1 bilhões para R\$ 78,1 bilhões, incremento de R\$ 16 bilhões (25,77%).

Fonte: Sistema de Contas Regionais. PIB pela Ótica da Produção. IBGE. 2020

ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VAB DE SC

No período 2014-2020 verifica-se um aumento na participação do setor de Serviços no VAB, de 50,56% em 2014 para 53,23% em 2020. No mesmo período, a Indústria reduziu sua participação de 30,33% em 2014 para 27,01% em 2020. O setor agropecuário apresentou um discreto incremento, de 6,19% em 2014 para 6,71% em 2020.

Percentual de Participação (%)

| Valor Adicionado Bruto - Participação (%) por Setores e Atividades Econômicas | 2014 | 2016 | 2018 | 2020 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Serviços | 50,56 | 51,56 | 53,43 | 53,23 |
| Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas | 16,03 | 15,27 | 16,08 | 16,93 |
| Atividades Imobiliárias | 10,23 | 10,28 | 10,26 | 10,23 |
| Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas, Administrativas e Serviços Complementares | 6,03 | 6,34 | 6,53 | 6,86 |
| Transporte, Armazenagem e Correio | 4,34 | 4,23 | 4,79 | 4,57 |
| Atividades Financeiras, Seguros e Serviços Relacionados | 3,52 | 4,15 | 3,84 | 3,69 |
| Informação e Comunicação | 2,64 | 2,73 | 2,83 | 3,41 |
| Educação e Saúde Privadas | 3,09 | 3,34 | 3,60 | 2,96 |
| Alojamento e Alimentação | 1,86 | 2,31 | 2,27 | 2,02 |
| Artes, Cultura, Esporte e Recreação e Outras Atividades de Serviços | 1,90 | 1,70 | 2,03 | 1,56 |
| Serviços Domésticos | 0,92 | 1,20 | 1,21 | 1,01 |
| Indústria | 30,33 | 27,13 | 26,74 | 27,01 |
| Indústrias de Transformação | 22,21 | 19,02 | 19,69 | 19,63 |
| Construção | 5,68 | 5,80 | 4,78 | 4,69 |
| Eletricidade e Gás, Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação | 2,06 | 2,04 | 2,00 | 2,35 |
| Indústrias Extrativas | 0,37 | 0,27 | 0,28 | 0,33 |
| Serviços Públicos | 12,92 | 14,42 | 14,31 | 13,05 |
| Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social | 12,92 | 14,42 | 14,31 | 13,05 |
| Agropecuária | 6,19 | 6,89 | 5,51 | 6,71 |
| Agricultura, inclusive Apoio à Agricultura e a Pós-Colheita | 3,06 | 3,72 | 2,79 | 3,36 |
| Pecuária, inclusive Apoio à Pecuária | 2,16 | 2,27 | 1,90 | 2,48 |
| Produção Florestal, Pesca e Aquicultura | 0,98 | 0,89 | 0,82 | 0,86 |

Fonte: Sistema de Contas Regionais. PIB pela Ótica da Produção. IBGE. 2020

2.3.4 Empresas e Empregos

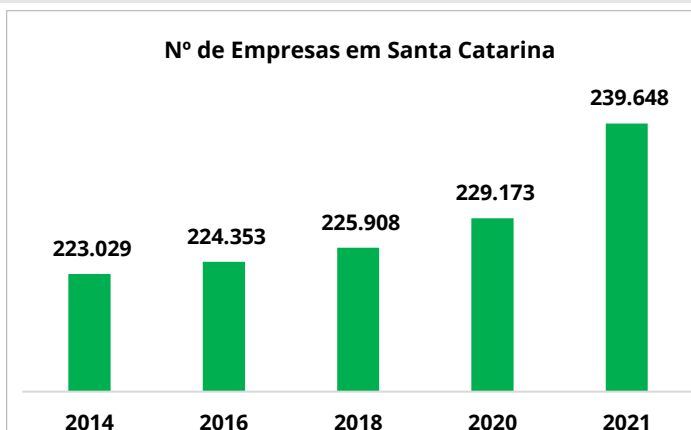
EMPRESAS

239.648 Empresas em Santa Catarina (2021).

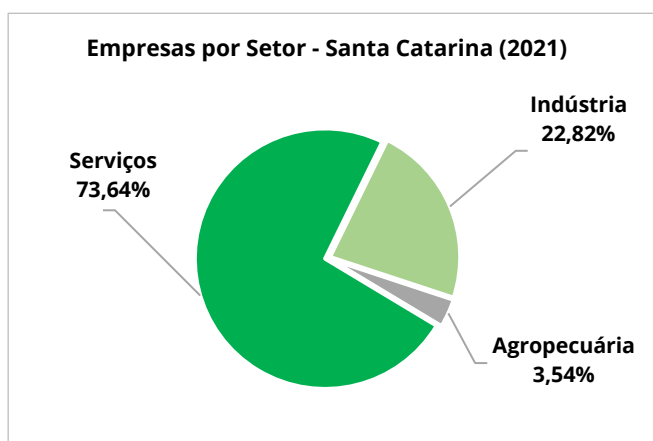
73,64% das empresas no Setor de Serviços.

1,04% - incremento médio no número de Empresas em Santa Catarina no período 2014-2021. Destaque para o ano 2021, variação de 4,57%, aumento de 10.475 Empresas.

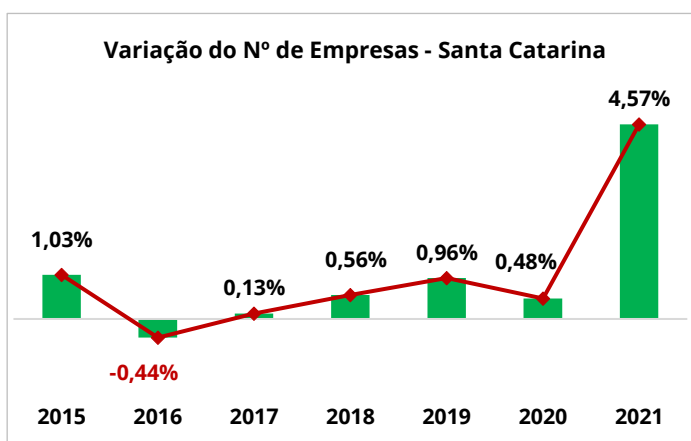
7,45% - incremento no número de Empresas em Santa Catarina no comparativo 2014/2021, de 223.029 para 239.648, totalizando 16.619 novas Empresas.



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Número de Empresas por Setor - Santa Catarina - 2014-2021

| Setor | 2014 | 2016 | 2018 | 2020 | 2021 | Variação 2014/2021 | Variação 2014/2021 (%) |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------------|------------------------|
| Serviços | 162.120 | 164.919 | 167.224 | 169.001 | 176.481 | 14.361 | 8,86% |
| Indústria | 52.081 | 50.861 | 50.327 | 52.048 | 54.676 | 2.595 | 4,98% |
| Agropecuária | 8.828 | 8.573 | 8.357 | 8.124 | 8.491 | (337) | -3,82% |
| Total Geral | 223.029 | 224.353 | 225.908 | 229.173 | 239.648 | 16.619 | 7,45% |

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

No comparativo 2014/2021 houve incremento de 8,86% no número de Empresas no setor de Serviços (incremento de 14.361 Empresas). Neste período a Indústria ampliou 4,98% (2.595 novas Empresas) e o Setor Agropecuário reduziu 3,82% (decréscimo de 337 Empresas).

EMPREGOS

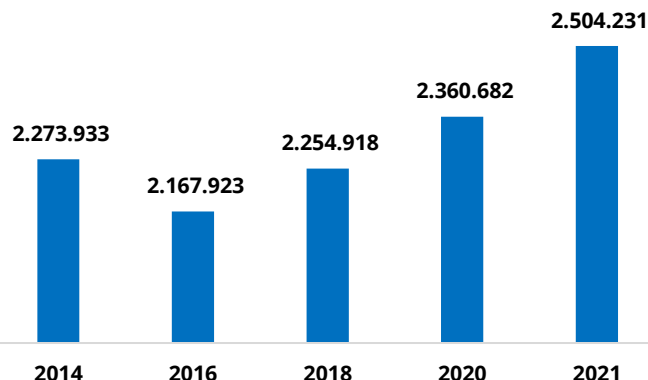
2.504.231 Empregos em Santa Catarina (2021).

63,47% dos Empregos no Setor de Serviços (2021).

1,43% - incremento médio no Estoque de Empregos no período 2014-2021. Destaque para o ano 2021, variação de 6,08%, incremento de 143.549 vagas de emprego.

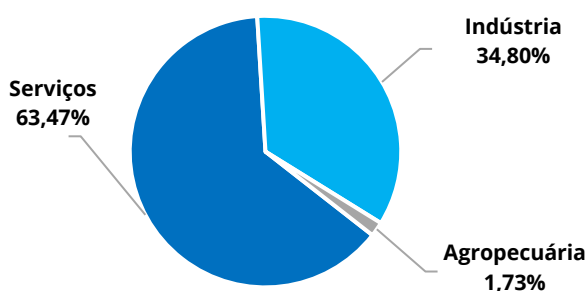
10,13% - incremento no Estoque de Empregos em Santa Catarina no comparativo 2014/2021, de 2.273.933 para 2.504.231, totalizando 230.298 novas vagas de Emprego.

Estoque de Empregos - Santa Catarina



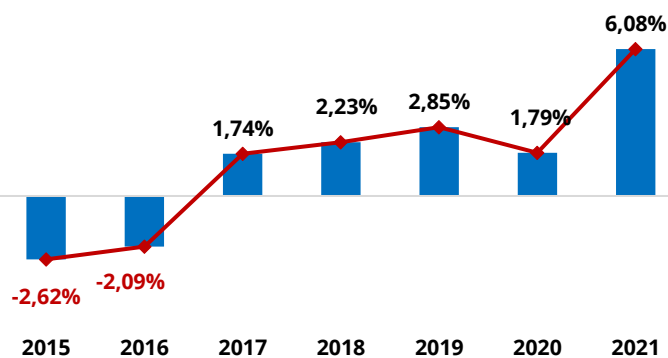
Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Empregos por Setor - Santa Catarina (2021)



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Variação de Empregos - Santa Catarina



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Estoque de Empregos por Setor - Santa Catarina

| Setor | 2014 | 2016 | 2018 | 2020 | 2021 | variação 2014-2021 | variação 2014-2021 (%) |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------------|
| Serviços | 1.410.801 | 1.384.376 | 1.446.684 | 1.509.336 | 1.589.466 | 178.665 | 12,66% |
| Indústria | 818.260 | 740.352 | 768.502 | 809.935 | 871.423 | 53.163 | 6,50% |
| Agropecuária | 44.872 | 43.195 | 39.732 | 41.411 | 43.342 | (1.530) | -3,41% |
| Total Geral | 2.273.933 | 2.167.923 | 2.254.918 | 2.360.682 | 2.504.231 | 230.298 | 10,13% |

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

No comparativo 2014/2021 houve incremento de 12,66% no estoque de empregos no setor de Serviços (178.665 novas vagas). Neste período a Indústria apresentou incremento de 6,50% (53.163 novos postos de trabalho) e o Setor Agropecuário reduziu 3,41% (decréscimo de 1.530 postos de trabalho).

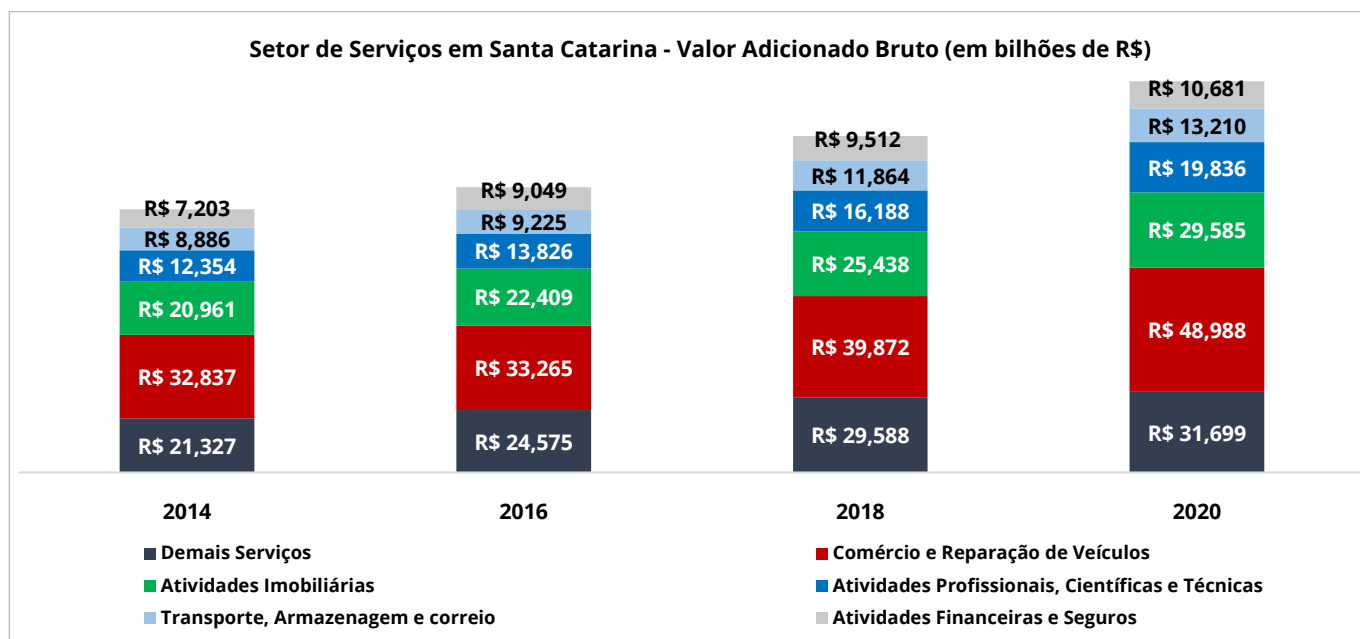
2.3.5 Setor de Serviços

Os Serviços caracterizam-se como produtos não materiais que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. Em Santa Catarina no período 2014-2020 caracterizou-se como o principal setor econômico do Estado.

VALOR ADICIONADO BRUTO - SETOR DE SERVIÇOS

154,0 bilhões Valor Adicionado Bruto – VAB do setor de Serviços de SC em 2020.

53,23% Participação do setor de Serviços no VAB de SC em 2020.

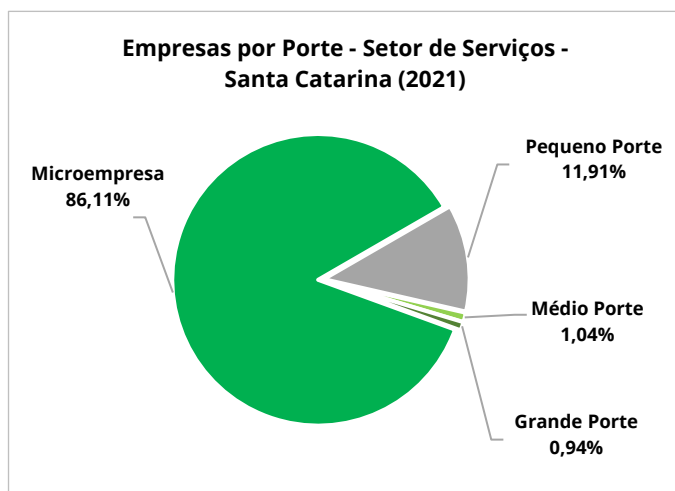


Fonte: Sistema de Contas Regionais. PIB pela Ótica da Produção. IBGE. 2020

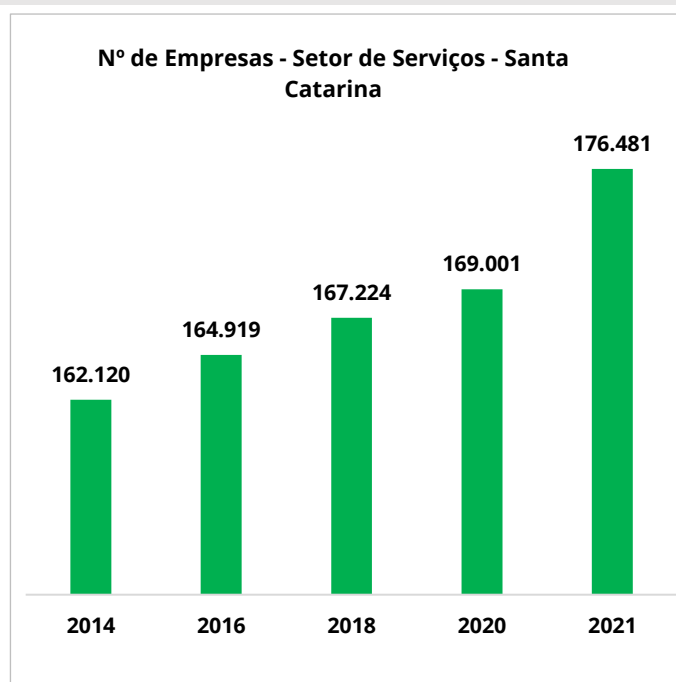
EMPRESAS NO SETOR DE SERVIÇOS EM SC

176.481 Empresas no setor de Serviços em SC (2021).

86,11% Percentual de microempresas no total de empresas do setor de Serviços em SC (2021).



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

EMPREGOS NO SETOR DE SERVIÇOS EM SC

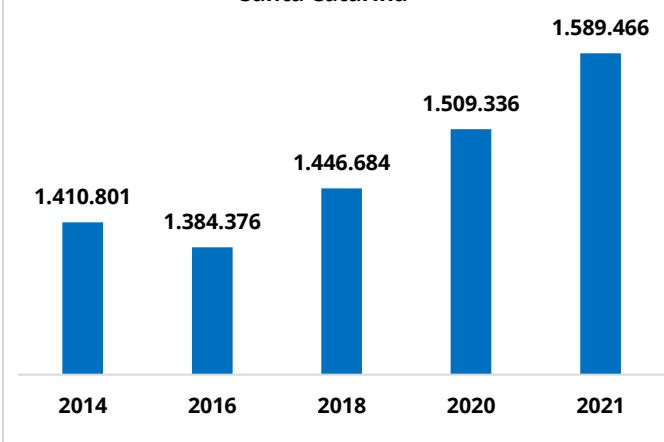
1.589.466 - Número de empregos no setor de Serviços em Santa Catarina (2021).

43,74% dos empregos do setor de Serviços em SC concentrado em empresas de grande porte (2021).

1,74% - incremento médio anual no estoque de empregos do setor de Serviços de SC no período 2015-2021. Destaque para o ano de 2021 (variação de 5,31%, incremento de 80.130 postos de trabalho).

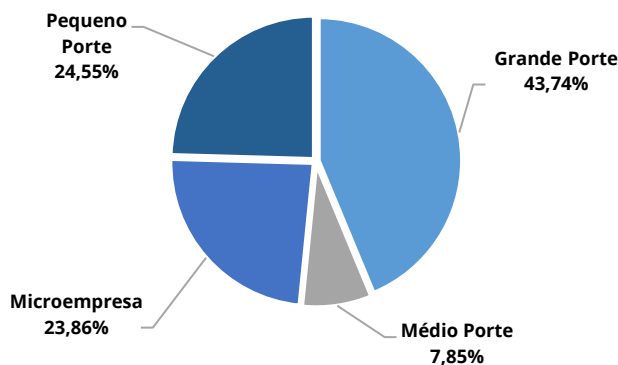
4,04% incremento médio anual dos salários do Setor de Serviços no período 2014-2021. Salário mensal médio evoluiu de R\$ 2.714,82 (ano 2014) para R\$ 3.563,66 (ano 2021).

Estoque de Empregos - Setor de Serviços - Santa Catarina



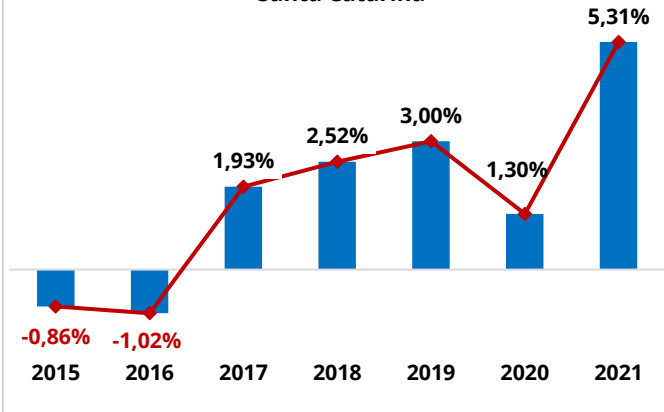
Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Empregos por Porte de Empresa - Setor de Serviços - Santa Catarina (2021)



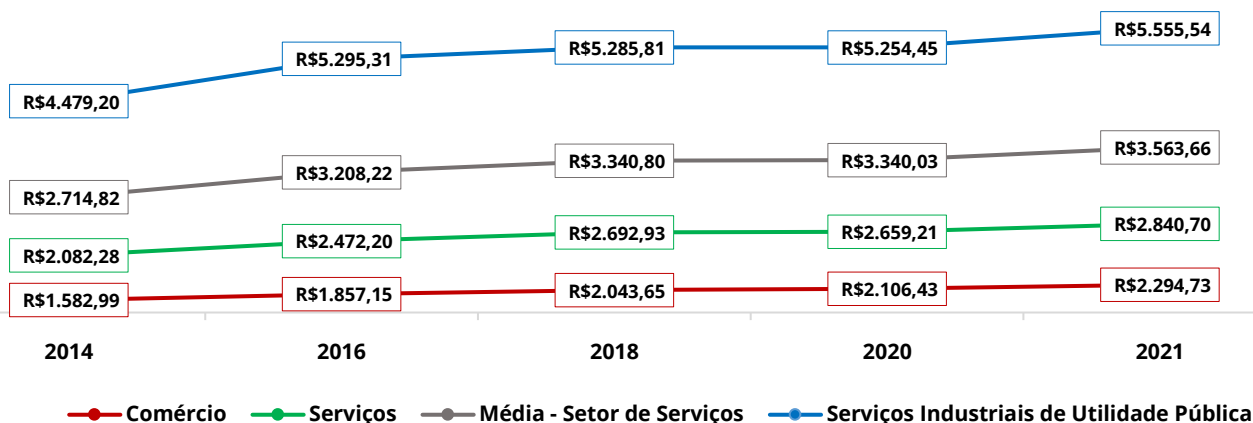
Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Variação de Empregos - Setor de Serviços - Santa Catarina



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

Evolução da Média Salarial - Setor de Serviços - Santa Catarina



Fonte: Anuário Estatístico da RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

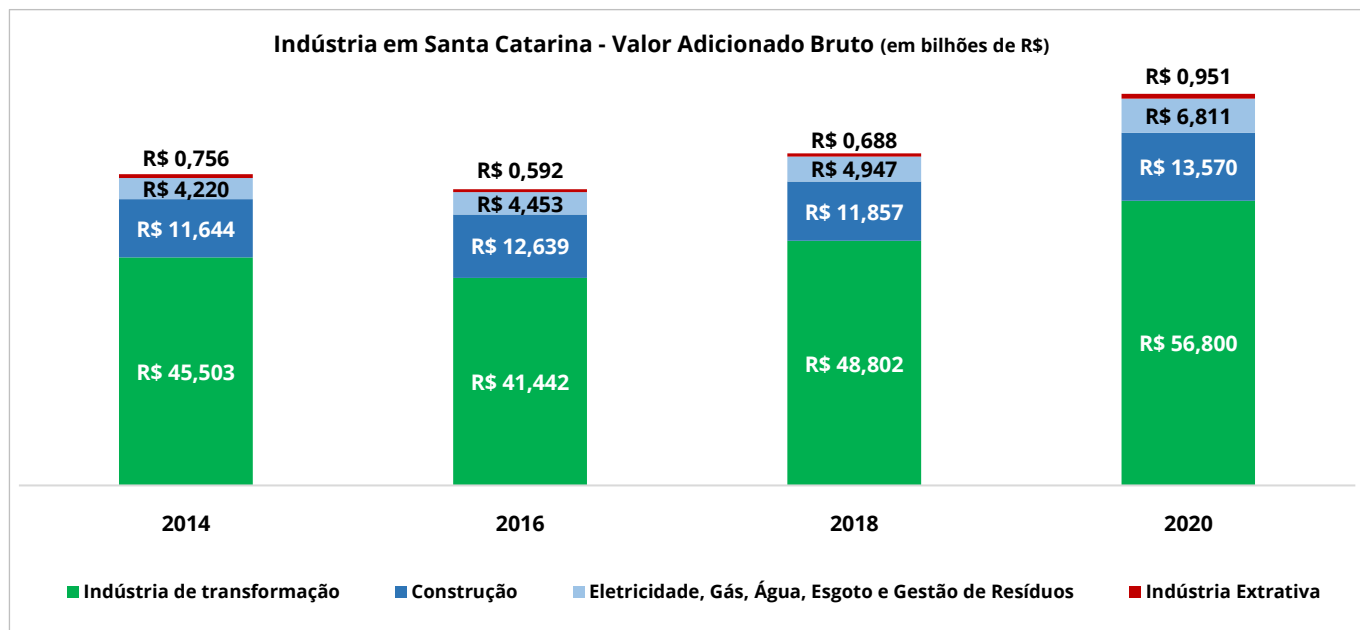
2.3.6 Setor Industrial

O setor Industrial transforma matérias-primas em produtos industrializados, tais como roupas, máquinas, medicamentos, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, etc.

VALOR ADICIONADO BRUTO - INDÚSTRIA

R\$78,1 bilhões Valor Adicionado Bruto - VAB da Indústria em 2020.

27,01% Participação do Setor Industrial no VAB do Estado em 2020.

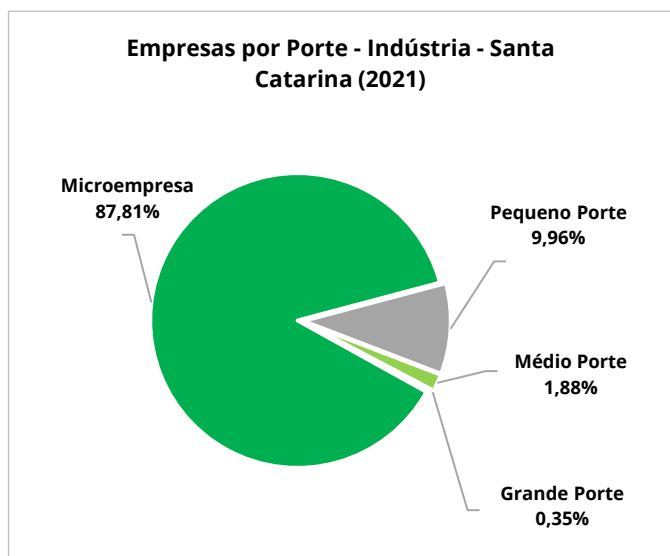


Fonte: Sistema de Contas Regionais. PIB pela Ótica da Produção. IBGE. 2020

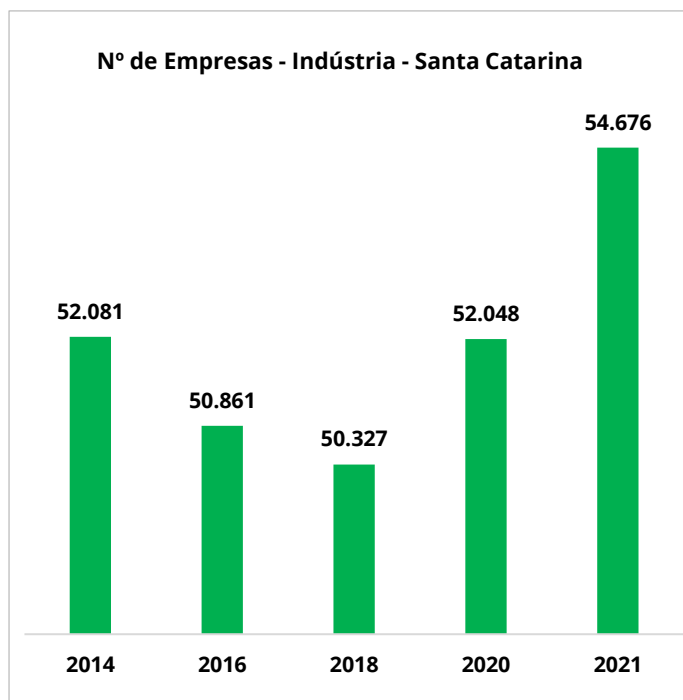
EMPRESAS NO SETOR INDUSTRIAL EM SC

54.676 Empresas no setor Industrial em SC (2021).

87,81% Percentual de Microempresas no total de empresas do setor Industrial de SC em 2021.



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

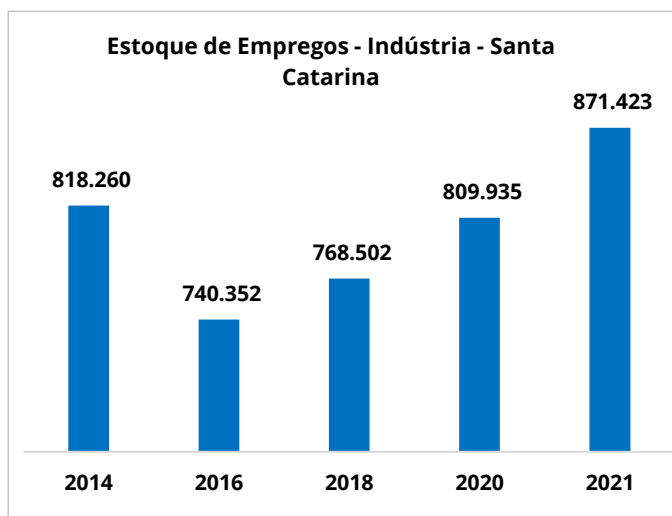
EMPREGOS NA INDÚSTRIA EM SC

871.423 - Número de empregos no setor Industrial catarinense em 2021.

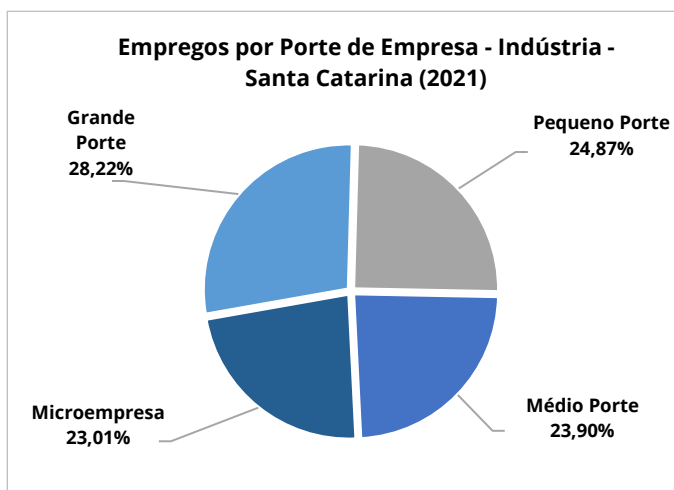
28,22% dos empregos do setor Industrial em SC concentrado em empresas de grande porte (2021).

0,99% - Incremento médio anual no estoque de empregos do setor Industrial de SC no período 2015-2021. Destaque para o ano de 2021 (variação de 7,59%, incremento de 61.488 postos de trabalho).

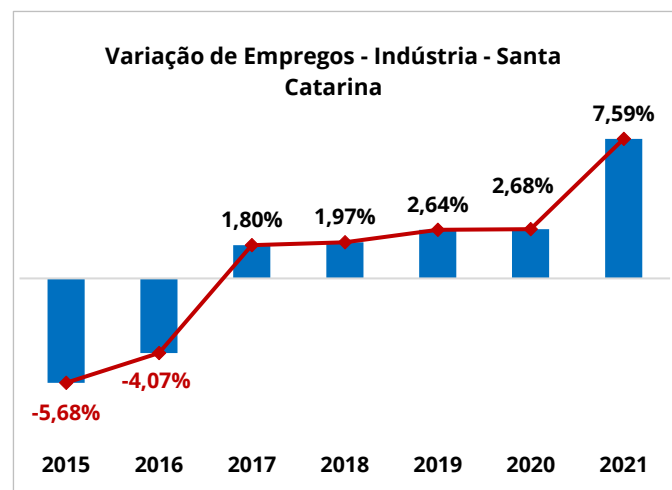
4,67% incremento médio anual dos salários do Setor Industrial no período 2014-2021. Salário mensal médio evoluiu de R\$ 2.154,04 (ano 2014) para R\$ 2.953,83 (ano 2021).



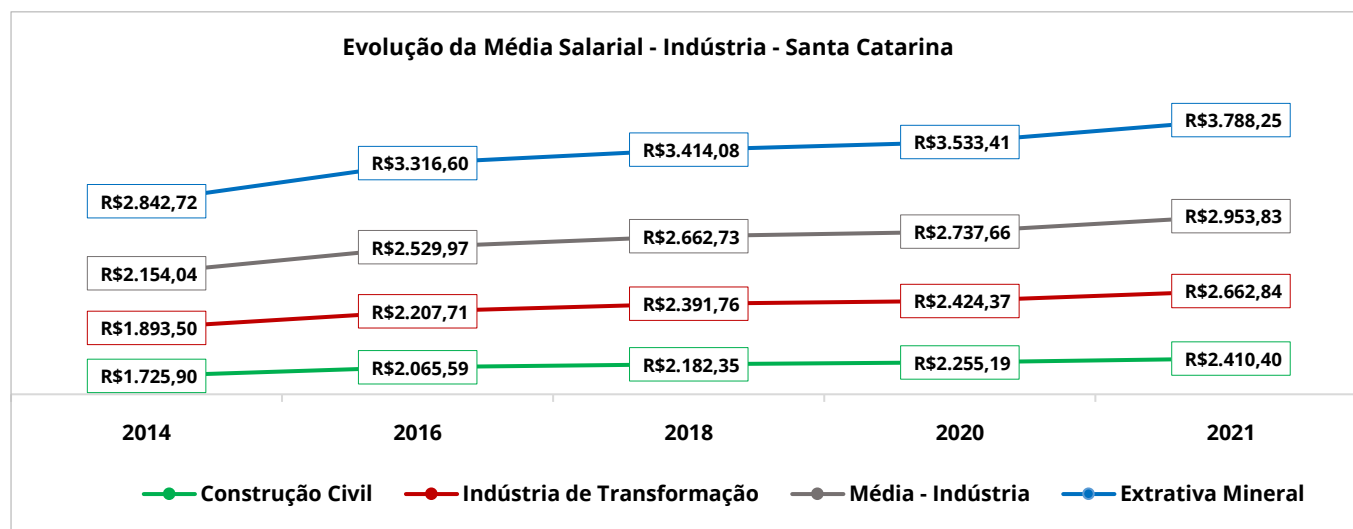
Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Anuário Estatístico da RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

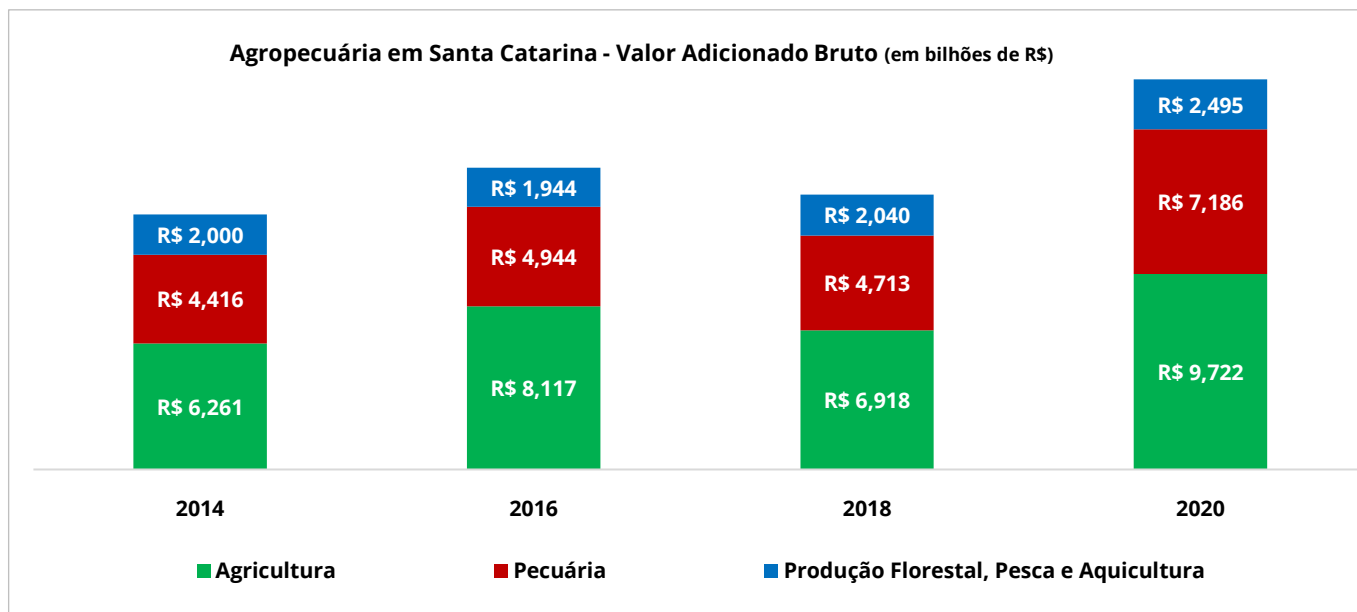
2.3.7 Setor Agropecuário

O setor Agropecuário consiste no conjunto de atividades primárias diretamente associadas ao cultivo de plantas (agricultura) e à criação de animais (pecuária) para o consumo humano ou fornecimento de matérias-primas para a fabricação de roupas, medicamentos, biocombustíveis, produtos de beleza, entre outros.

VALOR ADICIONADO BRUTO - AGROPECUÁRIA

R\$19,4 bilhões Valor Adicionado Bruto - VAB da Agropecuária de SC em 2020.

6,71 % Participação do Setor Agropecuário no VAB do Estado em 2020.

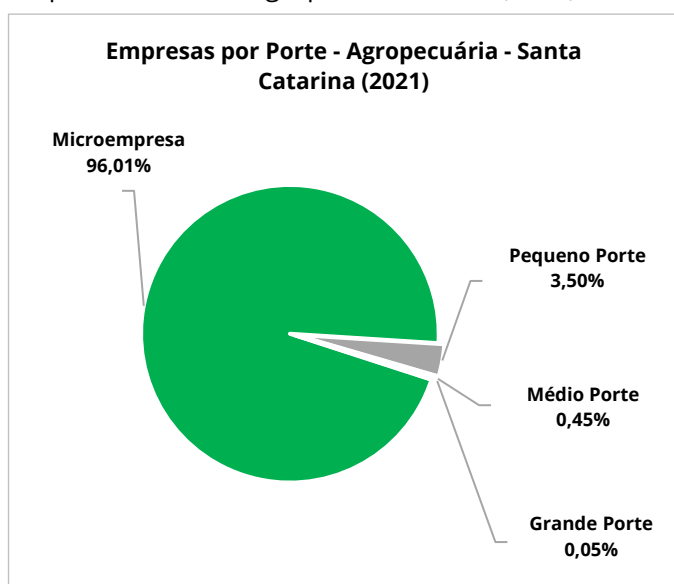


Fonte: Sistema de Contas Regionais. PIB pela Ótica da Produção. IBGE. 2020

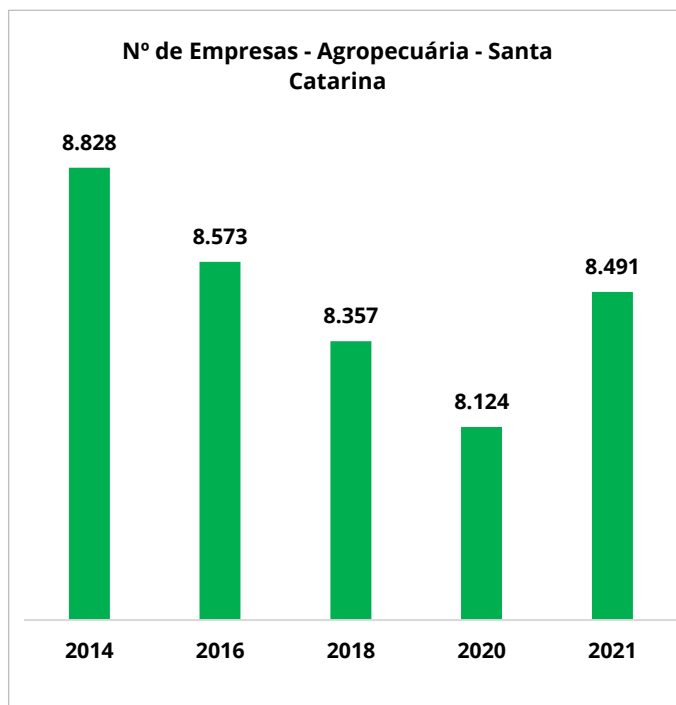
EMPRESAS NO SETOR AGROPECUÁRIO EM SC

8.491 Empresas do setor Agropecuário em SC (2021).

96,01% Percentual de microempresas no total de Empresas do setor Agropecuário de SC (2021)



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

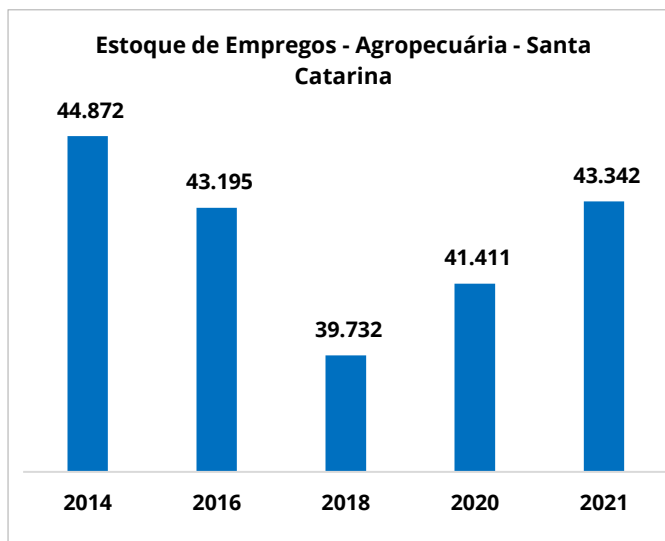
EMPREGOS NO SETOR AGROPECUÁRIO EM SC

43.342 - Número de empregos no setor Agropecuário catarinense em 2021.

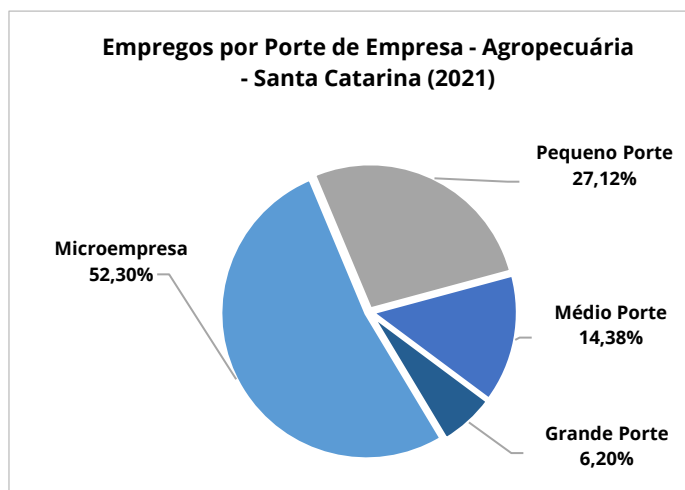
52,30% dos empregos do setor Agropecuário em SC concentrado em Microempresas (2021).

-0,44% - Redução média anual no estoque de empregos do setor Agropecuário de SC no período 2015-2021. Destaque para a variação de 4,66% no ano de 2021 (incremento de 1.931 postos de trabalho).

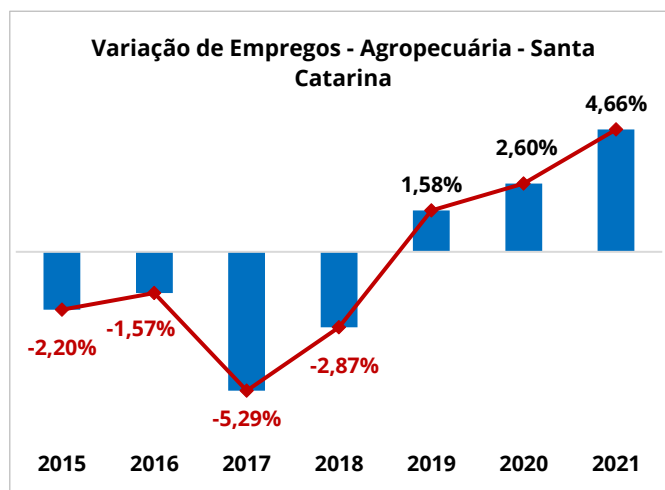
6,35% incremento médio anual dos salários do Setor Agropecuário no período 2014-2021. Salário mensal médio evoluiu de R\$ 1.355,12 (ano 2014) para R\$ 2.078,21 (ano 2021).



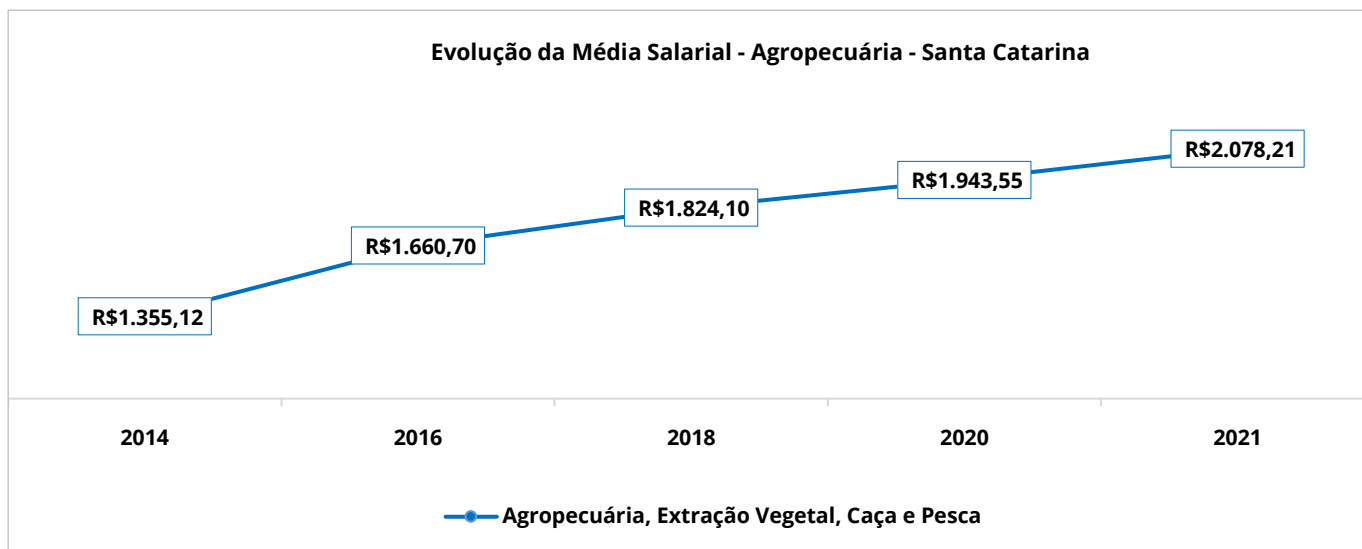
Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais - RAIS. Ministério do Trabalho. 2021



Fonte: Anuário Estatístico da RAIS. Ministério do Trabalho. 2021

3. DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Diagnóstico do Estado de Santa Catarina estruturado em quatro dimensões (Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Mobilidade e Gestão Pública), detalhado em setores atividade. A seguir apresentamos informações, segmentadas por dimensão e setor atividade, referentes ao diagnóstico setorial realizado pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

3.1 Dimensão: Desenvolvimento Social

3.1.1 Educação de Qualidade

Secretaria de Estado da Educação - SED

A Secretaria de Estado da Educação desempenha um papel fundamental na promoção da educação de qualidade em Santa Catarina. Nossa missão é proporcionar aos estudantes uma aprendizagem que desenvolva suas competências, tanto pessoais quanto profissionais, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Para alcançar esse objetivo, adotamos uma abordagem estratégica de gestão, baseada em quatro pilares fundamentais. Em primeiro lugar, buscamos gerir nossas ações com base em métricas e resultados, garantindo uma gestão eficiente e eficaz, que permita avaliar continuamente nosso desempenho e tomar decisões embasadas em dados concretos.

Além disso, nosso foco está em entregar uma educação com alto valor agregado, proporcionando aos estudantes experiências educacionais enriquecedoras, as quais vão além do currículo básico. Buscamos estimular o desenvolvimento de habilidades e competências que os preparem para a vida em sociedade, o mercado de trabalho e a busca de seus sonhos e aspirações.

A organização e otimização do uso de recursos também são aspectos cruciais na atuação da Secretaria. Buscamos fazer um planejamento estratégico abrangente para os próximos quatro anos, garantindo uma visão de longo prazo para nossas ações. Além disso, buscamos aprimorar a infraestrutura das escolas e demais instituições educacionais, assegurando ambientes adequados e propícios ao aprendizado.

Por fim, nosso objetivo é obter a melhor estrutura para a rede, garantindo que a gestão da educação seja descentralizada e próxima às realidades locais. Buscamos fortalecer a presença da família na escola, envolvendo os pais e responsáveis no processo educacional de seus filhos. Além disso, temos o compromisso de criar o Programa Universidade Gratuita, proporcionando oportunidades de acesso ao ensino superior e promovendo o desenvolvimento de Santa Catarina.

Com uma abordagem abrangente e focada em resultados, a Secretaria de Estado da Educação está empenhada em fortalecer a educação básica e profissional, valorizando e oferecendo formação continuada aos profissionais da educação. Garantir a saúde financeira da secretaria, aprimorar o fluxo de comunicação e de documentos, otimizar os processos e a oferta educacional entre as redes são também iniciativas essenciais para nosso sucesso.

Estamos comprometidos em proporcionar uma educação de qualidade que prepare os estudantes para os desafios do século XXI. Acreditamos que a educação é a base para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e próspera. Juntos, podemos construir um futuro melhor através do investimento no conhecimento e na formação dos nossos jovens.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

- I – formular as políticas educacionais da educação básica, profissional e superior no Estado de Santa Catarina, observadas as normas regulamentares de ensino emanadas do Conselho Estadual de Educação (CEE) e as diretrizes, metas e estratégias do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina;
- II – garantir o acesso e a permanência dos alunos na educação básica no Estado;
- III – coordenar a elaboração de programas de educação superior para o desenvolvimento regional;
- IV – definir a política de tecnologia educacional;
- V – estimular a realização de pesquisas científicas em parceria com outras instituições;
- VI – fomentar a utilização de metodologias e técnicas estatísticas do banco de dados da educação, objetivando a divulgação das informações aos gestores escolares;
- VII – elaborar programas de pesquisa voltados à área educacional na rede pública estadual de ensino;
- VIII – formular e implementar a Proposta Curricular de Santa Catarina;
- IX – estabelecer políticas e diretrizes para a construção, expansão, reforma e manutenção de escolas da Rede Pública Estadual de Ensino.
- X – firmar acordos de cooperação e convênios com instituições nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos e programas educacionais;
- XI – sistematizar e emitir relatórios periódicos de acompanhamento e controle de alunos, escolas, pessoal do Magistério, de construção e reforma de prédios escolares e aplicação de recursos financeiros destinados à educação;
- XII – coordenar as ações da educação de modo a garantir a unidade da rede, tanto nos aspectos pedagógicos quanto administrativos;
- XIII – normatizar, supervisionar, orientar, controlar e formular políticas de gestão de pessoal do Magistério Público Estadual, de forma articulada com o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas;
- XIV – promover, articuladamente com o órgão central do SAGP, a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal para garantir a unidade da Proposta Curricular no estado;
- XV – articular, formular, apoiar, fomentar, supervisionar e garantir, em conjunto com a Fundação Catarinense de Esporte e o Sistema Desportivo Estadual, a prática Regular do esporte educacional; e
- XVI – Realizar o acompanhamento da execução do Plano Estadual de Educação (PEE/SC) e divulgar a progressiva implementação das estratégias para a concretização das metas, de forma a garantir o amplo acesso da população ao Plano.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover educação de qualidade, proporcionando ao estudante aprendizagem de competências para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

VISÃO: Tornar Santa Catarina referência nacional em educação básica até 2027.

VALORES:

- Respeito;
- Transparência;
- Colaboração;
- Senso de pertencimento;
- Inovação;
- Agilidade;
- Cultura de resultado.

ESTRUTURA:

- **Gabinete do Secretário**
 - Assessoria de Comunicação
 - Controle Interno e Ouvidoria
 - Consultoria Jurídica
- **Diretoria de Administração**
 - Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - Gerência de Compras e Contratações
 - Gerência de Apoio Operacional
 - Gerência de Logística
- **Diretoria de Finanças**
 - Gerência de Orçamento e Custos
 - Gerência Financeira
 - Gerência de Contabilidade
- **Diretoria de Ensino**
 - Gerência do Ensino Fundamental
 - Gerência do Ensino Médio e Profissional
 - Gerência de Modalidades e Diversidades Curriculares
 - Gerência de Administração Escolar
 - Gerência de Articulação e Ofertas Educacionais
- **Diretoria de Planejamento**
 - Gerência de Planejamento e Gestão
 - Gerência de Avaliação e Estatísticas Educacionais
 - Gerência de Políticas e Documentação Escolar
- **Diretoria de Gestão de Pessoas**
 - Gerência de Gestão de Pessoas
 - Gerência de Remuneração e Movimentação
 - Gerência de Desenvolvimento Profissional
- **Diretoria de Infraestrutura**
 - Gerência de Projetos
 - Gerência de Infraestrutura
 - Gerência de Manutenção
- **Coordenadorias Regionais de Educação**

CARREIRAS/SERVIDORES: A estrutura de carreira dos cargos efetivos integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual é constituída por 6 (seis) níveis e 9 (nove) referências, que é composta dos cargos:

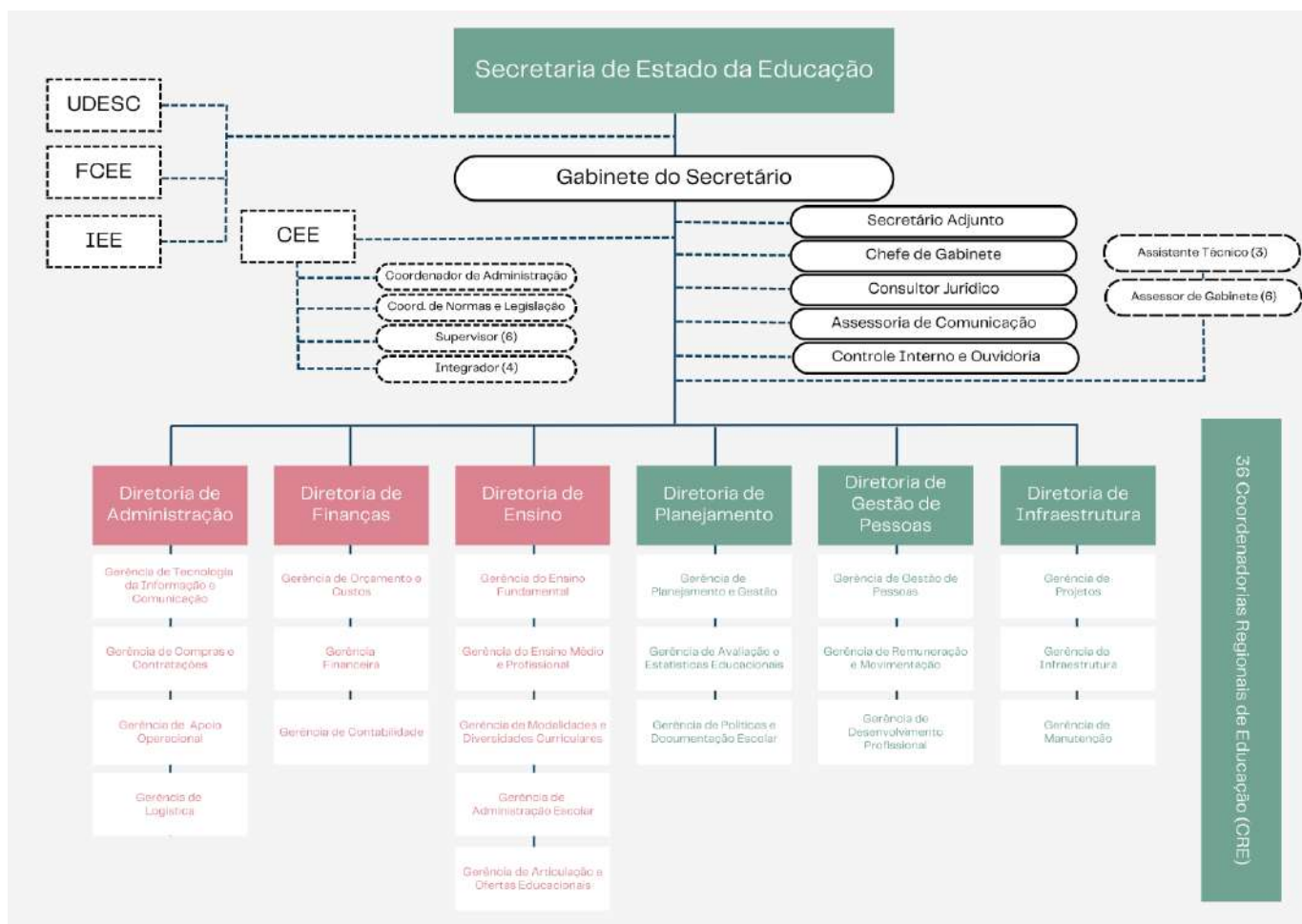
- I – Grupo Ocupacional de Docência: Professor;
- II – Grupo Ocupacional de Apoio Técnico:
 - a) Assistente Técnico-Pedagógico; e
 - b) Especialista em Assuntos Educacionais;
- III – Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo: Assistente de Educação; e
- IV – Grupo Ocupacional de Gestão: Consultor Educacional.

O desenvolvimento funcional poderá ocorrer das seguintes formas:

1. Ascensão funcional é a passagem do titular de cargo efetivo integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, estável, de um nível de habilitação para outro superior.
2. Promoção é a elevação do titular de cargo efetivo integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, estável, à referência imediatamente superior do nível a que pertence, a cada 3 anos, comprovando o somatório mínimo de 120 (cento e vinte) horas de frequência ou docência em cursos de aperfeiçoamento ou atualização.

| SERVIDORES EFETIVOS - MÊS DE MAIO/23 | |
|---------------------------------------|---------------|
| Descrição do Cargo | Total |
| ASSISTENTE DE EDUCACAO | 1.731 |
| ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO | 1.641 |
| CONSULTOR EDUCACIONAL | 169 |
| ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 961 |
| PROFESSOR | 13.929 |
| Total geral | 18.431 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

No campo de atuação do Ensino Fundamental as principais áreas de atuação são:

- **Assegurar a devida execução das ações pedagógicas voltadas ao Ensino Fundamental:** Nesse campo, é fundamental garantir que todas as ações pedagógicas planejadas para o Ensino Fundamental sejam executadas de forma eficiente e alinhadas com as diretrizes educacionais estabelecidas. Isso envolve o acompanhamento e a supervisão das práticas pedagógicas adotadas nas unidades de ensino;
- **Monitorar o desempenho dos programas e projetos voltados para o Ensino Fundamental do estado:** Acompanhar de perto o desempenho dos programas e projetos implementados no âmbito do Ensino Fundamental, avaliando seus resultados e impactos. Essa monitorização é crucial para identificar pontos fortes e áreas que requerem melhoria, visando garantir a efetividade dessas iniciativas educacionais;
- **Elaborar, orientar e acompanhar os projetos e programas desenvolvidos nas unidades de ensino:** Em parceria com as coordenadorias, é responsabilidade do campo de atuação do Ensino Fundamental elaborar, orientar e acompanhar os projetos e programas desenvolvidos nas unidades de ensino. Isso inclui fornecer diretrizes claras, orientações pedagógicas e suporte necessário para a implementação dessas iniciativas;
- **Promover a excelência do ensino catarinense, no âmbito da educação fundamental:** Buscar constantemente a excelência no ensino catarinense, buscando melhorar a qualidade da educação fundamental oferecida pelo estado. Isso envolve o estabelecimento de metas e estratégias para aprimorar os resultados educacionais, a formação continuada dos professores, o uso de práticas pedagógicas inovadoras e o incentivo à pesquisa e à inovação educacional;
- **Garantir a regulação das diretrizes do Ensino Fundamental:** Assegurar que as diretrizes e normas estabelecidas para o Ensino Fundamental sejam seguidas e implementadas de forma adequada nas unidades de ensino. Isso inclui a revisão e atualização periódica dessas diretrizes, levando em consideração as demandas e desafios atuais da educação;
- **Assegurar a implementação dos documentos norteadores da educação, como o currículo base na rede estadual:** Garantir a implementação do currículo base nas escolas da rede estadual, assegurando que as orientações curriculares sejam seguidas e que os conteúdos essenciais sejam abordados de maneira adequada. Isso envolve o monitoramento e a avaliação da implementação do currículo nas escolas;
- **Acompanhar e avaliar o processo de implementação de políticas e programas de educação integral no âmbito da educação fundamental:** Acompanhar e avaliar a implementação de políticas e programas de educação integral, que visam promover uma formação mais abrangente e integral para os estudantes do Ensino Fundamental. Isso inclui monitorar a ampliação do tempo escolar, o desenvolvimento de atividades complementares e a articulação com instituições e parceiros externos;
- **Acompanhar e avaliar o processo de implementação de políticas e programas de educação integral no âmbito da educação fundamental:** Acompanhar e avaliar a implementação de políticas e programas de educação integral, que visam promover uma formação mais abrangente e integral para os estudantes do Ensino Fundamental. Isso inclui monitorar a ampliação do tempo escolar, o desenvolvimento de atividades complementares e a articulação com instituições e parceiros externos;
- **Gerir ações de convênios e demais formas de parceria com outras esferas do poder público ou entidades não-governamentais, no âmbito da educação fundamental:** Gerenciar e estabelecer parcerias com outras esferas do poder público, bem como entidades não-governamentais, visando fortalecer as ações e programas desenvolvidos no âmbito do Ensino Fundamental. Isso inclui a gestão dos convênios, o monitoramento das atividades desenvolvidas em parceria e a busca por recursos adicionais para o aprimoramento da educação fundamental.

No campo de atuação do Ensino Médio e Profissional os principais campos de atuação são:

- **Assegurar a devida execução das ações pedagógicas voltadas ao Ensino Médio e Profissionalizante:** Garantir que todas as ações pedagógicas planejadas para o Ensino Médio e Profissionalizante sejam executadas de forma adequada e alinhadas com as diretrizes educacionais estabelecidas. Isso envolve o acompanhamento e a supervisão das práticas pedagógicas adotadas nas unidades de ensino;
- **Coordenar, monitorar e avaliar programas e projetos federais e estaduais voltados para o ensino médio do estado:** Realizar a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos programas e projetos voltados especificamente para o ensino médio, sejam eles implementados pelo governo federal ou estadual. Essa atribuição visa garantir a efetividade dessas iniciativas e o alcance dos resultados esperados;
- **Promover a excelência do ensino catarinense, no âmbito do ensino médio:** Buscar a promoção da excelência no ensino médio catarinense, implementando estratégias e ações que visam a melhoria contínua da qualidade da educação nessa etapa. Isso envolve o estabelecimento de metas e diretrizes, a formação continuada dos professores, a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e a busca pela excelência nos resultados educacionais;
- **Garantir a regulação das diretrizes da Educação Profissional do estado:** Assegurar a regulação das diretrizes da Educação Profissional em Santa Catarina, garantindo que os cursos e programas estejam alinhados com as necessidades do mercado de trabalho e as demandas da sociedade. Isso inclui a definição de diretrizes curriculares, a certificação dos cursos e a supervisão da qualidade da formação profissional oferecida;
- **Acompanhar e avaliar o processo de implementação de políticas e programas de educação integral no âmbito do ensino médio:** Acompanhar e avaliar a implementação de políticas e programas de educação integral no ensino médio, buscando promover uma formação mais abrangente e integral para os estudantes. Isso envolve o monitoramento da ampliação do tempo escolar, a implementação de atividades complementares e a articulação com instituições e parceiros externos;
- **Coordenar, acompanhar e fiscalizar os estágios obrigatórios e não obrigatórios no âmbito da educação:** Promover a coordenação, o acompanhamento e a fiscalização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados pelos estudantes do ensino médio e profissionalizante. Essa atribuição visa garantir a qualidade dos estágios, o cumprimento da legislação e a adequação das experiências de trabalho dos estudantes;
- **Elaborar, promover e ofertar cursos de formação continuada voltada ao ensino médio de acordo com a matriz curricular estadual:** Elaborar, promover e oferecer cursos de formação continuada voltados aos professores do ensino médio, visando o aprimoramento de suas práticas pedagógicas e o aprofundamento dos conhecimentos em sua área de atuação. Essa atribuição busca garantir uma formação continuada de qualidade, alinhada com a matriz curricular estadual;
- **Coordenar e supervisionar a autorização de funcionamento de cursos do Ensino Médio e Profissional da rede pública estadual:** Coordenar e supervisionar o processo de autorização de funcionamento de cursos do Ensino Médio e Profissional nas unidades da rede pública estadual. Isso envolve a análise de projetos pedagógicos, a vistoria das instalações, a verificação da capacidade técnica e estrutural das escolas e a garantia do cumprimento das normas educacionais;
- **Gerir ações de convênios e demais formas de parceria com outras esferas do poder público ou entidades não-governamentais, no âmbito do ensino médio estadual:** Gerenciar e estabelecer parcerias com outras esferas do poder público e entidades não-governamentais para o fortalecimento do ensino médio estadual. Isso inclui a gestão de convênios, o estabelecimento de parcerias estratégicas e a busca por recursos adicionais para o desenvolvimento de programas e projetos;

No campo de atuação das Modalidades e Diversidades Curriculares os principais campos de atuação são:

- **Garantir o ensino público de qualidade aos alunos da Educação Especial, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação do Campo, da Educação Escolar Quilombola e da Educação Escolar Indígena:** Assegurar que os alunos dessas modalidades de ensino tenham acesso a uma educação pública de qualidade, respeitando suas especificidades e necessidades. Isso envolve a criação de políticas, diretrizes e práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o desenvolvimento pleno dos estudantes em cada uma dessas modalidades;
- **Promover e propor novas ações e projetos voltados para as diversidades curriculares:** Desenvolver e implementar ações e projetos que valorizem e atendam as diversidades curriculares presentes nas diferentes modalidades de ensino. Isso inclui a promoção de iniciativas que ampliem a oferta de recursos, estratégias e materiais pedagógicos adequados às características de cada grupo específico, fomentando a equidade e o respeito à diversidade;
- **Garantir a formação continuada de professores atualizando os conhecimentos específicos de cada área:** Oferecer formação continuada aos professores que atuam nas modalidades e diversidades curriculares, atualizando seus conhecimentos específicos e fortalecendo suas competências pedagógicas. Essa atribuição visa capacitar os educadores para lidar com as demandas e necessidades dos alunos, proporcionando práticas pedagógicas inclusivas e eficazes;
- **Coordenar a implementação de políticas educacionais voltadas à Educação Especial, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação do Campo, da Educação Escolar Quilombola e da Educação Escolar Indígena:** Coordenar e acompanhar a implementação de políticas educacionais direcionadas às diferentes modalidades e diversidades curriculares, assegurando a adequada execução das ações planejadas. Isso envolve o estabelecimento de diretrizes, o monitoramento dos resultados e o ajuste de estratégias conforme necessário;
- **Representar a SED em reuniões, eventos, conselhos de direitos, comitês e comissões voltadas para as modalidades alternativas de ensino:** Representar a Secretaria de Educação (SED) em diferentes instâncias e espaços de discussão relacionados às modalidades e diversidades curriculares. Essa atribuição busca garantir a participação ativa da SED nessas iniciativas, contribuindo para o fortalecimento e a melhoria das políticas educacionais voltadas a essas modalidades;
- **Acompanhar e avaliar o processo de inclusão no período de escolarização a fim de garantir a permanência e o êxito na aprendizagem do aluno com deficiência:** Acompanhar de perto o processo de inclusão de alunos com deficiência, garantindo sua permanência e sucesso no ambiente escolar. Isso envolve a identificação de barreiras e desafios, a implementação de medidas de apoio e a avaliação contínua dos resultados, visando oferecer suporte e garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos;
- **Coordenar as ações do Núcleo de educação, prevenção, atenção e atendimento à violência na Escola:** Coordenar as ações do Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento à Violência na Escola, visando promover um ambiente seguro e acolhedor para os estudantes. Isso envolve o desenvolvimento de estratégias de prevenção, a capacitação de profissionais, a criação de protocolos de atendimento e a articulação com outros órgãos e instituições envolvidos na promoção da segurança e do bem-estar dos alunos.

No campo de atuação da Administração Escolar os principais campos de atuação são:

- **Planejar e solicitar a aquisição de suprimentos para as unidades de ensino:** Realizar o planejamento e solicitação de suprimentos necessários para o funcionamento adequado das unidades de ensino. Isso envolve identificar as demandas, estabelecer critérios de qualidade e quantidade, e solicitar a compra dos materiais necessários para o desenvolvimento das atividades educacionais;

- **Acompanhar e fiscalizar o recebimento de suprimentos pelas unidades de ensino:** Acompanhar de perto o processo de recebimento dos suprimentos adquiridos, verificando a conformidade dos materiais em relação ao que foi solicitado e garantindo a qualidade dos produtos recebidos. Essa atribuição busca assegurar que as unidades de ensino recebam os suprimentos necessários para o seu funcionamento adequado;
- **Acompanhar e fiscalizar o consumo de suprimentos:** Monitorar o consumo dos suprimentos pelas unidades de ensino, garantindo que sejam utilizados de forma adequada e sustentável. Isso envolve o controle de estoque, a verificação do uso correto dos materiais e a adoção de medidas para evitar desperdícios;
- **Fiscalizar e garantir a qualidade e conformidade dos suprimentos adquiridos:** Fiscalizar a qualidade e a conformidade dos suprimentos adquiridos, verificando se atendem aos padrões estabelecidos e às normas de segurança. Essa atribuição busca assegurar que os suprimentos utilizados nas unidades de ensino sejam seguros, duráveis e adequados para o seu propósito;
- **Coordenar a realização de eventos escolares:** Coordenar a organização e realização de eventos escolares, como festas, feiras, palestras, entre outros. Isso envolve o planejamento logístico, a definição de cronogramas, a mobilização de recursos e a coordenação das equipes responsáveis pela realização dos eventos;
- **Garantir a alimentação dos alunos do ensino público estadual de acordo com as necessidades nutricionais estabelecidas:** Assegurar que os alunos do ensino público estadual recebam uma alimentação adequada, em conformidade com as necessidades nutricionais estabelecidas. Isso envolve a definição de cardápios equilibrados, a supervisão do preparo das refeições e a garantia de que os alimentos oferecidos sejam nutritivos e seguros;
- **Controlar e elaborar relatórios sobre a quantidade de refeições realizadas na rede de ensino estadual:** Realizar o controle e elaboração de relatórios sobre a quantidade de refeições servidas na rede de ensino estadual. Isso permite acompanhar o consumo alimentar dos alunos, identificar demandas e necessidades, e fornecer informações relevantes para a tomada de decisões e o planejamento estratégico;
- **Elaborar os cardápios de refeições usando como base o estabelecido pelo PNAE:** Elaborar os cardápios das refeições escolares, considerando as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Isso envolve a seleção de alimentos saudáveis e adequados, respeitando as restrições e recomendações nutricionais estabelecidas;
- **Coordenar a entrega e armazenamento dos alimentos para preparo das refeições escolares:** Coordenar a logística de entrega e armazenamento dos alimentos utilizados no preparo das refeições escolares. Isso inclui o controle de estoque, o acompanhamento da qualidade dos alimentos recebidos e a supervisão das condições de armazenamento, garantindo a segurança e a adequação dos produtos utilizados;
- **Elaborar, implementar e acompanhar projetos relativos à alimentação escolar:** Elaborar e implementar projetos voltados para a melhoria da alimentação escolar, buscando aperfeiçoar a qualidade, a diversidade e a sustentabilidade dos alimentos oferecidos. Isso pode envolver parcerias com produtores locais, iniciativas de educação alimentar e ações que promovam uma alimentação saudável e consciente;
- **Promover a oferta de alimentação escolar com alimentos da agricultura familiar:** Estimular a oferta de alimentos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, fortalecendo a economia local e incentivando práticas sustentáveis. Isso envolve a articulação com produtores rurais, a promoção de compras institucionais e o estabelecimento de mecanismos que facilitem a inclusão dos alimentos da agricultura familiar nas refeições escolares.

No campo de atuação da Articulação e Ofertas Educacionais os principais campos de atuação são:

- **Fortalecer a parceria e cooperação entre Estado e Município:** Promover a aproximação e o trabalho conjunto entre o Estado e os Municípios, buscando uma atuação integrada na oferta da educação básica. Isso envolve a realização de reuniões, articulações e parcerias estratégicas, visando o alinhamento de ações e a otimização dos recursos disponíveis;
- **Elaborar o plano de ofertas educacionais:** Desenvolver um plano de ação que oriente as ofertas educacionais, considerando as necessidades e demandas específicas de cada região. Isso inclui a definição de metas, a identificação de áreas prioritárias e a proposição de estratégias para ampliar o acesso e a qualidade da educação básica;
- **Elaborar e coordenar políticas e programas de atuação conjunta com os municípios para oferta da educação básica:** Desenvolver políticas e programas que promovam a atuação conjunta entre o Estado e os Municípios na oferta da educação básica. Isso envolve a criação de diretrizes, a definição de normas e o estabelecimento de ações integradas que visem à melhoria da qualidade da educação;
- **Manter a interlocução e atender as demandas de municípios em questões relacionadas à solicitação de recursos:** Manter uma comunicação constante com os prefeitos, atendendo às demandas relacionadas à solicitação de recursos para a educação básica. Isso inclui o estabelecimento de canais de diálogo, a análise das necessidades apresentadas e o encaminhamento adequado das solicitações;
- **Promover programas de apoio técnico, pedagógico e financeiro aos sistemas municipais:** Desenvolver programas que ofereçam apoio técnico, pedagógico e financeiro aos sistemas municipais de ensino. Isso inclui a disponibilização de recursos, a realização de capacitações e o acompanhamento das práticas pedagógicas, visando fortalecer a gestão educacional e melhorar os indicadores de aprendizagem;
- **Capacitar gestores e servidores municipais para o aprimoramento da gestão dos sistemas de ensino:** Promover a capacitação de gestores e servidores municipais, oferecendo cursos, workshops e formações que contribuam para o aprimoramento da gestão dos sistemas de ensino. Isso inclui o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, visando fortalecer a administração educacional nos municípios;
- **Garantir a devida execução e prestação de contas dos convênios com recursos da Secretaria e da Assembleia Legislativa:** Assegurar que os convênios firmados com recursos da Secretaria de Educação e da Assembleia Legislativa sejam executados de forma adequada e transparente. Isso envolve a fiscalização dos repasses, o acompanhamento das atividades e a prestação de contas, garantindo a correta utilização dos recursos públicos;
- **Coordenar o Programa Estadual de Transporte Escolar para os alunos da rede estadual em parceria com os municípios:** Coordenar o Programa Estadual de Transporte Escolar, em parceria com os municípios, garantindo o deslocamento seguro e regular dos alunos da rede estadual. Isso envolve o planejamento e a gestão do transporte, a definição de rotas, a contratação de empresas ou motoristas, e o monitoramento da qualidade e da eficiência do serviço;

Na área de atuação da Diretoria de Gestão de Pessoas as principais atribuições são:

- **Regulamentar, normatizar e controlar** os procedimentos administrativos relativos à gestão de pessoas no âmbito da SED/Coordenadorias/Escolas, assegurando a uniformidade de interpretação e aplicação da legislação pertinente;
- **Acompanhar a vida funcional** de todos os servidores vinculados à Secretaria de Estado da Educação/SED, desde a investidura no cargo até a aposentadoria;
- **Publicação de Atos Legais:** Afastamentos gerais, movimentação de pessoal (concessão de afastamento / disposição), dispensa do ponto;
- **Elaboração e publicação de Editais** de concursos de ingresso, processo seletivo de professor ACT e concurso de remoção;

- **Folha de Pagamento:** Análise, conferência e regularização;
- **Estudo, revisão e elaboração de dispositivos legais:** Minutas de Portaria / Decreto / Projeto de Lei;
- **Subsidiar a defesa do Estado** nas Ações Judiciais movidas pelos Servidores Públicos da Secretaria de Estado da Educação.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Capilaridade de rede 2. Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do território catarinense 3. Gestão participativa e democrática 4. Indicadores educacionais e sociais – Educação na Palma da Mão 5. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense 6. Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina 7. Concursos públicos 8. Sistema de Gestão Educacional | <ol style="list-style-type: none"> 1. Infraestrutura escolar obsoleta 2. Demora no atendimento e entrega das obras 3. Resultados dos indicadores externos (SAEB e IDEB) 4. Sistemas de gestão subutilizados 5. Burocracia: falta de processos bem definidos 6. Monitoramento e cobrança de resultados 7. Quantitativo de contratos de admissão em caráter temporário 8. Déficit de profissionais efetivos nas unidades escolares |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Colaboração com empresas e organizações 2. Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação de SC 3. Interesse da sociedade pela educação 4. Acesso e articulação com órgãos externos (CONSED, MEC, CAPES) 5. Integração das Coordenadorias Regionais de Educação e entre as Diretorias da SED 6. Personalização da aprendizagem | <ol style="list-style-type: none"> 1. Mudanças no mercado de trabalho 2. Alterações nas políticas educacionais 3. Pressões financeiras 4. Judicialização crescente da educação 5. Falta de professores habilitados em algumas áreas 6. Formação inicial de profissionais alinhados com a realidade atual da educação catarinense |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS

- Servidores da Secretaria de Estado da Educação
- Coordenadorias Regionais de Educação (CREs)
- Profissionais de educação escolar
- Profissionais do magistério
- Terceirizados e Estagiários

EXTERNAS

- Pais/responsáveis e estudantes
- Comunidade do entorno
- Sociedade
- Outros órgãos públicos
- Consultorias privadas
- Conselho Estadual da Educação
- Secretarias Municipais de Educação.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Em 2021 e 2022, os investimentos em educação no Estado atingiram o mínimo constitucional de 25%. Para mostrar os resultados atingidos nos últimos anos, elencamos quatro tópicos:

1- Resultados para os profissionais do magistério:

- Todos os profissionais passaram a ganhar, no mínimo, 5 mil;
- Foram contratados 64 psicólogos e 64 assistentes sociais para atuar nas coordenadorias regionais de educação;
- Contratação de 4,2 mil professores efetivos;
- Implementação do Processo Seletivo ACT-online;
- Concessão de 1,1 mil bolsas de pós-graduação.

2- Resultados na infraestrutura das escolas:

- R\$ 418 milhões para manutenção e revitalização das unidades e cerca de R\$ 58,3 milhões destinados a obras e projetos;
- Obras em 1007 escolas estaduais;
- Novas escolas: Em 2019, a EEB Zita Flach, em Chapecó, foi entregue com investimentos de R\$ 9,6 milhões. Em 2020, houve a inauguração da EEB Ângelo Cascaes Tancredo, em Palhoça, após investimento de R\$ 8,9 milhões, e do Centro de Educação Profissional (Cedup) de Guarimirim, que teve investimento de R\$ 10,1 milhões. Em 2021, a EEB Prof. José Faria Neto foi entregue à comunidade do Distrito de Ibicuí, em Campos Novos. Foram investidos R\$ 2,38 milhões em recursos estaduais na construção da nova unidade; Em 2022 foi entregue o Cedup de Rio Fortuna e a EEB Senador Evelásio Vieira;
- Início da construção de 81 quadras poliesportivas cobertas em escolas de todas as regiões de Santa Catarina, no valor de R\$ 246 milhões;

3 - Políticas educacionais em todos os níveis:

- Elaboração do novo currículo e implementação do Novo Ensino Médio no Estado;
- Incremento do Uniedu, programa de bolsas para a educação superior. Investimento de R\$ 1,3 bilhões nos últimos quatro anos;
- Construção e lançamento, em 2019, do Currículo Base do Território Catarinense da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- Criação da Política de Alfabetização do Estado;
- Gestão Estratégica do Indicador Crítico de Rendimento Escolar do Ensino Médio em Linguagens, Matemática, Ciência da Natureza e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- Implantação do Programa de Escolas Cívico-Militares (PECIM) na rede estadual de educação de Santa Catarina;

4 - Incremento de tecnologia nas escolas:

- Compra de notebooks para professores, lousas digitais e tablets para as escolas;
- Implementação do sistema de dados "Educação na Palma da Mão";

Implementação de Laboratórios Makers em 295 escolas estaduais.

Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), está instituída sob a Lei Estadual nº 8.092, de 1º de outubro de 1990, e a Constituição Estadual. É uma instituição pública de educação, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, disciplinar e patrimonial; e que obedece ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme o artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e os artigos 168 e 169 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A UDESC possui o Museu da Escola Catarinense, localizado na Rua Saldanha Marinho nº 196, no Centro de Florianópolis, e unidades presenciais em: 1. Florianópolis; 2. Balneário Camboriú; 3. Joinville; 4. São Bento do Sul; 5. Ibirama; 6. Lages; 7. Laguna; 8. Chapecó; 9. Pinhalzinho, 10. Caçador (em implantação).

Nome das unidades da UDESC e onde se localizam:

- 1) Reitoria, em Florianópolis;
- 2) Centro de Artes, Design e Moda – CEART, em Florianópolis;
- 3) Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG, em Florianópolis;
- 4) Centro de Ciências da Saúde e do Esporte – CEFID, em Florianópolis;
- 5) Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, em Florianópolis;
- 6) Centro de Educação a Distância – CEAD, em Florianópolis;
- 7) Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV, em Lages;
- 8) Centro de Ciências Tecnológicas – CCT, em Joinville;
- 9) Centro de Educação do Planalto Norte – CEPLAN, em São Bento do Sul;
- 10) Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – CESFI, em Balneário Camboriú;
- 11) Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES, em Laguna;
- 12) Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI, em Ibirama;
- 13) Centro de Educação Superior do Oeste – CEO, em Chapecó, Pinhalzinho e Fazenda Experimental no município de Guatambu;
- 14) Centro de Educação Superior do Meio-Oeste – CESMO, em Caçador (em implantação).

Além das unidades presenciais, a Universidade também possui 30 polos de educação a distância (EAD) em todas as regiões do Estado, envolvendo cursos de graduação e pós-graduação, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação (MEC).

De acordo com o Estatuto da UDESC, aprovado pelo Decreto nº 4.184/2006 e alterado pelo Decreto Estadual nº 1.793/2018 a Universidade tem por fim a produção, preservação e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico, desportivo e cultural, por intermédio do fomento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC tem por objetivos específicos o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, integrados na formação técnica profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, científica, tecnológica e artística, conforme previsto no art. 2º da Lei nº 8.092/1990.

De acordo com o Estatuto da UDESC, aprovado pelo Decreto nº 4.184/2006 e alterado pelo Decreto Estadual nº 1.793/2018 a Universidade tem por fim a produção, preservação e difusão do conhecimento científico,

tecnológico, artístico, desportivo e cultural, por intermédio do fomento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo para tanto realizar as atribuições:

I - Garantir a indissociabilidade entre o Ensino, Pesquisa e Extensão nas diversas áreas do conhecimento, comprometidos com a cidadania e a socialização do saber;

II - Estabelecer parcerias solidárias com a comunidade na busca de soluções coletivas e na construção de uma sociedade democrática, plural e ética;

III - Promover a inclusão social e étnica, respeitando a diversidade cultural;

IV - Contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade, com a busca da erradicação das desigualdades sociais e a utilização de tecnologias ecologicamente orientadas;

V - Estimular, promover e manter a investigação científica;

VI - Fomentar e prover de recursos às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, no âmbito da UDESC.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: A UDESC tem, por missão, realizar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, de modo articulado, a fim de contribuir na formação de cidadãos comprometidos com a ética e com a qualidade de vida para o desenvolvimento sustentável das organizações e da sociedade.

VISÃO: Ser uma Universidade de excelência no Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão.

VALORES: Liberdade de expressão; Democracia; Moralidade; Ética; Transparência; Respeito à dignidade da pessoa e seus direitos fundamentais

ESTRUTURA: A UDESC está estruturada na forma de Universidade multicampi que compreende a Reitoria, os Campi, os Centros, as Unidades Avançadas e os Departamentos. Os órgãos da UDESC, definidos na legislação vigente são:

a) Deliberação Superior: Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho Curador (CONCUR), Câmara de Ensino de Graduação (CEG), Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG), Câmara de Extensão, Cultura e Comunidade (CECC) e Câmara de Administração e Planejamento (CAP);

b) Administração Superior: Reitoria;

c) Órgãos Suplementares: Suplementares Superiores e Suplementares Setoriais;

d) Consultoria e Representação Jurídica: Procuradoria Jurídica;

e) Deliberação Setorial: Conselho de Centro;

f) Administração Setorial: Direção de Centro;

g) Deliberação Básica: Colegiado Pleno do Departamento, Colegiados de Ensino e Comissões de Pesquisa e Extensão;

h) Administração Básica: Chefia do Departamento.

Na Reitoria da UDESC, situada em Florianópolis, estão concentradas as Pró-Reitorias e os Órgãos Suplementares Superiores. O Regimento Interno define as Pró-Reitorias como órgãos de execução e estão descritas da seguinte forma:

- Pró-Reitoria de Administração;
- Pró-Reitoria de Ensino;
- Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade;
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- Pró-Reitoria de Planejamento.

Os Órgãos Suplementares Superiores, órgãos de suporte, são os seguintes:

- Secretaria dos Conselhos Superiores;
- Secretaria de Comunicação;
- Secretaria de Controle Interno;
- Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação;
- Secretaria de Cooperação Interinstitucional e Internacional;
- Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades;
- Editora Universitária;
- Coordenadoria de Vestibulares e Concursos;
- Museu da Escola Catarinense;
- Biblioteca Universitária;
- Coordenadoria de Avaliação Institucional;
- Coordenadoria de Projetos e Inovação;
- Procuradoria Jurídica.

Os Conselhos Superiores e as Câmaras são compostos por representantes da comunidade universitária, ou seja, por servidores docentes, técnicos universitários e por discentes, com a seguinte quantificação: CONSUNI – Conselho Universitário: 100 representações, CONCUR – Conselho Curador: 7 representações. A Câmara de Administração e Planejamento (CAP) é composta por 17 a 21 membros, enquanto as Câmaras de Ensino de Graduação (CEG), Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) e Câmara de Extensão Cultura e Comunidade (CECC) são formadas por 20 integrantes cada.

A Reitoria, os Campi e os Centros estão distribuídos como segue:

I – Reitoria da UDESC, com sede em Florianópolis;

II – Campus I – UDESC Grande Florianópolis:

- a) Centro de Artes, Moda e Design – CEART, criado em 1985, quando foi desvinculado da FAED;
- b) Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG, criado pela Lei nº 3.530/1964;
- c) Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, criado pela Lei nº 3.191/1963;
- d) Centro de Ciências da Saúde e do Esporte – CEFID, criado pelo Decreto Estadual nº 45/72;
- e) Centro de Educação a Distância – CEAD, criado pela Resolução nº 055/2002 – CONSUNI, e pelo Decreto Estadual nº 6.034/2002.

III – Campus II – UDESC Norte Catarinense:

- a) Centro de Ciências Tecnológicas – CCT, localizado em Joinville, foi criado pela Lei nº 1.520/1956;
- b) Centro de Educação do Planalto Norte – CEPLAN, localizado em São Bento do Sul, foi criado pelo Decreto Estadual nº 4.831/2006. Em 28/09/2006, foi aprovado o Projeto de Criação do Centro através da Resolução nº 266/2006 – CONSUNI.

IV – Campus III – UDESC Planalto Serrano:

- a) Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV, localizado em Lages, com origem nas Faculdades de Agronomia e Medicina Veterinária, criadas pelo Decreto Estadual nº 2.802/1965.

V – Campus IV – UDESC Oeste Catarinense:

- a) Centro de Educação Superior do Oeste – UDESC OESTE, com sedes nas cidades de Chapecó, Pinhalzinho e Guatambu (Fazenda Experimental), criado pelo Decreto Estadual nº 6.032/2002. Em 24/10/2002, pela Resolução nº 054/2002 – CONSUNI foi criado o Campus Oeste da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

VI – Campus V – UDESC Vale do Itajaí:

a) Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI, com sede em Ibirama, foi criado pelo Decreto Estadual nº 4.832, de 06/11/2006. Em 23/11/2006, foi aprovada a criação do “Campus” V – Vale do Itajaí e do respectivo Centro Educação Superior do Alto Vale pela Resolução nº 271/2006 – CONSUNI.

b) Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – CESFI, com sede em Balneário Camboriú, foi criado pelo Decreto Estadual nº 3.276/2010, publicado no Diário Oficial de SC em 21/05/2010, conforme encaminhamento dado pela Resolução nº 010/2010 – CONSUNI de 09/04/2010.

VII – Campus VI – UDESC Sul Catarinense:

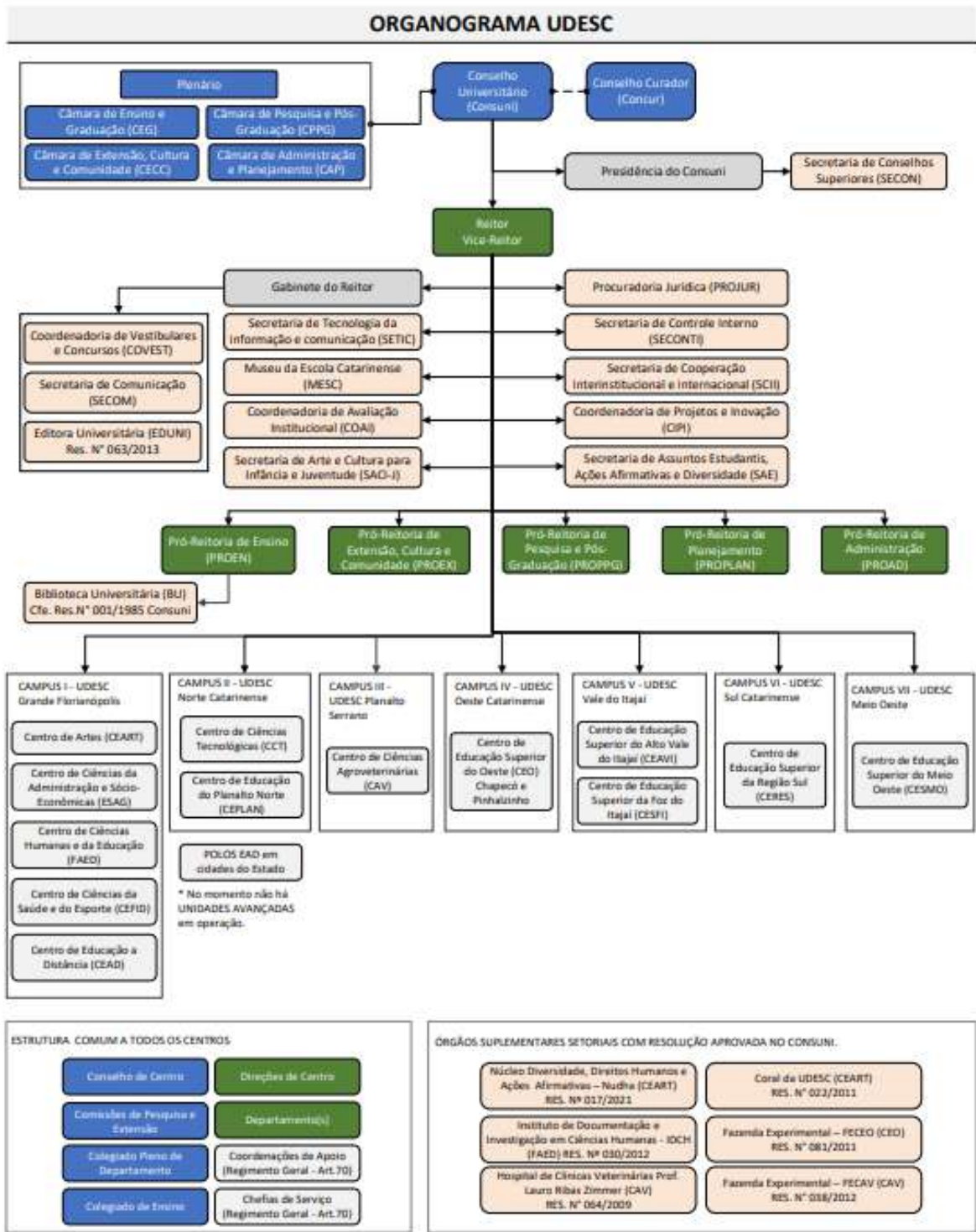
a) Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES, com sede em Laguna, foi criado pelo Decreto Estadual nº 5.018/2006. Em 23/11/2006, foi aprovada a criação do “Campus VI” – Sul Catarinense e do respectivo Centro Educacional do Sul, através da Resolução nº 272/2006 – CONSUNI.

VIII – Campus VII – UDESC Meio Oeste, Centro de Educação Superior do Meio Oeste do Estado – CESMO. Conforme encaminhamento dado por meio da Resolução nº 010/2010 – CONSUNI, em 26/11/2021, o Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, assinou o Decreto nº 1.585, que cria o Centro de Educação Superior do Meio-Oeste – CESMO, Campus VII da UDESC, em Caçador.

CARREIRAS/SERVIDORES: A Lei Complementar nº 345/2006, dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Universidade, e recentemente teve algumas alterações pela Lei Complementar nº 800/2022.

A UDESC conta com o quadro de pessoal permanente composto por duas categorias de servidores públicos: Professores Universitários e Técnicos Universitários.

ORGANOGRAMA



Este organograma representa as principais estruturas previstas em Estatuto, Regimento Geral e Resoluções da UDESC. Alterado em Maio de 2023. Elaboração: PROPLAN/SENOR.

LEGENDA:

- ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO
- ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
- ÓRGÃOS SUPLEMENTARES
- DEMAIS ÓRGÃOS E CARGOS

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Graduação

A UDESC possui 60 cursos de graduação em várias áreas de conhecimento. O Ensino compreende as ações voltadas à prospecção, discussão, sistematização e disseminação do saber e é ministrado através de cursos e programas. Os cursos ou programas são oferecidos nas modalidades presencial e/ou a distância com regime didático na forma de créditos, estruturado em um sistema de disciplinas hierarquizadas, definido pelo projeto pedagógico. Em 2022 a universidade teve quase 11 mil alunos matriculados e 1.166 alunos formados.

O financiamento de projetos de ensino é implementado por meio do Programa de Apoio ao Ensino de Graduação - PRAPEG, que contempla projetos destinados à melhoria qualitativa do ensino de graduação.

Pós-Graduação

Considerando as particularidades das vocações regionais definidas para o Estado e o potencial da Universidade em capacitar os seus egressos dos cursos de graduação visando atender a demanda de mercado por profissionais cada vez mais especialistas, a UDESC ofereceu no ano de 2022 um total de 36 programas de Pós-Graduação, que são responsáveis por 51 cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, dos quais 15 doutorados, 25 mestrados acadêmicos e 11 mestrados profissionais, e ainda os cursos lato sensu: 3 especializações e 1 cursos de residência.

Os cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu capacitam e formam Pesquisadores nas diversas áreas do saber, que contribuem com o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e do País. Com base nas informações obtidas no sistema SIGA (Sistema de Gestão Acadêmica), em 2022 a UDESC teve 1.868 alunos matriculados regularmente no 1º semestre e 1.960 alunos matriculados regularmente no 2º semestre, sendo estes distribuídos nos níveis de mestrado e doutorado. Em termos de defesas de dissertações e teses, no ano de 2022, foram defendidas 301 dissertações e 107 teses, totalizando 408 dissertações e teses, decorrentes de Pesquisas realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.

Foram encaminhadas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC) propostas para criação de 12 cursos de doutorados e três de mestrado, em diversas áreas de conhecimento.

A Universidade também oferece cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, e o Programa de Residência em Medicina Veterinária no CAV é uma importante atividade institucional sendo que representa uma modalidade de Ensino de Pós-Graduação Lato Sensu destinada a aprimorar médicos veterinários nas áreas de clínica médica de pequenos animais, clínica cirúrgica de pequenos animais, clínica médica de grandes animais, anestesiologia, diagnóstico por imagem e patologia clínica veterinária, capacitando-os para a profissão liberal, Pesquisa e docência, bem como outra área de atuação, cuja demanda social requeira tal treinamento.

O procedimento analítico e criterioso para revalidação e reconhecimento nacional de diplomas emitidos por instituições estrangeiras é realizado de forma gratuita na UDESC, enquanto outras instituições de ensino cobram valores significativos pelo trabalho.

Pesquisa

A política de Pesquisa da UDESC demonstra a relevância da atividade como fomentadora de mecanismos relacionados ao desenvolvimento social, ambiental, cultural e tecnológico em todas as regiões do Estado. Neste sentido, os significativos resultados de sucesso atrelados aos projetos de Pesquisa que são desenvolvidos na UDESC têm potencializado a visibilidade estadual e nacional das atividades de Pesquisa realizadas em favor do Estado de Santa Catarina. Em 2022, a UDESC contou com 212 grupos de Pesquisa cadastrados, abrangendo as diversas áreas do conhecimento correlatas aos cursos de Graduação e de Pós-Graduação ofertados, e, sendo que destes, 107 foram beneficiados com o apoio financeiro pelo Programa de Apoio à Pesquisa (PAP).

Extensão

A UDESC também é referência na Extensão – com 1.058 ações de Extensão e 39 ações culturais em 2022. O financiamento de projetos de Apoio à Extensão é realizado por meio do Programa de Apoio à Extensão - PAEX, que contempla ações, programas e projetos de Extensão desenvolvidos pela UDESC nos municípios de Florianópolis, Joinville, Laguna, Ibirama, Balneário Camboriú, São Bento do Sul, Lages, Chapecó e Pinhalzinho.

A Extensão Universitária da UDESC visa estimular, apoiar e promover programas e medidas que atendam às necessidades do corpo discente, docente e técnico-administrativo, de modo a garantir uma participação efetiva na vida universitária. São atividades da Extensão Universitária:

- Incentivar o desenvolvimento da cultura e do esporte no âmbito da Universidade, buscando melhorar a qualidade de vida dos docentes e discentes. Auxilia os Centros de Ensino e setores da UDESC em assuntos relacionados à participação e/ou organização de eventos;
- Fixar políticas, objetivos e estratégias e propor a regulamentação de práticas que viabilizem o desenvolvimento qualitativo e quantitativo das atividades extensionistas;
- Fazer da cultura um instrumento colaborativo para a indissociabilidade da Extensão, do Ensino e da Pesquisa, promovendo a interação entre Universidade e sociedade, por meio do desenvolvimento de projetos, cursos, eventos com caráter cultural na comunidade externa e interna;
- Promover e supervisionar atividades acadêmicas no campo social e cultural, bem como a integração dos segmentos discente, docente e técnico universitário da Universidade;
- Coordenar os programas de apoio e assistência voltados à comunidade universitária.

Através de programas e ações isoladas, desenvolvidas notadamente por meio de edital interno por meio de procedimento classificatório, com a avaliação de pareceristas ad hoc (PROCEU – Programa de Apoio à Extensão na UDESC), a Instituição executou ações distribuindo recursos financeiros e bolsas acadêmicas de 20 horas para o desenvolvimento de ações de Extensão da UDESC nas áreas de: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; e trabalho.

Soma-se ao PAEX, o Edital a Qualquer Tempo nas áreas temáticas da Extensão Universitária.

A Universidade permanece investindo no Edital Campus de Cultura com o objetivo de fortalecer ações de arte e cultura em todos os locais onde a UDESC atua.

Criado em 2010, o Núcleo Extensionista Rondon – NER/UDESC, vem possibilitando o intercâmbio dos acadêmicos e a inserção da Universidade em diferentes áreas de conhecimento e em diversos cenários do Brasil, com ênfase no Estado de Santa Catarina na busca do desenvolvimento regional. Busca-se assim a garantia da interdisciplinaridade, da interação entre a Universidade e a Sociedade e da qualidade e do impacto das ações de Extensão no âmbito da UDESC, reforçando a missão da Universidade diante a realidade social.

A UDESC é uma das instituições públicas que mais investe em Extensão no Brasil, sendo que a Extensão representa a aplicação dos conhecimentos gerados na sociedade frente às necessidades da própria sociedade e, através desse fomento, alcança milhares de pessoas todos os anos.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> Qualidade do ensino de acordo com indicadores de avaliação externa e interna; Democratização do ensino com atuação em todas as regiões do Estado de Santa Catarina; Expansão da Pós-Graduação, com a política de verticalização do ensino; Produção de Pesquisa de impacto direto para o cidadão catarinense; Forte atuação social dos programas de extensão, atingindo mais de 700 mil pessoas no Estado por ano; Organização administrativa; Corpo de servidores docentes e técnicos qualificados; Mais de 90% do corpo docente é de professores doutores Salas de aula com equipamentos tecnológicos para aulas híbridas, se necessário; Apoio aos estudantes, seja em termos financeiros com bolsas e auxílios permanência, ou apoio psicológico; Possibilidade de que o estudante possa experimentar, além do conhecimento adquirido em sala de aula, de uma série de atividades de extensão, empresas juniores, grupos de pesquisa, intercâmbio entre estudantes da graduação e pós-graduação, atléticas esportivas, viagens; de estudo, mobilidade internacional, etc.; Incentivo a pesquisa na forma de bolsas de Iniciação Científica, demonstrando um quantitativo de bolsas que supre a demanda institucional no momento; Editais institucionais que promovem a publicação de resultados e pesquisas e de projetos de inovação. | <ol style="list-style-type: none"> Dificuldades na retenção dos alunos principalmente nos cursos de licenciatura; Dificuldade em superar eventuais excessos de burocracia; Ausência de sistemas computacionais integradores e inteligentes (que disponibilizem bases de dados voltadas ao apoio gerencial e planejamento); Condição de estrutura física de edificações em alguns Centros de Ensino; Condições de acessibilidade; Déficit no número de servidores, tanto técnicos quanto docentes; Redução do quadro de professores dos programas de Pós-Graduação, em razão de aposentadorias; |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> A criação de startups e incubadoras vinculadas a graduação e pós-graduação; Ampliação das parcerias entre instituições públicas e privadas nacionais e internacionais; Parcerias com governo para capacitação de servidores do Estado pela UDESC; Parcerias com ecossistema de inovação; Atendimento às demandas da sociedade catarinense por meio da extensão universitária; <p>Desenvolvimento de cursos em modalidade de Educação à Distância em parceria com Prefeituras para atendimento de demandas específicas de uma região.</p> | <ol style="list-style-type: none"> Falta de investimento em infraestrutura para mobilidade dos estudantes e servidores da instituição em algumas cidades; A velocidade e intensidade das mudanças da sociedade atual; Alterações no contexto regional onde estão inseridos os cursos; Interferências na autonomia universitária; Ausência de incremento no orçamento da universidade; Redução do fomento federal (CAPES, CNPQ e/ou FINEP). |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS

- Alunos de Graduação e Pós-Graduação;
- Professores Universitários (efetivos e substitutos);
- Técnicos Universitários e Advogados Fundacionais;
- Empregados de empresas prestadoras de serviços (Terceirizados).

EXTERNAS

- Cidadão;
- Organizações da sociedade civil;
- Empresas da indústria, comércio e serviços;
- Institutos e Fundações privadas;
- Administração pública direta (municipal, estadual e federal);
- Administração pública indireta (autarquias, fundações e empresas públicas);
- Instituições de ensino superior e pesquisa.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Ensino

A UDESC subiu ano após ano em todos os rankings nacionais e internacionais de avaliação de universidades. Está entre as 100 melhores universidades de América Latina. Possui 60 cursos de graduação, sendo 90% deles com notas 4-5 no Ministério da Educação - MEC, em uma escala de 1 a 5.

No ranking do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação, a partir da avaliação do índice geral de cursos - IGC, a UDESC tem conceito geral 4, na escala de 1 a 5. Com isso, é a 9ª melhor Universidade Estadual no País, de 34 universidades. Entre todas as universidades federais e estaduais, além de institutos federais, a UDESC aparece em 42º lugar, em um cenário com 269 universidades públicas e institutos federais.

Em Santa Catarina, a UDESC permanece como a segunda Universidade melhor avaliada, atrás apenas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Recebeu o Prêmio de Inovação Catarinense Professor Caspar Erich Stemmer em 2022 na categoria Instituição de Ensino Inovadora. Investiu no Programa ESPINE - Espaços inovadores de educação, em que cada Centro de Ensino possui ao menos uma sala ESPINE para atividades multidisciplinares com todo o apoio tecnológico.

Houve o fortalecimento de ações para uma formação empreendedora, contando com 6 incubadoras e 11 empresas juniores. A UDESC foi avaliada como a quarta universidade estadual mais empreendedora do país (Ranking Brasil Junior).

A universidade tem convênio com 100 instituições no exterior de 25 países e investe no Programa de Mobilidade Estudantil - PROME. A cada ano a UDESC oferece cerca de 40 bolsas de intercâmbio aos acadêmicos da graduação.

A UDESC registrou um novo recorde na história do seu vestibular, com 15.790 candidatos inscritos para 1.625 vagas do primeiro semestre letivo deste ano de 2023.

A instituição possui 50 professores pesquisadores entre os 10 mil mais influentes da América Latina.

Pesquisa e Pós-Graduação

A UDESC vem, continuamente, investindo em pesquisa e pós-graduação. A política de pesquisa da UDESC demonstra a relevância da atividade como fomentadora de mecanismos relacionados ao desenvolvimento social, cultural e tecnológico de todas as regiões do Estado, e os projetos de pesquisa desenvolvidos na UDESC têm contribuído de maneira significativa ao desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Para elencar dados indicadores da evolução que a pesquisa e pós-graduação vêm alcançando anualmente podemos citar:

Projetos de Pesquisa – em relação aos anos anteriores, os projetos de pesquisa aumentaram de 969 projetos de pesquisa em 2021, para 1.057 projetos em 2022. Este quantitativo vinha aumentando anualmente, tendo sofrido queda entre os anos de 2020 para 2021, reflexo do período pandêmico que se passou, onde a pesquisa da UDESC conseguiu manter número significativo e que voltou a crescer rapidamente.

Bolsas de Pesquisa – em relação aos anos anteriores, conseguimos notar o crescimento deste quantitativo, em 2020 e 2021 foram 496 bolsas concedidas ao total – oriundas das agências de fomento (164) com percentual referente a contrapartida da UDESC (332), em 2022 este número passou para o total de 536 bolsas.

Ainda em relação aos recursos que a UDESC vem captando e investindo, para aperfeiçoamento e qualificação dos recursos humanos no Estado de Santa Catarina, destacamos o crescente quantitativo de bolsas de pós-graduação:

Bolsas PROMOP – as bolsas PROMOP, de iniciativa da UDESC, tiveram os seguintes quantitativos: 2019 tivemos o número de 188 bolsas, 2020 foram mantidas estas 188 bolsas, em 2021 este número foi para 200 bolsas e em 2022 este aumento totalizou o número de 250 bolsas. Neste item, ressaltamos que além do aumento no número total de bolsas disponibilizadas, em 2023 os valores foram reajustados em conformidade com os novos valores praticados pela CAPES.

Bolsas CAPES de demanda social – as bolsas disponibilizadas pela CAPES à UDESC também tiveram crescimento ao longo dos anos: 2019 tivemos o número de 353 bolsas, 2020 foram 359 bolsas, em 2021 este número foi para 347 bolsas e em 2022 totalizou o número de 377 bolsas.

Existem também as bolsas de editais da FAPESC, somando atualmente 208 cotas, as Bolsas de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional - DCR onde o edital de Chamada Pública nº 05/2021 contou com quase R\$ 2,6 milhões destinado ao desenvolvimento de projetos de ciência, tecnologia e inovação na UDESC. Contamos também com as bolsas universitárias do Estado de Santa Catarina - UNIEDU, repassadas pela Secretaria de Educação do estado.

Além das bolsas, a UDESC recebe repasses da CAPES via PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação: 2019 e 2020 foram R\$ 793.518,64; 2021 e 2022 foram R\$ 875.436,00 e atualmente o valor repassado para o ano de 2023 é de R\$ 1.142.802,00.

Destacamos que o resultado final da Avaliação Quadrienal da CAPES 2017-2020 confirma um cenário muito positivo para a UDESC: 60% dos programas de Pós-Graduação da Universidade tiveram as notas aumentadas. A maior evolução na UDESC foi nos programas com nota 3 na quadrienal anterior: 90% tiveram conceito aumentado para 4, ou seja, 16 de um total de 18 programas com nota 3 subiram para 4. Dos nove programas com nota 4, quatro aumentaram para 5. Por fim, destaca-se o êxito obtido também na ampliação da quantidade dos programas com nota 5, que passou para 12, de um total de 35 programas de Pós-Graduação.

Por fim, visando o crescimento da oferta de qualificação de recursos humanos no Estado de Santa Catarina, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação submeteu a proposta de 15 novos cursos de Pós-Graduação stricto sensu da UDESC. Desse total, são 12 doutorados e 3 mestrados em diversas áreas de conhecimento, sendo dez acadêmicos e cinco profissionais, e todos foram aprovados pelos Conselhos da Universidade durante 2022. Se todos eles forem aprovados agora pela CAPES, serão oferecidos em Chapecó, Florianópolis, Ibirama, Lages, Laguna, Joinville e São Bento do Sul.

Extensão

No ano de 2022, foi realizada a Operação ReEncontro nos Municípios da Associação dos Municípios do Alto vale do Rio do Peixe – AMARP durante 11 dias. Nesta operação participaram 120 extensionistas que realizaram 808 atividades e atingiram 30.845 pessoas.

O Núcleo Extensionista Rondon – NER promove a interdisciplinaridade, a interação entre a Universidade e a sociedade. A qualidade e o impacto das ações de extensão no âmbito da UDESC reforçam a missão da Universidade diante da realidade social. As operações do NER são abertas à participação de acadêmicos, que desenvolvem atividades nas oito áreas da extensão universitária: educação; saúde; meio ambiente; direitos humanos e justiça; cultura; comunicação; trabalho; e tecnologia e produção.

A UDESC fomenta atividades culturais e artísticas apoiando ações da Orquestra Acadêmica UDESC, Núcleo de flautas doce, Big Band UDESC, Madrigal UDESC, Quarteto de cordas UDESC, Coral Infantil UDESC, Programa CEART aberto e Coral da UDESC Joinville, sendo que todos esses desenvolveram ações culturais de formação e divulgação por meio de espetáculos abertos à comunidade, recitais e o espetáculo “A Era do Rádio”, além do 2º Encontro de Orquestras Juvenis com a participação de 7 orquestras de municípios catarinenses.

Convênios com Captação de Recursos Externos

Os instrumentos pactuados pela UDESC em 2022 – sendo exemplos os convênios, os contratos de prestação de serviços, as descentralizações orçamentárias e os termos de cooperação firmados com instituições públicas do próprio Estado de Santa Catarina, de outros estados do país e do Governo Federal, assim como empresas – admitem objetos, de acordo com a missão das instituições que os firmam, que impactam nas atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação à sociedade catarinense e, por extensão, à sociedade brasileira e à Ciência.

Foram firmados instrumentos com o segmento industrial que geraram propriedade intelectual, que será transferida para o mercado e, por extensão, à sociedade.

Os objetos daqueles instrumentos foram de ações específicas, para além das atividades regulares dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão da UDESC. Essas ações acabam por consolidar o objetivo da UDESC de formação de capital humano de alta qualificação.

Os instrumentos pactuados pela UDESC em 2022 fortaleceram diretamente a interação com instituições públicas e privadas. Em 2022 foram celebrados 103 instrumentos jurídicos com diversas instituições públicas e privadas tanto de âmbito nacional como internacional.

A UDESC participa do Programa de Governo 0230 – INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação. No exercício 2022 a maior parte dos recursos tiveram origem em contratos de prestação de serviços e convênios firmados com empresas, no valor de R\$ 1.509.838,60. Além destes, os recursos na ordem de R\$ 1.255.004,22 de convênios firmados com o Governo Federal ou Instituições de Ciência e Tecnologia - ICTs federais, como a FINEP.

As descentralizações estaduais, via emenda de Deputados Estaduais, foram na ordem de R\$ 1.200.000,00. Já os recursos firmados com prefeituras municipais totalizaram R\$ 138.908,00. Os recursos oriundos de Royalties são na ordem de R\$ 66.898,15. As Unidades Prestadoras de Serviços da UDESC, por meio de serviços prestados à comunidade (pessoas físicas e jurídicas), totalizaram uma arrecadação de R\$ 55.194,89.

Como exemplo de instituições parceiras, podemos citar Celesc Distribuição S/A, Cloverstrategy Ltda, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, BASF S/A, Hahntel S/A, Itaú Unibanco S/A, Klabin S/A, Ministério Público do Trabalho/SC, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Prefeitura Municipal de Lages, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS, Petróleo Brasileiro S/A, entre outras.

Esses instrumentos são aplicados visando atender as necessidades da Universidade nas áreas de Inovação, Pesquisa, Ensino, Pós-Graduação e Extensão.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE

A Fundação Catarinense de Educação Especial, autarquia de caráter beneficente, instrutivo e científico, dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, foi criada pela Lei nº 4.156/1968, regulamentada pelo Decreto nº 7.443/1968, e tem como objetivo fomentar, desenvolver e executar a política estadual de educação especial e de atendimento à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, obedecendo as normas constitucionais e a legislação específica.

A Instituição conta com 10 (dez) centros de atendimento especializados que realizam estudos, pesquisas e discussões em suas respectivas áreas de atuação voltados para pessoas com Atraso Global do Desenvolvimento, Deficiências (Auditiva, Visual, Intelectual, Física e Múltiplas), Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade e Altas Habilidades/Superdotação. Cerca de 400 (quatrocentos) profissionais atuam no campus, entre servidores efetivos, ACT's, terceirizados, bolsistas e estagiários, e são realizados cerca de 600 (seiscentos) atendimentos por dia.

Em todas as regiões do estado de Santa Catarina, a FCEE mantém parcerias com cerca de 245 (duzentas e quarenta e cinco) instituições especializadas em educação especial para o atendimento pedagógico, beneficiando mais de 27.000 (vinte e sete mil) educandos com deficiência. Os programas de parcerias incluem repasses financeiros para contratação direta de professores (cerca de 127 instituições utilizam o MRD), para manutenção das atividades (Fundo Social e Acolher), fomento para infraestrutura e aquisição de equipamentos para qualificação dos serviços e cedência de cerca de 1.935 (hum mil novecentos e trinta e cinco) profissionais (efetivos e ACT's).

A FCEE também promove a execução de programas de formação, especialização, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos para atuarem com a educação especial e áreas afins. As capacitações visam a qualificação técnica e são oferecidas nas modalidades EAD, presencial e semipresencial, para cerca de 20.000 (vinte mil) profissionais que atuam nas Instituições Especializadas e nas escolas da rede regular de ensino do Estado de Santa Catarina. Ao ano, são realizadas cerca de 30 (trinta) capacitações internas para os profissionais da FCEE, 150 (cento e cinquenta) assessorias e palestras às Escolas da Rede Regular de Ensino (públicas e privadas) e aproximadamente 70 (setenta) capacitações externas para os profissionais das Instituições especializadas e profissionais da rede regular de ensino.

Em 2015, destaca-se a criação, do Núcleo de Estudos e Pesquisas - NESPE, o qual até então já apoiou o desenvolvimento de mais de 140 (cento e quarenta) projetos, incluindo projetos apresentados ao FINEP e CNPq e a criação de um laboratório de inovação em tecnologia assistiva vinculado ao MCTI. O fomento à pesquisa resultou em diversos seminários e congressos na área, bem como na execução de cerca de 40 (quarenta) pesquisas científicas, envolvendo mais de 100 (cem) pesquisadores entre servidores da FCEE e de Instituições de Ensino Superior nacionais e internacionais. Ademais, a FCEE conta com 52 (cinquenta e dois) servidores com formação stricto-sensu concluída, sendo 03 (três) doutores, e 20 (vinte) servidores com formação stricto-sensu em andamento, destes 06 (seis) em doutoramento.

A FCEE é responsável ainda pela análise e autorização da implantação de serviços especializados em educação especial nas escolas da rede estadual de ensino (segundo professor de turma, professor bilíngue, professor intérprete, professor instrutor de Libras e implantação das salas de Atendimento Educacional Especializado) através de parceria com a SED, realizando a análise de aproximadamente 12.000 (doze mil) processos ao ano, beneficiando cerca de 10.000 (dez mil) alunos.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

O Art. 97 da Lei Complementar nº 381/2007 e o Art. 35 da Lei Complementar nº 534/2011, estabelece as competências da Fundação:

- I – desenvolver a política estadual de educação especial e de atendimento à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades¹;
- II – fomentar, produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico na área de educação especial;
- III – formular políticas para promover a inclusão social da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades;
- IV – prestar, direta ou indiretamente, assistência técnica a entidades públicas ou privadas que mantenham qualquer vinculação com a pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades;
- V – promover a articulação entre as entidades públicas e privadas para formulação, elaboração e execução de programas, projetos e serviços integrados, com vistas ao desenvolvimento permanente do atendimento à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades;
- VI – auxiliar, orientar na execução das atividades relacionadas com a prevenção, assistência e inclusão da pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades;
- VII – planejar e executar em articulação com as Secretarias de Estado e Secretarias Municipais, a capacitação de recursos humanos com vistas ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam com a pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades; e
- VIII – realizar atendimento especializado à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades em seu Campus, através dos Centros de Atendimento Especializado, para o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias assistivas e metodologias, com vistas à aplicação nos programas pedagógico, profissionalizante, reabilitatório e programa socioassistencial, prevenção e avaliação diagnóstica, que subsidiem os serviços de educação especial no Estado de Santa Catarina.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Definir e coordenar a Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, fomentando, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico, para a inclusão, acesso e igualdade de oportunidades ao público da educação especial.

VISÃO: Ser reconhecida como instituição de excelência na inclusão e acessibilidade do público da educação especial fundamentando-se na gestão participativa e inovadora e na garantia de direitos até o ano de 2030.

VALORES: Compromisso Social, Inclusão, Ética, Respeito, Equidade, Inovação, Qualidade, Transparência e Sustentabilidade.

ESTRUTURA: A Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) é vinculada à Secretaria de Estado da Educação e conta com a seguinte estrutura:

- Presidente;
- Diretoria administrativa e financeira – DIAF:
 - Gerência de Administração e Finanças – GEAF;
 - Gerência de Apoio Operacional – GEAPO;
 - Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES.

¹ Atualmente considera-se público da Educação Especial as pessoas com: Atraso Global do Desenvolvimento, Deficiências (Auditiva, Visual, Intelectual, Física e Múltiplas), Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade e Altas Habilidades/Superdotação.

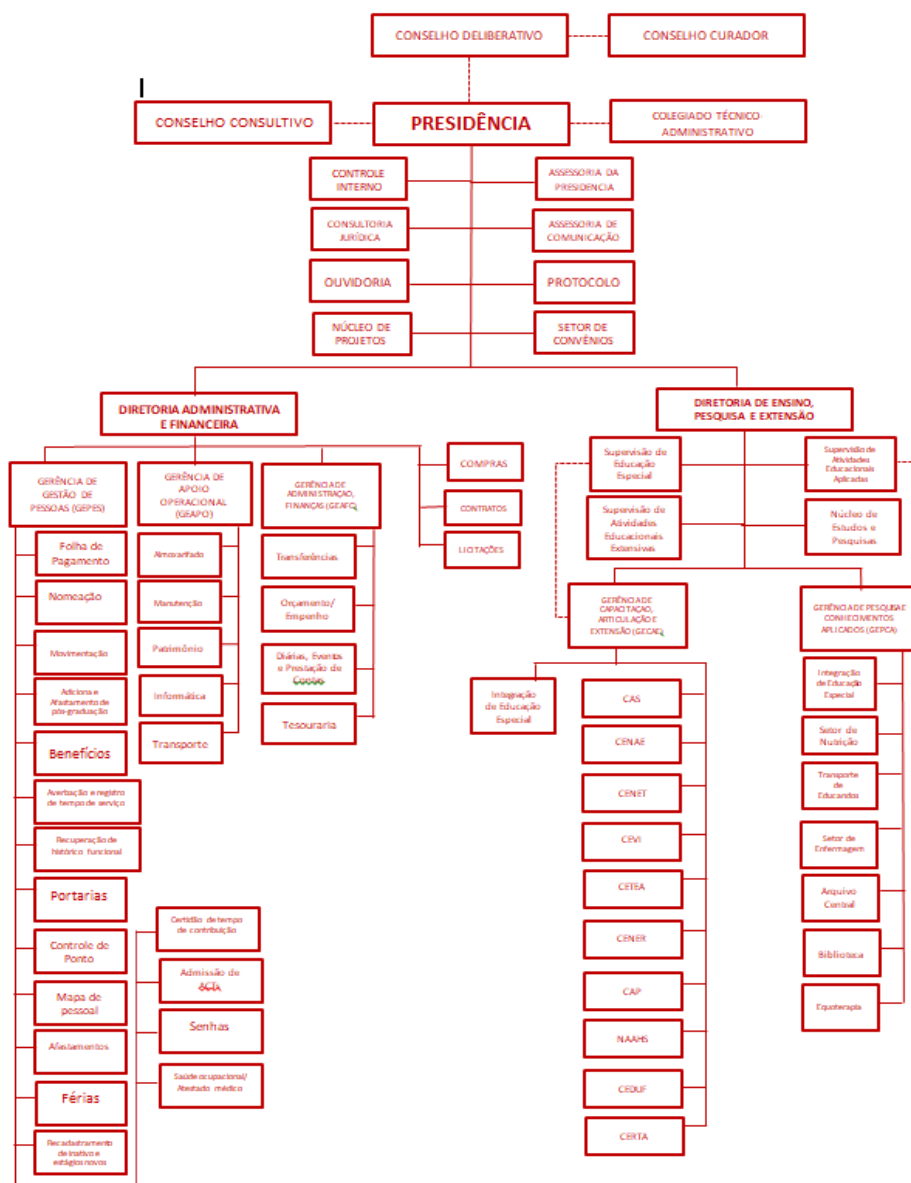
- Diretoria de ensino, pesquisa e extensão – DEPE:
 - Supervisor (a) de Educação Especial;
 - Supervisor (a) de Atividades Educacionais Extensivas;
 - Supervisor (a) de Atividades Educacionais Nuclear.
- Gerência de capacitação, articulação e extensão – GECAE;
 - Integrador (a) de Educação Especial;
 - Gerência de pesquisa e conhecimentos aplicados – GEPCA.
- Integrador (a) de Educação Especial;
- Centros de atendimento especializado.

A estrutura do Campus, localizado na Rua Paulino Pedro Hermes, 2785 - Bairro Nossa Senhora do Rosário, São José/SC conta ainda com um ginásio poliesportivo recém reformado, um auditório para aproximadamente 172 pessoas sentadas, climatizado, com palco e sistema de som e projeção, um consultório de Oftalmologia, e o novo prédio - em fase de construção - que abrigará piscina para reabilitação além de 07 dos centros de especialidades trabalhadas pela FCEE.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| Vínculo | Quantidade |
|--|--------------|
| Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Público | 1.140 |
| Servidores contratados por tempo determinado | 1.679 |
| Servidores ocupantes de cargo em comissão com vínculo efetivo com o Estado | 6 |
| Servidores ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com o Estado | 2 |
| Estagiários | 6 |
| Servidores cedidos para outras esferas do Governo | 1 |
| Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras | 15 |
| Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras | 50 |
| TOTAL DO ÓRGÃO | 2.899 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Qualificar permanentemente os serviços especializados em educação especial por meio da capacitação continuada dos profissionais que atuam nestes serviços;

A FCEE possui um plano de formação que objetiva qualificar o atendimento de educação especial no Estado de Santa Catarina. Oferece capacitações presenciais e EAD em todo o território catarinense nas diferentes áreas: Deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e Altas Habilidades.

Além das capacitações voltadas às especificidades do público de educação especial, oferece constantemente formações voltadas aos serviços de educação especial e atendimentos especializados, sendo eles:

Atendimento Educacional Especializado (AEE), Educação Inclusiva, Papel do segundo professor de turma, Esportes Adaptados, Educação Física Inclusiva, Comunicação Alternativa, adaptações Curriculares, Identificação e Atendimento na área de Altas Habilidades, Pessoa com Deficiência e Mercado de Trabalho, Serviço de Colocação no Mercado de Trabalho, Oficina de Recursos Pedagógicos, Tecnologia da Informação e Comunicação – TICs, Tecnologia Assistiva, Introdução Digital, Oratória, atendimento interpessoal, Autismo:

perfil cognitivo, práticas de intervenção, Braille e leitores de tela Tecnologias assistivas na deficiência visual e editores de texto e imagem para produção de material didático acessível, Audiodescrição, soroban e Braille, adaptação em relevo, Braille fácil, Aspectos psicológicos da deficiência visual, Reabilitação visual, Orientação e Mobilidade, Avaliação Funcional da Visão, Estimulação Visual, Baixa visão e Prótese Ocular, Avaliação Diagnóstica, Avaliação Psicológica, Elaboração de Documentos Psicológicos com base na Resolução CRP 006/2019, Indicadores de risco para o desenvolvimento infantil (IRDI), Avaliação de Transtornos de Neurodesenvolvimento, Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), Neurodesenvolvimento, Capacitação para os serviços do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAESP), Currículo Funcional Natural, Literatura Surda, Ensino de LIBRAS, Estratégia de Ensino Visual, Esferas de Atuação do Intérprete de LIBRAS, Implante coclear, Reabilitação Auditiva.

- Supervisionar os serviços especializados em educação especial disponibilizados na rede regular de ensino e nas Instituições Especializadas conveniadas com a FCEE;

A FCEE realiza assessorias sistemáticas presenciais e à distância nas instituições especializadas e rede regular de ensino. Tal assessoria tem como objetivo supervisionar e adequar as irregularidades, possibilitando um atendimento de qualidade às pessoas. Atende as demandas oriundas do Ministério Público, ouvidoria da FCEE e comunidade.

- Atuar como protagonista na formulação de políticas públicas às pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno do déficit de atenção/ hiperatividade e altas habilidades/superdotação, voltadas à prevenção, avaliação diagnóstica, reabilitação, ensino, trabalho e assistência social;

Oferece no campus e em instituições especializadas em todo o Estado o Programa de Estimulação Precoce com atendimento por equipe multidisciplinar (pedagogo, professor, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional e educador físico).

Presta à comunidade o serviço de avaliação diagnóstica, realizando tanto avaliações por equipe multidisciplinar, como orientações e capacitações em todo o estado.

Presta à comunidade o programa de reabilitação, realizando tanto o atendimento quanto orientações em todo o Estado. Oferece assessorias, capacitações na rede regular de ensino e instituições especializadas, disseminando o conhecimento científico nesta área e diretrizes de atendimento aos estudantes da educação especial.

Oferece Programa de Educação Profissional envolvendo as questões relacionadas a qualificação profissional e colocação no mercado do trabalho de pessoas com deficiência.

Estabelece parceria com agências públicas e privadas formadoras de educação profissional no âmbito municipal, estadual e federal.

Participação e estabelecimento de parcerias com a rede socioassistencial, na garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

- Produzir e disseminar o conhecimento técnico-científico da FCEE para todos os serviços e pessoas que atuam direta e indiretamente com o público da educação especial;

Para a produção e disseminação do conhecimento técnico científico a FCEE instituiu o Núcleo de Estudos e Pesquisas, que tem como objetivo fomentar, orientar e acompanhar pesquisa científica, produção técnica e grupos de estudos. Assim como, a articulação com universidades e instituições de ensino superior para a realização de pesquisa e produção do conhecimento.

Realiza eventos científicos e dissemina conhecimentos na área da educação especial.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento específico e científico 2. Única instituição pública atuante em várias áreas da Educação Especial 3. Parceria com entidades do 3º setor para o fomento ao atendimento do público da Educação Especial 4. Políticas definidas articuladas ao Conselho Estadual de Educação e Sec. de Educação 5. Supervisão e assessoria dos serviços especializados na rede regular de ensino e CAESP's 6. Oferta de qualificação profissional por meio de capacitações, cursos de pós-graduação (especialização e mestrado) 7. Sede própria 8. Qualidade no atendimento multiprofissional ao público da EE 9. Articulação e fomento em pesquisas científicas em parceria com IEE's | <ol style="list-style-type: none"> 1. Número reduzido de Servidores Efetivos 2. Demanda reprimida nos atendimentos na 1ª infância 3. Plano de Cargos e Salários do Quadro Civil defasado há anos 4. Disparidade salarial em comparação com demais setoriais do governo 5. Estrutura física, equipamentos e manutenção de equipamentos 6. Infraestrutura do campus bastante antiga 7. Pouco investimento em Tecnologia e Inovação 8. Estrutura Organizacional defasada (ex.: Ausência de Gerência de Planejamento) 9. Gestão do conhecimento |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Programas governamentais voltados ao público da educação especial 2. Reconhecimento da importância da Educação Especial no cenário nacional 3. Emendas Parlamentares direcionadas às entidades do 3º setor 4. Legislações garantidoras dos direitos ao público da Educação Especial (ex.: Resolução nº 100/2016) 5. Entidades do 3º setor parceiras da FCEE engajadas na causa 6. Necessidade de capacitação aos profissionais atuantes na área | <ol style="list-style-type: none"> 1. Disputa no processo inclusivo entre as Políticas de Educação Especial 2. Redução orçamentária em virtude do Plano de Ajuste Fiscal 3. Disparidade salarial no mercado de trabalho 4. Número reduzido de Legislações garantidoras dos direitos ao público da Educação Especial 5. Rotatividade dos gestores das entidades parceiras da FCEE 6. Perda de capital intelectual 7. Cargos de livre nomeação ocupados por pessoas sem capacitação na área |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores Efetivos;
- Servidores ACT's;
- Servidores em disponibilidade para outros órgãos;
- Funcionários terceirizados;
- Estagiários e bolsistas de pesquisa;
- Associação de servidores.

EXTERNAS:

- Fornecedores de serviços, de suprimentos, de manutenção, de materiais, de desenvolvimento e manutenção de tecnologia da informação;
- Instituições Especializadas que atendem o público da educação especial;
- Prefeituras;
- Ministério Público de SC;
- Escolas da Rede Regular de Ensino;
- Emissoras de Rádio e Televisão;
- Jornais e revistas;

- Redes Sociais;
- Secretaria da Fazenda de SC;
- Secretaria da Educação de SC;
- Coordenadorias Regionais de Educação de SC;
- Gabinete do Governador;
- Tribunal de Contas de SC;
- Assembleia Legislativa de SC;
- Universidades públicas e privadas;
- Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento;
- Entidades de Classe;
- Entidades do Sistema S;
- Tribunal de Justiça de SC;
- Secretarias de Estado do Poder Executivo de SC.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Nos últimos 4 anos a Fundação Catarinense de Educação Especial ofereceu mais de 210 cursos nas modalidades presencial e a distância, tendo certificado cerca de 17.200 profissionais atuantes em instituições especializadas em Educação Especial de Santa Catarina e em escolas da rede regular de ensino. Além disso, entre 2021 e 2022, foram realizadas 63 transmissões ao vivo pelo Canal da FCEE no YouTube, que somadas contaram com cerca de 65 mil visualizações.

A Fundação Catarinense de Educação Especial promoveu ainda cerca de 1.543 assessorias técnicas beneficiando inúmeras instituições parceiras.

No âmbito da pesquisa científica, a FCEE, através de seu núcleo de pesquisa (NESPE), em 2022 deu continuidade a 49 projetos de pesquisas científicas subdivididas em internas, externas e interinstitucionais e 12 produções técnicas voltadas à produção de conhecimento no campo da Educação Especial.

Entre 2021 e 2022 encaminhou 366 pessoas com deficiência ao mercado de trabalho formal ou contrato de aprendizagem.

Além disso, o ano de 2022 foi marcado pelo maior pacote de investimentos da história para inclusão em Santa Catarina. Em setembro de 2021, iniciou-se a formalização dos repasses do Programa SC + Inclusiva, que beneficiou mais de 400 instituições catarinenses, visando a promoção da autonomia, independência, dignidade e melhoria da qualidade de vida dos 30 mil educandos com deficiência, atraso global do desenvolvimento e transtorno do espectro autista atendidos pelas instituições especializadas do Estado. Assim, o Programa SC + Inclusiva está repassando mais de R\$ 250 milhões para as instituições especializadas em Educação Especial, considerando que o programa possui mais de 800 projetos aprovados.

Por fim, com a estruturação do Núcleo de Gestão de Projetos – NUPROJ, em 2022, a Fundação Catarinense de Educação Especial incrementou eficiência às suas ações ao mapear e monitorar 75 projetos, garantindo a disseminação de conhecimentos em gestão de projetos e a adoção de padrões de referência em governança pública.

3.1.2 Saúde e Bem-Estar

Secretaria de Estado da Saúde – SES

A Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) é o órgão superior da Administração Pública Estadual Direta (SANTA CATARINA, 2019; 2023) responsável por coordenar a política de saúde no âmbito do Estado, em observância aos princípios e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) (SANTA CATARINA, 2022).

Cabe a essa secretaria formular, definir, coordenar e implementar políticas de saúde, além de planejar, gerir, regular, acompanhar, avaliar, controlar ações estratégicas na área da saúde e executar, em caráter complementar, ações e serviços de vigilância, investigação e controle de riscos e danos à saúde (SANTA CATARINA, 2019; 2022).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Segundo a Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, Título IX, Capítulo II, que tem como objetivo o bem-estar e a justiça social, Seção II Da Saúde, Art. 153 ao Art. 156:

Art. 153. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. O direito à saúde implica os seguintes princípios fundamentais:

I – trabalho digno, educação, alimentação, saneamento, moradia, meio ambiente saudável, transporte e lazer;

II – informação sobre o risco de doença e morte, bem como a promoção e recuperação da saúde.

Art. 154. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e também por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 155. O Estado integra o sistema único de saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização política, administrativa e financeira com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral com prioridade para as ações preventivas e coletivas, adequadas à realidade epidemiológica, sem prejuízo das assistenciais e individuais;

III – universalização da assistência de igual qualidade dos serviços de saúde à população urbana e rural;

VI – participação da comunidade.

§ 1º As ações e serviços de saúde serão planejados, executados e avaliados através de equipes interdisciplinares.

Art. 156. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que pode participar de forma complementar do sistema único de saúde, observadas as diretrizes deste, mediante contrato de direito público, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Parágrafo único. É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Segundo a Lei Complementar nº 741/2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, Título II, Capítulo V, Seção IX Da Secretaria de Estado da Saúde, Art. 41:

Art. 41. À SES compete, em observância aos princípios e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS):

I – desenvolver a capacidade institucional e definir políticas e estratégias de ação voltadas às macrofunções de planejamento, gestão, regulação, acompanhamento, avaliação e controle na área da saúde;

II – organizar e acompanhar, no âmbito municipal, regional e estadual, o desenvolvimento da política e do sistema de atenção à saúde;

III – garantir à sociedade o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde, de forma descentralizada, desconcentrada e regionalizada;

IV – monitorar, analisar e avaliar a situação da saúde no Estado;

V – coordenar e executar, em caráter complementar, ações e serviços de vigilância, investigação e controle de riscos e danos à saúde;

VI – formular e coordenar a política estadual de assistência farmacêutica e de medicamentos;

VII – formular, articuladamente com o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas, a política de desenvolvimento e formação de pessoal da área da saúde, considerando o processo de descentralização e desconcentração dos programas, dos projetos, das ações e dos serviços de saúde;

VIII – criar e implementar mecanismos de participação social como meio de aproximar as políticas de saúde dos interesses e das necessidades da população;

IX – formular e implementar políticas de promoção da saúde, de forma articulada com os Municípios do Estado e a sociedade civil organizada;

X – garantir a qualidade dos serviços de saúde;

XI – gerenciar as unidades assistenciais próprias do Estado;

XII – desenvolver mecanismos de gestão e regulação aplicáveis às unidades assistenciais próprias, sob gestão descentralizada, que permaneçam em sua organização administrativa;

XIII – coordenar as políticas e ações programáticas de assistência em saúde no SUS;

XIV – coordenar as políticas da atenção primária, da média e alta complexidade, no que concerne à Administração Pública Estadual; e

XV – coordenar as políticas de hematologia, hemoterapia e oncologia.

Além disso, o Decreto nº 2.400/2022, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Saúde (SES), no Anexo I, Título I, Capítulo I Da Finalidade, Art. 1º:

Art. 1º À Secretaria de Estado da Saúde (SES) compete coordenar a política de saúde no âmbito do Estado, em observância aos princípios e às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), desenvolvendo as seguintes atividades:

I – desenvolver a capacidade institucional e definir políticas e estratégias de ação voltadas às macrofunções de planejamento, gestão, regulação, acompanhamento, avaliação e controle na área da saúde;

II – organizar o desenvolvimento da política e do sistema de atenção à saúde nos âmbitos estadual e regional e realizar acompanhamento no âmbito municipal;

- III – promover o acesso universal e equitativo aos Serviços de Saúde, de forma descentralizada, desconcentrada e regionalizada;
- IV – monitorar, analisar e avaliar a situação da saúde no Estado;
- V – coordenar e executar, em caráter complementar, ações e serviços de vigilância, investigação e controle de riscos e danos à saúde;
- VI – formular, articuladamente com o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas, a política de desenvolvimento e formação de pessoal da área da saúde, considerando o processo de descentralização e desconcentração dos programas, dos projetos, das ações e dos Serviços de Saúde;
- VII – criar e implementar mecanismos de participação social como meio de aproximar as políticas de saúde dos interesses e das necessidades da população;
- VIII – formular e implementar políticas de promoção da saúde, de forma articulada com os Municípios do Estado e a sociedade civil organizada;
- IX – promover a qualidade dos Serviços de Saúde;
- X – gerenciar as unidades assistenciais próprias do Estado;
- XI – desenvolver mecanismos de gestão e regulação aplicáveis às unidades assistenciais;
- XII – coordenar as políticas e ações de atenção em saúde no SUS; e
- XIII – coordenar as políticas da atenção primária, da média e da alta complexidade, no que concerne à Administração Pública Estadual.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A SES/SC está fazendo um trabalho de sinergia entre o Plano Estadual de Saúde e o Plano Plurianual de 2024 a 2027. Desta maneira, o levantamento dos dados da Identidade Organizacional (missão, visão e valores) e da matriz SWOT foram realizados no dia 17/05/23 na 1ª Oficina de Elaboração do PES/PPA 2024/2027 e, posteriormente, feita a análise e a compilação das informações pela equipe da Gerência de Planejamento (GPLAN).

MISSÃO: Garantir que a população catarinense tenha acesso à saúde de qualidade, segundo os princípios do SUS.

VISÃO: Instituição que garante o direito à saúde da população catarinense e o fortalecimento do SUS no estado, por meio da gestão pública de qualidade.

VALORES: Equidade; Transparência; Integridade; Qualidade; Compromisso; Participação.

ESTRUTURA: *Prédios das Unidades administrativas*

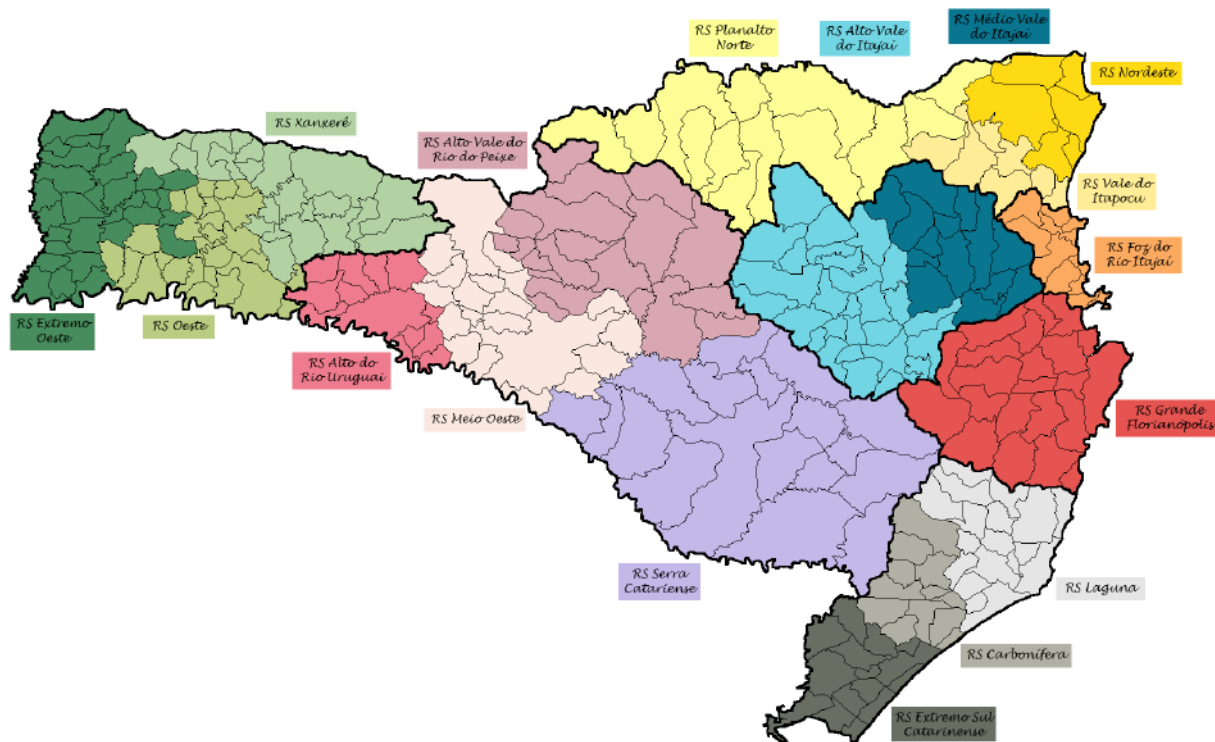
Secretaria de Estado da Saúde - SEDE – Florianópolis
Secretaria de Estado da Saúde - Anexo – Florianópolis
Diretoria de Vigilância Sanitária – Florianópolis
Escola de Saúde Pública de Santa Catarina – São José
Almoxarifado Central - São José

Gerências Regionais de Saúde (SANTA CATARINA, 2021):

- Macrorregião de Saúde do Grande Oeste:
Região de Saúde do Extremo Oeste: Sede em São Miguel do Oeste
Região de Saúde de Xanxerê: Sede em Xanxerê
Região de Saúde do Oeste: Sede em Chapecó

- Macrorregião de Saúde do Meio Oeste e Serra Catarinense:
Região de Saúde do Alto Uruguai Catarinense: Sede em Concórdia
Região de Saúde do Meio Oeste: Sede em Joaçaba
Região de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe: Sede em Videira
Região de Saúde da Serra Catarinense: Sede em Lages
- Macrorregião de Saúde da Foz do Rio Itajaí:
Região de Saúde da Foz do Rio Itajaí: Sede em Itajaí
- Macrorregião de Saúde do Vale do Itajaí:
Região de Saúde do Alto Vale do Itajaí: Sede em Rio do Sul
Região de Saúde Meio Vale Itajaí: Blumenau
- Macrorregião de Saúde da Grande Florianópolis:
Região de Saúde da Grande Florianópolis: Sede em Florianópolis
- Macrorregião de Saúde Sul:
Região de Saúde de Laguna: Sede em Tubarão
Região de Saúde Carbonífera: Sede em Criciúma
Região de Saúde do Extremo Sul Catarinense: Sede em Araranguá
- Macrorregião de Saúde Planalto Norte e Nordeste:
Região de Saúde Nordeste: Sede em Joinville
Região de Saúde Vale do Itapocu: Sede em Jaraguá do Sul
Região de Saúde do Planalto Norte: Sede em Mafra

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina diferenciando as 17 regiões de saúde por cores e destacando os limites das 07 macrorregiões de saúde



Fonte: elaboração própria (2023)

Hospitais/Maternidades:

Hospital Infantil Joana de Gusmão- Florianópolis
Hospital Governador Celso Ramos- Florianópolis
Hospital Regional Hans Dieter Schmidt - Joinville
Hospital Nereu Ramos - Florianópolis
Hospital Dr. Waldomiro Colautti - Ibirama
Instituto de Cardiologia de Santa Catarina – São José
Hospital Regional Homero de Miranda Gomes - São José
Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos- São José
Instituto de Psiquiatria-- São José
Hospital Santa Teresa - São José
Centro Catarinense de Reabilitação (CCR) - Florianópolis
Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON) - Florianópolis
Hospital Regional Deputado Afonso Guizzo (HRA)- Araranguá
Hospital Florianópolis- Florianópolis
Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria - Joinville
Terezinha Gaio Basso – São Miguel do Oeste
Hospital Materno Infantil Santa Catarina – HMISC - Criciúma
Maternidade Carmela Dutra- Florianópolis
Maternidade Darcy Vargas - Joinville
Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos - Lages
Maternidade Dona Catarina Kuss - Mafra

Hemocentros:

Hemocentro Coordenador Florianópolis
Hemocentro Regional Criciúma
Hemocentro Regional Blumenau
Hemocentro Regional Joaçaba
Hemocentro Regional Lages
Hemocentro Regional Chapecó
Hemocentro Regional Joinville

Laboratórios:

Laboratório Central - LACEN - Florianópolis
Instituto de Anatomia Patológica / Serviço de Verificação de Óbitos- Florianópolis

CARREIRAS/SERVIDORES: GRUPOS DE CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

(LEI COMPLEMENTAR Nº 18.646, DE 05 DE JUNHO DE 2023)

| GRUPO | CÓDIGO | NÍVEL | QUANTITATIVO |
|---|--------|-------|--------------|
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Especial | DGE | - | 10 |
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Superior | DGS | 1 | 16 |
| | | 2 | 24 |
| | | 3 | 4 |
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Intermediário | DGI | - | 5 |
| Funções Gratificadas | FG | 1 | 24 |
| | | 2 | 88 |
| | | 3 | 10 |
| Funções de Chefia | FC | 1 | 32 |
| | | 2 | 136 |
| | | 3 | 116 |

O quadro a seguir refere-se ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde:

| CARGOS | ATIVO | | INATIVO | OUTROS |
|--|-------|------------|------------|--------|
| | ACT | ESTATUÁRIO | ESTATUÁRIO | |
| Administrador | 4 | 3 | 16 | 0 |
| Agente Administrativo | 0 | 1 | 5 | 0 |
| Agente Administrativo Auxiliar | 0 | 0 | 22 | 0 |
| Agente Atividades De Saúde I | 0 | 0 | 10 | 0 |
| Agente Auxiliar De Saúde Pública | 21 | 15 | 13 | 0 |
| Agente De Manutenção | 16 | 2 | 3 | 0 |
| Agente De Saúde Pública | 0 | 0 | 5 | 0 |
| Agente De Serviços Gerais | 0 | 418 | 461 | 0 |
| Agente Em Atividades Administrativas | 0 | 65 | 37 | 0 |
| Agente Em Atividades De Saúde II | 0 | 1 | 586 | 0 |
| Analista Da Receita Estadual IV | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Analista De Sistemas | 16 | 4 | 0 | 0 |
| Analista Técnico Administrativo | 0 | 5 | 1 | 0 |
| Analista Técnico Administrativo II | 0 | 1 | 25 | 0 |
| Analista Técnico Em Gestão De Desenvolvimento Regional | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Analista Técnico Em Gestão E Promoção De Saúde | 0 | 1 | 5482 | 0 |
| Arquiteto | 0 | 12 | 0 | 0 |
| Artífice | 0 | 0 | 6 | 0 |
| Artífice I | 0 | 0 | 8 | 0 |
| Artífice II | 0 | 0 | 117 | 0 |
| Assessor Ista | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Assistente Administrativo | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Assistente Social | 34 | 48 | 33 | 0 |
| Assistente Técnico Pedagógico | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Atendente | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Atendente De Saúde Pública | 0 | 4 | 54 | 0 |
| Auditor Do Estado | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Auxiliar Administrativo | 0 | 0 | 7 | 0 |
| Auxiliar Agropecuário | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Auxiliar De Campo E Escritório | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Auxiliar De Enfermagem | 0 | 510 | 49 | 0 |
| Auxiliar De Escritório | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Auxiliar De Laboratório | 0 | 14 | 4 | 0 |
| Auxiliar De Serviços De Obstetrícia | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Auxiliar De Serviços Hospitalares E Assistenciais | 0 | 41 | 16 | 0 |
| Auxiliar De Serviços Hospitalares E Assistenciais | 0 | 0 | 16 | 0 |

| | | | | |
|---|------|-----|-----|---|
| Auxiliar De Serviços Médicos | 0 | 0 | 29 | 0 |
| Auxiliar Operacional | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Bibliotecário | 3 | 2 | 0 | 0 |
| Biólogo | 52 | 19 | 0 | 0 |
| Biomédico | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Bioquímico | 2 | 89 | 47 | 0 |
| Caldeireiro | 0 | 3 | 1 | 0 |
| Cirurgião Dentista | 0 | 0 | 25 | 0 |
| Costureira | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Costureiro | 0 | 3 | 0 | 0 |
| Cozinheiro | 0 | 13 | 5 | 0 |
| Datilografo | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Dentista | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Diretor | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Disposição Ônus Da Origem Com Ressarcimento | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Eletricista | 12 | 6 | 4 | 0 |
| Encanador | 6 | 3 | 0 | 0 |
| Enfermeiro | 1030 | 761 | 83 | 0 |
| Engenheiro | 13 | 13 | 0 | 0 |
| Engenheiro Civil | 9 | 0 | 0 | 0 |
| Engenheiro De Alimentos | 3 | 0 | 0 | 0 |
| Engenheiro Eletricista | 30 | 0 | 0 | 0 |
| Engenheiro Mecânico | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Engenheiro Sanitarista E Ambiental | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Escriturário | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Estatístico | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Farmacêutico | 260 | 133 | 8 | 0 |
| Farmacêutico Bioquímico | 10 | 0 | 0 | 0 |
| Fiscal Sanitarista | 0 | 2 | 10 | 0 |
| Físico | 1 | 2 | 0 | 0 |
| Fisioterapeuta | 186 | 89 | 0 | 0 |
| Fonoaudiólogo | 32 | 24 | 1 | 0 |
| Inspetor De Fiscalização | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Jardineiro | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Marceneiro | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Massagista | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Mecânico | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Médico | 1696 | 885 | 140 | 0 |
| Médico Veterinário | 3 | 2 | 0 | 0 |
| Motorista | 43 | 37 | 22 | 0 |

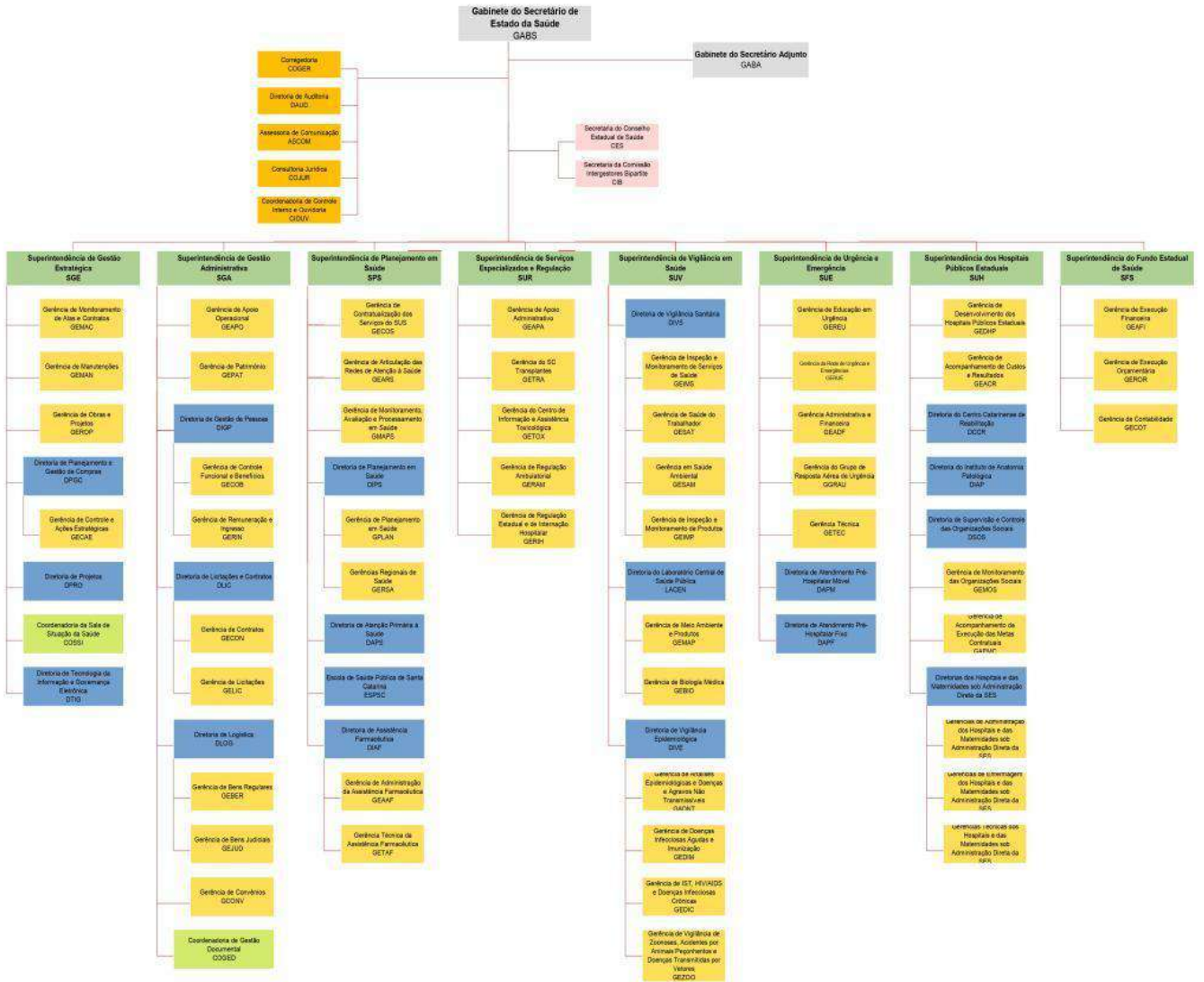
| | | | | |
|---------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Motorista Oficial | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Nutricionista | 36 | 50 | 4 | 0 |
| Odontólogo | 13 | 8 | 12 | 0 |
| Oficial Administrativo | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Oficial De Administração | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Operador De Raio X | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Parteira | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Pedagogo | 2 | 2 | 3 | 0 |
| Pedreiro | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Pintor | 0 | 4 | 0 | 0 |
| Procurador Do Estado | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Professor Universitário | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Profissional De Educação Física | 0 | 9 | 0 | 0 |
| Psicólogo | 69 | 19 | 2 | 0 |
| Químico | 1 | 5 | 0 | 0 |
| Sanitarista | 0 | 1 | 25 | 0 |
| Servente | 0 | 0 | 16 | 0 |
| Serviçal | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Técnico De Radiologia E Imagem | 0 | 98 | 0 | 0 |
| Técnico Em Atividades Administrativas | 653 | 709 | 194 | 0 |
| Técnico Em Atividades Complementares | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Técnico Em Atividades De Saúde | 0 | 0 | 193 | 0 |
| Técnico Em Contabilidade | 0 | 1 | 16 | 0 |
| Técnico Em Enfermagem | 2518 | 2340 | 78 | 0 |
| Técnico Em Informática | 19 | 18 | 0 | 0 |
| Técnico Em Laboratório | 53 | 65 | 1 | 0 |
| Técnico Em Órtese E Prótese | 4 | 0 | 0 | 0 |
| Técnico Em Prótese E Órtese | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Técnico Em Radiologia | 66 | 0 | 1 | 0 |
| Técnico Em Segurança Do Trabalho | 16 | 0 | 0 | 0 |
| Telefonista | 0 | 11 | 3 | 0 |
| Terapeuta Ocupacional | 13 | 6 | 2 | 0 |
| Terceirizados | 0 | 0 | 0 | 1034 |
| Visitador Sanitário | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Total Geral | 6952 | 6592 | 7937 | 1034 |

Fonte: Base de dados do Sistema de gerenciamento de recursos humanos- SIGRH (06/2023).

ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

DECRETO Nº 1.682, DE 19 DE JANEIRO DE 2022 E DECRETO Nº 1.786, DE 08 DE MARÇO DE 2022



Fonte: SANTA CATARINA, 2022.
https://www.saude.sc.gov.br/images/GEPLAN/organograma_para_site_ses.pdf

ÁREAS DE ATUAÇÃO

O Decreto nº 2.400/2022, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Saúde (SES), no Anexo I, Títulos I e II explicita a estrutura organizacional e as competências das unidades de direção, execução e assessoramento. Abaixo segue a estrutura com a descrição sucinta das principais competências de cada área:

Art. 2º A estrutura organizacional da SES compreende:

I – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde (GABS): coordenar, acompanhar, controlar e avaliar periodicamente a política de saúde no âmbito estadual em consonância com os princípios do SUS;

II – Gabinete do Secretário Adjunto (GABA): prestar assistência ao Secretário de Estado, além de também coordenar, acompanhar, controlar e avaliar periodicamente a política de saúde no âmbito estadual em consonância com os princípios do SUS;

III – Corregedoria (COGER): regida por regulamento próprio;

IV – Diretoria de Auditoria (DAUD): realizar auditorias operativas, de gestão e especiais em quaisquer entidades que recebam recursos da SES;

V – Assessoria de Comunicação (ASCOM): coletar informações, elaborar material noticioso e promover a divulgação das ações institucional;

VI – Consultoria Jurídica (COJUR): prestar consultoria e assessoramento jurídico à SES, além de examinar e analisar os instrumentos administrativos à luz da jurisdição;

VII – Coordenadoria de Controle Interno e Ouvidoria (CIUV): programar, organizar, orientar, coordenar, executar e controlar atividades relacionadas ao controle interno com vistas ao cumprimento das instruções e diretrizes legais nas atividades desenvolvidas pelas áreas da SES;

VIII – Secretaria do Conselho Estadual de Saúde (CES): promover e praticar todos os atos de apoio administrativo ao desenvolvimento das atividades dos Conselheiros Estaduais de Saúde;

IX – Secretaria da Comissão Intergestores Bipartite (CIB): promover e praticar todos os atos de apoio administrativo ao desenvolvimento das atividades realizadas pelos membros das Câmeras Técnicas e da Comissão Intergestores Bipartite;

X – Superintendência do Fundo Estadual de Saúde (SFS): responsabilizar-se pelas atribuições inerentes à administração orçamentária, financeira e contábil da SES. É composta de:

a) Gerência de Execução Financeira (GEAFI): gerenciar a movimentação das contas bancárias sob titularidade da SES, além de promover o controle das contas a pagar no âmbito da saúde;

b) Gerência de Execução Orçamentária (GEROR): estudar, acompanhar, definir e criar mecanismos de controle da execução orçamentária;

c) Gerência de Contabilidade (GECOT): desenvolver as atividades relativas à contabilidade e à análise, à orientação, ao controle e ao acompanhamento das prestações de contas dos recursos financeiros da SES;

XI – Superintendência de Gestão Estratégica (SGE): desenvolver, coordenar o desenvolvimento e a execução de planos e programas, visando ao desenvolvimento, ao aperfeiçoamento e à modernização das atividades da área de projetos, obras e manutenções e os processos referentes à estratégia de gestão de compras da SES. É composta de:

a) Gerência de Monitoramento de Atas e Contratos (GEMAC): monitorar, analisar, normatizar o processo de contratação de bens e serviços das unidades e dos setores da SES;

b) Gerência de Manutenções (GEMAN): programar, organizar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades de manutenção, prioritariamente preventiva, da infraestrutura das unidades de saúde de interesse da SES;

c) Gerência de Obras e Projetos (GEROP): planejar, coordenar, executar e fiscalizar as atividades relacionadas com a execução de obras e projetos técnicos para novas construções, assim como com a readequação de espaços físicos, ampliações, restaurações e outros serviços de interesse da SES;

d) Diretoria de Projetos (DPRO): promover e utilizar a aplicação da metodologia de gestão de projetos e administrar ferramentas para seu gerenciamento na SES, conforme diretrizes do EPROJ;

e) Coordenadoria da Sala de Situação da Saúde (COSSI): monitorar, analisar, tratar os dados da SES com o uso de inteligência analítica, com abordagem descritiva, estatística e visual;

f) Diretoria de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (DTIG): programar, organizar e coordenar a execução e o controle das atividades inerentes ao tratamento automatizado de informações, incluindo o processamento de dados, imagem e voz, assim como a organização e racionalização de sistemas e métodos pertinentes ao campo da informática;

g) Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC): coordenar, monitorar e executar o planejamento e a gestão da demanda de bens e serviços das unidades e dos setores da SES. É composta da:

1. Gerência de Controle e Ações Estratégicas (GECAE): acompanhar, orientar, monitorar e articular a análise dos orçamentos e a precificação das aquisições;

XII – Superintendência de Gestão Administrativa (SGA): coordenar as ações e atividades administrativas (aquisição de bens e contratação de serviços), relacionadas à SES. É composta de:

a) Gerência de Apoio Operacional (GEAPO): planejar, organizar, executar e coordenar as atividades de protocolo, transportes, reparos e manutenção de móveis e equipamentos da Administração Central;

b) Gerência de Patrimônio (GEPAT): receber, armazenar e distribuir bens móveis permanentes;

c) Gerência de Convênios (GCONV): receber, cadastrar, formalizar, acompanhar e avaliar a execução físico-financeira dos convênios realizados pela SES;

d) Coordenadoria de Gestão Documental (COGED): coordenar e orientar os processos de eliminação de documentos, além de realizar a gestão dos documentos em guarda terceirizada;

e) Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGP): programar, organizar, orientar, coordenar e controlar as atividades de administração de Gestão de Pessoas da SES. É composta de:

1. Gerência de Controle Funcional e Benefícios (GECOB): coordenar, controlar, orientar e executar ações relativas a legislação de pessoal;

2. Gerência de Remuneração e Ingresso (GERIN): manter e atualizar os dados e as informações cadastrais, funcionais e financeiras relativos à Gestão de Pessoas, além de controlar, acompanhar e operacionalizar os procedimentos de admissão e dispensa de servidores;

f) Diretoria de Licitações e Contratos (DLIC): orientar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas com a gestão das aquisições de bens e serviços da SES. É composta de:

1. Gerência de Contratos (GECON): executar as atividades relativas às contratações diretas no âmbito da SES;

2. Gerência de Licitações (GELIC): apoiar, supervisionar e orientar as Comissões de Licitação, os pregoeiros e suas equipes de apoio em suas atividades, bem como subsidiá-los nas respostas a esclarecimentos, impugnações e recursos interpostos em face dos procedimentos licitatórios, além de executar as licitações para a aquisição de materiais e serviços em conformidade com o Termo de Referência;

g) Diretoria de Logística (DLOG): coordenar, monitorar e executar a gestão e distribuição dos bens regulares e judiciais adquiridos. É composta de:

1. Gerência de Bens Regulares (GEBER): gerenciar todo o fluxo dos bens regulares de materiais de consumo do Centro de Distribuição da SES;

2. Gerência de Bens Judiciais (GEJUD): orientar de forma técnica, administrativa e logística a COJUR, a Comissão Multidisciplinar de Apoio Judicial da SES, a PGE, o Ministério Público Estadual e Federal, a Justiça Estadual e Federal no que concerne ao atendimento e ao cumprimento das ações judiciais de medicamentos, insumos e nutrição;

XIII – Superintendência de Planejamento em Saúde (SPS): dirigir, analisar, executar, monitorar, avaliar e participar da política de saúde no âmbito estadual. É composta de:

a) Gerência de Contratualização dos Serviços do SUS (GECOS): elaborar, revisar, analisar, assessorar, organizar os instrumentos para a contratualização entre o SUS e os prestadores, públicos, privados e filantrópicos;

b) Gerência de Articulação das Redes de Atenção à Saúde (GEARS): acompanhar e avaliar, em conjunto com áreas afins e de acordo com os parâmetros estabelecidos, a implementação, a ampliação e a implantação dos Serviços de Saúde por meio das políticas públicas vigentes e na lógica da Rede de Atenção à Saúde (RAS);

c) Gerência de Monitoramento, Avaliação e Processamento em Saúde (GMAPS): monitorar, controlar e avaliar os serviços de média e alta complexidade;

d) Diretoria de Planejamento em Saúde (DIPS): promover a articulação das instâncias regionais com o nível central da SES, participar do processo de fortalecimento da regionalização da saúde, além de coordenar a elaboração e revisão, com as demais áreas da SES, dos Instrumentos de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA), no âmbito da SES, em conformidade com os Instrumentos de Planejamento do SUS e instruções normativas. É composta de:

1. Gerência de Planejamento em Saúde (GPLAN): elaborar, revisar, monitorar, avaliar, com as demais áreas da SES, os Instrumentos de Planejamento em Saúde (PES, RDQA, RAG) e Orçamentário (PPA, LDO, LOA), no âmbito da SES;

2. Gerências Regionais de Saúde (GERSA): coordenar, participar, avaliar as ações das políticas de saúde no nível regional, em conformidade com as diretrizes emanadas da SES, além de assessorar os municípios na formulação e execução das ações e dos Serviços de Saúde no âmbito de sua competência;

e) Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS): formular, implantar, implementar, coordenar, monitorar, avaliar políticas, programas e estratégias da Atenção Primária à Saúde (APS) e das Linhas de Cuidado prioritárias no Estado;

f) Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC): coordenar, articular, assessorar, conduzir, monitorar e avaliar, em âmbito estadual, regional e municipal, o desenvolvimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) para o SUS;

g) Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF): normatizar, organizar, promover, coordenar e executar a Assistência Farmacêutica no âmbito da SES. É composta de:

1. Gerência de Administração da Assistência Farmacêutica (GEAAF): receber e analisar as solicitações de medicamentos e outros insumos provenientes das unidades dispensadoras de medicamentos gerenciadas pela Assistência Farmacêutica do Estado;

2. Gerência Técnica da Assistência Farmacêutica (GETAF): assessorar a DIAF na coordenação da permanente atualização da Relação Estadual de Medicamentos Essenciais;

XIV – Superintendência de Vigilância em Saúde (SUV): formular, implantar, normatizar e coordenar a Política Estadual de Vigilância em Saúde de acordo com o plano de governo e com os princípios e as diretrizes do SUS. É composta de:

a) Diretoria de Vigilância Sanitária (DIVS): coordenar, supervisionar, apoiar, desenvolver as ações de Vigilância Sanitária no Estado de Santa Catarina. É composta de:

1. Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde (GEIMS): planejar, executar, supervisionar, avaliar e controlar as ações de Vigilância Sanitária relacionadas com a orientação, a fiscalização e o monitoramento dos Serviços de Saúde e de eventos adversos que envolvam sangue e hemocomponentes;
 2. Gerência de Saúde do Trabalhador (GESAT): planejar, organizar, orientar, controlar, avaliar, propor e elaborar normas e ações de Vigilância Sanitária relacionada à fiscalização dos ambientes e processos de trabalho;
 3. Gerência em Saúde Ambiental (GESAM): programar, organizar, coordenar, dirigir, avaliar e controlar as ações de Vigilância Sanitária relacionadas com a orientação e fiscalização da Saúde Ambiental;
 4. Gerência de Inspeção e Monitoramento de Produtos (GEIMP): planejar, executar, supervisionar, avaliar e controlar as ações de Vigilância Sanitária relacionadas com a orientação, a fiscalização e o monitoramento dos produtos sujeitos à Vigilância Sanitária;
- b) Diretoria do Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN): realizar os exames/ensaios relacionados às atividades de Vigilância em Saúde, compreendendo a Vigilância Epidemiológica, a Vigilância em Saúde Ambiental, a Vigilância Sanitária e a assistência médica de alta complexidade; além de coordenar a rede de laboratórios públicos e privados que realizam análises de interesse em saúde pública. É composta de:
1. Gerência de Meio Ambiente e Produtos (GEMAP): executar as análises laboratoriais relacionadas às funções do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cujas principais análises são de alimentos, medicamentos, cosméticos e saneantes, produtos, materiais e equipamentos de uso para a saúde, assim como a vigilância de portos, aeroportos e fronteiras; além de executar as atividades laboratoriais relativas à Rede Nacional de Laboratórios de Vigilância em Saúde Ambiental, cujas principais atividades são de vigilância da qualidade da água para consumo humano e para utilização em hemodiálise, realizando ensaios microbiológicos e físico-químicos, incluindo pesquisa de resíduos de agrotóxicos e metais, vigilância da qualidade do ar e vigilância de amostras ambientais para pesquisa de enterovírus e de Vibrio cholerae;
 2. Gerência de Biologia Médica (GEBIO): executar as atividades laboratoriais relativas à Rede Nacional de Laboratórios de Vigilância Epidemiológica, cujas principais atividades são diagnóstico de doenças de notificação compulsória, vigilância de doenças transmissíveis e não transmissíveis, monitoramento de resistência microbiana e diagnóstico laboratorial de agentes infecciosos e parasitários em vetores; além de executar as atividades laboratoriais relativas à Rede Nacional de Laboratórios de Assistência Médica de Alta Complexidade, para complementação diagnóstica de doenças e outros agravos à saúde;
- c) Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE): coordenar o componente estadual do subsistema de Vigilância Epidemiológica, planejando e desenvolvendo ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis, de vigilância e prevenção de doenças e agravos não transmissíveis e dos seus fatores de risco, bem como de promoção à saúde. É composta de:
1. Gerência de Análises Epidemiológicas e Doenças e Agravos Não Transmissíveis (GADNT): planejar, organizar, normatizar, orientar, coordenar, assessorar e supervisionar, além de promover a gestão dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM), sobre Nascidos Vivos (SINASC) e de Agravos de Notificação (SINAN);
 2. Gerência de Doenças Infecciosas Agudas e Imunização (GEDIM): planejar, programar, orientar, normatizar, coordenar, monitorar e supervisionar as ações de vigilância, prevenção e controle de doenças de transmissão hídrica e alimentar (DTHA) e de doenças respiratórias e imunopreveníveis, assim como as estratégias de imunização no âmbito estadual;
 3. Gerência de IST, HIV/AIDS e Doenças Infecciosas Crônicas (GEDIC): planejar, programar, orientar, normatizar, coordenar, monitorar e supervisionar as ações de vigilância, prevenção e controle de IST, HIV/Aids, hepatites virais, tuberculose, hanseníase e tracoma, no âmbito estadual;
 4. Gerência de Vigilância de Zoonoses, Acidentes por Animais Peçonhentos e Doenças Transmitidas por Vetores (GEVIZ): planejar, programar, orientar, normatizar, coordenar, monitorar e supervisionar as atividades de vigilância de zoonoses, acidentes por animais peçonhentos e doenças transmitidas por vetores, no âmbito estadual;

XV – Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais (SUH): coordenar a política estadual da rede hospitalar própria, em consonância com o Plano de Governo e com os princípios do SUS; além de coordenar as ações de planejamento, acompanhamento, avaliação, organização e normatização das atividades de administração, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, reparo e manutenção de equipamentos, bens móveis e imóveis, insumos, medicamentos e alimentos da rede hospitalar própria. É composta de:

a) Gerência de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos Estaduais (GEDHP): propor diretrizes e estratégias para nortear o desenvolvimento da rede assistencial própria; além de responsabilizar-se por efetuar e controlar a aquisição dos Serviços de Saúde não disponíveis nas unidades hospitalares da rede própria;

b) Gerência de Acompanhamento de Custos e Resultados (GEACR): gerenciar e controlar o Sistema de Custos das unidades próprias; coordenar o projeto de implantação e acompanhamento de autonomia da gestão para as unidades hospitalares próprias; além de propor, desenvolver e implantar procedimentos, fluxos e mecanismos de controle, visando à consolidação das informações de modo que sejam asseguradas a qualidade e a eficiência na gestão e na operacionalização nas unidades assistenciais;

c) Diretoria do Centro Catarinense de Reabilitação (DCCR): articular fluxos de referência e contrarreferência dos serviços prestados; além de promover processo de educação continuada, visando à formação e ao aperfeiçoamento dos seus profissionais;

d) Diretoria do Instituto de Anatomia Patológica (DIAP): planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades técnicas nas áreas de anatomia patológica, citopatologia e serviço de verificação de óbito; além de emitir declaração de óbito após realizar necropsia de pessoas falecidas de morte natural cuja causa mortis não foi esclarecida;

e) Diretoria de Supervisão e Controle das Organizações Sociais (DSOS): supervisionar, acompanhar e avaliar o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais na área da Saúde, devendo adotar, de forma sistemática, mecanismos de acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados. É composta de:

1. Gerência de Monitoramento das Organizações Sociais (GEMON): monitorar a correta aplicação dos recursos repassados às Organizações Sociais por meio dos Contratos de Gestão;

2. Gerência de Acompanhamento da Execução das Metas Contratuais (GAEMC): instruir os processos de habilitação de entidades interessadas em obter a qualificação para Organizações Sociais, em parceria com as áreas técnicas da SES; além de elaborar, os editais de concurso de projetos referentes às unidades hospitalares, especificamente destinados à contratação de Organizações Sociais, e realizar a chamada pública mediante a publicação da Portaria de Intenções e a constituição da Comissão Julgadora das propostas.

f) Diretorias dos Hospitais e das Maternidades sob Administração Direta da SES: planejar, normatizar, coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades hospitalares e complementares. É composta de:

1. Gerências de Administração dos Hospitais e das Maternidades sob Administração Direta da SES: organizar, programar, supervisionar e avaliar as atividades administrativas e assistenciais dos setores subordinados à Gerência;

2. Gerências de Enfermagem dos Hospitais e das Maternidades sob Administração Direta da SES: planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades de enfermagem da unidade;

3. Gerências Técnicas dos Hospitais e das Maternidades sob Administração Direta da SES: orientar e coordenar os trabalhos dos responsáveis pelos serviços e pelas seções sob sua Gerência;

XVI – Superintendência de Serviços Especializados e Regulação (SUR): conduzir o processo de regulação ambulatorial estadual, macrorregional e municipal; além de garantir o estabelecimento de instrumentos e mecanismos de regulação, bem como o acesso e a operacionalização de ações em conformidade com os pactos estabelecidos. É composta de:

a) Gerência de Apoio Administrativo (GEAPA): coordenar, acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de administração predial, gestão de materiais, patrimônio e manutenção, além de operacionalizar e controlar os procedimentos relativos ao SIGRH;

b) Gerência do SC Transplantes (GETRA): organizar o Sistema de Captação e Transplantes no Estado, coordenando todas as fases do processo (busca ativa, notificação, captação e distribuição de órgãos e tecidos, assim como o transplante);

c) Gerência do Centro de Informação e Assistência Toxicológica (GETOX): acompanhar e atualizar o plano de distribuição de antídotos na RAS no Estado, prestar apoio laboratorial nas análises toxicológicas de urgência e emergência, por meio do Setor de Toxicologia da Unidade de Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário;

d) Gerência de Regulação Ambulatorial (GERAM): operacionalizar a Central Estadual de Regulação Ambulatorial (CERA), a Central Estadual de Telemedicina (CET), a Central Estadual de Regulação de Alta Complexidade (CERAC) e o serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) Interestadual;

e) Gerência de Regulação Estadual e de Internação Hospitalar (GERIH): regular o acesso das internações hospitalares dos estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, próprios, contratados ou conveniados;

XVII – Superintendência de Urgência e Emergência (SUE): monitorar a acessibilidade e resolutividade do sistema de atenção integral às urgências, em seus diversos níveis, dentre eles as Unidades Básicas de Saúde, os Pronto Atendimento, as UPAs, o SAMU 192 e as urgências hospitalares. É composta de:

a) Gerência de Educação em Urgência (GEREU): responsabilizar-se pela educação permanente e continuada dos profissionais do Serviço de Atendimento pré-hospitalar e intersetorial, incluindo as portas fixas;

b) Gerência da Rede de Urgência e Emergência (GERUE): articular a implantação e/ou implementação da Rede de Urgência e Emergência (RUE) no Estado;

c) Gerência Administrativa e Financeira (GEADF): coordenar, acompanhar, avaliar as ações de organização e normatização administrativa e financeira da SUE;

d) Gerência do Grupo de Resposta Aérea de Urgência (GGRAU): planejar e coordenar as ações de atendimento pré-hospitalar aéreas, nos casos de urgências e emergências, por meio dos atendimentos primários, secundários e transportes, conforme a legislação em vigor e de forma integrada entre SES e o Batalhão de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (BOA/CBMSC);

e) Gerência Técnica (GETEC): planejar, propor, contribuir com a elaboração e implantação de protocolos, manuais, normas e rotinas em sua área de abrangência e monitorar;

f) Diretoria de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel (DAPM): regular e gerenciar as transferências inter-hospitalares de pacientes graves internados pelo SUS, no âmbito macrorregional e estadual, por meio da Central de Regulação às Urgências, articulada com a CERINTER;

g) Diretoria de Atendimento Pré-Hospitalar Fixo (DAPF): orientar, avaliar e supervisionar, com a equipe, a execução de programas, projetos e atividades pertinentes às portas de entrada hospitalares, UPAs e congêneres.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Secretária Estadual de Saúde técnica, capacitada e com liderança política 2. Corpo profissional da SES é qualificado e comprometido 3. SES conta com estrutura técnica e informações qualificadas nas áreas 4. Priorização na redução de filas de cirurgias 5. Serviços de saúde descentralizados e bem localizados 6. Capacitação e experiência no manejo de emergência em saúde 7. Processo de integração entre as áreas iniciado <p>Processos de aprimoramento do planejamento, gestão de projetos e integridade em curso na SES</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Áreas ainda atuam de forma fragmentada e com pouca comunicação com as demais 2. Sistemas de informação pouco integrados 3. Pouca comunicação da SES com a população 4. Quadro funcional com predominância crescente de ACT's, gerando vínculos institucionais frágeis e alta rotatividade 5. Não há política de gestão do trabalho no SUS em SC 6. Organograma da SES é inadequado 7. Orçamento limitado e deficiências na execução na SES 8. Estruturas física e tecnológica precárias no conjunto da SES 9. Falta de controle sobre as ações de vigilância (epidemiológica e sanitária) 10. Descontinuidade de estratégias e ações 11. Falta de acompanhamento e avaliação de ações ou projetos implementados 12. Falta de treinamento profissional para os cargos administrativos |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Multiplicação de tecnologias e inovações na área de saúde 2. Digitalização e automação de processos de trabalho 3. Internet amplia os canais de informação/comunicação com a população 4. Imagem positiva da SES junto às demais secretarias 5. Imagem institucional positiva do SUS 6. Ambiente político favorável junto à ALESC 7. Ambiente político federal favorável às políticas de saúde e sociais 8. Mudanças no marco legal e administrativo favorecendo eficácia orçamentária 9. Parcerias institucionais contribuindo tecnicamente e na captação de recursos | <ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação tendenciosa e informações falsas chegando à população 2. Surgimento de doenças emergentes e reemergentes 3. Manutenção ou aumento da população em condições socioeconômicas muito precária 4. Aumento populacional 5. Desastres ambientais 6. Interferência de outras instituições e poderes nas decisões técnicas da saúde pública 7. Queda de arrecadação provocando redução do orçamento 8. Instabilidade política atual em SC 9. Greve de servidores |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS

Todo o quadro de profissionais (efetivos, profissionais contratados em caráter temporário, comissionados e terceirizados) que atuam em todas as áreas descritas no item 5 da estrutura organizacional.

EXTERNAS

| Órgãos da Administração Pública Estadual Direta (SANTA CATARINA,2023) |
|--|
| SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública |
| SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento |
| SEF - Secretaria de Estado da Fazenda |
| SED - Secretaria de Estado da Educação |
| SECOM - Secretaria de Estado da Comunicação |
| SEA - Secretaria de Estado da Administração |
| SCC - Secretaria de Estado da Casa Civil |
| SAS - Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família |
| SAP - Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa |
| SAN - Secretaria Executiva de Articulação Nacional |
| PGE - Procuradoria-Geral do Estado |
| CGE - Controladoria-Geral do Estado |
| Empresas, Fundações, Autarquias e Federações |
| ARESC - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina |
| CBMSC - Corpo de Bombeiros de Santa Catarina |
| ENA - Fundação Escola de Governo |
| FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de SC |
| CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. |
| SCPAR - Participações e Parcerias S.A. |
| UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina |
| FAHECE- Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON |
| FECAM - Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina |
| Outros órgãos |
| População |
| ALESC - Assembleia Legislativa |
| MPSC - Ministério Público - Procuradoria Geral da Justiça |
| TCECSC - Tribunal de Contas |
| TJSC - Tribunal de Justiça |
| Organizações sociais |
| Sindicatos |
| Laboratórios privados |
| Fornecedores/Prestadores de Serviço |
| Conselho profissionais |

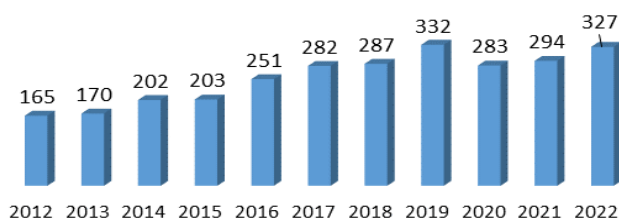
| |
|--|
| PROADI-SUS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde |
| OPAS- Organização Panamericana de Saúde |
| Hospitais contratualizados, contratados e conveniados. |
| Conselho Estadual de Saúde |
| Outros Estados da Federação |
| Secretários Municipais de Saúde através do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (COSEMS/SC) e das Comissões Intergestores Regionais (CIR) |
| Ministério da Saúde, em âmbito central e descentralizado (SEIMP) |
| Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde (CONASS; CONASEMS) |

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Sistema Estadual de Transplantes em Santa Catarina

Santa Catarina se mantém em destaque nacional, sendo 14 anos líder em número de doadores efetivos de órgãos p.m.p (por milhão de população). Nos anos de 2019, 2021 e 2022, recebeu primeira colocação nacional em número de doadores efetivos de órgãos p.m.p e obteve a segunda colocação em 2020.

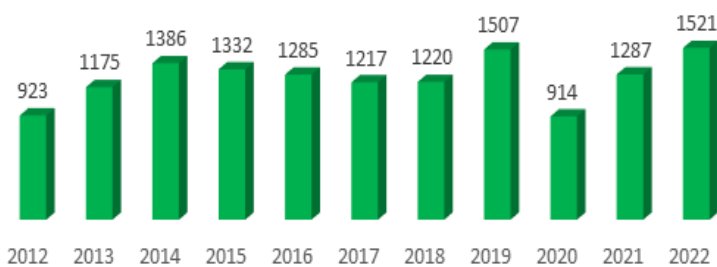
Doadores efetivos – Pacientes em Morte Encefálica



Em 2022 foram 327 doações efetivas de múltiplos órgãos, atingindo o índice de 44,6 doadores por milhão de população de Santa Catarina.

Fonte: Gerência de Transplantes – GETRA/SES (12/2022).

Número de transplantes (órgãos e tecidos) realizados em SC



O número de transplantes realizados também vem apresentando crescimento gradativo, com 1.521 transplantes de órgãos e tecidos.

Fonte: Gerência de Transplantes – GETRA/SES (12/2022).

Os resultados são evidenciados principalmente pelo investimento em capacitação e treinamento dos profissionais envolvidos no processo de doação e transplante. No último quadriênio o Serviço de Transplantes de SC, recebeu alguns certificados e prêmios em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, como:

- Em 2021, o Ministério da Saúde, realizou uma homenagem em reconhecimento ao trabalho e dedicação à causa da doação de órgãos e tecidos no Brasil e a consolidação do Sistema Nacional de Transplantes;
- O sistema estadual de transplantes de Santa Catarina recebeu uma carta de congratulações da Diretora Geral de Transplante da Espanha, Dra. Beatriz Domínguez-Gil, direcionada ao Governador do Estado de Santa Catarina, pelo sucesso alcançado no Programa de Doação e Transplante e pelos resultados alcançados;

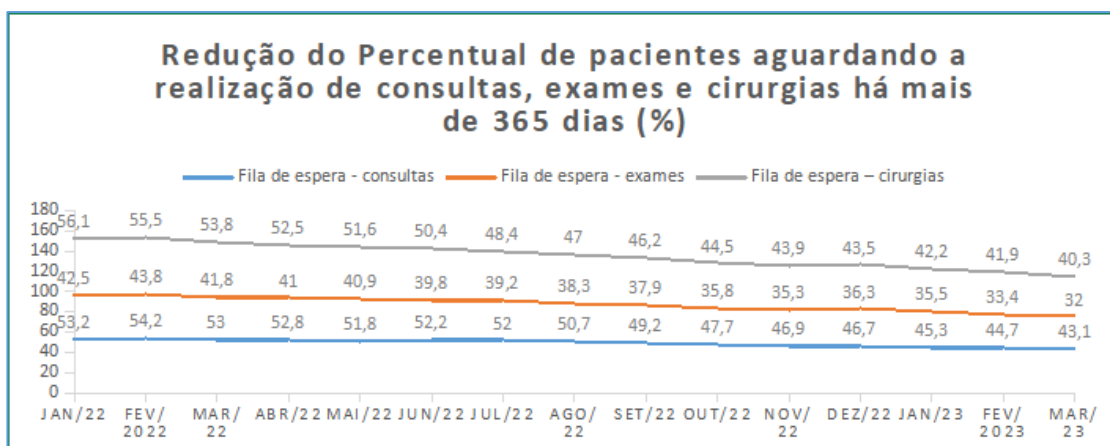
- Em 2022, participou a convite da Organização Nacional de Transplantes (ONT) da Espanha, do Congresso Mundial de Transplantes em Buenos Aires, apresentando a experiência de Santa Catarina na doação e transplante de órgãos, também foi reconhecido pela ONT como referência para o Brasil e a América Latina, sendo uma enorme conquista para os catarinenses. A Estrutura espanhola tem sido por quase 3 décadas o modelo mais bem-sucedido de coordenação de transplantes do mundo e tem influência central nas políticas de transplantes da Organização Mundial de Saúde;
- O Prêmio Espírito Público, que reconhece iniciativas que melhoram serviços oferecidos para a população, foi concedido ao coordenador estadual de transplantes, Joel de Andrade, no ano de 2022.

Redução da Fila de Espera

Em 2022, a SES realizou diversas ações, visando a redução da fila de espera, de consulta, exames e cirurgias, tais como:

- Remanejamento de agendas lotadas e ociosas entre hospitais de uma Região ou Macrorregião de Saúde;
- Unificação de nomenclaturas de agendas;
- Monitoramento e notificações aos fiscais dos contratos acerca das ofertas contratualizadas não disponibilizadas;
- Implantação de novas Teleconsultorias (gestação de alto risco, ortopedia pediátrica e de coluna).

Essas ações resultaram na melhoria de alguns indicadores estratégicos do Governo, como, por exemplo:



Fonte: Sistema Nacional de Regulação -SISREG (12/2022).

TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

A SES, em 2022, contratualizou 26 Clínicas de Hemodiálise no Estado de Santa Catarina, com repasse mensal médio de R\$ 8,8 milhões para oferta de Terapia Renal Substitutiva. O repasse de incremento estadual por produção, com o objetivo de promover a assistência em toda a linha de cuidado, totalizou um repasse mensal de aproximadamente R\$2,5 milhões.

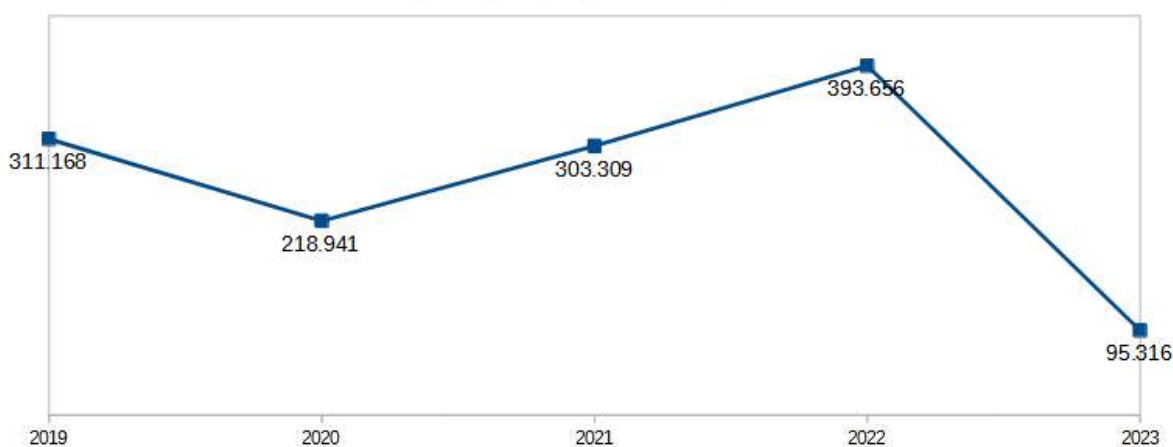
POLÍTICA HOSPITALAR CATARINENSE (PHC)

A PHC trouxe um incremento de recursos para os hospitais. Enquanto em 2021 apresentava um total de 117 hospitais, em 2022 esse número totalizou 173, um incremento de 56 hospitais. Destaque para a disponibilização de atendimento de saúde bucal para portadores de necessidades especiais na rede hospitalar, bem como para as cirurgias eletivas, com a pactuação de novas ofertas com as unidades hospitalares, ampliando o quantitativo cirúrgico em 11.500 cirurgias/mês, além do já pactuado nos contratos.

POLÍTICA ESTADUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS EM SC

As diretrizes das cirurgias eletivas, visam a priorização do atendimento humanizado, atendendo as necessidades de saúde do paciente, a integração de todos os pontos de atenção à saúde da população, o estudo e apresentação de um novo modelo de contratualização de procedimentos eletivos e a discussão do modelo de regulação (absenteísmo; gestão das filas; protocolos de acesso; racionalidade da telessaúde no processo regulatório; sistema de regulação inovador e outros.) A SES, tem por objetivo a redução das filas de espera para cirurgias eletivas e atendimento prioritário aos pacientes oncológicos. Em 30 de janeiro de 2023, 105.340 pacientes aguardavam na fila de espera para cirurgia e em 11 de junho de 2023, são 66.947 pacientes aguardando. No período de 2019 a março de 2023, foram realizadas o total de 1.322.390.

Número de cirurgias realizadas



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares- SIH/ Sistema de informações Ambulatoriais- SIA (06/2023).

Saúde da Pessoa com Deficiência



Exame auditivo

Foto: Banco de dados da SES/SC

Os cuidados da saúde da pessoa com deficiência, envolvem diversos serviços, como: Serviço de Atenção à Saúde das Pessoas com Estomias, Serviço de Reabilitação Visual, Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista, Reabilitação Pós Covid-19, Serviço de Doenças Raras e Serviço de Saúde Auditiva e Implante Coclear. Em 2021, o número de pacientes que aguardavam pelos serviços de saúde auditiva representava 11.630. No ano de 2022, a fila de espera, foi reduzida em 75,74%, totalizando 8.809 pacientes atendidos.

CENTRO DE INFORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TOXICOLÓGICA

O Centro de Informação e Assistência Toxicológica de Santa Catarina (CIATox/SC) mantém há 39 anos, um serviço de plantão 24 horas para informações específicas em caráter de urgência na área de Toxicologia Clínica aos profissionais de saúde, principalmente médicos da rede hospitalar e ambulatorial, de caráter educativo e preventivo à população em geral e de apoio às instituições nas questões relacionadas à toxicologia, ocasionando a diminuição da procura por serviços de saúde, reduzindo custos e riscos.

Atividades realizadas pelo CIATox de 2019 a 2022

| Atividades | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Total |
|--|--------|--------|--------|--------|---------|
| Atendimento de casos (humanos e animais) e informações | 21.125 | 18.113 | 19.482 | 20.748 | 79.468 |
| Acompanhamento dos casos atendidos até o desfecho | 36.659 | 18.876 | 17.839 | 21.207 | 94.581 |
| Total | 57.784 | 36.989 | 37.321 | 41.955 | 174.049 |

Fonte: DATATOX - Sistema Brasileiro de Dados de Intoxicações e extraídos utilizando a ferramenta de tratamento de dados BI-DATATOX (05/2023).

Central Estadual de Regulação de Internações Hospitalares – CERIH

A Central Estadual de Regulação de Leitos de Terapia Intensiva (Adulto, Pediátrico e Neonatal), atualmente denominada Central Estadual de Regulação de Internações Hospitalares (CERIH), tem como objetivo principal mapear de forma sistêmica e contínua os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (adulto, neonatal e pediátrica), habilitados no Sistema Único de Saúde (SUS). Em março de 2020, a doença do coronavírus, trazida pelo vírus da Covid-19, apresentou um alto índice de internações hospitalares com necessidade de internação em leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), e a Central de Regulação teve papel importante, como a instância regulatória supra macrorregional de abrangência estadual, onde foi responsável pela demanda e oferta de leitos e serviços inter-macrorregionais e interestaduais, compra de leitos e serviços pelo esgotamento do sistema público, intermediando as solicitações entre as Centrais de Regulações de Internações Hospitalares (CRIH/MR), quando da insuficiência ou ausência dos serviços hospitalares na macrorregião.

Central de Regulação de Transferência Inter-Hospitalar – CERINTER

A CERINTER foi implantada em 2021, ativa 24 horas, 7 (sete) dias por semana, possui o domínio de todas as transferências inter-hospitalares para leito de UTI, dentro e fora da macrorregião. Os serviços de ambulância da Inter Hospitalar, SAMU, ou aeromédico, obedecem ao Fluxograma de acionamento pela Central Estadual de Transferências Inter Hospitalares (CERINTER).

Vigilância em Saúde

A Secretaria Estadual de Saúde de SC, investiu em materiais para diagnóstico de Febre Amarela (FA), assim como diversas ações visando o enfrentamento da reintrodução da doença no estado. Também, destinou o valor de R\$ 10.325.000,00 de custeio e investimento para as ações de vigilância, prevenção e atenção à saúde ao enfrentamento da dengue para os municípios catarinenses, conforme portaria SES Nº 527/2022. Para o atendimento à demanda emergencial durante as epidemias de 2022 e 2023 no estado, foi feita a descentralização da realização dos exames, por meio dos Laboratórios Regionais (LAREG), totalizando mais de 175 mil exames realizados. Foram realizadas ações para enfrentamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), HIV/AIDS, Hepatites Virais e Doenças Crônicas Transmissíveis, como: distribuição de 36.569.978 preservativos masculinos e femininos e 2.396.222 de gel lubrificantes; distribuição de 12.697.670 unidades de testes rápidos para testagem de IST, HIV e Hepatites Virais; distribuição de 12.628 latas de fórmula infantil até 6 meses e 486 latas para maiores de 6 meses de idade (iniciando em junho de 2022). Quanto as principais ações referentes à imunização, a vigilância epidemiológica, realizou 17 campanhas de vacinação (COVID-19, febre amarela, tétano, influenza, multivacinação, sarampo e poliomielite) e distribuiu 74.940.503 doses de vacinas. A vigilância sanitária realizou diversas ações, como: monitoramento de exposições ocupacionais às radiações ionizantes, monitoramento de estabelecimentos de saúde, exposições médicas dos serviços de hemodinâmica, monitoramento dos estabelecimentos frigoríficos de carnes e de seus trabalhadores cadastrados, monitoramento dos trabalhadores relacionado aos números totais de ocorrências COVID-19 por motivo de afastamento (casos suspeitos, contactantes, teste confirmado para COVID-19 e grupo de risco), dentre outros.

Laboratório Central de Saúde Pública

O LACEN iniciou o sequenciamento genético SARS CoV-2, em fevereiro de 2022, consolidando a participação na Rede Nacional de Vigilância Genômica do SARS CoV-2, bem como implantando a rede catarinense. Em conjunto com Laboratório de Referência Nacional e outros centros colaboradores públicos e privados, a Rede

de Vigilância Genômica de SC realizou o sequenciamento completo do genoma em 9.364 amostras positivas para COVID-19 até maio de 2023. A vigilância genômica exerce papel relevante por permitir o conhecimento, comportamento e evolução do patógeno e seu potencial pandêmico ou epidêmico, possibilitando a adoção de medidas de controle da doença, como por exemplo a produção de vacinas. O LACEN liberou aproximadamente 1.350.000 RT PCR para COVID -19 de 2020 até abril de 2023.

Certificados e Prêmios da Vigilância em Saúde e LACEN

| CERTIFICADOS | PRÊMIOS |
|---|---|
| Diretoria de Vigilância Sanitária: Certificação LIXO ZERO, fornecida pelo Instituto Lixo Zero, sendo a primeira instituição da SES a conquistar tal certificação | 1º Lugar no Eixo 2 - Vigilância em Saúde do Trabalhador: Podcast: Análise integrada da situação de saúde dos trabalhadores de frigoríficos em Santa Catarina durante a pandemia de Covid-19- 2º SIMBRAST/ ABRASCO - 2022 – Salvador-BA |
| Para todas as UF (com exceção do DF), o melhor desempenho foi Santa Catarina (54%) Título: Análise da situação das metas do Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde (PISP). Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesau HYPERLINK "https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/planos-programas-e-projetos-nacionais/Analise-da-estrategia-nacional-da-vig-sanitaria" HYPERLINK "https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/planos-programas-e-projetos-nacionais/Analise-da-estrategia-nacional-da-vig-sanitaria" de/planos-programas-e-projetos-nacionais/Analise-da-estrategia-nacional-da-vig-sanitaria | Homenagem da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 2021, pela passagem dos 70 anos do LACEN; Reconhecimento da Sociedade Catarinense de Infectologia, por ocasião do III Congresso Sul Brasileiro de Infectologia; Troféu “A Força Catarinense na Pandemia de Covid-19”, da Associação Catarinense de Medicina |
| O Laboratório Central recebeu o Certificado de Proficiência em Ensaios Laboratoriais, emitido pela Controllab 2020-2023, sendo 117 ensaios em 2022 | Menção Honrosa como “serviço destaque” pela Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde e OPAS, por ocasião da Reunião Nacional de Síndromes Gripais e Avaliação da Vigilância para a Pandemia da Covid-19 no Brasil |
| Publicação de artigo no livro do CONASS - Qualidade no Cuidado e Segurança do Paciente: Educação, Pesquisa e Gestão. Brasília, 2021 – 1ª Edição. MELHORIA DA QUALIDADE NA REGULAÇÃO DOS RISCOS SANITÁRIOS NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO OBSTÉTRICA E NEONATAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA. Janete Ferreira Pinheiro, Zenewton André da Silva Gama, Carina Kindermann. Disponível em: https://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Qualidade-no-Cuidado-e-Seguranca-do-Paciente-Educacao-Pesquisa-e-Gestao.pdf | |

Ouvidoria SES

A Ouvidoria da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina atua como um canal de interação entre o cidadão e o órgão público, que possibilita a melhoria dos serviços em saúde e promove a defesa dos direitos dos cidadãos. A efetivação do trabalho da ouvidoria ocorre quando as manifestações dos cidadãos são revertidas em dados, consolidando as informações referentes às manifestações recebidas, sugerindo melhorias na prestação de serviços públicos em saúde, subsidiando ações estratégicas em suas diversas frentes de atuação. Em 2022, foram cadastrados 9.562 atendimentos no sistema OuvidorSUS como demandas de ouvidorias e encaminhadas para análise dos setores responsáveis. Ao todo a ouvidoria é composta por 57 sub-redes, dessas 52 são áreas internas da SES/SC e 5 ouvidorias externas municipais. As sub-redes são responsáveis por elaborar e inserirem no sistema as respostas técnicas das manifestações. A Ouvidoria da SES/SC registrou uma taxa de resposta superior a 98% das demandas apresentadas pela população, no ano de 2022. O tempo médio de retorno foi de 13 dias. O ano de 2021 marcou a alteração do assunto mais demandado, liderado nos últimos anos pela Assistência Farmacêutica (falta de medicamentos), o assunto Assistência à Saúde (fila de espera por cirurgias, procedimentos e atendimentos) tornou-se líder e manteve-se até os dias de hoje, após a suspensão das cirurgias eletivas de alta e média complexidade, determinada pelo governo do Estado de Santa Catarina como forma de garantir o acesso dos catarinenses às unidades durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

Gestão de Projetos

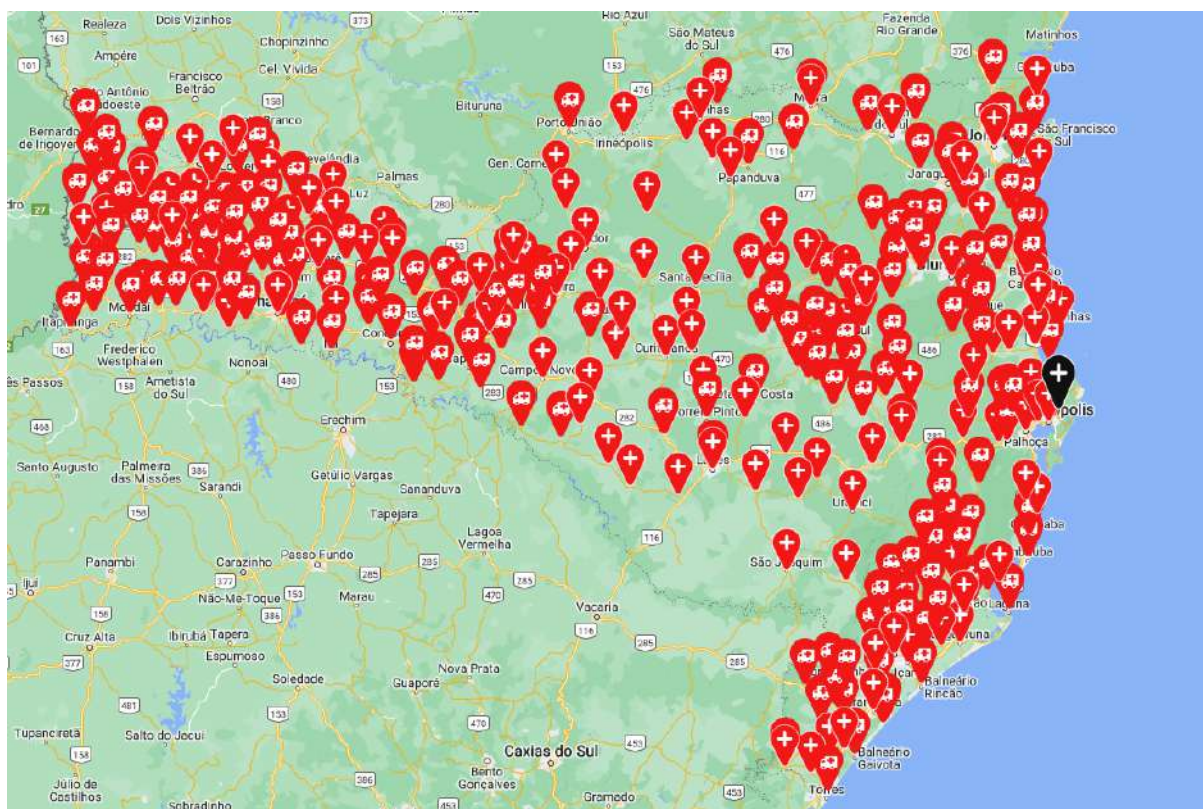
O Núcleo de Gestão de Projetos - NUPROJ da SES foi instituído para conduzir as demandas dos projetos do Programa PACTO por Santa Catarina, realizando o acompanhamento de grandes obras e aquisições de equipamentos a fim de contribuir na estruturação da rede de saúde do Estado de Santa Catarina e conduziu junto ao Escritório de Gestão de Projetos - EPROJ o levantamento e cadastramento de projetos para compor o banco de projetos da SES para posterior captação de recursos. Em janeiro de 2022 a estrutura do NUPROJ passou a compor a Diretoria de Projetos (DPRO) da SES, regulamentada através do Decreto Estadual nº 1682/2022. Criada a partir da nova estrutura organizacional, tornou-se a primeira Diretoria de Projetos do Governo do Estado de SC, atuando por meio de Gestão de Projetos, na execução, controle e monitoramento da utilização dos recursos do Programa PACTO por Santa Catarina. Todos os projetos podem ser acompanhados pelo Portal de Gestão de Projetos, do Governo do Estado de Santa Catarina - Projeta SC, com acesso público para toda sociedade Catarinense. A ampliação de projetos cadastrados é de suma importância para promover a transparência das ações e dos investimentos da Saúde.

Quantidade de projetos no quadriênio 2020 a 2023

| ANO | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|----------------|------|------|------|------|
| Nº de Projetos | 33 | 43 | 155 | 135 |

Fonte: https://www.projeta.sc.gov.br/tela_dashboards.html * Dados de 2023 até a data de 02/06. Acesso em 02/06/2023.

Mapa com georreferenciamento dos 135 projetos em andamento em 2023 da SES



Fonte: https://www.projeta.sc.gov.br/tela_consulta.html * Dados de 2023 até a data de 02/06. Acesso em 02/06/2023.

Os investimentos em aquisição de equipamentos buscam ampliar o parque tecnológico dos Hospitais, ampliando a qualidade dos serviços prestados e a capacidade de atendimento à sociedade. A tabela abaixo apresenta o quantitativo de projetos do tipo "Aquisição de Equipamentos" (aparelhos de mamografia, tomografia, microscópicos cirúrgicos, neuronavegador, aparelhos de ultrassom cardíaco 3D e 4D, Sistema de Videoendoscopia, entre outros) financiados com recursos do Programa PACTO por Santa Catarina, com a finalidade de equipar os hospitais com as obras realizadas e também da renovação do parque tecnológico dos Hospitais Próprios de SC.

Nº de Projetos financiados pelo Programa PACTO por Santa Catarina, no quadriênio 2020 a 2023

| ANO | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|----------------|------|------|------|------|
| Nº de Projetos | 12 | 9 | 14 | 19 |

Fonte: https://www.projeta.sc.gov.br/tela_dashboards.html

* Dados de 2023 até a data de 01/06. Acesso em 01/06/2023.

A seguir, destaca-se de forma qualitativa os 19 projetos que estão sendo executados e monitorados pela DPRO em 2023.

Projetos em andamento do Programa PACTO por Santa Catarina (ano 2023) referentes às aquisições

| Nrº Projeto | NOME DO PROJETO (EQUIPAMENTOS) |
|-------------|--|
| 2021/1507 | Aquisição de Microscópio Cirúrgico e Neuronavegador para o Hospital Governador Celso Ramos |
| 2022/736 | Aquisição de Equipamentos para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU |
| 2022/717 | Aquisição de equipamentos para o Hospital Regional de São José |
| 2014/937 | Aquisição de equipamentos para o Hospital Regional de São José ano de 2014 |
| 2021/1506 | Aquisição de camas, tomógrafo de córnea e equipamentos de oftalmologia para o Hospital Regional de São José |
| 2014/940 | Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para o Hospital Hans Dieter. |
| 2022/726 | Aquisição de conjunto de serras para esternotomia e camas hospitalares elétricas para o Instituto de Cardiologia de Santa Catarina |
| 2022/576 | Aquisição de Equipamentos para o Hospital Nereu Ramos |
| 2021/1505 | Aquisição de equipamentos para o Hospital Doutor Waldomiro Colautti |
| 2022/732 | Aquisição de Equipamentos para o Hospital Santa Teresa |
| 2022/570 | Aquisição de equipamentos para a Maternidade Darcy Vargas |
| 2022/933 | Aquisição de Poltronas Hospitalares para os Hospitais Catarinenses |
| 2022/731 | Aquisição de Equipamentos para a Maternidade Carmela Dutra |
| 2022/784 | Aquisição de equipamentos para a Maternidade Dona Catarina Kuss |
| 2014/928 | Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para o Hospital e Maternidade Tereza Ramos - Lages |
| 2022/710 | Aquisição de equipamentos para o Hospital Infantil Joana de Gusmão |
| 2021/1503 | Aquisição de Tomógrafo Computadorizado para o Hospital Infantil Joana de Gusmão |
| 2020/127 | Aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação para a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina |
| 2022/785 | Aquisição de equipamentos para o Hospital Governador Celso Ramos |

Fonte: Planilha de equipamentos 2023 - Controle Gerencial. Dados da DPRO.

Entre os anos de 2020 e 2023, foram realizadas obras civis (reformas e ampliações incluindo, em alguns casos, aquisição de equipamentos e mobiliário para unidades hospitalares) financiadas pelo Programa PACTO por Santa Catarina.

| Projeto | Descrição do projeto | Entregas no quadriênio |
|--|--|--|
| Ampliação do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, em Lages | Abertura do serviço de emergência; Centro de diagnóstico por imagem; Aumento de leitos de internação, centro cirúrgico e UTI; Aquisição de equipamentos e mobiliário necessários à efetiva implantação do Bloco Novo do Hospital. | Abertura do serviço de emergência; Centro de diagnóstico por imagem; Aumento de 92 leitos de internação, centro cirúrgico e UTI. |
| Reforma e Ampliação do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em Joinville | Ampliação do Centro Cirúrgico, Central de Materiais e Esterilização e UTI. | Ampliação para 267 leitos de UTI, em 2020. |

| | | |
|--|---|--|
| Ampliação e Readequação do Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí: | Ampliação da unidade hospitalar através da construção de uma torre nova de 15 andares e que acrescentará 241 novos leitos; Centro de Diagnóstico por Imagem; Ambulatório Clínico; Unidade de Alta Complexidade Oncológica – UNACON; UTI Neonatal, Centro Cirúrgico, entre outros. | Inaugurado o setor de Ambulatórios Clínicos no 2º pavimento e da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) no 3º pavimento, que marca a inauguração parcial e operação do Complexo Marieta Konder Bornhausen; |
| Ampliação e Readequação do Hospital Regional do Oeste - HRO, em Chapecó | Ampliação da unidade hospitalar através da construção de uma torre nova de 8 pavimentos e que passará a contar com 415 leitos; Oncopediatria; Farmácia; Centro Cirúrgico; Hemodinâmica; UTI's, Internação oncológica, entre outros. | |
| Ampliação e Readequação do Hospital Regional São Paulo - HRSP, em Xanxerê: | Ampliação da unidade hospitalar através da construção de uma torre nova de 9 pavimentos; Unidade de Hemodinâmica e UTI Coronariana; Centro Cirúrgico, UTI's; Heliponto, entre outros. | Inauguração do Bloco M e do setor de Oncopediatria; Inaugurados os setores de UTI Coronariana e Imaginologia; Instalação de Hemodinâmica. |

Fonte: Diretoria de Projetos/SES (05/2023).

Programa de Integridade e Compliance da SES

A SES estruturou em 2022, o Projeto para Elaboração do Plano de Integridade e Compliance, em atendimento ao Programa de Integridade e Compliance da Corregedoria Geral do Estado (CGE). A execução do projeto foi conceituado como referência, considerado pela CGE um dos Planos em destaque no ciclo 2022. Em novembro de 2022, foi publicada a portaria nº1.291, para constituição do Comitê de Integridade e Compliance para além de colocar em prática as medidas para mitigação de riscos de integridade levantados no Plano, fomentar a cultura da integridade e da gestão de riscos pertinentes ao tema no Poder Executivo por meio da implementação de políticas e procedimentos de promoção da moralidade, da ética e da honestidade na administração pública.

| PRÊMIOS E PUBLICAÇÕES DA GESTÃO ESTRATÉGICA |
|---|
| Prêmio EPROJ SC 2022. Evento que valoriza as iniciativas e contribuições apresentadas pelas equipes dos Núcleos de Gestão de Projetos (Nuprojs) que perseguem a excelência nos projetos dos órgãos, além de contribuir efetivamente no alcance de resultados positivos para a sociedade catarinense. Evento ocorrido no Teatro Pedro Ivo, no dia 23/11/2022. A SES foi reconhecida pela excelência da atuação do NUPROJ/SES e resultados alcançados na implementação das ações pautadas nas boas práticas em gerenciamento de projetos. Categoria: NUPROJ Destaque: Prata. Categoria: Especialista Destaque: Prata - Especialista Michelle Monteiro Alves Roldan |
| Plano de Integridade e Compliance da SES. As ações da DPRO/NUPROJ na condução da estratégia para estruturação do plano, assim como do Grupo de Trabalho instituído pelas portarias nº 1010, de 23/09/2022; nº 1037, de 30/09/2022; e nº 1113, de 21/10/2022, foi considerado como referência, pela Controladoria Geral do Estado - CGE, um dos Planos em destaque no ciclo. Como resultado do sucesso deste projeto, a DPRO/ NUPROJ foi convidada pelo Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, por intermédio do NUPROJ/SEF, a realizar uma apresentação sobre a condução do projeto para a equipe da Secretaria da Fazenda. |
| A Superintendência de Gestão Estratégica (SGE), por meio da DPRO/ NUPROJ e de Grupo de Trabalho multidisciplinar nomeado pela portaria nº 1038 de setembro de 2022, apresentaram a Matriz de Riscos elaborada para o Projeto da Nova Sede do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina e a "Matriz de Riscos Modelo" para ser utilizada como referência para projetos de Estabelecimentos Assistencial de Saúde (EAS), de obras de grande vulto, em conformidade a Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei Federal n. 14.133/2021 (NLLC). Tornando-se referência para setores como, EPROJ, Secretaria de Estado da Administração - SEA e Secretaria de Estado da Fazenda - SEF. |
| Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras - DPGC: Prêmio de Instituição com maior volume de pesquisas no Banco de Preços em 2022. |
| Artigo publicado na Revista Mundo PM: Revista Project Design Management, nº 109 Fev/Mar-2023. "Implementação de PMO na Gestão Pública. Case: Núcleo de Projetos da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina" pelos autores ROLDAN, M. M. A.; LUCLKTENBERG, I. A. B.; BROERING, S. B.; SILVA, E. D. A.; BREDA, M. L. C.; JAPPUR, R.F. ISSN 1807-8095. Link de acesso: https://projectdesignmanagement.com.br/produto/revista109/ |
| Apresentação do artigo Monitoramento do desempenho de aquisição de medicamentos na esfera estadual no XI Congresso CONSAD de Gestão Pública - Brasília 22-24 de março de 2022 - Rodrigues, C.R; MARTINS,C.G and SAKAE, D. - representando a Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras da SES/SC |

Tecnologia da Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica da SES apresentou como destaques algumas ações e inovações de tecnologia no último quadriênio, como:

Criação de BI (Business Intelligence) de acompanhamento da Vacinação COVID-19 (Vacinômetro) que permitiu acompanhamento da vacinação durante a pandemia e auxiliou na tomada de decisões do Estado: <https://www.coronavirus.sc.gov.br/vacinometro/>

Implantação do Sistema de Controle de Medicamentos (SISMED) para controle da distribuição de Medicamentos Estratégicos: <http://sismed.saude.sc.gov.br:8080/sismed/index>

Implantação de sites novos para as unidades e setores da SES, como:

- Hospital Governador Celso Ramos: <https://hgcr.saude.sc.gov.br/>
- Hospital Infantil Joana de Gusmão: <https://hijg.saude.sc.gov.br/>
- Hospital Regional Hans Dieter Schmidt: <https://hrhds.saude.sc.gov.br/>
- Maternidade Darcy Vargas: <https://www.mdv.saude.sc.gov.br/>
- Maternidade Carmela Dutra: <https://www.mcd.saude.sc.gov.br/>
- SC Transplantes: <https://sctransplantes.saude.sc.gov.br/index.php/pt/>
- Diretoria de Vigilância Epidemiológica: <https://dive.sc.gov.br/>
- Diretoria de Vigilância Sanitária: <https://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/>
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: <https://samu.saude.sc.gov.br/>
- Escola de Saúde Pública: <https://esp.saude.sc.gov.br/>
- Diretoria de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica: <https://ditig.saude.sc.gov.br/>
- Comitê de Ética e Pesquisa: <https://cep.saude.sc.gov.br/>
- Compras e Licitações: <http://www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/>

Decreto de emergência para obras de reforma e ampliação da rede própria da SES

O decreto nº 80/2022, visa realizar contratação de serviço e aquisição de itens de reparo e obra de ampliação de forma mais ágil. Entre as melhorias, estão previstas adequações das infraestruturas prediais e os sistemas das redes de gases medicinais, assim como reestruturação das instalações elétricas, hidrossanitárias e de climatização da Maternidade Carmela Dutra, Hospital Governador Celso Ramos, Hospital Infantil Joana de Gusmão, Hospital Regional de São José, Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina e Hospital Santa Teresa. As ações serão implementadas e executadas no prazo de 180 dias. A Gerência de Obras e Projetos da SES, iniciou ações para atendimento ao mesmo decreto em alguns hospitais, conforme quadro:

Ações para atendimento ao Decreto de obras e reformas emergenciais da SES

| Hospital | Nº de ação realizada |
|---------------------------------------|----------------------|
| Instituto de Psiquiatria- IPQ | 5 |
| Hospital Santa Teresa- HST | 5 |
| Hospital Governador Celso Ramos- HGCR | 23 |

Fonte: Superintendência de Gestão Estratégica- SES/SGE (06/2023).

Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica engloba ações relacionadas aos medicamentos do Componente Especializado, do Estratégico e do Básico, visando promover e recuperar a saúde dos usuários do SUS. Em Santa Catarina as ações do Componente Especializado são descentralizadas, ocorrendo dispensação de medicamentos nos 295 municípios, o que permite um melhor acompanhamento e uma maior proximidade e agilidade entre o serviço e seus cidadãos. São 17 Unidades Descentralizadas de Assistência Farmacêutica (UDAFs), localizadas nas Gerências Regionais de Saúde, que tiveram um incremento de profissionais, dando mais agilidade ao serviço.

Além disso, foi publicado o Protocolo Estadual de Hipertensão Arterial Pulmonar, possibilitando à população catarinense o acesso a um elenco maior de medicamentos para o tratamento da Hipertensão Arterial Pulmonar, por meio do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

Ações realizadas pela Assistência Farmacêutica:

- Redução de 61% (de 27 dias para 10,5 dias) no número, em dias, entre a abertura do processo do Componente Especializado (CEAF) e sua avaliação na DIAF;
- Polo de Aplicação de Nusinersena para os pacientes com Atrofia Muscular Espinhal - AME (Florianópolis no HJG e Concórdia no Hospital São Francisco);
- Participação da Elaboração e publicação do Manual Técnico de Orientações Sobre o Manejo da Toxoplasmose em Santa Catarina, que orienta sobre a notificação, investigação e tratamento da toxoplasmose gestacional, congênita e sobre o tratamento da toxoplasmose adquirida;
- Implantação de fluxo facilitado para a dispensação imediata de Enoxaparina às gestantes com trombofilia nas regionais de saúde.
- Elaboração e Publicação dos Protocolos Estaduais da Síndrome de Trombose com Trombocitopenia (STT) pós-vacinação para COVID-19 e da Síndrome Inflamatória Multissistêmica em Adultos (SIM-A) relacionada à COVID-19, para atendimento aos casos urgentes no estado de Santa Catarina.

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

O Estado de Santa Catarina, desde janeiro de 2022, reassumiu a gestão das 08 Centrais de Regulação de Urgência (CRUs) do SAMU 192, operando 24 horas por dia, 07 dias por semana e atendendo 100% dos municípios do Estado.

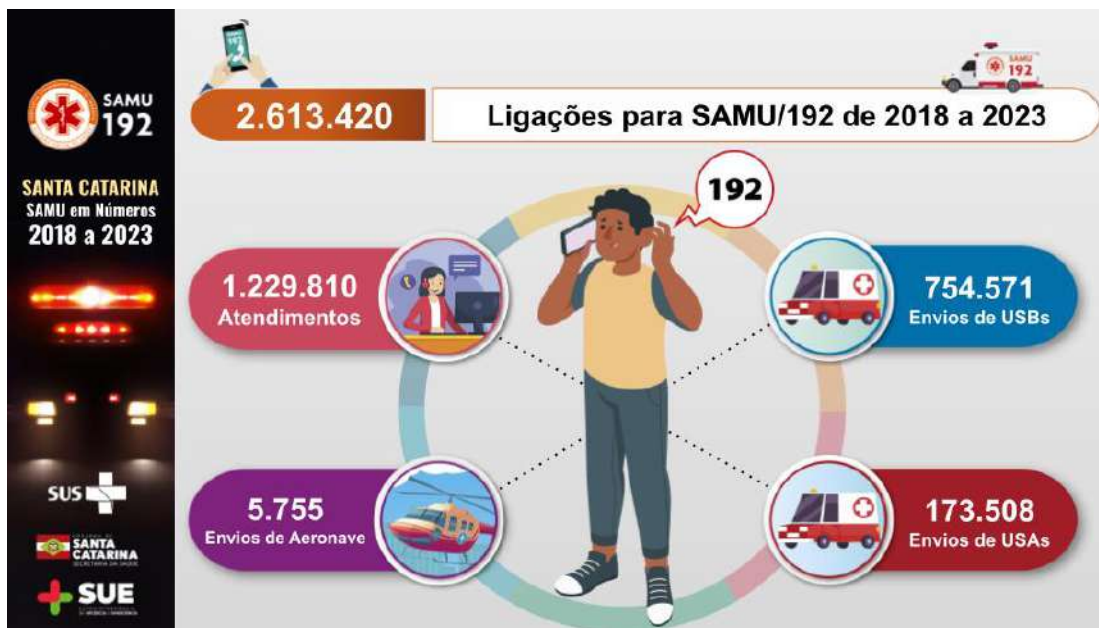
Frota do SAMU e Serviço Inter- Hospitalar sob gestão estadual

| Frota Terrestre | Nº de viaturas |
|--------------------------|-----------------------|
| SAMU/USA | 26 |
| Inter-Hospitalar | 05 |
| Reserva | 09 |
| Frota Aérea | Nº de viaturas |
| Asa Fixa | 01 |
| Asa Rotativa | 02 |
| Total de viaturas | 43 |



Fonte: Superintendência de Urgência e Emergência- SUE/SES (06/2023).

Número de atendimentos do SAMU nos de 2018 a 2023



Fonte: Superintendência de Urgência e Emergência- SUE/SES (06/2023).

Envio de viaturas por ano de 2018 a 2023



Fonte: Superintendência de Urgência e Emergência- SUE/SES (06/2023).

SC Inter-hospitalar

O serviço SC Inter-hospitalar foi criado em razão da necessidade constante de transferência de pacientes entre as unidades hospitalares para realização de exames e/ou para internação em leitos hospitalares. O serviço conta com bases implantadas nos municípios de Florianópolis, Joinville, Chapecó, Lages e Araranguá.

Número de Atendimentos realizados pelo SC Inter- Hospitalar



Fonte: Superintendência de Urgência e Emergência- SUE/SES (04/2023).

Projeto Sangue Total, Mais Vida no APH Móvel

O Projeto Sangue Total, Mais Vida no APH Móvel, foi implantado em 2022 no serviço aeromédico de Florianópolis /SC e disponibiliza a transfusão de sangue total tipo O + de baixa titulação no ambiente pré-hospitalar, com objetivo de reduzir a morbimortalidade secundária a hemorragias nos pacientes adultos, inclusive em gestantes e mulheres em idade fértil, bem como em pacientes pediátricos atendidos no ambiente pré-hospitalar.

Acreditação

Em 2023 o Estado de Santa Catarina passou a contar com a primeira rede de atendimento pré-hospitalar - SAMU e a primeira hemorrede - HEMOSC do país com acreditação em conformidade com os padrões do Manual Brasileiro de Acreditação da Organização Nacional de Acreditação - ONA, de forma integrada. Todo o processo de avaliação, com foco na gestão da qualidade, foi conduzido por uma equipe de avaliadores do Instituto Qualisa de Gestão (IQG).

Fluxo de Atendimento para Linha de Cuidados prioritários cardiológica e neurológica

Em 2020 foi reorganizado o fluxo de acesso dos usuários do SUS na urgência e emergência cardiológica, por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, regulados pela Central de Regulação de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina para garantir o acesso, tempo resposta para o atendimento, estabilização e tratamento para os pacientes graves. Em 2021 foi reorganizado o fluxo de acesso dos usuários do SUS na urgência e emergência neurológica, por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, regulados pela Central de Regulação de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina para garantir o acesso, tempo resposta para o atendimento, estabilização e tratamento para os pacientes graves.

Grade de Referência Privada

Em 2022 foi construída e encaminhada aos serviços de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel a grade de referência privada (LEI Nº 17.700 DE 2019), para atender o que preconiza a Lei nº 17.700, de 16 de janeiro de 2019 e o Decreto nº 743, de 29 de julho de 2020 que tratam do encaminhamento de pacientes pelas equipes de socorro do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), após atendimento emergencial, para os hospitais privados.

Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco - PCACR

O Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco (PCACR), foi criado para ser utilizado pelos Pontos de Atenção da Rede de Urgência e Emergência na identificação dos pacientes classificando-os de acordo com o risco estabelecido (prioridade máxima, alta, média, baixa e mínima) permitindo um atendimento rápido e seguro, ferramenta de apoio ao enfermeiro da Classificação de Risco e ao médico da emergência, contribuindo para o acesso qualificado do paciente e o atendimento de acordo com a gravidade do paciente. Aprovado em Câmara Técnica de Urgência e Emergência, Aprovado em CIB (Deliberação CIB nº 138 de 2022), implantado em 5 hospitais (HRSJ, HGCR, HIJG, HF e ICSC), em andamento implantação em demais hospitais da Rede Própria, Contratualizados, UPAs e PAs, já foram realizadas 12 capacitações presenciais tendo 184 enfermeiros e 28 multiplicadores capacitados.

| PRIORIDADE | TEMPO ALVO |
|--|--------------------|
| PRIORIDADE MÁXIMA: falência declarada e ou iminente de uma função vital | 0 MINUTOS |
| PRIORIDADE ALTA: queixa ou situação clínica que pode indicar uma falência de uma função vital a curto prazo | 15 MINUTOS |
| PRIORIDADE MÉDIA: situação clínica, que se persistir por muito tempo sem intervenção pode causar falência do órgão | 60 MINUTOS |
| PRIORIDADE BAIXA: situação clínica, que precisa ser avaliada, mas não apresenta sinais de falência do órgão | 120 MINUTOS |
| PRIORIDADE MÍNIMA: situação clínica, sem risco, assintomático | 240 MINUTOS |



Rede de Urgência e Emergência

A Rede de Urgência e Emergência está atuando junto aos 08 Grupos Condutores das Macrorregiões do Estado para elaboração do Plano de Ação Regional (PAR) da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, visando implantar, habilitar e monitorar os serviços da Rede perante o Ministério da Saúde.

Escola De Saúde Pública De Santa Catarina

A Escola De Saúde Pública De Santa Catarina (ESPSC) desenvolve diversas ações na área da educação. Entre os cursos técnicos e especializações técnicas já oferecidos pela ESPSC estão: Técnico em Enfermagem; Técnico em Saúde Bucal; Técnico em Vigilância em Saúde e Especializações Técnicas de Nível Médio em: Saúde Mental, Saúde do Idoso e Urgência e Emergência. A ESPSC, enquanto Escola Técnica do SUS, completa neste ano de 2023, 30 anos de história, reconhecida pelo Ministério da Saúde como referência em formação técnica para as 14 Regiões de Saúde de sua abrangência.

Mapa das Macrorregiões e Regiões de Saúde de Santa Catarina com áreas de abrangência da ESPSC-Formação Técnica.



Fonte: Escola de Saúde Pública de SC -ESPSC (06/2023).

ESPSC Virtual

A ESPSC Virtual é uma plataforma de acesso para formação e qualificação profissional, que oferta mecanismos on-line de apoio à EPS e educação continuada para os profissionais da Rede de Atenção à Saúde (RAS), no SUS, qualificando a formação e atuação profissional, buscando reconhecimento por meio de uma gestão pública, eficiente, eficaz e de boa qualidade. Entre os anos de 2020 a 2023 um total de 7952 alunos foram formados em 59 turmas.

Residências em Saúde

Em 2023, a SES completa o 57º aniversário da implantação dos programas de residência médica nos hospitais públicos mantidos pela SES e há 8 anos também foram implantados os programas de residência multiprofissional.

Residência Médica e Multiprofissional

| Residência Médica | Residência Multiprofissional |
|---------------------------------------|---|
| 73 Programas | 06 Programas |
| Distribuídos em 46 especialidades | Distribuídos em 05 Especialidades |
| Realizados em 11 hospitais próprios | Realizados em 04 hospitais próprios |
| Realizados em 03 organizações sociais | 01 Programa realizado na ESPSC |
| 01 Programa realizado na ESPSC | 75 residentes nas áreas de: enfermagem, nutrição, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, educação física, odontologia, farmácia e serviço social |
| 1450 médicos preceptores | 160 preceptores |
| 73 supervisores do programa | 05 COREMU's |
| 15 coordenadores de COREME | 06 coordenadores de programa |
| 630 médicos residentes | 05 coordenadores de COREMU |

Fonte: Escola de Saúde Pública de SC -ESPSC (06/2023).

Maternidade Darcy Vargas

A Maternidade Darcy Vargas destacou-se na realização do procedimento de cerclagem abdominal pré-gestacional, ele auxilia mulheres com perdas gestacionais: e visa para impedir o abortamento de repetição.

Hospital Hans Dieter Schmidt

Em 2022, o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS), de Joinville, foi classificado como uma unidade de saúde de Alta Conformidade, alcançando 90,48% de pontuação na Avaliação das Práticas de Segurança do Paciente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). É o quarto ano consecutivo que o HRHDS alcança a classificação.



Foto: Unidade de Dor Torácica, do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt.

A Unidade de Dor Torácica, no Pronto Socorro do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, dobrou de capacidade e, agora, conta com seis leitos com monitorização multiparâmetro e um equipamento para realização de eletrocardiograma no local.

Hospital e Maternidade Tereza Ramos

O novo Ambulatório de Cirurgias Eletivas do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, de Lages, tem por objetivo ampliar o número de procedimentos eletivos, contribuindo para a redução das filas cirúrgicas na Serra Catarinense. Também foram abertos 30 leitos de UTI Adulto e foram ampliados em 78 leitos de enfermaria.



Hospital Tereza Ramos, em Lages. Foto: Maurício Vieira / Governo de SC

HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS

- **Mutirão de cirurgias ortopédicas:** referência em ortopedia, o Hospital Governador Celso Ramos (HGCR), realizou um mutirão de cirurgias ortopédicas, atendendo pacientes que aguardavam há cinco anos pelo procedimento. As cirurgias de média e baixa complexidade visam principalmente aliviar dores crônicas e restaurar a qualidade de vida das pessoas;
- **Campanha de Cirurgia de Catarata:** foram realizados um total de 40 procedimentos, dobrando o número de cirurgias realizadas. O Governo do Estado investiu R\$ 60 mil na reinauguração da nova ala. Anteriormente, o hospital possuía uma sala cirúrgica em que eram realizados de 10 a 15 cirurgias oftalmológicas por semana. Com a ampliação do serviço, a unidade contará com um centro cirúrgico de oftalmologia com duas salas exclusivas, aumentando a oferta em 100%.

Instituto de Cardiologia

- **Marcapasso Fisiológico:** A implantação do marcapasso fisiológico faz parte de um estudo desenvolvido pelo Ministério da Saúde, através do Programa de e Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS) que selecionou o ICSC como uma das instituições para a realização do projeto. A intenção é comparar de que forma os pacientes se comportam a partir do implante tradicional do marcapasso ressincronizante e o marcapasso fisiológico. A técnica do marcapasso é utilizada para estimular o ritmo cardíaco do coração de pacientes que possuem insuficiência cardíaca e que não conseguem realizar a contração correta do órgão. Desta forma, o dispositivo marcapasso é implantado no coração do paciente realizando estímulos por meio de impulsos elétricos.
- **Valve-in-valve mitral:** A válvula mitral é uma das quatro válvulas do coração que ajudam a regular o fluxo de sangue no órgão. Quando a válvula mitral não funciona da forma correta, ou seja, quando ela não abre e fecha da forma certa, o sangue pode voltar, o que pode levar a sintomas como falta de ar, fadiga e inchaço nas pernas e tornozelos. Com a técnica inovadora chamada de valve-in-valve mitral, o paciente recebe uma nova válvula através de um cateter colocado na região da virilha, permitindo que a prótese fosse levada até a região indicada. “Então muda completamente porque não tem cirurgia, não tem sutura, não tem incisão. Aquela recuperação longa da cirurgia por causa da toracotomia que é a abertura do peito, isso tudo não existe. É uma recuperação semelhante a um cateterismo que é muito rápida”. Essa técnica faz parte de estudo que está sendo realizado em todo país para avaliar os benefícios do implante da válvula.

Serviço de Hemodiálise do Hospital Regional de São José

O Hospital Regional de São José (HRSJ), possui um novo espaço para atender os pacientes internados que realizam hemodiálise. O serviço, ampliado de três para seis máquinas, tem capacidade para aumentar de 1,5 mil sessões de hemodiálise por ano para 3 mil, ou seja, um incremento de 100%.



Foto: Hemodiálise Do Hospital Regional De São José.

Hospital Nereu Ramos: selo de UTI “Top Performer” da AMIB



A Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Nereu Ramos, em Florianópolis, está entre as UTIs brasileiras com melhor performance nos parâmetros mortalidade hospitalar e utilização de recursos. O hospital é o único 100% SUS de Santa Catarina, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, a receber o reconhecimento. O destaque foi divulgado pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), com a publicação da lista de hospitais brasileiros que receberam o selo de UTI “Top Performer”.

Novos leitos nas unidades hospitalares

No período de 2019 a 2022 foram abertos leitos de UTI e enfermaria nas unidades hospitalares administradas pela SES. Ao todo, os hospitais contam com aproximadamente 3.000 (três mil) leitos. A abertura destes leitos proporciona mais qualidade na assistência da população catarinense.

Número de leitos das unidades hospitalares administradas pela SES

| Leitos | Ano 2019 | Ano 2022 |
|--------------------------|----------|----------|
| LEITOS DE UTI ADULTO | 140 | 231 |
| LEITOS DE UTI PEDIÁTRICA | 42 | 76 |
| LEITOS DE UTI NEONATAL | 85 | 107 |

Fonte: Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais (06/2023).

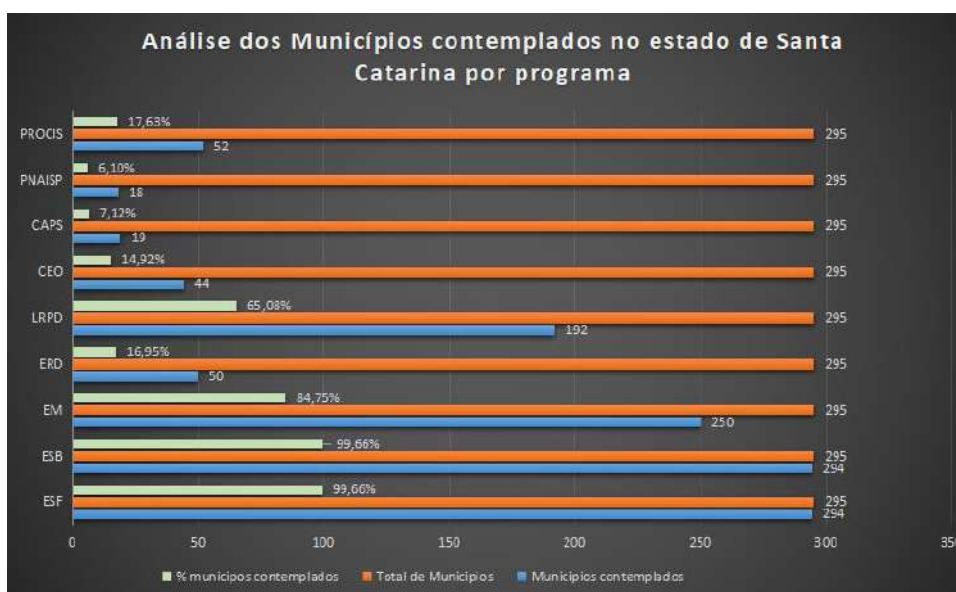
| Produção Hospitalar das unidades hospitalares administradas pela SES | | | | |
|--|--------------------|------------------|------------------|------------------|
| Ano | Nº de Atendimentos | | | |
| | Internação | Ambulatório | Emergência | TOTAL |
| 2019 | 95.038 | 568.441 | 561.540 | 1.225.019 |
| 2020 | 85.012 | 385.006 | 378.370 | 848.388 |
| 2021 | 93.288 | 439.748 | 396.525 | 929.561 |
| 2022 | 109.419 | 497.673 | 462.073 | 1.069.165 |
| Total | 382.757 | 1.890.868 | 1.798.508 | 4.072.133 |

Fonte: Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais (06/2023).

Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde

O Estado de Santa Catarina amplia o acesso e fortalece a Atenção Primária à Saúde (APS), por meio do incentivo mensal aos municípios, para o cofinanciamento de equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal (eSF/eSB), eSF/eSB de municípios que participam do Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado (com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 90% do IDH médio do estado), Centros de Especialidade Odontológicas (CEO) conforme modalidade implantada, produções de Laboratórios Regional de Prótese Dentária (LRPD), equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP) ligadas à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Microrregional implantados.

Além disso, em 2021, com a extinção das equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), a Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS/SES-SC) elaborou uma proposta de repasse financeiro aos municípios catarinenses. A nova modalidade entrou em vigor em 20 de julho de 2021, com a finalidade de cofinanciar equipes multiprofissionais para auxiliar os municípios que possuíam equipes NASF e complementar as atividades desenvolvidas pelas equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária. Já em 08 de dezembro de 2021, foi criada a Equipe de Reabilitação Domiciliar (ERD), com o intuito de auxiliar os municípios com as demandas relacionadas à pandemia de Covid-19. Em março de 2023 foram cofinanciadas pelo estado 545 Equipes Multiprofissionais e 74 Equipes de Reabilitação Domiciliar.



Fonte: Coordenação de Monitoramento e Avaliação de APS - DAPS/SPS/SES-SC, 2023

ASSISTÊNCIA À SAÚDE

- Triagem Neonatal: Foi ampliado o exame do teste do pezinho e mãe catarinense. Em 2022 foram realizados 89.000 exames do teste do pezinho. A cobertura do teste do pezinho é de 92% em 2022.
- Elaboração e conclusão do Plano Estadual de Saúde da População Negra.(2020).
- Atualização e divulgação das Linha de Cuidado de Hipertensão Arterial, Linha de Cuidado do Diabetes Mellitus e Linha de Cuidado da Obesidade.
- Implantação das Linhas de Cuidado: Doenças Crônicas (HAS e DM) e Saúde da Pessoa Idosa nas regiões do extremo Oeste, Xanxerê e Oeste.



PESQUISA E DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

- Execução do Projeto de Monitoramento do Suicídio, por meio de oficialização do Termo de Cooperação Técnica (Convênio 119/ SES/SC - OPAS). Mapeamento e diagnóstico regionalizado da ocorrência de Suicídio e Notificações de Violência Autoprovoçada. Educação permanente para as regionais de saúde e posteriormente estendida aos municípios para a identificação de prioridades e ações de prevenção do suicídio no estado.

Frequência de UBS com visita técnica por regional de saúde, 2021 a 2023

| Região de Saúde | Nº UBS com visita técnica realizada | Percentual UBS com visita técnica realizada (%) |
|---------------------------|-------------------------------------|---|
| Carbonífera | 145 | 100% |
| Laguna | 181 | 100% |
| Grande Florianópolis | 200 | 97% |
| Serra Catarinense | 72 | 86% |
| Foz do Rio Itajaí | 118 | 83% |
| Planalto Norte | 83 | 75% |
| Nordeste | 58 | 75% |
| Extremo Sul Catarinense | 55 | 69% |
| Meio Oeste | 29 | 49% |
| Xanxerê | 29 | 37% |
| Oeste | 16 | 37% |
| Extremo Oeste | 28 | 33% |
| Alto Uruguai Catarinense | 20 | 31% |
| Alto Vale do Rio do Peixe | 16 | 22% |
| Alto Vale do Itajaí | 18 | 16% |
| Vale do Itapocu | 10 | 16% |
| Médio Vale do Itajaí | 0 | 0% |
| Total | 1161 | 60% |

Fonte: Diretoria de Atenção Primária – DAPS/SES (06/2023)

Elaboração dos Painéis de Informações

A Diretoria de Atenção Primária da SES, após uma análise detalhada sobre os principais e os mais importantes indicadores que deveriam ser controlados. Realizou a elaboração de uma sala de situação (Power Business Intelligence -BI) unificada disponível no endereço eletrônico: https://bit.ly/monitoramento_aps_ses_sc. A página principal contém 14 painéis com as seguintes informações:

- 1- Estimativa de Cobertura por /equipe de Atenção Primária (eSF e eAP);
- 2- Estimativa de Cobertura de Saúde Bucal (eSB);
- 3- Taxa de Internação por Causas Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP);
- 4- Cofinanciamento Estadual da APS;
- 5- Indicadores do Previne Brasil;
- 6- Consulta de Estabelecimento, Equipes e Profissionais da Atenção Primária;
- 7- Produção de Categorias Profissionais;
- 8- Produção Cadastro X Estimativa;
- 9- Capacidade Instalada da APS;
- 10- Adesão do Programa Saúde na Escola;
- 11- Dados de Moralidade SC;
- 12- Cobertura Vacinal;
- 13- Indicador da Triagem Neonatal;
- 14- Painel de Apoio e Multi.

O SUS é familiar, amigo e confiável.



MONITORAMENTO DA APS



Indicador 1 - Estimativa de Cobertura por Equipe de Atenção Primária (eSF e eAP)



Fonte: e-Govt Atenção Primária

Indicador 2 - Estimativa de Cobertura de Saúde Bucal (eSB)



Fonte: Ministério da Saúde

Indicador 3 - Taxa de Internações por Causas Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP)



Fonte: Sistema de Informações Hospitalares (SIH)

Cofinanciamento Estadual da APS



Fonte: Colex/Contratos/CIAM/DAP/SP/SES

Indicadores Previne Brasil



Fonte: e-Govt Atenção Primária

Consulta de Estabelecimentos, Equipes e Profissionais de Atenção Primária



Fonte: CIES

Produção de Categorias Profissionais



Fonte: Produção SES

População Cadastrada x Estimada



Fonte: CGAD/PANET

Capacidade Instalada da APS



Fonte: e-Govt Atenção Primária (DAP/SES/SC)

Adesão do Programa Saúde na Escola



Fonte: Ministério da Saúde

Dados de Moralidade SC



Fonte: OIA

Cobertura Vacinal



Fonte: CIVIC/SC

INDICADORES DA TRIAGEM NEONATAL



Em teste. Fonte: FEP

Portarias e Informativos



ENVIE SUA DÚVIDA



Respostas das Perguntas



Coordenação de Monitoramento e Avaliação | DAPS | SP5 | SES/SC - Atualizado em: 15/06/2023



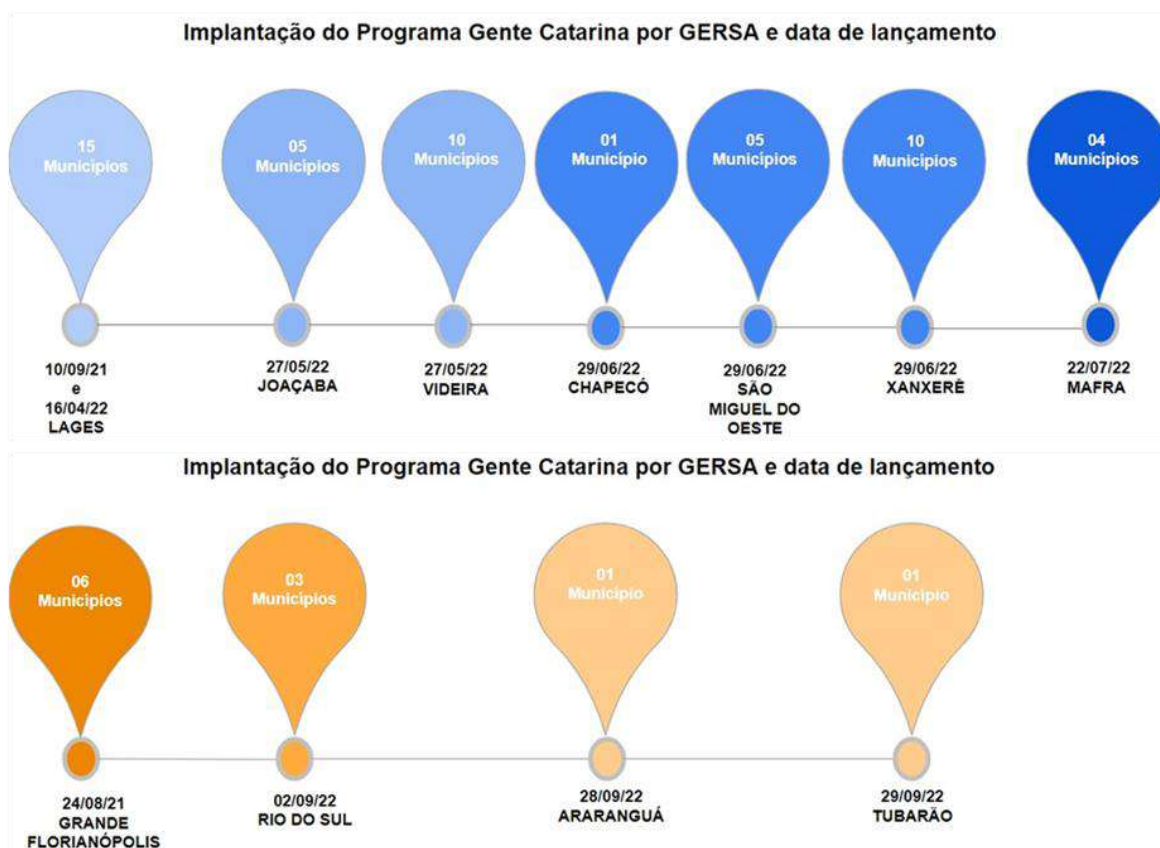
Fonte: Diretoria de Atenção Primária – DAPS/SES (06/2023)

Programa Gente Catarina

O Programa Gente Catarina tem por finalidade promover o desenvolvimento integrado dos planos, dos projetos e ações gerenciais e operacionais pertinentes à melhoria dos índices de desenvolvimento humano (IDH) em 61 municípios e 11 Gerências Regionais de Saúde. Busca a melhoria dos indicadores de mortalidade materna, infantil e mortes prematuras por doenças crônicas não transmissíveis (neoplasias, diabetes, doenças do aparelho respiratório e do aparelho circulatório).

Resultados do Programa Gente Catarina - Aquisição de equipamentos para o desenvolvimento das atividades:

- ✓ Webcam: 50 unidades distribuídas para as Gersas, DAPS e Superintendência de Planejamento em Saúde (SPS);
- ✓ Data show entregue para o Ambulatório de Atenção Especializada do Hospital e Maternidade Tereza Ramos - 1 unidade;
- ✓ Materiais para treinamento para uso no Ambulatório de Atenção Especializada do Hospital e Maternidade Tereza Ramos: modelo pélvico aparelho reprodutor feminino tridimensional (2 unidades), detector de batimentos cardíacos fetais de mesa (4 unidades), foco parabólico para uso em consultórios (1 unidade), oxímetro de pulso portátil (2 unidades), processo concluído;
- ✓ Materiais para fisioterapia para uso no Ambulatório de Atenção Especializada do Hospital e Maternidade Tereza Ramos: bola de feijão (1 unidade), cinta elástica para exercícios de braços e pernas (1 unidade) e faixa elástica para fisioterapia (2 unidades) em fase de aquisição;
- ✓ Servidores para as Gersas: De acordo com a nova estrutura organizacional da SES, as Gersas foram incorporadas a Superintendência de Planejamento em Saúde (SPS). Como proposta para ampliação de recursos humanos nas unidades descentralizadas de saúde das Gersas, foi orientada a composição mínima de 3 servidores para APS. Assim sendo, foram contratados 14 profissionais a mais, para realizarem as atividades na APS, com ênfase no Gente Catarina, quando comparado com o ano de 2021 (216% de aumento de recursos humanos).



PLANICASUS

Com o objetivo de fortalecer a integração entre a Atenção Primária à Saúde (APS) e o Atenção Ambulatorial Especializada (AAE), garantindo o acesso oportuno e a resolutividade para o público de crianças e gestantes de alto risco, a Secretaria de Estado de Saúde, desenvolve dois projetos PROADISUS, com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) nas Regiões de Saúde da Serra Catarina e Foz do Rio Itajaí. Além disso, por meio do projeto foi implantado ambulatório de especialidades de gestação de alto risco localizado no Hospital Tereza Ramos e na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). O projeto que tem apoio do CONASS e da Secretaria Estadual de Saúde e com disponibilidade de profissionais especialista do Hospital Einstein foca na qualificação dos profissionais, num processo de educação permanente, monitoramento, avaliação e identificação de indicadores, com objetivo de qualificar o processo de trabalho das gestões e das equipes de saúde, para que sejam mais eficientes e resolutivas às necessidades da população.



Foto: Diretoria de Atenção Primária – DAPS/SES (06/2023).

3.1.3 Segurança Pública

Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP

Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP, constituída pelos seguintes órgãos:

Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC); Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (PCSC); Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC); Polícia Científica do Estado de Santa Catarina (PCISC).

Cabe à SSP promover a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada da PMSC, da PCSC, do CBMSC, da PCISC e da SAP, em articulação com a sociedade. Ficam preservadas a autonomia e as competências relativas à gestão interna da PMSC, da PCSC, do CBMSC e da PCISC e da SAP, no tocante às finanças, à contabilidade, às pessoas e ao apoio operacional. (conforme Lei Complementar nº 741/2019, bem como alterações decorrentes da Lei nº 18.646/2023).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

À SSP compete:

I – formular, coordenar e fomentar a Política Estadual de Segurança Pública, observadas as diretrizes da política nacional;

II – elaborar e coordenar o Plano Estadual de Segurança Pública;

III – estabelecer diretrizes e prioridades para aplicação de recursos públicos no âmbito estratégico da área de segurança;

IV – estabelecer parcerias e captar recursos federais e internacionais, a fim de implementar ações e políticas de segurança pública no Estado;

V – planejar, coordenar, orientar e avaliar programas, projetos e ações governamentais da área da segurança pública, nos termos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

VI – assessorar direta e imediatamente o Governador do Estado nos assuntos afetos à segurança pública, à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio;

VII – articular e integrar as ações dos órgãos de ensino militar;

VIII – fixar diretrizes à PMSC, à PCSC, ao CBMSC, à PCISC e à SAP relativas a:

a) serviços de tecnologia da informação, telecomunicação, monitoramento eletrônico, especificações de padrões tecnológicos, interligação das bases de dados, desenvolvimento de aplicativos e estruturação do sistema integrado de segurança pública;

b) dados estatísticos e serviços de inteligência;

c) capacitação e aprimoramento profissional;

d) disponibilização de dados e informações afetas à gestão de pessoas;

e) licitações e contratos de materiais e serviços;

f) comunicação social;

g) orientações estratégicas;

h) políticas de eficiência dos gastos de manutenção e custeio; e

i) orientações de investimentos integrados de segurança pública; e

IX – formular, coordenar e fomentar a política estadual de prevenção e combate à tortura.

(conforme Lei Complementar nº 741, de 2019, bem como alterações decorrentes das Medidas Provisórias nº 257 e 258/2023).

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Prestar serviços de segurança pública de forma integrada, de modo a proporcionar segurança a todas as pessoas, com o devido respeito aos direitos fundamentais, visando garantir a paz social no Estado de Santa Catarina.

VISÃO: Que a Segurança Pública do Estado seja reconhecida pela sociedade catarinense pela excelência no desenvolvimento de ações integradas, com o respeito aos direitos fundamentais e a garantia da paz social em Santa Catarina.

VALORES: Legalidade, transparência, ética, efetividade, respeito aos direitos fundamentais, profissionalismo, integração, proximidade, inteligência, inovação e tecnologia.

ESTRUTURA: A Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP é composta pelos órgãos: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC); Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (PCSC); Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC); Polícia Científica do Estado de Santa Catarina (PCISC).

CARREIRAS/SERVIDORES: A SSP não possui quadro próprio e depende de servidores e militares cedidos de outros órgãos para o desenvolvimento de suas atividades.

Cada órgão conta com legislações específicas que regem suas carreiras, conforme abaixo:

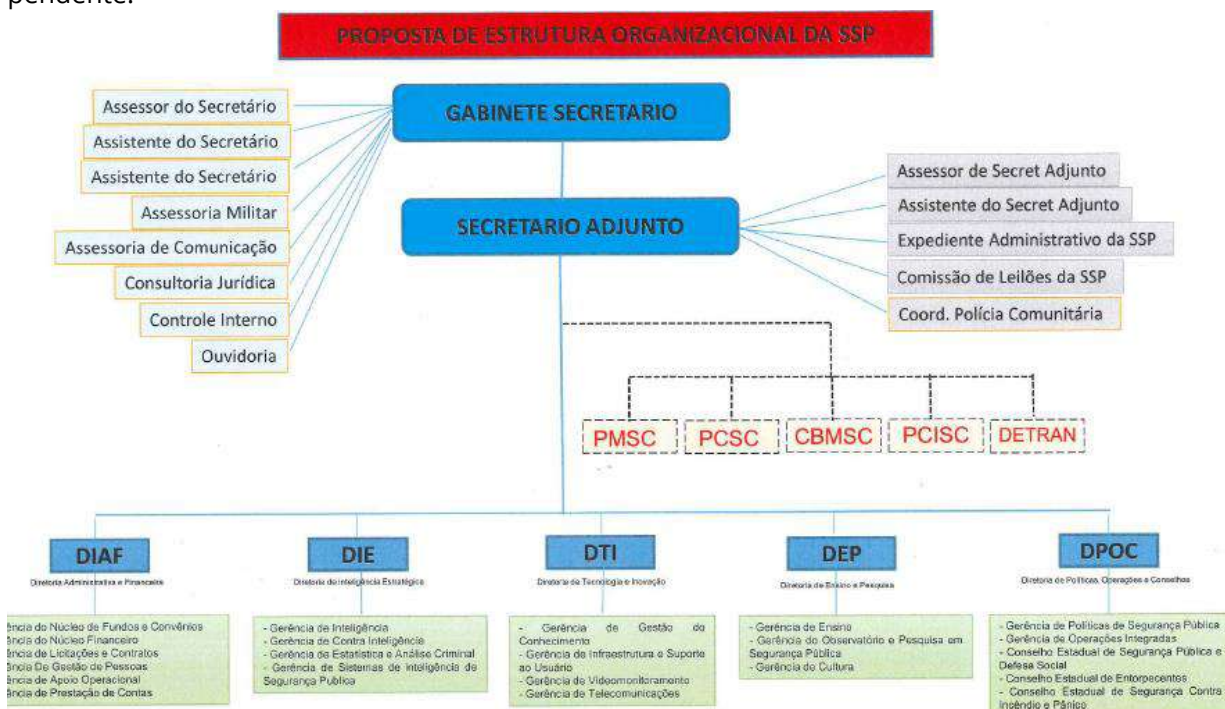
- PMSC/CBMSC: lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983 (e suas alterações);
- PCSC: lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986 (e suas alterações);
- PCISC: lei nº 15.156, de 11 de maio de 2010 (e suas alterações).

A quantidade de servidores efetivos e militares estaduais nas instituições:

- PMSC: 9.689
- PCSC: 3.498
- CBMSC: 2.563
- PCISC: 794

ORGANOGRAMA

O organograma mostrado abaixo está sendo proposto no ano 2023, porém sua aprovação ainda está pendente.



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Polícia Ostensiva

As atribuições de polícia ostensiva são de competência da Polícia Militar. Polícia Ostensiva é a polícia uniformizada, fardada e identificada, atuando na prevenção ao crime, violência e desordens, bem como no seu restabelecimento tão logo a ordem pública seja quebrada.

Polícia Judiciária

As atribuições da polícia judiciária são de competência da Polícia Civil. A polícia judiciária é um órgão da segurança do Estado que tem como principal função apurar as infrações penais e suas autorias por meio da investigação policial.

Prevenção e Combate a Incêndios, Buscas, Salvamentos e Socorros Públicos

Ao Corpo de Bombeiros Militar compete a realização dos serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar; estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos; análise prévia dos projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhamento e fiscalização de sua execução, e imposição de sanções administrativas estabelecidas em Lei; realização de perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência; colaboração com os órgãos da defesa civil; estabelecimento da prevenção balneária por salva-vidas; e prevenção de acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial.

Exames Periciais – Criminalística

É de competência da Polícia Científica, através da Diretoria de Criminalística, a realização de exames periciais em diversas áreas, tais como balística, documentoscopia, informática, fonética, papiloscopia, identificação veicular, exames em locais de crimes contra o meio ambiente, além dos serviços de pronto atendimento em locais de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio.

Identificação Civil e Criminal

A Diretoria de Identificação Civil e Criminal tem como principal atribuição a realização da identificação civil das pessoas, viabilizando a expedição da carteira de identidade.

Análises Forenses

A atribuição da Diretoria de Análises Laboratoriais Forenses é realizar os procedimentos laboratoriais destinados à identificação de substâncias entorpecentes, dosagem alcoólica, exames toxicológicos, pesquisas indeterminadas e identificação humana através do DNA.

Exames e Identificação

A atribuição da Diretoria de Medicina Legal é realizar os exames de lesões corporais e a identificação da causa da morte não natural.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento tecnológico com a implantação do registro de ocorrências por meio de tablets e Delegacia Eletrônica 2. Integração do atendimento sistema de registro e de atendimento de ocorrências com a implantação do novo BO/SISP 3. Implantação do termo Circunstanciado de ocorrências pela Polícia Militar 4. Renovação do efetivo com a inclusão de novos contingentes realizadas nos últimos anos, com elevação do nível de escolaridade dos policiais (Nível Superior para Soldados e Bacharéis em Direito para Oficiais) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de recomposição dos efetivos 2. Necessidades logísticas 3. Imprescindibilidade de aperfeiçoamento técnico-profissional |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Nova gestão do Governo Federal e do Governo Estadual com foco prioritário para a área da segurança pública e comprometidos com a solução dos problemas de segurança 2. Apoio da Sociedade em geral para a solução dos problemas de segurança pública 3. Articulação com a Senasp para obtenção de recursos federais por meio do novo SUSP com recursos das loterias, entre outras fontes de financiamento | <ol style="list-style-type: none"> 1. Recrudescimento dos problemas econômicos do país, como aumento do desemprego, entre outros, com possibilidade de reflexos negativos para a segurança pública |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores civis e militares;
- Colaboradores das instituições que compõem a Segurança Pública de Santa Catarina;
- Gestores e tomadores de decisão

EXTERNAS:

- Cidadãos;
- Governo do Estado
- Ministro da Justiça, Secretário Nacional de Segurança Pública;
- Poder legislativo;
- Poder Judiciário;
- Ministério Público;
- Defensoria Pública;
- Agências de inteligência de outras pastas e outros estados;
- Órgãos públicos municipais, estaduais e federais;
- Gestores e tomadores de decisão de outros órgãos/setores;
- Ordem dos Advogados do Brasil
- Conselhos de Direito;
- Órgãos não governamentais;
- Instituições de pesquisa;
- Órgãos de imprensa.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Os Programas da Segurança Pública estão cumprindo os objetivos propostos, com indicadores próximos as metas estabelecidas (conforme análise qualitativa dos Programas e Objetivos Estratégicos do PPA 2020-2023).

Redução nos principais indicadores de criminalidade (roubo/furto, homicídio, feminicídio e latrocínio).

Integração de sistemas de segurança pública visando o aumento da operacionalidade das forças de segurança pública, com a celebração de acordos de cooperação técnica que disponibilizaram diversas bases de dados de diversos órgãos das esferas federal, estadual e municipal.

Melhoria na articulação interinstitucional e interação com a sociedade em prol da solução dos problemas de segurança pública.

Promoção da capacitação Profissional, da saúde física, mental e psicossocial dos agentes da segurança pública.

Realização de investimentos logísticos, tecnológicos e estruturais necessários às atividades da segurança pública. Promovido o desenvolvimento tecnológico, o aperfeiçoamento das atividades de inteligência. Aperfeiçoamento das atividades correcionais e de ouvidoria na área da segurança pública.

Alcance da melhoria estrutural da segurança pública, na gestão de recursos humanos e na gestão de recursos tecnológicos e logística, fomentando a melhoria na prestação de serviços.

Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC

A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC), força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina, cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, conforme disposição constitucional e legislação federal.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

À PMSC compete:

- I – planejar, coordenar e dirigir a execução da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública;
- II – executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo uniformizado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar:
 - a) o cumprimento da lei;
 - b) a preservação da ordem pública; e
 - c) o exercício dos poderes constituídos;
- III – atuar, de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas em que haja perturbação da ordem pública ou em que se presuma sua ocorrência;
- IV – atuar, de maneira repressiva, em locais ou áreas em que haja perturbação da ordem pública, previamente a eventual emprego das Forças Armadas;
- V – exercer o policiamento de trânsito urbano e rodoviário nas vias do Estado de Santa Catarina e executar outras ações destinadas ao cumprimento da legislação de trânsito;
- VI – executar a fiscalização de trânsito, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 23, da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro;
- VII – exercer o poder de polícia administrativa, nos termos da legislação aplicável;
- VIII – exercer as atividades de polícia judiciária militar, nos termos da legislação vigente;
- IX – realizar o atendimento emergencial e seu registro, de modo a restaurar a ordem pública;
- X – realizar a produção de conhecimento sobre a criminalidade e as infrações administrativas de interesse policial militar, a fim de orientar o planejamento e a execução de suas competências;
- XI – planejar e desempenhar atividades de inteligência destinadas ao exercício da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública;
- XII – realizar inspeção, auditoria e correição, em caráter permanente ou extraordinário, no âmbito de suas competências;
- XIII – manifestar-se ou representar, na esfera de sua competência, pela suspensão de atividades que causem risco à ordem pública, mediante motivação, nos termos da legislação aplicável;
- XIV – suspender as atividades que causem risco iminente à ordem pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- XV – executar políticas e programas de prevenção do delito;
- XVI – planejar e executar as atividades de gerenciamento de crise, com vistas ao restabelecimento da ordem pública;
- XVII – desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;

XVIII – atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo federal em caso de guerra externa, ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção nos casos previstos na legislação em vigor, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas da PMSC e como participante da defesa interna e da defesa territorial;

XIX – assegurar a observância das prerrogativas relacionadas ao uso de seu uniforme, da sua bandeira, de seu brasão, de seus distintivos e das suas insígnias, nos termos da legislação aplicável;

XX – exercer o policiamento e a fiscalização ambiental, nos termos da legislação aplicável;

XXI – realizar ou requisitar pesquisas técnico-científicas e exames técnicos, nos crimes militares relacionados com a competência de polícia judiciária militar; e

XXII – prestar serviço de guarda nas sedes dos Poderes Estaduais e do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Garantir que a ausência do medo, o risco real e o sentimento de risco de crime, a violência e a desordem sejam aqueles socialmente desejados e aceitos, buscando a paz social (Ordem Pública).

VISÃO: Ser uma Instituição legítima, efetiva, com serviços de excelência, confiáveis nas crises e promotora dos direitos humanos.

VALORES: Conservar as tradições; ser criativa com as ações; ser criteriosa com os recursos; ser focada na missão; ser intransigente com a ilegalidade.

ESTRUTURA: Para o cumprimento de sua missão constitucional, a PMSC compõe-se de:

- I – Comando-Geral;
- II – órgãos de assistência direta e imediata ao Comandante-Geral;
- III – órgãos de direção setorial;
- IV – grandes comandos;
- V – órgãos de apoio; e
- VI – órgãos de execução.

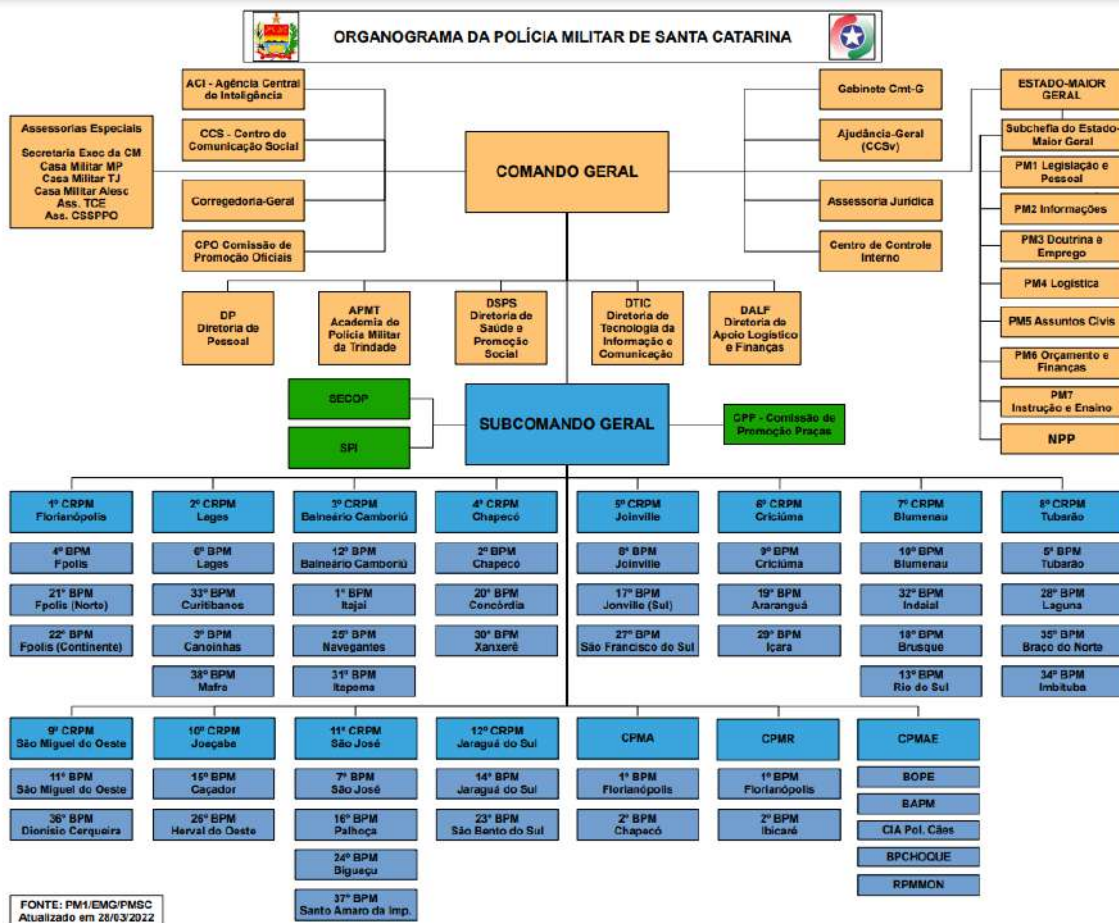
A PMSC manterá ainda, de forma permanente e em conformidade com os QO, efetivos à disposição:

- I – da Secretaria Executiva da Casa Militar;
- II – da Assessoria Militar da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- III – da Casa Militar da Assembleia Legislativa;
- IV – da Casa Militar do Tribunal de Justiça;
- V – da Casa Militar do Ministério Público Estadual; e
- VI – da Assessoria Militar do Tribunal de Contas do Estado

CARREIRAS/SERVIDORES: Carreira de Oficiais, com Postos de Aspirante a Coronel.

Carreira de Praças, com Graduação de Soldado a Sub Tenente.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Polícia Militar de Santa Catarina realiza ações ostensivas de policiamento visando a prevenção de atos criminosos e perturbadores da ordem pública, por meio do policiamento ostensivo geral, de trânsito, rodoviário, florestal e de guarda. As ações de policiamento ostensivo utilizam de meios como a pé, com cães, motorizado, montado, aéreo, com embarcações e com bicicleta. O objetivo fundamental do policiamento ostensivo é garantir a preservação da ordem pública, que abrange atuações predominantemente ostensivas de prevenção, dissuasão e repressão. O cidadão pode solicitar o policiamento ostensivo presencialmente em uma das unidades da PMSC, em contato direto com policiais militares de serviço, por meio da chamada telefônica à Central Regional de Emergências (canal 190) ou pelo aplicativo PMSC Cidadão, disponível para Android ou iOS. Empregando para tanto Policiamento de rondas programadas, Operações de aviação policial, Operações especiais, Policiamento com cães, Policiamento com motocicleta, Policiamento montado, Policiamento a pé, Policiamento com bicicleta (bike-patrolha). A PMSC também realiza ações de parceria com a comunidade de forma a construir uma relação de cooperação com a comunidade catarinense, a PMSC promove ações de prevenção ao crime, violência e desordem, como a criação e participação de redes e programas preventivos na área da segurança pública, construindo soluções para problemas locais de segurança pública, realizando visitas preventivas residenciais, condominiais e comerciais, realizando palestras sobre segurança pública e promovendo a mediação comunitária de conflito, utilizando para a consecução de tais objetivos Visitas preventivas residenciais, condominiais e comerciais, Programa Rede de Vizinhos, Programa Rede de Segurança Escolar, Programa Protetor Ambiental, Programa educacional de resistência às drogas E À VIOLÊNCIA (PROERD), Atividade de polícia comunitária (CONSEG), Rede Rural de Segurança. Também atende ocorrência policial nas rodovias estaduais e ambientais.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Alto profissionalismo, demonstrado pelo engajamento dos militares com o serviço prestado à sociedade; 2. Hierarquia e disciplina 3. Equipamentos novos provenientes de emendas parlamentares estaduais; 4. Elevado nível formação acadêmica; 5. Inovação tecnológica; 6. Capilaridade e presença territorial, resultando em rápida mobilidade operacional. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Insegurança jurídica 2. Não respeito a reposição salarial 3. Baixo orçamento para constante atualização técnica e profissional dos militares estaduais; 4. Precariedade na estrutura física das instalações 5. Efetivo reduzido 6. Baixo valor destinado ao custeio e investimento. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Reposição salarial de forma regular; 2. Reposição de efetivo de forma regular; 3. Fortalecimento de parcerias com demais órgãos e municípios; 4. Destinação de verbas provenientes de emendas parlamentares 5. Prevenção Social do Crime: A PMSC pode desempenhar um papel importante na prevenção social do crime, por meio de programas educativos, sociais e de inserção comunitária; 6. Aumento do orçamento destinado ao custeio e investimento na PMSC, com a diminuição ou extinção da obrigação de destinar grande parte do orçamento da PMSC para pagamento de Folha Salarial com recursos provenientes das Taxas de Segurança Pública; | <ol style="list-style-type: none"> 1. Enfraquecimento da coisa julgada; 2. Falta de reposição de pessoal; 3. Grupos e organizações criminosas 4. Ciberataques: Com a crescente dependência de tecnologia e sistemas de informação, as forças de segurança também estão expostas a ameaças cibernéticas. Hackers e grupos criminosos podem tentar invadir os sistemas de comunicação e infraestrutura tecnológica da Polícia Militar, comprometendo a segurança das informações e interrompendo operações vitais. 5. Instabilidade política federal - Manifestações Violentas: Protestos e manifestações públicas podem se tornar uma ameaça quando descambam para a violência, incluindo confrontos físicos, vandalismo e saques. A PMSC precisa lidar com o desafio de garantir a segurança e a ordem durante esses eventos, evitando o uso excessivo da força e protegendo tanto os manifestantes pacíficos quanto a população em geral. 6. Possíveis interferências política em indicações e decisões de competência do Comando Geral da PMSC. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

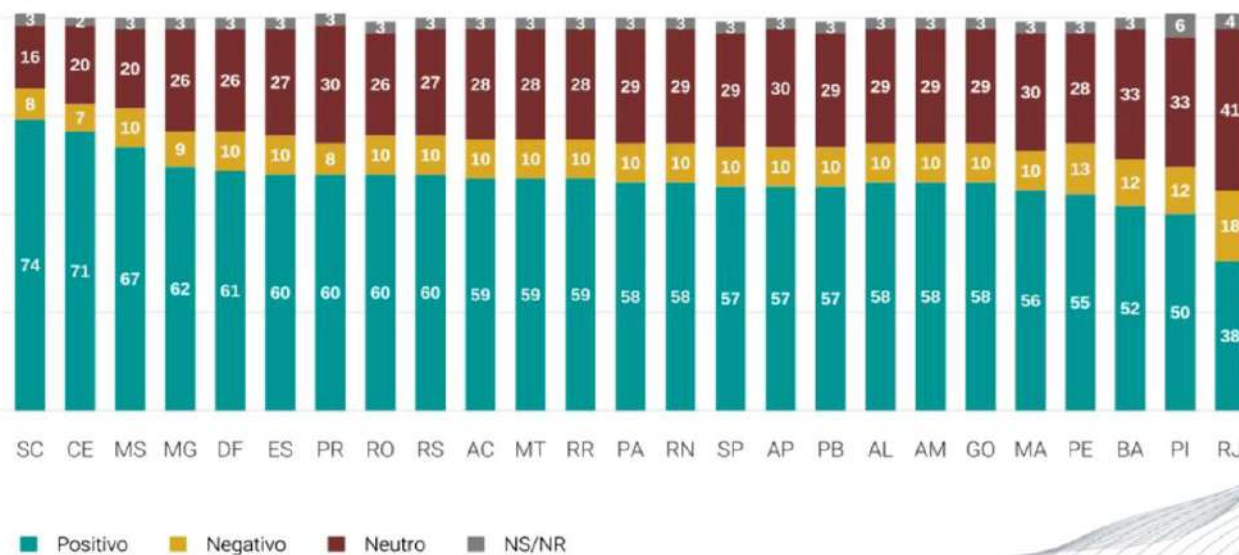
Diretoria de Pessoal,
Ajudância Geral,
Assessoria Parlamentar do Comando Geral,
Corregedoria Geral,
Academia de Polícia Militar da Trindade,
Comandos Regionais,
Comando da Polícia Militar Rodoviária,
Comando de Polícia Militar Ambiental,
CAEPM.

EXTERNAS:

Ministério Público de Santa Catarina,
Tribunal de Contas do Estado,
TJSC,
Alesc,
Corpo de Bombeiros Militar,
Polícia Civil,
Instituto Geral de Perícias,
Secretarias de Estado,
Associação dos Oficiais da PM e CBM (ACORS).

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Proximidade e Confiança: Polícia Militar mais bem avaliada do país com 74% de menções favoráveis. Tal avaliação é um excelente retrato do que a PMSC vem fazendo pela sociedade catarinense.



Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC

O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), atrelado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, é força auxiliar, reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina, subordinado ao Governador do Estado. O objetivo estratégico da Corporação é proporcionar a segurança pública à sociedade ampliando e aprimorando ações preventivas de proteção à vida, ao patrimônio e meio ambiente, bem como no atendimento das demandas de ocorrências relacionadas aos serviços de bombeiros em todo o território catarinense.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As competências e atribuições da Corporação são:

- Realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar;
- Estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos;
- Analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhando e fiscalizando sua execução, impondo sanções administrativas estabelecidas em Lei;
- Realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência;
- Colaborar com os órgãos da defesa civil;
- Exercer a polícia judiciária militar, nos termos da lei federal;
- Estabelecer a prevenção balneária por salva-vidas;
- Prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Proteger a vida, o patrimônio e o meio ambiente.

VISÃO: Ser uma Corporação de excelência na prestação, gestão e conhecimento de serviços de bombeiro, resguardando a vida, o patrimônio e o meio ambiente catarinense.

VALORES: ética e probidade, comprometimento, profissionalismo, espírito de corpo e abnegação.

ESTRUTURA: A Corporação está atrelada ao Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública. O CBMSC possui articulação no Estado inteiro, através dos seguintes pontos:

- 167 Organizações Bombeiro Militar (OBM);
- 288 Municípios conveniados, que representa uma cobertura de 98% do estado;
- 142 Municípios com OBM, que representa 48% do total de município do Estado, mas que somam uma população de 6.891.265 habitantes, sendo então, 88,78% da população total do estado (7.762.154 hab. - IBGE 2022);
- 121 Municípios com atividade completa;
- 18 Municípios com somente Serviço de Segurança Contra Incêndio (SSCI);
- Municípios com somente serviço de Operação Veraneio (OpV);
- 1 Município com serviço de OpV e SSCI.

O CBMSC se articula operacionalmente em 3 Regiões de Bombeiro Militar (RBM), sendo a 1ª região no litoral, a 2ª no centro oeste e a 3ª no extremo oeste. O CBMSC possui 15 Batalhões, cada qual com estrutura dividida em companhias e pelotões, de acordo com o Organograma abaixo. Na Capital o CBMSC possui o Comando Geral e as Diretorias, além do Centro de Ensino. Também existe atrelado ao Comando Geral o Batalhão de Ajuda Humanitária e o Batalhão de Comando e Serviços.

CARREIRAS/SERVIDORES: O CBMSC é força militar estadual, sendo que a carreira é dividida em Postos e Graduações. Os Postos são atinentes aos Oficiais da Corporação e seguem a ordem: 2º Tenente; 1º Tenente; Capitão; Major; Tenente Coronel e Coronel. A graduação faz alusão à hierarquia das Praças: Soldado 3ª classe; Soldado 2ª classe; Soldado 1ª classe; Cabo; 3º Sargento; 2º Sargento; 1º Sargento; Sub Tenente; Cadete; Aspirante a Oficial (esses dois últimos referem-se aos alunos oficiais durante o Curso de Formação de Oficiais e durante estágio probatório após o curso).

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Combate a incêndio;
- Atendimento Pré Hospitalar;
- Resgates em diversas áreas;
- Prevenção contra sinistros;
- Análises de projetos em edificações e vistorias;
- Prevenção em praias, rios e lagos;
- Busca e salvamento em diversas áreas.

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

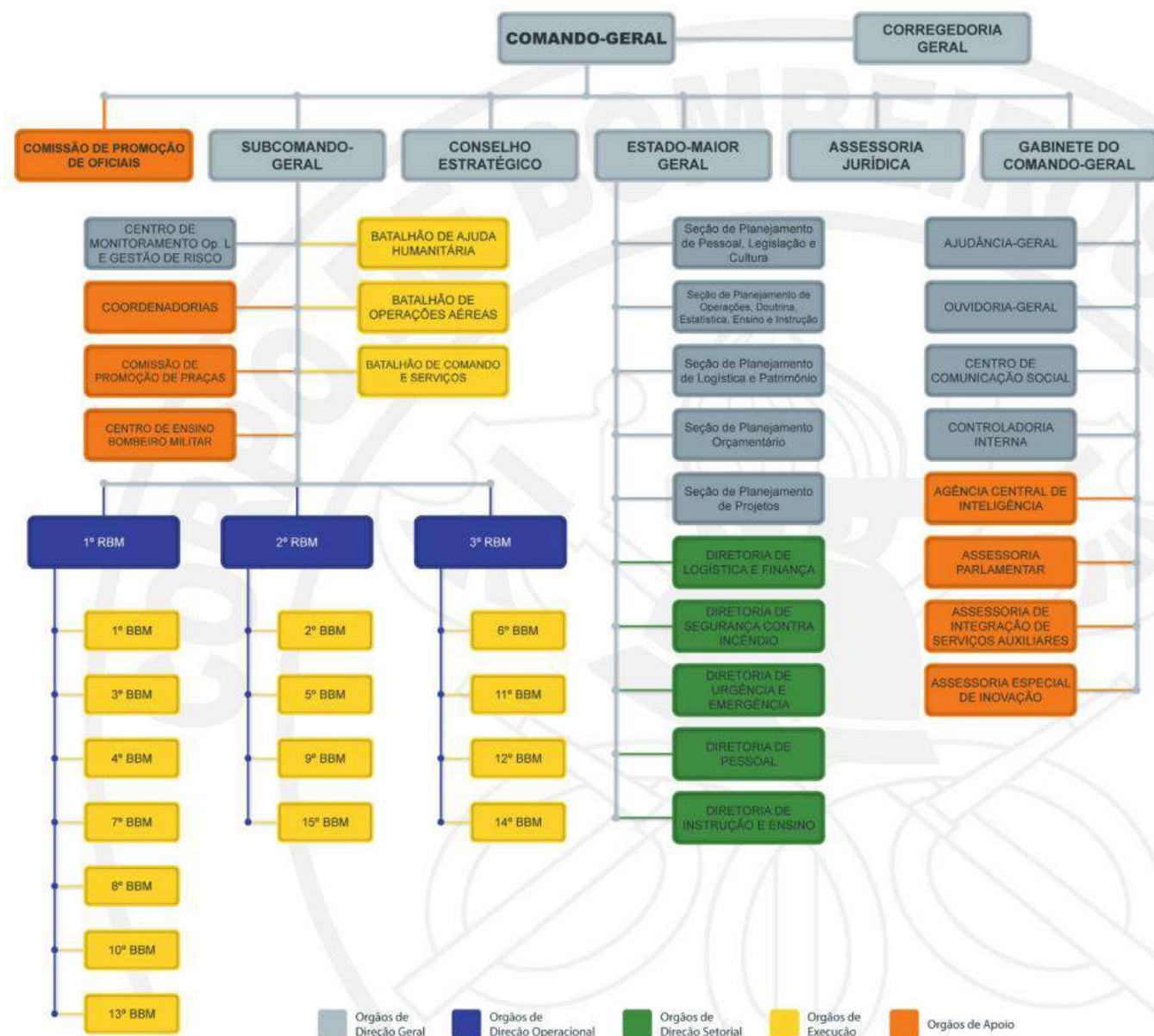
INTERNAS:

- Militares Estaduais;
- Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- Fornecedores contratados.

EXTERNAS:

- SEF – Secretaria de Estado da Fazenda
- SES – Secretaria de Estado da Saúde
- SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

ORGANOGRAMA



ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Credibilidade social acima dos 95%; 2. Corporação quase centenária e que domina os seus processos; 3. Abrangência em todo o Estado; 4. Tropa motivada; 5. Carreira consolidada no Estado; 6. Orçamento próprio. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de efetivo deficitário; 2. Orçamento abaixo da necessidade; 3. Infraestrutura de modo geral; 4. Falta de continuidade nos projetos; 5. Comunicação; 6. Burocracia. |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|--|--|
| 1. Bombeiro Comunitário e outros serviços sociais; 2. Automação de Processos; 3. Militares Temporários; 4. Estruturação tecnológica e logística; 5. Maior alcance aos serviços de prevenção a sinistros. | 1. Efetivo insuficiente para um serviço adequado; 2. Não haver recursos para investimentos e custeio; 3. Ingerência política na Corporação; 4. Aumento da complexidade nas ocorrências operacionais; 5. Legislação incompleta ou em desacordo às necessidades organizacionais. |

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Segue um resumo das ocorrências, vistorias, investigações, prevenções e demais ações realizadas pelo CBMSC durante os últimos 4 anos:

| OCORRÊNCIAS | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | TOTAL |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Ação Preventiva Social | 0 | 0 | 1.593 | 2.373 | 3.966 |
| Ações Preventivas em Geral | 15.790 | 11.794 | 5.492 | 0 | 33.076 |
| Atendimento Pré-Hospitalar | 129.627 | 106.884 | 130.165 | 143.843 | 510.519 |
| Auxílios/Apoios | 0 | 0 | 2.434 | 5.801 | 8.235 |
| Averiguação/Corte de Árvore | 2.660 | 3.666 | 2.444 | 3.148 | 11.918 |
| Averiguação/Manejo de Inseto | 3.811 | 3.414 | 4.073 | 4.485 | 15.783 |
| Diversos | 0 | 0 | 13.645 | 24.702 | 38.347 |
| Incêndios | 10.270 | 12.157 | 10.192 | 8.894 | 41.513 |
| Ocorrência não atendida | 25.397 | 24.729 | 29.068 | 30.907 | 110.101 |
| Produtos Perigosos | 409 | 359 | 416 | 373 | 1.557 |
| Risco Potencia | 0 | 0 | 636 | 1.605 | 2.241 |
| Investigações de incêndio | 1.792 | 1.914 | 2.297 | 2.133 | 8.136 |
| Resgate/salvamento aéreo | 1.288 | 1.248 | 1.338 | 1.523 | 5.397 |
| Salvamento/Busca/Resgate | 12.082 | 11.986 | 12.985 | 13.017 | 50.070 |
| TOTAL | 203.126 | 178.151 | 216.778 | 242.804 | 840.859 |

Fonte: Analytics Maio 2023

Polícia Civil de Santa Catarina – PCSC

De acordo com o artigo 144, §4º, da Constituição Federal, a Polícia Civil integra o Sistema de Segurança Pública, tendo por incumbência, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar.

Do mesmo modo, a Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC) tem por missão institucional ser a Polícia Judiciária e administrativa estadual por meio da gestão ágil da investigação criminal, da inteligência policial e da fiscalização, elucidando crimes e promovendo continuamente o Estado Democrático de Direito e a efetiva segurança pública no Estado de Santa Catarina.

Outrossim, a Constituição do Estado de Santa Catarina prevê:

Art. 106. A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe: I - ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração as infrações penais, exceto as militares

E o Estatuto da PCSC, Lei nº 6.843/1986, dispõe que:

Art. 3º. À Polícia Civil compete:

I - Prevenir, reprimir e apurar os crimes e contravenções, na forma da legislação em vigor

Assim sendo, a Polícia Civil tem por objetivo, *stricto sensu*, garantir a segurança e bem-estar do cidadão e, em um contexto *lato sensu*, garantir o respeito aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos difusos e coletivos. Insta ressaltar, ademais, que a Polícia Civil, dirigida pelo Delegado-Geral de Polícia, realiza os serviços públicos de sua atribuição, em regra, por intermédio das Delegacias de Polícia. As unidades policiais civis estão distribuídas em todos os 295 municípios do Estado de Santa Catarina, sendo que algumas cidades contam com delegacias especializadas (homicídios; repressão a roubos; Divisão de Investigação Criminal; Delegacias da Mulher, Criança, Adolescente e Idoso).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina possui como atribuições constitucionais, previstas no Artigo 144, § 4º da Constituição Federal, e Artigo 106 da Constituição Estadual, entre outras:

- Exercer as atividades de polícia judiciária e apurar as infrações penais no âmbito do território estadual, na forma da legislação em vigor;
- Reprimir as infrações penais;
- Promover as perícias criminais e médico-legais necessárias, requisitando-as aos órgãos competentes;
- Proteger pessoas e bens e os direitos e garantias individuais;
- Manter serviço diuturno de atendimento aos cidadãos;
- Custodiar provisoriamente pessoas presas, nos limites de sua competência;
- Participar dos Sistemas Nacionais de Identificação Criminal, de Armas e Explosivos, de Roubos e Furtos de Veículos Automotores, informação e Inteligência, e de outros, no âmbito da Segurança Pública;
- A fiscalização de jogos e diversões públicas.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Ser a Polícia Judiciária e administrativa estadual por meio da gestão ágil da investigação criminal, da inteligência policial e da fiscalização, elucidando crimes e promovendo continuamente o Estado Democrático de Direito e a Efetiva Segurança Pública no Estado de Santa Catarina.

VISÃO: Tornar-se referência nacional na atividade Policial Civil.

ESTRUTURA: A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina é dirigida pelo Delegado Geral de Polícia e desenvolve os serviços públicos da sua competência, através das Delegacias de Polícia. As Delegacias de Polícia estão distribuídas pelo território estadual e são, nas suas circunscrições, o centro das investigações e dos demais atos de Polícia Judiciária, além de servirem como pontos de atendimento e proteção à população.

A estrutura administrativa contempla algumas diretorias e gerências, com finalidades específicas:

– Diretoria de Inteligência da Polícia Civil – DIPC; Diretoria Estadual de Investigações Criminais – DEIC; Diretoria de Polícia do Litoral – DPOL; Diretoria de Polícia do Interior – DPOI; Diretoria de Polícia de Fronteira – DIFRON; Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis – DPGF; Academia da Polícia Civil – ACADEPOL; Corregedoria Geral da Polícia Civil; Diretoria Administrativa e Financeira – DIAF; Gerência de Planejamento e Avaliação – GEPLA e Gerência de Tecnologia – GEAPO.

Atualmente Santa Catarina conta com 31 Delegacias Regionais de Polícia, e a Capital, por meio da Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis. A Polícia Civil dispõe ainda do Serviço Aeropolicial – SAER, possuindo duas aeronaves em operação, estando uma localizada na região sul do Estado, na cidade de Criciúma, e outra na região de fronteira, com base na cidade de Chapecó, cuja função é de monitoramento e mapeamento aéreo, bem como auxiliar as equipes policiais em terra. A disposição é estratégica, tendo em vista que eram regiões desprovidas deste tipo de serviço – mesmo por parte de outras instituições. São mais de 500 unidades da Polícia Civil espalhadas pelo estado.

Ressalta-se, ainda, a existência de gerências, dentre as quais se pode citar a Gerência de Gestão de Pessoas e a Gerência de Jogos e Diversões, que é responsável pela fiscalização dos espetáculos públicos e concessão de alvarás para diversas atividades, como hotéis, pensões, bares, teatros, cinemas, entre outras.

Das Delegacias de Polícia Especializadas, destaca-se:

- Delegacias de Homicídios de Florianópolis e Joinville;
- Delegacia de Pessoas Desaparecidas – DPPD, em Florianópolis
- Delegacia de Proteção ao Turista – DPTUR, em Florianópolis;
- Delegacia de Repressão a Roubos – DRR, em Florianópolis;
- Delegacia de Combate às Drogas – DECOD, em Florianópolis;
- Delegacias de Crimes de Trânsito, situadas em várias cidades do Estado;
- Delegacia de Crimes Ambientais, em Tubarão;
- Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso – DPCAMI, localizadas nas sedes de cada região policial civil;
- Divisão de Investigações Criminais – DICs. Ao todo 31 unidades, nas sedes das regiões policiais, e responsáveis pela investigação e apuração de crimes graves sem autoria, entre outros.

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Delegado de Polícia (Autoridade Policial);
- Agente de Polícia (Agente da Autoridade Policial);
- Escrivão de Polícia (Agente da Autoridade Policial);
- Psicólogo Policial (Agente da Autoridade Policial).

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Polícias Científica, Militar e Penal;
- Empresas Públicas e órgãos do Estado;
- Secretarias de Governo;
- Governo do Estado.

EXTERNAS:

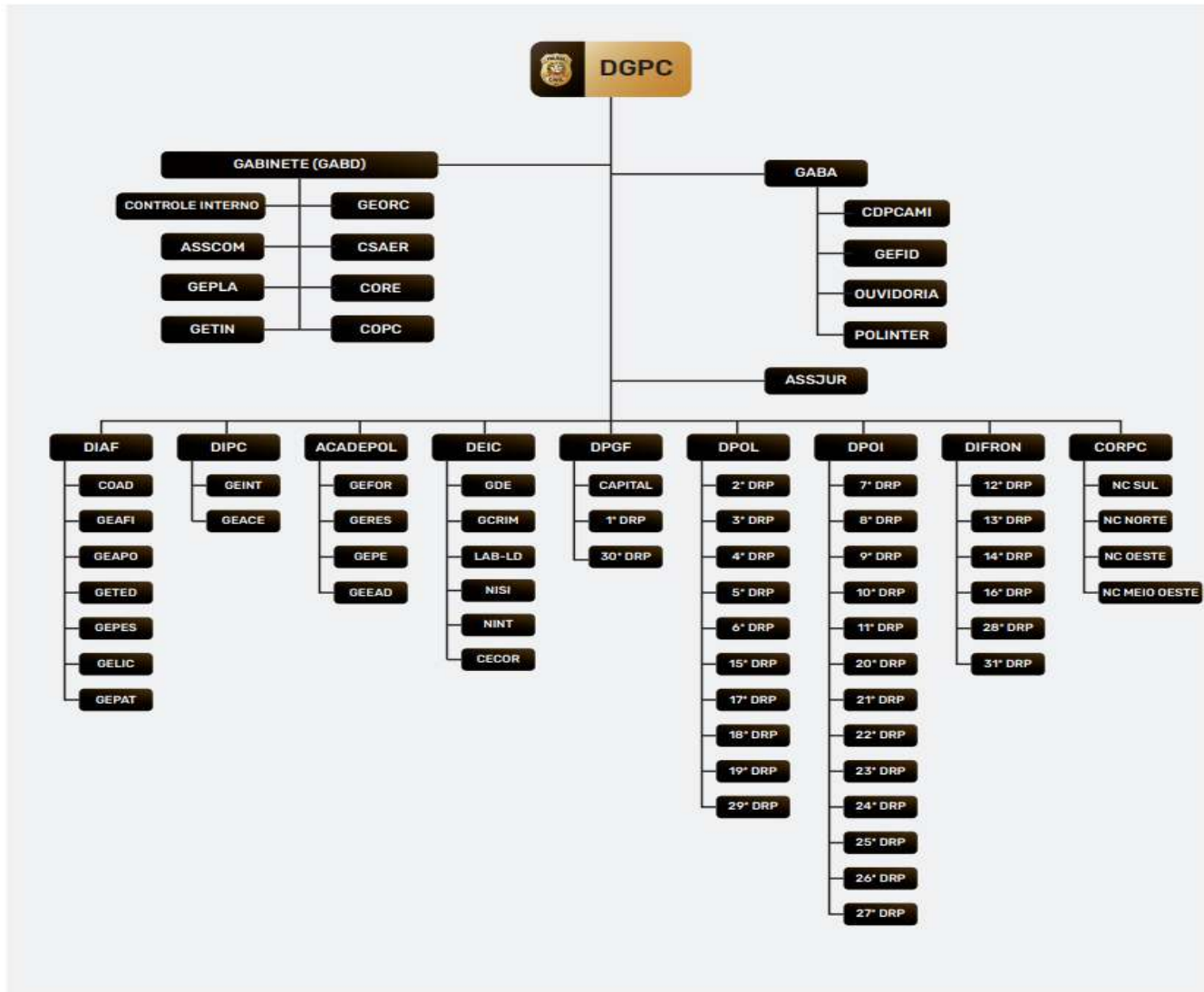
- Sociedade e Cidadão;
- Empresas Privadas;
- Empresas Públicas dos demais estados da federação;
- Poder Legislativo (Estadual e Federal);
- Poder Judiciário (Estadual e Federal);
- Poder Executivo (Municipal, Federal);
- Ministério Público (Estadual e Federal);
- Defensoria Pública (Estadual e Federal);
- Imprensa - (Mídias Sociais);
- Sindicato;
- Associações de Classes.

ORGANOGRAMA

<https://sistemas.pc.sc.gov.br/publicacoes/adm/arquivos/OrganogramaPCSC.pdf>



Organograma PCSC



| LEGENDA | |
|--|--|
| ACADEPOL: Academia de Polícia Civil | GCRIM: Gerência de Investigações Criminais |
| ASSCOM: Assessoria de Comunicação | GDE: Gerência de Delegacias Especializadas |
| ASSJUR: Assessoria Jurídica | GEAFI: Gerência de Administração e Finanças |
| CDPCAMI: Coordenadoria das Delegacias Especializadas de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso e de Políticas Públicas Voltadas ao Atendimento LGBTQTT de Santa Catarina. | GEADE: Gerência de Análise Criminal e Estatística |
| CECOR: Coordenadoria Estadual de Combate à Corrupção | GEAPO: Gerência de Apoio Operacional |
| COAD: Coordenadoria Adjunta do FUMPC | GEAD: Gerência de Formação, Aperfeiçoamento e Ensino a Distância |
| COPC: Coordenadoria de Operações com Cães | GEFID: Gerência de Fiscalização de Jogos e Diversões Públicas |
| CORPC: Corregedoria-Geral da Polícia Civil | GEFOR: Gerência de Ensino e Formação |
| CORE: Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais | GEINT: Gerência de Inteligência |
| CSAER: Coordenadoria de Serviço Aeropolicial | GELIC: Gerência de Licitações e Contratos |
| DEIC: Diretoria Estadual de Investigações Criminais | GEORC: Gerência de Orçamentos |
| DOPC: Delegacia-Geral da Polícia Civil | GEPAT: Gerência de Patrimônio |
| DIAF: Diretoria de Administração e Finanças | GEPE: Gerência de Pesquisa e Extensão |
| DIFRON: Diretoria de Polícia de Fronteira | GEPES: Gerência de Gestão de Pessoas |
| DIPIC: Diretoria de Inteligência da Polícia Civil | GEPLA: Gerência de Planejamento e Avaliação |
| DPGR: Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis | GERES: Gerência de Recrutamento e Seleção |
| DPOI: Diretoria de Polícia do Interior | GETED: Gerência de Edificações Técnicas |
| DPOL: Diretoria de Polícia do Litoral | GETIM: Gerência de Tecnologia da Informação |
| DRP: Delegacia Regional de Polícia | LAB-LD: Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro |
| GABA: Gabinete Delegado-Geral Adjunto | NC: Núcleo Correicional |
| GABD: Gabinete Delegado-Geral | NISI: Núcleo de Informação e Suporte à Investigação |
| | NINT: Núcleo de Inteligência |
| | POLINTER: Delegacia de Polícia Interestadual |

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Promoção da segurança pública, apurando e reprimindo infrações penais, promovendo a sensação de segurança mediante a interação com a sociedade catarinense e a entrega dos procedimentos policiais ao Poder Judiciário para o devido processo legal.

Os processos finalísticos da PCSC, compreendidos pelos grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização exerce a sua missão, gerando valor, refletem os seguintes macroprocessos:

| MACROPROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES | UNIDADE RESPONSÁVEL |
|---|---|---|--|---|
| Atividades de Polícia Judiciária, ressalvada a competência da União | Apurar Materialidade e Autoria de Crimes que não puderam ser prevenidos, através dos devidos processos penais | Inquéritos Policiais, Autos de Prisão em Flagrante, Autos de Apuração de Atos Infracionais, Termos Circunstanciados | Vítimas de crimes, autores de crimes, Poder Judiciário, Ministério Público, sociedade em geral | Delegacias de Polícia do Estado de SC |
| Polícia Administrativa | Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais envolvidos com Jogos, Bares e Diversões | Alvarás e Licenças | Sociedade em geral | Gerência e setores de jogos e diversões |

Além disto, importante destacar a Carta de Serviços da PCSC ao Cidadão, que pode ser acessada através do link <https://www.sc.gov.br/todos-os-servicos?orgao=13>. Dentre os serviços, estão:

- Denunciar por meio dos aplicativos WhatsApp e Telegram Digital;
- Leiloar sucatas de veículos inaptos para circulação;
- Leiloar veículos aptos para circulação;
- Registrar alertas sobre o roubo e furtos de cargas que aconteceram em todo o território nacional Digital;
- Registrar animal doméstico desaparecido ou encontrado pelo Portal SOS PETs Digital;
- Solicitar concessão do laudo de ordem pública;
- Solicitar consultoria de prevenção ao crime;
- Solicitar fiscalização de ordem pública em estabelecimentos comerciais;
- Solicitar imagens de videomonitoramento urbano;
- Solicitar laudo de segurança anual para competições desportivas em estádios de futebol profissional.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Comprometimento dos Policiais 2. Áreas de atuação diversificadas e com alta capilaridade pelo Estado. 3. Servidores com alto grau de escolaridade e multidisciplinaridade 4. Expertise em investigação 5. Elevada resolução de crimes contra a vida <p>Alto nível da Academia de Polícia Civil de Santa Catarina na formação e na capacitação do Policial Civil (Nível de Pós-graduação)</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Efetivo Policial cronicamente insuficientes para supressão da atividade Policial Civil 2. Recursos financeiros cronicamente insuficientes para realização da atividade Policial Civil 3. Delegacias necessitando de reforma urgente (Estruturas físicas bastante deficitária) 4. Formações de novos Policiais descontinuadas (falta de regularidade dos concursos) 5. Não integração de sistemas 6. Baixa uniformidade de procedimentos |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> Oportunidade de acordos de cooperação, convênios e captação de recursos. Abertura de novos processos de seleção para reposição do efetivo Novas ferramentas tecnológicas disponíveis no mercado Novas Parcerias interinstitucionais para potencialização das atividades de investigação | <ol style="list-style-type: none"> Obsolescência tecnológica Deterioração das Estruturas físicas da PCSC Expansão do crime organizado e surgimento de novas modalidades criminosas |

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Em 2019 foi lançado o Planejamento Estratégico da PCSC 2019-2023, construído de forma combinada à metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), possibilitando a correlação de causa e efeito entre os objetivos estratégicos. Tal documento permeia o desenvolvimento de políticas institucionais que orientam estrategicamente os rumos da instituição, impulsionando o desempenho da Polícia Civil de SC.

Em sua concepção, em acordo com a lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e à luz do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Santa Catarina, o Planejamento Estratégico da PCSC contempla quatro dimensões estratégicas centrais, as quais se desdobram da seguinte forma:

- REDES DE APRENDIZAGEM;
- PROJETOS, INOVAÇÃO E ORÇAMENTO;
- CAPITAL INTELECTUAL E;
- INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

Como síntese do Planejamento, é apresentado o Mapa Estratégico da Polícia Civil de Santa Catarina (https://pc.sc.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/PE_PCSC_VF.pdf). Tal metodologia permite a visualização clara e objetiva das estratégias institucionais. Na prática, todas as diretrizes são sustentadas pelos valores – crenças e convicções que orientam o comportamento das pessoas. Os objetivos estratégicos, concatenados, proporcionam o alcance da visão e o cumprimento da missão da PCSC. Entre os objetivos há relação de conexão, de modo a explicitar a interdependência e orientação para o mesmo propósito.

A PCSC encontra-se neste momento e fase de elaboração do seu segundo Planejamento Estratégico, e concomitante, e fase de finalização do atual planejamento. Assim, segue alguns dos importantes resultados da PCSC nos últimos 4 anos.

| |
|---|
| 03 - Modernizar a gestão administrativa padronizando ações, processos e métodos. |
| INICIATIVA - 005. Criar um setor de avaliação na PCSC para padronização de processos. |
| INICIATIVA - 006. Implementar Licitações de Obras na Polícia Civil. |
| 04 - Otimizar o uso das tecnologias de informação e comunicação. |
| Criada Gerência de Tecnologia da Informação. |
| Atualização dos computadores (upgrade) para o padrão mínimo de desempenho estabelecido no PDI. |
| 05 - Estruturar a ACADEPOL como ferramenta estratégica de desenvolvimento organizacional. |
| Fomento do curso de Pós-Graduação em Gestão de Segurança Pública e Investigação Criminal Aplicada da ACADEPOL, com a inclusão de uma turma por ano. |
| Estruturação do EAD pela ACADEPOL, evitando deslocamentos e possibilitando que Policiais de todo o Estado sejam capacitados. |

| |
|---|
| 08 - Fomentar Projetos e Inovação. |
| Identificada a Gerência de Planejamento e Avaliação como o núcleo de projetos da PCSC no EPROJ. |
| Transformação do setor de projetos da Gerência de Planejamento e Avaliação em um Escritório de Projetos da PCSC. |
| 11 - Criar Núcleo de Inteligência em Gestão e observatório da sociedade. |
| Criação do Núcleo de Inteligência em Gestão (NIG). |
| Alinhamento e fomento dos programas de pós-graduação, pesquisa, bem como promover a orientação dos alunos de pós-graduação junto ao NIG. |
| Alinhamento das linhas de pesquisa aos objetivos estratégicos da Polícia Civil. |
| 12 - Garantir a saúde do policial. |
| Instalação das Coordenadorias de Saúde Ocupacional em regiões policiais de maior efetivo, além das sedes da Diretoria. |
| 14 - Implantar política de valorização e correição profissional |
| Instituição do Programa de Diagnóstico Organizacional na Polícia Civil, por meio de pesquisa de clima organizacional. |
| Criação do espaço "In Off" junto ao site da Polícia Civil para divulgação de ações e conquistas realizadas por policiais em momentos de folga. |
| Realização do processo promocional nas datas estabelecidas em lei. |
| 16 - Reestruturar as unidades. |
| Autonomia da PCSC na execução nos serviços de engenharia. |
| Criação dos modelos de padrão de Delegacia Polícia. |
| 19 - Fortalecer a Identidade da PCSC. |
| Implementação da nova identidade visual. |
| Criação de canal de relacionamento com a imprensa e política de redes sociais. |
| 20 - Modernizar os procedimentos policiais e os meios de investigação criminal. |
| Criação da CORE. |
| INICIATIVA - 163. EXTRA 16. Criação do Centro de Apoio Operacional de combate aos crimes contra o agronegócio (CAOAGRO) |
| 23 - Combater a corrupção, o crime organizado, o tráfico de drogas e armas, a lavagem de dinheiro e os crimes contra o patrimônio público. |
| Criação da Coordenadoria e Delegacias de Enfrentamento à Corrupção |

Cabe mencionar os Prêmios recebidos do Escritório de Projetos do Estado, o EprojSC:

- 1) Prêmio EprojSC 2021 - Destaque do Ano - Nuproj destaque: Polícia Civil de Santa Catarina
- 2) Prêmio EprojSC 2022 - Projeto Destaque - 'Delegacias de Combate à Corrupção em Santa Catarina'
- 3) Prêmio EprojSC 2022 - Gestor Nuproj Destaque - OURO - Karyne Malischeski, Agente de Polícia Civil

A fim de exemplificar em números, segue alguns quadros que demonstram as atividades da Polícia Civil de Santa Catarina.

Registros de Boletins de Ocorrência realizados pela Polícia Civil

| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 (PARCIAL) até 31/05/2023 |
|----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------------|
| DELEGACIA VIRTUAL | 406.368 | 480.869 | 479.473 | 213.682 |
| DELEGACIA PRESENCIAL | 279.358 | 339.388 | 430.639 | 196.731 |
| TOTAL | 685.726 | 820.257 | 910.112 | 410.413 |

Mortes Violentas em SC

| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 (PARCIAL) até 31/05/2023 |
|---------------------------------|------------|------------|------------|----------------------------------|
| Homicídio | 634 | 584 | 541 | 241 |
| Feminicídio | 57 | 55 | 56 | 27 |
| Latrocínio | 20 | 23 | 25 | 3 |
| Lesão Corporal Seguida de morte | 15 | 15 | 23 | 11 |
| Infanticídio | 1 | 0 | 1 | 0 |
| TOTAL | 727 | 677 | 646 | 282 |

Santa Catarina apresentou redução de 0,30% de mortes violentas comparando o período de 01/06/2021 a 31/05/2022 = 658, com o período de 01/06/2022 a 31/05/2023 = 656, número dos últimos 12 meses.

Em relação aos primeiros 2 meses deste ano, comparados com o mesmo período do ano de 2022, temos:

Latrocínio – Apenas 01 vítima - queda de 80% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Feminicídio – Total de 09 vítimas - queda de 25% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Furto e Roubo de veículos – queda de 8,5% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Roubo Consumado (geral) – queda de 23,10% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Roubo em Comércio – queda de 36,46% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Número de Fatos Típicos Consumados – queda de 5,70% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Mandados de Prisão cumpridos pela Polícia Civil – Total de 610 pessoas presas – Aumento de 7% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Mandados de Busca e Apreensão cumpridos pela Polícia Civil – Total de 770 Mandados de Busca e Apreensão cumpridos – Aumento de 19,75% em comparação ao mesmo período do ano passado (janeiro e fevereiro);

Registros de Boletins de Ocorrência pela Delegacia Virtual – Total de 85.905 – Média Mensal de 42.953 e Média Diária de 1.456;

Registros de Boletins de Ocorrência presencial em Delegacia de Polícia – Total de 78.688 – Média Mensal de 39.344 e Média Diária de 1.334;

Registros de Boletins de Ocorrência realizados pela Polícia Civil (Delegacia Virtual + Delegacia de Polícia)

- Total de 164.593 – Média Mensal de 82.297 e Média Diária de 2.790 – Registros feitos pela Delegacia Virtual correspondem a 52,19%;

Inquéritos Policiais Instaurados – Em 2023 foram instaurados 8.567;

Termos Circunstanciados Instaurados – Em 2023 foram instaurados 4.106;

Inquéritos Policiais Remetidos – Em 2023 foram remetidos 6.745;

Termos Circunstanciados Remetidos – Em 2023 foram instaurados 3.643;

Número de pessoas indiciadas nos Inquéritos Instaurados em 2023 – Total de 1.484;

Apreensão de Maconha –

Em 2023 foram apreendidos 475 Quilos

Em 2022 foram apreendidos 210 Quilos

Aumento de 126%

Apreensão de Cocaína - Em 2023 foram apreendidos 124 Quilos

Em 2022 foram apreendidos 24 Quilos

Aumento de 417%

Polícia Científica de Santa Catarina – PCISC

A Polícia Científica de Santa Catarina é o órgão permanente de perícia oficial do Estado, utilizando a ciência para promoção de cidadania, segurança, ordem e justiça. Sua atividade é importante na produção da prova técnica, colaborando com a investigação policial e a persecução penal, com o objetivo de concretizar a materialidade e a autoria de ilícitos penais. Além disso, visa garantir a identificação civil adequada do cidadão, contribuindo para melhorar o acesso a direitos fundamentais.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Compete à Polícia Científica a realização de perícias criminais, os serviços de identificação civil e criminal, bem como a pesquisa e desenvolvimento de estudos em sua área de atuação.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover perícias de natureza criminal e identificação civil e criminal, fundadas no conhecimento técnico e científico, na busca da verdade para a garantia da justiça e da cidadania.

VISÃO: Ser órgão pericial científico de referência, reconhecido por seu padrão de excelência e qualidade nos serviços prestados.

VALORES: Imparcialidade, Verdade, Transparência, Ética, Respeito e Responsabilidade.

ESTRUTURA: A partir da Portaria 001/2022/PCI, de 12/01/2022, a Polícia Científica foi estruturada de forma centralizada em Diretorias, Corregedoria Geral, Coordenadorias e Agência Central de Inteligência. De forma descentralizada, a mesma portaria estruturou a Polícia Científica de SC em Superintendências Regionais de Polícia Científica e Núcleos Regionais de Polícia Científica, distribuídos em 31 unidades por todas as regiões de Santa Catarina.

CARREIRAS/SERVIDORES: A Polícia Científica possui três carreiras em seu quadro, cada uma composta pelos respectivos cargos, conforme segue:

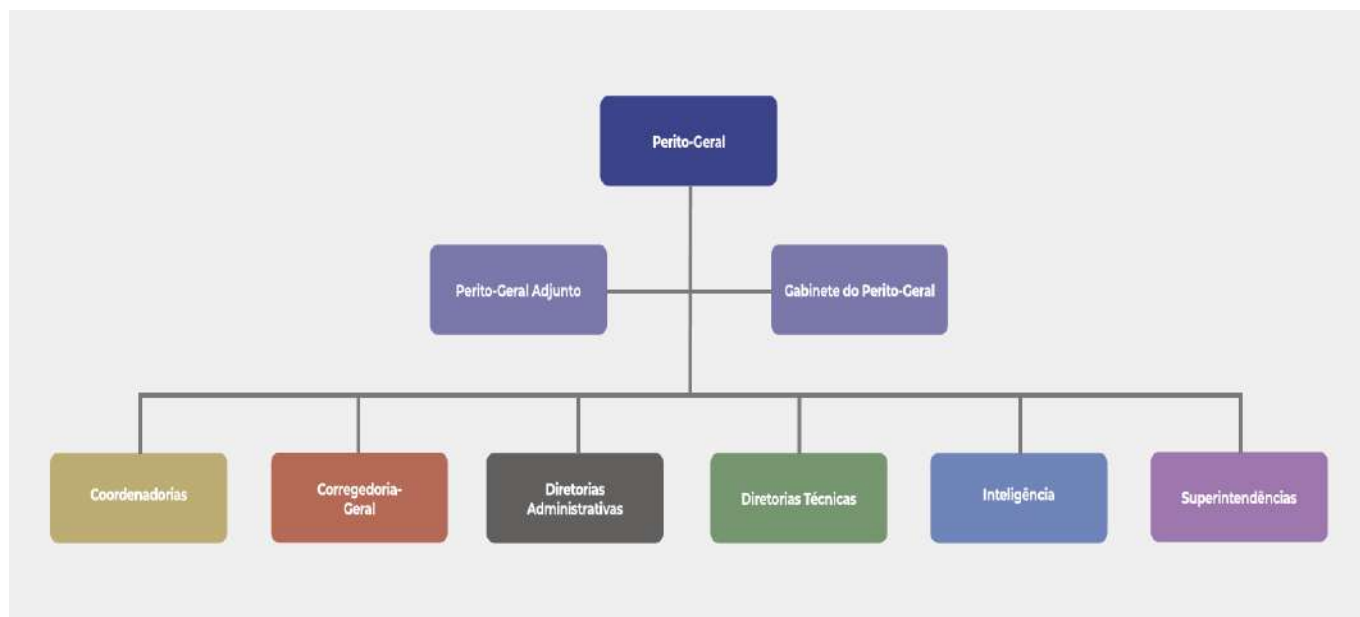
I – Carreira de Perito Oficial: nos cargos de Perito Criminal, Perito Criminal Bioquímico, Perito Médico-Legista e Perito Odontologista.

II - Técnico Pericial: no cargo de Papiloscopista.

III - Auxiliar Pericial: nos cargos de Auxiliar Médico-Legal, Auxiliar Criminalístico e Auxiliar de Laboratório.

Na data deste documento, a Instituição possui 756 servidores em exercício.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Polícia Científica atende a todos os municípios catarinenses realizando o pronto-atendimento para os serviços de local de crime contra a vida/patrimônio, medicina-legal, constatação de drogas ilícitas e identificação criminal. Além do serviço emergencial, a Instituição também atua na realização de exames complementares, em seus laboratórios especializados, e na identificação civil, confeccionando as carteiras de identidade nacionais (CIN).

A atuação da Polícia Científica é dividida em 4 áreas principais:

I - Criminalística

Os Peritos Criminais são os profissionais que realizam o pronto-atendimento em locais de crimes contra a vida e patrimônio, assim como todos os exames complementares e laudos periciais nas áreas de balística, contabilidade, ambiental, engenharia, informática, identificação veicular, documentoscopia, áudio e imagem, merceologia, papiloscopia, entre outras.

II - Medicina Legal

Área na qual os servidores realizam exames médico-periciais de natureza criminal em pessoas vivas ou mortas, relacionados com os campos de estudo da traumatologia, sexologia, psiquiatria, tanatologia e antropologia. Os exames em pessoas vivas são necessários para produção de provas científicas relacionadas a lesões provocadas por agressões, estupros, acidentes de trânsito, entre outros fatos. Os exames em vítimas falecidas, comumente conhecidos como necropsias, são realizados em casos de óbitos provocados por motivo externo (morte violenta), resultantes de acidentes de trânsito, disparos de arma de fogo, uso de armas brancas, afogamentos, enforcamentos, choques elétricos, cadáveres em estado de putrefação, mortes suspeitas, etc.

III - Análises Laboratoriais Forenses

O serviço laboratorial é responsável pela realização de exames periciais empregando conhecimento técnico-científico nas áreas de Química Forense, Toxicologia Forense, Vestígios Biológicos e Genética Forense. A área de atuação compreende exames em drogas apreendidas; busca de substâncias em material biológico; pesquisa de sangue, esperma, pelos e saliva coletadas em locais de crime; comparação de DNA em amostras de referência/questionadas e inserção de dados em Banco de Perfis Genéticos.

IV - Identificação Civil e Criminal

A Polícia Científica é o órgão oficial de identificação do Estado. Em cada unidade pericial do Estado há um servidor efetivo responsável pela coordenação do setor de identificação, enquanto a coordenação estadual é realizada pela Diretoria de Identificação Civil e Criminal. Através da identificação civil é possível a emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN). Já a identificação criminal envolve a identificação de pessoas detidas a critério da autoridade policial e/ou judiciária, onde também podem ser realizadas representações faciais com base em retratos falados, auxiliando na investigação policial.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> Servidores com alta escolaridade e multidisciplinaridade Equipe técnica integrada de alta qualidade Vocação por inovação e pioneirismo Capilaridade de ação em toda Santa Catarina Autonomia administrativa e financeira Notoriedade e valorização social Capacidade latente de geração de valor por meio de programas sociais Acesso amistoso com outros órgãos e poderes públicos Qualidade e integridade da base de dados Servidores especializados em temas relevantes para a área criminal Uso matricial do Criminal Data Sistema interno integrado com o SISP Criação e fortalecimento do setor de integridade e compliance. | <ol style="list-style-type: none"> Necessidade de recomposição do efetivo, alta evasão de servidores Servidores estagnados no mesmo nível de carreira por muito tempo Dificuldades no processo de controle de qualidade dos atendimentos ao público Problemas estruturais em prédios das unidades Necessidade de organização e padronização de processos internos Necessidade de melhoria no sistema de qualificação continuada do corpo técnico Cultura organizacional em desenvolvimento Sombreamento de competências em áreas de gestão Necessidade de melhoria do sistema de gestão com vistas à excelência operacional Necessidade de melhoria da segurança orgânica Necessidade de estruturação e fortalecimento da equipe de TI |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> Nova gestão do Governo Estadual com foco prioritário para a área da segurança pública e comprometidos com a solução dos problemas de segurança Apoio da Sociedade em geral para a solução dos problemas de segurança pública Novo modelo de gestão pública, com incentivos voltados à transparência, controle e excelência na gestão Uso da marca PCI para fomento a programas sociais Oportunidade de parcerias educacionais com vistas a capacitação humana e melhoria de processos Ampliação da diversificação de fontes de financiamento e captação de recursos Desenvolvimento e capacitação de lideranças Carta de serviços a ser publicada para os Stakeholders Atuação mentora dos Órgãos de Controle com foco em gestão (CGE) | <ol style="list-style-type: none"> Estagnação do quadro de servidores (atualmente em 60%) Falta de alinhamento operacional com outras forças policiais com vistas à melhoria de processos Base de dados não integrada com sistema judiciário Eventual exposição inadequada de metodologias técnico-científicas Ausência de segurança jurídica constitucional para a atividade de polícia científica (inclusão no art. 144) Surgimento de novas modalidades criminosas relacionadas com novas tecnologias. Plano de cargos aquém da necessidade atual |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores da Polícia Científica;
- Demais colaboradores, como estagiários e terceirizados;
- Gestores e tomadores de decisão.

EXTERNAS:

- População;
- Governo do Estado;
- Ministro da Justiça, Secretário Nacional de Segurança Pública;
- Demais instituições de segurança pública estadual;
- Poder legislativo;
- Poder Judiciário;
- Ministério Público;
- Defensoria Pública;
- Agências de inteligência de outras pastas e outros estados;
- Órgãos públicos municipais, estaduais e federais;
- Gestores e tomadores de decisão de outros órgãos/setores;
- Ordem dos Advogados do Brasil;
- Conselhos de Direito;
- Órgãos não governamentais;
- Instituições de ensino e pesquisa;
- Órgãos de imprensa.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

A Polícia Científica vem se aprimorando nos últimos anos, com destaque para:

Criação do Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (FUMPOF) e reestruturação da Diretoria de Administração e Finanças;

Mudança de nome para atender à padronização nacional para Polícia Científica;

Implementação do Número único nacional (pioneirismo);

Reestruturação da Organização interna (organograma);

Elaboração Planejamento estratégico (em desenvolvimento);

Presença de 259 Postos de identificação conveniados para expedição do documento de identificação;

Medidas de recomposição do quadro (concursos abertos em todas as áreas);

Redução de 78% na demanda reprimida;

Aumento de 38% no número total de exames realizados;

Criação da Agência Central de Inteligência;

Instituição do Comitê Gestor de Proteção de Dados, para Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

Criação de Divisões Especializadas relacionadas com a atividade técnica finalística;
Assinatura digital e integração de sistemas;
Elaboração de Painel de estatísticas (Criminal Data);
Uso de armazenamento em nuvem para gestão organizacional do trabalho;
Conclusão do Laboratório de Análise de Águas e Efluentes;
Criação do Comissão Permanente de Cadeia de Custódia;
Reestruturação do Núcleo de Saúde do Servidor;
Melhoria das consultas a bancos de impressões digitais (civil, criminal e Tribunal Superior Eleitoral);
Aquisição e uso do equipamento *Cellebrite Premium*, aumentando a eficiência nas perícias em celulares;
Aquisição de equipamento e validação do método de busca automatizada por espermatozoides, em casos de crime sexual;
Estruturação do Setor de Antropologia Forense;
Treinamento em identificação de vítimas de desastres, por meio do protocolo DVI;
Organização do Setor de Anatomopatologia;
Criação do Setor de Medicina Veterinária;
Criação do programa PCI por Elas;
Criação da Coordenadoria de Projetos;
Criação da Coordenadoria de Integridade e Governança;
Criação do ambiente virtual EAD Acape, por meio da Academia de Perícia;
Reestruturação do Almoxarifado Central;
Implementação de solução integrada para o trabalho (*Google Workspace*);
Maior implementação de processos Procedimento Operacional Padrão (POP);
Incremento na estruturação de unidades, por meio da Gerência de Projetos e Edificações;
Melhoria do acesso à Internet nas unidades de perícia;
Renovação da frota de veículos;
Renovação do parque tecnológico e mobiliário;
Aquisição de câmeras e drones;
Disponibilização de Maletas para locais de crime;
Padronização dos uniformes da instituição.

Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

O Departamento Estadual de Trânsito, comumente conhecido como DETRAN, é uma instituição responsável pela regulamentação e fiscalização do trânsito de veículos terrestres em nível estadual no Brasil. O DETRAN tem como objetivo principal promover a segurança no trânsito, a regularização dos veículos e a habilitação dos condutores, além de executar as políticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran/SC) é uma autarquia que tem como atribuições gerenciar, fiscalizar, controlar e executar as atividades de trânsito em todo o território de Santa Catarina, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

As atribuições estão previstas no Art. 59-B da Lei Complementar nº 789/2021.

I – Realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores e expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação;

II – Vistoriar, inspecionar as condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual;

III – Credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);

IV – Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN; e

V – Planejar, formular, normatizar, supervisionar, acompanhar e estimular políticas e iniciativas na área de educação no trânsito.

Em resumo, o DETRAN é uma instituição responsável por regular, fiscalizar, controlar e promover a segurança no trânsito, além de lidar com a documentação e habilitação de condutores e veículos.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Envidar esforços para promover o desenvolvimento de um trânsito seguro em defesa da vida, preservação da saúde e do meio-ambiente, com veículos adequados e condutores devidamente habilitados, primando pela eficácia, simplicidade e celeridade em seus processos.

VISÃO: Ser um órgão de referência no setor público de Santa Catarina, utilizando-se da tecnologia, administração, controle, transparência e aferição de desempenho, objetivando a aplicação das economias alcançadas em ações para a preservação da vida.

VALORES: Inovação, eficiência, economicidade, ética, transparência, impessoalidade, respeito, legalidade e probidade.

ESTRUTURA: A estrutura do DETRAN se baseia em Presidência e Vice-Presidência, seguido de setores e Diretorias que se desdobram em Gerências. Além disso, tratando-se de estrutura física, o DETRAN possui sua sede em Florianópolis, além de quase 100 CIRETRANS e CITRANS, as quais se dividem em 31 regiões, deixando seus serviços bem vascularizados dentro do Estado. Segue a estrutura:

CIRETRAN DA CAPITAL: (Ciretran Continente, Santa Mônica, Sul da Ilha (Aeroporto) e Norte da Ilha).

1 DRP DE SÃO JOSÉ: Ciretran de São José e Citran Biguaçu

2 DRP DE JOINVILLE: Ciretran: Joinville e Joinville Sul – Citran: São Francisco do Sul

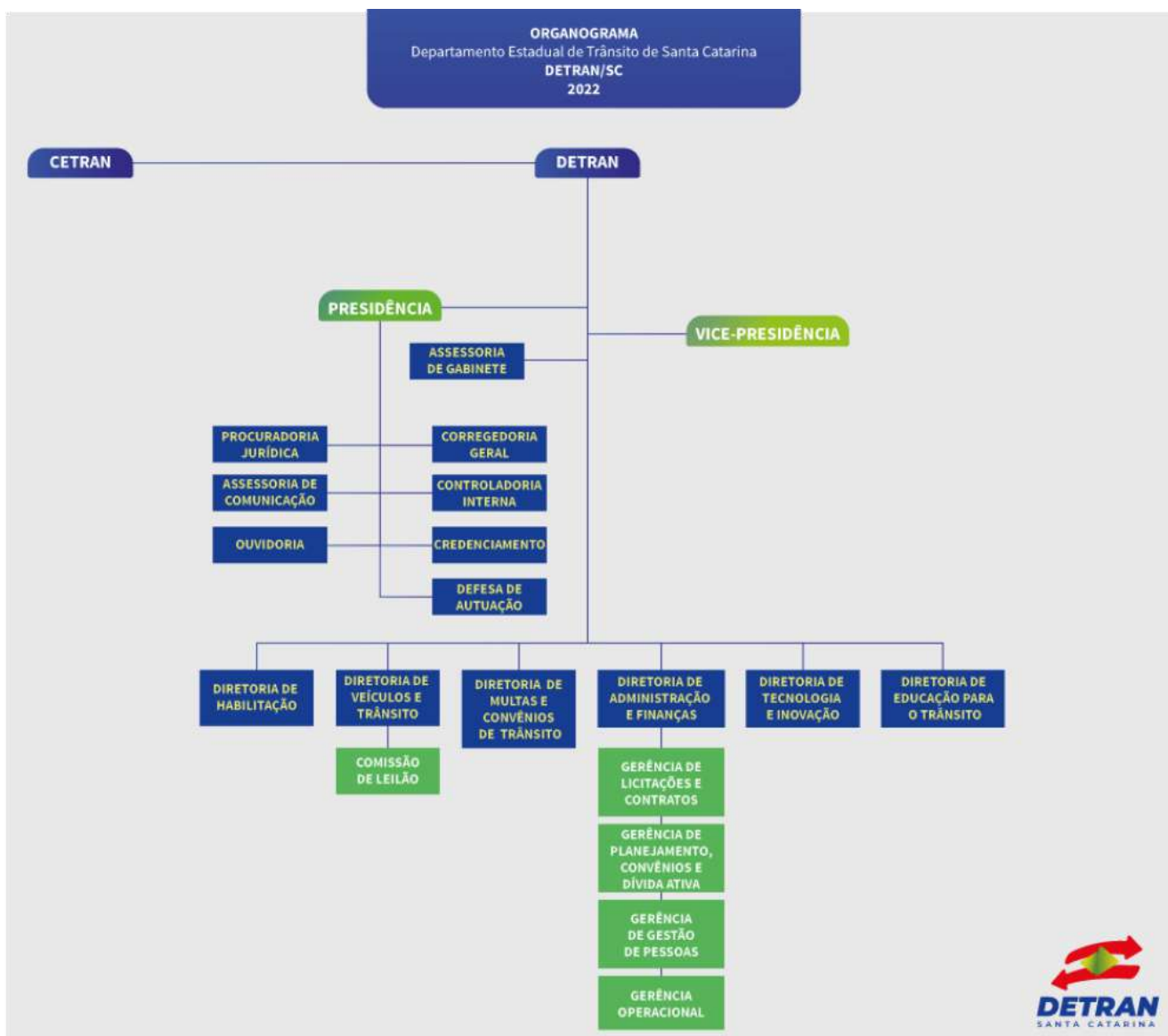
3 DRP DE BLUMENAU: Ciretran: Blumenau – Citran: Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó

5 DRP DE TUBARÃO: Ciretran: Tubarão, Braço do Norte e Jaguaruna

- 6 DRP DE CRICIUMA: Ciretran: Criciúma, Orleans, Urussanga e Içara – Citran: Lauro Muller
- 7 DRP DE RIO DO SUL: Ciretran: Rio do Sul e Taió – Citran: Ibirama e Trombudo Central
- 8 DRP DE LAGES: Ciretran: Lages – Citran: Anita Garibaldi, Bom Retiro, Correia Pinto e Otacílio Costa
- 9 DRP DE MAFRA: Ciretran: Mafra – Citran: Itaiópolis e Papanduva
- 10 DRP DE CAÇADOR: Ciretran: Caçador – Citran: Santa Cecília
- 11 DRP DE JOAÇABA: Ciretran: Joaçaba e Capinzal
- 12 DRP DE CHAPECÓ: Ciretran: Chapecó – Citran: Pinhalzinho, Palmitos e São Carlos
- 13 DRP DE SÃO MIGUEL DO OESTE: Ciretran: São Miguel do Oeste – Citran: Dionísio Cerqueira, Itapiranga
- 14 DRP DE CONCÓRDIA: Ciretran: Concórdia – Citran: Seara, Itá
- 15 DRP DE JARAGUÁ DO SUL: Ciretran: Jaraguá do Sul – Citran: Guarimirim
- 16 DRP DE XANXERÊ: Ciretran: Xanxerê – Citran: Abelardo Luz, Ponte Serrada e Xaxim
- 17 DRP DE BRUSQUE: Ciretran: Brusque – Citran: São João Batista
- 18 DRP DE LAGUNA: Ciretran: Laguna, Imbituba – Citran: Imaruí – Garopaba
- 19 DRP DE ARARANGUÁ: Ciretran: Araranguá – Citran: Sombrio e Turvo
- 20 DRP DE ITUPORANGA: Ciretran: Ituporanga
- 21 DRP DE SÃO BENTO DO SUL: Ciretran: São Bento do Sul – Citran: Rio Negrinho
- 22 DRP DE CANOINHAS: Ciretran: Canoinhas
- 23 DRP DE PORTO UNIÃO: Ciretran: Porto União
- 24 DRP DE CURITIBANOS: Ciretran: Curitibaanos
- 25 DRP DE VIDEIRA: Ciretran: Videira – Citran: Fraiburgo e Tangará
- 26 DRP DE CAMPOS NOVOS: Ciretran: Campos Novos
- 27 DRP DE SÃO JOAQUIM: Ciretran: São Joaquim – Citran: Urubici
- 28 DRP DE SÃO LOURENÇO DO OESTE: Ciretran: São Lourenço do Oeste – Citran: Campo Erê, São Domingos e Quilombo
- 29 DRP DE BALNEÁRIO CAMBORIU: Ciretran: Balneário Camboriú – Citran: Camboriú, Itapema e Tijucas
- 30 DRP DE PALHOÇA: Ciretran: Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz
- 31 DRP DE MARAVILHA: Ciretran: Maravilha

CARREIRAS/SERVIDORES: O DETRAN possui 53 servidores de carreira em exercício. Para compor a força de trabalho, o Departamento conta com 598 terceirizados e alguns poucos servidores à disposição, como Policiais Civis, Militares (CTISP) e Bombeiro.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Registro e licenciamento de veículos

O DETRAN é responsável pelo registro e emplacamento dos veículos, emitindo o Certificado de Registro de Veículo (CRV) e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV), que comprovam a regularidade do veículo perante a legislação de trânsito.

Habilitação de condutores

O DETRAN é responsável pelo processo de habilitação de condutores, incluindo a emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Isso envolve a aplicação de exames teóricos e práticos, a avaliação psicológica, médica e a emissão da CNH, que permite que uma pessoa conduza veículos automotores legalmente.

Fiscalização do trânsito

O DETRAN trabalha em conjunto com órgãos de fiscalização para garantir o cumprimento das leis de trânsito, incluindo a aplicação de multas por infrações e o controle do tráfego nas vias públicas.

Educação para o trânsito

O DETRAN também desempenha um papel importante na educação para o trânsito, promovendo campanhas e programas de conscientização sobre segurança viária, visando a redução de acidentes e a formação de condutores mais responsáveis.

Regulamentação do trânsito

O DETRAN participa da elaboração de normas e regulamentos relacionados ao trânsito, em conformidade com as leis federais estabelecidas pelo CONTRAN. Isso inclui a definição de requisitos para a circulação de veículos, regras de segurança e demais aspectos relacionados à condução nas vias públicas.

Diretoria de Multas

O DETRAN possui uma Diretoria de Multas, a qual se desdobra no setor de Juntas Administrativas de Recursos de Infrações. As JARIs são responsáveis pelo julgamento das infrações cometidas pelos condutores. Caso decidam recorrer, podem apelar à última instância recursal, o CETRAN (Conselho Estadual de Trânsito).

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Capilaridade; 2. Segunda maior arrecadação do Estado; 3. Equipe competente e experiente; 4. Exclusividade dos serviços por ser autoridade reguladora do trânsito, em âmbito Estadual. | <ol style="list-style-type: none"> 1. A arrecadação não vai para o DETRAN 2. Falta de padronização no atendimento 3. Poucos servidores efetivos 4. Dependência de mão-de-obra terceirizada 5. Tecnologia obsoleta prejudica a integração de sistemas e dados 6. Burocracia 7. Falta de profissionais de TI, sobretudo na área de segurança da informação. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar a prestação do serviço; 2. Reposicionar a “marca” DETRAN com apelo amigável e não apenas punitivo; 3. Educação e conscientização: O DETRAN tem a oportunidade de investir em programas educacionais e campanhas de conscientização; 4. Promover a transformação digital dos serviços. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de estrutura própria; 2. Mudanças regulatórias e legislativas: Alterações nas leis e regulamentos relacionados ao trânsito podem exigir que o DETRAN se adapte e implemente novas políticas; 3. Falta de padronização dos serviços dos credenciados; 4. Ser alvo de Fake news; 5. Ser alvo de hackers, que utilizam a marca do DETRAN para aplicar golpes cibernéticos. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Secretaria de Estado da Fazenda;
- Secretaria de Estado da Administração;
- Secretaria de Estado de Segurança Pública;
- Planejamento (EPROJ);
- Secretaria de Estado da Casa Civil;
- Colaboradores terceirizados.

EXTERNAS:

- Empresas de mão-de-obra terceirizada;
- Cidadãos;
- Imprensa;
- Credenciados (médicos, psicólogos, empresas de vistoria, empresas de placas, autoescolas, chassi);
- Despachantes.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

O DETRAN se relaciona com os condutores por meio das CIRETRANs e CITRANs. Essas são unidades de atendimento pelas quais a população consegue renovar sua CNH, documento veicular, recorrer de multas etc.

A pandemia teve forte impacto nos serviços do Departamento. Mesmo assim, foi na adversidade que se vislumbrou a oportunidade de digitalizar seus serviços, fazendo com que a sociedade conseguisse dissolver suas pendências junto ao órgão por meio da plataforma DETRAN Digital.

Para evitar a aglomeração de pessoas, criou-se o sistema de agendamento. Isso gerou mais organização e menos reclamação por parte da sociedade, que ficava horas na fila para ser atendida. Fora os abusos por parte de algumas CIRETRANs, que se negavam a atender pessoas sem prévio agendamento, a ideia teve um impacto positivo e se adequou bem à forma de prestação de serviços das instituições mais modernas.

Ainda no sentido de facilitar a rotina dos condutores, o DETRAN descentralizou ainda mais os seus serviços por meio da criação de mais CIRETRANs. A exemplo de Florianópolis, podemos citar a instalação de um posto de atendimento no sul da ilha (aeroporto), norte da ilha e Shopping Villa Romana.

No que tange à estrutura física do órgão, houve o deslocamento da sede administrativa, que saiu do bairro estreito e se instalou em coqueiros. É visível que o aluguel pago atualmente possui um valor além do aceitável pela avaliação imobiliária local, todavia é inegável que possui melhores instalações e proporciona mais conforto, dignidade e bem estar aos seus servidores.

O DETRAN conquistou sua autonomia- ainda precária financeiramente, ao se tornar uma Autarquia. Mesmo dependendo de repasses financeiros da Secretaria de Segurança Pública, por exemplo, conseguiu avocar novos processos e responsabilidades. Não obstante, criou-se Diretorias e Gerências, ambas responsáveis por incluir novas atribuições ao fluxo de trabalho.

Em decorrência da supramencionada “emancipação”, o DETRAN passou a gerir seus próprios contratos e licitações. Do mesmo modo, outros setores incorporaram mais responsabilidades tornando o órgão mais robusto como um todo. É o caso, por exemplo, da aderência à metodologia do Escritório de Projetos do Estado (EPROJ). Desde de 2022 o DETRAN possui um Núcleo de Projetos, que auxilia no desenvolvimento de ideias ainda embrionárias. Alinhado ao plano de Governo anterior e atual, o NUPROJ conecta o DETRAN com outros órgãos e Secretarias refinando os planos imaturos e os transformando em projetos concretos que podem ser acompanhados pela população por meio da plataforma Projeta-sc.

3.1.4 Administração Prisional e Sistema Socioeducativo

Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativa - SAP

A Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), órgão da administração direta do Governo do Estado de Santa Catarina, é responsável por planejar, formular, normatizar e executar políticas públicas voltadas ao sistema prisional e socioeducativo, de apoio ao egresso e na proteção de vítimas e testemunhas de crimes no Estado de Santa Catarina.

A realização das ações é voltada à melhoria do Sistema Penitenciário Estadual e ao Atendimento dos Adolescentes Autores de Ato Infracional, sendo administrado pelo Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa. Os recursos da Secretaria são utilizados em custeio, manutenção e pagamento das despesas conexas aos objetivos da Pasta, inclusive com servidores ativos e inativos e respectivos encargos sociais.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Compete à Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), conforme disposto na Lei Complementar nº 741/2019:

- I – Planejar, formular, normatizar e executar as políticas públicas para o sistema prisional do Estado;
- II – Implementar a política estadual de atendimento socioeducativo, destinada a adolescentes autores de atos infracionais que estejam reclusos, em regime de privação e restrição de liberdade, nas unidades de atendimento;
- III – Administrar e promover a segurança interna e externa dos estabelecimentos penais;
- IV – Promover a elevação da escolaridade e o ensino profissionalizante dos detentos;
- V – Planejar, formular, normatizar e executar ações, programas e projetos que visem assegurar a reinserção social do condenado;
- VI – Planejar, coordenar, orientar, avaliar e executar programas, projetos e ações governamentais na área da administração prisional e socioeducativa;
- VII – Executar as decisões de suspensão de pena, liberdade condicional, graça, indulto e diretos dos condenados;
- VIII – Planejar, formular, normatizar e executar a política estadual de promoção e defesa dos direitos dos adolescentes infratores;
- IX – Manter relacionamento institucional, em articulação com a PGE, com o Poder Judiciário, o MPSC, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a DPE/SC, no que concerne às competências da Secretaria;
- X – Estabelecer parcerias com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;
- XI – Desenvolver e implantar projetos e programas de cursos de formação, atualização e treinamento em serviços para o pessoal do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo, em todos os níveis; e
- XII – Coordenar e executar programas e ações de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

Compete aos Fundos Rotativos, conforme disposto na Lei Complementar nº 809, de dezembro de 2022:

- I – A aquisição, transformação, venda e revenda de mercadorias produzidas pelos presos e a prestação de serviços por eles;
- II – A realização de despesas correntes e de capital voltadas à recuperação social do preso;
- III – A melhoria da condição de vida do preso, por meio da elevação do nível de sua sanidade física e mental, de treinamento profissional e de oportunidade de trabalho remunerado; e

IV – A manutenção e o custeio dos estabelecimentos penais da regional a que o fundo rotativo pertença.

Parágrafo único. Os Fundos Rotativos do Sistema Penal do Estado terão efetiva participação no sistema penal, a fim de contribuir para a recuperação social do preso.

Conforme disposto na Lei Complementar nº 809, de dezembro de 2022, ficam vinculados à SAP os seguintes Fundos Rotativos:

- I – Fundo Rotativo Regional da Grande Florianópolis (FR-01);
- II – Fundo Rotativo Regional Sul (FR-02);
- III – Fundo Rotativo Regional Norte (FR-03);
- IV – Fundo Rotativo Regional do Vale do Itajaí (FR-04);
- V – Fundo Rotativo Regional Serrano (FR-05);
- VI – Fundo Rotativo Regional Oeste (FR-06);
- VII – Fundo Rotativo Regional do Planalto Norte (FR-08);
- VIII – Fundo Rotativo da Penitenciária de São Pedro de Alcântara (FRSP); e
- IX - Fundo Rotativo Regional do Médio Vale do Itajaí (FR-07).

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Executar o cumprimento de decisões judiciais de privação ou restrição de liberdade, provisórias ou definitivas, garantindo todos os direitos assegurados pelo ordenamento jurídico vigente e promovendo ações que objetivem a ressocialização e a socioeducação das pessoas, a fim de oportunizar o retorno ao convívio social visando contribuir com a segurança e a paz social.

VISÃO: Ser uma instituição de excelência nos processos de gestão ao atendimento prisional e socioeducativo, sendo reconhecida como essencial à segurança pública. A instituição é destaque em inovação, capacitação e aprimoramento, bem como nas ações de prevenção, mitigação, preparação e pronta resposta no caso de crise, além de se constituir como referência nacional e internacional nas ações de ressocialização e socioeducação.

VALORES: Assertividade; Competência; Comprometimento; Confiabilidade; Coordenação; Empatia; Engajamento; Ética; Inovação; Integridade; Humanização; Pró-atividade; Transparência.

ESTRUTURA:

- I – Unidades de assessoramento direto ao Secretário da SAP:
 - a) Gabinete do Secretário (GABS);
 - b) Assessoria de Comunicação (ASCOM);
 - c) Consultoria Jurídica (COJUR);
 - d) Coordenadoria de Controle Interno e Ouvidoria (CIOUV); e
 - e) Corregedoria-Geral (COGER).
- II – Unidades de apoio direto ao Secretário da SAP:
 - a) Colegiado Superior da SAP (COSUP);
 - b) Conselho Penitenciário (COPEN);
- III – Unidade de assessoramento direto ao Secretário-Adjunto:
 - a) Gabinete do Secretário-Adjunto (GABA);

IV – Unidades de execução de atividades-meio:

- a) Diretoria de Administração e Finanças (DIAF);
- b) Diretoria de Inteligência e Informação (DINF);
- c) Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (ACAPS);

V – Unidades de execução de atividades finalísticas:

- a) Departamento de Polícia Penal (DPP); e
- b) Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE).

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Policial penal;
- Agente socioeducativo;
- Analista técnico administrativo;
- Técnico em atividade administrativa;
- Contador;
- Engenheiro;
- Assistente social;
- Pedagogo;
- Enfermeiro;
- Técnico em enfermagem;
- Farmacêutico;
- Médico;
- Nutricionista;
- Psicólogo;
- Procurador jurídico;
- Professores e instrutores;
- Dentista.

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores;
- Pessoas privadas de liberdade e crianças/adolescentes em conflito com a lei;
- Parceiros privados.

EXTERNAS:

- Fornecedores e prestadores de serviços;
- Parceiros privados;
- Demais órgãos da administração pública estadual;
- Órgãos da administração pública federal e municipal;
- Órgãos do poder judiciário, ministério público e defensoria pública;
- População em geral.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

I – SAP:

A Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) possui em seu sistema prisional, administrado pelo DPP, mais de 24.667 (vinte e quatro mil seiscientos e cinquenta e sete) internos alocados em 54 (cinquenta e quatro) unidades, onde recebem oportunidade de trabalho, capacitação profissional, ensino, assistência social e atendimento médico e odontológico.

Nos últimos quatro anos foram criadas 1.370 (mil trezentas e setenta) vagas, com a ampliação de Unidades já existentes e a inauguração de 1 (uma) nova Unidade.

Já o sistema socioeducativo é administrado pelo DEASE com 329 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nas 24 unidades localizadas em todas as regiões do estado.

II – Ressocialização:

Todos os adolescentes atualmente recolhidos no sistema socioeducativo estão envolvidos em atividades educacionais regulares.

Em 2022, nas Unidades Prisionais, 11.097 (onze mil e noventa e sete) apenados realizaram a prova do ENSEJA, 2.646 (dois mil, cento e quarenta e seis) cursaram o Ensino fundamental e 1.148 (mil, cento e quarenta e oito) cursaram o ensino médio. Quanto ao Programa Despertar pela Leitura, no ano de 2022, 9.075 (nove mil e setenta e cinco) apenados participaram do programa.

A oferta de trabalho qualificado é uma das marcas do Sistema Prisional Catarinense. Por meio de convênios com a iniciativa privada, temos 8.367 (oito mil trezentos e sessenta e sete) apenados em atividade laboral, que recebem um salário da empresa que o contrata, destinando 25% do valor para o Fundo Rotativo, cujo valor é reinvestido em melhorias na Unidade. Há também convênios com as Prefeituras, que usam a mão de obra dos apenados na capina e limpeza de ruas e de praças.

Rede de proteção e apoio social às mulheres presas e egressas do sistema que estejam gestantes, puérperas, mães ou responsáveis por crianças de até 12 anos de idade ou deficientes, a fim de minimizar as vulnerabilidades sociais. O programa é uma parceria entre SAP, DEPEN e TJSC.

Escolta Humanizada da Mulher Privada de Liberdade.

A SAP tem viaturas adaptadas para o transporte de internas grávidas, com filhos recém-nascidos, deficiência física, idosas ou que necessitem de cuidados especiais.

- Resignifica Maria: Coordenado pela Unochapecó, o projeto propõe o debate em torno das relações de gênero com grupos de presos autores de feminicídio, conduzidos por equipes multidisciplinares que atuam nas unidades prisionais.
- Promoção da Saúde: Na publicação, estão descritos todos os procedimentos e atividades de qualificação para que as internas sejam multiplicadoras de conhecimento, contribuindo para melhoria da qualidade de vida de todas as apenadas.

III – SAP Têxtil:

O projeto que ganhou forma neste ano (2022) foi o Programa SAP Têxtil, uma arrojada iniciativa do Governo do Estado, por meio da SAP. A edificação de 18 galpões nos complexos de: Chapecó (9), Curitibanos (5), Itajaí (3) e Criciúma (1) e linhas de produção de apoio na DPP de São José do Cedro e DPP de São Miguel do Oeste. O projeto está sendo implantado e a fase atual é a finalização de implantação dos galpões.

IV – SAP Ciência:

Idealizado pela Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (ACAPS), o Programa SAP Ciência é uma ação inovadora, que prevê a oferta continuada de vagas para cursos de pós-graduação, em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado, para servidores que atuam no âmbito da SAP. Os cursos são totalmente custeados pela Secretaria e o investimento é substancial. As aulas para os selecionados começaram no início de 2022, de acordo com os respectivos calendários das instituições de ensino parceiras. O número de graduandos que, atualmente, cursam mestrado e doutorado é 20 alunos, 247 alunos já se formaram no programa de alunos que se formou até o momento é 247.

V – ACAPS:

A Academia de Administração Prisional e Socioeducativa (ACAPS) realizaram 90 cursos de formação ao longo de 2022. Foram 2.971 horas/aula, capacitando 3.439 alunos.

Dentre os cursos oferecidos, estão habilitações e nivelamentos em Armamentos e Proteção de Autoridades, entre outros, sempre em parceria com as demais forças de segurança.

Em 2022 começou a seleção para o Águia de Osso, treinamentos complexos que exigiu equilíbrio físico e mental dos participantes, o número de formados nesse curso totalizou 18 policiais penais.

Importante impulso para o sistema prisional e socioeducativo aconteceu com a formação de 458 de policiais penais no ano de 2022.

VI – Modernização:

A segurança das unidades se faz com operadores treinados, armamento adequado e viaturas seguras, por isso foram adquiridas e recebidas 4.000 pistolas, para os operadores do sistema prisional.

Com as novas demandas que vêm surgindo no sistema prisional, a SAP adquiriu 37 (trinta e sete) pick-ups, 42 (quarenta e dois) quadrículos, 8 (oito) utilitários tipo Van, 30 (trinta) utilitários, 3 (três) veículos sedãs, 1 (uma) ambulância.

Pela primeira vez, os operadores dos sistemas prisionais e socioeducativo receberam kits com uniforme completo. Para tanto, a SAP investiu R\$ 6,8 milhões em uniformes com material e modelagem definidos por uma equipe de servidores, que consideraram necessidades e rotinas dos profissionais que atuam no âmbito do DPP e Dease.

3.1.5 Defesa Civil

Defesa Civil - DC

A Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC) é um órgão superior da Administração Pública Estadual Direta, responsável por assegurar a execução das ações preventivas, de recuperação e reconstrução, em atendimento à população atingida por desastres, quando o Estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência for oficialmente reconhecido pelo Governo Estadual.

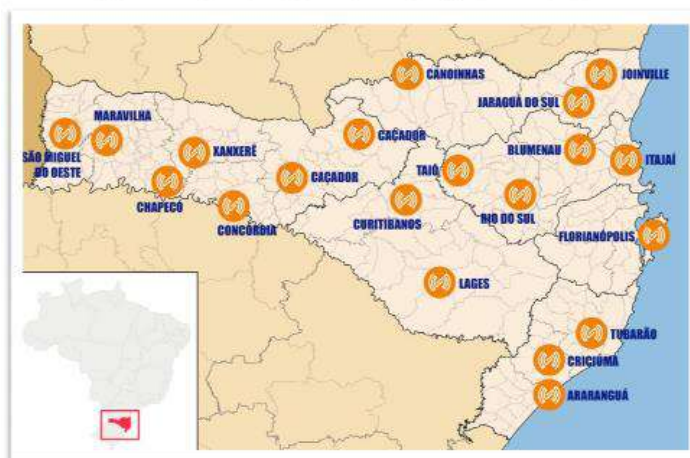
Tem como objetivo reduzir os riscos e os danos sofridos pela população em caso de situações adversas. Para isso, a Defesa Civil planeja, projeta, articula e torna possível a defesa do sujeito em situação de vulnerabilidade, focando na prevenção de eventos climáticos, na preparação, na mitigação, por meio do mapeamento de áreas de risco, além de realizar ações de recuperação, reconstrução e se dedicar ao aprimoramento das respostas rápidas às emergências.

A prioridade deste órgão é realizar a proteção e defesa civil do cidadão catarinense, fomentando a educação continuada de gestores, profissionais, organizações e população em geral, visando à melhoria na percepção e gestão de riscos e de desastres, a ampliação do conhecimento e da auto-proteção, o estabelecimento e o aperfeiçoamento de estratégias de inteligência e redução dos riscos e dos desastres na busca de um Estado cada vez mais resiliente, com objetivo de conscientizar o indivíduo e obter o máximo de aproveitamento dos recursos disponíveis, com maior eficiência.

A SDC é responsável pela coordenação do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC), que congrega órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dos municípios, além de entidades privadas e a comunidade, nos termos da Lei nº 15.953/13.

A Secretaria conta ainda, em sua estrutura, com vinte Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil distribuídas no território catarinense, responsáveis pela execução descentralizada das ações da SDC, e pela articulação direta com os entes regionais em sua área de abrangência, visando ao aumento da eficiência, eficácia e efetividade das ações de proteção e defesa civil no estado.

COORDENADORIAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



- | | | |
|--------------|--------------------|-------------------------|
| 1. Araranguá | 8. Curitibaanos | 15. Maravilha |
| 2. Blumenau | 9. Florianópolis | 16. Rio do Sul |
| 3. Caçador | 10. Itajaí | 17. São Miguel do Oeste |
| 4. Canoinhas | 11. Jaraguá do Sul | 18. Taió |
| 5. Chapecó | 12. Joaçaba | 19. Tubarão |
| 6. Concórdia | 13. Joinville | 20. Xanxerê |
| 7. Criciúma | 14. Lages | |

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As atuais competências da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil foram definidas pela Lei nº 18.646/2023, que alterou a Lei Complementar nº 741/2019, assim dispendo:

Art. 41-A. À SDC compete:

I – articular e coordenar as ações de proteção e defesa civil no Estado, compreendendo:

- a) prevenção e preparação para desastres;*
- b) assistência e socorro às vítimas de calamidades;*
- c) restabelecimento de serviços essenciais; e*
- d) reconstrução;*

II – realizar estudos e pesquisas sobre riscos e desastres;

III – elaborar e implementar diretrizes, planos, programas e projetos para prevenção, minimização e respostas a desastres causados por ação da natureza e do homem no Estado;

IV – coordenar a elaboração do plano de contingência estadual e fomentar a elaboração dos planos de contingência municipais;

V – mobilizar recursos para prevenção e minimização de desastres

VI – disseminar a cultura de prevenção de desastres para a sociedade, por meio dos princípios de proteção e defesa civil;

VII – prestar informações aos órgãos federais de defesa civil sobre as ocorrências de desastres e atividades de proteção e defesa civil no Estado;

VIII – propor à autoridade competente a decretação ou a homologação de situação de emergência e de estado de calamidade pública;

IX – providenciar e gerenciar o abastecimento e a distribuição de suprimentos nas ações de proteção e defesa civil;

X – coordenar a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (CEP2R2) ou estruturas equivalentes;

XI – presidir e secretariar, quando lhe couber o mandato, a Comissão Permanente de Defesa Civil do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL);

XII – coordenar as ações estaduais de ajuda humanitária nacional e internacional;

XIII – coordenar e implementar, em articulação com os Municípios, ações conjuntas com os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC);

XIV – promover o intercâmbio técnico com organizações nacionais e internacionais de proteção e defesa civil;

XV – promover a capacitação de pessoas para as ações de proteção e defesa civil, em articulação com órgãos do SIEPDEC;

XVI – fomentar o fortalecimento da estrutura de proteção e defesa civil municipal e regional; e

XVII – recomendar ao órgão competente a interdição de áreas de risco.

Para a consecução de seus objetivos, a SDC é responsável pela gestão do Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil, com os seguintes objetivos e finalidades, estabelecidos pela Lei no 16.418/14:

Art. 2º O FUNPDEC destina-se a captar, controlar e aplicar recursos financeiros com vistas a cobrir as despesas administrativas e operacionais, correntes e de capital, destinadas à execução das ações preventivas, de socorro e assistência emergenciais, de recuperação e reconstrução às populações atingidas por desastres e de fortalecimento e apoio institucional ao Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC).

§ 1º As ações preventivas compreendem:

I – projetos educativos e de divulgação;

II – capacitação de recursos humanos;

III – elaboração de trabalhos técnicos, estudos e pesquisas;

IV – identificação e proteção de áreas de risco;

V – aquisição e manutenção de materiais, serviços e equipamentos destinados a ações de defesa civil;

VI – equipamento e reequipamento dos órgãos e entidades que compõem o SIEPDEC;

VII – execução de obras e contratação de serviços de caráter preventivo; e

VIII – modernização e ampliação do Sistema Estadual de Monitoramento, Alerta e Alarme contra Desastres.

§ 2º As ações de socorro e assistência emergenciais compreendem as despesas de custeio operacional e apoio financeiro às Coordenadorias Municipais de Defesa Civil e aos organismos de resposta a desastres componentes do SIEPDEC.

§ 3º As ações de recuperação e reconstrução compreendem as despesas de custeio operacional e apoio financeiro às Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC) para a contrapartida às obras e serviços necessários à recuperação dos locais atingidos pelos desastres.

§ 4º As ações de fortalecimento e apoio institucional ao SIEPDEC compreendem:

I – a elaboração e execução de planos, programas e projetos de proteção e defesa civil;

II – a construção, ampliação e reforma de prédios e instalações de proteção e defesa civil;

III – a aquisição de combustíveis e peças para reparos;

IV – alimentação, diárias, realização de serviços de terceiros, locações e outras despesas de custeio;

V – a informatização da Defesa Civil;

VI – a contratação de especialidade profissional destinada a suporte técnico às ações de proteção e defesa civil;

VII – as ações relacionadas a produtos perigosos; e

VIII – a aquisição de equipamentos e materiais destinados ao suporte das atividades administrativas e operacionais.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Coordenar e articular ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, evitando ou mitigando desastres, com o propósito de proteger a vida e o patrimônio do cidadão catarinense, estabelecendo uma sociedade mais resiliente.

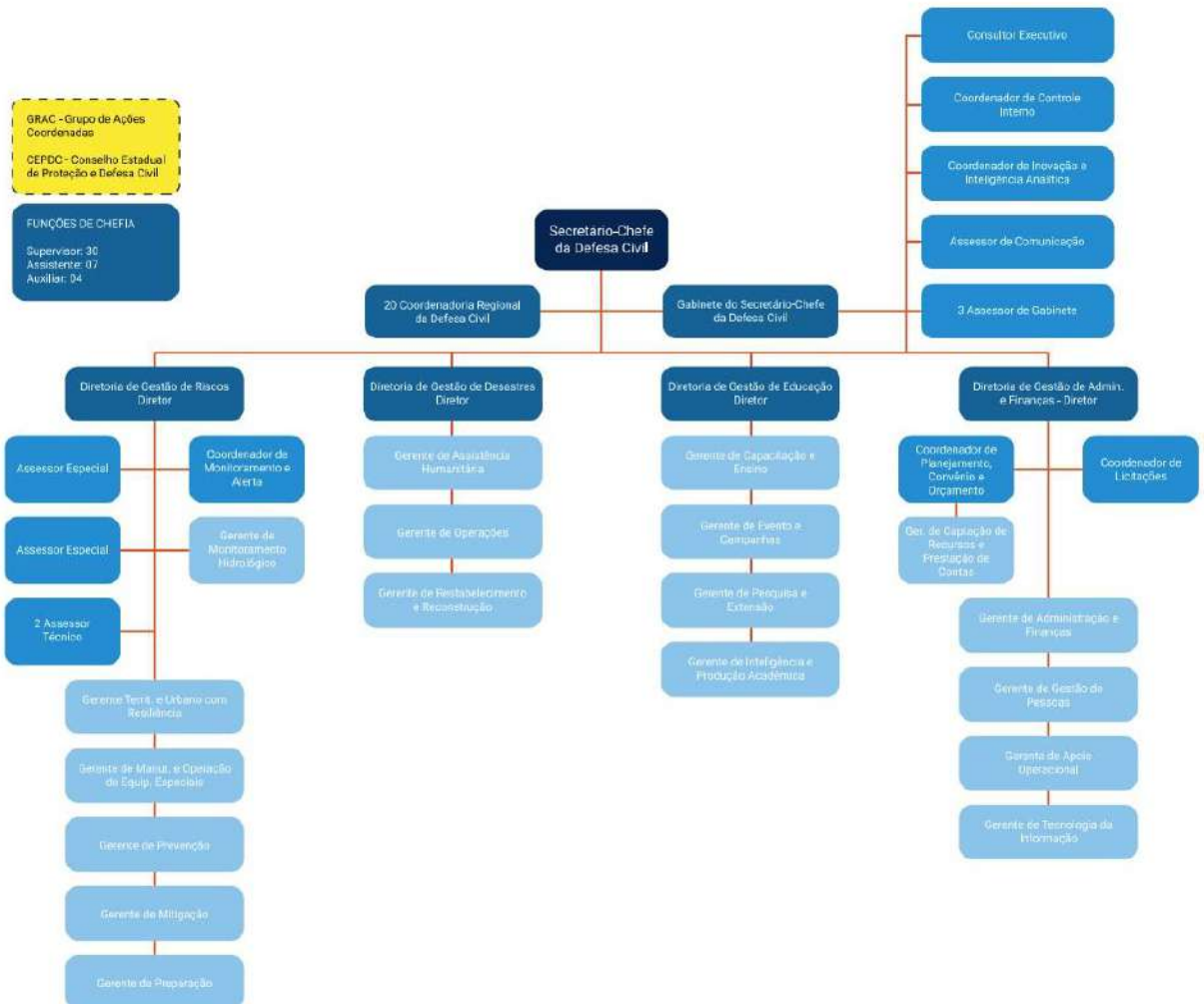
VISÃO: Ser uma instituição de excelência na emissão de alertas, articulação e coordenação de ações de proteção e defesa civil.

VALORES: Assertividade, Eficiência, Eficácia, Confiabilidade, Comprometimento, Cooperação, Coordenação, Disponibilidade, Ética, Impessoalidade, Inovação e Proatividade.

ESTRUTURA: A SDC está sediada no Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD), em Florianópolis. Conta ainda com vinte Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil distribuídas fisicamente em todo o território catarinense, além de ser responsável pela operação e manutenção de quatro radares meteorológicos localizados nos municípios de Lontras, Araranguá, Chapecó e Joinville e de três barragens de contenção, nos municípios de Ituporanga, Taió e José Boiteux.

CARREIRAS/SERVIDORES: (Tabela GEPES)

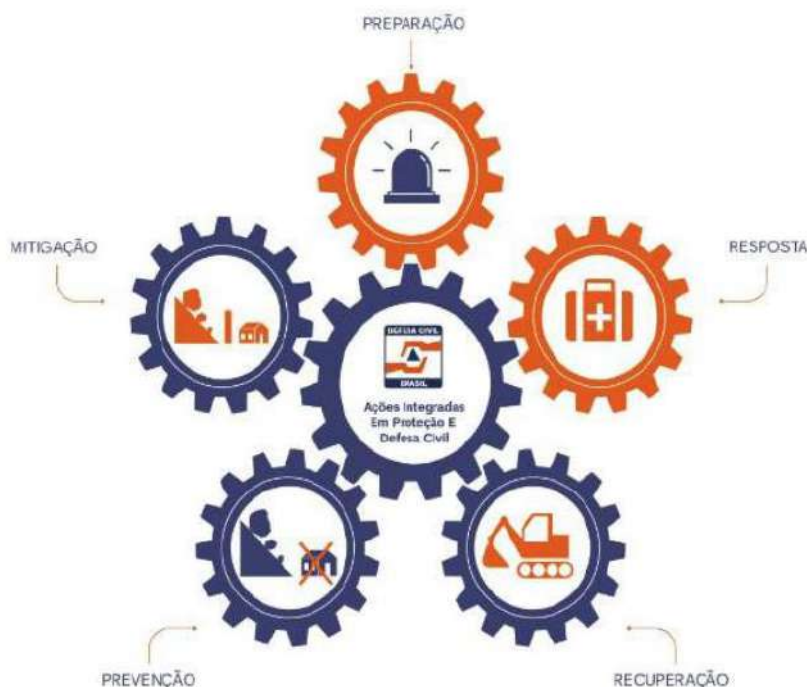
ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Defesa Civil do Estado de Santa Catarina é estruturada para funcionar e agir em conformidade com o Ciclo de Defesa Civil, de acordo com cada fase de atuação do órgão e por intermédio de ações planejadas.

Ciclo de Defesa Civil (SEDEC/2017)



O Decreto Federal nº 10.593/20 assim conceitua as ações relacionadas a cada uma das fases do Ciclo de Defesa Civil:

Ações de **prevenção** - medidas prioritárias destinadas a evitar a conversão de risco em desastre ou a instalação de vulnerabilidades.

Ações de **mitigação** - medidas destinadas a reduzir, limitar ou evitar o risco de desastre.

Ações de **preparação** - medidas destinadas a otimizar as ações de resposta e minimizar os danos e as perdas decorrentes do desastre.

Ações de **resposta** e restabelecimento - medidas de caráter emergencial, executadas durante ou após a ocorrência do desastre, destinadas a socorrer e assistir a população atingida e restabelecer os serviços essenciais;

Ações de **recuperação** e reconstrução - medidas desenvolvidas após a ocorrência do desastre destinadas a restabelecer a normalidade social que abrangem a reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída e a recuperação do meio ambiente e da economia.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Dentre os principais de resultados obtidos pela atuação da Defesa Civil de Santa Catarina em 2022, pode-se destacar:

(a) Ampliação, modernização e manutenção da rede de monitoramento e alerta

Emissão de 12.491 alertas, sendo 8.767 alertas de chuvas intensas, 837 de tempestades locais e convectivas/chuvas intensas, 755 de granizo, 585 de deslizamentos, 457 de baixa umidade do ar, 303 de inundações, 278 de vendaval e 509 outros.

Destaque para a implantação da expansão da Rede Estadual de Monitoramento Hidrológico, com instalações de novas estações no Vale do Itajaí, para garantir a coleta de dados importantes para o monitoramento e alerta. Um total de 37 estações em 36 diferentes municípios na região do vale do Itajaí.

Os radares geridos pela DCSC, estão situados nos municípios de Araranguá, Chapecó e Lontras e são cuidadosamente mantidos, a fim de garantir o monitoramento meteorológico em tempo real, antecipando as previsões, para que os alertas sejam emitidos com maior precisão e eficiência. Em 24/11/2022, foi assinada a Ordem de Serviço para iniciar as obras de implantação do sítio e estrutura metálica para instalação do radar meteorológico banda X, em Joinville/SC.

(b) Reforma, ampliação, manutenção e conservação do sistema de contenção de cheias das barragens

Das ações realizadas nas barragens Sul e Oeste, em Ituporanga e Taió, respectivamente, podemos citar: manutenção dos serviços contínuos e de operação; execução do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas - PRAD. Dentro do PRAD foram realizadas ações de plantio de mudas e recuperação de áreas com processo erosivo; cumprimento das obrigações legais junto ao órgão ambiental; reforma das estruturas, como a substituição das grades dos descarregadores de fundo e dragagem a montante da barragem Sul, em Ituporanga.

A partir de então as barragens contam com monitoramento contínuo de programas ambientais essenciais para a sua operação. Por exemplo, tem-se o programa de gerenciamento de resíduos sólidos, monitoramento de margens, entre outros.

Na barragem Norte, em José Boiteux, destaca-se a execução dos estudos da componente indígena e a implantação do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental, para tratativas com a comunidade indígena. Vale destacar que a barragem foi construída em um período em que não se tinha legislação ambiental vigente. Sendo assim tal ação irá regularizar ambientalmente o empreendimento.

Os programas ambientais devem facilitar a execução das obras para reforma da estrutura da barragem e a construção do canal extravasor, essenciais para a operação plena da maior barragem de contenção de cheias do Estado.

Em 14/11/2022, foi assinada a Ordem de Serviço para dar início às obras de conclusão do canal extravasor do vertedouro da barragem Norte, no município de José Boiteux, uma vez que o mesmo não foi concluído desde a construção da barragem, colocada em operação em 1992.

(c) Ações preventivas em defesa civil, com vistorias e emissão de Pareceres Técnicos

A Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, por meio da equipe técnica da Diretoria de Gestão de Riscos, em 2022, entregou 117 (cento e dezessete) pareceres técnicos de mapeamento e classificação de riscos, em todas as 20 regionais do estado. Foram realizadas vistorias num total de 76 municípios, sendo realizadas atualizações e novas classificações em 67 áreas de riscos num total de 49 municípios, atendendo a solicitações municipais e de outros órgãos estaduais.

Tais atividades auxiliam na gestão do risco em todo território catarinense, além de prestar assessoria direta aos solicitantes para a correta utilização do material entregue, possibilitando assim maior segurança à população que ocupa essas áreas e criação de políticas públicas que impeçam a criação de novas áreas de risco.

(d) Fiscalização de obras de estabilização junto a rodovias estaduais

Contratação do Projeto Executivo para obras de Estabilização do Talude na rodovia SC-108, km 35,25 em Guaramirim. Dada a ocorrência de deslizamentos recorrentes na área da obra, o projeto compreende a instalação de gabiões na base do talude e colocação de drenagens superficiais, proporcionando maior segurança aos usuários que trafegam pela rodovia. As obras iniciaram em 2023.

(e) Promoção de ações de educação em Defesa Civil no estado

Foram realizadas 18 capacitações durante o ano de 2022, atendendo a 24,7 mil pessoas. Destas, 8 capacitações no formato EaD (Ensino a Distância), e outras 10 no formato presencial, online e híbrido. As ações ainda incluíram 87 palestras, 30 eventos online, 69 participações em eventos, 4 campanhas, 50 operações de controle do transporte rodoviário de produtos perigosos e 9 visitas às estruturas da DCSC e muito mais.

(f) Apoio aos municípios para a elaboração de Plano de Contingência Municipal

Em 2022 obtivemos a marca de 230 municípios adeptos ao Plano de Contingência Municipal.

Isso representa 77,97% dos municípios de Santa Catarina. Dos 65 municípios que não elaboraram o Plano de Contingência Municipal, grande parte deles são de municípios que não detém um código de obras e/ou plano diretor, ou seja, são municípios muito pequenos e com pouca estrutura organizacional.

(g) Foram registradas 478 ocorrências em 178 municípios durante o ano de 2022. 272 processos foram analisados, sendo 14 homologados, 191 homologados e reconhecidos e 67 reconhecidos, sendo que o COBRADE Estiagem foi o mais recorrente, com 132 processos, seguido de Chuvas Intensas com 82. 39 municípios foram atendidos com 66 kits de transposição de obstáculos (kits de ponte para restabelecimento), e foram distribuídos 197.399 itens de assistência humanitária em 112 municípios, atingindo diretamente 2.233.374 pessoas afetadas por desastres.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: coordenar e articular as ações de prevenção e preparação para desastres, fomentar a elaboração de planos de contingência, elaborar estudos e pesquisas sobre risco e desastres, com o propósito de proteger a vida e o patrimônio do cidadão.

VISÃO: buscar ser uma instituição de referência e excelência na emissão de alertas, articulação e coordenação de ações de proteção e Defesa Civil.

VALORES: Assertividade, Eficiência, Eficácia, Confiabilidade, Comprometimento, Cooperação, Coordenação, Disponibilidade, Ética, Impessoalidade, Inovação e Proatividade.

OBJETIVOS E INDICADORES

| RÓTULO DO OBJETIVO | DESCRIÇÃO DO OBJETIVO | RÓTULO DO INDICADOR | DESCRIÇÃO DO INDICADOR |
|-----------------------|---|-------------------------------------|---|
| Resiliência Municipal | Firmar que os Municípios através de seus meios e recursos consigam gerir dentro de sua área de jurisdição os eventos climáticos | Estrutura de Defesa Civil municipal | % de Municípios com estrutura de defesa civil (Lei municipal, sala, computador, internet e veículo) |
| | | Planos municipais | % de Municípios com planos municipais em execução (plano diretor, plano de ajuda mútua e pmrr) |
| | | Recursos federais (Municípios) | % de execução de valores federais empenhados em favor de SC |

| | | | |
|--------------------------|--|----------------------------|---|
| Educação em Defesa Civil | Garantir capacitação de defesa civil a população catarinense | Pessoas capacitadas | % de profissionais (bm, pm, samu,etc), professores e alunos da rede pública de educação, bem como a sociedade civil capacitados na cultura de proteção e defesa civil |
| | | Instituições de ensino | % de escolas da rede pública de educação inseridas na cultura de proteção e defesa civil |
| | | Horas de capacitação | Total de horas de capacitação, na área de proteção e defesa civil, dos agentes de defesa civil municipais e estaduais, colaboradores e demais instituições envolvidas nas ações de defesa civil |
| Riscos e Desastres | <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a abrangência dos alertas da defesa civil a população catarinense. 2. Verificar e monitorar a população atingida por desastres - atendidas pela dc 3. Monitorar os pae das barragens em sc | População alertada por sms | % da população que recebe sms - alertas |
| | | Afetados por desastres | % de afetados por desastres por 100.000 habitantes/ano sc |
| | | Pae - barragens | % de barragens com o pae (plano de ação de emergência) |

DIAGNÓSTICO SETORIAL

A Defesa Civil do Estado de Santa Catarina está estruturada para funcionar e agir em conformidade com o ciclo de defesa civil, de acordo com cada fase de atuação do órgão e por intermédio de ações planejadas.

Quando comparado aos outros 25 Estados da federação e Distrito Federal, observa-se que o órgão catarinense se destaca principalmente pelos investimentos realizados nos últimos anos, tais como a construção dos Centros Integrados de Gerenciamento de Riscos e de Desastres - CIGERDs, radares, instrumentações de monitoramento e aprimoramento do sistema de emissão de alertas, os quais retratam o empenho do Estado em sua atuação na fase de preparação.

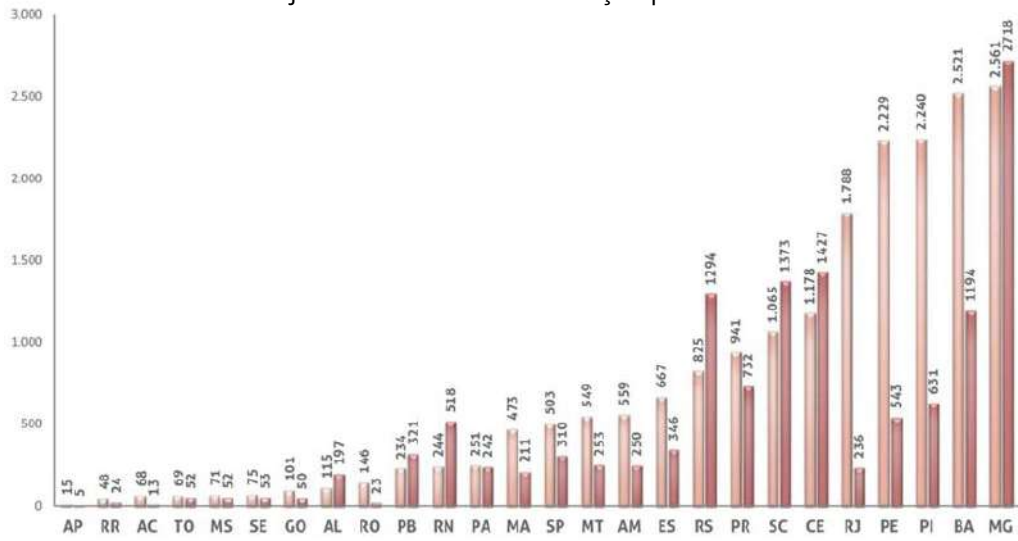
Complementarmente aos investimentos em infraestrutura e serviços, outro ponto de destaque do órgão se deve ao fato da Defesa Civil de SC apresentar um corpo operacional técnico multidisciplinar e dividido em áreas de gestão, o que garante o atendimento dedicado e especializado por tipo de ação. Somam-se ainda outros investimentos, como os projetos de Kit de Transposição de Obstáculos e Kits Casas Modulares, atendendo as necessidades do pós desastre e de prevenção/mitigação.

De forma elucidativa, o Relatório de danos materiais e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil, referente ao período de 1995 - 2014, mostra que entre os Estados da região Sul, Santa Catarina se destaca pelos altos índices de danos e prejuízos (CEPED/UFSC, 2016), conforme segue:



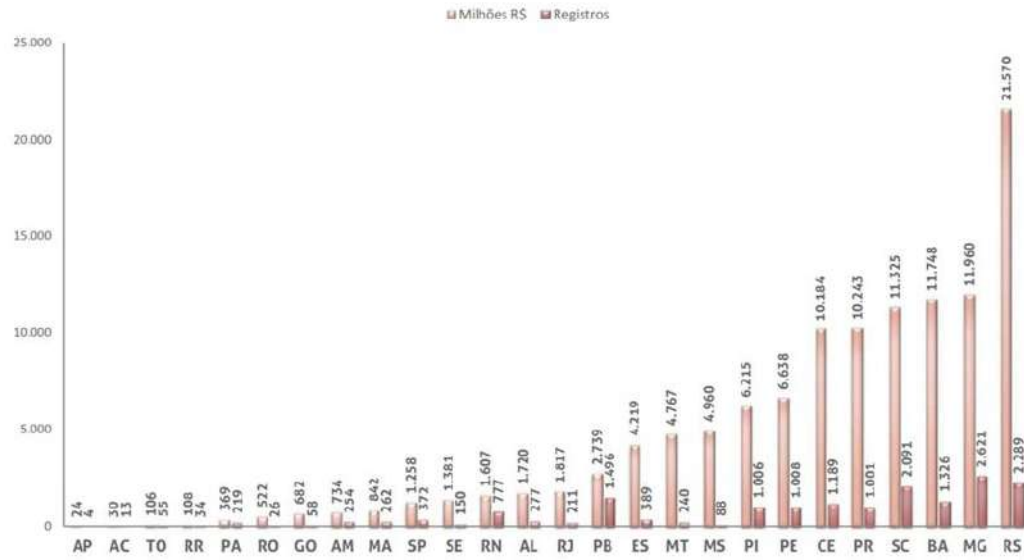
Ciclo de Defesa Civil -SEDEC, 2017

Prejuízos Públicos - Distribuição por UF

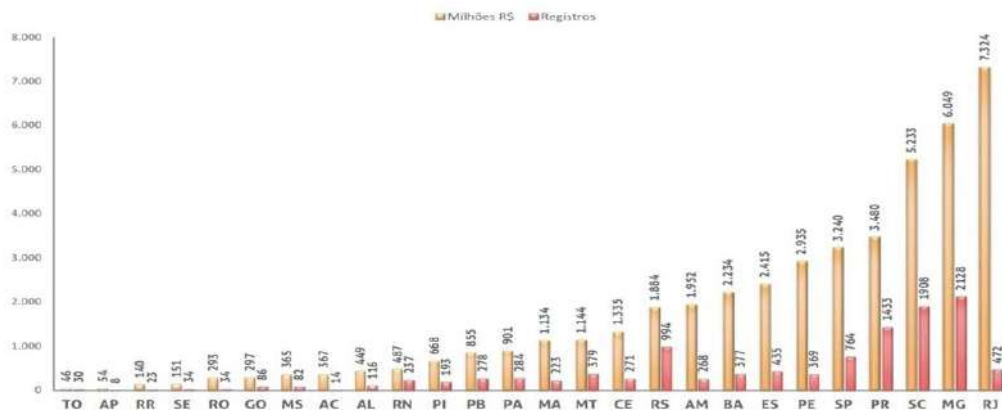


Fonte: CEPED, UFSC, 2019

Prejuízos Privados - Distribuição por UF



Danos Materiais - Distribuição por UF



3.1.6 Direitos Humanos

Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS

A Secretaria de Estado de Assistência Social, Mulher e Família - SAS, órgão da administração direta do Governo de Santa Catarina, objetiva assegurar os direitos humanos e sociais aos cidadãos catarinenses, tendo como público pessoas em situação de vulnerabilidade, risco e violação de direitos. Para tanto, é responsável pela gestão de quatro políticas públicas no âmbito estadual, sendo elas: Assistência Social; Direitos Humanos; Segurança Alimentar e Nutricional e Habitação e Regularização Fundiária.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Conforme o artigo 34, da Lei Complementar nº 741, de 2019, à SAS compete:

I – Formular políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, incluídos os direitos da mulher, da família, da criança, do adolescente, da juventude, do idoso, da pessoa com deficiência, da população negra e das minorias étnicas e sociais; (alterado pelo artigo 16, da MPV/0257/2023)

II – Cumprir as competências definidas no art. 13 da Lei federal nº 8.742/1993;

III – Formular e coordenar as políticas estaduais de assistência social, direitos humanos, migração e segurança alimentar e nutricional;

IV – Elaborar o Pacto de Aprimoramento de Gestão da Política de Assistência Social de Santa Catarina;

V – Executar, implementar e normatizar as políticas sociais relacionadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);

VI – Organizar, coordenar, monitorar e avaliar as ações de proteção e prevenção executadas pelo SUAS e pelo SISAN;

VII – Executar a política estadual de habitação popular;

VIII – Realizar estudos e elaborar programas habitacionais;

IX – Fiscalizar, acompanhar e monitorar obras habitacionais; e

X – Realizar estudos e elaborar projetos de regularização fundiária, acompanhá-los e monitorar sua execução.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Articular e assegurar políticas públicas de Assistência Social, Direitos Humanos, Habitação e Segurança Alimentar e Nutricional com comprometimento e equidade ao cidadão catarinense.

VISÃO: Tornar os Direitos Humanos e Sociais acessíveis aos cidadãos catarinenses por meio de uma gestão eficiente dos recursos e das políticas públicas.

VALORES: Equidade; Cooperação; Transparência; Respeito; Ética; Justiça Social; Inclusão; Comprometimento.

ESTRUTURA:

- GABS - Gabinete do Secretário:
 - ASCOM - Assessoria de Comunicação;
 - COJUR - Consultoria Jurídica;
 - CIOUV - Coordenadoria de Controle Interno e Ouvidoria;
 - CORREG - Corregedoria;
 - CSAN - Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - CONSEA - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - CEDOM - Centro Educacional Dom Jaime de Barros Câmara;

- DIDH - Diretoria de Direitos Humanos:
 - GEPDI - Gerência de Políticas para a Pessoa com Deficiência e Idosos:
 - CONEDE - Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência;
 - CEI - Conselho Estadual do Idoso;
 - GECAJ - Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e Jovens:
 - CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - CONJUVE - Conselho Estadual da Juventude;
 - GEIRI - Gerência de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes:
 - CEPA - Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes;
 - CEPIN - Conselho Estadual dos Povos Indígenas;
 - GEMDH - Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos:
 - CEDIM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher;
 - CEDH - Conselho Estadual dos Direitos Humanos;
- DIAS - Diretoria de Assistência Social:
 - CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social;
 - GEBEN - Gerência de Benefícios, Transferência de Renda e Programas;
 - GETAS - Gerência de Gestão de Trabalho no Sistema Único de Assistência Social;
 - GSUAS - Gerência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social;
 - GEFAS - Gerência de Financiamento de Assistência Social;
 - GEPSB - Gerência de Proteção Social Básica;
 - GPSEM - Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade;
 - GPSEA - Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;
- DIHA - Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária:
 - GFAMO - Gerência de Fiscalização, Acompanhamento e Monitoramento de Obras Habitacionais;
 - GEPHA - Gerência de Projetos Habitacionais;
 - GREF - Gerência de Regularização Fundiária;
- GABSA - Gabinete do Secretário Adjunto:
 - GEAFI - Gerência de Administração e Finanças;
 - GEAPO - Gerência de Apoio Operacional;
 - GECON - Gerência de Contratos e Convênios;
 - GEVEN - Gerência de Coordenação de Eventos;
 - GEPEC - Gerência de Gestão de Pessoas e Capacitação;
 - GEPLA - Gerência de Planejamento e Avaliação;
 - GETIN - Gerência de Tecnologia da Informação.

CARREIRAS/SERVIDORES:

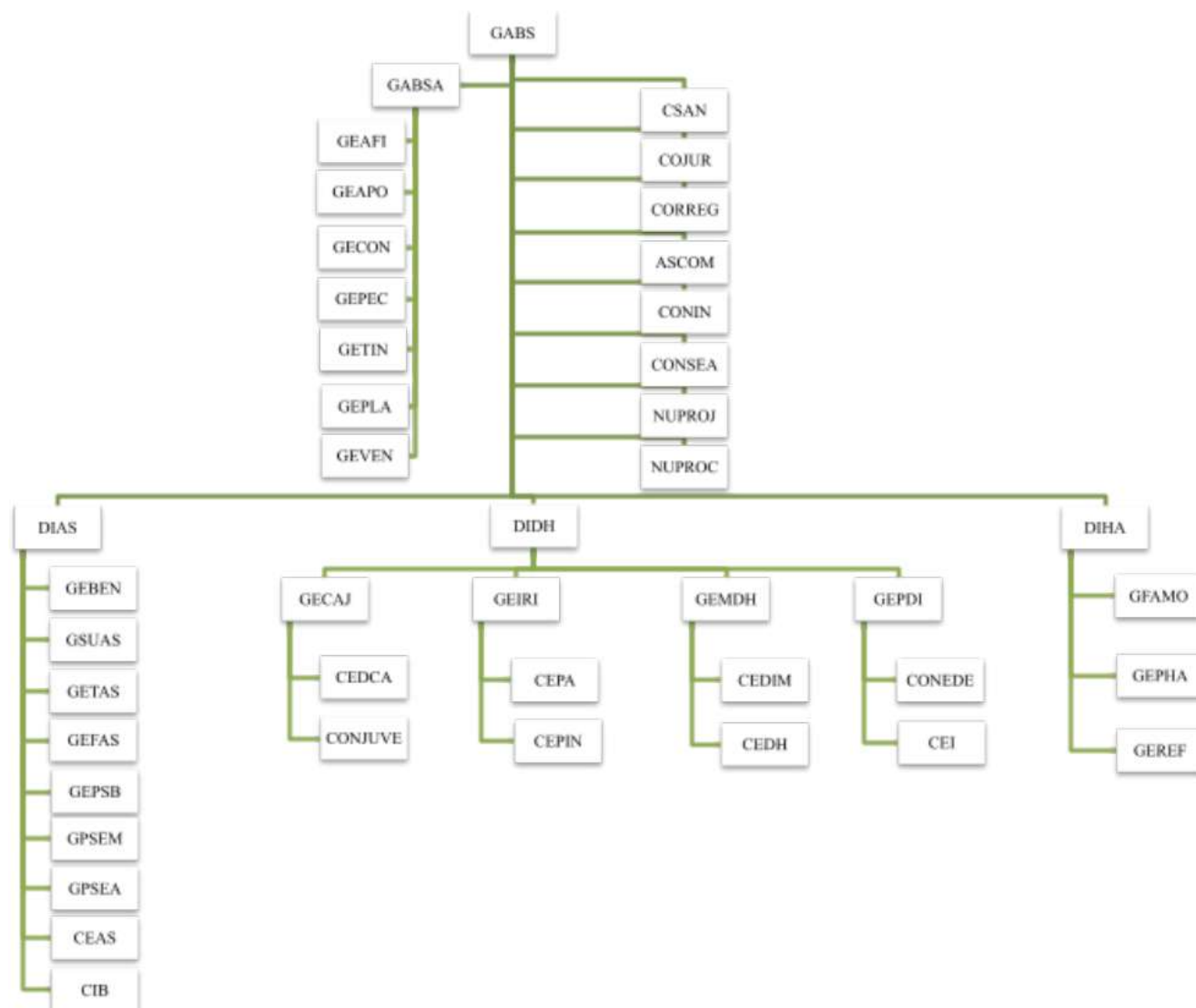
| TIPO | CARGO |
|-------------------------|--|
| Comissionado ou Efetivo | Assessor de comunicação |
| Somente Efetivo | Assessor de gabinete |
| Somente Efetivo | Assessor de gabinete |
| Somente Efetivo | Assessor de gabinete |
| Somente Efetivo | Assessor de gabinete |
| Somente Efetivo | Assessor de gabinete |
| Somente Efetivo | Assessor de gabinete |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor de gabinete |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor de gabinete |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor de gabinete |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor de gabinete |
| Somente Efetivo | Assessor especial |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor especial |
| Comissionado ou Efetivo | Assessor técnico |
| Comissionado ou Efetivo | Assistente técnico |
| Comissionado ou Efetivo | Consultor executivo |
| Somente Efetivo | Coordenador de controle interno e ouvidoria |
| Comissionado ou Efetivo | Coordenador de segurança alimentar e nutricional |
| Somente Efetivo | Corregedor |
| Somente Efetivo | Diretor de assistência social |
| Comissionado ou Efetivo | Diretor de direitos humanos |
| Comissionado ou Efetivo | Diretor de habitação e regularização fundiária |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de administração e finanças |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de apoio operacional |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de benefícios, transferência de renda e programas |
| Somente Efetivo | Gerente de contratos e convênios |
| Somente Efetivo | Gerente de coordenação de eventos |
| Somente Efetivo | Gerente de financiamento de assistência social |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de fiscalização, acompanhamento e monitoramento de obras habitacionais |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de gestão de pessoas e capacitação |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de gestão de trabalho no Sistema Único de Assistência Social |
| Somente Efetivo | Gerente de gestão do Sistema Único de Assistência Social |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de planejamento e avaliação |
| Somente Efetivo | Gerente de políticas para a pessoa com deficiência e idosos |
| Somente Efetivo | Gerente de políticas para crianças, adolescentes e jovens |
| Somente Efetivo | Gerente de políticas para igualdade racial e imigrantes |
| Somente Efetivo | Gerente de políticas para mulheres e direitos humanos |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de projetos habitacionais |

| | |
|-------------------------|---|
| Somente Efetivo | Gerente de proteção social básica |
| Somente Efetivo | Gerente de proteção social especial de alta complexidade |
| Somente Efetivo | Gerente de proteção social especial de média complexidade |
| Comissionado ou Efetivo | Gerente de regularização fundiária |
| Somente Efetivo | Gerente de tecnologia da informação |
| Comissionado ou Efetivo | Secretário adjunto |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - assistência social |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - criança e adolescente |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - direitos humanos |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - idoso |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - juventude |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - mulher |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - pessoa com deficiência |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - população afrodescendente |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - povos indígenas |
| Somente Efetivo | Secretário de conselho - segurança alimentar |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Alcance; 2. Capacidade Técnica; 3. Coragem; 4. Criatividade; 5. Diversidade; 6. Engajamento; 7. Impacto Social; 8. Participação Social; | <ol style="list-style-type: none"> 1. Acúmulo de Áreas; 2. Desmotivação Profissional; 3. Desmotivação Salarial; 4. Falta de Recursos Humanos; 5. Recursos Financeiros Limitados. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Abrangência estadual de atuação; 2. Capilaridade; 3. Captação de recursos; 4. Controle social; 5. Embasamento legal bem definido; 6. Garantia de recursos; 7. Relações institucionais. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Constante mudança de identidade; 2. Desconhecimento da finalidade; 3. Escasso repasse de recursos financeiros; 4. Falta de isonomia salarial 5. Falta de reconhecimento da importância; 6. Falta de recurso garantido em lei; 7. Falta de recursos humanos; 8. Falta de regionais da SAS; 9. Problemas sociais complexos; 10. Transições políticas; |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A SAS, por meio da Diretoria de Assistência Social, é responsável pela gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no estado. Para tanto, a Secretaria organiza a oferta desta política pública, promove o acesso aos direitos sociais e a proteção social às famílias, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas com deficiência, idosos em vulnerabilidade social e a todos que dela necessitarem. Dentre os principais campos de atuação, destaca-se a prestação de apoio técnico e financeiro à gestão municipal do SUAS, que executam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

DIREITOS HUMANOS

A SAS, por meio da Diretoria de Direitos Humanos, é responsável pela articulação democrática entre Estado e Sociedade Civil, para o fortalecimento dos direitos humanos nas políticas públicas. Além disso, é responsável pela verificação e pelo fortalecimento da implementação do programa Nacional de Direitos Humanos no Estado. Os conselhos de direitos são órgãos colegiados, permanentes e deliberativos, encarregados pela formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas, assegurado no princípio da participação popular na gestão pública.

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A SAS, por meio da Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária, visa promover o acesso à moradia digna para a população de baixa renda e eliminar o déficit habitacional estadual. Para tanto, formula a política habitacional em Santa Catarina, tendo como base as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A SAS, por meio da coordenadoria da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promove ações com o propósito de erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Compreende-se, neste sentido, o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Art. 3º, LOSAN).

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Especialistas/bolsistas (EPROJ);
- Estagiários;
- Servidores públicos com cargos comissionados;
- Servidores públicos com cargos políticos (secretariado);
- Servidores públicos efetivos;
- Terceirizados.

EXTERNAS:

- Associação dos Municípios de Santa Catarina;
- Cidadãos catarinenses;
- Conselheiros de direitos;
- Credores;
- Deputados estaduais e federais;
- Doadores (Imposto de Renda e doações voluntárias);
- Governo Estadual (demais secretarias, fundações, autarquias e empresas públicas);
- Governo Federal;
- Instituições bancárias;
- Instituições educacionais;
- Organizações da Sociedade Civil;
- Prefeituras municipais de Santa Catarina.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Obras Entregues

Os investimentos realizados pela SAS em obras para construção de equipamentos sociais nos municípios têm como propósito ampliar a rede de cobertura de serviços socioassistenciais em Santa Catarina. Tais obras são implementadas de três diferentes formas, sendo por meio de convênios, transferências voluntárias especiais e execução direta pelo estado, através de licitação. Nos últimos quatro anos foram entregues aos municípios catarinenses 43 CRAS, 10 CREAS, 01 Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes, 01 Centro de Convivência da Pessoa Idosa e 01 Centro Dia da Pessoa Idosa, sendo distribuídos anualmente da seguinte forma:

| ANO | DESCRIÇÃO | TOTAL |
|------|--|-------|
| 2022 | Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes: 01 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: 01 | 02 |
| 2021 | Centro de Convivência da Pessoa Idosa: 01 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: 08 CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social: 02 | 11 |
| 2020 | CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: 22 CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social: 06 | 28 |
| 2019 | CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: 12 CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social: 02 Centro Dia da Pessoa Idosa: 01 | 15 |

Cofinanciamento Estadual

O repasse do Cofinanciamento Estadual do Sistema Único de Assistência Social - SUAS acontece na modalidade fundo a fundo, ou seja, diretamente do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS, na modalidade de custeio ou investimento. Estes recursos são utilizados pelos 295 municípios de Santa Catarina para o financiamento dos serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social de Média Complexidade, Proteção Social de Alta Complexidade e Benefícios Eventuais, conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Para estas finalidades, nos últimos quatro anos o estado despendeu de cerca de R\$ 170 milhões, conforme abaixo:

| Ano | Valor Total |
|------|------------------|
| 2022 | R\$ 50 milhões |
| 2021 | R\$ 50 milhões |
| 2020 | R\$ 53 milhões |
| 2019 | R\$ 16,5 milhões |

Benefícios da Transferência de Renda

O Programa Benefício de Geração Múltipla foi instituído pela Lei Estadual nº 17.201/2017 e refere-se a um benefício assistencial de caráter financeiro, pago mensalmente às famílias cuja mãe tenha gestação múltipla com três ou mais nascituros. O benefício era pago até que as crianças completassem 12 anos. A partir de 1º de janeiro de 2022, por meio da Lei nº 18.327/2022, houve a ampliação da idade dos beneficiários de 12 para 18 anos.

Nos últimos quatro anos, o estado direcionou cerca de R\$ 8,8 milhões aos beneficiários:

| Ano | Beneficiários | Total |
|------|----------------------------|-----------------|
| 2022 | 394 crianças beneficiárias | R\$ 2,3 milhões |
| 2021 | 367 crianças beneficiárias | R\$ 2,2 milhões |
| 2020 | 360 crianças beneficiárias | R\$ 2,2 milhões |
| 2019 | 350 crianças beneficiárias | R\$ 2,1 milhões |

SC Mais Renda

O Programa SC Mais Renda trata-se de um Auxílio Emergencial proposto pelo estado às famílias em situação de vulnerabilidade social ou que perderam emprego e fonte de renda durante a pandemia. O benefício esteve vigente durante o ano de **2021** e atingiu **10.780 beneficiários**, com o investimento de cerca de **R\$ 9,6 milhões**.

Programa Santa Renda

O Programa Santa Renda trata-se de um benefício de renda complementar estadual pago às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Manteve-se no ano de **2019**, com o investimento de cerca de **R\$ 5,8 milhões**.

Programa Bolsa Família

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que visa melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. As famílias que participam do Programa recebem diretamente, todo mês, recursos financeiros do Governo Federal. Ao participarem do Bolsa Família, cumprem compromissos nas áreas de saúde e educação. A Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família tem como principais atribuições:

- Coordenar intersetorialmente em âmbito Estadual o Programa;
- Apoiar técnica e institucionalmente os municípios para a gestão do Programa, capacitando-os para a condução de suas atribuições;
- Disponibilizar serviços e estruturas institucionais das áreas de assistência social, educação e saúde na esfera estadual;
- Apoiar e estimular o cadastramento e atualização cadastral nos municípios;
- Promover, em articulação com a União e os municípios, o acompanhamento do cumprimento de condicionalidades; e
- Estimular os municípios para a criação de parcerias com órgãos e instituições governamentais e não governamentais nas três esferas de governo, para articular ações complementares.

Conselhos de Direitos

Garantia de pleno funcionamento de dez Conselhos de Direitos vinculados à Secretaria nos últimos quatro anos, permitindo o controle social por meio do debate em torno da formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas. Mesmo durante a pandemia e o isolamento social, as reuniões foram realizadas por meio de videoconferências, não prejudicando o andamento das atividades dos conselhos.

São os Conselhos vinculados à SAS:

- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA;
- Conselho Estadual de Juventude – CONJUVE;
- Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência – CONEDE;
- Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes – CEPA;

- Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS;
- Conselho Estadual do Idoso – CEI;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA
- Conselho dos Direitos da Mulher – CEDIM;
- Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH;
- Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPIN.

Engajamento, Participação Social e Relações Institucionais

Ações Destaque:

2022

- Publicação de Edital de Chamamento Público pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, com o objetivo de selecionar projetos de Organizações da Sociedade Civil que tenham por objeto o desenvolvimento de atividades ou ações que envolvam a prevenção, promoção, proteção e defesa de direitos das crianças e adolescentes. No edital consta a previsão do repasse de R\$ 6 milhões. No ano de 2022, foram realizados o empenho de R\$ 319.175,62 e o pré-empenho de R\$ 3.505.997,22 em favor das OSC classificadas e que atenderam todas as determinações previstas no Edital;
- Conveniamento com Organização da Sociedade Civil para Prestação de Serviços de Acolhimento Institucional Provisório para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado de Santa Catarina;
- Participação da Secretaria no Programa Gente Catarina, junto a outros órgãos do estado;
- Apoio aos municípios em prol do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, totalizando 948 atendimentos;
- Publicação de Edital de Chamamento Público pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de selecionar quatro adolescentes de grupos sociais diversos para a composição da Gestão 2023-2024 do Comitê de Participação de Adolescente – CPA-CEDCA/SC;
- Realização da Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, na modalidade online;

2021

- Gerenciamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), havendo o investimento de R\$ 3.30 milhões que resultou em 96 municípios contemplados. Por meio desse programa, 1.000 agricultores forneceram alimentos para 253 instituições da rede;
- Elaboração e implementação do Protocolo de Rede Intersetorial de Atenção à Pessoa Idosa em Situação de Violência de SC, junto aos municípios, regulando o fluxo de acolhimento e encaminhamento das denúncias de violação de direitos que afetam pessoas idosas;
- Participação no PlanCon - Plano de Contingência, sob coordenação da Defesa Civil;
- Adesão ao Programa Pacto pela Primeira Infância, do Conselho Nacional de Justiça;
- Participação no Programa Criança Protegida, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;
- Criação do Fórum Intersetorial de Políticas para População Negra;
- Efetivação do Observatório da Violência Contra a Mulher;
- Retomada das ações para a implantação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua;

- Promoção de Campanhas como Agosto Lilás, Outubro Rosa e 21 dias de Ativismo Pelo fim da Violência Contra as Mulheres;
- Adesão ao Pacto Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Participação no 68º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social;
- Participação no Lançamento do Programa de Regularização Fundiária e Melhorias, do Ministério do Desenvolvimento Regional (Congresso Nacional de Regularização Fundiária);
- Visita e articulação com a Secretaria Estadual de Habitação de São Paulo, a fim de adquirir conhecimento sobre os modelos de Parceria Público Privada – PPP na área habitacional;

2020

- Realização da Campanha Agosto Lilás, por meio de Webconferência com o tema: “O trabalho em grupos reflexivos com homens autores de violência”, com 675 visualizações;
- Campanha de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, com o atendimento de 1.680 pessoas;
- Realização da XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação de 183 pessoas;

2019

- Realização da campanha Agosto Lilás, com atividades envolvendo as secretarias de Estado, autarquias e fundações, focado na prevenção à violência contra a mulher nos 295 municípios catarinenses;
- Lançamento da plataforma digital “Santa Catarina por Elas”, com objetivo facilitar o acesso das mulheres aos principais serviços de prevenção, combate, atendimento, apoio e superação para vítimas de violência em SC;
- Orientações e eleição de 1.500 novos conselheiros tutelares, dos 295 municípios catarinenses;
- Realização de 03 conferências estaduais: 5ª Conferência Estadual do Idoso, com o tema central “Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o papel das políticas públicas”, com a participação de 423 pessoas representantes, de 249 municípios;
- Realização da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, com o tema “Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social”, com a participação de 500 representantes, dos 295 municípios catarinenses;
- Realização da 6ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional com o tema “Vozes, direitos e fome”, com participação de cerca de 200 pessoas, representando 75 municípios.

Engajamento, Participação Social e Relações Institucionais

Ações Destaque:

2022

- Capacitação de 527 cadastradores e entrevistadores municipais para Programas Sociais;
- Capacitação de todos os servidores da Secretaria sobre o “Programa Lixo Zero” - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos interno;
- Capacitação continuada e integrada dos atores da Política de Assistência Social, com 528 participantes;
- Participação no 1º Encontro de Gestão de Processos de Negócios do Governo de Santa Catarina, com apresentação do projeto “Construção colaborativa do protocolo de atendimento integrado às mulheres vítimas de violência”;

- Visita técnica ao estado da Paraíba para conhecer a execução dos serviços regionalizados da Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, sendo referência no país no que tange a regionalização.

2021

- Capacitação de todos os servidores da Secretaria sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - nº 13.709/2018), visando instruir os servidores sobre o tema e como proteger os dados pessoais (pessoais e/ou sensíveis, identificados ou identificáveis) manipulados diariamente;
- Atualização do Programa Nacional de Capacitação CapacitaSuas;
- Regularização do Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social;
- Execução do Curso de Fortalecimento dos Conselhos e Fundos Municipais das Pessoas Idosas;
- Participação no Curso de Introdução a Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Participação no Webinar Diálogo sobre Locação Social do MDR;
- Capacitação de 200 agentes sobre a implantação do Programa Criança Protegida, o qual tem como objetivo fortalecer os agentes do Sistema de Garantia de Direitos para atuarem com agilidade, assertividade e eficácia no atendimento dos casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes;
- Realização do Encontro Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

2020

- Formação Continuada do Sistema SIPIA SINASE WEB por meio de lives, com mais de duas mil visualizações;
- Capacitação de 94 profissionais dos CREAS que trabalham medidas socioeducativas, sobre o Sistema SIPIA SINASE WEB;
- Capacitação para 90 profissionais da Rede de Atendimento aos Imigrantes, em parceria com a Polícia Federal, com o tema "Identificação, documentação e regularização";
- Capacitação com os municípios do Estado de Santa Catarina acerca do Programa Pró-Moradia/FGTS;
- Viabilização de curso de capacitação para 2.453 Conselheiros Tutelares, com o tema Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, contemplando etapas a distância e presenciais.

2019

- Realização de seminários, capacitações, webconferências e visitas técnicas, buscando estratégias de enfrentamento às violações dos Direitos Humanos; enfrentamento qualificado para o combate a todas as formas de preconceito; conscientização sobre os direitos humanos; estratégias para a formulação de políticas públicas e legislações na temática de Direitos Humanos;
- Capacitações continuadas aos atores da política de assistência social referentes aos serviços de proteção social básica, média e alta complexidade, exemplos: Benefícios Eventuais no SUAS; Programa de Geração Múltipla; Gestão do Trabalho no SUAS; Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; Medidas Socioeducativas em meio aberto; orientações aos CRAS e CREAS; Serviços de Acolhimento;
- Qualificação de Gestores e Técnicos municipais do Programa Bolsa Família;
- Realização do II Seminário Estadual da Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS, com participação de 230 pessoas.

Principais Programas, Projetos e Ações

2022

- Continuidade do Programa SC +Moradia, que visa auxiliar financeiramente 61 municípios de IDH menor no Estado a viabilizar a construção de até 15 unidades habitacionais, de até 45m², em benefício de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com o valor total de 70 milhões de reais na primeira fase. Dentre os principais resultados obtidos pelo Programa neste período, destaca-se: 44 municípios receberam, pelo menos, a primeira parcela de R\$ 550.000,00, totalizando R\$ 26.028.629,31 de valores empenhados repassados aos Municípios e estão em fase de execução de obras para a construção de 660 casas populares;
- Execução do Programa Gente Catarina, que visa melhorar os índices de desenvolvimento humano (IDH) dos 61 municípios de Santa Catarina que apresentam o IDH abaixo da média estadual. A Secretaria nesse período realizou visitas técnicas realizadas a 45 municípios; oferta de apoio técnico aos 61 municípios; e elaborou um Diagnóstico da Realidade do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede Socioassistencial;
- Contratação de 20 vagas em Organização da Sociedade Civil especializada na Prestação de Serviços de Acolhimento Institucional Provisório para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Estado de Santa Catarina, por meio de Termo de Colaboração, a fim de garantir a oferta do serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;
- Pactuação de convênio com o Governo Federal para viabilizar no estado a implementação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, por meio de celebração de parceria com Organização da Sociedade Civil;
- Construção de 50 casas populares (projetos de interesse social);
- Ampliação do acesso à alimentação adequada e incentivo à agricultura familiar por meio do Programa Alimenta Brasil, beneficiando 19 municípios Catarinenses;
- Execução de um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos na Secretaria, nomeado “Programa Lixo Zero”, que capacitou os servidores e propôs a separação correta do lixo para a reciclagem e a implantação de uma horta orgânica, mobilizando a participação dos servidores. Também foram eleitos embaixadores do Programa Lixo Zero em cada setor, com a atribuição de orientar os colegas para que o programa tenha sucesso. Nos períodos de pesagem, mais de 70% dos resíduos produzidos foram destinados de maneira adequada;
- Implantação do projeto “Fruta da Quinta”, por meio do setor de Saúde Ocupacional e da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria, com o objetivo de oferecer semanalmente frutas orgânicas, provenientes da agricultura familiar, aos servidores e colaboradores e apresentar informações nutricionais sobre os alimentos.

2021

- Reestruturação da política habitacional com a formulação e lançamento do Programa SC Mais Moradia, que visa auxiliar financeiramente 61 municípios de IDH menor no Estado e viabilizar a construção de unidades habitacionais, de até 50m², em benefício de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, até o segundo semestre de 2022, com o valor total de 70 milhões de reais na primeira fase;
- Acolhimento/Encaminhamento de denúncias enviadas pelas Ouvidorias Nacional e Estadual sobre violação dos direitos das mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e demais relacionadas à defesa dos direitos humanos;
- Elaboração de Orientação Técnica sobre a atuação das equipes da rede socioassistencial em relação ao transborde das demandas da previdência social, em parceria com a superintendência da regional sul do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

- Elaboração de relatórios técnicos contendo dados quantitativos do trabalho infantil em Santa Catarina e nos 29 municípios cofinanciados pelo PETI;
- Realização do 2º Diagnóstico Habitacional e de Regularização Fundiária de SC, a fim de mostrar o cenário e as mudanças habitacionais no Estado, em parceria com os municípios;
- Encaminhamento para a ALESC da reestruturação de Lei do Programa Nova Casa – passando as atribuições da sua execução da COHAB para o Desenvolvimento Social;
- Estruturação da Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária;
- Apoio às ações da Política Habitacional e Regularização Fundiária por meio do acompanhamento e assessoramento aos municípios em visitas a campo nos municípios;
- Elaboração de proposta de formação: projeto praxis antirracista;
- Aplicação de questionário à população indígena - diagnóstico e planejamento de ações;
- Elaboração de proposta de ampliação da regularização migratória junto à Polícia Federal;
- Articulação com os demais órgãos dos poderes públicos a formulação de conteúdos programáticos e normas técnicas que orientem a criação e o fortalecimento de organismos governamentais de políticas para as mulheres e direitos humanos;
- Participação no Programa do Governo Estadual “Programa Gente Catarina” (fase 1 - “o ponto de partida”) – 61 municípios com o IDH abaixo da média de SC.

2020

- Articulação com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para o redirecionamento de 2.104 cestas básicas à comunidade quilombola, de SC;
- Acolhimento/Encaminhamento de denúncias enviadas pelas Ouvidorias Nacional e Estadual sobre violação dos direitos das mulheres;
- Compra de alimentos da agricultura familiar por chamada pública e destinação a pessoas em insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade social;
- Modernização das Unidades de Apoio à Agricultura Familiar a fim de facilitar o armazenamento, separação, distribuição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar;
- Levantamento de dados sobre as comunidades remanescentes quilombolas em Santa Catarina e elaboração de plano de ação por meio da articulação com outros órgãos;
- Publicização aos municípios de informações e recomendações do governo federal e estadual sobre o Coronavírus, traduzidas para diversas línguas e distribuídas aos migrantes;
- Elaboração do Mapa georreferenciado das comunidades indígenas de Santa Catarina, em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC/ESAG;
- Prosseguimento ao diagnóstico habitacional, aprimorando as ferramentas, e traçando diretrizes para a política de moradia em Santa Catarina;
- Realização da eleição dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE/SC) por meio de videoconferência.

2019

- Assinatura de Termo de Cooperação com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), transferindo a gestão do Centro Educacional São Gabriel, em São José, a fim de proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas com deficiência acolhidos na instituição;
- Implantação do Centro de Referência e Acolhida de Imigrantes e Refugiados – CRAI, com a realização de 5.750 atendimentos;
- Realização do diagnóstico habitacional quantitativo e qualitativo das condições de moradia em Santa Catarina, com fins de captação de recursos federal e estadual para atendimentos das demandas. Constatado um déficit habitacional de 203.724 moradias, das quais 50.885 estão em áreas de risco;
- Fortalecimento e valorização da Agricultura Familiar através da aquisição de alimentos de cooperativas e agricultores familiares para os eventos e capacitações realizadas pela Secretaria;
- Reformulação do Fundo Estadual de Assistência Social, por meio da promulgação da Lei estadual nº 332/2019;
- Inserção de 32 municípios no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de SC;
- Aquisição de ônibus para transporte de idosos para o município de Palhoça.

Defensoria Pública do Estado - DPE

A Defensoria Pública é uma instituição constitucional autônoma, permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Como expressão e instrumento do regime democrático, à Defensoria Pública incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade.

A instituição tem a função de cumprir o dever do Estado previsto no inciso LXXIV do artigo 5º e no artigo 134 da Constituição Federal, de prestar orientação e assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos e aos grupos hipossuficientes economicamente ou que estejam em situação de vulnerabilidade.

De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar nº. 80/1994), cabe à Defensoria Pública não somente prestar orientação jurídica; mas também promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos; promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico; prestar atendimento interdisciplinar; representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos; e, ainda, promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

A Defensoria Pública de Santa Catarina foi implementada através da aprovação da Emenda Constitucional estadual nº 62/2012, que adequou o art. 104 da Constituição do Estado de Santa Catarina ao art. 134 da Constituição da República, e da aprovação da Lei Complementar Estadual n.º 575/2012, que dispõe sobre a sua organização e funcionamento no Estado.

A Defensoria Pública é a instituição responsável pela orientação jurídica, promoção de direitos humanos e garantia de acesso à justiça da população hipossuficiente e em situação de vulnerabilidade de Santa Catarina, contribuindo diretamente pela redução da exclusão social por meio da ampliação do acesso ao sistema de justiça.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

São funções institucionais legalmente previstas (LEI COMPLEMENTAR Nº 80/1994):

- a) Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;
- b) Promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- c) Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- d) Prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;
- e) Exercer a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- f) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- g) Promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes;
- h) Exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor;

- i) Impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução;
- j) Promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;
- k) Exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;
- l) Acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado;
- m) Patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;
- n) Exercer a curadoria especial nos casos previstos em lei;
- o) Atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;
- p) Atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas;
- q) Atuar nos Juizados Especiais;
- r) Participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos; executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, inclusive quando devidas por quaisquer entes públicos;
- s) Convocar audiências públicas para discutir matérias relacionadas às suas funções institucionais.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito, proporcionando o acesso à justiça para a população hipossuficiente catarinense, bem como propagar a educação em direitos, garantir o acesso aos direitos fundamentais e, com isso, promover a redução da desigualdade social.

VISÃO: Alcançar o maior número de catarinenses em situação de vulnerabilidade, proporcionando o acolhimento e atendimento humanizado da população atendida, sendo reconhecida pela sociedade como Instituição imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça.

VALORES: Acesso à justiça; Exercício da cidadania; Promoção da educação em direitos; Pluralidade e inclusão; Atendimento humanizado; Transparência; Acolhimento e Humanidade.

ESTRUTURA: A Defensoria Pública possui atualmente 100 Defensorias Públicas (órgãos de execução) distribuídas em 24 Núcleos Regionais no território catarinense.

Ante a aprovação da LC 804/2022 e a criação de novos cargos de Defensor(a) Público(a), encontra-se em fase de desenvolvimento a abertura de 20 novas Defensorias Públicas.

Além dos órgãos de execução, a Administração da Defensoria Pública é composta pela Defensoria Pública-Geral, Diretoria-Geral Administrativa e respectivas gerências, Diretoria de Controle Interno, Corregedoria-Geral e Ouvidoria-Geral.

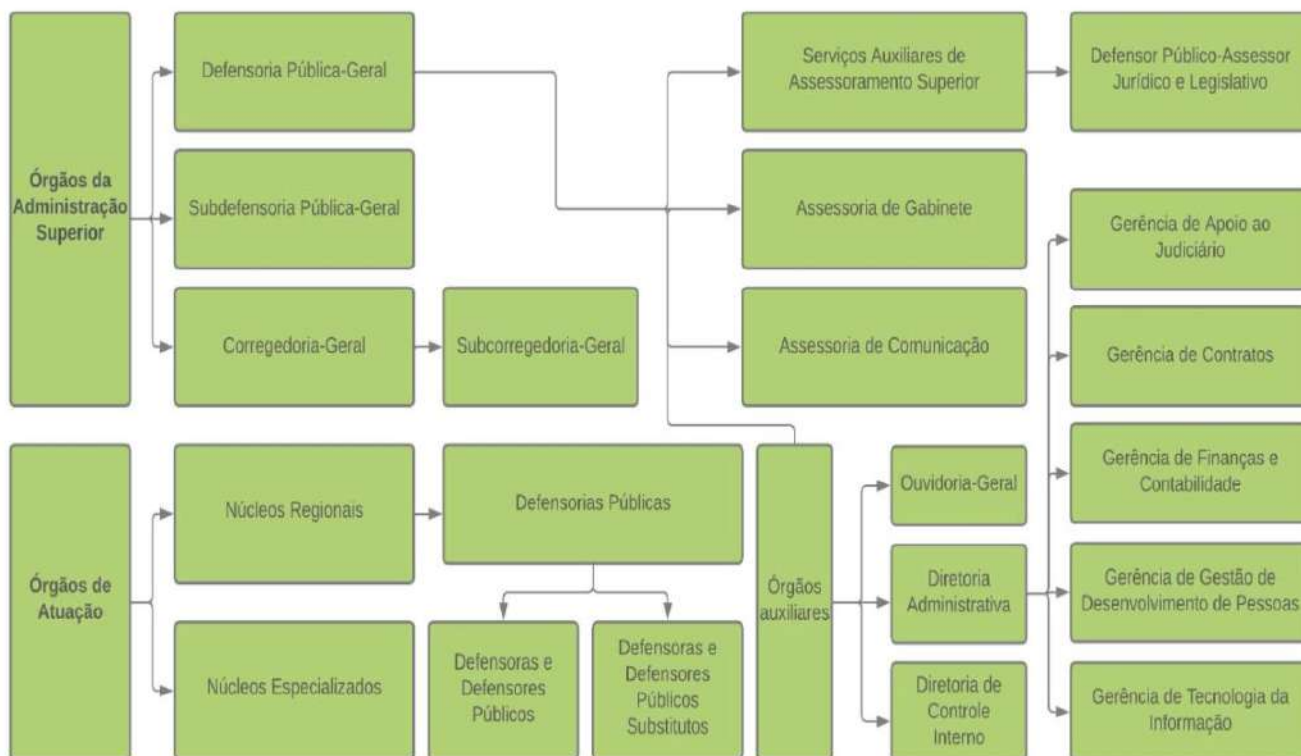
CARREIRAS/SERVIDORES:

Membros(as):

- Defensores(as) Públicos(as): 145 cargos;
- Analistas Jurídicos: 100 cargos;

- Técnicos(as) Administrativos(as): 80 cargos;
- Estagiários de pós-graduação: 55 vagas;
- Estagiários de graduação: 230 vagas.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Defensoria Pública do Estado, de acordo com a previsão legal, pode atuar em praticamente todas as áreas do Direito, destacando-se as atribuições exercidas no Direito Civil (abrangendo Direito de Família como Obrigações, Contratos, Sucessões), Moradia, Saúde, Consumidor, Criança e Adolescente, Criminal, Direitos Humanos, Execução Penal, Violência contra a Mulher, ambiental, dentre outras.

Buscando atender a maior gama possível de demandas da população necessitada, destaca-se abaixo as principais atribuições dos órgãos de execução da Defensoria Pública Estadual:

- Prestar orientação jurídica e exercer a ampla defesa e o contraditório dos cidadãos(ãs) hipossuficientes/vulneráveis em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, propiciando a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- Promover a ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos;
- Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, assim como promover a difusão e a conscientização desses direitos;
- Exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos das crianças e dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência e de outros grupos vulneráveis que mereçam especial proteção do Estado;

- e) Atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciárias e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;
- f) Promover a assistência às mulheres vítimas de violência de gênero, doméstica e familiar, defendendo e promovendo direitos, como aqueles relacionados aos direitos de família, reparação pecuniária, ou quaisquer outros cabíveis.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualidade e eficiência no atendimento da população; 2. Relacionamento com assistidos; 3. Atuação de Núcleos Especializados em matérias coletivas no âmbito judicial e extrajudicial para tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos de relevância social para a coletividade; 4. Prioridade de resolução extrajudicial de conflitos, reduzindo o ajuizamento de demandas; 5. Satisfação do usuário atendido; 6. Profissionais preparados e vocacionados para o acolhimento e atendimento das demandas da população catarinense hipossuficiente. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Quadro insuficiente de membros(as) e servidores(as) para atendimento da população-alvo e ausência de quadro de servidores em áreas interdisciplinares (serviço social, psicologia, etc.) para atendimento integral das demandas; 2. Inadequação de parte da estrutura física; 3. Baixa valorização da carreira, com subsídio dos membros(as) inferior ao das Defensorias Públicas dos demais Estados causando alto índice de evasão na carreira e dificuldade em integralização do quadro; 4. Necessidade de desenvolvimento tecnológico para aprimoramento do serviço; 5. Indisponibilidade para investimento em capacitação e gestão do conhecimento para aprimoramento dos serviços prestados em favor da população; 6. Insuficiência de recursos/previsão legal para remuneração de coordenadores(as) regionais, dificultando a descentralização das atividades administrativas e a correlata eficiência; 7. Inexistência de verba de acumulação, resultando na interrupção da prestação de serviços quando dos afastamentos por licenças/férias ante o quadro insuficientes de membros (3º maior déficit do país) |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Implementação de sistema processual e extrajudicial para padronização de atendimento, melhorando o desenvolvimento de atividades na Defensoria Pública; 2. Crescimento do protagonismo da Defensoria Pública enquanto instituição promotora de educação em direitos; 3. Implementação de parcerias institucionais com demais poderes, possibilitando a concretização do propósito institucional da Defensoria Pública; 4. Anseio da população não alcançada pela Defensoria Pública em ter o serviço disponibilizado demonstrando a necessidade da instituição; 5. Ampliação da visibilidade institucional; 6. Crescente aumento da demanda demonstrado nos números de atendimento da instituição. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento parcial da sociedade em relação à importância dos serviços prestados pela Defensoria Pública em favor da população, ante o déficit de defensores no Estado; 2. Dificuldade do reconhecimento dos demais atores governamentais quanto à necessidade de expansão da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina; 3. Desconsideração da autonomia constitucionalmente garantida à Defensoria Pública pelos demais entes governamentais; 4. Alto índice de evasão na carreira de Defensor(a) Público(a) em razão da ausência de valorização remuneratória em comparação às demais Defensorias Públicas, bem como às demais carreiras jurídicas do Estado. 5. Ausência de disponibilização de recursos suficientes para expansão da Defensoria Pública, como determinado na EC 80-1994 (art. 93, do ADCT, CF/88), que determina a ampliação da Defensoria Pública para todas as comarcas; 6. Risco de conflito de interesses com outras instituições; 7. Ausência de definição de um percentual do orçamento vinculado à receita do Estado para fins de planejamento orçamentário. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Membros(as);
- Servidores(as);
- Estagiários(as);
- Ouvidoria-Geral;
- Assistidos(as).

EXTERNAS:

- Tribunal de Justiça;
- Ministério Público;
- Tribunal de Contas;
- Poder Legislativo;
- Governo do Estado;
- Secretaria de Administração Prisional;
- Secretaria de Assistência, Mulher e Família;
- Prefeituras Municipais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

| Número de atos realizados pela Defensoria Pública de Santa Catarina 2019-2022 | |
|---|------------------|
| 2019 | 615.729 |
| 2020 | 649.208 |
| 2021 | 668.256 |
| 2022 | 791.592 |
| TOTAL | 2.724.785 |

- 2.724.785 atos realizados pela Defensoria Pública** em favor da população catarinense;
- 2020-2022 representou em números **+ 115% de crescimento no número de atividades realizadas** em relação ao biênio 2018-2019;
- Defensoria Especializada na Assistência à Mulher em Situação de Violência realizou **mais de 1.600 atendimentos** na Capital somente no ano de 2022;
- A DPE/SC foi **premiada com o Selo Esperança Garcia**, categoria bronze, pelas políticas de ações afirmativas adotadas pela instituição;
- Desenvolvimento de **projetos de educação em direitos**, tais como Defensoria com a Rua, voltado à assistência das pessoas em situação de rua;
- Desenvolvimento de **projetos de atuação institucional**, como mutirões de atendimentos itinerantes; projeto “Meu pai tem nome”, com objetivo de atividades de registro civil e investigação de paternidade; realização de proJeto de “Casamento Coletivo”, com formalização de uniões civis gratuitas à população carente;
- Reestruturação organizacional**, com o objetivo de estabelecer maior eficiência às atividades e otimizar a prestação de assistência jurídica integral e gratuita;

h) Criação de **06 Núcleos Especializados para atuação na tutela de interesses e direitos de natureza coletiva, judicial e extrajudicial:**

- I. Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulheres;
- II. Núcleo Especializado da Infância e Juventude, Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência;
- III. Núcleo Especializado de Cidadania, Igualdade, Diversidade e Direitos Humanos e Coletivos;
- IV. Núcleo Especializado de Habitação, Urbanismo e Direito Agrário;
- V. Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor e Apoio Cível;
- VI. Núcleo Especializado de Política Criminal e Execução Penal;

i) Não obstante o enorme déficit de Defensores Públicos no Estado, a Defensoria Pública de Santa Catarina é **a 5ª entre todas as Defensorias Públicas do país com o maior número de processos no STJ nos últimos três anos:**



j) Nos últimos dois anos, por meio da atuação da Defensoria Pública de Santa Catarina, foram revisados processos e penas aplicadas em desacordo com a Lei, de modo que **o trabalho da DPE, com tal atividade, gerou mais de 24 milhões de economia aos cofres públicos do Estado, que seriam gastos indevidamente no sistema prisional, além da contribuição com a ressocialização dos presos.**

3.1.7 Cultura

Fundação Catarinense de Cultura - FCC

A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) desenvolve atividades finalísticas voltadas à valorização do patrimônio cultural e à difusão artística de Santa Catarina. O raio de ação da instituição abrange atividades na área museal, tombamentos de edificações e objetos com valor histórico-cultural, restauração, conservação de bens culturais, além do inventário de bens culturais móveis e do registro e valorização de bens culturais de natureza imaterial, oficinas, publicações especializadas e eventos artísticos de teatro, dança, música, pintura, fotografia, dentre outros. Ao lado destes objetivos abrangentes, a FCC é mantenedora de diversos equipamentos culturais entre museus, teatros, galerias, biblioteca e centro cultural, todos com atuação e referência em nível estadual.

Seu compromisso é ser uma instituição reconhecida pela excelência na valorização da memória e estímulo à produção e difusão cultural, com autonomia para realizar suas ações de modo a democratizar o acesso à cultura no estado de Santa Catarina. Para tanto, seu objetivo é executar políticas de apoio à cultura; formular, coordenar e executar programas de incentivo às manifestações artístico-culturais; estimular a pesquisa da arte e da cultura; apoiar instituições culturais públicas e privadas; incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais; e integrar a comunidade às atividades culturais.

O presente documento apresenta o mapeamento da Instituição e auxiliará na construção do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Orçamento Anual (LOA) 2024. Ele traz um panorama do atual cenário em que a FCC está inserida, os objetivos estratégicos pretendidos e as metas definidas.

A Fundação Catarinense de Cultura foi criada, oficialmente, em 24/1979, pelo Decreto Estadual nº 7439, comemorando, em 2023, 44 (quarenta) anos de atividades. Tem como propósito valorizar a cultura e a arte, por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense. Seu compromisso é, portanto, ser uma instituição reconhecida pela excelência na valorização da memória e estímulo a produção e difusão artística e cultural.

Seus objetivos são executar políticas de apoio à cultura; formular, coordenar e realizar programas de incentivo às manifestações artístico-culturais; estimular a pesquisa da arte e da cultura, incluindo aí as patrimoniais; apoiar instituições culturais públicas e privadas; incentivar a produção e a divulgação de eventos culturais e integrar a comunidade às atividades culturais.

A Fundação Catarinense de Cultura Administra 15 espaços, distribuídos em diferentes endereços, entre eles estão o maior teatro do Estado (Ademir Rosa), o mais antigo (Teatro Álvaro de Carvalho), a quarta Biblioteca Pública mais antiga do Brasil, o maior acervo de obra de arte do Estado de Santa Catarina, o maior acervo de audiovisual do Estado.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

- I – Formular, planejar, normatizar, coordenar, promover e executar os programas, os projetos e as ações da política estadual de cultura e de incentivo às manifestações culturais e artísticas;
- II – Preservar bens e valores culturais e manifestações artísticas;
- III – Estimular a pesquisa e o estudo sobre arte e cultura;
- IV – Fomentar a produção cultural e artística e apoiar publicações setoriais da cultura do Estado;
- V – Promover a integração da sociedade às áreas culturais, por intermédio da mobilização de escolas, entidades e grupos culturais;
- VI – Administrar os museus, as bibliotecas e os espaços culturais a ela vinculados;

VII – Normatizar os critérios de tombamento dos monumentos e das obras de arte inventariados e classificados;

VIII – Inventariar, classificar, salvaguardar, valorizar, promover e proteger legalmente o patrimônio material, imaterial, histórico, artístico, arqueológico, natural, documental e bibliográfico de valor para o Estado;

IX – Apoiar as instituições públicas e privadas que visem ao desenvolvimento artístico e cultural;

X – Apoiar a ampliação e diversificação da infraestrutura cultural do Estado;

XI – Apoiar e incentivar manifestações e eventos culturais;

XII – Estabelecer parcerias com órgãos públicos federais, municipais e privados, intercambiando experiências para o desenvolvimento integrado da cultura;

XIII – Elaborar estudos e análises específicas sobre as áreas culturais visando à proposição de diretrizes para o desenvolvimento integrado da cultura;

XIV – Planejar e coordenar, juntamente com organismos estaduais, nacionais e internacionais, ações voltadas à captação de recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento da economia da cultura; e

XV – Elaborar programas, projetos e ações para a cultura de Santa Catarina voltados à inclusão de pessoas com deficiência, das minorias e demais segmentos da sociedade que, historicamente, se encontram em situação de exclusão ou vulnerabilidade social.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Preservar, fomentar e difundir o Patrimônio Cultural e as práticas e processos artístico-culturais, por meio de Políticas Públicas pautadas pelo Sistema Estadual de Cultura, de forma ética e transparente, assegurando a cultura como direito fundamental para o exercício da cidadania.

Valorizar a cultura através de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense.

VISÃO: Ser reconhecida pela excelência no planejamento e implementação de Políticas Públicas Culturais construídas de forma participativa, que garantam a diversidade e a transversalidade, e que ampliem e democratizem o acesso à criação, aos serviços e aos bens culturais.

VALORES: Responsabilidade; Assiduidade/Pontualidade; Honestidade; Espírito de Equipe; Disponibilidade; Ética; Comprometimento.

ESTRUTURA: A Fundação Catarinense de Cultura tem sua sede no Centro Integrado de Cultura – CIC, sendo responsável pelos seguintes espaços culturais:

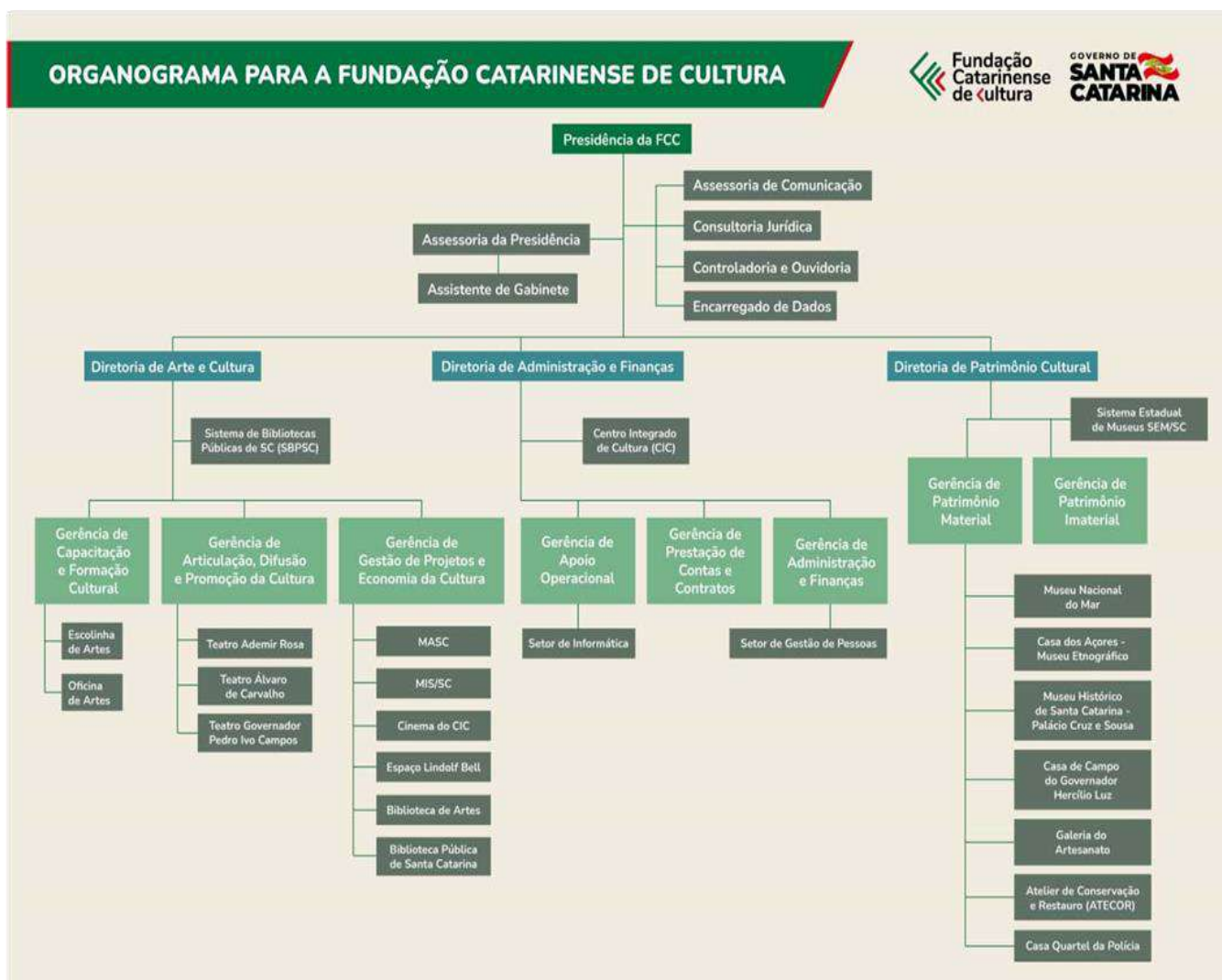
- Casa da Alfândega (Florianópolis);
- Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina (Florianópolis);
- Museu Histórico de Santa Catarina (Florianópolis);
- Museu Etnográfico Casa dos Açores (Biguaçu);
- Museu Casa de Campo do Governador Hercílio Luz (Rancho Queimado);
- Museu Nacional do Mar - Grandes Embarcações (São Francisco do Sul);
- Museu de Imagem e Som (MIS/SC)(Florianópolis);
- Museu de Arte de Santa Catarina (MASC) (Florianópolis);
- Casa José Boiteux (Florianópolis);
- Teatro Álvaro de Carvalho (TAC) (Florianópolis);

- Teatro Pedro Ivo (Florianópolis);
- Teatro Ademir Rosa (Florianópolis);
- Espaço Cultural Lindolf Bell;
- Biblioteca de Arte & Cultura, (Florianópolis);
- Galeria do Artesanato da Casa da Alfândega (Florianópolis).

CARREIRAS/SERVIDORES:

| Carreiras | Ativos | Inativos | ACT | Outro | Total |
|---|------------|------------|-----------|-------|------------|
| Administrador | 07 | 01 | | | 08 |
| Agentes Atividades Administrativas | | 01 | | | 01 |
| Agente de Serviços Gerais | 02 | 13 | | | 15 |
| Analista Cultural | 23 | | | | 23 |
| Analista Técnico Administrativo II | 06 | 01 | | | 07 |
| Analista Técnico Administrativo | 06 | 01 | | | 07 |
| Analista Comunicação Social | 01 | | | | 01 |
| Assistente Técnico Pedagogo | 01 | | | | 01 |
| Assistente Técnico Orientador | 01 | | | | 01 |
| Arquiteto | 06 | 01 | | | 07 |
| Artífice I | 01 | 07 | | | 08 |
| Bibliotecário | 14 | 10 | | | 24 |
| Contador | | | 06 | | 06 |
| Designer Gráfico/ Web Designer | 01 | | | | 01 |
| Consultor Educacional | 01 | | | | 01 |
| Jornalista | 01 | | | | 01 |
| Motorista | 03 | 02 | | | 05 |
| Professor | 15 | 20 | | | 35 |
| Químico | 01 | | | | 01 |
| Técnico em Atividades Culturais (nível Superior) | 23 | 23 | | | 46 |
| Técnico em Atividades Administrativas (nível médio) | 01 | 42 | | | 43 |
| Técnico em Atividades Culturais (Nível Médio) | 06 | 03 | | | 09 |
| Técnico em Contabilidade | 02 | | | | 02 |
| Técnico em Informática | 03 | | | | 03 |
| Economista | 01 | 01 | | | 02 |
| TOTAL | 126 | 126 | 06 | | 258 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|---------------------|--|--|--|
| PATRIMONIO CULTURAL | Proteger e preservar o patrimônio histórico, arquitetônico e artístico e salvaguarda do patrimônio imaterial e material. | Atos de tombamento e registro. Estudos, pesquisas, exposições, publicações laudos, vistorias, restauração e apoio técnico. | Prefeituras, entidades culturais, público em geral. |
| ARTE E CULTURA | Formular, elaborar, fomentar, difundir, executar, coordenar e apoiar programas de incentivo ao desenvolvimento cultural na área das artes. | Projetos, exposições, oficinas e apoio técnico. | Artistas, produtores culturais, entidades, prefeituras e público em geral. |

MACROPROCESSOS ÁREA MEIO

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|----------------|--|---|--------------------|
| ADMINISTRAÇÃO | Gestão administrativa, financeira, de pessoas, de informação, de bens e serviços e apoio operacional às atividades finalísticas e equipamentos culturais vinculados. | Planejamento, acompanhamento de indicadores, elaboração e acompanhamento do PPA, LDO e LOA, gestão de contratos, de processos e de pessoas. | Unidades internas. |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. corpo técnico diversificado 2. editais de estímulo à cultura 3. quantitativo de equipamentos culturais 4. quantitativo de ciclos expositivos 5. acervo cultural (literário, artístico, documental, fonográfico, museológico, dentre outros) | <ol style="list-style-type: none"> 1. equipamentos culturais centralizados na capital 2. descontinuidade de processos 3. ausência de indicadores 4. ausência de histórico de dados |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. autonomia com reforma administrativa 2. planejamento das políticas públicas de cultura do Estado 3. processo de digitalização documental 4. aprovação da PL de benefícios fiscais 5. captação de recursos através de editais de fomento | <ol style="list-style-type: none"> 1. recursos financeiros limitados 2. situação econômica brasileira 3. intervenções inadequadas, causando prejuízos ao patrimônio cultural 4. remuneração diminuta 5. quadro de pessoal defasado 6. alta rotatividade da gestão |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Quadro Funcional.

EXTERNAS:

- Comunidade;
- Sociedade;
- Imprensa/formadores de opinião;
- Governos;
- Gestores Municipais de Cultura;
- Artistas e produtores culturais;
- Entidades culturais;
- Instituições e Organizações parceiras com ou sem fins lucrativos;
- Estudantes;
- Professores;
- Pesquisadores;
- Público visitante;
- Público de plateia.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

| EDITAIS E PROGRAMAS FCC | | | | |
|------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|--|--|
| 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 - Previsto |
| Prêmio Elisabete Anderle | Prêmio Elisabete Anderle | Prêmio Elisabete Anderle | Prêmio Elisabete Anderle | Prêmio Elisabete Anderle |
| Prêmio Catarinense de Cinema | Prêmio Catarinense de Cinema | Prêmio Catarinense de Cinema | Prêmio Catarinense de Cinema | Prêmio Catarinense de Cinema |
| | Lei Aldir Blanc - *Recursos Federais | Lei Aldir Blanc - *Recursos Federais | Programa de Incentivo à Cultura - PIC | Programa de Incentivo à Cultura - PIC |
| | SC Cultura em Sua Casa | 11º Salão Nacional Victor Meirelles | Programa de Integração e Descentralização da Cultura - IDC | Lei Paulo Gustavo - *Recursos Federais |
| | | | Centros de Desenvolvimento Cultural - CDC | Lei Aldir Blanc - *Recursos Federais |

3.1.8 Esporte

Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE

A Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE, foi instituída através da Lei nº 9.131/1993 e está voltada para o fomento e promoção de eventos esportivos amadores e de base. Está localizada em uma área de 5 mil metros quadrados no Bairro Capoeiras, na área continental de Florianópolis, onde se situa a Casa do Esporte, complexo formado pela sede da entidade, além de federações desportivas, Conselho Estadual de Esporte (CED) e Tribunal de Justiça Desportiva (TJD). No período de 2003 a 2019, a Fundação foi vinculada à então Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, extinta com o advento da Reforma Administrativa de 2019. Atualmente a FESPORTE encontra-se vinculada ao Gabinete do Governador do Estado, de acordo com a Lei Estadual nº 741/2019, que tratou da mesma Reforma Administrativa.

A Fundação Catarinense de Esporte tem por objetivo:

- I - executar os programas, projetos e ações da política estadual de esporte;
- II - incentivar o desenvolvimento de práticas esportivas por pessoas com deficiências; e
- III - exercer outras atividades relacionadas com o desporto e a educação física, compatíveis com suas finalidades.

Estamos entre as três principais fundações públicas do país, de acordo com entidades como Comitê Olímpico do Brasil (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Desde a sua criação, aproximadamente 10 milhões de atletas passaram por seus eventos esportivos, cujo calendário é composto por 10 programas que, somados em todas as suas fases, correspondem a 259 eventos esportivos que envolvem anualmente cerca de 300 mil atletas com idade a partir de oito anos. São desenvolvidos eventos nos segmentos de esportes de Rendimento, Educacional e de Participação.

A Fesporte abrange uma camada da população em termos de praticantes de esporte: 300 mil atendidos, ou seja, em torno de 4,2% da população catarinense. Já o público que passa pelos eventos esportivos até hoje é de 2.715.000 pessoas. Este público é indiretamente envolvido e impulsionado à prática do esporte e da atividade física, possibilitando a melhoria da saúde e bem-estar físico.

Temos como atividades:

- Organização e realização dos eventos esportivos oficiais do Estado (calendário anual com 10 grandes eventos – 357 no total, entre microrregionais, seletivas e estaduais);
- Desenvolvimento de programas/projetos esportivos (estudantes, terceira idade, pessoas com deficiência, comunidade em geral);
- Organização e acompanhamento das delegações catarinenses em eventos oficiais (nacionais e internacionais).

A atuação do Governo do Estado na área do Esporte inclui desde a promoção da iniciação esportiva até o apoio de atividades de alto rendimento nas mais diversas modalidades esportivas destinadas à população em geral, bem como em áreas voltadas à população idosa e portadora de necessidades especiais. Nas dimensões esportivas: esporte de rendimento, de participação e esporte educacional, todos eles envolvidos pela proposta do esporte social, que se baseia no princípio do acesso como direito constitucional.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Compete à Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, Conforme Lei Complementar nº 741/2019, publicada no DOE de 12/06/2019, em seu artigo 69:

Art. 69 A FESPORTE, fundação estadual vinculada ao Gabinete do Governador, tem por objetivo fomentar, desenvolver e executar a política estadual de esporte, obedecidas as normas constitucionais e a legislação específica.

§ 1º Compete à FESPORTE, além de outras atribuições previstas em lei:

- I - planejar, formular e normatizar as políticas de esporte;
- II - supervisionar o sistema esportivo estadual, garantindo a prática regular do esporte educacional, esporte de rendimento e de participação;
- III - apoiar a ampliação e diversificação da infraestrutura esportiva do Estado;
- IV - apoiar e incentivar manifestações e eventos esportivos;
- V - estabelecer parcerias com órgãos públicos federais, municipais e privados, intercambiando experiências para o desenvolvimento esportivo;
- VI - elaborar estudos e análises sobre a área do esporte;
- VII - planejar e coordenar ações voltadas à captação de recursos, juntamente com organismos nacionais e internacionais, para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento esportivo;
- VIII - elaborar programas, projetos e ações na área do esporte voltados à inclusão de pessoas com deficiência e demais segmentos da sociedade;
- IX - promover o inventário e a hierarquização dos espaços esportivos; e
- X - incentivar o desenvolvimento de práticas esportivas por pessoas com deficiência.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Executar e facilitar a execução da política pública do esporte catarinense, através da realização de programas e projetos esportivos com gestão estratégica focada na inovação, pesquisa e tecnologia para o esporte, em busca da excelência esportiva e do bem-estar da população de Santa Catarina.

VISÃO: O esporte, associado à saúde, ao turismo e a cultura, e juntamente com a educação, deverá impulsionar o desenvolvimento do Estado, através do compromisso assumido com a melhoria da infraestrutura esportiva dos municípios catarinenses, assim como da qualidade de vida de toda sua população, tornando a Fesporte uma referência na gestão do esporte no Brasil.

VALORES: Incentivar, promover e zelar pelas atividades esportivas, de forma democrática e profissional, contribuindo para o desenvolvimento sociodesportivo, bem-estar e qualidade de vida dos catarinenses

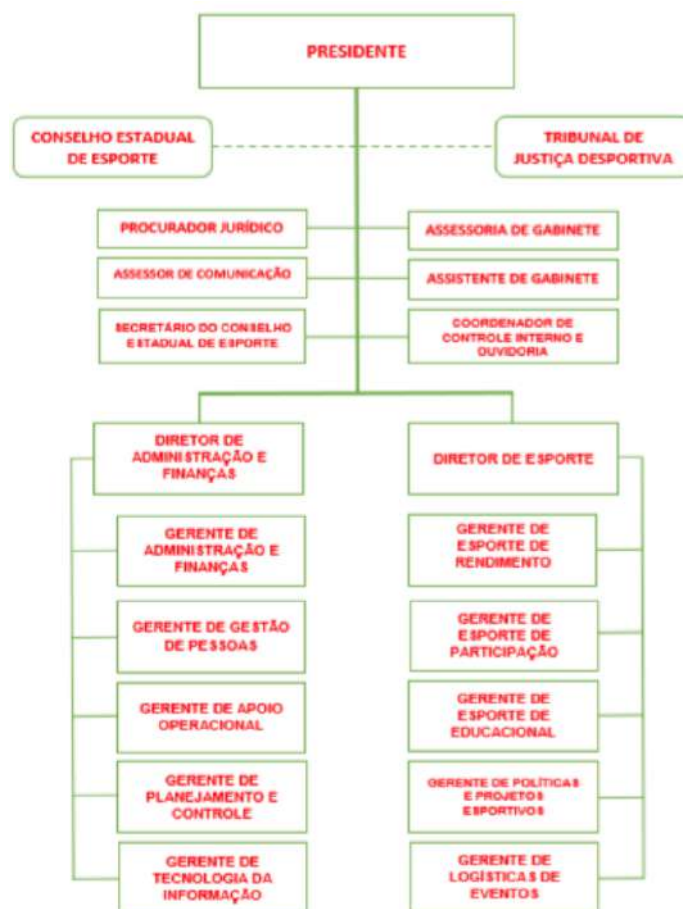
ESTRUTURA: A Fesporte está localizada em uma área de 5 mil metros quadrados no Bairro Capoeiras, na área continental de Florianópolis, onde se situa a Casa do Esporte, complexo formado pela sede da entidade, além de federações desportivas, Conselho Estadual de Esporte (CED) e Tribunal de Justiça Desportiva (TJD).

CARREIRAS/SERVIDORES: Órgão: 270034 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE

Órgão: 2006-FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE
Posição do quadro: 02/06/2023

| Carreira | Previs | Ocupadas | Disponíveis |
|--|--------|----------|-------------|
| GESTOR PUBLICO\ADVOGADO FUNDACIONAL | 3 | 0 | 3 |
| GESTOR PUBLICO\ANALISTA TECNICO EM GESTAO DE ESPORTE\GRUPO CLASSE IV | 45 | 0 | 45 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANA - ATIVIDADES DE NIVEL AUXILIAR\AGENTE DE SERVICOS GERAIS | 0 | 1 | -1 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANS - ATIVIDADES DE NIVEL SUPERIOR\ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIVO II | 0 | 1 | -1 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NIVEL TECNICO\MOTORISTA | 0 | 1 | -1 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NIVEL TECNICO\PROFESSOR | 0 | 0 | 0 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NIVEL TECNICO\TECNICO EM ATIVIDADES DE SAUDE | 1 | 0 | 1 |
| QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO\GRUPO OCUPACIONAL ANT - ATIVIDADES DE NIVEL TECNICO\TECNICO EM CONTABILIDADE | 1 | 0 | 1 |
| QUADRO DE PESSOAL DOS SERVICOS JURIDICOS\ADVOGADO FUNDACIONAL | 3 | 0 | 3 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|---|--|----------------------|--|
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC | Segundo maior evento poliesportivo amador do Brasil (atrás somente do estado de São Paulo) com a participação em média de 206 municípios do estado, em 45 modalidades disputadas. | Realização do Evento | Atletas amadores de Santa Catarina, com idade acima de 15 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Juguinhos Abertos de Santa Catarina | Maior evento poliesportivo do Brasil para atletas na faixa etária entre 14 e 19 anos, com a participação em média de 188 municípios catarinenses. | Realização do Evento | Atletas catarinenses na faixa etária de 14 a 19 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização da Olimpíada Estudantil Catarinense - OLESC | Maior evento poliesportivo, para alunos/atletas na faixa etária entre 11 e 17 anos, com a participação em média de 202 municípios catarinenses. | Realização do Evento | Atletas catarinenses, na faixa etária de 11 a 17 anos, matriculados na rede de ensino do estado. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Escolares de Santa Catarina - JESC 12 a 14 anos | Evento poliesportivo para alunos/atletas na faixa etária entre 12 e 14 anos, com a participação em média de 1.242 escolas da rede de ensino de cerca de 275 municípios catarinenses. | Realização do Evento | Alunos/Atletas da rede de ensino catarinense (municipal, estadual, federal e particular), com idades entre 12 e 14 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Escolares de Santa Catarina - JESC 15 a 17 anos | Evento poliesportivo para alunos/atletas na faixa etária entre 15 e 17 anos, com a participação em média de 1.158 escolas da rede de ensino de cerca de 279 municípios catarinenses. | Realização do Evento | Alunos/Atletas da rede de ensino catarinense (municipal, estadual, federal e particular), com idades entre 15 e 17 anos. |

| | | | |
|--|--|-----------------------------------|---|
| Calendário Esportivo Oficial - Realização do Moleque Bom de Bola | Evento na modalidade de Futebol de Campo, pioneiro/referência no Brasil, com a participação de 891 escolas da rede de ensino de cerca de 249 municípios catarinenses, para alunos/atletas na faixa etária entre 11 a 14 anos. | Realização do Evento | Alunos/Atletas da rede de ensino catarinense (municipal, estadual, federal e particular), com idades entre 11 e 14 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina - PARAJASC | Maior evento paradesportivo amador; pioneiro e referência no Brasil, com a participação de 47 municípios do estado, em 10 modalidades. | Realização do Evento | Atletas catarinenses com deficiência, na faixa etária a partir de 15 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Abertos da Terceira Idade - JASTI | Evento poliesportivo com a participação de 227 municípios catarinenses, para atletas com idade acima de 60 anos. | Realização do Evento | População catarinense com idade acima de 60 anos. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização do Festival Escolar Dança Catarina | Evento esportivo/cultural, com a participação de, em média, 198 escolas da rede de ensino de cerca de 89 municípios catarinenses, para alunos/atletas na faixa etária entre 06 e 18 anos. | Realização do Evento | Alunos da rede de ensino catarinense. |
| Calendário Esportivo Oficial - Realização dos Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina - PARAJESC | Evento paradesportivo com a participação de 197 escolas da rede de ensino dos municípios catarinenses, para alunos/atletas com deficiência, na faixa etária entre 12 e 18 anos. | Realização do Evento | Alunos/Atletas com deficiência, matriculados na rede de ensino catarinense, na faixa etária entre 12 a 18 anos. |
| Jogos Escolares da Juventude | Participação do Time SC nos eventos poliesportivos, organizado pelo COB - Comitê Olímpico Brasileiro, para alunos/atletas na faixa etária entre 12 a 14 anos e 15 a 17 anos, com a participação de todas as Unidades da Federação. | Participação do Time SC no evento | Alunos/Escolas classificadas na Etapa Estadual. |
| Paralimpíadas Escolares | Participação do Time SC no evento paradesportivos, organizado pelo CPB - Comitê Paralímpico Brasileiro, para alunos/atletas com deficiência na faixa etária entre 12 a 18 anos, com a participação de todas as Unidades da Federação. | Participação do Time SC no evento | Alunos/Escolas classificadas na Etapa Estadual. |
| Bolsa Atleta SC | Visa a transferência de recursos do Estado para os atletas se paratletas de diversas categorias, radicados no Estado Santa Catarina, que se enquadrem no estabelecido pela Lei nº 18.335/22 e nas demais normas do Edital, afim de receber estímulos para prosseguir no seu aperfeiçoamento rumo a novas vitórias, inclusive à conquista de medalhas esportivas em competições oficiais. | Política e Projeto Esportivo | Atleta se Paratletas praticantes do esporte educacional, que comprovarem estar matriculados e cursando o sistema educacional público ou privado de ensino fundamental, médio ou superior. |
| Projeto de Iniciação Desportiva Escolar - PIDE | Estímulo na prática desportiva das crianças no contraturno escolar; Extensão universitária das IES através de um Termo de Colaboração (vivência prática dos estudantes) | Política e Projeto Esportivo | Crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos que estejam devidamente matriculados no ensino de rede pública do Estado de Santa Catarina, seja ela estadual ou municipal. |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo Técnico Qualificado 2. Localização 3. Comprometimento Profissional 4. Atendimento ao Público 5. Transparência 6. Clima Organizacional 7. Gestão com foco técnico 8. Imagem Institucional 9. Democratização do acesso ao Esporte | <ol style="list-style-type: none"> 1. Infraestrutura (para absorver a extinção da SOL) 2. Recursos Materiais (mobiliário, TI, veículos) 3. Gestão da Informação e do Conhecimento Geral 4. Baixa no Quadro Efetivo e Geral 5. Ausência de um setor atuante na área de Convênios (busca e repasse de recursos) 6. Gerência de Políticas ainda desestruturada 7. Falta de alinhamento/integração das atividades 8. Diárias defasadas 9. Inexistência de banco de horas 10. Desigualdade salarial |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Reforma Administrativa 2. Governo com foco técnico 3. Prioridade no atendimento ao Desporto Escolar 4. Parcerias Público-Privadas 5. Busca de recursos Públicos-Privados 6. Criação de um Fundo para incentivo à projetos 7. Capacitação dos profissionais da área 8. Parcerias com Federações/Entidades | <ol style="list-style-type: none"> 1. Extinção/Desativação do FUNDESPORTE 2. Políticas de Governo em detrimento de uma Política de Estado 3. Fatores Econômicos 4. Recursos escassos/contingenciados 5. Descontinuidade das Políticas Públicas 6. Rotatividade de Gestores |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Prestadores de Serviço;
- Setoriais do Estado;
- Servidores Efetivos;
- Servidores Comissionados;
- Servidores Terceirizados;
- Gabinete da Presidência;
- Assessorias;
- Diretorias;
- Gerências;
- Conselho Estadual de Esporte;
- Tribunal de Justiça Desportiva.

EXTERNAS:

- Pessoas Jurídicas de Direito Público (Municipais, Estadual, Federal);
- Entidades Privadas Sem Fins Econômicos;
- Pessoas Físicas (atletas);
- Imprensa;
- Escolas Públicas e Privadas;
- Entidades de Práticas Desportivas;
- EAD's - Entidades de Administração do Desporto (Federações, Associações, Ligas, entre outras).

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

A gestão esportiva promovida pela Fesporte atinge todos os municípios catarinenses e abrange crianças, jovens, adultos, estudantes, idosos e atletas com deficiência física, auditiva, intelectual e visual. As ações são realizadas com apoio das prefeituras municipais e federações esportivas e dividem-se em três setores: esporte de rendimento, de participação e de base e inclusão (escolar). Essas áreas realizam 10 programas esportivos, cuja maioria tem em sua formatação quatro etapas: microrregional, seletiva, regional e estadual, atingindo um total de 259 eventos diretamente promovidos pelo Governo do Estado.

A Fesporte realiza quatro eventos em parceria com outras instituições, tendo como base a inclusão social por meio do esporte: Brasileiro de Jiu-Jitsu Paradesportivo (em parceria com a Jiu-jitsu Paradesportivo Nacional), a Olimpíada das APAES de Santa Catarina (em parceria com Federação das APAES de Santa Catarina), realizada a cada três anos, e os Jogos Universitários Catarinenses (em conjunto com a Federação Catarinense do Desporto Universitário- FCDU).

a) Esporte de Rendimento: Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC) e Jogos Abertos de Santa Catarina;

b) Esporte de Base e Inclusão: Jogos Escolares de Santa Catarina de 12 a 14 anos (JESC 12-14 anos), Jogos Escolares de Santa Catarina de 15 a 17 anos (JESC 15-17), Festival Escolar Dança Catarina, Campeonato Catarinense Escolar de Futebol (Moleque Bom de Bola), Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJESC) e Olimpíada Estudantil Catarinense (OLESC);

c) Esporte de Participação: Jogos Abertos da Terceira Idade (JASTI) e Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina (PARAJASC).

A Fesporte oferta modalidades como: atletismo, canastra, basquete, basquete em cadeira de rodas, bocha, bolão 16, bolão 23, bocha paralímpica, caratê, ciclismo, dança, dominó, futebol, futsal, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, handebol adaptado, judô, natação, punhobol, remo, taekwondo, tênis, tênis em cadeira de rodas, tênis de mesa, tênis de mesa em cadeira de rodas, tiro, triatlon, golbol, truco, voleibol, voleibol adaptado, voleibol de praia e xadrez.

Ao longo de 30 anos, muitos atletas foram revelados pelos eventos da Fesporte. Guga, no tênis; Felipe Luiz, Maicon, André Santos, da Seleção Brasileira, no futebol; Xuxa, o medalhista olímpico da natação; Natália Zílio, campeã olímpica no voleibol; e Luísa Matsuo, bicampeã pan-americana de ginástica rítmica, são apenas alguns dos vários exemplos.

ASPECTO ECONÔMICO

No aspecto eixo de economicidade saúde e segurança pública, a Fesporte propicia economia ao Estado, já que a prática esportiva ajuda a reduzir os gastos com a saúde. Segundo dados da ONU, UNESCO e OMS, a cada dólar investido no esporte retornam 3 dólares em benefícios para a sociedade. São cerca de 300 mil atletas atendidos pelos eventos da Fesporte, e muitos deles entram no mercado esportivo, diminuindo a vulnerabilidade social. O cálculo se faz em cima das percentagens da ONU mostrando que se economiza R\$ 3 milhões de investimentos no campo da saúde e da segurança pública.

O esporte e as ações da Fesporte têm um peso considerável na economia, não sendo despesa para os cofres públicos, mas sim receita, com arrecadação fiscal nos municípios, trazendo retorno em ações diretas de 300 milhões de reais, e indiretas, com as indústrias catarinenses estima-se o equivalente a 1 bilhão de reais.

Os eventos da Fesporte fortalecem a economia dos municípios-sede. Na etapa estadual, há uma geração de renda no comércio local que varia de R\$ 4 a R\$ 6 milhões nos eventos menores e de R\$ 10 a R\$ 12 milhões em eventos maiores como os Jasc por exemplo.

Após estudo realizado pela equipe da Assessoria de Comunicação da Fesporte tendo como base um estudo da TV Clipagem no que se refere ao que foi publicado na mídia, as matérias publicadas na imprensa sobre os eventos da Fesporte geram cerca de R\$ 70 milhões de reais anuais em mídia espontânea.

Ainda de acordo com estudo realizado pela Assessoria de Comunicação da Fesporte, constatou-se que mídia digital da instituição gerou em 2018 cerca de 36 mil publicações, entre notícias, fotos e vídeos. Essas publicações tiveram o alcance de cerca de 3 milhões de pessoas, direta ou indiretamente.

O site da Fesporte se constitui como um dos cinco mais acessados do Governo do Estado com mais 4 milhões de acessos anuais.

IMAGEM INSTITUCIONAL

Em 2015, durante a etapa nacional dos Jogos Escolares da Juventude (JEJ), evento em que Santa Catarina fica sempre entre os três primeiros lugares entre todos os estados, Edgar Hubner, então gerente geral de Juventude e Infraestrutura do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e diretor geral dos Jogos Escolares da Juventude sentenciou:

“A participação de Santa Catarina tem sido fundamental desde que iniciamos o projeto [de esporte escolar no COB] em 2005. O Estado tem uma política de esporte que acredita no setor educacional e tem isso dentro do seu Programa de Governo”. E continuou: “Dentro dos últimos anos Santa Catarina tem-se mostrado forte, organizada, competente, principalmente num processo educacional em que é fundamental o entendimento que o profissional ou o professor é aquele que deverá ser aproveitado ao máximo dentro dessa transformação”.

Para o ex-maratonista olímpico Vanderlei Cordeiro de Lima, Santa Catarina é uma grande referência para o Brasil na descoberta de novos talentos. “Isso é muito importante. É um trabalho que vem sendo feito a longo prazo e com continuidade. Eu estive presente em várias realizações esportivas em Santa Catarina, como Corrida de Rua a Maratona de Santa Catarina. Este Estado tem-se destacado muito bem, principalmente no cenário esportivo na área escolar”.

Em 2018, ao fazer uma análise da estrutura esportiva de Santa Catarina, gerenciada pela Fesporte, o presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) o bicampeão paraolímpico do futebol de 5 para cegos, Mizael Conrado, disse que Santa Catarina é um dos Estados com o melhor trabalho de inclusão do Brasil, sobretudo com as crianças na atividade física. “Foi o Estado que primeiro criou uma competição estadual, os Parajasc, que são muito importantes. Os Parajaps, no Paraná, certamente foram estimulados pelos Parajasc. Temos grandes trabalhos paradesportivos em todo o Estado de Santa Catarina”, destacou.

FESTIVAL ESCOLAR DANÇA CATARINA - 20 ANOS

O Festival Escolar Dança Catarina está completando 20 anos, e, a FESPORTE, através da sua equipe de coordenação segue na contínua busca de desenvolvimento e crescimento do Festival. O Festival já atinge 100 dos 295 municípios do Estado, conta com a participação de mais de 4500 bailarinos e bailarinas, atinge cerca de 60 mil pessoas direta e indiretamente, e vai concorrer como maior festival escolar itinerante de dança do mundo no Guinness. Além de ser um palco que celebra o presente e projeta o futuro, inúmeros talentos já despertaram no Festival. Como são os casos de: Maria Eduarda Kietzer Senci, bailarina, 12 anos, ultrapassou concorrentes de países como Rússia, França, Espanha, e outros da Europa. O Norte Festival foi realizado na cidade do Porto e recebeu candidatos que apresentaram coreografias em diversos estilos de dança; Diego Gonçalves foi premiado na 36ª edição do Festival de Dança de Joinville, ficando em 3º lugar, com a coreografia urbana, Obra Prima; Daran Pereira Ferreira, de 20 anos, teve formação de 6 anos na única companhia de Ballet do Bolshoi fora da Rússia. Dentre os alunos da turma, ele foi um dos quatro selecionados para realizar um estágio no Teatro Bolshoi da Rússia; Grupo de Dança Andreia Mendes, da Fundação Cultural de Timbó já foi selecionado para Festival Internacional de Hip Hop e Festival de Dança de Joinville; Lucas Moreira, 16 anos, ganhou dois troféus no solo e uma bolsa de estudos para um curso de jazz no RJ.

BOLSA ATLETA

A implementação da proposta permitiu que os atletas de diversas categorias, radicados no Estado Santa Catarina pudessem receber um estímulo para prosseguir no seu aperfeiçoamento rumo a novas vitórias, inclusive à conquista de medalhas esportivas em competições oficiais.

O programa estabelece como público prioritário os atletas e paratletas praticantes do esporte educacional, que comprovaram estar matriculados e cursando o sistema educacional público ou privado de ensino fundamental, médio ou superior. Além do incentivo à prática desportiva, buscou-se incentivar que os atletas se mantivessem regulares no ensino. O programa também beneficiou os atletas de alto rendimento, com o objetivo de estimular a permanência do vínculo com clubes e entidades catarinenses.

Com repasse total ultrapassando 3 milhões de reais, foram contemplados 483 atletas de 56 municípios catarinenses diferentes, distribuídos em 6 categorias de bolsa:

- Atleta Escolar Nacional com 87 atletas contemplados;
- Atleta Nacional Sub -18 com 113 atletas contemplados;
- Atleta Nacional 18 + com 220 atletas contemplados;
- Atleta Internacional Continental com 38 atletas contemplados;
- Atleta Internacional Mundial com 6 atletas contemplados;
- Atleta Olímpico ou Paralímpico com 19 atletas contemplados.

PROJETO DE INICIAÇÃO DESPORTIVA ESCOLAR – PIDE

O Projeto de Iniciação Desportiva Escolar tem por objeto ofertar práticas esportivas no contraturno escolar para crianças na faixa etária de 10 a 16 anos que estejam regularmente matriculadas na rede de ensino público estadual e municipal, a fim de desenvolver e promover a iniciação esportiva no estado de Santa Catarina.

O desenvolvimento do projeto se dá a partir de parceria entre a FESPORTE, as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas sem fins lucrativos e as entidades interessadas em sediar o projeto, sejam elas escolas públicas, prefeituras, secretarias e/ou fundações municipais ou outra entidade sem fins lucrativos, consistindo em um trabalho colaborativo entre os envolvidos, a fim de promover e disseminar a prática de iniciação esportiva no Estado.

Atualmente são 12 IES aptas a receber recurso e disponibilizar acadêmicos, a partir de processo de credenciamento, enquanto outras 4 encontram-se em processo de tramitação. As 12 IES em funcionamento estão distribuídas em 9 municípios catarinenses. Enquanto 52 Unidades Executoras passaram por dois editais de chamamento público e encontram-se executando o projeto, recebendo os acadêmicos em 35 municípios de Santa Catarina.

No ano de 2022 foram contemplados aproximadamente 200 acadêmicos vinculados às IES cadastradas, proporcionando atividades de iniciação esportiva para mais de 3 mil alunos mensais nas Unidades Executoras.

3.2 Dimensão: Desenvolvimento Econômico

3.2.1 Crescimento Econômico

Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço - SICOS

A Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço (SICOS) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na promoção do crescimento sustentável do estado. **Seu objetivo geral é** promover a melhoria da qualidade de vida da população catarinense e o equilíbrio econômico regional, por meio de políticas públicas de fomento à competitividade e a inovação nos setores da indústria, do comércio e dos serviços. Além disso, busca garantir a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, visando à geração de empregos, ao aumento da competitividade, ao crescimento sustentável, à diversificação econômica e à melhoria da qualidade de vida da população.

A importância da SICOS na economia catarinense abrange diversos aspectos. No âmbito da indústria, seu trabalho consiste em promover o desenvolvimento de setores estratégicos, apoiando a modernização das empresas, a inovação tecnológica e a capacitação da mão de obra, visando impulsionar a produtividade, a qualidade dos produtos e a expansão dos mercados. No comércio, busca criar um ambiente propício aos negócios, incentivando o comércio justo e a concorrência saudável, fortalecendo o varejo e atacado, promovendo modernização, acesso a novos mercados e capacitação dos comerciantes, além de regulamentar e fiscalizar atividades para proteger os consumidores. Já no setor de serviços, desempenha um papel crucial ao incentivar a inovação, a qualidade e a capacitação profissional, impulsionando todos os segmentos e contribuindo para a geração de empregos qualificados, aumento da produtividade e competitividade global dos serviços.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Entre as competências e atribuições da SICOS estão:

1. Coordenação do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC): A Secretaria de Indústria atua em conjunto com a Secretaria da Fazenda (SEF) para gerir o PRODEC. Essa coordenação envolve a implementação e supervisão de ações voltadas para o crescimento das empresas catarinenses;
2. Fomento de investimentos: A secretaria promove investimentos em áreas e setores estratégicos para o desenvolvimento econômico do Estado. Para isso, busca atrair investidores públicos e privados, tanto nacionais como estrangeiros. Através de ações específicas, facilita a vinda desses investidores e fornece informações sobre as oportunidades oferecidas por Santa Catarina;
3. Desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos de micro e pequeno porte: A Secretaria de Indústria formula programas, projetos e ações com o objetivo de impulsionar o crescimento das micro e pequenas empresas. Essas iniciativas visam fortalecer esse segmento fundamental da economia, contribuindo para a geração de empregos e o desenvolvimento local;
4. Formulação de políticas e diretrizes para agências e bancos de desenvolvimento: A secretaria é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes que orientam a atuação das agências e bancos de desenvolvimento no Estado. Essas instituições desempenham um papel fundamental no suporte financeiro e no fomento de projetos empresariais;
5. Apoio as políticas públicas de simplificação de processos empresariais: A Secretaria de Indústria apoia e estimula políticas públicas que visam simplificar os processos de abertura, alteração, fechamento e fiscalização de sociedades empresárias. Esse apoio tem como objetivo facilitar a atividade empreendedora, reduzindo burocracias e estimulando a inovação;
6. Formulação e coordenação das políticas estaduais de trabalho, emprego e renda: Compete à secretaria a formulação e coordenação das políticas estaduais relacionadas ao trabalho, emprego e renda. Essas políticas

visam promover condições favoráveis ao desenvolvimento do mercado de trabalho, estimulando a geração de empregos e a inclusão social;

7. Promoção da defesa dos direitos do consumidor: Por meio do PROCON Estadual, a Secretaria de Indústria atua na promoção e defesa dos direitos do consumidor. Essa função envolve a implementação de medidas para garantir a segurança e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, além de orientar os consumidores sobre seus direitos.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover políticas públicas de fomento à competitividade e a inovação nos setores da indústria, do comércio e dos serviços visando à melhoria da qualidade de vida da população catarinense e o equilíbrio econômico regional.

VISÃO: Ser referência nacional e internacional na promoção do desenvolvimento dos setores da indústria, do comércio e dos serviços, por meio de políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população.

VALORES: Excelência, transparência, integridade, inovação, cooperação, inclusão respeito, sustentabilidade, compromisso e foco no cidadão.

ESTRUTURA: Sedes: a SICOS não possui sede própria. Atualmente, a sede está no espaço é alugado no segundo andar do edifício Office Park, localizado na SC-401 em Florianópolis. Após a reforma administrativa, o espaço é dividido com as estruturas da SCTI e SEMA. Além da sede própria, outro edifício importante é o ocupa pela Diretoria de Relações e Defesa do Consumidor (PROCON/SC). Trata-se da antiga sede do IPREV, no centro da capital, cedido para a SICOS na modalidade “cessão onerosa”.

SINES Regionais: são 21 sedes, das quais 10 (dez) estão em edifícios locados e 11 (onze) estão em prédios próprios e/ou cedidos.

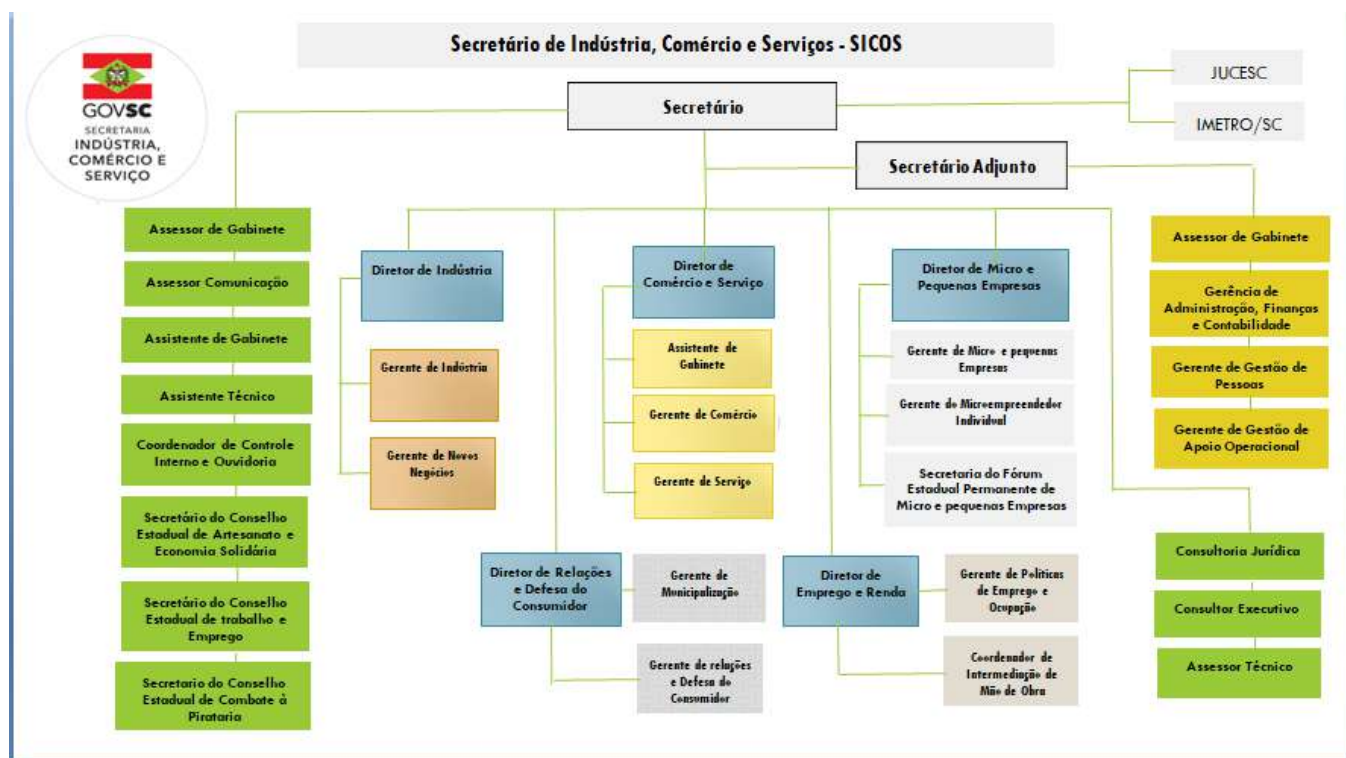
Veículos: trinta e sete veículos, dos quais seis são alugados.

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Secretário de Estado (1);
- Secretário Adjunto (1);
- Assessor de Gabinete (3);
- Assessor Técnico (1);
- Consultor Executivo (1);
- Secretário(A) De Conselho (3);
- Coordenador Controle Interno (1);
- Diretor (5);
- Gerente (9);
- Agente Em Atividades Administ. (1);
- Professor (1);
- Técn. Em Atividades Administ. (2).

Obs: estão aqui listadas as carreiras pertencentes a atual estrutura da SICOS. Após a promulgação da Lei da Reforma Administrativa, aprovada recentemente na ALESC, os servidores ligados a antiga SDE serão redistribuídos entre a nossa secretaria e as Secretarias de Planejamento (SEPLAN) e a do Meio Ambiente (SEMA).

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

No **setor industrial**, a secretaria tem o objetivo de promover a modernização e competitividade da economia estadual, tendo como objetivo impulsionar a criação de empregos, o aumento da produção e a diversificação da economia. Para isso, desenvolve programas e políticas de incentivo à inovação tecnológica, adoção de novas técnicas de produção e fortalecimento das cadeias produtivas. Por meio de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, busca estimular a transferência de conhecimento e a colaboração entre academia e indústria. Além disso, desempenha papel importante na atração de investimentos estrangeiros diretos, divulgando as vantagens competitivas de Santa Catarina, avaliando a oferta de incentivos fiscais e facilitando processos de abertura e instalação de empresas. Neste aspecto, prioriza o fomento de investimentos em projetos e empresas que adotem práticas sustentáveis e responsáveis do ponto de vista ambiental, social e governança (ESG).

Visando acompanhar as transformações econômicas, sociais e tecnológicas em curso, e impulsionar a inovação, a sustentabilidade e o desenvolvimento dos setores da indústria, do comércio e dos serviços, a SICOS apóia a modernização e digitalização dos processos produtivos, visando à melhoria da eficiência, qualidade e competitividade da indústria. Também investe no acompanhamento e análise das tendências e mudanças nos setores da indústria, do comércio e dos serviços, como tecnologias emergentes, mudanças nas demandas do consumidor e novos modelos de negócios.

No **comércio**, a secretaria tem o objetivo de promover a expansão dos negócios e abertura de novos mercados para as empresas do estado. Desenvolve políticas de comércio exterior para facilitar o acesso a mercados internacionais, reduzir barreiras comerciais e promover acordos bilaterais e multilaterais, visando aumentar as exportações, fortalecer a balança comercial e fomentar o crescimento das empresas exportadoras. Também desempenha papel importante na promoção do comércio justo e da concorrência saudável, regulamentando e fiscalizando práticas comerciais, combatendo a concorrência desleal, pirataria, falsificação de produtos e outras irregularidades prejudiciais a empresas e consumidores. Assim, busca-se criar um ambiente de negócios confiável e transparente, que incentive a competitividade e qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

No setor de serviços, a secretaria visa estimular o desenvolvimento e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Trabalha na capacitação profissional, promoção do empreendedorismo e disseminação de boas práticas de gestão nos diversos segmentos. Além disso, desenvolve políticas para atrair investimentos e fomentar a inovação nos setores de turismo, hospedagem, transporte, saúde, educação e outros. Prioriza impulsionar a economia e transformação digital, incentivando a adoção de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, internet das coisas, big data e blockchain, para aumentar eficiência, qualidade e acessibilidade dos serviços. Essa abordagem contribui para geração de empregos qualificados, surgimento de novos modelos de negócios e fortalecimento da economia baseada no conhecimento.

Micro e Pequenas Empresas (MPes) e empreendedores individuais são essenciais para a economia de Santa Catarina, impulsionando a geração de empregos, a inovação e a diversificação dos setores. Eles contribuem para o desenvolvimento regional, fortalecem a cadeia produtiva e promovem a sustentabilidade econômica do estado. Por isso, a SICOS dedica especial atenção ao segmento, através da formulação de programas, projetos e ações específicas, buscando promover o desenvolvimento e fortalecimento desses empreendimentos. Isso inclui a criação de políticas e diretrizes que facilitem a abertura, alteração e fechamento de empresas, simplifiquem os processos burocráticos e incentivem a formalização dos empreendedores individuais. Além disso, a secretaria trabalha na disponibilização de linhas de crédito, capacitação e orientação técnica para MPes, visando ao aumento da competitividade e ao estímulo ao empreendedorismo. Por meio de parcerias com instituições educacionais e entidades de classe, são desenvolvidos programas de formação e qualificação profissional direcionados às necessidades desses empreendimentos.

A **regulamentação e fiscalização de atividades comerciais protegem os consumidores**, garantindo a qualidade, segurança, autenticidade e conformidade dos produtos. Além disso, a fiscalização combate práticas desleais, como falsificação, pirataria e concorrência desleal, promovendo um ambiente de negócios justo. Neste sentido, a SICOS está vinculada à Diretoria de Relações e Defesa do Consumidor (PROCON/SC) e o Conselho Estadual de Combate à Pirataria (CECOP/SC). Ambos visam assegurar a proteção do cidadão pela fiscalização de práticas abusivas, garantindo transparência, veracidade das informações e respeito aos direitos do consumidor. Isso também fortalece o mercado, inspira confiança no consumidor e impulsiona o desenvolvimento econômico e social.

Na articulação e coordenação de programas de capacitação profissional, a SICOS trabalha em conjunto com instituições educacionais e entidades de classe para desenvolver programas que atendam às demandas do mercado e promovam a empregabilidade. Além disso, atua como um canal de diálogo entre o setor público e privado, estabelecendo parcerias e promovendo a interação entre os atores envolvidos nos setores da indústria, comércio e serviços. Isso permite identificar demandas, discutir políticas públicas, compartilhar informações e buscar soluções conjuntas para os desafios enfrentados pelo setor empresarial.

Por fim, considerando as disparidades significativas entre as regiões do Estado, com algumas áreas mais desenvolvidas e outras enfrentando desafios de crescimento e oportunidades, a SICOS também desempenha um papel estratégico na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento regional em Santa Catarina. Busca promover a desconcentração econômica, estimulando polos industriais e comerciais em regiões menos desenvolvidas por meio de políticas que oferecem incentivos fiscais, infraestrutura e apoio ao empreendedorismo local. O objetivo é impulsionar a economia, reduzir as desigualdades regionais e melhorar a qualidade de vida, fortalecendo as regiões carentes e promovendo uma distribuição equitativa dos benefícios econômicos e sociais em todo o estado.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidade de articulação e relacionamento do time gestor no setor privado e público, nos níveis políticos e de mercado. 2. Dirigentes com visão para construção de políticas de estado com entregas à curto prazo. 3. Servidores engajados, formando um time com vontade de fazer diferença. 4. Pessoas com experiência no mercado privado e no setor público trabalhando juntas. 5. Ambiente de trabalho agradável. 6. Capacidade de criar uma estrutura inovadora tendo em vista organizar os novos desafios da economia do século XXI. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Poucos servidores efetivos atuando na secretaria. 2. Desvalorização salarial dos servidores da SICOS perante outros órgãos do Estado, provocando a saída de servidores qualificados e o desinteresse para o retorno de servidores cedidos ou a disposição de servidores de outros órgãos. 3. Perda de colaboradores com memória organizacional e experiência para outras áreas do governo. 4. Nas áreas finalísticas, falta de profissionais com formação específica necessária e de capacitação de servidores em atuação. 5. Falta setor específico (diretoria ou gerência) dedicada ao planejamento estratégico da Secretaria. 6. Morosidade na montagem de times técnicos para elaboração e execução de novos programas. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Contexto político (início de governo, foco do governo estadual na economia, governo federal com foco na reindustrialização, SEBRAE Nacional dirigido por um catarinense...) 2. Contexto econômico favorável, com mercado e economia estadual em expansão. 3. Boa relação e boa reputação perante as organizações representantes dos setores. 4. Diversificação econômica do Estado de Santa Catarina. 5. Oportunidade de criar novas políticas públicas para as três áreas da secretaria. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Burocracia. Dificuldades para pôr em prática as iniciativas propostas. Falta de celeridade e flexibilidade da máquina pública nos encaminhamentos na tomada de decisão. 2. Turbulências econômicas nacionais e mundiais podem afetar a economia catarinense. 3. Falta de ferramentas para monitoramento de variáveis e estratificação de dados da economia catarinense para subsidiar a elaboração de políticas públicas baseadas em evidências. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores e Funcionários;
- Conselhos.

EXTERNAS:

- **Poder Executivo:** Gabinete do Governador; Outras Secretarias de Estado.
- **Poder Legislativo:** Alesc; TCE/SC.
- **Ministério Público; Ministério Público do Trabalho.**
- **Ministérios do Governo Federal:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério do Trabalho e Emprego.
- **Federações e Sistema S:** FIESC/SESI/SENAI, FECOMÉRCIO/SESC/SENAC, SEBRAE, FAMPESC.
- Bancos e Agências de Fomento
- Empreendedores, Trabalhadores
- Terceiro Setor e Outras Instituições.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

- **Programa Juro Zero:** Estimulando o empreendedorismo e a formalização dos Microempreendedores Individuais (MEIs) em Santa Catarina, o programa concedeu mais de R\$100 milhões em crédito, beneficiando mais de 20 mil MEIs no estado;
- **Investimento no Sine:** O Sistema Nacional de Emprego (Sine) investiu na capacitação dos supervisores de suas unidades em todo o estado. Além disso, ampliou o número de unidades para 143 até dezembro de 2022, em parceria com os municípios. O Sine também realizou levantamento de necessidades para investimentos em qualificação profissional, entre outras ações;
- **Caravana do Emprego:** O programa levou ofertas de emprego disponibilizadas por empresas privadas a diversos municípios catarinenses. Durante o período de janeiro a junho de 2022, foram visitados 30 municípios;
- **PRODEC:** Esse programa visa incentivar a implantação ou expansão de empreendimentos industriais em Santa Catarina. Até o momento, foram habilitadas mais de 26 empresas, totalizando cerca de R\$ 1,5 bilhão em investimentos. Estima-se que essa iniciativa gere mais de 3.000 empregos diretos;
- **SC Bem Mais Simples:** Esse projeto promove a interação entre os municípios e os órgãos estaduais pertencentes à REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios). Aproximadamente 100 municípios foram credenciados;
- **QualificaSC:** Com o objetivo de promover a qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social em todas as macrorregiões do estado, a SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico) realizou o Programa de Capacitação presencial e EAD. Foram capacitadas 5.000 pessoas na modalidade EAD e 900 pessoas de forma presencial;
- **Boletim de Indicadores Econômicos-Fiscais de Santa Catarina:** Trata-se de uma publicação mensal da SDE que monitora e analisa os principais indicadores econômicos do estado, comparando sua evolução com a média nacional e de outros estados. O boletim é disponibilizado no site da Secretaria e em outras mídias digitais, fornecendo dados e análises da conjuntura econômica catarinense;
- **Programa Gente Catarina:** Esse programa consiste na atuação integrada de diversos órgãos estaduais para elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos 61 municípios catarinenses com os menores indicadores. As ações são focadas em áreas que impactam na qualidade de vida dos moradores, como geração de renda, evasão escolar, mortalidade infantil e morte precoce;
- **Centros de Inovação:** Foram construídos 9 centros de inovação em Santa Catarina, com o objetivo de tornar o estado o mais inovador do Brasil. Esses centros abrangem incubadoras, aceleradoras, laboratórios, P&D, centros de treinamento e espaços de convivência, visando consolidar a cultura inovadora e empreendedora;
- **Curso de formação de Avaliadores de Artesanato:** O curso possui características teóricas e práticas, com ministrantes que possuem conhecimento da temática e formação de nível superior. Foi realizado em parceria com uma instituição de ensino para obter certificação. Foram realizados webinars e etapas presenciais, com o apoio do SEBRAE e contratação específica.

Ciência, Tecnologia e Inovações (CT&I)

Até a criação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovações (SCTI), a área de Ciência, Tecnologia e Inovações (CT&I) estava dentro do escopo de atuação da antiga SDE. Com o objetivo de tornar Santa Catarina o estado mais inovador do Brasil, foram desenvolvidos e/ou consolidados projetos e ações, tais como:

- **Fortalecimento do Movimento Pacto pela Inovação:** Foram realizadas reuniões entre instituições de educação, empreendedorismo e inovação com foco em uma estratégia coletiva para o desenvolvimento econômico voltado para a tecnologia, conhecimento e inovação. O objetivo foi

estimular uma maior colaboração e cooperação entre as 22 instituições que trabalham com empreendedorismo e inovação em Santa Catarina;

- **Rede de Centros de Inovação:** A rede consiste em centros de inovação que abrangem incubadoras, aceleradoras, laboratórios, pesquisa e desenvolvimento, centros de treinamento e espaços de convivência. O objetivo é consolidar a cultura inovadora e empreendedora em Santa Catarina, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional e promovendo a geração de emprego e renda. A utilização dos espaços segue as orientações do Guia de Desenvolvimento de Ecossistemas e Centros de Inovação;
- **Projeto de Pesquisa - Pacto Pela Inovação:** Em parceria com o Grupo de Pesquisa liderado pela Professora Micheline da UDESC/ESAG, foi inscrito um projeto sobre o Pacto Pela Inovação no Edital de Chamada Pública Fapesc nº 24/2021. O objetivo do projeto é mapear o processo de desenvolvimento do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação do Estado de Santa Catarina, gerando material para pesquisa e também servindo de apoio para a retomada do Pacto entre as instituições para inovação em SC;
- **Rodadas de Capacitação da Rede de Centros de Inovação:** Foram realizadas formações para gestores e equipes locais sobre as temáticas a serem trabalhadas pelos Centros de Inovação;
- **Programa para Internacionalizar a Rede de Centros de Inovação:** O programa busca a internacionalização dos ambientes de inovação e das empresas vinculadas. Uma das ações realizadas pela Rede Catarinense de Centros de Inovação foi a entrada na ENRICH, que é a Rede Europeia de Hubs de Centros de Pesquisa e Inovação. Essa ação possibilitou a conexão com membros, parceiros e hubs na Europa e América Latina;
- **SC+TEC:** Trata-se de um programa que visa articular todos os projetos e serviços de qualificação oferecidos pelo governo, alinhando-os para uma formação voltada para a nova economia. O foco está na qualificação de profissionais para o mercado de trabalho, especialmente para a área de tecnologia. Foi lançado um edital pela FAPESC de R\$4.032.000,00 para oferecer 1.260 vagas de cursos;
- **Criação de um Observatório de Inovação Social:** Em parceria com a FAPESC/UDESC, foi lançado um edital para mapear as ações voltadas para o social no estado e incentivar a propagação de instituições e ações sociais. Também foi estabelecido o projeto INSPIRE, em parceria com a UDESC, para capacitação sobre o tema da Inovação Social no Estado.

Agência de Fomento de Santa Catarina – BADESC

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, sociedade de economia mista, de capital autorizado, criada pela Lei n.º 4.950/1973 e instalada oficialmente em 26/08/1975, tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina, mediante a prática da aplicação de recursos financeiros no âmbito de sua competência, definida pela Legislação Federal pertinente e vinculada, para os efeitos de supervisão, coordenação, fiscalização e controle ao Gabinete do Governador.

A partir da Lei n.º 10.912/1998, oficialmente instalada em ata do Conselho de Administração no dia 19/01/1999, foi transformada de "banco de desenvolvimento" em "agência de fomento", nos termos da Resolução n.º 2828/2001, do Banco Central do Brasil.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Ao BADESC compete à execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento às atividades produtivas através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de Agências financeiras nacionais e internacionais.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Fomentar o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina, de forma sustentável, através de financiamentos de médio e longo prazos.

VISÃO: Ser instrumento financeiro de referência em Santa Catarina na promoção do desenvolvimento econômico, social e sustentável.

VALORES: Ética nos negócios; Satisfação do cliente; Agilidade na concessão de crédito; Valorização do conhecimento; Atitude proativa, criativa e empreendedora; Governança e transparência; Sustentabilidade econômica, social e ambiental.

ESTRUTURA: A Estrutura do BADESC, apresentada no item 4. ORGANOGRAMA, está concentrada em sua sede, situada à Rua Almirante Alvim, nº 491, Centro de Florianópolis. Os produtos e serviços são comercializados e operacionalizados com a seguinte estrutura:

Setor Privado (empresas de todos os portes): cinco Gerentes de Negócios (GERENS), cada um lotado em um município (conforme tabela abaixo) atendendo a todas as regiões do Estado e com apoio da Gerência de Atendimento (GEATE) e da Gerência de Operações Privadas (GEROP), ambas localizadas na sede do BADESC, em Florianópolis:

| Gerências de Negócios - GERENS | |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| Nº | Município de Referência (Lotação) |
| 1 | Florianópolis |
| 2 | Blumenau |
| 3 | Joinville |
| 4 | Chapecó |
| 5 | Criciúma |

Setor Público (Prefeituras): atendido pela Gerência de Operações Municipais (GEROM), localizada na sede da Agência.

Microcrédito (Instituições de Microcrédito Produtivo e Orientado – IMPOs): atendido pela Gerência de Operações Especiais (GEROE), também localizada na sede (atende também ao setor privado, especificamente microempresas e empresas de pequeno porte).

CARREIRAS/SERVIDORES:

| Composição do quadro de servidores ativos | |
|--|------------|
| TIPOLOGIA DOS CARGOS | Quantidade |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1. + 1.2.) | 98 |
| 3.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão | 97 |
| 3.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão | 01 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 01 |
| 3. Servidores Terceirizados | 23 |
| Total de Servidores (1 + 2 + 3) | 122 |

ÁREAS DE ATUAÇÃO

I – Realização dos estudos setoriais e regionais necessários ao estabelecimento de procedimentos que visem o desenvolvimento integrado do Estado de Santa Catarina.

II – Desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento.

III – Elaboração e assessoria para projetos especiais destinados à atração de investimentos ao Estado.

IV – Realização de diagnósticos específicos para oferecer a investidores potenciais.

V – Financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias, industriais comerciais e de serviços.

VI – Agenciamento do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC.

VII – Financiamento de obras e serviços de infraestrutura urbana e de apoio ao meio rural, de responsabilidade do Estado e dos Municípios.

VIII – Financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais.

IX – Financiamento de estudos, projetos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público.

X – Financiamento de planos diretores físico-territoriais municipais e regionais.

XI – Financiamentos de reformas administrativas e cadastros imobiliário-fiscais aos municípios.

XII – Formação de fundos específicos para atender a setores priorizados pelo Estado, em especial às micro e pequenas empresas.

XIII – Gerenciamento de fundos estaduais voltados ao desenvolvimento, por expressa e específica autorização em Lei.

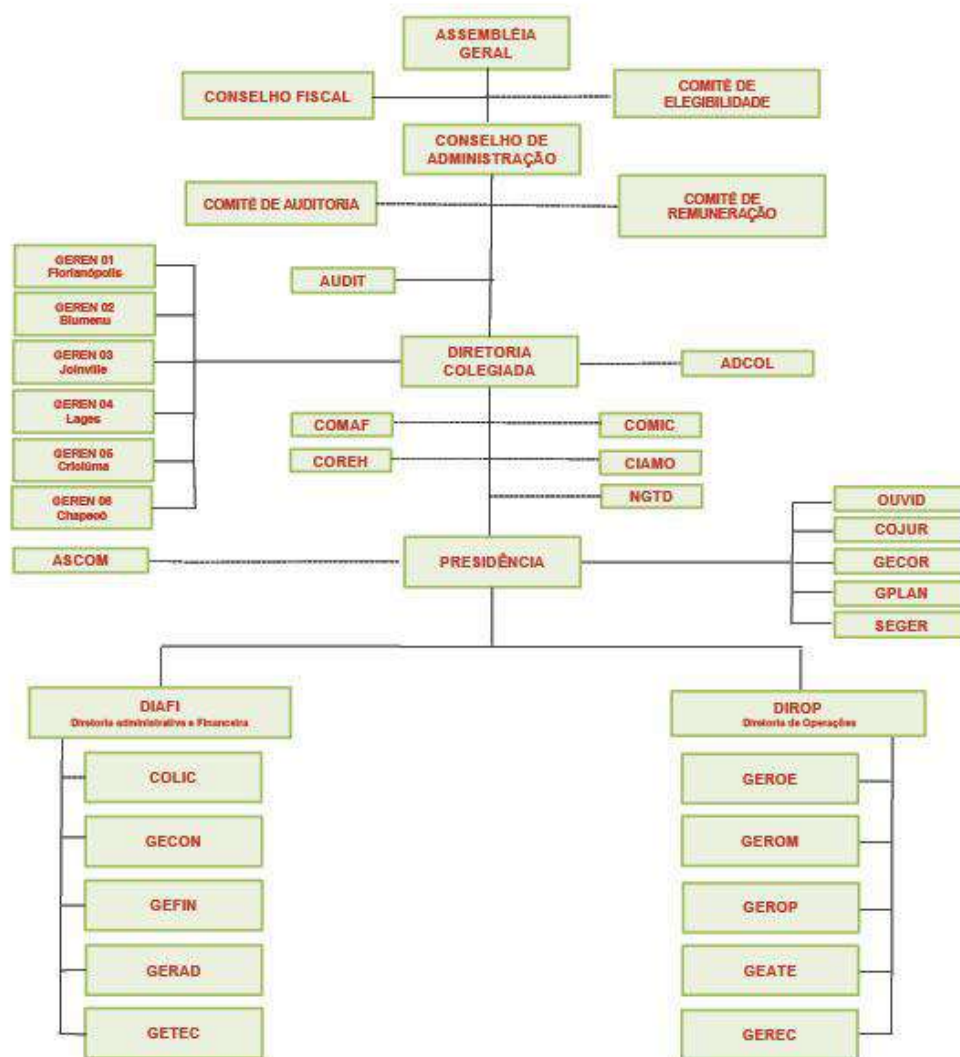
ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilidade de recursos para aplicação. 2. Marca de alta credibilidade junto aos Setores Público e Privado. 3. Operacionalização do Fundo de Aval – FAE. 4. Movimento constante de modernização das ferramentas de análise de crédito, para permitir a escalabilidade de operações. 5. Alta qualificação do corpo funcional. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Prazo para concessão de crédito. 2. Burocracia elevada. 3. O pensar digital focado no cliente ainda não é uma cultura interna consolidada. 4. Comunicação interna pouco eficaz. 5. Poucos processos internos mapeados ou definidos. 6. Corpo funcional ainda não totalmente engajado. 7. Carência de planos táticos e operacionais para viabilizar a aplicação da estratégia. 8. Necessidade de melhorar a estruturação das áreas. 9. Necessidade de melhorias em sistemas internos. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Manutenção de mix competitivo de produtos. 2. Ampliação de mix apropriado de garantias. 3. Diversificação das fontes de funding. 4. Possibilidade de sermos fonte de pesquisas no campo econômico. 5. Atuação com aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 6. Desenvolvimento de novos canais de venda. 7. Desenvolvimento de parcerias estratégicas. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Avanço tecnológico dos concorrentes. 2. Instabilidade econômica. 3. Demanda por produtos cada vez mais ágeis. 4. Órgãos reguladores demandando cada vez mais exigências. |

ORGANOGRAMA

BADESC

ORGANOGRAMA
AGOSTO 2021



PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

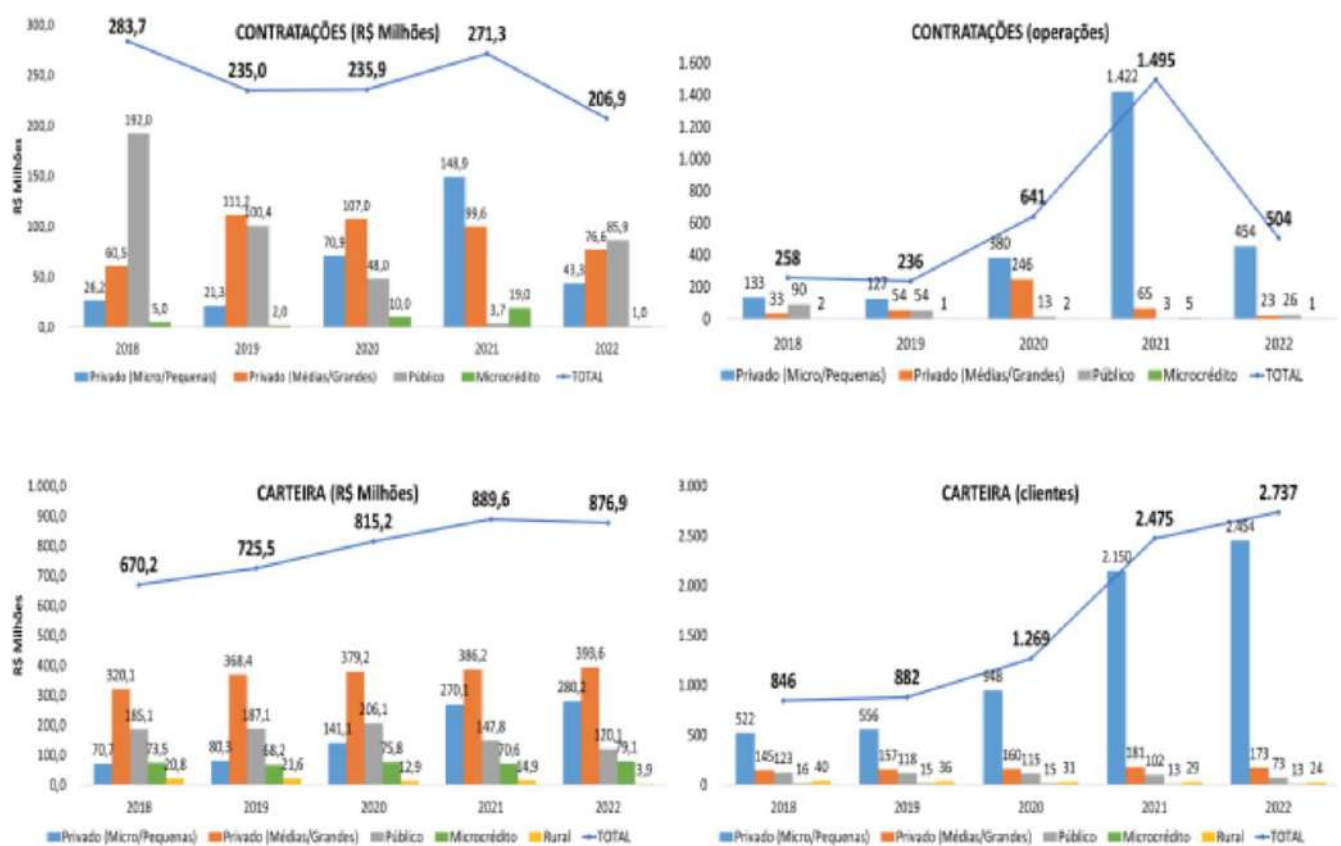
- Empregados;
- Associação de Empregados - ASBADESC;
- Colaboradores terceirizados, estagiários e servidores em disponibilidade;
- Acionistas;
- Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- Fundação Cultural BADESC.

EXTERNAS:

- Fornecedores:
 - De funding de recursos (BNDES, FINEP e FUNGETUR);
 - De prestação de serviços, de suprimentos, de manutenção, de materiais, de desenvolvimento e manutenção de tecnologia da informação.
- Clientes:
 - Prefeituras;
 - Pessoa natural ou jurídica que se dedique a atividades produtivas de caráter autônomo;
 - Empresas e instituições na forma de pessoa jurídica;
 - Instituições de microcrédito produtivo e orientado e Centrais Cooperativas de Crédito;
 - Produtores rurais, cooperativas de produtores rurais e outros beneficiários do crédito rural admitidos pelo Bacen.
- Concorrentes:
 - Bancos de desenvolvimento;
 - Cooperativas de crédito;
 - Bancos comerciais de atuação em fomento.
- Mídias:
 - Emissoras de rádio e televisão;
 - Jornais, revistas e outras mídias impressas;
 - Redes sociais.
- Órgãos fiscalizadores:
 - Banco Central do Brasil;
 - Receita Federal;
 - Secretaria da Fazenda;
 - Gabinete do Governador;
 - Sindicato dos Bancários;
 - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- Órgãos ambientais.
 - Estado de Santa Catarina:
 - Secretarias de Estado;
 - Prefeituras Municipais;
 - Assembleia Legislativa.

- Parcerias:
 - Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE;
 - Universidades;
 - Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento;
 - Entidades de classe;
 - Instituições, fundações, cooperativas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, com atribuições de fomento e desenvolvimento;
 - Associações Empresariais;
 - Sistema “S” (SENAR, SENAC, SESC, SESCOOP, SENAI, SESI, SEST, SENAT e SEBRAE).

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC

A Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) criada pela Lei nº 68/1893, é uma autarquia estadual outorgada pela Lei nº 7.165/1987, vinculada, no âmbito estadual, à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço e subordinada tecnicamente ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Tem a competência e atribuição, por determinação da Lei 8.934/1994, de registrar e dar publicidade aos atos constitutivos, alterações e extinções dos empresários individuais, das cooperativas, sociedades empresárias, consórcios e grupos de sociedades com matriz estabelecidas no Estado de Santa Catarina e dos atos de filiais das empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil; conceder a matrícula e seu cancelamento dos leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns gerais; realizar a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis registradas e dos agentes auxiliares do comércio; e ademais, promover o assentamento dos usos e práticas mercantis.

De acordo com a Lei Federal 11.598/2007, que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídica e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina cumpre papel de entrada única de dados e integração de todos os órgãos envolvidos no Registro Mercantil, Licenciamento e Legalização Empresarial.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Facilitar a vida do empreendedor por meio do registro simples, ágil, inovador, seguro e integrado.

VISÃO: Ser o agente integrador para a formalização do empreendedor de forma rápida e intuitiva.

VALORES: Inovação; Ética; Transparência; Sustentabilidade; Valorização das pessoas; Integridade; Comprometimento; Excelência com simplicidade.

ESTRUTURA: Estrutura física com prédio próprio de aproximadamente 4.860 m² (sede) e com os escritórios regionais alocados nas Gerências Regionais da Secretaria de Estado da Fazenda, Praça do Empreendedor e em Associações Empresariais.

CARREIRAS/SERVIDORES: Estrutura funcional com 129 colaboradores, sendo:

- 68 servidores efetivos, sendo 03 servidores de outros órgãos à disposição da JUCESC;
- 14 servidores em cargo de comissão, sendo 06 servidores efetivos;
- 23 vogais, sendo 02 vogais em cargo de comissão;
- 32 terceirizados.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Registrar, arquivar e garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos das empresas, conceder matrículas para agentes auxiliares de comércio e fornecer informações gerenciais socioeconômicas. Atua também como órgão integrador visando a simplificação das atividades de licenciamento e legalização empresarial.

Na parte de registro atua junto com o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), órgão Federal, na elaboração e melhoria das Instruções Normativas relacionadas ao registro de empresas.

Na parte de integração, promove a participação da sociedade civil organizada na construção de novas normas e na simplificação das ferramentas do registro de empresas por meio do programa SC Bem Mais Simples e do Fórum Simplifica, realizando as ações necessárias com os demais órgãos envolvidos nas etapas de licenciamento.

Dessa forma, alinhado com as Secretarias de Estado, a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC tem o propósito de promover e incentivar a melhoria do ambiente de negócios no macro sistema catarinense.

Através dos sistemas de protocolo digital, somado aos 140 passo a passos (manuais de procedimentos de registros), colaboradores, atendimento virtual/presencial e demais ferramentas digitais disponíveis no site da JUCESC, busca-se a simplificação, celeridade, publicidade e transparência para os empreendedores e profissionais que prestam serviços para as empresas.

SERVIÇOS DE REGISTRO:

- Serviços de registro de empresas com endereço em Santa Catarina: abertura, alteração e baixa de empresas (empresário individual, sociedade limitada, sociedade em nome coletivo, sociedade anônima, cooperativa, consórcio e grupos de sociedades);
- Serviços de registro de filiais com endereço em Santa Catarina de empresas nacionais e estrangeiras;
- Serviços de registro de operações de transformação, incorporação, cisão e fusão de empresas;
- Serviços de autenticação de livros contábeis, livros societários e demais livros;
- Serviços de expedição de certidões simplificada, de inteiro teor e específica;
- Serviços de matrícula e seu cancelamento dos agentes auxiliares do comércio (leiloeiros, administradores e trapicheiros de armazém geral e tradutores públicos e intérpretes comerciais).

ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO:

Atividade de entrada única de dados por meio da consulta de viabilidade, através da automatização:

→ da análise de nome empresarial;

→ da inscrição estadual, quando necessária; e

→ do enquadramento da atividade da empresa perante o Corpo de Bombeiros.

Também é realizada a análise da viabilidade de localização da empresa no Município, no entanto através de uma análise não automática por parte da Prefeitura.

Por meio deste procedimento, o empreendedor recebe a resposta dos órgãos envolvidos, podendo assim dar continuidade nas próximas etapas.

Atividade de geração do CNPJ por meio do Documento Básico de Entrada (DBE/CNPJ).

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo técnico comprometido 2. Sistema totalmente digital 3. Prédio próprio e localização 4. Estrutura física 5. Receita própria 6. Superavitária 7. Capacidade de investimento 8. Agilidade na prestação dos serviços 9. Participação da sociedade por meio do colégio de vogais 10. Relação institucional com a comunidade, entes públicos, setor empresarial e entidades de classe 11. Serviços disponíveis 24h todos os dias | <ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação interna e externa 2. Falta de política de atendimento 3. Falta de gestão estratégica 4. Desmotivação 5. Falta de capacitação/treinamento 6. Ausência de gestão de processos e projetos 7. Ausência de saúde ocupacional 8. Ineficiência de gestão de pessoas |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Crescimento da economia 2. Avanço tecnológico 3. Trabalho híbrido 4. Plano de cargos e salários dos servidores da JUCESC 5. Criação de coordenadorias (FG2) 6. Integração com órgãos e entidades de legalização 7. Parcerias e integração com entidades públicas e privadas 8. Cumprimento da Lei de Liberdade econômica dos órgãos competentes 9. Cumprimento da Lei da melhoria do ambiente de negócios nos órgãos competentes 10. Criação de novos serviços 11. Criação da Escola de Registro Empresarial 12. Realização de eventos voltados ao registro empresarial | <ol style="list-style-type: none"> 1. Mudança na legislação 2. Crise econômica 3. Rotatividade dos gestores 4. Saída de servidores efetivos 5. Balcão único Federal 6. Ataque de Hackers 7. Falta de 100% de integração com os municípios 8. Demandas judiciais 9. Dependência de sistemas de terceiros 10. Autarquia sem autonomia administrativa e financeira 11. Ausência de Plano de Cargos e Salários dos servidores da JUCESC |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores públicos, vogais e colaboradores terceirizados.

EXTERNAS:

- Sociedade,
- Empresários,
- Agentes auxiliares do comércio (leiloeiro, administrador de armazém e tradutor público),
- Profissionais que trabalham com o registro de empresas,
- Fornecedores,
- Órgãos que fazem parte do processo de registro e legalização,
- Entidades privadas e conselhos de classes
- Demais entidades da administração pública federal, estadual e municipal.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Em outubro de 2017 foi lançado e iniciado o projeto “Junta Digital”, com o objetivo de eliminar o protocolo em papel e para que toda a tramitação do processo fosse realizada de forma digital, resultando em maior celeridade do despacho do processo e na redução de despesas. Essa mudança possibilitou que a JUCESC não parasse em nenhum momento, até mesmo no momento da pandemia, já que era possível o trabalho em home office. O processo que passava nas mãos de 07 colaboradores antes dos avanços de automatização, passou a ter uma única etapa, ou seja, a análise e despacho do processo.

No ano de 2020, a JUCESC passou a ser 100% digital, o que possibilitou a entrada/protocolo de processos através de procedimento digital, ou seja, sem a necessidade do empreendedor/profissional se deslocar até o ambiente físico da sede ou dos escritórios regionais da JUCESC. Isso contribuiu para a celeridade da resolução dos processos, além da economicidade para o órgão público e também para o empreendedor e profissionais que prestam os serviços de registro.

No ano de 2019 a JUCESC tinha 163 analistas de processos (servidores e vogais), com uma média de análise de 23 mil minutos por ano de análises de processos por analista. Em 2020, com a JUCESC totalmente digital, muitos escritórios regionais foram fechados. Mesmo com o início da pandemia, a JUCESC continuou com as suas atividades, todavia através do trabalho remoto.

No ano de 2020, devido a pandemia, houve uma queda no número de protocolos de processos. Todavia, no de 2021 e 2022, houve uma crescente, e em 2022 superou o número de protocolos de 2019. Nesses dois anos, a JUCESC continuou com o trabalho em home office, todavia de forma híbrida. Os números demonstraram que em 2022 o número de analistas de processos (servidores e vogais) era de 77, ou seja, 53% a menos de analistas em comparação ao ano de 2019. Todavia, o número de protocolos de processos aumentou, e a produtividade dos analistas dobraram (55 mil minutos por ano de análises de processos por analista).

Em 2020 foi criado o SICOM (Sistema Integrado de Comunicação) com o objetivo de melhorar a comunicação entre JUCESC e empreendedor e profissionais que prestam os serviços de registro através de um canal único organizado e controlável. A ferramenta foi criada internamente pelo setor de Tecnologia da Informação da JUCESC, contribuindo para a melhoria e entrega das respostas demandadas.

Em relação à receita arrecadada, a JUCESC teve um aumento de 73% de receita em 2022 em comparação à 2019, ou seja, ao final de 2022 conseguiu entregar para o Estado de Santa Catarina um trabalho 100% digital, com a possibilidade de acesso pela sociedade dos serviços a qualquer momento desde que com a acesso a internet, funcionando 07 dias por semana, 24 horas por dia e presente em todos os continentes do mundo, com um corpo de colaboradores reduzido em comparação ao ano de 2019, e com uma produtividade dobrada. De 2019 a 2022 foram abertas 734.545 novas empresas. Em 2022 foram abertas 210.646 novos negócios, sendo 40% a mais em relação à 2019 (150.410) e 2% em relação à 2021 (205.859). Já em relação às empresas fechadas, de 2019 a 2022 foram encerradas 253.152 empresas, tendo em 2022 o maior número (81.379), sendo 54% a mais em relação ao ano de 2019 (52.975) e 21% em relação ao ano de 2021 (67.313).

No ano de 2021, a JUCESC ganhou o prêmio de inovação catarinense promovido pela FAPESC, ficando em 1º lugar na categoria “Governo Inovador”.

3.2.2 Ciência, Tecnologia e Inovação

SCTI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Criada na Reforma Administrativa, pelo governador Jorginho Mello, a secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação tem como objetivo fortalecer um dos setores que mais cresce em Santa Catarina e que representa 6% do PIB do Estado.

A pasta tem como foco acelerar a implementação de políticas públicas que impulsionam o desenvolvimento econômico a partir da inovação e também melhorar a prestação de serviços públicos à sociedade por meio de ações construídas conjuntamente com outras secretarias estratégicas.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

De acordo com o Capítulo V do Título II da Lei Complementar nº 741/2019, o qual passa a vigorar acrescido da Seção IV-A,

Art. 33 A - À SCTI compete:

- I - promover a ciência, tecnologia e inovação, de forma articulada com os programas estruturantes e o desenvolvimento econômico sustentável;
- II - incentivar a criação de ambiente adequado para a geração de produtos, processos e serviços inovadores;
- III - estimular a conversão de produtos, processos e serviços inovadores em modelos de negócios, visando ao desenvolvimento econômico sustentável do Estado;
- IV - implementar mecanismos de apoio ao empreendedorismo, à transferência de tecnologias e ao desenvolvimento social e de mercado;
- V - fomentar a implantação de condomínios de sociedades empresárias, polos tecnológicos, aglomerados produtivos locais e centros de inovação;
- VI - estimular a realização de pesquisa científica e tecnológica;
- VII - definir a política estadual da ciência, tecnologia e inovação, estimulando a participação integrada das Administrações Públicas Estadual e Municipais, das instituições privadas e da sociedade;
- VIII - normatizar, integrar e acompanhar as ações de fomento à ciência, tecnologia e inovação dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual, bem como acompanhar seus resultados;
- IX - realizar estudos para subsidiar a formulação de planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico no Estado;
- X - diagnosticar as necessidades e os interesses em ciência, tecnologia e inovação do Estado e indicar as diretrizes e prioridades, respeitadas as características regionais, visando à aplicação racional dos recursos e à conciliação dos interesses da comunidade científico-tecnológica e do setor produtivo, subordinados aos interesses da sociedade;
- XI - promover a racionalização dos recursos da tecnologia da informação e comunicação da Administração Pública Estadual, por meio da coordenação de ações cooperadas;
- XII - definir as diretrizes e propor políticas e metas para gestão do tratamento e da proteção dos dados pessoais no Poder Executivo;
- XIII - fomentar investimentos e apoiar a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC); e
- XIV - coordenar e gerenciar a rede de inovação para ações de governo." (NR)

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão: Melhorar a vida das pessoas e das empresas catarinenses por meio da promoção da ciência, tecnologia e inovação, aumentando a produtividade e a competitividade da economia de Santa Catarina.

Visão: Ser o Estado mais inovador do Brasil.

Valores: Colocar a ciência, tecnologia e a inovação a serviço da vida dos catarinenses.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1.8 SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

| UNIDADE ORGANIZACIONAL | Quant. | Código | Nível |
|--|--------|--------|-------|
| Denominação Cargo/Função | | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO | | | |
| Assessor Especial | 2 | DGS | 1 |
| Assistente de Gabinete | 1 | DGS | 3 |
| Assistente Técnico | 2 | DGI | |
| Assistente de Gabinete | 1 | DGS | 2 |
| Assessor de Comunicação | 1 | DGS | 2 |
| | | | |
| GABINETE DO SECRETÁRIO AJUNTO | | | |
| Assistente de Gabinete | 1 | DGS | 3 |
| Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade | 1 | DGS | 2 |
| | | | |
| DIRETORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | | | |
| Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação | 1 | DGE | |
| Assessor Técnico | 1 | DGS | 2 |
| Gerente de Processos Digitais | 1 | FG | 2 |
| Gerente de Governo Digital | 1 | FG | 2 |
| Gerente de Gestão de Sistemas Corporativos | 1 | FG | 2 |
| Gerente de Proteção de Dados | 1 | FG | 2 |
| Gerente de Infraestrutura e Segurança da Informação | 1 | DGS | 2 |
| Gerente de Normatização e Planejamento em Tecnologia da Informação e Comunicação | 1 | FG | 2 |
| | | | |
| COORDENADORIA DE INOVAÇÃO | | | |
| Coordenador de Inovação | 1 | DGS | 1 |
| Gerente de Inovação em Governo | 1 | DGS | 2 |
| Gerente de Formação Para Profissionais do Futuro e Negócios Inovadores | 1 | DGS | 2 |
| Gerente da Rede Catarinense de Centros de Inovação | 1 | DGS | 2 |
| Gerente de Financiamento e Atração de Investimentos | 1 | DGS | 2 |
| | | | |
| FUNÇÕES DE CHEFIA | | | |
| Supervisor | 5 | FC | 1 |

ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Secretaria faz parte do setor de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação. Essa área de atuação engloba diversas subáreas e segmentos que têm um papel fundamental no avanço social, econômico e ambiental do estado.

No âmbito da ciência, a secretaria promove a pesquisa científica e o desenvolvimento de conhecimento em diferentes áreas, como biologia, física, química, medicina, agronomia, entre outras. Isso permite a geração de novos conhecimentos, a formação de recursos humanos qualificados e o fortalecimento da base científica do estado.

No campo da tecnologia, a secretaria apoia a inovação tecnológica e o desenvolvimento de soluções tecnológicas em setores estratégicos, como tecnologias da informação e comunicação, energias renováveis, biotecnologia, nanotecnologia, entre outros. Essas tecnologias têm o potencial de impulsionar a competitividade econômica, melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para a sustentabilidade ambiental.

Além disso, a secretaria incentiva a interação entre o setor acadêmico, empresas e governo, promovendo parcerias e colaborações que impulsionam a transferência de tecnologia e a criação de novos empreendimentos inovadores. Essas ações estimulam o empreendedorismo, a geração de empregos qualificados e o crescimento econômico do estado.

Em termos sociais, a atuação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina contribui para o desenvolvimento humano, ao promover a qualificação da mão de obra, o acesso ao conhecimento e a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, a área de ciência, tecnologia e inovação desempenha um papel importante na resolução de desafios sociais, como saúde, educação, meio ambiente e inclusão social.

Do ponto de vista econômico, o setor de ciência, tecnologia e inovação impulsiona a criação de novas empresas, atração de investimentos, aumento da produtividade e diversificação da economia. Isso resulta em maior geração de riqueza, empregos qualificados e fortalecimento da competitividade regional e nacional.

Em relação ao aspecto ambiental, a promoção da ciência, tecnologia e inovação permite o desenvolvimento de soluções sustentáveis, como energias limpas, uso eficiente de recursos naturais e processos produtivos menos impactantes ao meio ambiente. Dessa forma, a secretaria contribui para a preservação do meio ambiente, a mitigação das mudanças climáticas e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Em suma, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina atua no fomento à pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico, desempenhando um papel crucial na promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental do estado.

ANÁLISE SWOT

| Pontos Fortes | Pontos Fracos |
|---|--|
| <p>Prerrogativas de ser um órgão normatizador.</p> <p>Promoção da inovação em diversos setores da economia.</p> <p>Apoiar à pesquisa e desenvolvimento tecnológico.</p> <p>Estímulo ao empreendedorismo e startups.</p> <p>Implementação de soluções de governo digital e serviços e digitais.</p> <p>Desenvolvimento de talentos e capacitação na área de ciência e tecnologia.</p> <p>Integração entre diferentes setores da sociedade para estimular a colaboração e a inovação.</p> <p>Possuir um ecossistema de inovação com espaços de coworking, incubadoras e aceleradoras.</p> <p>Ser referência em governo digital para os outros estados (ABEP-TIC).</p> | <p>Limitações orçamentárias.</p> <p>Desafios de coordenação e colaboração entre os setores.</p> <p>Déficit de profissionais qualificados em ciência, tecnologia e inovação.</p> <p>Resistência à mudança por parte de indivíduos e grupos.</p> <p>Obstáculos regulatórios e legais.</p> |
| Oportunidades | Ameaças |
| <p>Avanços tecnológicos contínuos e demanda por soluções digitais.</p> <p>Colaboração com empresas, startups, universidades e centros de pesquisa.</p> <p>Acesso a financiamento e investimentos em tecnologia e inovação.</p> <p>Demandas crescentes por soluções digitais e serviços eletrônicos em diferentes setores.</p> <p>Parcerias internacionais para cooperação em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.</p> | <p>Obsolescência de infraestrutura tecnológica adequada.</p> <p>Lacunas de habilidades e capacitação de profissionais para projetos estruturantes.</p> <p>Dificuldade em acompanhar o nível salarial e capital humano do mercado privado.</p> <p>Risco de dependência tecnológica externa.</p> <p>Vulnerabilidades de segurança cibernética.</p> |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Governo Estadual.

EXTERNAS:

- Empresas e Setor Privado.
- Universidades e Instituições de Ensino Superior.
- Centros de Pesquisa e Inovação.
- Sociedade Civil.
- Agências de Fomento e Financiamento.
- Setores Produtivos e Industriais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Tendo em vista a recente criação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação pela Lei 18646/2023 que alterou a Lei Complementar nº 741, de 2019, a SCTI não possui histórico de resultados anteriores.

Fundação de Amparo e Pesquisa e Inovação do Estado de SC – FAPESC

A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) é agência de fomento executora da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional, o desenvolvimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população do Estado de Santa Catarina.

A Fundação está vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI) e tem papel fundamental dentro do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) de Santa Catarina.

Dentre os objetivos da Fapesc, estão fomentar, desenvolver e executar a política de incentivo à pesquisa científica e tecnológica, bem como promover a realização de estudos, a execução e divulgação de programas e projetos de pesquisa científica básica e aplicada, individuais ou institucionais, e o desenvolvimento de produtos e processos tecnológicos.

Além de fomentar a pesquisa científica e tecnológica, a Fundação desempenha um papel importante na promoção da colaboração e da integração entre diferentes atores do ecossistema de CT&I. Por meio do incentivo a parcerias entre universidades, institutos de pesquisa, empresas e o governo, contribui para um ambiente propício à troca de conhecimentos, a transferência de tecnologia e a criação de redes de colaboração. Essa sinergia entre os diferentes setores é essencial para impulsionar a inovação e estimular o desenvolvimento de soluções mais eficientes e impactantes para os desafios enfrentados pela sociedade catarinense.

A Fapesc desempenha um papel estratégico na construção de um futuro mais próspero e sustentável para Santa Catarina, estimulando a criação de uma cultura de inovação e colocando o estado em destaque no cenário nacional e internacional de ciência, tecnologia e inovação.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Compete à Fapesc apoiar e promover a realização de estudos, executar, divulgar programas e projetos de pesquisa científica e inovação, individuais ou institucionais, por iniciativa própria ou em colaboração com outras instituições públicas ou privadas permitindo o desenvolvimento de produtos e processos tecnológicos, de acordo com as diretrizes atribuídas pela Lei Complementar nº 741/2019, bem como pelo Estatuto Social da Fapesc aprovado pelo Decreto 965/2012, tais como:

- a) Promover investigações científicas e tecnológicas em colaboração com outras instituições do país ou do exterior, bem como o intercâmbio e a cooperação técnico-científica regional, nacional e internacional;
- b) Estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em instituições oficiais ou particulares;
- c) Conceder bolsas de estudo ou de pesquisa e promove estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior;
- d) Cooperar com as universidades e com os institutos de pesquisa e de ensino tecnológico no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores; bem como promover a interação das instituições científicas, dos complexos empresariais, do governo e da sociedade;
- e) Incentivar a realização de estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham por objeto a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação do processo de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como de técnicas, processos, produtos, absorção, utilização e difusão tecnológica primária ou incremental;
- f) Apoiar a formação e a capacitação de pessoas para a pesquisa científica e tecnológica e de inovação, de forma regionalizada e desconcentrada, mediante a concessão de bolsas;
- g) Fomentar soluções de tecnologia de informação e comunicação para ciência, tecnologia e inovação, inclusive para a administração pública;

h) Fomentar a internacionalização de empresas catarinenses inovadoras, bem como o desenvolvimento tecnológico inovativo das empresas catarinenses e organizações públicas ou privadas, preferencialmente em parceria com instituições de ensino e pesquisa situadas no Estado, pela transferência de conhecimento e interação de competências;

i) Incentivar e custear a criação, a instalação e o desenvolvimento de unidades de pesquisas, polos, parques, distritos de inovação e incubadoras de base tecnológica, bem como a criação e desenvolvimento de arranjos produtivos locais;

j) Promover a inclusão digital e o acesso à rede mundial de computadores por meio das instituições de pesquisa e de ensino superior, públicas ou privadas, sem fins econômicos, bem como de organizações do Terceiro Setor de relevante atuação na comunidade.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover o ecossistema catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação por meio de fomento e da integração de seus agentes, objetivando o avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, nos pilares econômico, ambiental e social.

VISÃO: Ser referência nacional como instituição promotora do desenvolvimento do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.

VALORES: Transparência, Inovação, Ética, Eficiência e Eficácia, Gestão Participativa, Comprometimento, Cooperação.

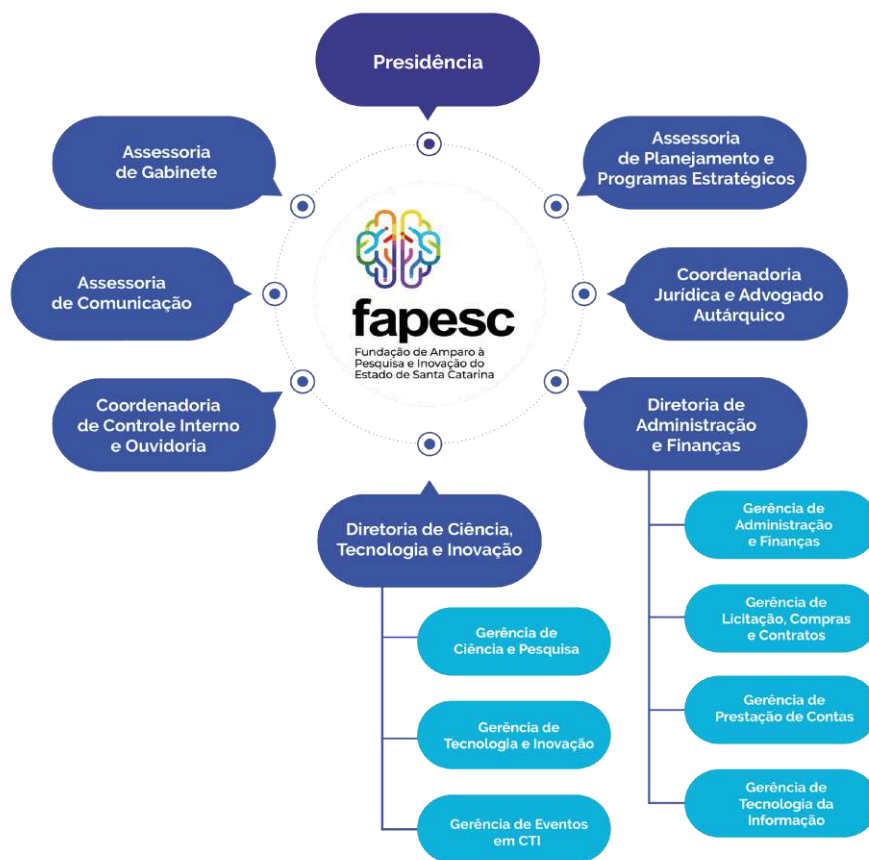
ESTRUTURA: A Fundação está localizada no Parque Tecnológico ALFA – Rodovia José Carlos Daux (SC 401), Km 01 – Módulo 12A – Prédio CELTA/FAPESC – 5º Andar – Bairro João Paulo – Florianópolis/SC – Brasil.

No intuito de favorecer a interiorização de suas ações, em 2021 a Fapesc instituiu uma Unidade de Atendimento presencial no Oeste Catarinense, no Pollen Parque Científico e Tecnológico de Chapecó, a qual está localizada na rua Eduardo Pedroso da Silva, 195 E - Efapi, Chapecó/SC - Brasil.

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Presidente (1)
- Assessor de Gabinete (1)
- Assessor de Comunicação (1)
- Assessor de Planejamento e Programas Estratégicos (1)
- Coordenador de Procuradoria Jurídica (1)
- Diretor (2)
- Gerente (7)
- Coordenador de Controle Interno (1)
- Psicólogo (1)
- Professor (1)
- Técnico em Contabilidade (1)
- Técnico Administrativo (1)
- Motorista (1)

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Os eixos de atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - Fapesc, foram definidos a partir de seus objetivos estratégicos, focados principalmente nas áreas de atuação:

- Pesquisa;
- Formação de pessoas e bolsas;
- Eventos de Difusão em CT&I;
- Prêmios;
- Cooperação internacional;
- Inovação.

A Fundação oferece suporte a programas com foco em:

- Geração e transferência de conhecimento;
- Interação de competências entre empresas, organizações públicas e instituições de ensino;
- Incorporação de tecnologias aos setores econômicos;
- Desenvolvimento de produtos ou serviços tecnológicos que tragam soluções de valor ao mercado;
- Formação de pessoas e desenvolvimento de pesquisa e inovação;
- Consolidar o ecossistema de CT&I de SC.

Além disso, a Fapesc respeita as estratégias para desenvolvimento das áreas prioritárias para pesquisas e demais atividades científicas, tecnológicas e de inovação, constantes das políticas e diretrizes estaduais de CT&I.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Articulação com outras FAPs; 2. Projetos/Programas consolidados; 3. Equipe qualificada e experiente; 4. Flexibilidade da equipe em assumir diferentes funções de acordo com a necessidade; 5. Presteza e agilidade no atendimento; 6. Infraestrutura e localização - inserida em ambiente inovador; 7. Horário de trabalho; 8. Relacionamento com instituições federais e estaduais; 9. Variedade de programas e editais; 10. Atores do ecossistema reconhecem a importância da Fapesc. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de acompanhamento e avaliação in loco dos projetos; 2. Não há apropriação e mensuração dos resultados das pesquisas (divulgação de resultados); 3. Prestação de contas focada na parte financeira; 4. Comunicação interna deficiente; 5. Divisão e distribuição do trabalho; 6. Falta de um ambiente interno inovador; 7. Falta de quadro de pessoal lotado na FAPESC e falta de concurso público; 8. Insegurança e vulnerabilidade dos coordenadores de projetos; 9. Baixo nível de padronização, comunicação e formalização de processos internos; 10. Inexistência de um programa de educação continuada; 11. Inexistência de um plano de desenvolvimento para execução de trabalho remoto e novos formatos de trabalho; 12. Ausência de planejamento estruturado para lançamento de novas chamadas. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Parcerias com Órgãos Estaduais; 2. Disponibilidade de recursos internacionais; 3. Ferramentas de comunicação (Redes sociais, eventos temáticos próprios); 4. Parcerias com outras FAPs para lançamento de editais; 5. Polos econômicos definidos em SC; 6. Aproximação com CONFAP e outras FAPs para fins de Benchmarking; 7. Fortalecimento das parcerias com as instituições envolvidas em CT&I; 8. Políticas de Inovação & Novo marco de CT&I; 9. Convênios e acordos de cooperação; 10. Novos modelos de gestão e formatos de trabalho. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Corte de recursos em CT&I; 2. Total dependência do Governo Estadual; 3. Crise financeira nacional; 4. Falta de repasse do 1% constitucional; 5. Falta de reconhecimento do impacto do trabalho da Fapesc na sociedade; 6. Falta de interesse político em Ciência e Pesquisa (resultados de longo prazo); 7. Excesso burocrático na liberação de recursos financeiros para a Fapesc. 8. Limite e valor das diárias dos CP (coordenadores de projetos Fapesc). |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Conselho superior;
- Comissionados;
- Bolsistas;
- Consultores Ad hoc;
- Fornecedores;
- Servidores;
- Terceirizados;
- Estagiários.

EXTERNAS:

- Sociedade;
- Órgãos governamentais;
- Empresas públicas e privadas;
- Comunidade científica;
- Instituições de pesquisa;
- Instituições beneficiárias da RCT;
- Parceiros estaduais;
- Estudantes;
- Pesquisadores;
- Instituições de Ensino Superior;
- Entidades de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Imprensa.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Ao longo dos últimos quatro anos e cinco meses, em parceria com todos os atores do Ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Fapesc alcançou a marca de 163 editais de chamadas públicas, resultando em programas de apoio e, por consequência, projetos de pesquisas, novas startups e produtos inovadores que chegam a todos os catarinenses. A Fundação buscou ouvir os anseios dos pesquisadores e empreendedores e gerar oportunidades assertivas para o desenvolvimento das pessoas e das instituições e regiões do Estado de Santa Catarina.

Os programas contemplam todos os eixos de atuação da Fapesc: Formação de Recursos Humanos e Bolsas, Ciência e Pesquisa, Inovação e Tecnologia, Eventos e Difusão em CTI, Cooperação Internacional e Prêmios (Figura 3), com investimentos que incluíram recursos de parceiros dos governos nas esferas Federal e Estadual, bem como do Ecossistema de CTI, como o Instituto Euvaldo Lodi, a Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina (FIESC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A Fapesc fomentou assim, a participação efetiva da comunidade científica e empreendedora de Santa Catarina, ampliando as ações de CTI com vistas a atender os atores do Ecossistema Catarinense, diversificando e estadualizando as chamadas, gerando oportunidades nas diversas regiões e instituições espalhadas por Santa Catarina, ampliando, significativamente, as ações e oportunidades aos pesquisadores e empreendedores.

Nesta perspectiva, a Fapesc cumpriu um papel importante não somente de fomento, mas também de integração e conexão entre os diversos stakeholders dos Ecossistemas de Inovação e de Pesquisa, responsáveis por impulsionar a geração de conhecimento e inovação no Estado, contemplando os seguintes eixos:

Ciência e Pesquisa

O eixo Ciência e Pesquisa apresenta os investimentos realizados pela Fapesc e órgãos parceiros, por meio dos editais de chamada pública, em pesquisa básica e aplicada, em todas as áreas de conhecimento. Alguns destes aportes visam ainda a melhoria na infraestrutura acadêmica, como a modernização de laboratórios.

- Editais lançados: 53
- Projetos contratados: 1.000
- Valor contratado: R\$ 86.614.145,46

Tecnologia e Inovação

O eixo Tecnologia e Inovação contempla os investimentos da Fapesc, via editais de chamada pública, para fomentar o empreendedorismo inovador, o desenvolvimento de novas tecnologias e o fortalecimento da cultura de inovação em Santa Catarina. A fundação apoiou, acelerou e deu destaque a empresas, projetos e ideias que contribuíram para a abertura de novos negócios, a criação de novos produtos e serviços, além da geração de emprego e renda.

- Editais lançados: 35
- Projetos contratados: 442
- Valor contratado: R\$ 48.522.386,75

Bolsas

Os editais de chamada pública do eixo Bolsas priorizam os investimentos na formação de recursos humanos qualificados, tanto com bolsas acadêmicas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, quanto com bolsas de DCTI (Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação), com a prática realizada em empresas e órgãos públicos do Estado de Santa Catarina.

- Editais lançados: 47
- Projetos contratados: 159
- Valor contratado: R\$ 119.206.713,07
- Número médio de Bolsistas por mês: 527, sendo:
 - Ano 2019: 232
 - Ano 2020: 347
 - Ano 2021: 494
 - Ano 2022: 902
 - Ano 2023: 997

Eventos em CTI

O eixo Eventos em CTI mostra os editais de chamada pública que têm como objetivo a difusão do conhecimento, tanto da área acadêmica, quanto da tecnologia e inovação desenvolvidas em Santa Catarina. Com isso, a produção local e regional são valorizadas, assim como a interação e a troca de informações com especialistas nacionais e internacionais. Os eventos aproximam a sociedade das soluções para os seus problemas.

- Editais lançados: 5
- Projetos contratados: 325
- Valor contratado: R\$ 10.118.223,52

Internacionalização

O eixo Internacionalização concentra as ações realizadas pela Fapesc, em parceria com outros órgãos, para estimular a internacionalização de projetos de pesquisa e inovação. Esses editais de chamada pública proporcionam oportunidades para que os trabalhos desenvolvidos em Santa Catarina possam avançar para um patamar mais elevado, conectando-se com o que é produzido no mundo, em diferentes áreas, levando e trazendo novos conhecimentos, tecnologias e ideias empreendedoras.

- Editais lançados: 16
- Projetos contratados: 28
- Valor contratado: R\$ 1.161.155,78

Prêmios

O eixo Prêmios expõe as ações da Fapesc para valorizar quem desenvolve e dá destaque à ciência, tecnologia e inovação em Santa Catarina. Por meio de editais de chamada pública são contemplados e prestigiados todos os setores da sociedade, desde acadêmicos e profissionais das empresas inovadoras, como professores e alunos da Educação Básica, órgãos públicos e os jornalistas que divulgam o resultado de todo esse esforço empreendido pelo ecossistema de CTI catarinense.

- Editais lançados: 7
- Valor em prêmios: R\$ 1.236.871,27

Os dados são referentes ao período de Janeiro de 2019 e Maio de 2023.

Outros resultados da Instituição

Em 2021 a FAPESC foi agraciada com o Prêmio Empresa Cidadã 2021, que foi concedido pela ADVB as empresas e instituições catarinenses que se destacaram por seus esforços em: Preservação Ambiental, Participação Comunitária e Desenvolvimento Cultural e Combate a pandemia. O case apresentado pela FAPESC na categoria Combate a pandemia, intitulado “Estudos, Benchmarking e Inteligência de Dados sobre a Covid-19”, demonstrou os esforços da Fundação em mobilizar e reunir de forma espontânea e voluntária, a comunidade científica do Sistema Catarinense de Instituições de Nível Superior para que a partir de seus conhecimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), mapeassem e avaliassem estudos e boas práticas de combate a pandemia (sob seus diversos aspectos), desenvolvidos em âmbito nacional e internacional e emitissem com máxima agilidade, pareceres consubstanciados para o Núcleo Intersetorial de Inteligência de Dados sobre o COVID19 do Estado de Santa Catarina.

Em 2022 a Fapesc tornou-se signatária do Movimento Nacional ODS Santa Catarina, com o intuito de reforçar os valores da Fundação e mostrar que é capaz de impactar positivamente no mundo, aliando o desenvolvimento organizacional a ações socialmente responsáveis. Além dos impactos externos, as quais refletem diretamente na sociedade, nas mudanças do clima e na gestão dos recursos hídricos, a implementação dos ODS na Fapesc também impacta no ambiente interno, uma vez que, a implantação de iniciativas pautadas nos ODS, a médio e longo prazo proporcionam um ambiente mais saudável e inclusivo para os colaboradores.

A Fapesc exerce ativa atividade no CONFAP, Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, uma organização sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover uma melhor articulação dos interesses das agências estaduais de fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação no Brasil. Criado em 28 de abril de 2006, congrega 27 Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). Além de editais conjuntos, principalmente na área internacional, a Fundação participa de Grupos de Trabalho e da liderança do conjunto das FAPs dos Estados do Sul, atendendo às disposições da Lei nº 15.079/2010.

Em conjunto com o Conselho, a Fapesc vem fomentando o reconhecimento nas Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTI) catarinenses a selecionarem pesquisadores(as) renomados com trabalhos de grande potencial e/ou contribuição para o desenvolvimento da Ciência, Tecnológico e Inovativo (CT&I) do estado de Santa Catarina e do Brasil e, profissionais da área de comunicação, atuantes na difusão da CT&I, para participarem da etapa estadual de seleção e, conseqüente, concorrerem a etapa nacional do Prêmio CONFAP de CT&I.

Termos de parcerias

TERMO DE PARCERIA 2021TR748 FAPESC – BLUSOFT

Objeto: Formar 300 jovens e adultos no formato presencial, dando preferência aos jovens em risco social e pessoas com deficiência; formar 300 jovens e adultos no formato EaD síncrono (online em tempo real); formar mais de 5.000 jovens e adultos no formato EaD assíncrono através de Plataforma de Ambiente Virtual de Avaliação (AVA), em cursos de até 480 horas-aula sobre as competências em tecnologia da informação. Ao final do curso os alunos são contratados por empresas de TI de Blumenau e região, parceiras no Programa. O Programa conta ainda com a parceria da Prefeitura Municipal de Blumenau, e já possui mais de 15 edições.

TERMO DE PARCERIA 2020TR1529 FAPESC – UNESC

Objeto: Repasse de recursos financeiros para a consolidação do Sistema Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação, fortalecendo as redes de cooperação ligadas à inovação, em especial a finalização da etapa de implementação do Programa denominado Rede Catarinense de Centros de Inovação, mediante o fomento de recursos para a reforma e ampliação de espaço para a implementação do Centro de Inovação da região de Criciúma. Contou com a interveniência da SDE-SIE.

TERMO DE PARCERIA 05/2021 FAPESC – ACATE

Objeto: Cooperação técnica dos partícipes no apoio, suporte técnico e inclusão dos participantes do PROGRAMA DE APOIO A CURSO DE FORMAÇÃO DE DESENVOLVEDORES PARA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – TI NO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO DE SANTA CATARINA Programa Dev-TI SC+Tec com as empresas de tecnologia do Estado, associadas ou não à ACATE, visando efetiva inclusão, absorção e contratação para o mercado de trabalho, indo ao encontro com a missão da FAPESC que objetiva o avanço de todas as áreas de conhecimento, visando o desenvolvimento de Santa Catarina atendendo às demandas do mercado de tecnologia.

Centro de Informática de Santa Catarina – CIASC

A empresa foi criada em 13 de agosto de 1975, através da Lei Ordinária nº 5.089/1975, e tem por objetivo "executar políticas de tecnologia de informação, comunicação e governança eletrônica, bem como de tratamento de dados e informações, e assessorar tecnicamente os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual. (Lei Complementar 741/2019).

O mundo digital em que vivemos tem desafiado as empresas de tecnologia a ir além da entrega de produtos, e a exercer um papel fundamental no negócio do cliente, buscando soluções digitais inovadoras e que agreguem efetivo valor.

A empresa realiza também, serviços em consonância com o disposto no inciso IX do art. 10 da Lei Federal nº 7.783/1989, nossas atividades são consideradas essenciais.

Portanto, o CIASC é uma empresa pública prestadora de serviços públicos essenciais, que executa o processamento de dados para diversos órgãos e entidades públicas estaduais, federais e municipais, que tem por atribuição a execução de serviços públicos essenciais.

Dentre os órgãos e entidades públicas atendidos estão, inclusive, os que executam serviços públicos considerados inadiáveis à coletividade (nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 7.783/1989), que quando não atendidos colocam em perigo iminente a sobrevivência, a saúde, a segurança ou ainda o bem-estar da população.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Lei Complementar nº 741/2019, definiu em seu art. 79, parágrafo único, que compete ao CIASC:

- I – apoiar a integração dos sistemas informatizados dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual e das respectivas bases de dados em uma rede de governo;
- II – apoiar a gestão dos processos informatizados dos serviços públicos;
- III – prestar consultoria em tecnologia da informação e governança eletrônica na área pública;
- IV – administrar ambientes informatizados do serviço público estadual;
- V – desenvolver e gerenciar sistemas aplicativos estratégicos na área pública;
- VI – desenvolver tratamento de imagens e páginas da internet públicas;
- VII – gerenciar e dar suporte e manutenção à infraestrutura da rede de governo em operação;
- VIII – executar serviços de tecnologia da informação e governança eletrônica para os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual;
- IX – executar, mediante convênios ou contratos, serviços de tecnologia da informação e governança eletrônica para órgãos e entidades da União e dos Municípios;
- X – prestar serviços de certificação digital para os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual; e
- XI – assessorar tecnicamente o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação na gestão de suas ações.

A Empresa poderá exercer atividades acessórias ou correlatas aos objetivos sociais acima enumerados, quando atender aos seus interesses.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Prover soluções inovadoras em tecnologia, visando à melhoria da administração pública em Santa Catarina e dos serviços prestados ao cidadão.

VISÃO: Ser reconhecido como a melhor opção em soluções de tecnologia para a administração pública em Santa Catarina.

SLOGAN: "Integrando o governo, conectando as pessoas."

VALORES: Competência - Com conhecimento, habilidade e atitude; Compartilhamento do conhecimento - Por meio da cooperação, comprometimento e espírito de equipe; Evolução - Melhoria contínua com base na criatividade e inovação; Responsabilidade - Respeito às pessoas e ao interesse público; Confiabilidade - Efetividade nas soluções com credibilidade, segurança e sigilo.

ESTRUTURA: Os agentes de Governança são responsáveis pelo constante aprimoramento do sistema de Governança Corporativa da empresa. Abaixo, segue ilustração dos órgãos que compõem a estrutura organizacional do CIASC até o nível de Diretoria. As atribuições de todos os Órgãos Colegiados estão detalhadas no Estatuto Social da Empresa.

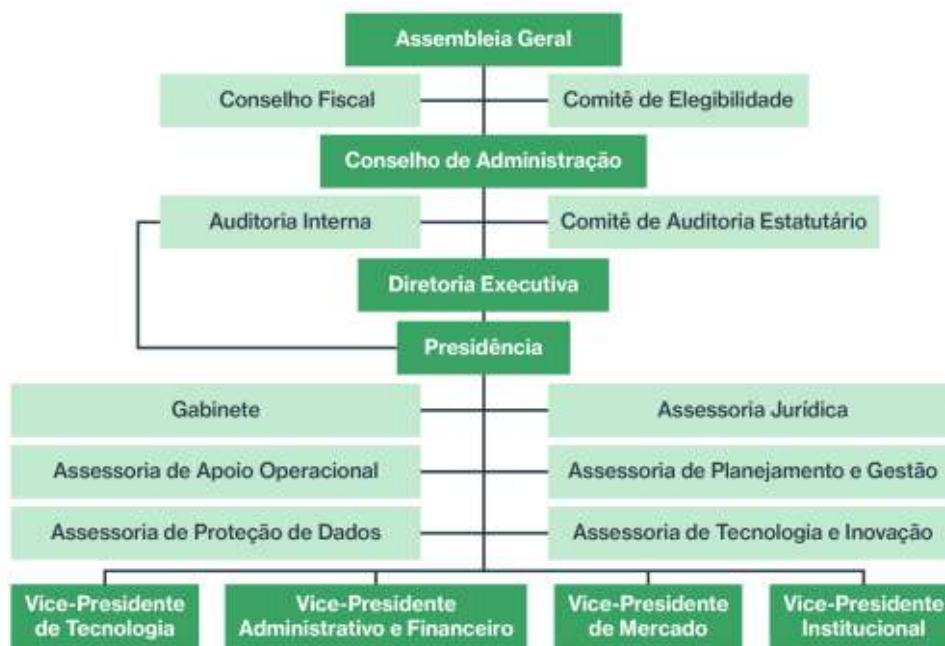


Figura 4 – Estrutura organizacional do CIASC até o nível de Diretoria

CARREIRAS/SERVIDORES:

Considerando que o corpo funcional da empresa possui papel fundamental no desenvolvimento das soluções de tecnologia da informação e comunicação para o Governo, as relações trabalhistas são consideradas um fator importante para o cumprimento dos objetivos do CIASC e reduzem os riscos associados à continuidade dos negócios.

Uma gestão cuidadosa dos assuntos relacionados a relações trabalhistas, incluindo acordos coletivos, é uma parte importante da estratégia para valorizar o corpo funcional da empresa, cuja carreira está amparada pelo PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salário.

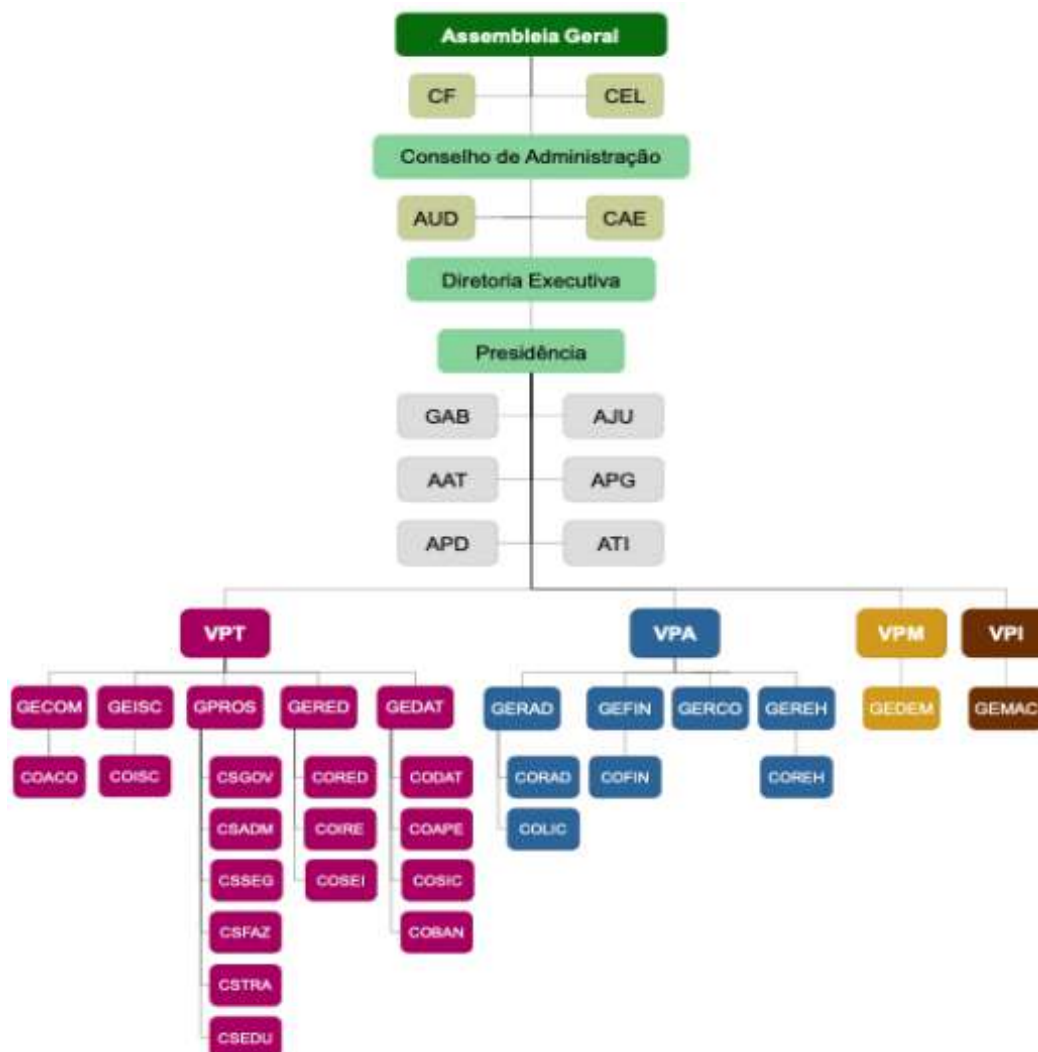
Com objetivo de motivar os empregados e reter talentos, o CIASC investe no desenvolvimento profissional de seus empregados, bem como incentiva a colaboração, a adoção de uma cultura ágil, a internalização de novas tecnologias e a inovação.

Quantidade de Empregados Por área de Atuação e Escolaridade

| Áreas de Atuação | Quantidade | % |
|--|------------|---------------|
| Administração/ Finanças / Recursos Humanos | 68 | 18,58 |
| Tecnologia | 298 | 81,42 |
| TOTAL | 366 | 100,00 |

| Escolaridade | Quantidade | % |
|--------------------|------------|---------------|
| Até o ensino médio | 92 | 25,14 |
| Superior | 147 | 40,16 |
| Especialização | 106 | 28,96 |
| Mestrado | 19 | 5,19 |
| Doutorado | 2 | 0,55 |
| TOTAL | 366 | 100,00 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Para tornar possível uma transformação digital no Governo, com reflexos no atendimento do cidadão, o CIASC se organiza nas seguintes verticais de atuação: Rede de Governo, Data Center, Software e Inteligência.

Rede de Governo

A Rede de Governo é a Rede de comunicação implementada e administrada pelo CIASC para uso exclusivo dos órgãos do Governo. Trata-se de uma rede 100% fibra óptica com disponibilização de circuitos de alta velocidade, que viabiliza a integração dos órgãos governamentais, abrangendo as três esferas de Governo e os três níveis da Administração Pública.

Atualmente, o CIASC conta com 3.373 pontos ativos na rede, distribuídos pelo estado.

Garantia da qualidade dos serviços de provimento Internet através da manutenção de uma boa solução de segurança e de circuitos de conexão.

Outros objetivos são o início da atualização dos equipamentos DWDM do Backbone, a expansão no fornecimento do serviço Wi-Fi e a criação de novos serviços para atendimento dos clientes de rede.

Data Center

O Data Center SC é a infraestrutura responsável pelo processamento e armazenamento de grande parte dos sistemas e dados do Governo de Santa Catarina, com capacidade de armazenamento de 3,8 petabytes e com aproximadamente 1.750 servidores virtualizados. Contempla também os serviços relacionados à disponibilização de servidores, hospedagem de sistemas, serviços de nuvem, administração de dados, entre outros.

Entre as ações concluídas em 2022 incluímos a automação entre os dois sistemas de refrigeração do Datacenter, Instalação da nova solução de Backup, instalação de expansão de 600TB e storage, melhoria do atendimento no nosso Call Center com a contratação de mão-de-obra para atendimentos de primeiro e segundo níveis e ações voltadas ao Data Center de Governo instalado na Defesa Civil, como exemplo a ampliação da capacidade de processamento e armazenamento (infraestrutura para Big Data).

Para 2023 o foco estratégico envolve a contratação de ambiente de nuvem pública para disponibilizar aos clientes e deve acontecer no primeiro trimestre a contratação de mais 20 servidores de alto desempenho para ampliar a capacidade de processamento da nossa nuvem privada e substituição dos switches Core SAN (Storage Area Network) do datacenter, instalação do novo ambiente do NOC ("Network Operations Center", Centro de Operação de Rede), sensoramento de ambiente semelhante ao que instalamos no nosso Data Center, estamos vendendo serviços de mensageria para todos o Brasil (Ciasc ATD) com mais de 35.800 licenças entregues aos clientes espalhados pelo Brasil, a consolidação do Eternal que também estamos atendendo clientes por todo o Brasil. Necessidade de expansão do sistema de armazenamento de alto desempenho(NVME) para os serviços prestados em nosso datacenter que não poderão migrar para a nuvem pública , Object Storage (Armazenamento massivo de objetos), certificação ISO do RDC-Arq (Repositório Digital Confiável de Arquivos) do Ciasc que será a primeira empresa da América Latina a obter esta certificação. Para atender esta demanda iremos necessitar adquirir Object Storage para armazenar os arquivos de longa retenção, Ampliação do cabeamento estruturado do Datacenter. Com a demanda de colocation por nossos clientes está em forte crescimento seguramente necessitamos expandir o Datacenter, Contratação de nuvem Oracle para o Ciasc se tornar a Nuvem On premise Oracle para Clientes na região Sul do Brasil, aquisição de Licenciamento Vmware Cloud Foundation (VCF) para tornar a nossa Nuvem Privada transparente com a Nuvem Pública.

Software

A área de Software é responsável pela prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação nas principais áreas de atuação da administração pública (SEA, SEF, SED, SSP, DETRAN, SAR, etc.).

Ao longo de sua história junto ao Governo do Estado, os técnicos do CIASC adquiriram a experiência necessária no domínio do negócio para prover serviços de desenvolvimento de software e de websites. Hoje somos responsáveis por manter mais de 80 sistemas e 40 websites para diversos clientes.

Para 2023 a vertical de software continuará com o desafio de adquirir competência sobre análise de dados, apoiando na entrega de inteligência de dados para os governos e estará focada na transformação digital com a entrega de serviços digitais para o cidadão catarinense.

Inteligência

A vertical de Inteligência organiza e disponibiliza uma plataforma de Big Data que unifica diversas origens de dados de Governo, permitindo a visualização e análise integrada de informações, em tempo real, para auxiliar os gestores públicos na tomada de decisão.

Atualmente, nossa vertical de Inteligência possui esforços na área de Analytics, a partir da elaboração de painéis em PowerBI, na área de Engenharia de Dados, com o controle de ingestão, padronização, monitoramento e agendamento de cargas ao BoaVista, na área de Arquitetura de Infraestruturas Corporativas, incluindo a manutenção e evolução da infraestrutura de gerenciamento de identidade (login único), que permite o acesso ao portal "sc.gov.br" para ações que necessitem de login, bem como na área de DevOps, com ferramentas para automação de processos e aceleração da produtividade das entregas das verticais de negócio da empresa.

Para 2023, o foco estratégico continuará sendo o fortalecimento interno das disciplinas de Machine Learning e Inteligência Artificial, bem como o oferecimento das melhores soluções de automação para proporcionar aos times de desenvolvimento e suporte produtividade acelerada.

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

Abaixo segue a matriz de avaliação dos principais stakeholders do CIASC, considerando o poder de influência e interesse nos negócios da empresa.

| | | |
|-----------------------------------|---|---|
| PODER / INFLUÊNCIA DO STAKEHOLDER | <p>ATENDER AS NECESSIDADES, MANTER SATISFEITOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tribunal de Contas do Estado. - Secretaria de Estado da Administração. | <p>PRINCIPAIS, ENGAJAR E ACOMPANHAR DE PERTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Governo do Estado de Santa Catarina. - Conselho de Administração. - Conselho Fiscal. - Grupo Gestor de Governo. - Clientes. - Empregados. - Imprensa. |
| | <p>MENOS IMPORTANTES, COLOCAR O MÍNIMO ESFORÇO</p> | <p>MOSTRAR CONSIDERAÇÃO, MANTER INFORMADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecedores. - Consumidores/Cidadão. - Sindicato. - Representante dos empregados. |
| | INTERESSE DO STAKEHOLDER NA ORGANIZAÇÃO | |

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

O CIASC ao longo dos últimos 4 anos vem investindo nas tendências tecnológicas e de sustentabilidade, sempre se adequando às tendências orientadas pelo Gartner para manter a empresa alinhada com as iniciativas de governos junto ao cidadão.

Foram feitos investimentos da ordem de 50 milhões, proporcionando o aprimoramento e a renovação das tecnologias e dessa forma entregando tecnologia moderna, segurança e qualidade aos nossos dados e clientes, dos quais destacamos:

- Contratação e instalação da nova solução de Backup no site redundante;
- Aquisição de 20 novos servidores para Data center, aumentando significativamente a capacidade de processamento do Data center;
- Contratação e instalação da nova solução para ampliação no número de atendentes no nosso Call Center;
- Substituição de todos os desktop dos funcionários por notebooks;
- Aquisição de dois switches SAN (Storage Area Network). São os switches principais de interconexão entre os servidores e os Storages;
- Aquisição e instalação de firewall nos dois data centers;
- Aquisição de um Storage de 1PB;
- Expansão de 600TB do Storage;
- Aquisição de rádios wi-fi para instalação em nossos clientes. Só na PMJ foram mais de 2.200 rádios;
- Instalação de uma nova subestação 100% redundante, garantindo a continuidade no fornecimento de energia para o Datacenter e para toda a empresa. Está incluída nesta solução uma usina a diesel de geração de energia de 2MW de potência;
- Para mitigar riscos de parada do Datacenter, instalamos um segundo sistema de refrigeração do ambiente, bem como a automação entre os dois, com isso mitigamos os riscos de parada por falta de refrigeração do Datacenter;
- Replicação dos sistemas para o site da Defesa Civil utilizando a plataforma Vmware Site Recovery Manager;
- Aquisição da Solução de Proteção de dados (Backup) incluindo hardware e software;
- Aquisição de equipamentos para sustentação da plataforma BIGDATA/HADOOP. - 8 servidores x86, sendo 4 hospedados no site CIASC e 4 hospedados no site da Defesa Civil;
- Aquisição e renovação de Licenças do datacenter:
 - Renovação de Licenciamento VMware vSphere Enterprise Plus;
 - Upgrade de licenciamento VMware vRealize Standard para vRealize Advanced;
 - Licenciamento SQL;
 - Licenciamento Microsoft Windows Server;
 - Regularização de demais licenciamentos Microsoft, RDS, CALs, etc).

Na área de soluções e serviços para governo podemos destacar:

- Ciasc ATD (Área de Trabalho Digital), ferramentas de conexão e interação, para um serviço público mais integrado e eficiente, desenvolvido a partir da solução google, onde nos tornamos o principal parceiro para governo do Brasil e inserimos toda a gestão administrativa, de domínios e de IgpD, bem como integramos solução zero trust da fortinet e entregamos para governos uma solução com segurança para escritório remoto e acessos seguro a aplicações internas de governo;

- Ciasc Eternal padrão de excelência para guarda segura de dados a longo prazo e preservação digital;
- Nossa solução Boa Vista vem sendo integrada com machine learning para detectar tendências, já sendo utilizadas na área de agricultura;
- O Govlink entrega 75 % das redes de governo do Estado, voltados para serviços agregados aos órgãos conectados, atingindo a marca de 3.388 unidades no final de 2022;
- Na rede temos como parceiros as maiores prefeituras de Santa Catarina. No caso de Joinville, além de serviços da datacenter, fornecemos toda a rede de fibra e mais 2300 pontos de redes sem fio, inclusive para escolas municipais, conseguindo com isso entregar valor para o cidadão;
- Primeira parceria no Brasil entre uma Empresa Pública Estadual com uma Empresa Privada, através da Lei 13.303/2016. Tendo como finalidade de transformar o Governo sem papel, gestão documental e preservação dos dados por longa duração, conforme determina o CONARQ;
- Painel Covid-19 para gerenciamento da pandemia com todas as integrações entre os diferentes sistemas realizadas via BoaVista;
- Dados abertos sobre a pandemia;
- Sistema de Informações Geográficas para localização de infectados;
- Sistema para que laboratórios particulares informem dados sobre o resultado dos exames de COVID-19;
- Portal da Transparência do Poder Executivo;
- Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC);
- Portal SCTransferências;
- SC Mais Renda;
- Sisp Conecta - Primeiro sistema de gestão de identidade integrado ao Gov.br com autenticação de duas vias, aprimorando a segurança e a adequação à LGPD do SISP; Permite consultas e acesso remoto e móvel dos agentes de segurança aos dados do SISP;
- Unificação do RG e CPF na emissão de carteiras de identidade;
- App Vistorias Mobile;
- Desenvolvimento de um novo site para o Detran Digital, utilizando consultoria especializada em UX (experiência do Usuário) tornando muito mais acessível para o cidadão, facilitando o acesso às informações do Detran;
- Implantação do Sistema para Matrícula On-line para todo o Estado;
- Implantação do Sistema de Avaliação Institucional das Escolas;
- Indicadores de Desempenho da Educação;
- Matrizes curriculares do Novo Ensino Médio;
- Novas versões dos Apps EstudanteSC e ProfessorSC;
- Implantação da Carteira Estudantil via aplicativo;
- Validação do Atestado de Frequência para compra de passe escolar;
- Melhorias na implantação do Novo Ensino Médio;
- Integração do SISGESC com Google Classroom para viabilizar as aulas em ambiente online para a rede pública de ensino;

- Ferramenta para preenchimento do Educacenso;
- Suporte no desenvolvimento de painel sobre o UNIEDU em parceria com a SED;
- Sistema de inscrições online para o simulado do ENEM DIGITAL SC para os estudantes da rede estadual;
- Matrícula on-line;
- Bolsa Estudante;
- Censo Escolar;
- Serviços digitais de SC - SC Digital;
- Sistema de Gestão de Cessão de Uso de Imobilizado;
- Sistema de Monitoramento de Preços e Terras Agrícolas;
- Sistema de Monitoramento de Safra Agrícola;
- Cadastro Fundesa - Fundo Estadual de Sanidade Animal;
- Site Infoagro;
- Aplicativo Infoagro.

Na área de Governança e Sustentabilidade

- Na área de Recursos Humanos, foi efetuado o chamamento de todas as vagas em aberto do Concurso público em vigor proporcionando desta forma o incremento de 45 empregados em relação ao ano de 2018, sendo 36 na atividade finalística, necessários para atendimentos das demandas existentes;
- Adequação à Lei 13.303/16, com alteração do Estatuto Social e do Regimentos Interno com destaque para estrutura de Governança;
- Criação da Assessoria de Proteção de Dados (APD) voltada para LGPD, segurança e privacidade dos dados;
- Criação da Assessoria de Planejamento e Gestão (APG), voltada para Planejamento Estratégico, Governança, Gestão de Riscos, Controle Interno e Compliance;
- Criação de políticas e normativas voltadas à segurança e privacidade de dados atendendo assim a LGPD boas práticas de mercado;
- Implantação de Painel de BI para acompanhamento do Planejamento Estratégico e da Gestão de Riscos;
- Na área de compliance destacamos além da Gestão de riscos, a implantação do Código de Conduta e Integridade e treinamento anual sobre a matéria, criação de normativas, criação do Programa de Integridade e Compliance e do Plano de Integridade;
- implantação do projeto de acessibilidade, atendendo aos normativos e transformando o CIASC em referência em acessibilidade no Setor Público, (com a construção de rampas, passagens elevadas, saídas e passagens acessíveis e reforma das calçadas externas (em andamento), e realizando a gestão da sustentabilidade socioambiental.) .

Prêmios e reconhecimentos

- Anuário Informática Hoje por três anos: Prêmio Destaque do Ano no segmento Prestadores de Serviços/Governo, em evento organizado pela Fórum Editorial, produtora do Anuário Informática Hoje, nos anos de 2019, 2020 e 2022;

- BoaVista no ICEGOV: apresentação sobre a Plataforma no International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance, na cidade de Guimarães, Portugal;
- BoaVista no Evolve: a experiência com a Plataforma BoaVista foi apresentada na cerimônia de entrega do prêmio Data Impact Awards, durante o Evolve 2022, em Nova Iorque. A infraestrutura de Big Data do CIASC foi escolhida como uma das finalistas da premiação;
- Medalha do Mérito da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina “Luiz Carlos Schmidt de Carvalho”: o profissional Atanásio Antunes Vieira foi condecorado com a honraria concedida pelo Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial (CSSPPO);
- Moção de aplausos na ALESC: o CIASC recebeu, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), uma moção de aplauso por ter ficado entre os três finalistas do Prêmio Excelência em Governo Eletrônico – 2021, com o projeto “SISP Conecta – Inteligência Policial Integrada”;
- Troféu “A Força Catarinense na Pandemia”: condecoração entregue pela Associação Catarinense de Medicina (ACM) em reconhecimento aos trabalhos prestados pelo CIASC no enfrentamento à pandemia de Covid-19;
- The Developer’s Conference – TDC Innovation “Desafios para criação do futuro digital”: participação de profissionais da empresa como painelistas, na apresentação de cases de produtos e soluções desenvolvidas pelo CIASC, nas trilhas “Agile e Agile Coaching” e “Data-Science”;
- Connected Smart Cities & Mobility Nacional 2022: apresentação dos temas “Smart City e os impactos na privacidade dos cidadãos” e “Gestão de Tecnologias da Informação na Educação Inclusiva”;
- I Seminário de Inteligência de Segurança Pública de Santa Catarina: participação com a palestra “Futuro dos Sistemas Informatizados de Inteligência”;
- Summit Cidades 2022: divulgação das soluções que a empresa possui para a administração pública municipal, como GovLink, Eternal, Área de Trabalho Digital, Serviços de Virtualização e Data Center, e outros; e apresentação das palestras “CIASC Proteção de Dados e a LGPD” e “CIASC ETERNAL – Seus dados em Segurança e Preservados para o Futuro”;
- 4º Hackathon Smart Cities #DesenvolveSC: o evento aconteceu de forma simultânea ao Summit Cidades 2022, e teve a participação do CIASC na organização e com profissionais nas mentorias e comissão julgadora.

Instituto de Metrologia de Santa Catarina – IMETRO / SC

O Imetro-SC é o Órgão Delegado do Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, com a atribuição de atuar em todo o Estado de Santa Catarina no controle metrológico legal e na fiscalização da conformidade de bens e serviços. Está localizado em São José e possui quatro Escritórios Regionais localizados em Tubarão, Chapecó, Itajaí e Joinville.

O objetivo geral do Imetro-SC é propiciar confiança nas medições e nos produtos das relações de consumo de Santa Catarina.

No âmbito da Metrologia Legal, compete ao Imetro-SC a verificação metrológica de instrumentos de medição e a fiscalização do peso, volume, dimensões ou número de unidades de produtos pré-embalados.

Na área da avaliação da conformidade, compete ao Imetro-SC a fiscalização da conformidade de produtos e serviços que podem oferecer risco à segurança ou saúde dos consumidores.

Com este trabalho, o Imetro-SC se coloca como o principal ator na infraestrutura da qualidade de Santa Catarina, contribuindo para a competitividade do setor produtivo, assegurando a justa concorrência no mercado e protegendo o consumidor catarinense.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As principais competências e atribuições do Imetro-SC provém de delegação do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia – Inmetro.

Como único órgão delegado do Inmetro em Santa Catarina, o Imetro-SC é responsável pela entrega de serviços na área da metrologia legal e da avaliação da conformidade, em prol da justa concorrência, do desenvolvimento do setor produtivo e da proteção dos consumidores.

Na área da metrologia legal, o Imetro-SC realiza a verificação da confiabilidade metrológica de instrumentos de medição, como as balanças comerciais e clínicas, as bombas medidoras de combustíveis, os taxímetros, os radares, os bafômetros, os cronotacógrafos e os medidores de pressão arterial, dentre outros. Ainda na metrologia, é responsabilidade do Imetro-SC a fiscalização da quantidade de produtos pré-embalados como, por exemplo, os produtos da cesta básica de alimentos e os produtos de limpeza, dentre muitos outros.

Na área da avaliação da conformidade, o Imetro tem como competência e atribuição a vigilância do mercado de produtos e serviços regulamentados pelo Inmetro e que podem oferecer risco aos consumidores. Artigos infantis, eletrodomésticos, materiais elétricos e de construção, instalador de GNV veicular e mantenedor de extintor de incêndio são alguns exemplos de produtos e serviços fiscalizados pelo Imetro-SC.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Contribuir para a competitividade do setor produtivo, para a justa concorrência e para o bem-estar da sociedade catarinense, proporcionando confiança nas medições e segurança de produtos e serviços.

VISÃO: Ser reconhecido pelo setor produtivo catarinense como uma instituição de apoio na superação dos desafios da evolução tecnológica, que envolvem metrologia e segurança de produtos.

VALORES: Integridade; Foco em resultados; Orientação para o cliente (empresa de boa fé); Valorização Humana; Excelência; Simplicidade; Transparência.

ESTRUTURA:

O Imetro-SC tem a seguinte estrutura orgânica:

Órgãos de Assistência e Assessoramento Direto e Imediato ao Presidente

Gabinete do Presidente:

- Assessoria de Gabinete;

- Assessoria de Comunicação;
- Procuradoria Jurídica;
- Coordenadoria de Controle Interno;
- Inspeção;
- Ouvidoria;
- Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais – LGPD;
- Comissão de Ética Pública;
- Comissão de Destruição.

Órgãos de Execução de Atividades Meio:

- Diretoria de Administração e Finanças;
- Gerência de Administração e Finanças;
- Supervisões Regionais;
- Gerência de Planejamento e Avaliação;
- Gerência de Licitações e Contratos;
- Gerência de Gestão de Pessoas.

Órgãos de Execução de Atividades Finalísticas:

- Diretoria de Metrologia Legal;
- Gerência de Metrologia Legal;
- Gerência de Produtos Pré-Medidos;
- Diretoria de Fiscalização da Qualidade;
- Gerência de Fiscalização de Produtos;
- Gerência de Fiscalização de Serviços.
- Sede Administrativa

Rua do Iano, 1791 – Nossa Senhora do Rosário – São José – SC - CEP: 88110-603

- Escritório Regional de Chapecó

Avenida Getúlio Dorneles Vargas, esquina com rua Bolívia, 3600 – Líder – Chapecó – SC - CEP: 89805-184

- Escritório Regional de Itajaí

Rua Rosa Orsi Dalçóquio, 800 – Cordeiros – Itajaí – SC - CEP: 88311-720

- Escritório Regional de Joinville

Rua Tenente Antônio João, 525 – Saguçu – Joinville - CEP: 89221-543

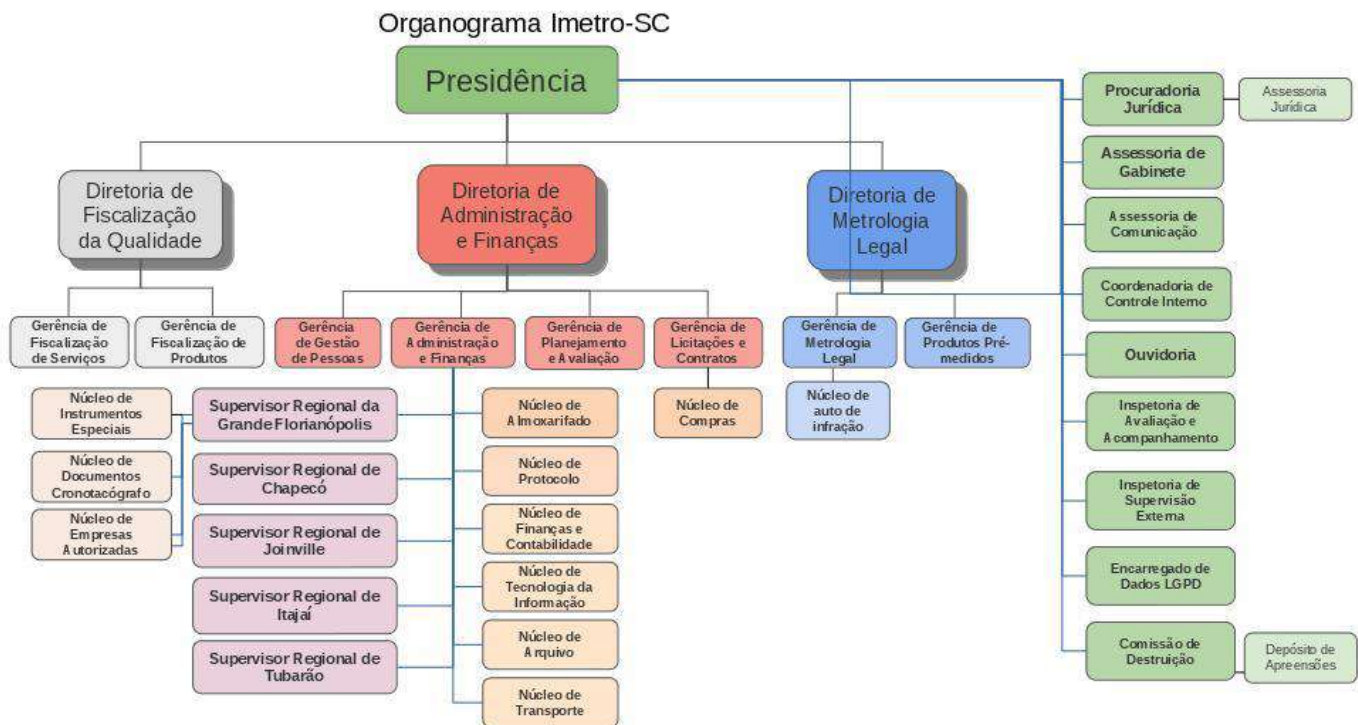
- Escritório Regional de Tubarão

Rua Antônio Hulse, 323 – Dehon – Tubarão – SC - CEP: 88704-730

CARREIRAS/SERVIDORES:

Celetistas e Estatutários.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

O IMETRO/SC desenvolve suas atividades em dois macroprocessos:

- Metrologia Legal;
- Avaliação da Conformidade.

A **Metrologia Legal** possui dois processos:

1) Verificação e fiscalização de instrumentos de medição que assegura a confiabilidade metrológica nos medidores regulamentados pelo INMETRO, como por exemplo:

- Para o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços: aproximadamente 50 mil balanças de pesagem, 15 mil bombas medidoras de combustíveis, além de tanques transportadores de combustíveis.
- Para segurança no trânsito: radares, bafômetros, taxímetros e cronotacógrafos.
- Para proteção da saúde: balanças clínicas, medidores de pressão arterial e termômetros.
- Para defesa do meio ambiente: analisadores de gases de veículos automotores.

2) Inspeção de produtos pré-embalados, que propicia maior confiabilidade metrológica quanto a quantidade indicada nas embalagens dos produtos:

- verificação de massa (arroz, feijão, macarrão, etc);
- verificação de volume (bebidas em geral, óleos comestíveis, detergentes, etc);
- verificação das dimensões, como comprimento, largura e altura;
- verificação do número de unidades (papel higiênico, guardanapos de papel, palitos de dente, etc).

A **Avaliação da Conformidade** possui dois processos:

1. Fiscalização da segurança de produtos, que objetiva verificar a conformidade dos produtos de certificação obrigatória, tais como artigos infantis (brinquedos, cadeirinha para carro, carrinho de bebê e cadeirinhas de alimentação), materiais elétricos e de construção (fios, cabos, barras de aço, tijolos), peças automotivas (pneus, freios, amortecedores, baterias), botijão, mangueira e regulador de pressão para GLP, capacetes para motocicletas e produtos têxteis, dentre muitos outros.
2. Fiscalização da segurança de serviços, verifica a conformidade das empresas, por exemplo, de manutenção de extintores de incêndio, instaladores do sistema para uso do GNV, requalificadoras de GNV e reformadoras de pneus.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Capacidade técnica/comprometimento dos servidores 2. Natureza da atribuição (apelo socio-econômico) 3. Imagem/credibilidade do INMETRO 4. Comunicação externa 5. Relacionamento com Gestores 6. Estabilidade 7. Horário de trabalho bom 8. Salário em dia | <ol style="list-style-type: none"> 1. Repasse do Inmetro independente de produtividade 2. Repasse do Inmetro insuficiente 3. Baixos salários e falta de plano de cargos e salários 4. Falta de capacitação/treinamento 5. Falta de pessoal 6. Deficiência na comunicação interna 7. Fluxo de trabalhos não definidos formalmente 8. Estrutura técnica 9. Falta de Planejamento Estratégico 10. Regimento interno desatualizado 11. Recurso tecnológico não condizente com o mercado 12. Diferenciação no tratamento entre CLT x Estatutário. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Novo governo federal mais expansionista 2. Tecnologia simplificando processo (automatização) 3. Relacionamento com empresários/outras órgãos 4. Dependência do sistema informatizado do INMETRO 5. Equiparação das gratificações do Instituto 6. Concurso público 7. Plano de cargos e salários | <ol style="list-style-type: none"> 1. Interferência Política 2. Metas/legislações estabelecidas pelo INMETRO <ol style="list-style-type: none"> 1. Dependência do sistema informatizado do INMETRO 2. Falta de plano de cargos e salários 3. Economia/crise 4. Falta de conhecimento e reconhecimento pelo Estado 5. Falta de concurso público 6. Descumprimento do convênio quanto ao repasse por parte do INMETRO |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Corpo Funcional.

EXTERNAS:

- Inmetro;
- Estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço que fabrique ou faça uso de instrumentos de medição regulamentados pelo Inmetro;
- Estabelecimento comercial ou industrial que fabrique, importe ou comercialize produtos pré-embalados;

- Estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço que fabrique, importe, distribua ou comercialize produtos cuja conformidade é regulamentada pelo Inmetro;
- Estabelecimentos prestadores de serviços cuja conformidade é regulamentada pelo Inmetro;
- Governo de Santa Catarina;
- Secretaria da Indústria, do Comércio e do Serviço – SICOS;
- Demais Secretarias do Governo SC;
- Ministério Público Santa Catarina - MPSC;
- PROCON;
- Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC;
- Polícia Civil;
- Instituto Geral de Perícia - IGP;
- Vigilância Sanitária;
- Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;
- Associações;
- Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ;
- Empresas contratadas;
- Cidadão;

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Segundo o Relatório de Gestão 2019 – 2022:

2019 – 2020

Nestes dois primeiros anos de gestão foram muitos os desafios, mas nem mesmo os dois principais fatores, redução do repasse de verbas em 2019, e a Pandemia mundial, em 2020 - que quebrou a economia do planeta e segue causando danos até hoje, foram impedimentos para que, na soma dos esforços com trabalho árduo, planejamento e criatividade, aliadas ao empenho de cada um dos servidores do Imetro-SC, levassem a autarquia a cumprir com êxito, seu papel na defesa dos interesses do cidadão catarinense.

Superação de metas

Apesar de muita luta para superar as metas, frente ao confronto com uma pandemia mundial, os números foram expressivos. Várias manobras e operações foram adequadas ao momento vivido. E lógico, obedecendo todas as normas de segurança.

Iniciativa Inédita

A nova gestão inseriu o laboratório de glaciados para armazenagem de produtos pré-medidos, proporcionando o aumento da fiscalização na área dos pescados, bem como o termo de cooperação com o mapa, para cedência do caminhão frigorífico.

Superação de metas

No balanço de 2019, a realização de iniciativa inédita no HTTG-SC. Com atuação de força-tarefa da Diretoria de Fiscalização da Qualidade de Produto, foram concluídos 1.383 processos pendentes, alguns desde 2016, gerando receita de mais de R\$ 14 milhões para os cofres públicos.

Apesar de o contingenciamento e a redução do repasse de verbas em 2019 ter impacto direto na administração do Estado, o Imetro-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina), com gestão exemplar e trabalho, superou todas as metas estipuladas pelo Inmetro nacional.

Dentre os números da autarquia, Vele destacar os programas expressivos no plano anual de trabalho, como a inspeção de mais de 67 mil cronotacógrafos, e de 44 mil balanças, somadas as de precisão, rodoviárias e comerciais. Nas ações de fiscalização, o setor de Qualidade de Produtos realizou aproximadamente 25 mil, em mais de 140 municípios.

Foram mais de 800 ações em Operações Especiais, aquelas em que a RBMLQ-I (Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade) de todo o país trabalha em conjunto na fiscalização de instrumentos, produtos e serviços.

O Imetro-SC também trabalhou forte no apoio aos empreendedores de Inovação Tecnológica de todo o Estado. A autarquia empreendeu esforços para amparar os projetos: DDD (Disco Diagrama Digital), para a utilização em cronotacógrafos; Reitz Scan, equipamento que mede, avalia e quantifica as dores no corpo humano; Tomada Pierrot, que substitui as peças de três pinos, aceitando plugues de 10 e 20 amperes sem adaptadores.

Em outra frente, o Imetro-SC prestou apoio para a importação de equipamentos para a melhoria do PH e correção magnética da água. Em força-tarefa que exigiu 40 dias de trabalho na vistoria para a liberação de 53 caminhões-tanque da Librelato. O Imetro-SC também assessorou a empresa para que se tornasse autoverificadora dos caminhões, conforme normativa autorizada pelo Inmetro, publicada em agosto de 2019.

Outro foco do Imetro foram as operações especiais de fiscalização em Santa Catarina. Dividida em duas fases, Operação Apneia teve como objetivo a verificação dos vasos de pressão de compressores de ar, se atendiam aos requisitos exigidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro. Na primeira fase, em abril de 2019, nas cidades de Navegantes, Araquari e Palhoça, o resultado da ação foi a inutilização de dezessete compressores de ar com vaso de pressão que estavam irregulares em uma das empresas fiscalizadas.

Na segunda fase da Operação Apneia, foram fiscalizados cinco expositores de compressores de ar, durante a Feira Intermach, no mês de setembro, em Joinville. Das cinco empresas visitadas, três estavam de acordo com as normas estabelecidas e duas foram notificadas: uma por irregularidades na certificação e a outra por não estar de acordo, além de oposição à fiscalização. Na Operação Posto Seguro, foram fiscalizados 30 postos de combustíveis em cinco cidades. A ação integrada teve a participação da Polícia Militar, Polícia Civil, ANP (Agência Nacional do Petróleo) e a Fiscalização da Fazenda de Santa Catarina. Em outra ação conjunta, a Operação Cibus, em Joinville, houve prisão em flagrante de gerente de posto de combustível por crime ambiental e relação de consumo e interdição de dois estabelecimentos por falta de alvará da Polícia Civil. Enquanto a Operação Cabos de Aço fiscalizou a qualidade dos produtos comercializados em quatro cidades.

Também foi destaque do Imetro-SC a realização do 1º Fórum Catarinense do Uso Consciente do GNV. O evento foi um debate construtivo, com a presença dos mais renomados especialistas no setor. Foram apresentados dados, estatísticas e experiências, meios de prevenção a acidentes graves pelo uso incorreto do GNV.

Como órgão delegado, o Instituto de Metrologia seguiu diretrizes e dotação orçamentária do Inmetro nacional. Apesar da redução do repasse de verbas em 2019 ter impacto direto na administração - em Santa Catarina correspondeu a mais de 40% de redução na cobertura da área de atuação - em 2020 o Imetro-SC seguiu trabalhando para promover a qualidade de vida da população. Investindo na capacitação e a atualização de seus profissionais.

Instituição pública estadual, o Imetro-SC exerce o papel de orientar o empreendedor e defender os direitos do consumidor, fiscalizando dois aspectos fundamentais nas relações de consumo: a metrologia legal e a fiscalização da qualidade de produtos e serviços. Também busca a competitividade da economia, por meio da metrologia e da qualidade, consolidando-se como referencial de confiança junto à sociedade catarinense.

O Imetro-SC busca a qualidade de vida da população nas diversas áreas que atua, quando fiscaliza postos de combustíveis, equipamentos de Gás Nacional Veicular (GNV), brinquedos, cadeirinhas de bebê veiculares, produtos têxteis da linha feminina e mamadeiras, segurança de pneus automotivos e de motocicletas e capacetes de motociclismo, veículos e equipamentos que transportam produtos perigosos, preservativos masculinos, entre tantos outros produtos fiscalizados. O Inmetro, entre outras atribuições, faz a regulamentação e certificação de segurança de produtos, executa políticas de metrologia e verifica normas técnicas e legais referentes às unidades de pesos e medidas.

Iniciativas Inéditas

Aconteceram várias, na segurança de veículos movidos a GNV (Gás Natural Veicular); atuação fundamental durante a pandemia - com prioridade para fiscalização dos produtos de prevenção à Covid-19; ampliação de serviços de segurança de cargas perigosas no Estado; reestruturação na área de pescados; superação de metas e números expressivos no Plano Anual de Trabalho, foram algumas das ações do Imetro-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) durante o conturbado ano de 2020.

Sistema GNV Seguro

Santa Catarina, através do IMETRO, está inovando com iniciativa inédita no País na segurança de veículos movidos a Gás Natural Veicular. O Sistema GNV Seguro tem o objetivo de evitar acidentes no abastecimento de veículos com instalação irregular de GNV, bem como combater o uso de equipamentos clandestinos.

O programa permitirá a identificação dos veículos regularizados com rapidez e praticidade, por meio da leitura do chip contido no Selo GNV (documento certificado pelo Imetro, que deve ser apresentado durante o abastecimento). O piloto do projeto foi apresentado em Florianópolis, e o sistema validado. Caso o sistema identifique irregularidade no selo, a bomba de abastecimento será bloqueada.

Adequação Lei GNV

O Imetro-SC também trabalhou na adequação da Lei 16.402/2014, ao Projeto GNV Seguro, para ampliar a segurança e combater conversões clandestinas no Estado. O Instituto de Metrologia de Santa Catarina atuou ao lado de outras entidades, como a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), a ACOI (Associação Catarinense dos Organismos de Inspeção) e a Primi (Alta Tecnologia em Proteção de Receita e Operação).

Ampliação nos serviços de segurança de cargas perigosas

Com o objetivo de atender com maior eficiência as demandas de empresas relacionadas às cargas perigosas em Santa Catarina, o Imetro-SC está implantando dois novos Postos de Verificação de Veículos Tanque Rodoviário (VTR) - o caminhão-tanque, de transporte de combustíveis líquidos. Uma unidade em Tubarão, em processo de levantamento do local, e outra em Chapecó, cujas obras se iniciam em janeiro de 2021. Enquanto o posto de Itajaí segue a rotina das verificações diárias.

A frota total de caminhões-tanque em Santa Catarina é de 7.850 veículos. Enquanto a capacidade de verificação anual do Imetro-SC é de aproximadamente 1.000 caminhões, e o certificado vale por dois anos.

Com a entrada em funcionamento dos outros dois postos, triplicando a capacidade de fiscalização e emissão do Certificado de Verificação Metrológica, a tendência é de que a demanda reprimida anual das empresas de Santa Catarina tenha redução considerável.

Reestruturação da Área de Pescados

O Imetro-SC se destacou, obtendo reconhecimento nacional no controle de pescado congelado. A autarquia atua em toda cadeia produtiva, realizando fiscalizações desde a produção até o ponto de venda, onde o pescado é exposto ao consumidor final. Este trabalho é realizado muitas vezes em parceria com órgãos como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério Público de Santa Catarina, atuando, tanto em operações especiais, quanto em trabalhos rotineiros.

Em 2020 houve a reestruturação na área de Fiscalização de Pescados, com implantação de câmara fria para estoque de produto, aquisição de veículo de transporte de pescado congelado - por meio de cooperação com outro órgão de mesmo interesse - com a finalidade de expandir a coleta de pescados e produtos congelados para todo o Estado. Além do encaminhamento de Projeto de Laboratório de Pescados Congelados para o MPSC (Ministério Público de Santa Catarina).

Superação de metas e números expressivos

Nem mesmo a pandemia, de ordem mundial, impediu o Instituto de Metrologia de Santa Catarina, com gestão exemplar e trabalho, superar todas as metas estipuladas pelo Inmetro nacional. Na matemática da autarquia, há também números expressivos no plano anual de trabalho, como a inspeção de mais de 40 mil cronotacógrafos, e de 30 mil balanças, somadas as de precisão, rodoviárias e comerciais. Foram fiscalizadas 14.651 bombas medidoras de combustível, 493 restaurantes e 2.517 padarias.

Reconhecimento do setor produtivo ao Imetro-SC

Servir a sociedade, com qualidade e competência, é premissa básica do serviço público. Essa missão se tornou ainda mais exitosa com o reconhecimento do setor produtivo. Principalmente levando-se em conta as dificuldades impostas pela pandemia mundial da Covid-19, e os esforços da atual gestão do Imetro-SC para evitar prejuízos à indústria. Exemplo disso foi o reconhecimento público das Balanças Rinnert, de Braço do Trombudo (SC), ao trabalho de fiscalização inicial dos equipamentos para liberar a comercialização das balanças.

Ações em defesa do consumidor Graças a fiscalização em postos de combustíveis, o Imetro-SC conseguiu identificar fraudes e adulterações em equipamentos durante o ano de 2020. Ações como a realizada em Porto Belo, onde, em um mesmo estabelecimento, foram flagradas 18 bombas adulteradas. A operação por atividades suspeitas, em conjunto com a ANP, aconteceu de 17 a 24 de agosto, abrangendo os municípios de Itajaí, Gaspar, Blumenau, Camboriú, Porto Belo, São José e Tijucas.

Atuação forte no combate à Covid-19

Uma das prioridades do Imetro-SC foi na prevenção ao Novo Coronavírus. A autarquia deu especial atenção aos produtos utilizados na prevenção à Covid-19, como máscaras, óculos, luvas e álcool em gel, termômetros clínicos e os aparelhos de medir pressão (esfigmomanômetros).

No trabalho de aferição dos termômetros clínicos, as peças passaram por avaliação de qualidade no laboratório da sede do Imetro-SC, em São José, na Grande Florianópolis. Depois de aprovados, os equipamentos puderam entrar no mercado com a garantia de procedência e qualidade. Foram verificados e aprovados 66 mil termômetros clínicos.

Além dos termômetros clínicos, a autarquia trabalhou na fiscalização de outros materiais relacionados ao combate da Covid-19, como álcool, álcool em gel, luvas, máscaras, aparelhos de medir pressão, e balanças de clínicas e hospitais.

Dicas para prevenir acidentes domésticos no distanciamento social

O Imetro-SC também deu dicas para o distanciamento social. Com a suspensão das aulas escolares e os responsáveis em home office, chamou a atenção a necessidade de se prevenir acidentes domésticos e acidentes de consumo, principalmente com crianças.

PENSANDO NO FUTURO

O Imetro-SC está com vários projetos para o futuro com o objetivo da Autarquia de proporcionar melhor eficiência no processo de fiscalização, ampliar a extensão de suas atividades para todo o Estado de Santa Catarina e gerar para o seu consumidor a segurança na aquisição de produtos e serviços fiscalizados pelo Imetro-SC.

IMPLANTAÇÃO DO POSTO DE FISCALIZAÇÃO DE VTR EM CHAPECÓ E TUBARÃO

Em Santa Catarina, o Imetro-SC tem atuado na fiscalização de VTR em Itajaí, região que possui grande fluxo de veículos desta classificação. Entretanto, na região Oeste e Sul de há, igualmente, uma grande quantidade de VTR's, os quais, até então, estavam sendo fiscalizados nos postos do Rio Grande do Sul e Paraná, por conta da distância entre as empresas e o Posto de fiscalização em Itajaí.

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAJAÍ

Como mencionado anteriormente, em Itajaí, o Imetro-SC tem um escritório regional que possui um posto de fiscalização de VTR. Contudo, a estrutura é antiga e carece não apenas de reformas, mas de ampliação e modernização.

IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE DETECÇÃO DE FRAUDES

O Imetro-SC, em parceria com outras instituições públicas, como MPSC (Ministério Público de Santa Catarina) e IGP (Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina), pretende implantar de um Laboratório Especializado na Detecção de Fraudes Eletrônicas em Bombas Medidoras.

Nesta parceria, o objetivo é capacitar o Imetro a detectar fraudes eletroeletrônicas em bombas medidoras dos postos de revenda de combustíveis líquidos.

PROJETOS JÁ CONCLUÍDOS

- Renovação estética da sede do Imetro-SC em São José

O projeto da renovação estética visa conservar e preservar o bem público.

- Inserção de laboratório de glaciados para armazenagem de produtos pré-medidos

Propiciou o aumento da fiscalização de produtos pré-medidos na área dos pescados

- Implantação de laboratório do setor da Qualidade e aquisição de equipamentos de análise técnica laboratorial

- Reestruturação e ampliação do estacionamento da sede do Imetro-SC em São José

- Implantação do pacote G-Suite, para modernização do sistema de e-mail's e arquivamento em nuvem

Visando acompanhar a tendência tecnológica e adequação a instituição investiu na implementação de uma melhoria em produtividade e colaboração, que oferece aos colaboradores e-mail comercial, agendas compartilhadas, edição e armazenamento de documentos on-line, videochamadas e muitos outros recursos.
EXEMPLO:

- Gmail. O e-mail é uma ferramenta muito confiável de comunicação entre diversos grupos diferentes. ...
- Google Sala de Aula. ...
- Google Drive. ...
- Google Agenda. ...

Google Meet.

- Implantação de POP/PAP's (Procedimentos Operacionais/Administrativos Padrão) nos setores de fiscalização e administrativos da Autarquia

A implantação dos Procedimentos Padrões nas rotinas administrativas e operacionais nas áreas mais sensíveis para todos os colaboradores, e que tem apresentado resultados significativos no alcance dos objetivos institucionais da autarquia.

IMETRO-SC Estreita relações com o Consumidor pelas Redes Sociais

O IMETRO/SC está estreitando mais sua relação com os Consumidores Catarinenses.

Através da OUVIDORIA, o consumidor pode denunciar, informar ou tirar dúvidas sobre a procedência de um instrumento de medição, produto ou serviço.

Pelo SITE tanto o consumidor como as empresas encontram dados e indicativos relevantes sobre o IMETRO e todos os serviços prestados pelo órgão.

Desde fevereiro o IMETRO/SC facilitou ainda mais o acesso através das REDES SOCIAIS.

Os links já estão disponíveis:

INSTAGRAM: https://www.instagram.com/imetro_sc

FACEBOOK: <https://www.facebook.com/Imetro-SC-350189998923573/>

Na manhã do dia 28 de março o IMETRO SC lançou a sua primeira logomarca.

Estavam presentes a Presidente do INMETRO nacional, Angela Flores Furtado e o Secretário da Comunicação, Ricardo Dias. Participaram também todos os servidores da SEDE do órgão, os Supervisores dos Escritórios Regionais e os representantes de empresas convidadas para prestigiar o evento.

O IMETRO desenvolveu sua própria identidade visual sem gastos públicos. A logomarca, com as cores vermelho e verde de Santa Catarina e Azul do Inmetro, representa a ideia de proporcionalidade, demonstrando que mesmo com diferentes padrões, encontra-se um equilíbrio através dos serviços prestados pelo instituto.

Em discurso, o Secretário da Comunicação parabenizou a iniciativa do IMETRO SC como um recado ao cidadão catarinense.

A Presidente do INMETRO enfatizou a importância de representar nossa identidade para demonstrar confiança ao cidadão, pois "O INMETRO é a casa da Sociedade".

O Manual da Identidade Visual do IMETRO SC estará disponível no site nos próximos dias.

Identidade Visual representa equilíbrio



Assinatura do termo de cooperação com empresa de Serviços de Reciclagem de Pneus

A maior preocupação do órgão, é o impacto ambiental da destinação dos produtos apreendidos.

No dia 30 do mês de agosto, o Imetro SC, assinou mais um termo de cooperação, sempre buscando minimizar os impactos ambientais, pois quando os pneus não são descartados corretamente, o impacto ambiental pode ser catastrófico, tanto que esse produto demora centenas de anos para se decompor, além de que, são criadouros e abrigo para vetores de doenças, como a dengue.



Visita do presidente ao depósito da empresa, Planeta Serviços de Reciclagem LTDA

Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos no Imetro-SC



PCCV revisado foi entregue por Comissão de Servidores Estatutários

O Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos (PCCV), revisado pela Comissão de Representantes dos Servidores Estatutários foi entregue em 4 de dezembro, ao presidente do Imetro-SC, Rudinei Floriano.

O PCCV foi apresentado pelos servidores Cristiano da Conceição, Mário de Bulhões e Juliana Fernandes, representantes da Comissão, e será analisado pelo presidente Rudinei Floriano, protocolado no SGP-e, e encaminhado ao Governo do Estado.

Projeto de renovação estética, para conservar e preservar o bem público e ampliação do estacionamento da sede central



Inserção de laboratório de glaciados para armazenagem de produtos pré-medidos.



Proporcionando o aumento da fiscalização de produtos pré-medidos na área dos pescados.

Imetro-SC assina contrato da nova regional de Tubarão



Rudinei Floriano, presidente do Imetro-SC, assinou contrato das novas instalações da Regional na cidade de Tubarão. Com o novo imóvel, mais amplo, vão ser oferecidos mais serviços para toda região sul do estado.

A Regional oferecerá os serviços de verificação volumétrica nos caminhões tanques (VTR). Participaram do ato o presidente da SETRAM (Sindicato das Empresas de Logística e Transporte de Cargas da região - Amurel) e o diretor de metrologia do Imetro-SC, Paulo Fernando da Silva.

Implementação da LGPD

O Grupo de Trabalho Interno e gestores, nomeados pelo presidente do Imetro-SC, Rudinei Floriano, realizaram sua primeira reunião para a implementação das atividades de política de segurança e proteção de dados pessoais. Com o objetivo de esclarecer todas as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados - (LGPD - Lei nº 13.709/2018) o grupo ouviu a Encarregada de Dados Pessoais, servidora Andreia Bunn, durante a apresentação sobre Plano de Adequação ao Grupo de Trabalho Interno no auditório da sede de São José.

MUDANÇAS

De compras on-line a redes sociais, de hospitais a bancos, de escolas a teatros, de hotéis a órgãos públicos, da publicidade à tecnologia: a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) afeta diferentes setores e serviços, e a todos nós brasileiros e brasileiras, seja no papel de indivíduo, empresa ou governo.

Para entender a importância do assunto, é necessário saber que a nova lei quer criar um cenário de segurança jurídica, com a padronização de normas e práticas, para promover a proteção, de forma igualitária e dentro do país e no mundo, aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil.

E, para que não haja confusão, a lei traz logo de imediato o que são dados pessoais, define que há alguns desses dados sujeitos a cuidados ainda mais específicos, como os étnicos, os sobre crianças e adolescentes, e os dados que são tratados tanto nos meios físicos como nos digitais estão sujeitos à regulação.

Encontro de atualizações em procedimentos e assina acordo de parceria

Durante três dias os fiscais da área de Qualidade do Imetro-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) participaram de atualizações e procedimentos operacionais de fiscalização nas áreas de produtos e serviços regulamentados. Desde o primeiro dia, os técnicos dos cinco escritórios regionais (São José, Tubarão, Itajaí, Joinville e Chapecó) discutiram as atualizações sobre fios e cabos elétricos conforme as novas normas vigentes.

O Sindicel concedeu um microhmímetro digital (um equipamento que tem a função de efetuar a medida das resistências dos fios elétricos, disjuntores, chaves, bobinas dos motores e de outros aparelhos) que será utilizado nas futuras operações do Imetro-SC.

Imetro-SC faz doações para FCEE

O Imetro-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) realizou a doação de produtos periciados para a Fundação Catarinense de Educação Especial na última semana. A FCEE é uma entidade é cadastrada junto ao Imetro-SC e recebe, preferencialmente, os produtos oriundos de perícia metrológica que estejam em condições de uso ou aproveitamento.

Esses produtos são, preferencialmente, de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza, material escolar, entre outros, seguindo rigorosamente os procedimentos descritos em norma específica para destinação dos produtos. Este ano já foi contabilizado 12 doações para instituição, o que faz uma média de doações uma vez a cada mês.

Chapecó recebe equipamento para verificação de medidores de umidade de grãos

Após a conclusão do treinamento que formou três fiscais do Escritório Regional do Imetro-SC, em Chapecó, no laboratório de verificação de medidores de umidade de grãos no Paraná, a sede recebeu da empresa LocSolution um equipamento medidor especializado para a função. Foi entregue o modelo Motomco 999ESI e possui impressora integrada, o que permite interface com o computador, além de porta USB para pendrive e porta exclusiva Inmetro.

Os resultados são transmitidos via QR Code, mostrando a umidade, temperatura, PH e densidade, entre outras características que fazem dele um produto top de marca. O aparelho segue as normas do Inmetro estabelecidas na Portaria 402/2013 e NI 125/2017. "É exigido que os aparelhos tenham aprovação de modelo do Inmetro e passem por verificação inicial e periódica pelo órgão", explicou a diretora de marketing da LocSolution, Manoella Rodrigues da Silva.

Esta parceria tem por objetivo colaborar com as atividades desenvolvidas pelo Imetro-SC, garantindo maior segurança e transparência na comercialização de grãos, tanto para os produtores rurais como para compradores de grãos. O equipamento foi entregue pelo engenheiro agrônomo da LocSolution, Roney José Smolareck, que realizou treinamento com os responsáveis sobre as formas de uso do aparelho.

Lei aprovada pela Alesc busca mais segurança para abastecimento de veículos movidos a gás

A Assembleia Legislativa do Estado (Alesc) aprovou, no final do ano passado, projeto pioneiro no Brasil que altera as regras de abastecimento de veículos movidos a gás natural veicular, o GNV. O objetivo é trazer mais segurança para toda sociedade.

A lei, apresentada pelo deputado Coronel Mocellin (PSL) e sancionada pelo governo, estabelece que para abastecer um veículo a gás será necessária a liberação por meio de identificação eletrônica, que será autorizada apenas após a validação de autenticação do selo de GNV. Caso o automóvel não possua a autenticação, o frentista não terá como efetuar o abastecimento.

O objetivo é evitar possíveis acidentes durante o abastecimento de veículos em razão da instalação irregular do kit de GNV, como já verificado em outros estados, inclusive provocando a morte de pessoas.

O sistema permitirá a identificação dos veículos regularizados com rapidez e praticidade, por meio da leitura do chip contido no interior do Selo GNV. O desbloqueio da bomba para abastecimento se dará apenas com a leitura dos selos de veículos GNV regularizados.

"O Sistema GNV Seguro é uma ferramenta importante para ajudar no cumprimento da Lei Estadual 18.324 de 05/02/2022, que obriga apresentação do Selo GNV do Inmetro para abastecimento", ressalta o presidente do Imetro-SC, Rudinei Floriano.

Não haverá custo adicional aos proprietários de veículos para instalar o Selo, que passará a integrar o documento fornecido anualmente após a revisão obrigatória do kit veicular GNV.

"Nosso trabalho visa a combater as oficinas clandestinas que instalam kits pirateados, de baixa qualidade sem o selo do Imetro, colocando em risco os usuários desses veículos convertidos irregularmente para o GNV, bem como de frentistas e todos aqueles que circulam no estabelecimento", complementa Rudinei Floriano.

Termo de cooperação é assinado para destinação correta de produtos apreendidos.

A empresa TR2- HPI-SC TRATAMENTO DE RESÍDUOS BIOLÓGICOS LTDA, assinou com o Imetro-SC, um termo de Cooperação que trata sobre os processos de inutilização e destruição de produtos apreendidos nas diversas operações realizadas pela autarquia.

"O IMETRO-SC está comprometido com a sociedade do início ao fim dos nossos processos. Na cooperação com a TR2, podemos promover a inutilização de produtos inviabilizados para o consumo, exercendo responsabilidade ambiental, pois a tecnologia da TR2 permite a filtragem das partículas nocivas geradas durante o processo", destacou Rudinei Floriano.

Assinado termo de cooperação GNV seguro

Uma parceria firmada entre Imetro-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) e Acoi (Associação Catarinense dos Organismos de Inspeção) vai colocar em prática o Projeto GNV seguro. Um veículo oficial do Imetro-SC foi totalmente convertido para GNV, em uma espécie de projeto piloto visando essa conversão em toda a sua frota no futuro.

"O GNV é considerado um combustível mais eficiente que a gasolina, Diesel e Etanol. Ele é mais econômico, proporciona maior autonomia ao veículo e também é menos poluente", destacou o Presidente do Imetro-SC, Rudinei Floriano.

No ato de assinatura do termo participaram:

Rudinei Floriano- Presidente do Imetro-SC.

Layonn Volpato - Presidente do Núcleo ACGNV (Associação de convertedores de GNV).

Eduardo Maran Bueno- Presidente da ACOI (Associação Catarinense dos Organismos de Inspeção).

PRODUTOS APREENDIDOS PELO IMETRO-SC TERÃO DESTINAÇÃO CORRETA ATRAVÉS DA ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO

O IMETRO-SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) assinou um termo de cooperação com a Associação, Projeto Lixo Limpo, para dar uma destinação correta para os produtos apreendidos pelo órgão nas mais diversas ações pelo estado. "Estamos desenvolvendo uma forma de transformar as operações do IMETRO-SC com benefícios em prol da sociedade", revela o Presidente do IMETRO-SC, Cristiano Augusto Cruz.

A Associação Projeto Lixo Limpo, ajuda a desenvolver ações de reciclagem e inclusão social, como converter lixo em cadeiras de rodas para pessoas que possuem alguma necessidade especial.

PROJETO LIXO LIMPO

Iniciou com um grupo de amigos que se reuniam para pescar e resolveram fazer ações sociais às pessoas necessitadas da comunidade de Tijucas e região, se tornará uma associação.

O projeto já viabilizou o empréstimo e doação de cadeiras de rodas, cadeiras de banho e muletas para pessoas com dificuldades de locomoção, Além da doação de cestas básicas para famílias carentes entre outras ações através da colaboração da comunidade, e entidades com materiais recicláveis para a sua devida destinação.

Plano de trabalho (PT) e o Plano de aplicação (PA)

Decreto que regulamenta a Lei 18.307/2021. Que dispõe sobre o programa de retribuição por desempenho de atividade no âmbito do Instituto de Metrologia de SC.

Que tem como objetivo a valorização dos bons profissionais através da meritocracia, o PRDA estará sempre vinculado a meritocracia, porquanto na medida em que os servidores buscam seu aprimoramento profissional e melhoria no seu desempenho, alcançando resultados satisfatórios e anteriormente pactuados. Por consequência, o nível de satisfação de sua atuação, seja na área técnica ou administrativa, tende a melhorar, e isto será percebido por meio das avaliações institucionais.

Rudinei Floriano Presidente do Instituto de Metrologia de Santa Catarina - Imetro-SC

Deputado Estadual - Diplomado como Deputado Estadual de SC em 2021 pela ALESC

PMSC (Polícia Militar de Santa Catarina) Subtenente

FORMAÇÃO Graduado - Gestão em Segurança Pública - UNISUL (2009); Curso de Especialização em Policiamento Ambiental - PMSC (2008) Curso de Especialização MBA em Gestão Pública

(Cursando) - AUPÉX Graduação Bacharelado em Direito (a Concluir) - UNIVILLE; Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS - PMSC (2014) Curso de Especialização MBA em Gestão Pública (Cursando) - AUPÉX Graduação Bacharelado em Direito (a Concluir) - UNIVILLE; Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS - PMSC (2014) Curso de Formação de Sargentos CFS - PMSC (2004/2005) Técnico em Montagem de Sistemas de Gás Combustível - SENAI (2001/2003); • Curso de Formação de Soldados - PMSC (1996) Curso Técnico-Habilitação Profissional Plena de Técnico de Mecânica - CEDUP (1993) Curso Profissionalizante - Aprendizagem Industrial - SENAI (1991)

3.2.3 Turismo

Secretaria de Estado do Turismo - SETUR

APRESENTAÇÃO

Com a Reforma Administrativa implementada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 2019, através da Lei Complementar nº 741/2019, a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) foi extinta (Art. 46, inciso I), determinou-se o início do processo de liquidação da Santa Catarina Turismo S.A. - SANTUR S.A. (Art. 104 e ss) e criou-se a Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina – SANTUR (Art. 51 e ss).

Em 23 de fevereiro de 2023, através da Medida Provisória nº 257, com as alterações previstas na Medida Provisória nº 258/2023, que modificou a Lei Complementar nº 741/2019, o Governo do Estado de Santa Catarina dispôs sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabeleceu, dentre outras providências, a extinção da SANTUR e a criação da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).

Essa mesma Medida Provisória estabeleceu que “decreto do Governador do Estado estabelecerá comissão para executar as providências necessárias à continuidade das políticas e ações relacionadas ao turismo durante o processo de dissolução, liquidação e extinção da Santa Catarina Turismo S.A. e a extinção da autarquia SANTUR, sob a coordenação do Secretário de Estado do Turismo”.

Determinou-se, ainda, que “Decreto do Governador do Estado constituirá comissão especial com a finalidade de levantar informações e propor as medidas necessárias à absorção das atividades da SANTUR pela SETUR, devendo o relatório conclusivo indicar, no mínimo:

- I – A situação patrimonial, com o completo inventário dos bens móveis e imóveis;
- II – A situação contábil e financeira;
- III – Os contratos, convênios, acordos e demais instrumentos congêneres vigentes e em execução e também os em tratativas ou em fase de planejamento;
- IV – As licitações e os concursos públicos em curso; e
- V – As ações judiciais em andamento e a lista de precatórios e requisições de pequeno valor.” (NR)

Restou prescrito, ainda, que ficam transferidos da SANTUR para a SETUR:

- I – os bens imóveis e móveis que integram o seu acervo patrimonial;
- II – os contratos, convênios, acordos e demais instrumentos congêneres celebrados; e
- III – os direitos, créditos e débitos decorrentes de lei, atos administrativos ou contratos, inclusive as receitas e despesas deles decorrentes

Nesse sentido, previu-se que “os cargos de provimento efetivo que compõem o Quadro de Pessoal da SANTUR, incluindo seus ocupantes, ativos e inativos, serão redistribuídos para o Quadro de Pessoal da SETUR”.

Nesse contexto, vislumbra-se que a transformação da Santur em uma secretaria de estado voltada unicamente ao turismo teve por objetivo principal a adoção de um modelo institucional mais arrojado, alinhado aos modelos internacionais. Como esse novo formato, a Setur conquistou mais eficiência para o desenvolvimento de políticas públicas e das ações de promoção do turismo, aumentando a competitividade de Santa Catarina nos mercados nacionais e internacionais. A mudança propicia, também, que os processos e as estratégias de promoção se adequem a moldes mais contemporâneos, conferindo modernidade, agilidade e inovação na promoção turística, por meio de mecanismos que poderão facilitar a atuação desta Secretaria, em condições de igualdade com outros estados brasileiros. A nova natureza jurídica assente, também, que a Setur receba recursos públicos e aja de forma mais integrada com outras secretarias e órgão estaduais, para o desenvolvimento de projetos de interesses comuns, aumentando a capilaridade da promoção turística.

Assim, apesar do progresso advindo da criação da Agência Santur, detecta-se que a entidade enfrentava graves dificuldades que, caso não fossem sanadas, poderiam invalidar todo o esforço já empreendido para possibilitar uma atuação profissional e eficiente em relação à promoção e posicionamento da imagem turística do estado, o que seria caracterizado como um grande retrocesso para o setor de turismo em Santa Catarina.

Ressalta-se que a criação da Secretaria de Estado do Turismo de Santa Catarina está em consonância com o art. 180 da Constituição Federal, segundo o qual: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”, com a Política Nacional de Turismo, instituída pelo Decreto nº 9.763/2019, e com o Plano Nacional do Turismo (PNT), instituído pelo Decreto nº 9.791/2019.

Não se pode olvidar, tampouco, que o direito ao turismo foi elevado ao status constitucional, intitulado como fator de desenvolvimento econômico e social, revelando-se como fruto da construção dos direitos humanos, restando positivado que os sujeitos envolvidos na atividade turística têm direito a prestações oferecidas pelo Estado, na busca pela superação das desigualdades sociais em que estão inseridos, aí incluídas ações afirmativas destinadas à promoção e incentivo ao turismo doméstico e internacional, bem como que todos os cidadãos têm direito ao lazer e ao bem estar, e à valorização de seu trabalho, em consonância, também, com os arts. 1º, inciso IV, e 3º, inciso II, ambos da CF/88, e consequentemente o aquecimento da economia nacional, e principalmente nos destinos turísticos visitados.

Com essa nova roupagem, a Setur tem como objetivos coordenar e executar a política estadual do turismo, visando ao desenvolvimento econômico e à geração de emprego e renda e também fortalecer o Estado de Santa Catarina como destino nacional e internacional, ampliando os fluxos turísticos e a permanência de visitantes no estado.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

I – planejar, formular, normatizar, supervisionar, acompanhar e estimular as políticas integradas de turismo e lazer;

II – promover, executar e apoiar a ampliação e diversificação da infraestrutura estadual nas áreas do turismo e do lazer;

III – promover, executar, apoiar e incentivar a realização de manifestações e eventos turísticos e de lazer;

IV – estabelecer parcerias com órgãos e entidades públicos federais, estaduais, distritais e municipais e privados, intercambiando experiências para o desenvolvimento integrado do turismo e do lazer;

V – elaborar e realizar pesquisas, estudos e análises específicos visando à proposição de diretrizes para o desenvolvimento e a inovação integrados das áreas do turismo e do lazer;

VI – planejar e coordenar ações voltadas à captação de recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento turístico e de lazer com organismos nacionais e internacionais; VII – elaborar programas, projetos e ações nas áreas do turismo e do lazer voltados à inclusão de pessoas com deficiência; VIII – planejar e promover o potencial turístico do Estado e apoiar a comercialização de produtos turísticos catarinenses em âmbito nacional e internacional; IX – planejar ações que envolvam o inventário e a hierarquização dos espaços turísticos e de lazer; X – normatizar e consolidar os critérios para os estudos e as pesquisas de demanda turística; XI – estimular a criação e o desenvolvimento de mecanismos de regionalização e segmentação do turismo do Estado; XII – coordenar e executar as diretrizes, os planos e os programas estaduais de turismo e compatibilizá-los com a política nacional de desenvolvimento do turismo; XIII – representar o Estado, por intermédio de convênios, acordos ou outros meios firmados com órgãos ou entidades públicos ou privados, nacionais, regionais, estaduais, distritais, municipais e internacionais, com vistas a fomentar atividades turísticas e de lazer; XIV – estruturar e operacionalizar os meios de atendimento ao turista; e XV – estabelecer áreas especiais de interesse turístico no Estado.

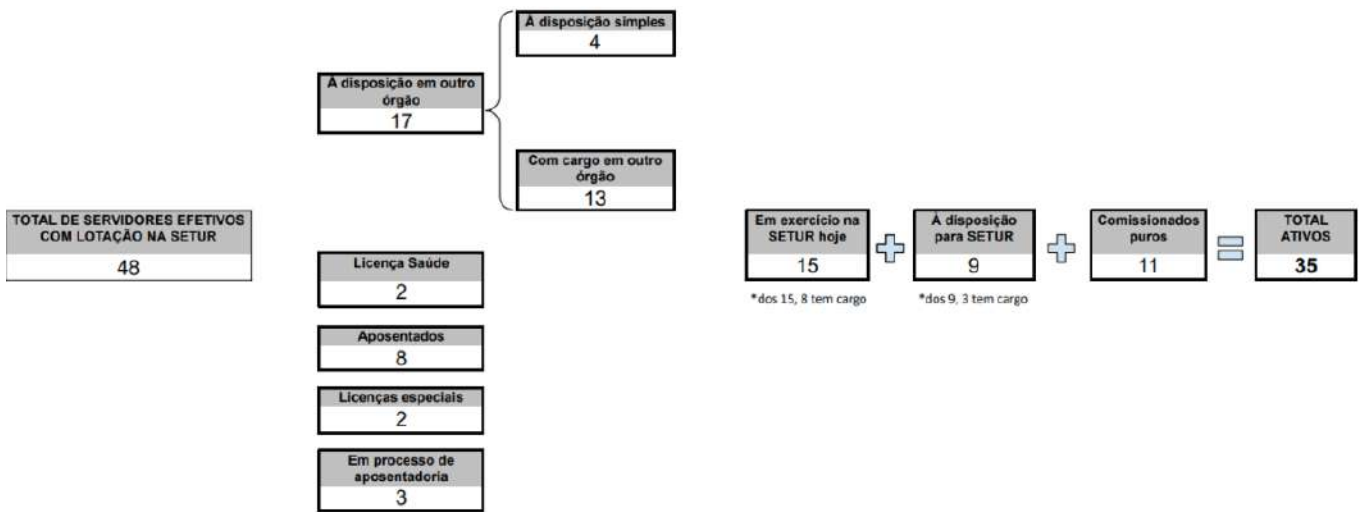
IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Planejar, fomentar e fortalecer o turismo em Santa Catarina, de maneira competitiva, mas sustentável, apresentando ao mundo todas as suas belezas e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do estado.

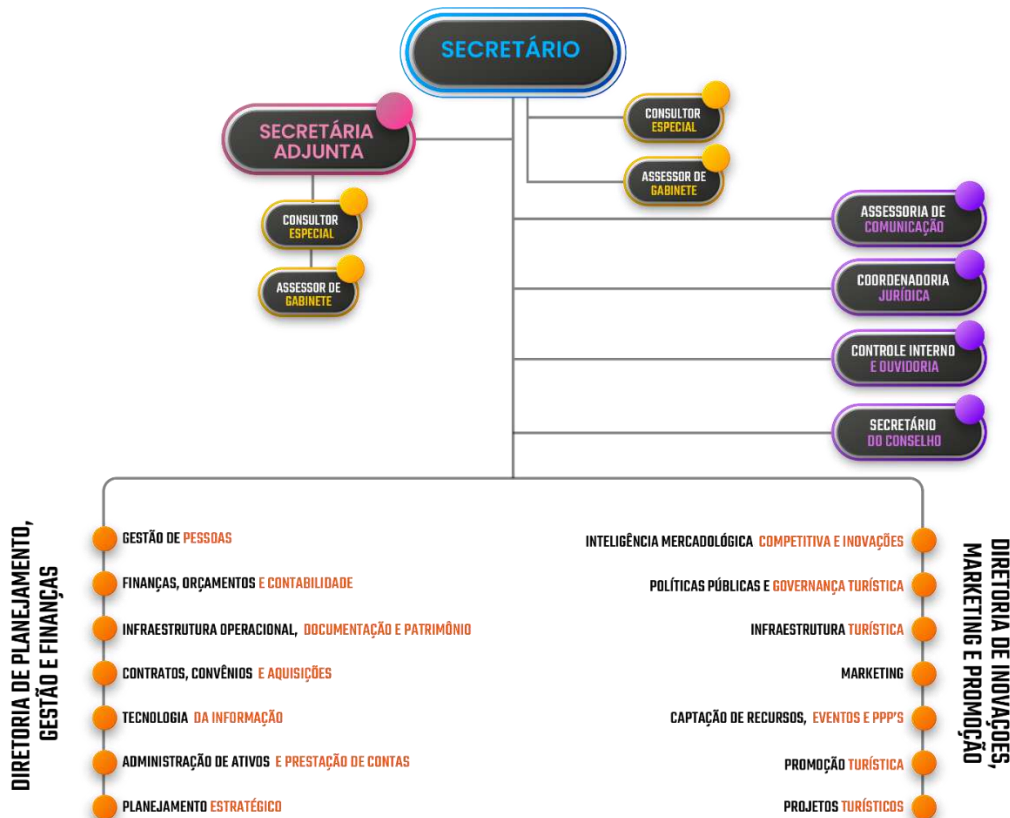
VISÃO: Ser referência no desenvolvimento de políticas públicas inovadoras, competitivas e sustentáveis de fomento e promoção do turismo, posicionando Santa Catarina como principal destino turístico do sul do país até 2026.

VALORES: Integridade; Eficiência; Transparência; Comprometimento com o turista e com os agentes da cadeia produtiva do turismo; Inovação; Sustentabilidade.

CARREIRAS/SERVIDORES:



ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

1. Inovação no turismo catarinense: Desenvolver, implementar, fortalecer, articular e disseminar iniciativas inovadoras para o turismo. Apoiar e fomentar soluções voltadas ao desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inovadores no turismo catarinense. Promover a conexão com os principais atores dos ecossistemas de inovação e do trade turístico, formando redes integradas de parcerias.
2. Gestão por meio de dados: Captura, análise e monitoramento da atividade turística por meio de um sistema de inteligência turística que dê suporte à tomada de decisão de gestores do turismo, visando a formulação e construção de políticas públicas para o setor.
3. Qualificação dos serviços: promover e incentivar a formalização e profissionalização das empresas e profissionais do setor, estimular a qualificação e capacitação contínua dos profissionais da cadeia produtiva do turismo e disseminar referenciais de qualidade, eficiência, segurança e sustentabilidade na prestação de serviços turísticos, de modo a gerar mais segurança e satisfação ao turista e contribuir com o posicionamento e competitividade do destino.
4. Desenvolvimento de infraestrutura turística: construção e melhorias na infraestrutura para melhorar acessibilidade e conforto para os turistas e conseqüentemente para os cidadãos catarinenses.
5. Marketing e promoção turística: investir em marketing e promoção para divulgar as atrações turísticas do estado e atrair turistas de todo o mundo.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo técnico qualificado e experiente; 2. Diversidade do produto turístico catarinense; 3. Programas e ações desenvolvidos internamente amplamente premiados; 4. Ações coordenadas entre a Secretaria e o Governo do Estado; 5. Gestores com conhecimento da área; 6. Localização da sede do órgão. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Equipe reduzida; 2. Instalações físicas da sede depreciadas; 3. Orçamento aquém do necessário; 4. Defasagem salarial; 5. Perda de servidores efetivos para outros órgãos por questões salariais; 6. Falta de padronização e morosidade dos processos e procedimentos internos. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Mudança da Autarquia para Secretaria; 2. Possibilidades de parceria com outras secretarias e órgãos estaduais; 3. Interação positiva com o trade turístico; 4. Estado com grande potencial turístico, podendo ser explorado nacional e internacionalmente; 5. Estado considerado seguro para viajar. 6. Diversidade geográfica e cultural. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento da sociedade a respeito das atividades que a Secretaria realiza; 2. Baixo desenvolvimento do turismo em algumas regiões do estado; 3. Falta de parcerias com entidades do setor (trabalho de governança); 4. Confusão legislativa após a extinção da SOL, da Santur S.A e da Santur; 5. Déficit de instrumentos reguladores/legislação para orientação/planejamento do setor turístico; 6. Falta de recursos orçamentários; |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Servidores efetivos;
Servidores comissionados;
Empregados terceirizados;
Bolsistas Fapesc;
Fornecedores de bens e serviços;
Instituições, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
Órgãos de Controle Estaduais;
Poder Legislativo Estadual;
Conselho Estadual de Turismo.

EXTERNAS:

Municípios;
Associações de Municípios;
Instâncias de Governança Regional - IGR's;
Entidades de classe, como ABIH, ABAV, ABEOC, FCVB, entre outros;
Governo Federal;
Ministério do Turismo;
Embratur;
Órgãos de controle/judiciário/legislativo;
Órgãos e instituições internacionais de turismo;
Embaixadas;
Sistema S (Sesc, Senac, Sebrae, Fecomércio)
Trade turístico;
Floripa Airport;
Imprensa;
Instituições de ensino;
Turistas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

PREMIAÇÕES

Desafio Turistech Brasil 2021

Inovatur - Categoria Academia, Destino

Prêmio de Inovação Acibalc 2021

Viaje+SC - Vencedor Categoria Produtos E Serviços

Inovatur - Segundo Lugar Categoria Gestão Públicas E Empresas

Prêmio Inovação Catarinense 2021

Almanach

Prêmio Brasil Destino Digital 2022

Santa Catarina - Categoria Sentimento Geral

Prêmio Braztoa De Sustentabilidade 2022/2023

Inovatur - Finalista Categoria Parceiros Institucionais

RESULTADOS

Inovação: INOVATUR, programa de inovação aberta pioneiro (1º exclusivo para o turismo). Em suas três edições, o programa já contemplou 40 SOLUÇÕES, 118 PARTICIPANTES, 24 MUNICÍPIOS e investiu mais de 2 MILHÕES e 200 MIL REAIS em projetos inovadores.

Projeto do Hub de Inovação para turismo catarinense: Estudo elaborado em cooperação técnica entre o BID e o Estado de Santa Catarina, decorrente da participação da Santur no Desafio Turistech Brasil, através do Inovatur. Objetivo: Conectar o setor do turismo com o ecossistema de inovação e tecnologia presente em Santa Catarina, estabelecendo parcerias e buscando assim um desenvolvimento mais sinérgico e sustentável no contexto da inovação no turismo.

Inteligência de dados: Sistema de Inteligência Turística, Almanach, com dados específicos sobre o segmento em Santa Catarina. Reconhecida nacionalmente como um dos sistemas mais completos e interativos em dados da atividade turística. Em 2022 houve o lançamento da versão Almanach 3, além de capacitações internas para os colaboradores da agência e treinamentos para as Instâncias de Governança Regional.

Pesquisas e estudos: Pesquisa do PIB Turístico, Pesquisas período pandêmico, Pesquisa de Demanda Turística.

Inovatur

Almanach

Viaje+SC

Participação em feiras

Campanhas/redes sociais

Cadastur

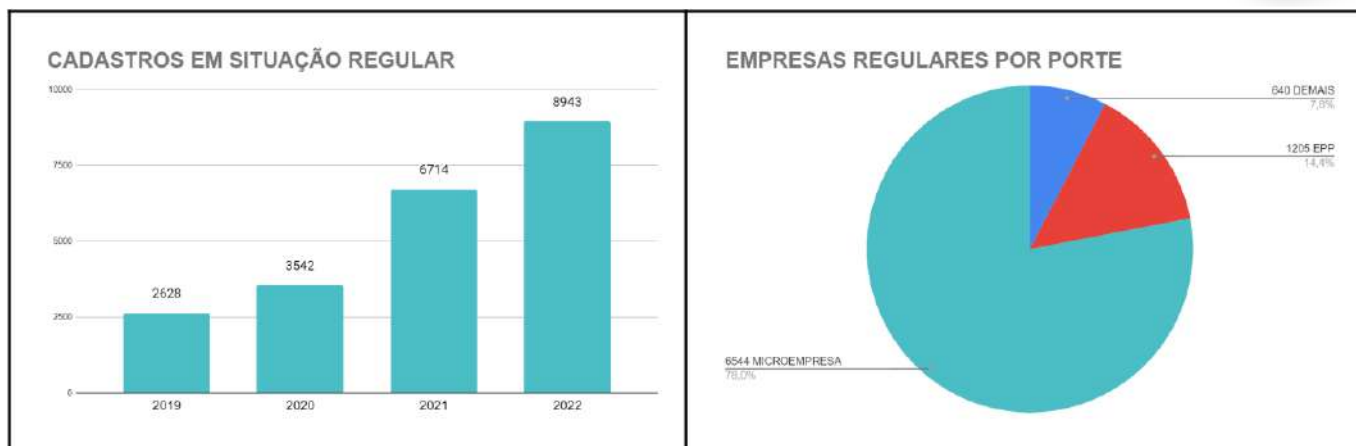
Regionalização

Infraestrutura turística

Selo Safe Travels - Os esforços de Santa Catarina para viabilizar a retomada do turismo com base em protocolos sanitários internacionais foram reconhecidos junto ao Conselho Mundial de Viagens e Turismo (World Travel & Tourism Council - WTTC) com a concessão do selo Safe Travels durante a pandemia de Covid-19. O órgão de turismo também assumiu o papel de organização Embaixadora da iniciativa, sendo responsável pela emissão do selo para as instituições do setor privado e público no estado através do Portal Viaje+SC.

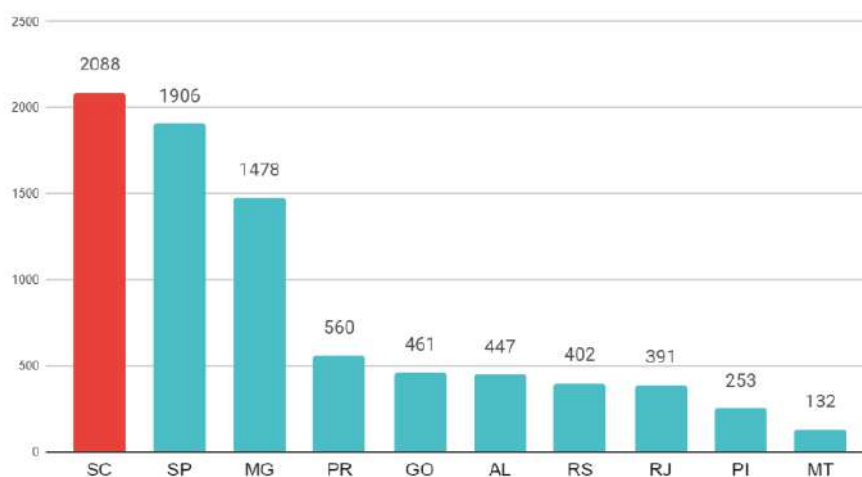
Cadastur - Como órgão delegado do Ministério do Turismo, a SETUR realiza as funções de cadastramento dos Guias de Turismo e empresas que exercem atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo no sistema de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), sendo 92,37% do total de cadastros no Cadastur em Santa Catarina micro e pequenas empresas. Ao término de 2022, na comparação com 2019, registrou-se um aumento de 340% nos cadastros em situação regular no estado.

Os cadastros de prestadores de serviços turísticos de Santa Catarina representam 11,87% do total de Acampamentos Turísticos do Brasil, 8,35% dos Meios de Hospedagem, 10,08% do total de cadastros de Restaurantes, Bares e Similares e 14,12% dos Prestadores de Infraestrutura de Apoio para Eventos das 27 unidades da federação. Em 2022, os pedidos de homologação de cadastro resultaram em 6007 análises, sendo 1957 deferimentos de cadastro inicial e 1267 renovações.



Fungetur - O suporte financeiro ao setor turístico durante a pandemia e pós pandemia foi viabilizado por meio dos mecanismos operacionais de canalização de recursos do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) através dos bancos e instituições federais e agências de fomento ao desenvolvimento regional como o BADESC e BRDE. Durante este período, o órgão de turismo uniu esforços com o BADESC por meio de um acordo de cooperação para realizar o atendimento das empresas que buscavam financiamento durante o período pandêmico e SC foi o estado com o maior número de operações contratadas entre 2020 e 2022.

OPERAÇÕES CONTRATADAS 2020-2022 POR UF



Centro de Eventos de Balneário Camboriú (CEBC) - A licitação para exploração, operação e promoção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú (CEBC) realizada foi a primeira concessão do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). O valor do contrato foi de R\$ 157.353.867,00 (cento e cinquenta e sete milhões trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e sessenta e sete reais) e a outorga variável deverá ser de 5 % a 10% do valor do faturamento bruto da concessionária.

Operação do Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira - A estrutura construída em 17,9 mil metros quadrados tem capacidade para eventos com até 3,5 mil pessoas e recebeu investimento total de R\$ 86 milhões do Governo do Estado. A operação do equipamento entre os anos de 2020 e 2022 resultou na autorização de uso para realização de 16 eventos, com um retorno de R\$ 1.931.224,69.

3.2.4 Agricultura, Pesca e Maricultura

Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca - SAR

A Secretaria de Estado da Agricultura (SAR) tem como missão fomentar o desenvolvimento sustentável agropecuário e pesqueiro do estado de Santa Catarina. Para isso, desenvolve ações que impactam diretamente nas atividades agropecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais. Envolve ações e instrumentos de políticas agrícolas, relacionadas com a infraestrutura econômica e social, sempre buscando melhorar a competitividade dos produtos catarinenses e, com isso, aumento da produção.

A instituição tem sua visão associada à Santa Catarina ser reconhecida globalmente pelos meios rural e pesqueiro resilientes e sustentáveis, com equidade social, com bens, serviços e produtos competitivos, de qualidade e seguros. Dessa forma, trabalha com o objetivo de fomentar políticas de desenvolvimento rural e pesqueiro para proporcionar condições dignas de vida às famílias de trabalhadores e produtores rurais e pescadores artesanais. Tem como propósito comum para o setor agro promover o desenvolvimento sustentável dos meios rural e pesqueiro por intermédio da agregação de valor, gerando o bem-estar do produtor catarinense e a oferta de bens, serviços e alimentos com o reconhecimento da sociedade. Busca aumentar a capacidade técnica e gerencial de trabalhadores e produtores, de forma a elevar o nível de eficiência econômica das atividades desenvolvidas. E, almeja estimular o desenvolvimento das unidades familiares de produção e a diversificação das pequenas e médias agroindústrias, através da adoção de políticas agrárias que busquem a democratização e a otimização da estrutura fundiária, protegendo o meio ambiente.

As atividades desempenhadas pela Secretaria estão vinculadas à Lei nº 8.676/1992, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural e pesqueiro e apresenta o detalhamento das funções e objetivos buscados em seu planejamento. Além disso, a estrutura e as competências da Secretaria são baseadas na Medida Provisória nº 257/2023.

Para cumprir as ações previstas nos instrumentos legais que regem o seu trabalho, esta Secretaria, além da coordenação dos trabalhos das empresas vinculadas Ceasa, Cidasc e Epagri, delimita grandes eixos para o direcionamento de suas metas: melhoria da infraestrutura do meio rural e pesqueiro; segurança sanitária da produção agropecuária e pesqueira; inovação tecnológica e estímulo às cadeias produtivas; e aprimoramento da competitividade dos produtos e serviços dos agricultores e pescadores.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

De acordo com a Medida Provisória nº 257/2023, são competências da Secretaria de Estado da Agricultura:

- I – planejar, formular e normatizar a política de desenvolvimento rural do Estado;
- II – planejar e elaborar programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento agropecuário e florestal;
- III – planejar e elaborar programas, projetos e ações de apoio ao agronegócio, à biotecnologia, à produção e ao uso de plantas e sementes bioativas e ornamentais e à microtecnologia e nanotecnologia na agropecuária;
- IV – formular a política estadual de apoio ao abastecimento, ao armazenamento e à logística de comercialização de produtos agropecuários;
- V – elaborar programas, projetos e ações referentes à política agrícola e agrária estadual;
- VI – apoiar de forma descentralizada e desconcentrada, por intermédio de empresas vinculadas, a execução das políticas de desenvolvimento rural;
- VII – planejar e avaliar as políticas e ações de apoio à comercialização da produção animal e vegetal e de seus produtos e subprodutos;
- VIII – apoiar, planejar e viabilizar ações que visem oferecer oportunidades de crédito, especialmente no que diz respeito a instalações produtivas, armazéns, equipamentos e insumos, na área rural;
- IX – apoiar ações ligadas ao associativismo e cooperativismo no âmbito de sua competência;

X – colaborar com a União na execução de programas, projetos e ações de política agrária, crédito e desenvolvimento rural;

XI – planejar, operacionalizar, gerenciar e fiscalizar o seguro rural na sua área de competência;

XII – planejar e avaliar as ações de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e de fertilizantes agrícolas, de defesa sanitária animal e vegetal e de inspeção e de classificação de produtos de origem animal e vegetal, delegando a execução das ações à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC);

XIII – interagir com a CIDASC e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) na implementação da política estadual de desenvolvimento rural no Estado;

XIV – planejar, operacionalizar, coordenar, gerenciar e elaborar ações e projeto do Programa SC Rural, interagindo na fase de execução com as empresas vinculadas, CIDASC e a EPAGRI, que visem consolidar a política pública para o desenvolvimento do meio rural catarinense, por meio da captação de projetos, tendo como objetivo aumentar a competitividade das organizações da agricultura familiar por meio do fortalecimento e da estruturação das suas cadeias produtivas;

XV – implantar políticas de valorização de produtos tradicionais, de selos de qualidade, de certificação e de rastreabilidade;

XVI – criar e fomentar programas e políticas públicas de agrobiodiversidade da produção catarinense;

XVII – formular políticas e diretrizes para o desenvolvimento territorial rural, de acordo com as características e peculiaridades socioeconômicas, ambientais e culturais de cada região;

XVIII – formular, coordenar e executar políticas dirigidas à agricultura familiar, às mulheres trabalhadoras rurais, aos jovens, às comunidades quilombolas e indígenas e a assentados rurais;

XIX – promover, formular e implementar políticas de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, preservando a diversidade e os agroecossistemas; e

XX – formular e implantar políticas de incentivo e valorização de boas práticas ambientais e produtivas.” (NR)

O referido instrumento legal discorre ainda sobre as atribuições da Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAQ). Conforme a medida provisória, a SAQ terá apoio jurídico, técnico e operacional da SAR e será de sua competência:

I – planejar, formular e normatizar as políticas estaduais aquícola e pesqueira, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem;

II – planejar e elaborar programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento aquícola e pesqueiro;

III – planejar, formular e normatizar a política estadual de apoio à logística de comercialização de produtos aquícolas e pesqueiros;

IV – apoiar, planejar e viabilizar ações que visem oferecer oportunidades de crédito, especialmente no que diz respeito a instalações produtivas, armazéns, equipamentos e insumos nos setores aquícola e pesqueiro;

V – apoiar ações ligadas ao associativismo e cooperativismo no âmbito de sua competência;

VI – interagir com a CIDASC e a EPAGRI na implementação das políticas estaduais de desenvolvimento aquícola e pesqueiro;

VII – implantar políticas de valorização de produtos e de selos de qualidade, certificação e rastreabilidade;

VIII – planejar, formular e normatizar política de pesquisa sobre as atividades aquícola e pesqueira;

IX – formular e implantar políticas de incentivo e valorização de boas práticas aquícolas e pesqueiras; e

X – formular, coordenar e executar políticas dirigidas aos pescadores artesanais e profissionais, maricultores e pescadores.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Fomentar o Desenvolvimento Sustentável Agropecuário e Pesqueiro de Santa Catarina.

VISÃO: Fazer Santa Catarina ser reconhecida globalmente pelos meios rural e pesqueiro resiliente e sustentável, com equidade social, com bens, serviços e produtos competitivos, de qualidade e seguros.

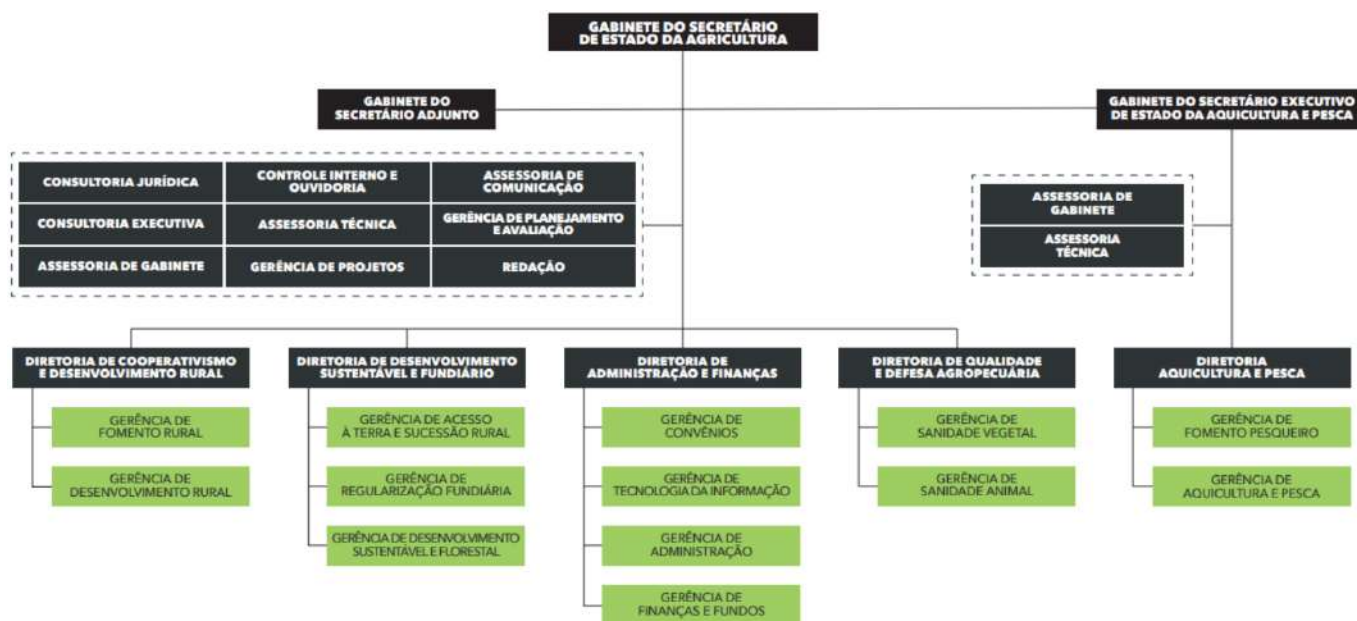
VALORES: Comprometimento, Cooperação, Ética, Responsabilidade Socioambiental, Excelência e Transparência.

ESTRUTURA: Secretaria de Estado da Agricultura Sede Administrativa: Rodovia Admar Gonzaga, 1486 – Itacorubi – Florianópolis – SC CEP: 88034-00.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| CARGOS | ATIVOS | INATIVOS | ACT | OUTRO | TOTAL |
|--------------------------------------|------------|------------|----------|----------|------------|
| Secretário de Estado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Secretário Adjunto | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Diretor | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Gerente | 15 | 0 | 0 | 0 | 15 |
| Assistente | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Assessor técnico | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Advogado | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Veterinário | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Jornalista | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Contador | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Engenheiro agrônomo | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| Agente técnicos de formação superior | 13 | 0 | 0 | 0 | 15 |
| Agente operacional administrativo | 17 | 0 | 0 | 0 | 17 |
| Agente de tecnologia da informação | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Agente de serviço geral | 14 | 0 | 0 | 0 | 14 |
| Agente operacional técnico | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Assistente administrativo | 25 | 0 | 0 | 0 | 25 |
| Vigilante | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Aposentado | 0 | 275 | 0 | 0 | 275 |
| Total | 124 | 275 | 0 | 0 | 399 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Macroprocessos Finalísticos

- **Melhoria de Infraestrutura do Meio rural e Pesqueiro**

São necessários investimentos em infraestrutura como forma de induzir o desenvolvimento, melhorar a sustentabilidade de negócios, as condições de vida das pessoas que vivem nos meios rural e pesqueiro e os serviços públicos prestados ao setor. Os investimentos serão realizados priorizando as demandas regionais. Para tanto, as ações serão realizadas em áreas como conectividade, acesso e escoamento de produção (melhoria da malha viária), qualidade e abrangência da rede elétrica, aquisição de equipamentos, dentre outras.

- **Financiamento ao Desenvolvimento das Cadeias e Arranjos Produtivos e Apoio à Inovação Tecnológica**

Financiamento e subvenção de juros para investimentos em sistemas produtivos nos meios rural e pesqueiro, visando a melhoria dos processos produtivos, a segurança hídrica e de renda, a inovação, a diversificação, o aumento da produtividade e da produção, seu beneficiamento e transformação, promovendo o desenvolvimento rural e a melhoria das condições de vida das famílias rurais e pesqueiras.

- **Política Fundiária**

Apoiar e executar os programas de regularização e legalização fundiária dos imóveis rurais até quatro módulos fiscais, promover o acesso à terra através de financiamento para aquisição de terra por agricultores sem terra ou com pouca terra, e proporcionar às propriedades rurais conformidade ambiental, através da validação dinamizada do CAR, apoiando a recuperação do passivo ambiental nas propriedades e a certificação do ativo ambiental através do CRA.

- **Qualidade e Defesa Agropecuária**

Apoiar e avaliar os programas e as ações de defesa e inspeção sanitária agropecuária, visando a proteção da saúde pública, a segurança alimentar, a competitividade dos produtos catarinenses nos mercados nacional e internacional, bem como planejar a melhoria e manutenção do status sanitário agropecuário do Estado, de forma articulada com o setor produtivo e suas organizações.

- **Gestão Ambiental no Meio Rural**

Apoiar e executar os programas de regularização e legalização fundiária dos imóveis rurais até quatro módulos fiscais, promover o acesso à terra através de financiamento para aquisição de terra por agricultores sem terra ou com pouca terra e, proporcionar que as propriedades rurais em conformidade ambiental, através da validação dinamizada do CAR, apoiando a recuperação do passivo ambiental nas propriedades e por fim a certificação do ativo ambiental através do CRA.

- **Aquicultura e Pesca**

O planejamento para o desenvolvimento de políticas de incentivo à aquicultura e pesca sustentável, apoio a programas de capacitação e treinamento, associativismo e cooperativismo.

O planejamento, formulação e normatização das políticas estaduais aquícolas e pesqueiras, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem.

Estimular a diversificação da produção, fomentar a pesquisa científica e tecnológica, promover a conscientização sanitária e ambiental, fortalecer parcerias com os entes municipais e federais e demais órgãos envolvidos com a atividade.

Criar programas de incentivo aos produtores locais, promover a infraestrutura, logística e aquisição de equipamentos. Apoiar ações que oportunizem crédito e incentivos fiscais ao setor, bem como realizar campanhas de estímulo ao consumo e valorização dos produtos da aquicultura e pesca catarinense, assim como outras competências atribuídas pela lei de criação da SAQ.

Macroprocessos da Área Meio

- **Planejamento, acompanhamento e avaliação**

Coordenar o processo de planejamento e dos mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.

- **Coordenação e gestão da infraestrutura de comunicação e informação**

Disponibilizar os meios e processos ao adequado fluxo de transmissão e recepção de dados dos diversos setores, visando a eficiência e eficácia no trâmite de processos e disponibilização de informação ao público interno e externo.

- **Gestão de pessoas e processos administrativos, financeiros, contábeis e patrimoniais**

Disponibilizar infraestrutura e realizar a gestão dos processos com vistas a prover os meios e recursos necessários ao desenvolvimento das atividades finalísticas.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Orçamento consolidado para execução de programas de fomento; 2. Programas complementares aos do governo federal, de outras secretarias e das prefeituras municipais; 3. Empresa/serviço de defesa agropecuária reconhecida nacional e internacionalmente, vinculada à SAR, que executa as políticas do setor; 4. Empresa/serviço de pesquisa agropecuária e extensão rural, reconhecida nacional e internacionalmente, vinculada à SAR, que executa as políticas do setor; 5. Equipes de trabalho com experiência. 6. Reconhecimento político e pela sociedade dos serviços prestados, e 7. Parcerias com o sistema cooperativista e agroindustrial estadual. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Deficiências nas equipes técnicas/administrativas; 2. Deficiência nos sistemas informatizados; 3. Falta de integração nos bancos de dados; 4. Políticas públicas desatualizadas; 5. Sistema burocrático baseado em documentos físicos; 6. Estrutura física de trabalho inadequada com instalações em desacordo com os padrões legais e deficientes em rede elétrica e de informática; 7. Desequilíbrio regional em desenvolvimento agropecuário. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidade socioeconômica dos setores rural e pesqueiro do Estado; 2. Competitividade nacional e internacional das várias cadeias de valor do Estado; 3. Ampliação da demanda nacional e internacional de produtos dos setores rural e pesqueiro; 4. Estruturas/políticas públicas de promoção do desenvolvimento dos setores rural e pesqueiro (crédito, seguro, sustentação de renda, compras oficiais, alimentação escolar, habitação); 5. Valorização de produtos diferenciados (orgânicos, indicação geográfica, artesanais), nos quais Santa Catarina tem tradição e potencial de produção; 6. Diversidade ambiental (solo, clima), cultural, histórica, étnica, etc, que favorece o desenvolvimento e a diversificação das atividades nos meios rural e pesqueiro; 7. Ambiente político favorável ao planejamento e ao setor, 8. Aumento da produtividade agropecuária; 9. Mais de 97.000 áreas irregulares, que podem ser corrigidas. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Concentração da produção/redução do número de produtores de cadeias produtivas importantes no Estado; 2. Concentração da produção e movimentação econômica em número reduzido de cadeias produtivas 3. Restrições ambientais para ampliação da produção de algumas cadeias produtivas; 4. Falta de estruturação de políticas ambientais sustentáveis para regularização das propriedades produtoras. 5. Envelhecimento dos gestores e falta de sucessores em milhares de estabelecimentos agropecuários do Estado; 6. Perda da atratividade da agricultura/meio rural por parte dos jovens e/ou agricultores mais descapitalizados; 7. Legislações que dificultam o empreendedorismo no meio rural; 8. Situação econômica internacional e nacional interfere na exportação, reduz a demanda do mercado interno e comprime os preços de vários produtos da agropecuária; 9. Aquecimento global e o conseqüente aumento dos eventos extremos; 10. Gestão das águas, pois a necessidade de irrigação irá concorrer com as demais atividades consumidoras; 11. Infraestrutura deficiente no meio rural, especialmente estradas, energia elétrica e acesso à internet; 12. Problemas de legalização de imóveis rurais até 4 módulos fiscais (regularização das posses, partilhas e contratos de compra e venda antigos). 13. Falta de estrutura permanente para garantia da sanidade animal e vegetal. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- **Secretaria da Agricultura:**
 - Funcionários do Estado;
 - Terceirizados;
 - Bolsistas;
 - Estagiários.
- **Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca;**
- **Empresas Vinculadas:**
 - EPAGRI;
 - CIDASC;
 - CEASA.

EXTERNAS:

- **Defesa civil:**
 - Apoio no atendimento nas áreas rurais que passam por intempéries e catástrofes;
- **ENA**
 - Capacitação dos servidores;
- **Infraestrutura/ SIE**
 - Apoio em laudos técnicos dos serviços que envolvem conhecimento de engenharia; Proposta – auxílio nos projetos de melhoria de infraestrutura e de malha viária no meio rural;
- **BRDE**
 - Apoio a projetos para o desenvolvimento do setor agropecuário e pesqueiro; Parceiro do núcleo de inovação tecnológica para agricultura familiar (nita) Linhas de crédito para agricultura familiar indicadores de gestão;
- **Secretaria da Administração**
 - Órgão consultivo e de apoio para as questões administrativas Indicadores de Gestão;
- **Porto de São Francisco do Sul**
 - Terminal graneleiro;
- **Secretaria da Articulação Nacional**
 - Apoio às demandas junto aos órgãos do governo federal e congresso nacional;
- **SCPAR**
 - Gestão do terminal graneleiro de São Francisco do Sul e Armazéns e Porto de Imbituba;
- **CELESC**
 - Programa Celesc rural Ações de eletrificação rural;
- **SCGÁS**
 - Questões ligadas aos projetos de biogás;
- **Secretaria da Casa Civil**
 - Órgão consultivo e de apoio para articulação política;

- **Secretaria de Articulação Internacional**
 - Apoio em missões internacionais, busca de novos mercados e divulgação das potencialidades do setor agropecuário de Santa Catarina;
 - Grupo de atração de investimentos - agricultura, desenvolvimento econômico sustentável e articulação internacional;
- **SECOM**
 - Apoio na divulgação de ações e informações do agronegócio catarinense;
- **PGE**
 - Apoio e orientação das demandas jurídicas;
 - órgão consultivo;
 - Envio de cobranças judiciais;
- **Secretaria de Saúde**
 - Apoio em legislações e ações de zoonoses;
 - Comunicação de focos de brucelose e tuberculose;
 - compartilhamento de informações sobre zoonoses;
- **Secretaria de Segurança Pública**
 - Parceria nas ações de defesa agropecuária;
 - Rede de policiamento rural;
 - Centro Estadual de Apoio Operacional de Combate aos Crimes Contra o Agronegócio (CAOAGRO/PCSC);
- **BADESC**
 - Linhas de crédito para agricultura familiar;
 - Parceiro do Núcleo e Inovação tecnológica para Agricultura Familiar (NITA);
- **Secretaria da Fazenda**
 - Órgão consultivo e orientador nas questões financeiras (programação e liberação financeira e tributárias, transferências de créditos de icms);
 - Apoio a projetos de captação de recursos e operações de crédito;
 - Negociações com o banco mundial para renovação do programa sc rural;
 - Assessoria na execução e prestação de contas de convênios estaduais inclusão de inadimplentes na dívida ativa;
- **FAPESC**
 - Parceiro do Núcleo e Inovação tecnológica para Agricultura Familiar (NITA);
 - Proposta de projeto de pesquisa para agricultura familiar;
- **Secretaria de Educação**
 - Proposta para capacitação tecnológica no meio rural;
 - Compartilhamento das estruturas do projeto piloto de comunidades rurais digitais (PPCRD);
 - Fornecimento de insumos do programa Terra Boa aos centros de educação profissional (CEDUP);

- **Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços**
 - Reuniões do programa de desenvolvimento da empresa catarinense (PRODEC);
 - Trabalho em parcerias com áreas de inovação, recursos hídricos, desenvolvimento econômico e mudanças climáticas;
 - Execução do cadastro ambiental rural (CAR) e do programa de regularização ambiental (PRA);
 - Parceiro do Núcleo e Inovação tecnológica para Agricultura Familiar (NITA);
 - Grupo de atração de investimentos;
 - Proposta para capacitação tecnológica no meio rural;
 - Compartilhamento das estruturas do projeto piloto de comunidades rurais digitais (PPCRD);
- **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia**
 - Licenças ambientais para suinocultura e avicultura;
 - SC RURAL – pagamento por serviços ambientais e corredores ecológicos; licenças ambientais para agroindústrias e empreendimentos apoiados pelo programa;
 - Validação do CAR e do PRA;
 - Apoio nas ações de controle populacional de javalis;
 - Participação em câmaras setoriais do CEDERURAL;
 - Regularização ambiental da piscicultura;
- **Prefeituras Municipais**
 - Convênios e transferências de equipamentos e recursos financeiros para o desenvolvimento do meio rural e pesqueiro;
 - Atendimento a lideranças e recebimento de demandas dos municípios;
 - Entrega de sementes de hortaliças;
 - Autorização de eventos agropecuários;
 - Parceria na ação de regularização fundiária;
 - Atendimento às demandas de informações relacionadas a inspeção de produtos de origem animal;
- **ALESC**
 - Recebimento de emendas impositivas dos deputados estaduais;
 - Participação nas comissões, em especial da agricultura e da pesca. Além das frentes parlamentares de assuntos relacionados ao agronegócio;
 - Consulta na elaboração de projetos de leis;
 - Participação em audiências públicas Respostas aos pedidos de informação enviados pelos deputados estaduais;
- **Ministério Público Estadual**
 - Participação em câmaras, comitês e fóruns;
 - Elaboração de pareceres para área vegetal e animal;

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

De 2019 a 2022, o Governo do Estado investiu mais de R\$ 792 milhões no apoio à agricultura de Santa Catarina. Os recursos foram distribuídos em fomento, regularização fundiária, indenizações pelo abate sanitário e aquisição de equipamentos agrícolas para os municípios catarinenses.

O número de agricultores e pescadores beneficiados pelos programas da Secretaria ultrapassa a marca de 363 mil produtores. Somente nas linhas de fomento e subvenção de juros, de janeiro/2019 a outubro/2022, foram beneficiados mais de 296 mil empreendedores rurais, com investimentos que ultrapassaram R\$ 484,3 milhões.

Houve destaques, também, nas áreas de indenização pelo abate sanitário e de regularização fundiária. Na primeira, ainda em 2019, o tempo médio de atendimento e indenização dos produtores reduziu de 150 para 60 dias, além de ampliar significativamente o número de produtores beneficiados. Já nos programas de regularização fundiária, a Secretaria alcançará a marca de 40.297 propriedades que receberão a documentação necessária para legalizar suas propriedades.

O Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa) investiu mais de R\$ 55,7 milhões na indenização de produtores rurais pelo abate sanitário de animais doentes, possibilitando a continuidade da produção de carne e de leite, além de preservar a saúde pública e o status sanitário da pecuária catarinense. No total, 2.226 famílias rurais foram beneficiadas pelo Fundesa em todo o estado, sendo este o recorde de investimentos na área.

A Secretaria de Estado da Agricultura fez uma força-tarefa para regularizar imóveis rurais. Nos últimos quatro anos, o Governo do Estado investiu mais de R\$ 10,8 milhões no Programa Terra Legal, que fornece a documentação necessária para que os produtores regularizem seus imóveis rurais, e, com isso, mais de 40 mil famílias catarinenses receberão a documentação necessária para legalizar suas propriedades, podendo, assim, fazer parte das políticas públicas ou incentivos dos governos federal e estadual.

Além disso, nos últimos quatro anos, o Governo do Estado destinou mais de R\$ 213,2 milhões para a aquisição de 2.394 equipamentos agrícolas, que foram ou estão sendo cedidos aos municípios. Entre os equipamentos comprados estão tratores, distribuidores de água, carretas agrícolas basculantes, balanças bovinas, perfuradores de solo, grades aradoras, ensiladeiras, roçadeiras hidráulicas, retroescavadeiras, caminhões basculantes, entre outros.

O setor pesqueiro também recebeu recursos que ficarão na história de Santa Catarina. A partir de 2021 o programa SC Mais Pesca passou a viabilizar investimentos de R\$ 28 milhões para a execução de 42 projetos de implantação ou reforma de infraestruturas de apoio à pesca artesanal em 29 municípios. A expectativa é beneficiar quase 25 mil famílias de pescadores, que abrangem mais de 330 comunidades pesqueiras.

Com relação ao reconhecimento pelo trabalho desempenhado, referência internacional no cuidado com a saúde animal, em 2020 Santa Catarina conquistou o título de menor prevalência de brucelose animal do Brasil. O reconhecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) demonstra a excelência da bovinocultura catarinense e a qualidade da sua produção agropecuária.

Entre 2019 e 2021, Santa Catarina obteve o registro de cinco Indicações Geográficas (IG). Uma IG atesta que um produto só tem aquelas características porque é produzido de determinada forma, tem notoriedade na produção e vinculação ao território em que é produzido. A identificação é um diferencial competitivo que confere ao produto o caráter de exclusividade. A primeira IG registrada no estado foi a do Vinho dos Vales da Uva Goethe, seguida pela Banana da Região de Corupá e Campos de Cima da Serra para o Queijo Artesanal Serrano. Posteriormente, se deu o registro da IG Vinhos de Altitude de Santa Catarina e do Mel de Melato da Bracatinga. Por último, foram registradas as IG da Maçã Fuji da Região de São Joaquim e da Erva Mate do Planalto Norte Catarinense.

No ano de 2021, a Secretaria foi premiada na categoria governo inovador do Prêmio Inovação Catarinense - Professor Caspar Erich Stemmer, promovido pela FAPESC, por iniciativa do Roadmap Estratégico integrado. O trabalho premiado envolveu diversos atores do setor agro, resultando na construção de um diagnóstico e visão estratégica.

A Secretaria também recebeu o prêmio Patrocinador Destaque do Prêmio Eproj 2022, promovido pelo Escritório de Projetos do governo do estado, em 2022, por conta dos esforços empenhados na área de gestão de projetos da pasta. As ações possibilitaram a ampliação da cultura de gestão de projetos, além da transparência para a sociedade catarinense.

Secretaria Executiva de Aquicultura e Pesca - SAQ

A Secretaria Executiva de Aquicultura e Pesca – SAQ foi estabelecida no contexto da Reforma Administrativa implementada pela atual administração e aprovada pela Assembleia Legislativa. Sua missão primordial consiste no planejamento, formulação e normatização das políticas estaduais relacionadas à aquicultura e pesca, com o objetivo de buscar constantemente a excelência, gerando renda e promovendo o bem-estar da população catarinense. Suas atividades abrangem diversas ações e instrumentos de políticas aquícolas e pesqueiras, voltadas para o fortalecimento da infraestrutura econômica e social, sempre visando aprimorar a competitividade dos produtos catarinenses e impulsionar o crescimento da produção e sua sustentabilidade.

A visão estratégica da instituição é ser reconhecida como a principal unidade federativa fornecedora de produtos aquícolas e pesqueiros de alta qualidade, sustentados por tecnologia e inovação. A Secretaria trabalha com empenho para fomentar o desenvolvimento das atividades aquícolas e pesqueiras, visando oferecer os melhores produtos, dentro de um ecossistema exemplar que adota princípios de sustentabilidade. Através do uso de tecnologias avançadas e práticas inovadoras, busca-se impulsionar o desenvolvimento econômico e social em toda a cadeia produtiva. Paralelamente, é buscado o fortalecimento das competências técnicas e gerenciais dos trabalhadores e produtores, a fim de elevar a eficiência econômica das atividades desempenhadas.

As atividades realizadas pela Secretaria estão alinhadas com as diretrizes estabelecidas na Lei 18.646/2023, de 5 de junho de 2023, a qual versa sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo. Adicionalmente, a instituição baseia-se nos preceitos estabelecidos na Medida Provisória nº 257/2023, para definir sua estrutura e competências.

Para assegurar o cumprimento de suas responsabilidades, a Secretaria recebe apoio jurídico, técnico e operacional da Secretaria de Estado da Agricultura - SAR, bem como das empresas Ceasa, Cidasc e Epagri, que estão vinculadas a ela. Essas parcerias estratégicas desempenham um papel fundamental no desempenho das atividades da Secretaria, contribuindo para alcançar os objetivos estabelecidos e promover o desenvolvimento sustentável do setor aquícola e pesqueiro em Santa Catarina.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

De acordo com a Lei 18.646/2023, Art. 30-B, são competências da Secretaria de Executiva da Aquicultura e Pesca - SAQ:

I – planejar, formular e normatizar as políticas estaduais aquícola e pesqueira, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem;

II – planejar e elaborar programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento aquícola e pesqueiro;

III – planejar, formular e normatizar a política estadual de apoio à logística de comercialização de produtos aquícolas e pesqueiros;

IV – apoiar, planejar e viabilizar ações que visem oferecer oportunidades de crédito, especialmente no que diz respeito a instalações produtivas, armazéns, equipamentos e insumos nos setores aquícola e pesqueiro;

V – apoiar ações ligadas ao associativismo e cooperativismo no âmbito de sua competência;

VI – interagir com a CIDASC e a EPAGRI na implementação das políticas estaduais de desenvolvimento aquícola e pesqueiro;

VII – implantar políticas de valorização de produtos e de selos de qualidade, certificação e rastreabilidade;

VIII – planejar, formular e normatizar política de pesquisa sobre as atividades aquícola e pesqueira;

Ainda, conforme o referido instrumento legal, a SAQ terá apoio jurídico, técnico e operacional da Secretaria de Agricultura – SAR.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Propósito: Oferecer os melhores produtos pesqueiros e aquícolas, através de um ecossistema exemplar e sustentável com tecnologia e inovação, gerando desenvolvimento econômico e social em toda cadeia de produção.

Missão: Planejar, formular e normatizar as políticas estaduais aquícola e pesqueira, abrangendo o transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem dos produtos, buscando continuamente a excelência, gerando renda e bem-estar aos catarinenses.

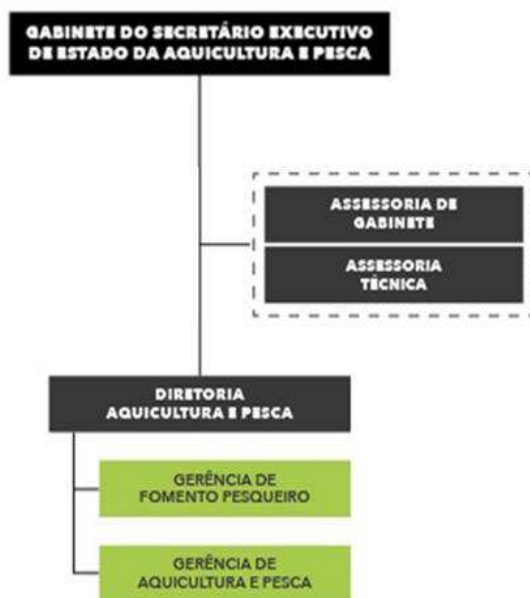
Visão: Ser reconhecida como a unidade da Federação que fornece os melhores produtos aquícolas e pesqueiros com tecnologia e inovação e de forma sustentável.

Valores: Eficiência - Transparência - Descentralização e Inovação - Cidadania

Carreiras/servidores

| Cargos | Ativos | Inativos | ACT | Outro | Total |
|--------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Secretário de Estado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Diretor de Aquicultura e Pesca | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Gerente de Fomento Pesqueiro | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Gerente de Aquicultura e Pesca | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Assessor Técnico | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Assessor de Gabinete | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |

ORGANOGRAMA



Macroprocessos Finalísticos

- Aquicultura e Pesca

O planejamento para o desenvolvimento de políticas de incentivo à aquicultura e pesca sustentável, apoio a programas de capacitação e treinamento, associativismo e cooperativismo.

O planejamento, formulação e normatização das políticas estaduais aquícolas e pesqueiras, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem.

Estimular a diversificação da produção, fomentar a pesquisa científica e tecnológica, promover a conscientização sanitária e ambiental, fortalecer parcerias com os entes municipais e federais e demais órgãos envolvidos com a atividade.

Criar programas de incentivo aos produtores locais, promover a infraestrutura, logística e aquisição de equipamentos. Apoiar ações que oportunizem crédito e incentivos fiscais ao setor, bem como realizar campanhas de estímulo ao consumo e valorização dos produtos da aquicultura e pesca catarinense, assim como outras competências atribuídas pela lei de criação da SAQ.

Macroprocessos da Área Meio (apoio jurídico, técnico e operacional da Secretaria de Agricultura – SAR)

- Planejamento, acompanhamento e avaliação

Coordenar o processo de planejamento e dos mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.

- Coordenação e gestão da infraestrutura de comunicação e informação

Disponibilizar os meios e processos ao adequado fluxo de transmissão e recepção de dados dos diversos setores, visando a eficiência e eficácia no trâmite de processos e disponibilização de informação ao público interno e externo.

- Gestão de pessoas e processos administrativos, financeiros, contábeis e patrimoniais

Disponibilizar infraestrutura e realizar a gestão dos processos com vistas a prover os meios e recursos necessários ao desenvolvimento das atividades finalísticas.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Programas de fomento e subsídio de juros já consolidados e aderentes; 2. Programas complementares aos do governo federal, de outras secretarias e das prefeituras municipais; 3. Empresa/serviço de defesa agropecuária reconhecida nacional e internacionalmente, que executa as políticas do setor; 4. Empresa/serviço de pesquisa agropecuária e extensão rural, reconhecida nacional e internacionalmente, que executa as políticas do setor; 5. Equipe de trabalho com experiência. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Inexistência de dados estruturados e acompanhados pelo Estado para o setor pesqueiro; 2. Deficiência nos sistemas informatizados; 3. Falta de integração nos bancos de dados disponibilizados por diferentes atores do setor; 4. Políticas públicas desatualizadas; 5. Sistemas burocráticos baseados em documentos aprovações em distintas esferas públicas; 6. Estrutura física de trabalho inadequada com instalações em desacordo com os padrões legais e deficientes em rede elétrica e de informática; 7. A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Pesqueira, que executa as políticas do setor, não tem uma equipe específica de extensão aquícola e pesqueira com dedicação exclusiva e formação específica e contínua em Aquicultura e Pesca; 8. Orçamento não consolidado. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidade socioeconômica dos setores aquícola e pesqueiro do Estado; 2. Competitividade nacional e internacional das várias cadeias de valor do Estado; 3. Ampliação da demanda nacional e internacional de produtos dos setores aquícola e pesqueiro; 4. Estruturas/políticas públicas de promoção do desenvolvimento dos setores aquícola e pesqueiro (crédito, seguro, sustentação de renda); 5. Diversidade ambiental (solo, clima), cultural, histórica, étnica, etc, que favorece o desenvolvimento e a diversificação das atividades nos meios aquícola e pesqueiro; 6. Ambiente político favorável ao planejamento e ao setor, 7. Aumento da produtividade aquícola; | <ol style="list-style-type: none"> 8. Restrições ambientais para ampliação da produção de algumas cadeias produtivas; 9. Envelhecimento dos pescadores e falta de sucessores 10. Perda da atratividade da pesca por parte dos jovens; 11. Legislações que dificultam a atividade pesqueira industrial e artesanal; 12. Perda da atratividade da piscicultura por parte dos agricultores mais descapitalizados; 13. Situação econômica internacional e nacional interfere na exportação, reduz a demanda do mercado interno e comprime os preços de vários produtos; 14. Aquecimento global e o conseqüente aumento dos eventos extremos; 15. Infraestrutura deficiente no meio rural, especialmente estradas, energia elétrica e acesso à internet; |

SCTI - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: Apoio na elaboração e implementação de políticas públicas na área de inovação e tecnologia; Contratos de prestação de serviço de infraestrutura de tecnologia da informação;

SEA - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO: Órgão consultivo e de apoio para as questões administrativas; Indicadores de Gestão;

SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO: Apoio na divulgação de ações e informações da aquicultura e pesca catarinense;

SED - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO: Proposta para inclusão de proteínas do setor na alimentação escolar;

SEF - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA: Órgão consultivo e orientador nas questões financeiras, programação e liberação financeira e tributárias, transferências de créditos de ICMS; Apoio a projetos de captação de recursos e operações de crédito; Assessoria na execução e prestação de contas de convênios estaduais inclusão de inadimplentes na dívida ativa;

SEMAE - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DA ECONOMIA VERDE: Licenças ambientais para projetos relacionados a aquicultura e pesca; Validação do CAR e do PRA; Participação em câmaras setoriais do CEDERURAL; Regularização ambiental da piscicultura;

SEPLAN - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO: Alinhamento das políticas de aquicultura e pesca com o planejamento estratégico estadual, buscando a integração entre as atividades e os objetivos de desenvolvimento sustentável;

SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO: Promoção do turismo relacionado à aquicultura e pesca, destacando os atrativos naturais e culturais do estado, impulsionando o setor turístico;

SGG - SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO: Coordenação das ações e projetos em conjunto com as demais secretarias, visando a sinergia entre as atividades do governo estadual;

SICOS - SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO SERVIÇO: Desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura e pesca, estimulando o crescimento do setor industrial e comercial relacionado;

SIE - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE: Apoio em laudos técnicos dos serviços que envolvem conhecimento de engenharia; Proposta – auxílio nos projetos de melhoria de infraestrutura e de malha viária no meio rural;

SPAF - SECRETARIA DE ESTADO DE PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS: Coordenação da a infraestrutura logística necessária ao escoamento da produção aquícola e pesqueira, garantindo a eficiência do transporte;

SSP - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA: Parceria nas ações de fiscalizadora e cumprimento das leis ambientais para a promoção da preservação dos recursos naturais; Rede de policiamento nos meios aquícolas e pesqueiros;

DEFESA CIVIL: Apoio no atendimento nas áreas que passam por intempéries e catástrofes;

ENA - FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO SC: Capacitação dos servidores;

BRDE - BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL: Linhas de crédito para apoio a projetos de desenvolvimento do setor aquícola e pesqueiro;

BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S.A.: Linhas de crédito para apoio a projetos de desenvolvimento do setor aquícola e pesqueiro;

CELESC - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S. A.: Ações ligadas ao fornecimento e manutenção de energia elétrica adequada às atividades da aquicultura e pesca, assegurando o funcionamento dos equipamentos e sistemas necessários. Ampliação do número de usuários no programa de desconto de energia elétrica para a produção aquícola, promovido pela ANEEL;

CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO: Análises e controle da qualidade da água pós-tratamento;

FAPESC - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA: Propostas de editais e projetos de pesquisa para aquicultura e pesca;

PREFEITURAS MUNICIPAIS: Convênios e transferências de equipamentos e recursos financeiros para o desenvolvimento aquícola e pesqueiro; Atendimento a lideranças e recebimento de demandas dos municípios; Autorização de eventos;

ALESC - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: Recebimento de emendas impositivas dos deputados estaduais; Participação nas comissões, em especial da aquicultura e da pesca. Além das frentes parlamentares de assuntos relacionados; Consulta na elaboração de projetos de leis; Participação em audiências públicas; Respostas aos pedidos de informação enviados pelos deputados estaduais;

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL: Participação em câmaras, comitês e fóruns; Elaboração de pareceres para área da aquicultura e pesca;

GOVERNO FEDERAL: Convênios e contratos de repasse de recursos para aquisição de equipamentos, em especial o recebimento das emendas parlamentares dos deputados e senadores; Execução de políticas nacionais, no âmbito do MPA/MMA; Convênios elaborados pela secretaria da aquicultura e pesca e executados com recursos federais; Embrapa: participação em comitês sanitários; Orientação no ministério da economia e secretaria do tesouro nacional para financiamento externo para operação de crédito e renovação do programa SC rural; Levar as demandas do setor aquícola e pesqueiro de Santa Catarina para orientar as políticas públicas e elaboração de programas e normas do governo federal;

ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SETOR AQUÍCOLA E PESQUEIRO CATARINENSE: Parceria para elaboração e execução de políticas públicas do setor..

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

A Gerência de Aquicultura e Pesca, anteriormente vinculada à Secretaria da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, se dedicou a diversas ações de regulamentação e revisão no âmbito da pesca. Algumas das principais realizações da gerência incluem:

Regulamentação da Pesca de Arrasto de Praia - através da qual a gerência estabeleceu diretrizes e regulamentos para a pesca de arrasto de praia, com o objetivo de garantir práticas sustentáveis, equilibrando a atividade pesqueira com a preservação dos ecossistemas costeiros e a manutenção das espécies marinhas.

Regulamentação da Pesca de Cercos Fixos Flutuantes - medida para estabelecer critérios claros para essa modalidade de pesca, com foco na preservação dos recursos pesqueiros e na minimização dos impactos ambientais.

Revisão da Portaria IBAMA 54 N/1999 - Redes de Emalhe Fixas - com objetivo de fortalecer as medidas de controle e monitoramento, promovendo a conservação dos estoques pesqueiros.

Revisão da IN MPA/MMA 10/2011 - Matriz de Modalidades de Pesca para a Concessão de Permissão Prévia de Pesca e Autorização de Pesca - visando aperfeiçoar os critérios de concessão, levando em consideração aspectos socioeconômicos e ambientais.

Norma para Pesca do Parati no Complexo Lagunar - visando garantir uma exploração sustentável, preservando o ecossistema lagunar e assegurando a continuidade dessa atividade pesqueira.

Participação em Comitês Relativos à Pesca da Tainha - promovendo o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na pesca da tainha, visando o manejo adequado dos estoques.

O setor pesqueiro também recebeu recursos, a partir de 2021, por meio do programa SC Mais Pesca, investindo de R\$ 4,7 milhões para a execução de 13 projetos de implantação ou reforma de infraestruturas de apoio à pesca artesanal.

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina. Criada em 1979, tem como missão a execução das ações de sanidade animal e vegetal, a preservação da saúde pública e a promoção do agronegócio e do desenvolvimento sustentável de Santa Catarina. O intuito dessas ações é proteger a saúde única (das pessoas, dos animais e do meio ambiente) e o agronegócio catarinense, além de manter um status sanitário dentro dos padrões exigidos para manutenção e ampliação da comercialização com outros estados e países.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Segundo a Lei Complementar nº 381/2007 alterada pela Lei Complementar nº534/2011 e Lei Complementar 741/2019, compete à Cidasc:

I - Executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual (SIE), por meio do registro dos estabelecimentos, seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela Cidasc;

II - Promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III - Promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

IV - Prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, solo, ração e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

V - Estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV, bem como fiscalizar sua execução;

VI - Desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul;

VII - Assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina.

VISÃO: Ser reconhecida como referência e excelência em Sanidade Agropecuária.

VALORES: Excelência; Legalidade; Transparência; Credibilidade.

ESTRUTURA: Florianópolis abriga a Sede da Cidasc, que possui ainda 19 departamentos regionais distribuídos estrategicamente pelo estado que coordenam os trabalhos dos escritórios municipais e das unidades veterinárias locais (UVLs) na sua região de abrangência. Através dessa estrutura descentralizada, atende os 295 municípios de SC (direta ou indiretamente). A Cidasc dispõe também de 58 Postos Fixos de Fiscalização de trânsito de produtos de origem animal e vegetal, localizados ao longo das divisas com os estados do RS e PR e na fronteira com a Argentina.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| GRUPO OCUPACIONAL | CARGO | ATIVOS | AFASTADOS | À DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS |
|-------------------|--|------------|-----------|-------------------------------|
| Operacional | Auxiliar Operacional/ agropecuário | 414 | 1 | 1 |
| | Motorista | 1 | 0 | 0 |
| | Operador de Máquinas | 9 | 14 | 33 |
| Administrativo | Assistente Administrativo | 66 | 4 | 13 |
| Técnico | Técnico Agrícola | 33 | 1 | 4 |
| | Técnico de Edificações | 0 | 0 | 0 |
| | Técnico de Enfermagem no Trabalho | 0 | 0 | 0 |
| | Técnico de Laboratório | 0 | 0 | 0 |
| | Técnico de Segurança do Trabalho | 3 | 0 | 1 |
| | Técnico de Suporte de Informática | 6 | 0 | 0 |
| | Técnico Eletricista | 0 | 0 | 0 |
| Superior | Administrador | 6 | 0 | 2 |
| | Advogado | 8 | 0 | 1 |
| | Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação | 4 | 0 | 0 |
| | Arquivista | 0 | 0 | 0 |
| | Assistente Social | 0 | 0 | 0 |
| | Contador | 9 | 0 | 2 |
| | Design Gráfico | 0 | 0 | 0 |
| | Economista | 1 | 0 | 0 |
| | Engenheiro Agrônomo | 41 | 0 | 3 |
| | Engenheiro Civil | 0 | 0 | 0 |
| | Engenheiro de Segurança do Trabalho | 1 | 0 | 0 |
| | Engenheiro Eletricista | 0 | 0 | 0 |
| | Engenheiro Mecânico | 0 | 0 | 1 |
| | Estatístico | 0 | 0 | 0 |
| | Geógrafo | 0 | 0 | 0 |
| | Jornalista | 1 | 0 | 0 |
| | Médico do Trabalho | 0 | 0 | 0 |
| | Médico Veterinário | 278 | 1 | 3 |
| | Pedagogo | 0 | 0 | 0 |
| | Psicólogo | 1 | 0 | 0 |
| Publicitário | 0 | 0 | 0 | |
| | Químico | 1 | 0 | 0 |
| | Totais | 883 | 21 | 64 |

| CARGOS/FUNÇÕES EM EXTINÇÃO | | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|------------|-----------|-------------------------------|
| CARGOS | FUNÇÃO | ATIVOS | AFASTADOS | À DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS |
| Auxiliar Técnico | Auxiliar Técnico | 6 | 6 | 1 |
| Classificar | Classificar | 26 | 1 | 2 |
| Eletricista | Eletricista | 0 | 0 | 3 |
| Topógrafo | Topógrafo | 2 | 0 | 0 |
| Engenheiro Florestal | Engenheiro Florestal | 0 | 0 | 1 |
| Engenheiro Agrimensor | Engenheiro Agrimensor | 1 | 0 | 0 |
| Mecânico | Mecânico | 0 | 0 | 6 |
| Vigilante | Vigilante | 0 | 1 | 0 |
| Servente | Servente | 0 | 0 | 2 |
| Agente Operacional Administrativo | Técnico em Contabilidade | 0 | 1 | 0 |
| Auxiliar de serviços gerais | auxiliar de serviços gerais | 3 | 3 | 6 |
| Agente Oper Serviços Diversos | Agente Oper Serviços Diversos | 23 | 4 | 4 |
| Total | | 61 | 16 | 25 |
| Total GERAL | | 944 | 37 | 89 |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

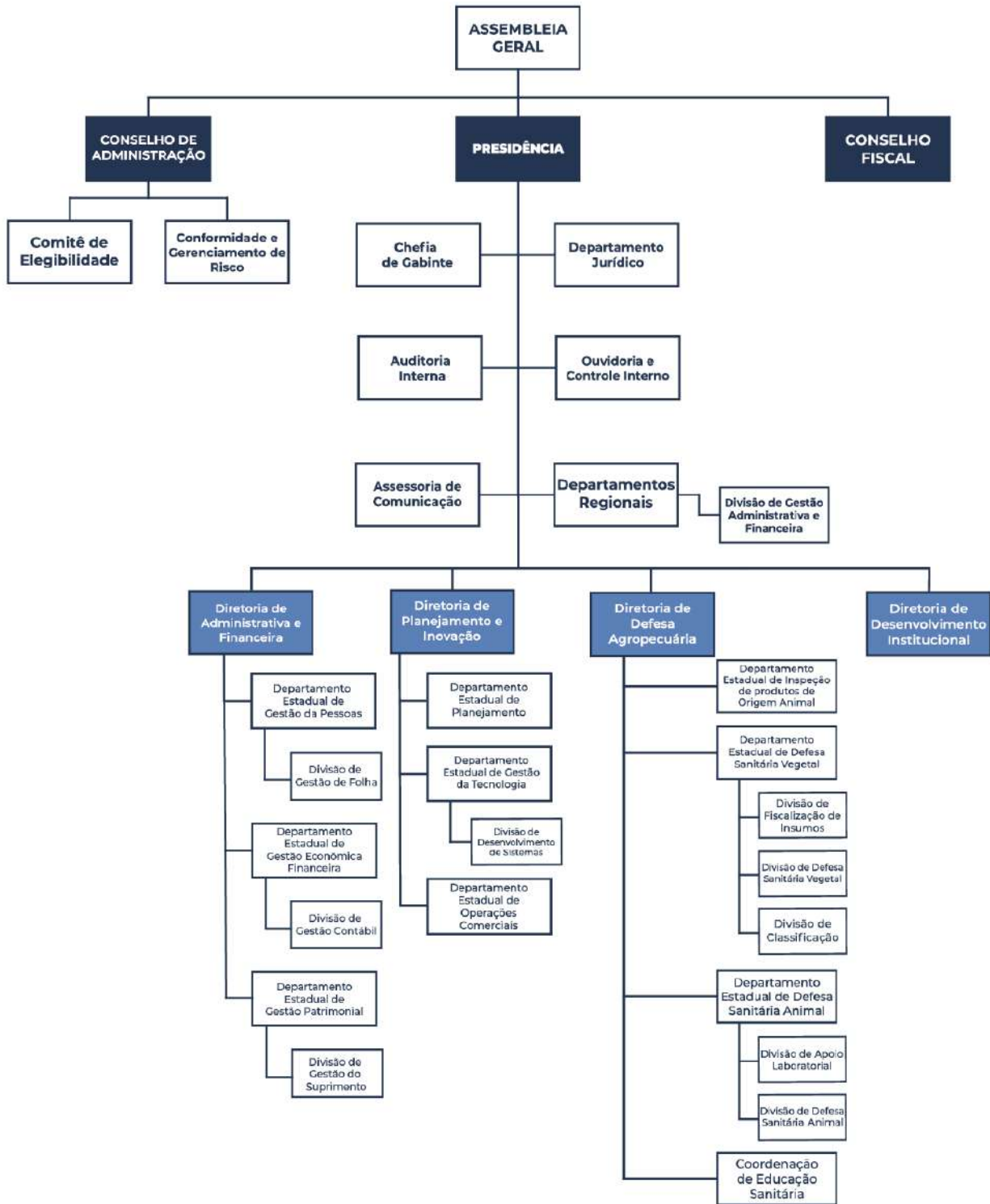
INTERNAS

- Empregados.

EXTERNAS

- Comunidade;
- Sociedade;
- Imprensa / Formadores de opinião;
- Governos;
- Clientes / Usuários;
- Agroindústrias e frigoríficos;
- Agricultores e pecuaristas;
- Estudantes;
- Instituições de Ensino.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Por delegação da Secretaria de Estado da Agricultura - SAR, é de competência da Cidasc executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal; assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual (SIE);; promover e executar os serviços de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos; prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução.

Para alcançar a missão da Companhia, os departamentos técnicos, vinculados à Diretoria de Defesa Agropecuária, executam as atividades finalísticas da Cidasc.

Defesa Sanitária Animal: conjunto de atividades de Estado voltadas ao interesse da segurança agro-sanitária, cujos objetivos gerais podem ser resumidos em preservação da sanidade da produção animal, da saúde pública e do meio ambiente, do fortalecimento da economia e da promoção do bem-estar social ao contribuir para a contínua melhoria na condição agro-sanitária catarinense, visando agregar valor e acessar mercados consumidores internos e externos. Atualmente, Santa Catarina é reconhecida internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) como Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação e de Zona Livre de Peste Suína Clássica, além de possuir a menor prevalência nacional de Brucelose e a segunda menor de Tuberculose.

Defesa Sanitária Vegetal: o sistema de Defesa Sanitária Vegetal constitui-se num trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção, do comércio e do trânsito de vegetais ou produtos desta origem que possam ser veiculadores de pragas. As fiscalizações buscam garantir a manutenção de status livre de pragas como *Cydia pomonella*, Fogo Bacteriano das rosáceas, Moko da bananeira e Cancro da Videira. Esse processo possibilitou a comercialização de produtos como maçãs, bananas e uvas para outros estados e países.

Classificação de Produtos de Origem Vegetal: certificação de produtos de origem vegetal de acordo com os padrões oficiais estabelecidos por portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Realiza também o acompanhamento da comercialização de tabaco em folha nos pontos de compra em todo o Estado de Santa Catarina. O Selo de Conformidade Cidasc é outra atribuição da divisão de classificação tem como seu principal objeto, implantar o Sistema de Gestão da Segurança dos Alimentos - (SGSA) e validar o SGSA, adequar os processos de produção/fabricação de alimentos de origem vegetal com base na legislação sanitária e oferecer condições para melhoria contínua, ser referência para as pequenas e médias empresas do agronegócio e agrofamiliares, melhorando assim as condições do nosso agronegócio.

Inspeção de Produtos de Origem Animal: o Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Deinp) que registra e fiscaliza os estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Estadual (SIE), contribui ativamente com ações direcionadas à segurança e qualidade dos produtos de origem animal catarinenses, que devem obrigatoriamente ser submetidos à inspeção sanitária.

Educação Sanitária: a Cidasc desenvolve um trabalho de construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários, através de: Educação com escolares, universitários e produtores rurais; Diagnóstico Educativo e Projetos educativos específicos.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Corpo técnico qualificado; 2. Estrutura descentralizada que abrange todo o estado; 3. Postos Fixos de Fiscalização em divisas e fronteiras (monitoramento por imagens); 4. Atuação da defesa sanitária agropecuária reconhecida nacionalmente e internacionalmente; 5. Adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal. 6. Capilaridade tecnológica aumentada (APP Conecta) | <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de profissionais insuficiente para atender à demanda dos serviços; 2. Falta de segurança nos postos de fiscalização devido à localização em regiões ermas; 3. Instabilidade econômica (arrecadação não assegurada); 4. Falta de consciência sanitária da população - Precarização e deficiência de conhecimento do público-alvo (produtores/agroindústrias) com relação aos quesitos legais a serem atingido - Atuação na educação sanitária ainda é insuficiente para conscientização da população; 5. Estratégia de fiscalização com postos fixos defasada. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Expansão de mercados das agroindústrias catarinenses via selo ARTE e/ou SISBI; 2. Abertura de novos mercados, possibilitando o aumento da arrecadação do setor agropecuário; 3. Busca de diferencial de status sanitário para Santa Catarina (evidenciando a qualidade dos produtos catarinenses); 4. Controle e erradicação de outras doenças e pragas no Estado. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Legislação desatualizada não acompanha as mudanças no setor da defesa agropecuária; 2. Introdução de reservatórios ou fômites contaminados com doenças ou pragas e perda de status sanitário; 3. A falta de compreensão dos produtores rurais e representantes legais das agroindústrias frente a atuação de fiscalização da Cidasc; 4. Ingerência política; 5. Incerteza e volatilidade em relação ao custeio da empresa pelo Tesouro do Estado; |

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Um dos grandes objetivos das políticas públicas executadas pela Cidasc é a promoção de ações para certificação sanitária que atenda às exigências dos mais diversos mercados. Por intermédio dessas, o estado de Santa Catarina conquistou há 16 anos o status de Livre de Febre Aftosa sem Vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). Em 2015, Santa Catarina foi também reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OMSA) como zona livre de peste suína clássica. Essa diferenciação sanitária do Estado proporcionou acesso aos mercados mais exigentes e trouxe retornos financeiros para toda a cadeia produtiva.

Na área vegetal, destaca-se o status fitossanitários de Área Livre de Praga do Moko da Bananeira (1 ALP), Livre da *Cydia Pomonella*, do Sistema de mitigação de risco para Sigatoka Negro e do Cancro cítrico, além da qualidade e inocuidade dos produtos aqui produzidos. Hoje o agronegócio representa mais de 60% das exportações do Estado.

Tão difícil quanto essas conquistas é a manutenção desse status diferenciado, o que exige vigilância ativa por parte da Cidasc, como órgão oficial de Defesa Sanitária, assim como de todos os envolvidos na cadeia produtiva. É um trabalho realizado diariamente pelos técnicos da empresa, assim como pelas barreiras sanitárias que funcionam 24 horas durante o ano inteiro. Sendo assim, manter essas doenças e pragas longe da agricultura e pecuária catarinense é uma das maiores conquistas da empresa nesses últimos 4 anos.

Durante os últimos quatro anos, a fim de ampliar as ações de defesa agropecuária no Estado na proteção da sanidade animal, bem como evitar a ocorrência de crimes contra a fé pública, com sérias consequências para os consumidores, a Cidasc firmou convênio com diversas entidades como a Embrapa, Udesc, Polícias Militar e Civil por intermédio do Centro Estadual de Combate aos Crimes contra o Agronegócio (Caoagro). Além disso, foram contratados 66 profissionais médicos veterinários e 27 auxiliares agropecuários, aprovados em

concurso público, com o intuito de suprir a demanda crescente do agronegócio catarinense, garantindo que este crescimento seja acompanhado pela manutenção do status de excelência sanitária que o Estado conquistou.

O ano de 2019 foi um marco para a Defesa Sanitária Vegetal catarinense devido a elaboração da Política Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, que trouxe as medidas necessárias para preservação da sanidade vegetal. As normas são para impedir a entrada de pragas ou doenças que possam causar prejuízos aos agricultores catarinenses. A Lei nº 17.825/2019 foi construída pelo Governo do Estado em harmonia com o setor produtivo.

Em 2020 foi instituído o Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos, cujo objetivo é aprimorar o controle do comércio, armazenamento e uso de agrotóxicos. Em seu primeiro ano de operação, o índice de conformidade atingiu a ordem de 89,3% das amostras de produtos de origem vegetal coletadas no comércio e na produção em todo território catarinense. Outro marco importante foi a disponibilização da versão final para integração ao sistema informatizado para controle de estoque, comercialização e uso de defensivos agrícolas, a partir de 1º de julho todas as operações comerciais envolvendo esses produtos e todos os receituários agrônômicos emitidos passaram a compor uma robusta base de dados para estatísticas, fiscalização e vigilância.

No mesmo ano houve a regulamentação do Selo Arte, através da Portaria SAR nº 20/2020, que estabelece os procedimentos de concessão deste certificado que valida produtos genuinamente artesanais e característicos das regiões catarinenses para venda em qualquer parte do Brasil. Desde então, 84 produtos artesanais foram registrados, o que possibilitou a pequenos produtores acesso ao mercado nacional, visto que estes podem ser comercializados em todo o território do país.

O projeto “Inova Defesa SC” foi apresentado oficialmente em 2021 com o objetivo de aprimorar os serviços de defesa agropecuária. Como parte integrante do projeto Inova, foi criada a plataforma “Conecta Cidasc”, com a qual a equipe em campo, por meio de aplicativo em dispositivo móvel, pode fazer o registro de toda atividade junto a propriedades rurais, agroindústrias e outros estabelecimentos. Além dos dispositivos para registro das atividades de campo, disponibilizados anteriormente, a empresa também distribuiu outros equipamentos de informática para as equipes dos departamentos regionais. A plataforma do Conecta Cidasc está conectada ao Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária de Santa Catarina (Sigen+) e gera dados e documentos que podem ser integrados também com outros sistemas. Além disso, as ferramentas de Business Intelligence (BI) permitem analisar o controle e as atividades finalísticas da Companhia, possibilitando a identificação de anomalias, pontos críticos e, de forma inteligente, definir estratégias de fiscalização.

O ano de 2022 marcou a retomada do programa estadual de controle da Vespa da Madeira (Sirex noctilio); com o repasse de recursos de emenda parlamentar foram adquiridos 3 drones e formalizado contrato de fornecimento de produto biológico para o controle da vespa da madeira, uma das principais pragas que atacam os reflorestamentos de pinus em Santa Catarina.

Em outubro de 2022 foi sancionado o decreto que atualiza e moderniza a normativa estadual que regulamenta a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. O decreto também adequa as necessidades e realidades das agroindústrias e do serviço de inspeção dos produtos de origem animal no Estado. O foco é a promoção da saúde única (proteção da saúde das pessoas, dos animais e do meio ambiente).

Em novembro de 2022 foi realizado o Simulado de Emergência Zoossanitária para Peste Suína Africana (PSA), promovido pela Cidasc e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA, com apoio do Icasa, do Sindicarne e da prefeitura municipal, das Polícias Militar e Civil e da Defesa Civil de Santa Catarina, entre outros. O exercício envolveu mais de 200 profissionais do setor público: federal, estadual, distrital e municipal, do setor privado, de países vizinhos, centros de pesquisa e organismos regionais e internacionais, demonstrando, na prática, como devemos proceder para conter e erradicar focos de PSA, no menor tempo e área possível, minimizando os impactos dessa doença.

Principais números dos últimos 4 anos:



Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura – SAR, prestadora de serviço público, não exploradora de atividade econômica, que atua principalmente na área de pesquisa, desenvolvimento de tecnologias, assistência técnica e extensão rural e pesqueira, além da educação profissional e tecnológica. É uma companhia de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, regida por Estatuto Social, pela Lei Complementar Estadual nº 741/2019, pelas Leis Federais nºs 6.404/1976 e 13.303/2016, pelo Decreto Estadual nº 1.007/2016, Medida Provisória nº 257/2023 e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Constituída pelo Decreto Estadual 1.080/1991, a Epagri teve as suas competências atualizadas pela Lei Complementar Estadual 741/2019, que lhe estabeleceu, no seu artigo 81, § 1º, as atribuições de:

I – planejar, coordenar e executar, de forma descentralizada, a política estadual de educação profissional e tecnológica de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira, socioeconômica e de extensão rural e assistência técnica do Estado;

II – apoiar técnica e administrativamente os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual na formulação, orientação e coordenação da política de ciência e tecnologia relativa ao setor agropecuário e pesqueiro do Estado;

III – estimular e promover a descentralização operativa das atividades de pesquisa agropecuária e extensão rural e pesqueira de interesse estadual, regional e municipal;

IV – promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária, da pesca e do meio rural do Estado, por meio da integração dos serviços de geração, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e socioeconômica;

V – executar as atividades de planejamento e informações agropecuárias do Estado previstas na Lei nº 8.676/1992;

VI – monitorar safras e mercados de produtos agropecuários, florestais e pesqueiros e gerar e difundir informações socioeconômicas sobre o setor rural catarinense; e

VII – atuar, em parceria com outras instituições públicas e privadas, em projetos de desenvolvimento territorial, para valorização de produtos tradicionais, com reconhecimento através de signos distintivos.

Objeto Social da Epagri, é definido, conforme Art.4º do Estatuto Social:

I – planejar, coordenar, orientar, controlar e executar ou promover a execução, de forma descentralizada, da política estadual de educação profissional e tecnológica, pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do Estado de Santa Catarina;

II – apoiar, técnica e administrativamente, os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual na formulação, orientação e coordenação da política de ciência e tecnologia relativa ao setor agropecuário e pesqueiro de Santa Catarina;

III – estimular e promover a descentralização operativa das atividades de pesquisa agropecuária e extensão rural e pesqueira de interesse estadual, regional e municipal, mediante integração, incluindo a cessão de mão de obra, com organismos de objetivos afins aos da empresa, atuantes naquelas áreas, em relação aos quais exercerá ação de cooperação técnico-científica;

IV – promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária catarinense, por meio da integração dos serviços de geração, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e socioeconômica;

V – executar as atividades de planejamento e informações agropecuárias do Estado, previstas na Lei Estadual nº 8.676/1992, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural; e

VI – executar o monitoramento de safras e mercados e produtos agropecuários, florestais e pesqueiros e gerar e difundir informações socioeconômicas do setor rural catarinense;

VIII – atuar, em parceria com outras instituições públicas e privadas, em projetos de desenvolvimento territorial, para valorização de produtos tradicionais, com reconhecimento através de signos distintivos.

Legislação pertinente:

Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

Lei Estadual nº 8.245, de 18 de abril de 1991;

Decreto Estadual nº 1.080, de 20 de novembro de 1991;

Lei Estadual nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995;

Lei Estadual nº 9.904, de 03 de agosto de 1995;

Lei Complementar Estadual nº 243, de 30 de janeiro de 2003;

Lei Complementar Estadual nº 284, de 28 de fevereiro de 2005;

Decreto Estadual nº 2.974, de 8 de fevereiro de 2010;

Lei Complementar Estadual nº 534, de 20 de abril de 2011;

Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

Decreto Estadual nº 1.007, de 20 de dezembro de 2016;

Decreto Estadual nº 1.484, de 7 de fevereiro de 2018.

Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

Lei Estadual nº 8.245, de 18 de abril de 1991;

Decreto Estadual nº 1.080, de 20 de novembro de 1991;

Lei Estadual nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995;

Lei Estadual nº 9.904, de 03 de agosto de 1995;

Lei Complementar Estadual nº 243, de 30 de janeiro de 2003;

Lei Complementar Estadual nº 284, de 28 de fevereiro de 2005;

Decreto Estadual nº 2.974, de 8 de fevereiro de 2010;

Lei Complementar Estadual nº 534, de 20 de abril de 2011;

Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

Decreto Estadual nº 1.007, de 20 de dezembro de 2016;

Decreto Estadual nº 1.484, de 7 de fevereiro de 2018.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade.

VISÃO: Ser reconhecida nos cenários estadual e nacional como modelo de excelência em pesquisa agropecuária, extensão rural e gestão.

VALORES: 1. O exercício da **autodeterminação** amplia o nosso poder de liberdade e empenho, potencializando a criatividade.

2. Viver com **entusiasmo** desperta-nos confiança, segurança, motivação e coragem; proporcionando um trabalho realizador e útil para a sociedade.

3. Agimos com **integridade**, honestidade, e moral no trato com os nossos parceiros, clientes, fornecedores, colegas de trabalho e as comunidades onde atuamos.

4. A missão da EPAGRI está centrada no **conhecimento**. Por isso todo epagriano busca o saber continuamente, ampliando a visão de futuro, tornando o trabalho criativo e inovador.

5. Ao valorizar e priorizar a **responsabilidade**, nos tornamos líderes mercedores de uma maior credibilidade e fazemos disso o marco de nosso crescimento pessoal e profissional.
6. A prática da **solidariedade** pela amizade, lealdade, sinceridade e cooperação, promove o desenvolvimento do trabalho em equipe e conduz a um ambiente harmônico e humanizado.
7. Queremos consolidar nosso compromisso com a **cidadania**, buscando a sustentabilidade econômica, política, social e ambiental por meio de postura democrática, ética e justa.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro;
- Buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores;
- Promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais;
- Promover o desenvolvimento rural por meio da capacitação para a competitividade da agricultura familiar e da gestão socioambiental das propriedades;
- Normatizar e otimizar a gestão técnica e administrativa para a consecução das atividades-fim da Epagri bem como estabelecer mecanismos para maximizar a profissionalização da organização.

ESTRUTURA: UNIDADES DA SEDE ADMINISTRATIVA

A sede da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina está localizada na Rodovia Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, Caixa Postal 502 - 88034-901 Florianópolis, SC, Brasil. A sede administrativa é integrada pelos órgãos deliberativos e de fiscalização, a Diretoria Executiva, os Departamentos Estaduais e as Assessorias, competindo-lhes a formulação de políticas, diretrizes e estratégias, bem como o estabelecimento de prioridades, análise da gestão econômico-financeira, coordenação, avaliação, suporte institucional e articulação interinstitucional.

UNIDADES DE EXTENSÃO RURAL E PESQUEIRA

As unidades de extensão são formadas pelo Departamento Estadual de Extensão Rural e Pesqueira, as Gerências Regionais, os Centros de Treinamento e os Escritórios Municipais, que são coordenados pelo Departamento Estadual e apoiados pelos demais. Compete-lhes o cumprimento das políticas, diretrizes, estratégias e prioridades institucionais, formulação e execução de projetos e atividades voltados ao desenvolvimento sustentável do meio rural e pesqueiro e a execução dos programas estaduais de desenvolvimento regional e municipal em atendimento direto ao público.

UNIDADES DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

As unidades de pesquisa executam a política de pesquisa agrícola e inovação do Estado. São compostas pelo Departamento Estadual de Gestão de Pesquisa e Inovação, pelos Centros Especializados, pelas Estações Experimentais, Campos Experimentais e Fazendas Experimentais, apoiados pelos demais Departamentos Estaduais para a geração de tecnologia necessária à evolução das cadeias produtivas e à sociedade.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXTENSÃO RURAL E PESQUEIRA

16 GERÊNCIAS REGIONAIS

13 CENTROS DE TREINAMENTO

292 ESCRITÓRIOS MUNICIPAIS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GESTÃO DA PESQUISA E INOVAÇÃO

4 CENTROS ESPECIALIZADOS

9 ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS

3 CAMPOS EXPERIMENTAIS

2 FAZENDAS EXPERIMENTAIS

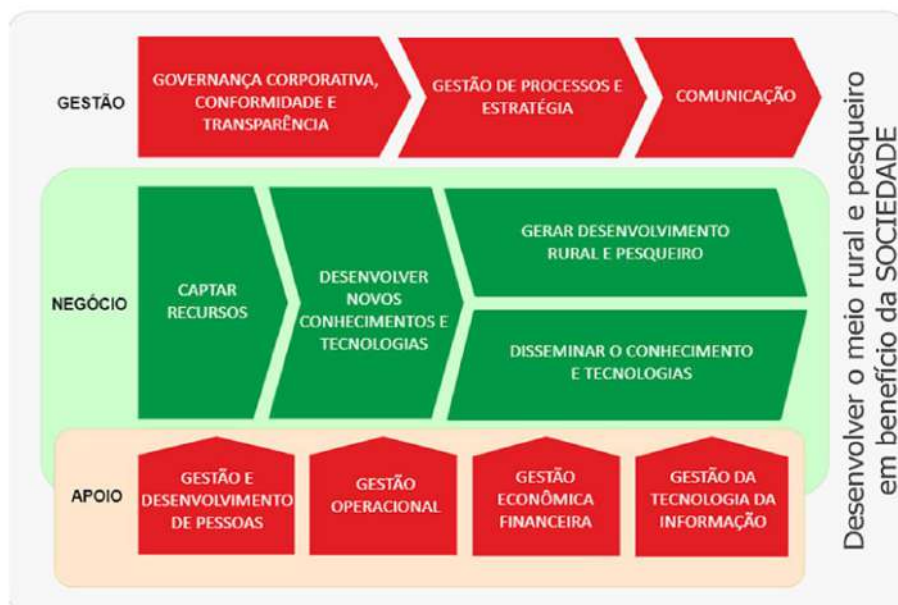
CARREIRAS/SERVIDORES:

| Área de Atuação | Grupo Ocupacional | N.º Empregados |
|--------------------------------------|---------------------|----------------|
| Extensão | Serviço | 42 |
| Extensão | Superior | 414 |
| Extensão | Técnico (NM) | 182 |
| Extensão Total | | 638 |
| Apoio Extensão/Pesquisa | Administrativo (NM) | 255 |
| Apoio Extensão/Pesquisa | Serviço | 60 |
| Apoio Extensão/Pesquisa | Superior | 55 |
| Apoio Extensão/Pesquisa | Técnico (NM) | 26 |
| Apoio Extensão/Pesquisa Total | | 396 |
| Pesquisa | Serviço | 152 |
| Pesquisa | Superior | 146 |
| Pesquisa | Técnico (NM) | 95 |
| Pesquisa Total | | 393 |
| Gestor | Dirigente | 126 |
| Gestor Total | | 126 |
| Cedido | Administrativo (NM) | 19 |
| Cedido | Serviço | 4 |
| Cedido | Superior | 42 |
| Cedido | Técnico (NM) | 7 |
| Cedido Total | | 72 |
| Total geral | | 1625 |

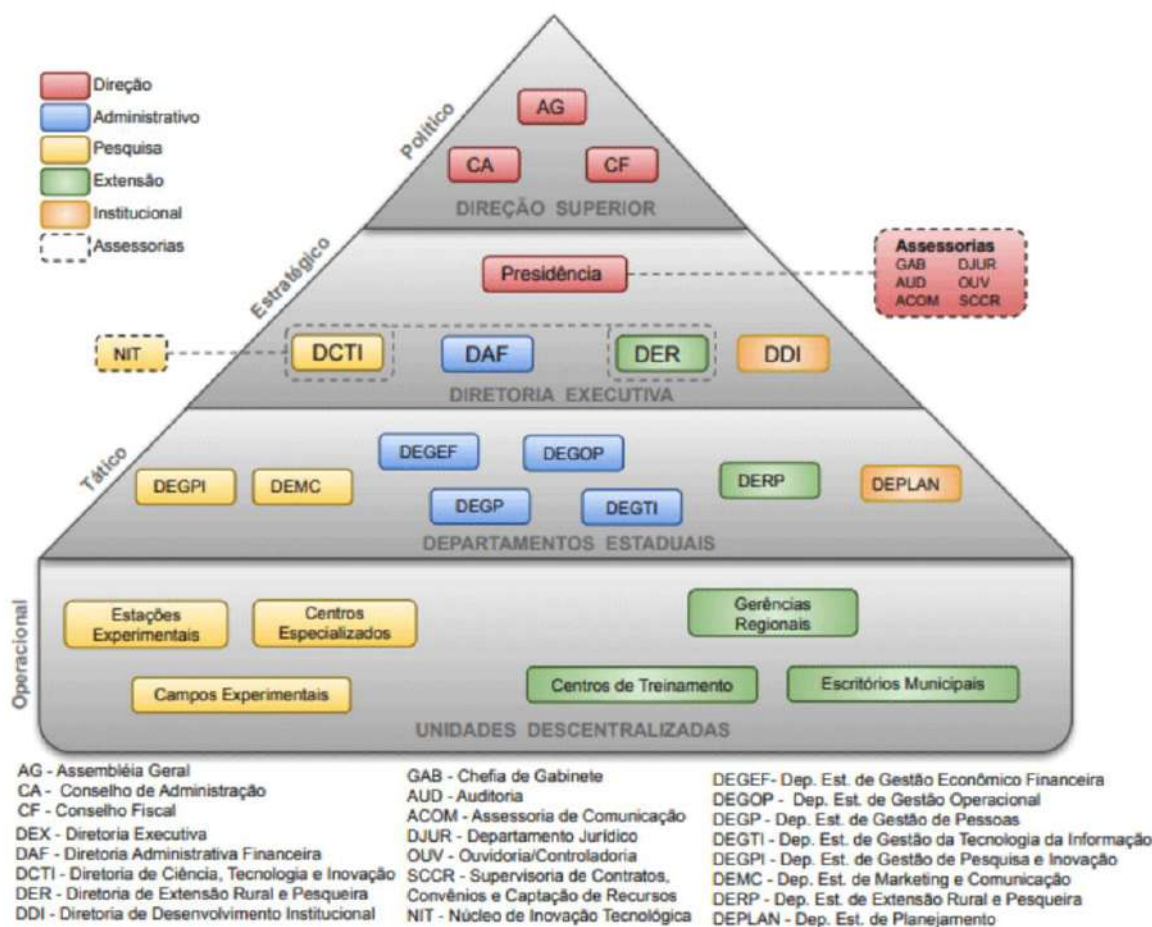
Atualização 26/05/2023 - Disponível no [BI Colaboradores](#)

Nossa Cadeira de Valor:

A Cadeira de Valor, seus macroprocessos e processos estão disponíveis para consulta na página da Epagri. A atualização é permanente e ocorre em tempo real. A figura abaixo apresenta o primeiro nível da Cadeira de Valor:



ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Assistência Técnica e Extensão Rural

A Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER tem por definição ser um serviço de educação não formal, de caráter continuado, nos espaços rural e pesqueiro, que promove o desenvolvimento sustentável através de processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais, artesanais e da pesca. A ATER é também uma política pública oferecida ao espaço rural e pesqueiro, prevista na Lei Federal nº 12.188/2010, que estabelece a Política Nacional de ATER – PNATER. O processo educativo de ATER abrange aspectos ambientais, sociais e de geração de renda para as famílias e suas organizações. A ATER oficial tem também como importante atribuição institucional divulgar, facilitar o acesso e operacionalizar programas instituídos pelos governos federal, estadual e municipal que atendem ao objetivo de promover o desenvolvimento rural e pesqueiro sustentável, com a melhoria da qualidade de vida da população rural e pesqueira.

| PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES |
|--|--|
| Capacitação de agricultores e pescadores | Agricultores, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |
| Atendimento a agricultores e pescadores | Agricultores, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |
| Atendimento a organizações ligadas a agricultura | Associações, Cooperativas, Agroindústrias, Conselhos Municipais, Federações, Prefeituras |
| Atuação a campo | Agricultores, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |

Pesquisa Agropecuária

Tem a função de gerar e difundir conhecimento e tecnologias adaptadas às condições agroecológicas e às características da agricultura catarinense, visando promover o desenvolvimento sustentável do agronegócio e do meio rural e pesqueiro de Santa Catarina. Os esforços da pesquisa agropecuária aplicada desenvolvida pela Epagri visam à promoção da sustentabilidade, à geração de renda nas propriedades rurais, à redução de custos de produção e garantia de matéria-prima de qualidade, proporcionando competitividade de preços aos produtos e serviços produzidos no Estado, visando à crescente participação nos mercados locais e globais. A pesquisa agropecuária da Epagri destaca-se como um importante instrumento de promoção do crescimento econômico, de avanços sociais e de melhorias ambientais em todas as regiões catarinenses.

| PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES |
|---|--|
| Desenvolvimento de novos cultivares | Agricultores, Indígenas, Quilombolas, |
| Execução de projetos de pesquisa | Agricultores, Maricultores |
| Geração de tecnologias | Agricultores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |
| Publicações técnico-científicas | Agricultores, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |
| Prestação de serviços técnico-científicos | Agricultores, Pescadores, Indígenas, Quilombolas, Maricultores |

Capacitação especializada no espaço rural e pesqueiro - Gênero e Geração

Capacitação de públicos delimitados nos meios rural e pesqueiro com objetivo de atender a demanda de jovens e mulheres que estão optando em permanecer na agropecuária ou na pesca, com qualidade de vida e realização profissional. As temáticas trabalhadas são voltadas à gestão, organização, ao protagonismo e à produção agropecuária e pesqueira, contribuindo com a qualificação e competitividade de atividades produtivas, e o investimento permanente em questões ambientais. A capacitação especializada em gênero e geração pretende também oferecer a este público prioritário uma visão sistêmica e integrada a partir da sua área de atuação, tratando aspectos sociais, ambientais e econômicos, bem como questões de mercado consumidor para promover agregação de valor aos produtos e/ou serviços oferecidos. Como resultado temos a permanência de jovens e mulheres no campo e no mar como opção de vida e renda.

| PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES |
|--|---|
| Capacitação especializada de jovens e mulheres dos espaços rural e pesqueiro | Jovens e Mulheres do espaço rural e pesqueiro |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Atuação conjunta da pesquisa e extensão; 2. Pesquisa aplicada; 3. Estrutura com grande capilaridade resultando em presença e trabalhos nos 295 municípios; 4. Planejamento de ações realizado com base em consultas à sociedade e consultorias, refletindo os anseios do meio rural e pesqueiro de Santa Catarina; 5. Sistemas de Informação para registro permitindo a divulgação e transparência nas ações; 6. Intercâmbio com outras Entidades de Pesquisa e Extensão; 7. Bom relacionamento Interinstitucional; 8. Execução de Políticas Públicas Federais, Estaduais e Municipais; 9. Busca por gestão profissionalizada; 10. Capacidade de obtenção de recursos de fontes externas; 11. Única empresa pública registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA com os seguintes objetivos sociais: Planejar, coordenar e executar, de forma descentralizada, a política estadual de pesquisa, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural do estado de Santa Catarina, e difusão de tecnologia agropecuária. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Deficiência na renovação do quadro funcional, necessidade contratação através do Concurso vigente e PDVI (áreas meio e fim); 2. Não atingir o quadro de vagas estabelecido em 1960 empregados conforme apontamentos da consultoria contratada (Roland Berger) em 2015; 3. Deficiência em alguns processos administrativos e técnicos que precisam ser reavaliados; 4. Deficiência na cobertura (marketing) para divulgação de informações técnicas e científicas ao público; 5. Morosidade para consolidação de mudanças devido a estrutura capilar da empresa; 6. Insuficientes ferramentas de gestão para subsidiar a tomada de decisão; 7. Deficiência no planejamento conjunto das áreas de atuação. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoria do nível de escolaridade/conhecimento das pessoas que desenvolvem atividades produtivas, também aumento das informações disponíveis; 2. Redução do número de propriedades agrícolas, com maior especialização produtiva, na direção de: crescimento do arrendamento; diminuição de atividades intensivas em mão de obra; automação das atividades; terceirização de atividades, e; maior demanda e dependência de informações técnicas e gerenciais; 3. Industrialização com aumento das escalas de produção; 4. Aumento da produção vegetal e animal pelo crescimento da produtividade (das terras, dos animais, da força de trabalho, dos insumos e dos equipamentos). Importância destacada para a incorporação de inovações tecnológicas; 5. Crescimento significativo da produção da aquicultura, com destaque para a maricultura; 6. Valorização crescente de produtos de qualidade diferenciada (orgânicos, de indicação geográfica, "coloniais"), com segmentação dos mercados; 7. Ampliação das possibilidades de acesso aos mercados regionais/locais e aos mercados institucionais (creches, escolas, asilos, hospitais, presídios) para a agricultura familiar, juntamente com a intensificação dos mercados solidário e de cadeias curtas (feiras livres, compra no local de produção, pequenos varejos, agroturismo); 8. Ampliação e diversificação da produção de alimentos, insumos e produtos de qualidade e certificados com critérios de rastreabilidade e segurança; | <ol style="list-style-type: none"> 1. Diminuição da população rural (êxodo); 2. Persistência da pobreza rural e pesqueira (permanência de agricultores com pouca inclusão produtiva, econômica e social); 3. Aumento da internacionalização das principais cadeias produtivas (carnes suínas e de aves, floresta, frutas, fumo, milho, soja); 4. Padrão tecnológico das principais cadeias produtivas definido pelos agentes de mercado, com base em parâmetros internacionais; 5. Aumento nos níveis de envelhecimento dos produtores e pescadores, redução da força de trabalho nas propriedades e a falta de sucessores hereditários em grande parte dos estabelecimentos agropecuários; 6. Continuidade da perda de competitividade da produção catarinense do complexo de carnes para outras regiões do País; 7. Redução no número de produtores de leite com manutenção da trajetória de crescimento da produção e expansão de processos de agregação de valor e utilização de leite como componente de outros alimentos; 8. Ampliação do mercado para alimentos processados e semi-prontos; |

| | |
|---|---|
| <p>9. Ampliação e aprofundamento dos mecanismos de controle, devido ao aumento da pressão social para redução dos impactos ambientais das atividades produtivas, como: análise de resíduos de agrotóxicos, certificação da produção de alimentos “limpos”, regulação e outorga do uso da água; controle de impactos sobre o aquecimento global, etc., resultando em mais exigências sanitárias e ambientais para a produção agropecuária;</p> <p>10. Demanda de produtos com maior valor agregado;</p> <p>11. Preferências por cadeias curtas de comercialização;</p> <p>12. Tecnificação da produção buscando a humanização do trabalho;</p> <p>13. Atendimento aos padrões de qualidade e segurança alimentar;</p> <p>14. Consumidores mais esclarecidos e preocupados com a origem dos alimentos (rastreadabilidade);</p> <p>15. Procura por produtos minimamente processados e embalados;</p> <p>16. Aumento na diversidade de espécies e consumo de espécies e cultivares não convencionais;</p> <p>17. Mudança no perfil do produtor, maior grau de escolaridade e profissionalismo;</p> <p>18. Produção integrada com visão no bem estar animal e uso racional dos recursos naturais;</p> <p>19. Sistemas produtivos mais eficientes;</p> <p>20. Melhoria da eficiência energética e desenvolvimento de novas fontes de energia;</p> <p>21. Automação dos sistemas produtivos;</p> <p>22. Reconhecimento e valorização, por parte da sociedade, da multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural (prestação de serviços ambientais, manutenção da paisagem e da qualidade ambiental, etc.).</p> | <p>9. Concorrência pelo serviço de ATER e pesquisa agropecuária;</p> <p>10. Mudança no perfil dos consumidores;</p> <p>11. Disponibilização de recursos federais tempestivos;</p> <p>12. Atraso no repasse de recursos financeiros por parte dos governos federal e estadual e municipal;</p> <p>13. Possibilidade de não repasse de recursos de convênios já pactuados com prazo de execução definido;</p> <p>14. Possibilidade de evasão de empregados devido a reforma previdenciária;</p> <p>15. Possibilidade de ingerência na gestão dos recursos próprios por parte do Estado (SEF e GGG), realocando verba destinada a investimento e custeio da Pesquisa e Extensão para outras finalidades não planejadas pela empresa.</p> |
|---|---|

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

Consideramos nossos stakeholders o público atendido e os parceiros para a promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural e pesqueiro. Assim a Empresa presta serviços de pesquisa, assistência técnica e extensão rural e pesqueira em benefício da sociedade.

Para definir sua atuação e atividades específicas, a Epagri realiza a cada quatro anos consulta a sociedade para avaliar as demandas e definir prioridades em cada região do estado, esta consulta é realizada junto à lideranças municipais, instituições parceiras, agricultores, pescadores dentre outros stakeholders, através de cada um dos 292 escritórios municipais em oficinas municipais de planejamento e questionários de diagnóstico, na última consulta mais de 12 mil pessoas participaram do planejamento plurianual da Epagri. Com a informação produzida nas oficinas e diagnóstico a Epagri através de sua estrutura de programas elabora, executa e define projetos de pesquisa, extensão rural e desenvolvimento institucional, os quais definem a estruturação de parcerias através de instrumentos jurídicos com diversas instituições, que envolvem universidades públicas e privadas, órgãos governamentais e não governamentais, nas diferentes esferas (municipal, estadual, federal e internacional) das áreas de agricultura, maricultura, biologia, meio ambiente, hidrologia, meteorologia e outras correlacionadas.

INTERNAS:

Empregados, Colaboradores e Prestadores de Serviço.

EXTERNAS:

Agricultores, Pescadores, Maricultores, Indígenas, Quilombolas, Associações de municípios, Prefeituras Municipais, Associações e Federações de Agricultores, Produtores e Pescadores, Cooperativas, Escolas, Conselhos de Desenvolvimento Rural (CMDRs), Secretaria de Estado da Agricultura, Secretaria de Estado da Fazenda, Grupo Gestor do Estado, Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado do Planejamento, Fapesc, Embrapa, CNPq, Finep, MAPA, MDA, MCTIC, Anater, CREA-SC, ASBRAER, CONSEPA, Bancos e instituições financeiras que operam Crédito Rural, Universidades, ANA, IICA, ABC e diversos outros públicos e instituições na esfera municipal, estadual, federal e internacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Retorno Social

Para 2022 cada R\$ 1,00 (um real) investido na Epagri impactou **R\$ 9,50** (nove reais e cinquenta centavos) para a sociedade catarinense. O Balanço Social é uma prestação de contas dos recursos que o governo de Santa Catarina investe em pesquisa agropecuária e extensão rural por meio da Epagri e consegue determinar o Retorno Social da empresa à sociedade. Os cálculos estimam os impactos econômicos nas atividades agropecuárias em decorrência do emprego de soluções tecnológicas desenvolvidas e difundidas pela Empresa. O impacto econômico é estimado pelo método do “Excedente econômico”, proposto pela Embrapa, em que a avaliação é feita pela comparação da situação anterior (sem a adoção da tecnologia) com a atual (com a tecnologia incorporada ao sistema de produção). O método permite estimar a renda adicional decorrente de ganhos de produtividade, redução de custos, agregação de valor ou expansão da produção em novas áreas, a partir da adoção pelos produtores de um novo cultivar ou uma nova tecnologia. Os benefícios atribuídos à Epagri deduzem os impactos atribuídos a outros parceiros quando a pesquisa e/ou a transferência é compartilhada com outras instituições.

O valor global do impacto econômico das tecnologias geradas e difundidas pela Epagri estimado dessa forma é então relacionado com os investimentos que o Governo do Estado faz para manter a Empresa operando ao longo do ano – contabilmente chamado de Receita Líquida. Esta relação resulta no Retorno Social por Real investido, ou seja, quantifica para cada investido na Epagri e o valor em R\$ de retorno ou impacto à sociedade (R\$ Investidos / R\$ de Retorno).

A meta estabelecida no contrato de gestão de 2020 a 2023 iniciou em 5,20 R\$/R\$ e está em 6,70 R\$/R\$, apresentando um grande incremento quando comparado com a meta do ano de 2016 que era de 5,00 R\$/R\$. Como se observa no gráfico a seguir, a Epagri tem conseguido superar as metas, inclusive com incremento considerável no ano de 2021, quando alcançou valor de 9,31 R\$/R\$.



Fonte: Balanço Social

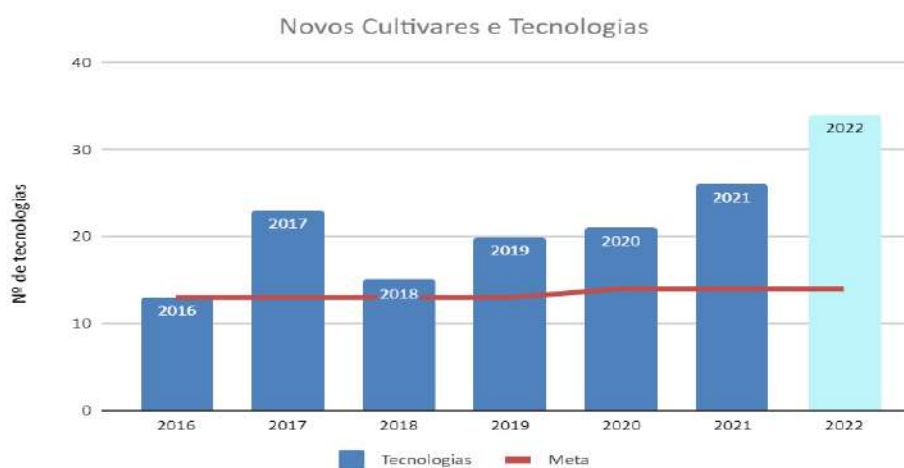
Novos cultivares e tecnologias

O presente indicador refere-se à soma do número de novos cultivares da Epagri que foram registrados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no ano de 2022, acrescido do número de tecnologias desenvolvidas neste mesmo ano, ambos registrados nos sistemas da empresa e certificadas, sob os critérios de aprovação técnico-científicas vigentes. O indicador representa o esforço da empresa na geração de novos cultivares, tecnologias e inovação, anualmente.

A meta estabelecida no Contrato de Gestão vigente é da criação/geração de pelo menos 14 tecnologias e/ou novos cultivares durante o ano de 2022.

Até o final do ano de 2022 obtivemos o alcance total de 10 novos cultivares registrados e 24 outras tecnologias desenvolvidas e disponibilizadas pelos técnicos da Epagri aos produtores e sociedade catarinense, totalizando **34 tecnologias**, bem acima da meta proposta e atingindo o maior valor alcançado desde o ano de 2016.

Na figura a seguir podemos observar o crescimento no número de tecnologias e cultivares gerados pela Epagri nos últimos anos, com pico apresentado neste ano.



Cabe salientar que o lançamento destas tecnologias e cultivares são o resultado de anos de trabalho, envolvendo pesquisa agropecuária de ponta associada ao conhecimento acumulado do corpo técnico da empresa. Também, é importante informar que para os próximos anos existe uma boa perspectiva de desenvolvimento de tecnologias pela Epagri, em função do investimento feito em pesquisa agropecuária aplicada nos últimos anos.

Cobertura de atendimento

Atender o público da agricultura e pesca e gerar valor à sociedade é missão da Epagri, em 2022 alcançamos **115.229 famílias** do meio rural e pesqueiro catarinenses. O número de famílias compõe a cobertura de atendimento, indicador que representa o número de famílias agricultoras atendidas sem repetição em relação ao total de famílias agricultoras do estado. Para estimar este último número, adota-se a equivalência entre família e estabelecimento rural, de acordo com o Censo Agropecuário realizado periodicamente pelo IBGE (último em 2017).

A meta acordada no contrato de gestão foi de 57,5% para o ano e o **alcance foi de 62,8%** em 2022. Um alcance inédito em relação à anos anteriores, sendo que tivemos as adversidades impostas pela pandemia que restringiam as ações presenciais e coletivas em 2020 e em 2021 as atividades foram gradualmente retomadas e a meta foi alcançada, o que reforça o grande esforço empregado pela empresa na recuperação deste indicador, mesmo em períodos de grandes dificuldades e restrições. Na figura abaixo observamos o número de famílias agricultoras atendidas sem repetição em relação ao total de famílias agricultoras do estado a partir do ano de 2016.



Capacitação de agricultores e pescadores

Em 2022 registramos um recorde e capacitamos **30.934 famílias**, assim este número compõe o indicador de capacitação de agricultores e pescadores e representa a proporção de famílias agricultoras capacitadas sem repetição em relação ao total de famílias agricultoras atendidas. É estimado considerando as famílias capacitadas por métodos de extensão executados ao longo do ano destinados à capacitação, quais sejam: curso, dia de campo, oficina, e reuniões práticas com demonstração de método e capacitações online. Já o número de famílias agricultoras atendidas é estimado sem repetição, de acordo com os registros que os extensionistas executam no sistema de informações da Epagri ao longo do ano, considerando todos os métodos de atendimento e capacitação existentes.

A meta acordada no contrato de gestão para esse indicador foi de 18,5% para o ano de 2022. No terceiro quadrimestre de 2022, observa-se a superação da meta proposta, **alcançando um total de 26,8%** para a proporção de famílias agricultoras capacitadas sem repetição em relação ao total de famílias agricultoras atendidas, o maior valor alcançado desde o ano de 2016. Para o próximo contrato de gestão e resultados houve alteração no cálculo do indicador passando de número de famílias para número de agricultores e pescadores capacitados.

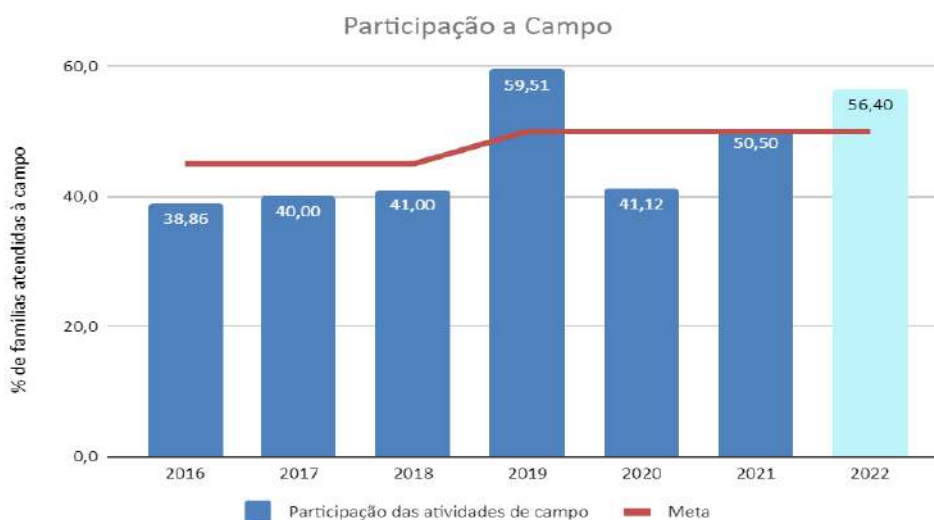
O alcance do indicador foi possível diante da continuidade do processo de aprimoramento da ATER, que envolveu motivação funcional, execução de plano de trabalho e uso de novas estratégias de atuação, tais como a capacitação online mantendo a premissa de capacitação de qualidade e continuada.



Participação das atividades de campo

Este indicador representa a participação de famílias em atividades realizadas a campo em relação ao total de famílias atendidas. Este indicador sofreu ajuste na fórmula de cálculo, que foi aprovada pelo Conselho Administrativo durante o ano de 2019. O número de famílias que participam em atividades a campo é estimado considerando as metodologias de assistência fora da unidade, ou seja, atividades fora do escritório como por exemplo visitas e capacitações destinadas ao público-alvo (agricultores, familiares, pescadores, maricultores, indígenas e quilombolas). O total de famílias atendidas é estimado considerando todos os métodos destinados ao mesmo público-alvo.

A meta acordada no contrato de gestão para o ano de 2022 é de pelo menos 50%, ou seja, entre os atendimentos às famílias ao longo do ano, pelo menos a metade deve ser de atendimento a campo. O gráfico abaixo demonstra a retomada das atividades após os reflexos da pandemia observados no ano de 2020. O esforço despendido pela empresa fez com que a meta fosse atingida com um **alcance de 56,4%** no ano de 2022. Na figura a seguir podemos observar o número de famílias agricultoras atendidas sem repetição em relação ao total de famílias agricultoras do estado a partir do ano de 2016.



De maneira geral, o desempenho da empresa neste indicador demonstra a importância da estratégia e gestão técnica para aprimorar a ATER, sendo este um dos parâmetros que melhor demonstra a presença efetiva junto aos beneficiários. Isto é evidenciado na simples análise de um dos métodos que compõem este indicador, que é a "visita técnica" aos beneficiários, em que 2021 foi o ano que mais se utilizou esta ferramenta dos últimos quatro anos e esse comportamento se manteve em 2022. Isso é fundamental, pois mesmo com os efeitos da recuperação pós-pandemia, mantém-se o alcance dos indicadores, na sua maioria acima das metas. A área de Extensão Rural que foi a mais afetada no ano de 2020 pelos Decretos Estaduais em razão da pandemia (COVID19) impondo restrições principalmente com relação às atividades coletivas, para isso a estratégia adotada para alcance do indicador permitiu a retomada em 2021 e se manteve em 2022.

Premiações



Ao longo dos anos, dezenas de premiações e homenagens foram recebidas pela Epagri através do trabalho de cada epagriano em benefício à sociedade catarinense. Aqui citaremos algumas mais recentes:

Responsabilidade social

A Epagri também recebeu em 2021, pelo terceiro ano consecutivo, o certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina. Em sua 11ª edição, a certificação promovida pela Alesc tem por finalidade reconhecer e destacar as empresas privadas, empresas públicas e organizações sem fins lucrativos com atuação em território catarinense que tenham a responsabilidade socioambiental incluída em suas políticas de gestão. A certificação é concedida a empresas privadas e públicas e organizações com fins não econômicos. Foi instituída

pela Lei 12.918/2004. Em 2022, devido ao período eleitoral, a Epagri ficou sem concorrer.

Maturidade da Gestão

A Epagri foi certificada em 2022 na categoria bronze 3 em Nível de Maturidade da Gestão na Aplicação do Instrumento de Melhoria da Gestão das Transferências da União (IMG-Tr). O certificado, concedido pelo Ministério da Economia, garante a existência de critérios de excelência para a governança e a gestão de transferências de recursos da União operacionalizada por meio da Plataforma + Brasil. Empresas públicas com mais maturidade em gestão têm prioridade no acesso aos recursos federais.

Prêmio Espírito Público

Em 2021 a Epagri foi a vencedora na categoria Instituições que Transformam do Prêmio Espírito Público. A escolha foi feita por votação popular e a Epagri concorreu com outras cinco instituições do país. O Prêmio reconhece entidades da administração pública direta e indireta que contribuem para a promoção da segurança alimentar.

Prêmio Expressão de Ecologia

Trata-se da maior premiação ambiental do país no segmento empresarial com reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente. A Epagri ao longo dos anos vem sendo premiada em diversos projetos colecionando mais de duas dezenas de troféus, tornando-se a instituição mais vezes premiada na história do concurso.

O Prêmio Expressão de Ecologia se propõe a divulgar ações ambientais das empresas da região Sul do Brasil e incentivar que outras sigam o mesmo caminho. Em 2019 a Epagri foi premiada nas categorias Agropecuária, Manejo Florestal Sustentável e Reciclagem. A entrega dos troféus aconteceu no dia 2 de setembro, na sede da Fiesc, em Florianópolis.

Prêmio Fritz Müller

A Epagri é a instituição que venceu o maior número de categorias do Prêmio Fritz Müller 2022: "Agricultura Sustentável", "Turismo ecológico e sustentável" e "Recuperação de áreas degradadas".

Concedido pelo IMA, o Prêmio Fritz Müller é o principal reconhecimento ambiental do Estado, destinado a projetos e iniciativas que vão além da legislação ambiental e que resultam em benefícios para o desenvolvimento sustentável. O nome do prêmio é uma homenagem ao naturalista alemão Johann Friedrich Theodor Müller, que viveu em Santa Catarina por 45 anos. Participam empresas públicas e privadas, instituições, órgãos governamentais, cooperativas, ONGs, institutos e organizações que atuam em território catarinense, com projetos desenvolvidos no estado. O concurso está dividido em 12 categorias.

Placa comemorativa 100 mil inscritos no YouTube

As redes sociais da Epagri experimentaram franco crescimento nos últimos anos, impulsionadas por um trabalho direcionado para os públicos específicos das plataformas. Entre 2019 e 2022, o número de seguidores da Epagri no Instagram subiu de 4,5 mil para 24,3 mil, com alcance semanal de 10 mil pessoas. A evolução do LinkedIn no período foi semelhante, com um salto de 2,9 mil para 15,5 mil seguidores. A Epagri ainda está presente no Facebook, com 47 mil seguidores, e no Twitter com 2,3 mil seguidores.

Prêmios recentemente recebidos:

| Nome do prêmio | Instituição que realizou a premiação |
|---|---|
| Moção de Aplauso | Câmara de Vereadores de Paulo Lopes |
| Prêmio Mulher 2022 | ArcelorMittal S/A |
| Prêmio Amavi Educação de Qualidade: Gestão e Prática da Docência, categoria gestão | Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi) |
| 28º Prêmio Expressão de Ecologia com o projeto Tomatorg, na categoria Agricultura (2022/21) | Editores Expressão |
| 1º lugar no XIV CONFASER no subtema Financiamento e Sustentabilidade da Ater Pública | Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser) |
| 1º lugar na categoria Artigo de origem em textos livres - 18º Encontro Nacional de Plantio Direto na Palha e 1º Encontro Mundial do Sistema Plantio Direto | Federação Brasileira do Sistema Plantio Direto (FEBRAPDP) |
| 1º lugar no XIV CONFASER no subtema ATER Pública e o Desenvolvimento Rural Sustentável, com o trabalho "Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH), método de transição para agricultura familiar sustentável". | Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser) |
| 23º Prêmio Fritz Müller na categoria Turismo Ecológico e Sustentável, com o Concurso Caminho da Mata Atlântica | Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) |
| 23º Prêmio Fritz Müller na categoria Agricultura Sustentável, com o projeto Melhora Maçã | Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) |
| 23º Prêmio Fritz Müller na categoria Recuperação de Áreas Degradadas, com projeto Revitalização do rio Água Verde em Canoinhas | Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) |
| Destaque Caviano 2022 | Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV/Udesc) |
| Certificação do SPDH pelo Projeto Cinturão+Verde como tecnologia para mitigação de efeitos climáticos na produção de alimentos | Fundação Getúlio Vargas (FGV) |
| Mérito O Conservacionista - 18º Encontro Brasileiro de Plantio Direto na Palha, Foz do Iguaçu, PR | Federação Brasileira do Sistema Plantio Direto (FEBRAPDP) |
| Homenagem do Curso de Agronomia da Unochapecó em reconhecimento aos trabalhos de pesquisa e colaboração com os acadêmicos da instituição | Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) |
| 2º lugar no XIV Confaser, com o trabalho: "Comunicação na Epagri: destaque para o canal de YouTube" | Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e do Serviço Público Agrícola do Brasil (Confaser) |

3.2.5 Meio Ambiente

Instituto do Meio Ambiente - IMA

O Instituto do Meio Ambiente é o órgão ambiental da esfera estadual do Governo de Santa Catarina. Atua com uma sede administrativa, localizada em Florianópolis, e 16 Gerências Regionais distribuídas em todo o Estado. Criado em 2017, em substituição à Fatma, Fundação do Meio Ambiente que atuou por 42 anos, o IMA tem como missão maior garantir a preservação dos recursos naturais do estado por meio:

- da gestão de 10 Unidades de Conservação Estaduais, onde a natureza original é preservada e pesquisada;
- da Fiscalização, que atua para evitar que recursos naturais como florestas, animais selvagens, rios e todo tipo de mananciais de água, dunas, areia e argila, entre outros, sejam degradados ou explorados até a extinção;
- do Licenciamento Ambiental, que garante a conformidade de obras - como rodovias, usinas hidrelétricas, redes de transmissão de energia, gasodutos e oleodutos, estações de tratamento de água, esgoto e efluentes industriais, condomínios, loteamentos e empreendimentos turístico-imobiliários - com as legislações ambientais federal, estadual e municipal;
- do Programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Cargas Perigosas que, em conjunto com a Defesa Civil de Santa Catarina, fiscaliza o transporte de produtos tóxicos pelo estado, atende com equipe técnica especializada os acidentes com este tipo de carga, evitando danos maiores ao meio ambiente e às comunidades envolvidas, e ainda habilita os motoristas destes veículos a agir com segurança no transporte e nos casos de acidentes;
- do Geoprocessamento que permite conhecer as características e monitorar o meio ambiente por meio do levantamento e processamento de informações sobre o território catarinense (tipos de rocha, solos, relevo, recursos hídricos e cobertura vegetal) obtidas através de imagens de satélite. Isso inclui o acompanhamento de invasões de áreas de preservação, desmatamentos e derramamentos de óleo no mar;
- de Estudos e Pesquisas Ambientais, em que biólogos, geólogos, geógrafos e outros especialistas desenvolvem pesquisas sobre as condições originais e atuais da flora e fauna catarinenses, tornando-as de conhecimento público por meio de publicações técnicas distribuídas a cientistas da área, instituições ambientais de todo país, bibliotecas, prefeituras, escolas e ONG's (Organizações Não-Governamentais);
- da pesquisa da Balneabilidade, um monitoramento da qualidade das águas do mar para o banho humano que o Instituto realiza desde 1976 em todo litoral catarinense, semanalmente durante a temporada de Verão e mensalmente durante o resto do ano. Seguindo critérios da Resolução Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), os técnicos avaliam os pontos que mais suscetíveis à poluição e o IMA disponibiliza boletins com os resultados à imprensa, prefeituras do litoral, população e turistas.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Utilizando como base a Lei nº 17.354/2017, que dispõe sobre a criação do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), extingue a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e estabelece outras providências:

“Art. 2º Compete ao IMA:

- I - implantar e coordenar o sistema de controle ambiental, inclusive o decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos de impacto ambiental, das autuações ambientais transacionadas e dos usos legais de áreas de preservação permanente;
- II - elaborar manuais e instruções normativas relativos às atividades de licenciamento e autorização ambiental, com vistas à padronização dos procedimentos administrativos e técnicos;
- III - licenciar, autorizar e auditar as atividades públicas ou privadas potencialmente causadoras de degradação ambiental;

- IV - fiscalizar e acompanhar o cumprimento das condicionantes determinadas no procedimento de licenciamento ambiental;
- V - elaborar, executar e controlar ações, projetos, programas e pesquisas relacionados à proteção de ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais de abrangência interregional ou estadual;
- VI - desenvolver programas preventivos relativos a transporte de produtos perigosos em parceria com outras instituições governamentais;
- VII - propor convênios com órgãos das Administrações Públicas Federal e Municipais com vistas à maior eficiência de licenciamento e autorização ambientais;
- VIII - supervisionar e orientar as atividades florestais previstas em convênios públicos;
- IX - elaborar e executar ou coexecutar projetos de acordos internacionais relacionados à proteção de ecossistemas e de abrangência inter-regional ou estadual;
- X - implantar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC), em conformidade com a legislação específica em vigor; e
- XI - executar a fiscalização ambiental no Estado de forma articulada com os órgãos e as entidades envolvidos nessa atividade.”

Em complemento, conforme Lei Complementar nº 741/2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências:

“Art. 60. O IMA tem por objetivo promover políticas públicas e executar ações vinculadas à gestão e fiscalização ambiental no Estado, na forma estabelecida em lei específica.”

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Implementar políticas públicas para proteger o meio ambiente, assegurar o uso adequado dos recursos naturais, a conservação e a recuperação dos ecossistemas, contribuindo para a sustentabilidade e qualidade ambiental.

VISÃO: Ser reconhecido como um órgão de excelência pela contribuição para o desenvolvimento ambiental, social e econômico do Estado.

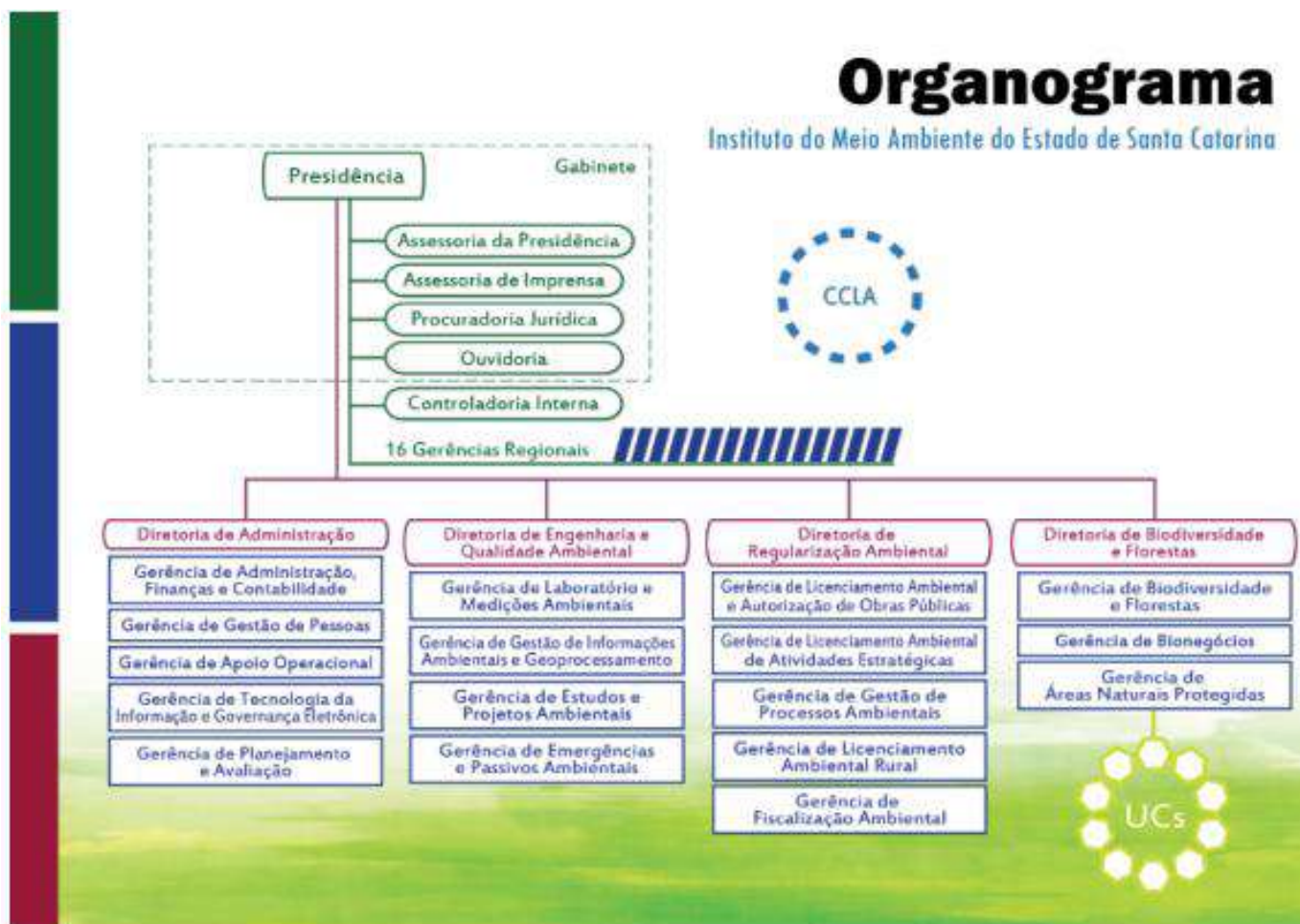
VALORES: Ética, Transparência, Eficiência, Celeridade, Inovação, Responsabilidade e Justiça Socioambiental, Governança e Compliance.

CARREIRAS/SERVIDORES:

| Servidores em Cargos Efetivos | Quantitativo |
|---|--------------|
| Cargos de Nível Superior | 251 |
| Cargos de Nível Fundamental, Médio e Outros | 86 |
| Descrição dos Cargos Efetivos | Quantitativo |
| Engenheiro | 131 |
| Técnico em Atividades Administrativas | 62 |
| Técnico de Controle Ambiental | 30 |
| Biólogo | 24 |
| Geólogo | 21 |
| Administrador | 17 |
| Geógrafo | 8 |
| Motorista | 8 |
| Oceanógrafo | 7 |

| | |
|-------------------------------------|---|
| Sociólogo | 5 |
| Técnico em Atividades de Engenharia | 4 |
| Técnico em Informática | 3 |
| Agente em Atividades de Engenharia | 2 |
| Analista de Informática | 2 |
| Economista | 2 |
| Agente em Atividades de Saúde II | 1 |
| Analista Técnico-Administrativo II | 1 |
| Assistente Social | 1 |
| Bibliotecário | 1 |
| Consultor Educacional | 1 |
| Enfermeiro | 1 |
| Professor | 1 |
| Técnico em Análise Ambiental | 1 |
| Técnico em Desenho | 1 |
| Técnico em Segurança do Trabalho | 1 |

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

| MACRO-PROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS | PRINCIPAIS CLIENTES | UNIDADE RESPONSÁVEL |
|-------------------------|--|--|---|---|
| Licenciamento Ambiental | Toda atividade econômica gera trabalho, renda e divisas para o Estado. Mas a extração de recursos naturais, seu processamento industrial e o descarte dos resíduos gerados nestes processos podem representar riscos ao equilíbrio dos diversos sistemas ecológicos. Em Santa Catarina, a IMA é a responsável legal por esta atribuição, que prevê três fases distintas em cada empreendimento: Licença Ambiental Prévia - LAP Licença Ambiental de Instalação - LAI Licença Ambiental de Operação - LAO Licença Ambiental Compulsória - LAC Autorização Ambiental - AuA Autorização de Corte de vegetação - AuC Cadastro Ambiental Rural - CAR Programa de Regularização Ambiental - PRA Crédito Rural Ambiental - CRA. | Análises de estudos ambientais e documentos administrativos com vistas a expedição de licenças ambientais e autorizações ou indeferimento. Elaboração de Instruções Normativas com procedimentos para o licenciamento das diversas atividades licenciáveis no Estado de Santa Catarina. Fiscalização e vistorias em empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. | Atores que possuem empreendimentos que se enquadram nas atividades listadas na Resolução CONSEMA nº 98/2017 | Diretoria de Regularização Ambiental e Gerências: Gerência de Licenciamento de Atividades estratégicas; Gerência de Licenciamento Ambiental Rural; Gerência de Processos Ambientais; Gerência de Licenciamento e Autorização de Obras Públicas |
| Balneabilidade | A Pesquisa de Balneabilidade analisa as águas de cada balneário e determina se estão Próprias ou Impróprias para o banho. Isto é, se estão contaminadas ou não por esgotos domésticos. A existência de esgoto é verificada através da contagem da bactéria Escherichia coli (E.c.) presente nas fezes de animais de sangue quente, que podem colocar em risco a saúde dos turistas e da população local. A Pesquisa de Balneabilidade é um trabalho realizado sistematicamente pelo IMA desde 1976, seguindo as normas da Resolução Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Em 2019 foram analisados 231 pontos. | 231 amostras são coligidas semanalmente de novembro à março no litoral catarinense de Passos de Torres à Itapoá. Essas amostras são ensaiadas em laboratório próprio ou conveniados de acordo com a proximidade do ponto coletado. Imediatamente após a obtenção do resultado, o mesmo é divulgado no relatório balneabilidade online e semanalmente num relatório legendado, temos, portanto, em nosso site 4 relatórios onde se pode consultar a qualidade de nossas águas litorâneas, existindo inclusive o relatório histórico de balneabilidade, onde pode ser observado o comportamento do ponto em relação a resolução CONAMA 274/2000 que norteia o monitoramento. | Toda a população fixa ou sazonal que venham a utilizar nossas águas para o lazer. | Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental/Gerência de Laboratório e Medições Ambientais Corpo de Bombeiros, UNISUL de Tubarão, UNESC de Criciúma, UNIVALI de Itajaí e Regional Norte, estes participam de forma direta nas coletas e ou ensaios analíticos. Prefeituras municipais e suas vigilâncias sanitárias, bem como a Vigilância Sanitária Estadual figuram como parceiros indiretos com possibilidade de nortear tomadas de decisão com os resultados do monitoramento. |

| | | | | |
|---|---|---|--|---|
| Fiscalização | <p>A fiscalização da IMA abrange todas as atividades econômicas do Estado. Inicialmente orientando, pode, na reincidência, aplicar multas, e em casos renitentes, interditar o empreendimento.</p> <p>Com apoio da Polícia Ambiental, o IMA também fiscaliza parques e reservas ecológicas, desmatamentos, minerações e qualquer outra atividade que ponha em risco a natureza, o homem e seu habitat. Fiscalização na Área de Recursos Naturais. Fiscalização na Área de Controle de Poluição Acidentes com Produtos Perigosos Denúncias</p> | Elaborado e executado o Plano de Fiscalização Ambiental 2018, com ênfase nas operações de fiscalização ambiental em atividades licenciadas pelo IMA, atendimento às demandas de Ouvidoria e Órgãos de Controle. | O próprio IMA e a Sociedade | Diretoria de Regularização Ambiental / Gerência de Fiscalização Ambiental |
| Conservação de espécies ameaçadas | Coordenação, elaboração, execução de planos de ação para conservação da fauna ameaçada de extinção. Elaboração e coordenação de ações conjuntas de fiscalização de fauna ameaçada, tendo como parceiros a Polícia Militar Ambiental – PMA, ICMbio e IBAMA | Planos de Ação Nacional – PANs Planos de Ação Estaduais – PAEs | Território estadual, mais especificamente em áreas estratégicas para conservação | |
| Controle e erradicação de espécies exóticas invasoras | Execução do Programa Estadual de Espécies Exóticas Invasoras – EEIs e regulamentar normas e procedimentos previstos no art. 8º da resolução do Consema nº 08 de 2012. | Planos operativos bianuais | Território estadual | |
| Pesquisa científica | Promover e executar pesquisas científicas e monitoramento da biodiversidade em ecossistemas terrestres, marinhos e em águas continentais. | Autorizações de pesquisas | Estudantes e pesquisadores | |
| Fiscalização e monitoramento Unidades de Conservação | Execução de diversas ações relacionadas a fiscalização de transgressões ambientais em unidades de conservação e seu entorno, planejamento de estratégias de ação de fiscalização e coibição das transgressões em Parceria com a PMA. Além do monitoramento da fauna e da flora nas Unidades de conservação, os programas de erradicação de espécies exóticas invasoras e educação ambiental também são executados. | Autos de infração lavrados, relatórios de fiscalização elaborados, planejamentos de fiscalização elaborados. Monitoramento. | Unidades de Conservação Estaduais | |

| | | | | |
|--|--|---|---|--|
| Criação, Implantação e Gestão de Unidades de Conservação | Execução de diversas ações no âmbito do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, tais como: criação e implantação de unidades de conservação, criação de RPPNs Estaduais, gestão de unidades de conservação estaduais através da coordenação e execução de programas e projetos de conservação, monitoramento de fauna e flora, regularização fundiária, educação ambiental, uso público, parcerias interinstitucionais e outros. Realização de Planejamentos operacionais físicos financeiros das Unidades de Conservação estaduais e monitoramento semestral dos mesmos. | (i) Manutenção e Gestão das Unidades de Conservação Estaduais. (ii) Parcerias firmadas entre OSCs e as unidades de conservação. (iii) Relatórios de Planejamento Operacionais das Unidades de Conservação Estaduais. | Sociedade como um todo | |
| Estratégias econômicas para conservação | Execução de diversas ações de estratégias econômicas inovadoras para a Conservação da Biodiversidade, tais como: (i) Uso público em unidades de conservação: ações para fomentar e regulamentar o uso público em UCs, com o objetivo de dar sustentabilidade Econômica para as UCs, como por exemplo, concessões, autorizações de uso, cobrança de ingressos e uso de imagens; (ii) Captação de recursos e execução de projetos, como por exemplo Projeto Pró-Espécies / MMA / GEF – PAN Planalto Sul; (iii) Implementação corredores ecológicos; (iv) ICMS Ecológico; (v) Regularização Fundiária em unidades de conservação; (vi) Fomento cadeias produtivas sustentáveis; (vii) Pagamento por serviços ambientais; (viii) adequação ambiental de propriedades rurais; (viii) estratégias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas | (i) Garantir a sustentabilidade econômica das Unidades de Conservação, acesso ao público nas UCs e fomento ao turismo ecológico e de aventura; (ii) Captação de recursos junto a financiadores para garantir a conservação; (iii) Implementação de Corredores Ecológicos: Ações de conservação focadas nas regiões dos CE; (iv) Apresentação de ante projeto de Lei e esforços para aprovação de Lei de redistribuição do ICMS (v) Desapropriações/indenizações administrativas para consolidar o domínio público das UCs e promoção da justiça social para os proprietários; (vi) Agregação de valor a produtos da sociobiodiversidade; (vii) Premiação aos proprietários rurais pela conservação da biodiversidade; (vi) Conservação da biodiversidade em propriedades rurais; (vii) Mudança da matriz energética | Sociedade civil; Pequenos Proprietários Rurais; Médios e grandes proprietários; Instituições privadas de inovação; Instituições de ensino e pesquisa; Empreendedores público e privado com passivo ambiental; | |
| Municipalização | A Lei Complementar 140/2011 define as atribuições do licenciamento ambiental aos entes federativos responsáveis. Em Santa Catarina, diversos Municípios realizam as atividades de licenciamento e fiscalização ambiental, tendo o IMA como referência. Com isso, são firmados entre o IMA e Municípios interessados Termos de Delegação em Gestão Florestal e de Delegação de | Formalização, monitoramento e fiscalização de todos os Termos de Delegação de Atribuições de Gestão Florestal celebradas com municípios do Estado de Santa Catarina. Elaboração e aplicação de Cursos de Capacitação para técnicos e conselheiros ambientais dos municípios acerca da municipalização de atividades ambientais, bem | Municípios do Estado de Santa Catarina | |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | Processo de Licenciamento Ambiental | como sobre os requisitos mínimos e execução do Termo. | | |
| Atendimento a Emergências Ambientais | Realizar o atendimento a emergências ambientais, tais como acidentes com produtos perigosos, e monitoramento dos passivos ambientais gerados no sinistro | Coordenar as ações de prevenção e resposta a acidentes e emergências ambientais. | Toda a sociedade | |
| Reconhecimento de Laboratórios ou Prestadores de Serviços de Análises Ambientais | O reconhecimento de laboratórios ou prestadores de serviços ambientais é necessário aos laboratórios que apresentam qualquer tipo de documento (laudo, certificado de análise, parecer ou relatório) ao IMA para qualquer fim. | Auditar os laboratórios e emitir certificados de reconhecimento junto ao IMA. | Laboratórios e prestadores de serviços ambientais. | |
| Cadastro Ambiental Rural - CAR | Trata-se de um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, formando base de dados estratégica para o controle, monitoramento e com bate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. | Gerir o Sistema do CAR no território de Santa Catarina. | Todos os proprietários ou possuidores de imóveis rurais. | |
| Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos | Trata-se de documentação obrigatória que acompanha a movimentação de resíduos no Estado de Santa Catarina. Emitida pelo após cadastro de empreendedores geradores, transportadores, armazenadores ou destinadores de resíduos. | Emissão de Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR), Declaração de Movimentação de Resíduos (DMR) e Certificados de Destinação Final (CDF). Gestão das informações sobre a movimentação de resíduos em Santa Catarina e do próprio sistema. | Empreendedores geradores, transportadores ou destinadores de resíduos. | |
| Programa Penso Logo Destino | O Programa Penso, Logo Destino visa a conscientização, a mudança de comportamento e a construção do pertencimento para a disposição correta dos resíduos e, conseqüentemente, para a preservação dos recursos naturais. | Tem por finalidade a conscientização e o envolvimento de todos os catarinenses para o descarte correto dos resíduos sólidos, tornando Santa Catarina o primeiro estado brasileiro a fazer a articulação da Logística Reversa. Para isso, atua como o mediador entre os comerciantes, administração municipal e população para o descarte adequado dos resíduos, e as entidades gestoras que realizam a coleta do material recolhido. | Penso, Logo Destino tem como parceiros a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Saúde, as prefeituras municipais, entre outras entidades. | |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação do corpo técnico 2. Reconhecimento institucional 3. Forte representatividade no Estado 4. Presença capilarizada no Estado | <ol style="list-style-type: none"> 1. Infraestrutura de algumas regionais 2. Em diversas gerências há a necessidade de maior corpo técnico 3. Dificuldade no cumprimento de prazos de resposta 4. Necessidade de capacitação continuada |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliação de cursos a distância via Moodle 2. Novas tecnologias disponíveis 3. Uso público das unidades de conservação 4. Proporcionar cursos de capacitação | <ol style="list-style-type: none"> 1. Evasão de servidores 2. Mudança na legislação 3. Demora no cumprimento de prazos de resposta 4. Insegurança jurídica na emissão de pareceres pelos técnicos |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Equipe de servidores efetivos, comissionados, terceirizados, estagiários e CTISPs vinculados ao IMA.

EXTERNAS:

- Ministério do Meio Ambiente;
- Polícia Militar Ambiental de SC;
- Corpo de Bombeiros de SC (atuação conjunta para o combate de incêndios florestas);
- Polícia Civil (atuação conjunta com a equipe de fauna para operações de fiscalização relacionadas à fauna silvestre);
- Pesquisadores;
- Universidades;
- Condutores;
- Guias Turísticos;
- Operadoras de Turismo;
- Voluntários;
- Comunidades do Entorno e da Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação;
- Organizações da Sociedade Civil;
- Poder Legislativo e Conselhos do Meio Ambiente: exercem um papel fundamental na definição das leis e diretrizes para o licenciamento ambiental, estabelecendo os marcos regulatórios e as políticas de proteção ambiental. Suas decisões e ações têm impacto direto no trabalho do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina e nos processos de licenciamento realizados pelo órgão. Atores legislativos:
- Congresso Nacional: O Poder Legislativo Federal, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, tem a responsabilidade de elaborar e aprovar leis relacionadas ao meio ambiente. Eles têm o poder de criar, modificar e revogar leis ambientais, bem como de estabelecer políticas nacionais de proteção ambiental. O Congresso Nacional desempenha um papel central na definição do arcabouço legal e regulatório do licenciamento ambiental;

- Assembleia Legislativa de Santa Catarina: No âmbito estadual, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina exerce funções similares ao Congresso Nacional, porém no contexto específico do estado. Os deputados estaduais têm a responsabilidade de elaborar e aprovar leis ambientais estaduais, que complementam as leis federais e regulamentam questões específicas relacionadas ao meio ambiente em Santa Catarina;
- Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): É um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O CONAMA é responsável por estabelecer normas e critérios para o licenciamento ambiental em nível nacional, além de propor políticas ambientais e deliberar sobre questões relacionadas à proteção e conservação do meio ambiente. Suas resoluções têm impacto direto no processo de licenciamento ambiental;
- Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA): Trata-se de um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo no âmbito estadual. O CONSEMA tem a função de assessorar o órgão ambiental estadual na implementação da política ambiental e na formulação de normas e diretrizes para o licenciamento ambiental. Suas resoluções e pareceres orientam o processo de licenciamento em Santa Catarina;
- Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMAS): Em nível municipal, o CONDEMAS é um órgão consultivo e deliberativo responsável por assessorar o poder público local nas questões ambientais. Ele contribui na formulação de políticas, na análise de projetos e no licenciamento ambiental no âmbito municipal. Sua atuação é voltada para a realidade específica de cada município;
- Empreendedores/Proprietários de Projetos: São os responsáveis pelos empreendimentos que requerem o licenciamento ambiental, como empresas, indústrias, mineradoras, agricultores, entre outros. Eles buscam obter as licenças necessárias para realizar suas atividades, e sua contribuição está em fornecer informações e estudos sobre os impactos ambientais e nas medidas de mitigação e compensação propostas;
- Sociedade Civil: Inclui organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, comunidades locais e cidadãos individuais que podem ser afetados pelos projetos. Esses atores podem interferir no processo de licenciamento através de manifestações, audiências públicas, denúncias e participação ativa na análise e no monitoramento ambiental. Sua contribuição está em garantir uma visão mais ampla dos possíveis impactos e na defesa dos interesses da sociedade;
- Órgãos Ambientais: Além do IMA, existem outros órgãos ambientais que também desempenham um papel importante no licenciamento. No âmbito federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) podem estar envolvidos em determinados casos. No âmbito municipal, as Secretarias ou Fundações Municipais de Meio Ambiente. Esses órgãos, em determinados casos, quando competentes, têm a responsabilidade de analisar os projetos, emitir pareceres técnicos e manifestações a processos em curso no IMA, contribuindo assim com a avaliação dos impactos e na definição das condicionantes ambientais;
- Entidades/Órgãos Intervenientes: existem órgãos e entidades intervenientes nos processos de licenciamento ambiental que são responsáveis por tutelar bens específicos e devem se manifestar quando projetos possam impactar direta ou indiretamente esses bens. Alguns desses órgãos e entidades são: Gestores de Unidades de Conservação, SPU, FUNAI, FCP, IPHAN, ANTAQ, ANM, INCRA, dentre outros;
- Órgãos de fiscalização e repressão: desempenham um papel fundamental na garantia do cumprimento das normas ambientais e no combate aos crimes ambientais. Alguns desses órgãos são:
 1. Ministério Público Federal (MPF): O MPF é responsável por defender os interesses da sociedade e zelar pelo cumprimento da legislação ambiental em nível federal. Ele pode atuar no licenciamento ambiental, requerendo informações adicionais, questionando a legalidade dos processos ou propondo ações judiciais para a proteção do meio ambiente;
 2. Ministério Público Estadual (MPE): O MPE tem atribuições semelhantes ao MPF, porém atua no âmbito estadual. Ele fiscaliza o cumprimento das leis ambientais, acompanha os processos de licenciamento e atua em defesa do meio ambiente e dos interesses da sociedade;

3. Delegacias de Polícia: As delegacias de polícia têm a responsabilidade de investigar e combater os crimes ambientais, como desmatamento ilegal, tráfico de animais silvestres, poluição e outros delitos contra o meio ambiente. Elas atuam na apuração dos ilícitos ambientais e no indiciamento dos responsáveis;

4. Polícia Ambiental: As polícias ambientais, geralmente vinculadas às instituições de segurança pública dos estados, são especializadas no combate aos crimes ambientais. Elas realizam operações de fiscalização, atuando no patrulhamento e na repressão a atividades ilegais que afetam o meio ambiente. Também podem auxiliar nos processos de licenciamento ambiental, verificando o cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças;

- Consultorias Ambientais e Setor Acadêmico e Científico: Consultorias, universidades, institutos de pesquisa e cientistas desempenham um papel fundamental no fornecimento de estudos, pesquisas e pareceres técnicos que embasam as análises de impacto ambiental. Eles contribuem com o conhecimento científico, auxiliando na identificação, avaliação e monitoramento dos impactos ambientais, bem como na proposição de medidas de mitigação e compensação.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

| 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | |
|-------|-------|-------|-------|--|
| 230 | 230 | 236 | 236 | Pontos Monitoramento de Balneabilidade |
| 6.764 | 6.154 | 5.747 | 6.821 | Avaliações na temporada |
| 2.130 | 2.714 | 3.416 | 2.079 | Autos de Infração Ambiental (AIA) em Andamento (IMA + PMA) |
| 161 | 129 | 234 | 201 | Autos de Intimação (quantidade de notificações) |
| 10 | 6 | 14 | 9 | Atendimentos a Emergências Ambientais |
| 34 | 18 | 50 | 60 | Operações preventivas de Produtos Perigosos |
| 406 | 500 | 597 | 476 | Licença Ambiental Prévia (LAP) |
| 755 | 972 | 995 | 812 | Licença Ambiental de Instalação (LAI) |
| 5.178 | 3.901 | 3.644 | 3.397 | Licença Ambiental de Operação (LAO) |
| 974 | 1.273 | 1.433 | 1.216 | Autorização Ambiental (AUA) |
| 188 | 103 | 86 | 13 | Autorização Ambiental de Fauna (AUA) |
| 589 | 519 | 496 | 390 | Licença Ambiental Prévia (LAP) + Licença Ambiental de Instalação (LAI) |

Apresentam-se acima o quantitativo de uma série de processos e atividades inerentes às atividades finalísticas do IMA.

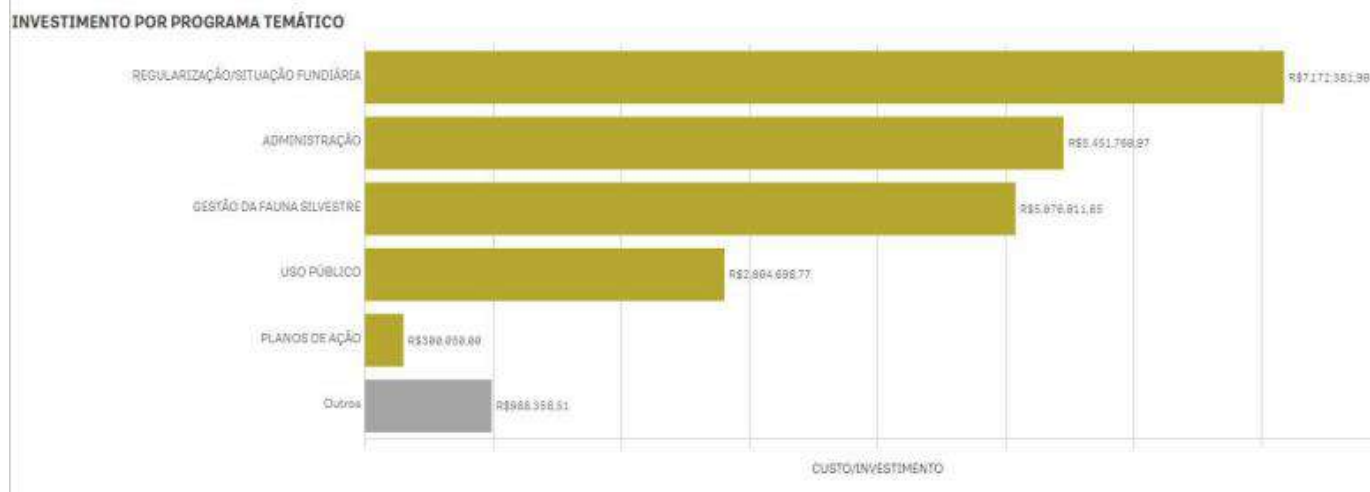
Em complemento, ressalta-se o desenvolvimento do Programa Penso, Logo Destino (PLD), o qual foi idealizado pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) com apoio do Governo do Estado de Santa Catarina e já conta com a adesão de mais de 100 municípios catarinenses. O PLD é focado no envolvimento e na conscientização das pessoas sobre a disposição correta dos resíduos sólidos e tem a finalidade de tornar Santa Catarina o estado brasileiro que mais recicla, reutiliza e menos produz resíduos sólidos urbanos.

O Programa é dividido em três etapas: logística reversa (etapa atual), coleta seletiva e compostagem dos resíduos orgânicos. Para isso, o IMA atua como mediador entre a sociedade civil, poder público e as entidades gestoras (que representam os fabricantes, distribuidores, importadores e comerciantes dos produtos que geram os resíduos abrangidos pela logística reversa). O projeto funciona através de parcerias entre o IMA e os municípios por meio de termos de cooperação.

O PLD tem a meta de conquistar até 2024, a adesão de 224 municípios com até 20 mil habitantes. Já em 2025, o cronograma do PLD é chegar aos 41 municípios de médio porte com população entre 20 até 50 mil habitantes, e em 2026, o objetivo é garantir a adesão das grandes cidades com mais de 50 mil habitantes.

A disposição correta dos resíduos sólidos é um tema que movimenta grandes discussões e mobiliza os estados brasileiros em busca de alternativas desde a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/2010.

Corroborando o que foi apresentado supra, informa-se que, no âmbito da Diretoria de Biodiversidade e Florestas (DBIO), entre os anos de 2019 e 2022, fez-se investimentos que totalizam aproximadamente R\$ 21.800.000,00 (vinte um milhões e oitocentos mil reais) subdivididos nas seguintes áreas temáticas de sua atuação:



Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A. - CASAN

A CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, criada em 31/12/1970, através da Lei Estadual nº 4.547, e constituída pelo Decreto nº SSP- 30.04.71/58, de 02/julho/1971, é uma empresa de economia mista e atua como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A Companhia presta os seus serviços diretamente a uma população residente de mais de 3 milhões de pessoas, equivalente a 40% da população de Santa Catarina, distribuídas em 194 municípios (65% dos municípios do Estado e o município de Barracão, no Paraná). A Casan também fornece água no atacado para outros 4 municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos tem uma população superior a 200 mil pessoas.

A CASAN atua nos municípios por meio de Contratos de Programa, Contrato de Concessão, Convênios de Cooperação para Gestão Associada e Convênios de Gestão Compartilhada. Esses são os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais, as quais concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação, implantação, ampliação e manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Conforme o Estatuto social, o objetivo da Companhia é:

Executar a política estadual de saneamento básico;

Promover levantamento e estudos econômico-financeiros relacionados com os projetos de saneamento básico, em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável;

Elaborar projetos de engenharia relativos a obras de saneamento básico;

Planejar projetos de saneamento básico em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e executá-los;

Coordenar e executar as obras de saneamento básico;

Coordenar e executar a operação e exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário e de abastecimento de água;

Fixar, arrecadar e reajustar as tarifas de serviços que lhe são afetas;

Promover a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e o destino final de resíduos sólidos, inclusive os domésticos, os industriais e os hospitalares;

Captar, tratar, envasar e distribuir água bruta, potável e mineral para sua comercialização no varejo e no atacado;

Realizar, como atividade meio, o aproveitamento do potencial hidráulico de mananciais, com o fim de geração de energia elétrica;

Participação em outras sociedades, nos termos do artigo 237 da Lei Federal no 6.404/76.

Parágrafo único - Para exercer as competências previstas nos incisos VI, VIII, IX e X, a Companhia poderá firmar acordos, inclusive mediante convênios de cooperação e consórcios públicos ou privados para a gestão associada, nos termos da legislação vigente.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

VISÃO: Ser reconhecida como empresa de excelência na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente e em saúde pública.

VALORES: Sustentabilidade; Integridade e Ética; Profissionalismo e Competência; Transparência; Impessoalidade; Inovação.

ESTRUTURA: A operação dos sistemas de saneamento é realizada por **118 agências municipais** e é coordenada e auxiliada pela **Matriz da Companhia** (sede em Florianópolis) e pelas **quatro Superintendências Regionais de Negócios**, divididas pelas regiões Norte/Vale do Itajaí (sede em Rio do Sul), Oeste (sede em Chapecó), Sul/Serra (sede em Criciúma) e Metropolitana da Grande Florianópolis (sede em Florianópolis).

A CASAN opera atualmente **256 Sistemas de Abastecimento de Água - SAA** e **34 Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES** e conta com **13 Laboratórios de Análise de Água e Esgoto**.

CARREIRAS/SERVIDORES: A CASAN conta atualmente em seu quadro efetivo com 2.592 (dois mil quinhentos e noventa e dois) empregados. O quadro efetivo de profissionais da CASAN apresenta-se estruturado em 3 (três) grandes grupos ocupacionais, e cada um contemplando diversos cargos, com diversidade técnica, operacional, conforme segue:

Grupo Ocupacional de Atividades Operacionais (11 cargos)

- Agente Administrativo Operacional;
- Auxiliar de Laboratório;
- Auxiliar Técnico (cargo em extinção);
- Eletricista;
- Eletrotécnico;
- Instalador Hidráulico/Sanitário;
- Mecânico de Hidrômetro (cargo em extinção);
- Operador de Estação de Tratamento de Água e Esgoto;
- Técnico de Laboratório;
- Técnico em Mecânica;
- Técnico em Saneamento.

Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Técnico e Administrativo (19 cargos) Assistente Administrativo;

- Assistente em Administração II (cargo em extinção);
- Auxiliar de Enfermagem do Trabalho;
- Auxiliar de Processamento de Dados (cargo em extinção);
- Auxiliar de Serviços Administrativos (cargo em extinção);
- Desenhista;
- Desenhista Projetista;
- Motorista (cargo em extinção);
- Operador de Computador (cargo em extinção);
- Operador de Equipamento Pesado;

- Operador de Máquina Copiadora (cargo em extinção);
- Programador de Computador (cargo em extinção);
- Secretária;
- Técnico em Agrimensura;
- Técnico em Contabilidade;
- Técnico em Edificações;
- Técnico em Eletrônica;
- Técnico de Segurança do Trabalho;
- Telefonista.

Grupo Ocupacional de Atividades de Nível Superior (25 cargos):

- Administrador;
- Advogado;
- Analista de Sistema;
- Arquiteto;
- Assistente Social;
- Auditor;
- Bibliotecário;
- Biólogo;
- Bioquímico;
- Contador;
- Economista;
- Enfermeiro do Trabalho;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia Civil;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia Sanitária;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia Elétrica;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia Mecânica;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia Química;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia de Controle e Automação;
- Engenheiro – especialidade em Engenharia de Agrimensura;
- Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- Geólogo;
- Jornalista;
- Médico do Trabalho;
- Psicólogo;
- Químico.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Ao longo dos seus 51 anos, tem como objetivo principal coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios. A CASAN constitui-se como instrumento empresarial do Estado de Santa Catarina para concretização das políticas públicas e de objetivos nacionais no setor, operando com intento de cumprir o principal objetivo social, que é a prestação de serviços de saneamento básico.

A Companhia possui uma Administração Central localizada em Florianópolis e segue dividida em 4 (quatro) Superintendências Regionais de Negócios, situadas nas cidades de Florianópolis, Rio do Sul, Criciúma e Chapecó, as quais possuem estruturas com a finalidade de conceder suporte às operações, visando uma maior agilidade e integração de suas ações nos 194 municípios atendidos diretamente.

Os principais Processos Finalísticos são dois:

1. Fornecimento de Água Tratada, composto das atividades de captação de água bruta, adução, tratamento, reservação, distribuição e demais serviços relacionados à água; e
2. Esgotamento Sanitário, composto das atividades de coleta, afastamento, tratamento, disposição final e demais serviços relacionados a esgotos sanitários.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Experiência Institucional 2. Capacitação funcional 3. Fornecedor consolidado de um bem essencial à atividade humana 4. Forte participação no mercado catarinense 5. Economia de escala pela atuação em 194 municípios 6. Atuar em nome do Governo do Estado de Santa Catarina na área do Saneamento | <ol style="list-style-type: none"> 1. Burocratização característica do setor público, que reduz a produtividade 2. Ingerência Política 3. Dificuldade de integração de objetivos entre as diversas áreas da empresa 4. Baixo índice de cobertura de esgoto na área de atuação |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Preocupação maior da sociedade com o meio ambiente e a recuperação ambiental 2. Surgimento de tecnologias 3. Atendimento a novos municípios 4. Prestação de serviços de consultoria 5. Ampliação do mercado de atuação | <ol style="list-style-type: none"> 1. Concorrência pode influenciar perda de mercado 2. Mudanças climáticas e degradação ambiental (redução da disponibilidade de recursos hídricos) 3. Crescimento populacional em descompasso com a disponibilidade hídrica 4. Exigências de investimentos acima da capacidade da Companhia 5. Transições políticas no poder executivo do Poder Concedente 6. Insegurança jurídica |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Empregados;

Acionistas;

Diretores.

EXTERNAS:

Sociedade;

Governos Municipais, Estaduais e Federal;

Órgãos ambientais;

Agências reguladoras;

Agentes financiadores;

Prestadores de serviços;

Fornecedores;

Empresas de saneamentos;

Sindicatos.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

MELHORIA DE INDICADORES:

Cobertura de Esgoto 2018: 24,00% 2022: 32,36%

IEPA 2018: 83,90% 2022: 86,80%

Perdas de Água 2018: 40,20% 2022: 39,30%

CERTIFICAÇÕES:

- O Laboratório Regional de Chapecó obteve a “Acreditação na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017”, do Inmetro, que eleva a níveis internacionais as análises de potabilidade da água de consumo e dos mananciais realizadas pela empresa no Oeste do Estado;
- O Laboratório de Efluentes da Superintendência Metropolitana da Grande Florianópolis recebeu a Certidão de Reconhecimento do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). O documento comprova que o laboratório segue a NBR ISO/IEC 17.025/2017, norma de padronização das atividades de ensaio e calibração.

PRÊMIOS:

- Vencedora do Prêmio Expressão de Ecologia Modalidade Recuperação de Áreas Degradadas - 2019 - Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental – Iberê;
- Vencedora do Certificado Empresa Cidadã, do TJ/SC - 2020, 2021 e 2022 (recebido sempre no ano subsequente);
- Vencedora do 12º Prêmio Ser Humano, da Seccional SC da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) - 2022. Projeto da Unicasan;
- Troféu de prata no 2º Prêmio EPROJ SC – 2022;
- Menção Honrosa no 20º Prêmio CREA de Meio Ambiente – Troféu Seriema 2022 - Projeto “CASAN e os ODS: Implantando Sustentabilidade a partir da Universidade Corporativa”;
- Troféu do Selo WOB – Women on Board - 2022 - “A premiação reconhece as organizações com pelo menos duas mulheres nos conselhos de administração ou consultivos”;
- Finalista Prêmio Inovação Catarinense - 2023 - CASAN sem papel.

OBRAS ENTREGUES:

- Sistema de Esgotamento Sanitário de Araquari (Bairro Itinga);
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Criciúma (Bairros Próspera e São Luiz);
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Rio do Sul;
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Chapecó (Bairro Efapi);
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Concórdia;
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Criciúma;
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Curitibanos;
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Florianópolis (Monte Cristo);
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Ibirama;
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Indaial (Bairro Tapajós);
- Sistema de Esgotamento Sanitário de São José (Ponta de Baixo e Centro Histórico).



Assinaturas do documento



Código para verificação: **3P8YI0D6**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAYANA DOS ANJOS DAMIANI (CPF: 029.XXX.549-XX) em 22/08/2023 às 13:30:14

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:48:23 e válido até 13/07/2118 - 14:48:23.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VGXzY5NjRfMDAwMTE2MjRfMTE2MzZfMjAyM18zUDhZSTBENG==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEF 00011624/2023** e o código **3P8YI0D6** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

3.3 Dimensão: Infraestrutura e Mobilidade

3.3.1 Infraestrutura de Transportes, Mobilidade e Obras Cíveis

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade - SIE

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SIE é o órgão da administração pública estadual direta que tem como área de atuação desenvolver a política estadual de infraestrutura dos transportes no modal rodoviário, incluindo atuação na área de edificações e obras hidráulicas. A SIE também possui competência para coordenar e controlar o Conselho Estadual de Transporte de Passageiros.

As ações da SIE abrangem o planejamento, formulação e normatização das políticas estaduais para o setor, a elaboração de diretrizes para a sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, foi criada / reorganizada pela LC nº 741/2019, alterada pela Lei nº 18.646/2023, e contempla a absorção das autarquias anteriormente a ela vinculadas - o Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA e o Departamento de Transportes e Terminais – DETER.

À SIE compete implementar a política formulada pelo Governo do Estado para a infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas, compreendendo as atividades de administração, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação de bens, obras e serviços, bem como o planejamento, fiscalização e controle do Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros a nível estadual, zelando pela segurança e bem estar dos usuários de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Para que o órgão execute suas competências e possa desenvolver programas e projetos, as ações e programas agem como ferramentas que norteiam a secretaria nas tomadas de decisão que definirão as ações do sistema de transportes do Estado.

A malha rodoviária do Estado de Santa Catarina é composta por rodovias federais, estaduais e municipais, cabendo a administração e gestão destas rodovias aos entes da federação, em cada caso, União, Estado e Municípios.

As rodovias federais integram o plano rodoviário federal, e estão sob a responsabilidade da União, sob a jurisdição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, vinculado ao Ministério da Infraestrutura - MINFRA. Ao DNIT cabe executar, entre outras, as políticas de transporte rodoviário formuladas pelo Ministério.

No caso das rodovias federais concedidas à iniciativa privada a jurisdição é exercida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, autarquia também vinculada ao MINFRA.

As rodovias estaduais, integrantes do Plano Rodoviário Estadual são, a partir da vigência da Lei Complementar nº 741/2019, administradas pela SIE. Antes, eram administradas pelo Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, autarquia regulada pela LC nº 382/2007, vinculada à então Secretaria de Estado de Infraestrutura.

Os primeiros investimentos na infraestrutura rodoviária do Estado começaram a ocorrer com a construção e pavimentação dos eixos rodoviários federais, compostos principalmente pelas rodovias BR-101, BR-116, BR-153, BR-163, BR-280, BR-282 e BR-470. Nesta configuração de malha rodoviária do Estado, as rodovias federais constituíram os grandes eixos troncais que ligam as diferentes regiões do Estado entre si e com outras regiões do país.

Até meados dos anos 1970 a rede de rodovias sob responsabilidade do Estado era praticamente toda constituída por rodovias em revestimento primário. Nas décadas de 70 e 80 iniciou-se uma fase de intenso desenvolvimento da infraestrutura deste setor, promovendo uma significativa expansão da rede de rodovias estaduais pavimentadas, partindo de cerca de 116 km de rodovias em 1974, alcançando 2.663 km em 1990, 3.708 km em 2000 e atingindo os atuais 5.139 km da rede rodoviária estadual pavimentada.

QUADRO RESUMO DA REDE RODOVIÁRIA / SANTA CATARINA

Extensões em km

| Jurisdição | Planejada | Não Pavim | Pavim Pista Simples | Duplicada + em duplicação | Total Pavim | Pavim + Não Pavimentada | Total |
|------------|-----------|-----------|---------------------|---------------------------|-------------|-------------------------|-----------|
| Estadual | 2.089,0 | 1.150,0 | 5.018,5 | 120,7 | 5.139,2 | 6.289,2 | 8.378,2 |
| Federal | 1.374,1 | 26,8 | 1.770,8 | 562,9 | 2.337,7 | 2.364,5 | 3.734,6 |
| Sub-total | 3.463,1 | 1.176,8 | 6.789,3 | 683,6 | 7.472,9 | 8.653,7 | 12.112,8 |
| Municipal | 22.773,0 | 62.553,7 | 4.053,3 | 0,0 | 4.053,3 | 66.607,0 | 89.380,0 |
| Total (km) | 26.236,1 | 63.730,5 | 10.842,6 | 683,6 | 11.526,2 | 75.256,7 | 101.492,8 |

Fonte: SIE / Sistema Rodoviário Estado de SC – Nov/2022

Nos últimos anos, para adequar a sua infraestrutura rodoviária à demanda por transportes, o Estado passou a contar com o apoio financeiro, por meio de programas de financiamento, das seguintes entidades de fomento: BID, BIRD, CAF, BNDES e Banco do Brasil. A obtenção de recursos por meio das correspondentes operações de crédito possibilitaram o desenvolvimento de programas destinados à expansão da malha rodoviária pavimentada, à reabilitação de rodovias importantes, à eliminação de pontos críticos nas rodovias e ao aumento da segurança rodoviária, além do apoio institucional para uma melhor administração rodoviária.

Importante também destacar no aspecto da acessibilidade, com a meta alcançada a partir do ano 2014 de pelo menos 1 (um) acesso pavimentado para quaisquer das sedes dos 295 municípios catarinenses, conectando-os em sua totalidade à rede rodoviária nacional pavimentada.

A malha rodoviária do Estado de Santa Catarina é constituída por um conjunto de rodovias de vários tipos, sob várias jurisdições, de diferentes categorias e com volumes de circulação diferentes, cobre todo o território do Estado e fornece razoável acessibilidade a todos os aglomerados populacionais e municípios. Ainda compõem a malha rodoviária mais alguns milhares de quilômetros de rodovias municipais de baixo tráfego ou caminhos vicinais que objetivam permitir acesso a pequenos aglomerados, zonas de produção com reduzida dimensão e fazendas ou propriedades isoladas. Para entendermos melhor a necessidade de preservação e de investimentos realizados ao longo dos anos, torna-se essencial possuir uma noção do valor da malha rodoviária catarinense. Estima-se que o valor patrimonial estimado da malha é de R\$ 33 bilhões; separando por jurisdição exercida teríamos cerca de R\$ 13 bilhões para as rodovias sob a jurisdição da União e R\$ 20 bilhões para as rodovias de responsabilidade do Estado.

A maioria das rotas principais da malha rodoviária do Estado de Santa Catarina são também as rotas principais de outros Estados e até mesmo de todo o Brasil. Desta forma o Estado aproveita a existência dessas rodovias para melhorar as suas ligações com os outros Estados e com os países vizinhos. Entre as principais rotas da malha rodoviária destacam-se as seguintes:

- BR-101: Norte/Sul Litoral
- BR-116: Norte/Sul Planalto
- BR-153: Norte/Sul Central
- BR-158/ BR-163/SC-163: Norte/Sul Extremo Oeste
- BR-280: Leste/Oeste Norte
- BR-282: Leste/Oeste Central
- BR-470: Litoral/ Interior do Estado/Divisa RS
- SC-108/SC-486: Norte/Sul Litoral Centro
- SC-155/SC-480: Norte/Sul Meio Oeste
- SC-285: Litoral Sul/Divisa RS

Uma rede rodoviária eficiente, bem conservada e mantida, exerce funções de primordiais para o desenvolvimento econômico da região geográfica em que está inserida, assim como para a integração de sua área de influência com as demais, quer seja urbana, regional, nacional e ou internacional.

No Estado de Santa Catarina, assim como em grande parte dos estados brasileiros, o exercício dessas funções é ainda mais importante devido as dimensões continentais que essas regiões possuem e devido as políticas implantadas ao longo das últimas décadas para a priorização e investimentos rodoviários.

A nível nacional a pesquisa CNT de Rodovias realizada em 2022 numa amostra de 110.333 km de rodovias federais e principais estaduais pavimentadas apresenta um cenário brasileiro no qual 8,5% das rodovias foram avaliadas em seu estado geral como ótimo; 25,5% em bom estado; 40,7% em estado regular; 18,8% em condição ruim e 6,5% em condição péssima; resumindo, 34,0% da malha é considerada ótima ou boa e 66,0% da malha rodoviária pavimentada avaliada do país apresenta algum tipo de problema.

No Estado de Santa Catarina a mesma pesquisa CNT realizada em 2022 numa amostra de 3.510 km de rodovias federais e principais estaduais pavimentadas apresenta um cenário no qual 11,9% das rodovias foram avaliadas em seu estado geral como ótimo; 19,9% em bom estado; 43,4% em estado regular; 18,9% em condição ruim e 5,9% em condição péssima; resumindo, 31,8% da malha é considerada ótima ou boa e 68,2% da malha rodoviária pavimentada avaliada do país apresenta algum tipo de problema.

Também no Estado de Santa Catarina a SIE realizou em 2022 o levantamento visual contínuo abrangendo 4.780 km de rodovias estaduais pavimentadas, cujo resultado é a seguir apresentado:

| CONCEITO FINAL DA MALHA RODOVIÁRIA AVALIADA EM SC | OCORRÊNCIA | |
|---|------------|-------|
| | % | km |
| ÓTIMO | 6,1% | 289 |
| BOM | 23,3% | 1.113 |
| REGULAR | 44,8% | 2.141 |
| MAU | 24,5% | 1.172 |
| PÉSSIMO | 1,3% | 65 |
| TOTAL | 100,0% | 4.780 |

Fonte: SIE/DIOP

Como se pode observar nos dados levantados pela SIE, apenas 29,4% da malha rodoviária pavimentada avaliada está em ótimo ou bom estado de conservação; todavia, 44,8% está em estado regular; 24,5% em mau estado e 1,3% em péssimo estado, números estes de certa forma similares aos levantados pela pesquisa CNT a nível nacional, colocando a rede rodoviária estadual em nível parital à rede pavimentada nacional avaliada, respeitados os critérios de avaliação adotados por cada uma das instituições. Destaque-se ainda que no levantamento efetuado pela SIE apenas 1,3% da rede pavimentada estadual se apresenta na condição com péssimo estado de conservação, resultado de vultuosos investimentos na reabilitação e conservação rodoviária dos trechos mais críticos nos últimos anos.

Ainda no Estado de Santa Catarina a SIE realizou em 2022 o levantamento visual contínuo abrangendo 226 km de rodovias estaduais não pavimentadas, cujo resultado é apresentado abaixo:

| CONCEITO FINAL DA MALHA RODOVIÁRIA AVALIADA EM SC | OCORRÊNCIA | |
|---|------------|-----|
| | % | km |
| ÓTIMO | 1,3% | 3 |
| BOM | 1,3% | 3 |
| REGULAR | 15,5% | 35 |
| MAU | 32,4% | 73 |
| PÉSSIMO | 49,5% | 112 |
| TOTAL | 100,0% | 226 |

Fonte: SIE/DIOP

Como era de se esperar, a condição da rede rodoviária estadual não pavimentada apresenta apenas 2,6% da rede estudada na condição de ótimo e bom estado; 15,5% em estado regular; elevados 32,4% em mau estado e expressivos 49,5% em péssimo estado de conservação. O Estado/SIE há que envidar esforços no sentido de melhorar esses índices na rede rodoviária não pavimentada com investimentos mais vultuosos na conservação e futuras novas pavimentações.

Ao final, conclui-se que é imprescindível a alocação de mais investimentos para as intervenções e obras de manutenção da malha rodoviária do Estado, executando a conservação, revitalização, reabilitação, restauração ou até reconstrução quando necessário, bem como também implementação de novas pavimentações de rodovias estaduais.

A malha rodoviária é constituída por um conjunto de rodovias de vários tipos, devendo haver uma hierarquia entre elas, de forma a permitir a melhor funcionalidade da malha. No Plano Diretor Rodoviário do Estado as rodovias foram divididas em três classes, aqui descritas sucintamente:

- rodovias primárias: são as que permitem maior mobilidade, permitindo a circulação de maiores volumes de tráfego, com velocidades altas;
- rodovias secundárias: são denominadas também rodovias coletoras, dão acesso as cidades de médio porte, apresentando uma boa mobilidade, com razoáveis volumes de tráfego e permitem uma velocidade relativamente aceitável;
- rodovias terciárias: são as rodovias de acesso a localidade de menor dimensão, escoam pequenos volumes de tráfego e só permitem baixas velocidades.

Neste sentido, constitui-se aspecto de importante intervenção as travessias urbanas de rodovias primárias ou secundárias, algumas delas sem percurso de transição ou sinalização física, em que o tráfego de longa distância, ou tráfego de passagem se insere obrigatoriamente nas vias urbanas das cidades. Assim, mistura-se ao tráfego urbano da própria cidade, sem que os condutores estejam preparados para isso e, por vezes, sem que tenham à sua disposição sinalização auxiliar adequada para a identificação da rota desejada. As facilidades urbanas existentes, como rede de abastecimento de água, tratamento de esgoto e o próprio pavimento das vias urbanas são frequentemente comprometidos pelo tráfego de veículos de passagem, principalmente os veículos de carga mais pesados.

Dessa forma, este aspecto constitui-se um alerta para os projetos e construção dos contornos em cidades de maior dimensão e com estrutura viária urbana mais complicada.

As informações de tráfego permitem ter-se uma ideia nítida da carga de tráfego nos principais segmentos da malha rodoviária do Estado. A demanda de tráfego em 2022 foi identificada por meio dos sistemas gerenciais em operação no antigo DEINFRA atual SIE e o resultado, obtido em Volume Médio Diário Anual (VMDA) de veículos na rodovia considerada.

Os maiores VMDAs na malha rodoviária catarinense, em 2022, são verificados em algumas rodovias em Florianópolis, na BR-101, BR-470, BR-280, BR-282, e em algumas rodovias estaduais, como a SC-108, principalmente nos trechos urbanos de acesso às maiores cidades; os valores estimados para 2022, com auxílio de modelo de previsão de demanda utilizado na SIE, superam os 100 mil veículos/dia em vários segmentos da BR-101, 36 mil veículos/dia na BR-470, trecho Blumenau – Indaial, 38 mil na BR-280, trecho Acesso a Joinville/Itinga – Araquari, chegando a 238 mil na BR-282 (Via Expressa em Florianópolis), 59 mil veículos/dia na SC-401 norte (com 70 mil veículos na Via Expressa Sul), 39 mil veículos na SC-404, 24 mil veículos/dia na SC-445 em Criciúma, 15 mil na SC-108 em Massaranduba, 15 mil veículos/dia na SC-108 em Gravatal e 13 mil na SC-108 em Blumenau. Segmentos da BR-282, nas proximidades entre Xanxerê e Chapecó, também registram volumes de tráfego elevados que indicam a necessidade de ampliação de capacidade das rodovias.

Verifica-se também um percentual elevado de veículos pesados em muitos segmentos da malha rodoviária de Santa Catarina. Esse percentual elevado é bem característico do Brasil e diverge muito daqueles observados em países mais desenvolvidos. Por exemplo, na Europa, esses indicadores raramente ultrapassam 18%,

enquanto na malha rodoviária de Santa Catarina são observados percentuais em torno de 60% na BR-153 e valores acima de 40% em vários outros trechos. Trechos de 1 km ou mais de extensão que possuem elevados percentuais de participação de veículos pesados apontam a necessidade de realização de estudos mais detalhados, visando à construção de segmentos com terceiras faixas.

Observa-se ainda que diversas rodovias atualmente ainda em revestimento primário possuem alta demanda de tráfego.

Um aspecto importante de uma malha rodoviária é sua capacidade de resposta à demanda de tráfego. Para avaliar esta capacidade são utilizados níveis de serviços que vão de A a F, que são definidos com base nos fluxos de tráfego de cada trecho. O nível A é aquele em que o fluxo circula de forma livre no trecho e o nível F é aquele em que o trecho se encontra saturado, com congestionamentos frequentes e graves.

Com a aplicação de modelos de gerenciamento, em operação na SIE, verifica-se que em geral a malha responde bem à demanda, com a maioria dos trechos nos níveis A e B. Níveis de D a F encontrados na BR-101 foram sendo amenizados com a duplicação e com a construção de vias marginais nos segmentos mais críticos, apesar de ainda existirem em trechos localizados da grande Florianópolis e litoral norte. A conclusão das obras do Contorno de Florianópolis, prevista para 2023/2024 deverá trazer um alento para a melhoria dos níveis de serviço da BR-101 na região da Grande Florianópolis. Os níveis D a F apresentados na BR-470, principalmente nas regiões de Itajaí e Blumenau serão resolvidos com o aumento da capacidade da BR-470, atualmente em obras. Os níveis E e F que são verificados em trechos da SC-401 e outros na Ilha de Santa Catarina precisarão ser analisados para verificar-se a melhor forma de resolvê-los.

Indica-se que quando os níveis de serviços forem iguais ou mais críticos que C devam ser iniciados estudos e, se confirmada necessidade, a elaboração de projetos de engenharia para posterior pavimentação, reabilitação e/ou ampliação de capacidade dos trechos.

No que tange ao Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros de Santa Catarina, sob a responsabilidade da SIE, o mesmo desempenha um papel fundamental na movimentação de cerca de 35 milhões de passageiros por ano no transporte público, por meio de 643 linhas regulares. Esse sistema conta com a participação de 70 empresas, que operam uma frota de mais de 1.200 veículos, realizando aproximadamente 1,3 milhões de viagens anualmente. É importante ressaltar que esses números ainda estão sendo impactados pelos efeitos da pandemia de COVID-19. Atualmente, o serviço de transporte público intermunicipal opera com base em um acordo judicial entre o Ministério Público e o Governo do Estado.

A fim de aprimorar ainda mais esse setor, a SIE está implementando o Sistema de Bilhetagem e Georreferenciamento (SBEG) em 100% da frota de transporte intermunicipal de passageiros. Essa iniciativa é fundamental para obter dados confiáveis sobre a demanda real do sistema e para rastrear a localização em tempo real de todos os veículos, o que resulta em uma prestação de serviço de maior qualidade e permite uma atuação mais eficiente do Estado em garantir a eficiência do sistema. Esse é um passo crucial no processo de regularização, com foco na licitação do sistema.

Além disso, está prevista a implantação de uma Central de Controle e Supervisão Operacional (CCSO) e de uma integradora para os dados provenientes da bilhetagem. Isso permitirá, dentro dos padrões técnicos e necessidades da SIE, o monitoramento e a gestão do Sistema de Transporte Público Intermunicipal de Passageiros. Essas medidas visam garantir um controle mais efetivo do sistema, possibilitando uma supervisão abrangente das operações e uma melhor tomada de decisões para aprimorar o transporte intermunicipal de passageiros.

Além disso, existem cerca de 900 empresas (com aproximadamente 5.200 veículos) registradas para fornecer serviços privados de fretamento, tanto contínuos quanto eventuais.

Um dos principais recursos para apoiar a movimentação de passageiros é o Terminal Rodoviário Rita Maria, localizado em Florianópolis. Esse importante terminal foi concedido à iniciativa privada no ano de 2022, abrindo espaço para investimentos no valor de 36 milhões de reais ao longo dos 30 anos de concessão. A responsabilidade pela supervisão e fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais continua sob a

responsabilidade da SIE. Isso garante que o terminal seja operado de acordo com os padrões estabelecidos, mantendo a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos.

Fazendo parte dos serviços oferecidos à população catarinense, dentro do escopo das operações deste sistema, podemos citar o transporte de passageiros e veículos por via hidroviária, abrangendo diversos serviços de travessias de navegação, destacando-se as travessias Vigorelli a Gibraltar, situadas na região entre Joinville e São Francisco do Sul, a travessia entre as cidades de Itajaí e Navegantes, operada por equipamento tipo Ferry Boat e a travessia entre São Francisco do Sul e Itapoá. Particularmente no que tange às travessias do município de Itajaí ao município de Navegantes, o Estado subsidia a transposição efetuada por pedestres, motocicletas e bicicletas mediante a distribuição de passes no âmbito do Programa intitulado “Passe Livre nas Travessias”.

A SIE está estruturada para atender regionalmente o Estado por meio de 8 (oito) Coordenadorias Regionais de Infraestrutura, que abrangem todas as regiões e municípios do Estado: CRSUL (com sede em Criciúma), CRNOR (Joinville), CROES (Chapecó), CRPLA (Lages), CRLIT (Florianópolis), CRVAL (Blumenau), CREXT (São Miguel do Oeste) e CRMEI (Joaçaba), além da Coordenadoria Geral e da Sede Administrativa da SIE em Florianópolis.

Para termos uma ideia da situação da malha rodoviária do Estado de Santa Catarina em relação a outros Estados e a outros países, calculam-se os principais indicadores utilizados para definir o “benchmarking” (termo de comparação) de malhas rodoviárias. Esses indicadores são densidades expressas no número de quilômetros de uma malha rodoviária por quilômetro quadrado e o número de quilômetros por mil habitantes.

Na Tabela a seguir são apresentados os indicadores de densidades atuais da malha rodoviária pavimentada do Estado em comparação aos Estados vizinhos e alguns países, vizinhos ou não, com nível de desenvolvimento similar.

Tabela comparativa apresentando a densidade de malha rodoviária

| Estado/País | Área (km²) | População (Hab. 10³) 2022 | Malha Pavimentada (km) | Densidade (km/km²) | Densidade (km/1000 Hab) |
|----------------|------------|---------------------------|------------------------|--------------------|-------------------------|
| Santa Catarina | 95.738 | 7.610 | 7.473 | 0,078 | 0,982 |
| Rio Grande Sul | 281.700 | 10.881 | 13.707 | 0,049 | 1,260 |
| Paraná | 199.314 | 11.443 | 14.160 | 0,071 | 1,237 |
| Argentina | 2.791.810 | 47.327 | 81.588 | 0,029 | 1,724 |
| Paraguai | 406.752 | 7.280 | 6.768 | 0,017 | 0,930 |
| Uruguai | 176.200 | 3.479 | 8.800 | 0,050 | 2,529 |
| Chile | 756.626 | 19.443 | 20.319 | 0,027 | 1,045 |
| Equador | 256.370 | 18.058 | 6.472 | 0,025 | 0,386 |
| Hungria | 93.030 | 9.569 | 76.164 | 0,819 | 7,959 |
| Romênia | 238.391 | 18.997 | 84.200 | 0,353 | 4,432 |

Fonte: IBGE, DNIT (SNV), SIE, Banco Mundial

Observa-se que, em relação aos estados vizinhos e aos países da América do Sul, os indicadores de Santa Catarina apresentam valores semelhantes, com exceção da densidade por mil habitantes observada no Uruguai, já que este país tem uma baixa população.

Quando comparados aos países do continente europeu os valores são mais díspares, uma vez que as extensões de suas malhas rodoviárias são mais elevadas. Isso ocorre, pois esses países são muito antigos e suas malhas estão sendo sempre ampliadas sem a supressão das estradas antigas que permanecem como estradas locais.

No âmbito da mobilidade do transporte rodoviário os investimentos nesta infraestrutura permitirão ao Estado maiores condições para o desenvolvimento econômico e social, mediante os seguintes objetivos:

- melhorar as condições de acessibilidade para a população;
- melhorar as condições de segurança ambiental e segurança para o tráfego de pessoas e de cargas;
- diminuir os custos de transporte nas rodovias estaduais, com a redução dos custos de operação e tempo de viagem;
- melhorar as condições físicas e operacionais da infraestrutura rodoviária catarinense.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Competências e atribuições

De acordo com o Art. 40 da LC nº 741/2019, combinado com os Arts. 18, 19 e 55 da MP nº 257/2023, à SIE compete:

- I – Planejar, formular e normatizar políticas, programas, projetos e ações referentes ao Sistema Estadual de Transportes Rodoviário, Cicloviário e de Pedestres;
- II – Administrar e implementar projetos e executar construções, reconstruções, restaurações, melhoramentos, conservações, operações, manutenções, adequações de capacidade e ampliações relativos à infraestrutura de transporte rodoviário, cicloviário e de pedestres, bem como edificações e obras de interesse do Estado, incluídas as edificações e obras que não estejam compreendidas na competência da SPAF;
- III – Definir padrões, normas, diretrizes e especificações técnicas para a execução de estudos, projetos, planos, programas, construções, conservações, restaurações, reconstruções, melhoramentos, ampliações e operações voltados à infraestrutura de transporte rodoviário, cicloviário e de pedestres, bem como de edificações e obras que não estejam compreendidas nas competências da SPAF;
- IV – Regulamentar, autorizar, fiscalizar, controlar e administrar as ocupações de terrenos e edificações por terceiros, a construção de acessos e o uso de travessias de qualquer natureza em áreas de domínio do Estado;
- V – Exercer o controle direto ou indireto do trânsito e de outras atividades correlacionadas à operação das rodovias sob a jurisdição do Estado;
- VI – Exercer o poder de polícia de tráfego e as competências estabelecidas no art. 21 da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, nas rodovias sob a jurisdição do Estado;
- VII – Delimitar, para fins de declaração de utilidade pública, bens imóveis a serem desapropriados para implantação de rodovias e ciclovias de interesse do Estado;
- VIII – Elaborar, administrar, coordenar e executar convênios de delegação de encargos firmados com a União ou com os Municípios do Estado de que resultem estudos, projetos, planos, programas, construções, conservações, restaurações, reconstruções, melhoramentos, ampliações e operações da infraestrutura de transporte rodoviário, cicloviário e de pedestres;
- IX – Elaborar e revisar periodicamente o Plano Diretor Rodoviário do Estado;
- X – Planejar e executar o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;
- XI – Elaborar, executar e revisar periodicamente a Política Estadual de Transporte Rodoviário de Passageiros;
- XII – Licitar e firmar documentos de delegação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros na forma de lei específica;
- XIII – Elaborar normas gerais e específicas sobre o sistema de transporte rodoviário de passageiros sob sua jurisdição, em consonância com a Política Estadual de Transportes de Passageiros;
- XIV – Firmar convênios com os Municípios do Estado ou delegar a eles serviços referentes ao transporte rodoviário na forma de lei específica;

XV – Fixar critérios para o cálculo das tarifas de utilização dos terminais rodoviários de passageiros para os serviços sob sua jurisdição;

XVI – Firmar convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais;

XVII – Participar de negociações de empréstimos, com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência;

XVIII – Realizar programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, promovendo a cooperação técnica com organismos públicos e privados;

XIX – Manter memória técnica de pesquisas, estudos, projetos, controles e obras relativos à sua área de competência;

XX – Vincular-se de modo sistêmico com órgãos e entidades federais;

XXI – Modernizar o sistema de transporte de passageiros sob sua jurisdição;

XXII – Operar, administrar, manter e reformar o Terminal Rita Maria. (Nota: concedido à iniciativa privada, pelo contrato CT-203/2022).

Parágrafo Único. Integram a infraestrutura de transportes, vinculada à SIE, os sistemas viários, as rodovias, as ferrovias, as vias navegáveis e aeroviárias e as instalações portuárias.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Ser a base para o crescimento social e econômico de todas as regiões de Santa Catarina.

VISÃO: Consolidar a SIE como órgão central de infraestrutura e mobilidade, por meio da sustentabilidade ambiental, o crescimento responsável, o uso eficiente dos recursos públicos e a segurança do cidadão.

VALORES: Sustentabilidade, Compromisso Social, Ética, Qualidade, Inovação, Integridade.

ESTRUTURA:

| GRUPO | CÓDIGO | NÍVEL | QUANTITATIVO |
|---|--------|-------|--------------|
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Especial | DGE | - | 4 |
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Superior | DGS | 1 | 7 |
| | | 2 | 43 |
| | | 3 | 1 |
| Direção, Gerenciamento e Assessoramento Intermediário | DGI | - | 2 |
| Funções Gratificadas | FG | 1 | 5 |
| | | 2 | 22 |
| | | 3 | 1 |
| Funções de Chefia | FC | 1 | 33 |
| | | 2 | 32 |
| | | 3 | 6 |

Estrutura da SIE, de acordo com Decreto nº 173/2023:

- Sede em Florianópolis;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Sul) – CRSUL, com sede em Criciúma;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Norte) – CRNOR, com sede em Joinville;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Oeste) – CROES, com sede em Chapecó;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Planalto) – CRPLA, com sede em Lages;

- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Litoral Centro) – CRLIT, com sede em Fpolis;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Vale) – CRVAL, com sede em Blumenau;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Extremo Oeste) - CREXT, em São Miguel d'Oeste;
- Coordenadoria Regional de Infraestrutura (Meio Oeste) – CRMEI, com sede em Joaçaba.

Obs: todas as unidades da estrutura da SIE possuem anexos localizados em suas sedes regionais e municípios adjacentes, como por exemplo acampamentos, oficinas, sede comando da PMRv em Florianópolis e 25 postos da PMRv localizados em múltiplas rodovias no Estado.

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Composição do quadro de servidores ativos e inativos da sie (dez/2022), e
- Indicadores gerenciais sobre recursos humanos (dez/2022)

| NÚMERO DE SERVIDORES EFETIVOS OCUPANTES DE VAGA NO QUADRO PESSOAL DA SIE | | | | | | | |
|--|-------|----------------------|-------------------------------|---------|--------------|--|----------|
| GRUPO | TOTAL | CARGO | ATIVOS DISPOSIÇÃO SCPAR | À DA | TOTAL ATIVOS | ATIVOS SIE (Não contabilizando os da SCPAR) | INATIVOS |
| AN | 33 | AG. SERV. GERAIS | 8 | | 33 | 25 | 306 |
| ANO | 69 | ARTÍFICE I | 8 | | 14 | 6 | 62 |
| | | AG. ATIV. ADM. | 27 | | 41 | 14 | 86 |
| | | AG. ATIV. ENG. | 0 | | 5 | 5 | 31 |
| | | AG. ATIV. FISCAL | 3 | | 4 | 1 | 2 |
| | | OP. TER. RODOVIÁRIO | 0 | | 5 | 5 | 4 |
| ANT | 237 | AG. GUARDA PORT. | 33 | | 43 | 10 | 0 |
| | | AUX. ENFERMAGEM | 1 | | 1 | 0 | 0 |
| | | ARTÍFICE II | 5 | | 15 | 10 | 126 |
| | | MOTORISTA | 2 | | 7 | 5 | 186 |
| | | OP. EQUIP. | 0 | | 6 | 6 | 144 |
| | | OP. PORTUÁRIO I E II | 55 | | 57 | 2 | 10 |
| | | TÉC. ATIV. ADM. | 17 | | 67 | 50 | 189 |
| | | TÉC. DESENHO | 0 | | 3 | 3 | 12 |
| | | TÉC. ATIV. AGROP. | 0 | | 0 | 0 | 1 |
| | | TÉC. ATIV. ENG. | 1 | | 22 | 21 | 125 |
| | | TÉC. CONTÁBIL | 0 | | 9 | 9 | 51 |
| | | TÉC. ENFERMAGEM | 2 | | 2 | 0 | 0 |
| | | TÉC. INFORMÁTICA | 2 | | 3 | 1 | 3 |
| | | TÉC. OP. TERM. ROD. | 0 | | 1 | 1 | 6 |
| TÉC. SEG. TRABAL. | 1 | | 1 | 0 | 0 | | |

| | | | | | | |
|---------------------|-----|---------------------|------------|------------|------------|--------------|
| ANS | 190 | ADMINISTRADOR | 0 | 1 | 1 | 17 |
| | | ANAL. INFORMÁTICA | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | | ANAL. TÉC. ADM. I | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | | ANAL. TÉC. ADM. II | 0 | 5 | 5 | 32 |
| | | CONTADOR | 0 | 0 | 0 | 4 |
| | | ECONOMISTA | 0 | 0 | 0 | 8 |
| | | ENGENHEIRO | 0 | 177 | 177 | 179 |
| | | JORNALISTA | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | | ASSIST. SOCIAL | 0 | 2 | 2 | 0 |
| | | ARQUITETO | 0 | 1 | 1 | 13 |
| | | TÉC. ASS. CULTURAIS | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | SANITARISTA | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | PROFESSOR | 0 | 1 | 1 | 0 |
| | | PROCURADOR | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | PSICÓLOGO | 1 | 1 | 0 | 0 |
| ASSIS. PESSOAL SEC. | 0 | 0 | 0 | 2 | | |
| TOTAL | | | 167 | 529 | 362 | 1.604 |

LEGENDA DOS GRUPOS

| | |
|-----|---------------------------------|
| ANA | ATIVIDADES DE NÍVEL AUXILIAR |
| ANO | ATIVIDADES DE NÍVEL OPERACIONAL |
| ANT | ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO |
| ANS | ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR |

Composição do quadro de servidores ativos

| TIPOLOGIA DOS CARGOS | QUANTITATIVO |
|--|--------------|
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 539 |
| 1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 529 |
| 1.1.1. Ativos só da SIE (desconsidera os à disposição) | 339 |
| 1.1.2. Ativos à disposição da SCPAR | 167 |
| 1.1.3. Ativos à disposição de outro órgão | 23 |
| 1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão | 10 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 0 |
| Total de Servidores (1+2) | 539 |

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da unidade

| CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS | QUANTITATIVO |
|--|--------------|
| 1. Cargos em Comissão (Grupo Direção e Assessoramento Superior) | 65 |
| 1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 2 |
| 1.2. Servidores vinculados a Outros Órgãos | 4 |
| 1.3. Sem Vínculo | 58 |
| 1.4. Aposentados do Órgão | 1 |
| 2. Funções Gratificadas (2.1 + 2.2) | 29 |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 16 |
| 2.2. Servidores de carreira vinculados a outros órgãos ou esferas | 13 |
| Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2) | 94 |

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o gênero de efetivos do órgão

| | | |
|--------------|------------|---------------|
| Masculino | 414 | 78,26 |
| Feminino | 115 | 21,74 |
| TOTAL | 529 | 100,00 |

Distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e terceirizados

| TIPOLOGIA DOS CARGOS | ÁREA MEIO | ÁREA FIM |
|--|------------|------------|
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 322 | 217 |
| 1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 315 | 214 |
| 1.2. Servidores de carreira vinculados a outro órgão | 7 | 3 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 |
| Total de Servidores (1+2) | 322 | 217 |

Obs. Para o quantitativo da área fim foram consideradas os servidores nos seguintes cargos: engenheiro, arquiteto, técnico em atividades de engenharia, operador de equipamentos, técnico em desenho e agente de atividades de engenharia

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade de efetivos do órgão

| Escolaridade | Quantidade | % |
|-------------------------------|------------|---------------|
| Alfabetizado ou não informado | 11 | 2,08 |
| Fundamental | 60 | 11,34 |
| Médio | 157 | 29,68 |
| Superior | 156 | 29,49 |
| Especialização | 119 | 22,50 |
| Mestrado | 25 | 4,73 |
| Doutorado | 1 | 0,19 |
| TOTAL | 529 | 100,00 |

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a idade de efetivos do órgão

| Idade | Quantidade | % |
|-----------------|------------|---------------|
| Até 24 anos | 0 | 0,00 |
| De 25 a 34 anos | 127 | 24,01 |
| De 35 a 44 anos | 81 | 15,31 |
| De 45 a 54 anos | 78 | 14,74 |
| De 55 a 64 anos | 175 | 33,08 |
| Mais de 65 anos | 68 | 12,85 |
| TOTAL | 529 | 100,00 |

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o tempo de serviço líquido

| Tempo de Serviço | Quantidade | % |
|------------------|------------|---------------|
| Até 5 anos | 202 | 38,19 |
| De 6 a 10 anos | 3 | 0,57 |
| De 11 a 15 anos | 22 | 4,16 |
| De 16 a 20 anos | 29 | 5,48 |
| De 21 a 25 anos | 28 | 5,29 |
| De 26 a 30 anos | 16 | 3,02 |
| De 31 a 35 anos | 30 | 5,67 |
| De 36 a 40 anos | 86 | 16,26 |
| Mais de 41 anos | 113 | 21,36 |
| TOTAL | 529 | 100,00 |

FONTE DOS INDICADORES: DEZ/2022 – DIAF/GEPES

| | | | |
|--|---|---|--|
| Gestão de obras civis | Fiscalização e gerenciamento de obras civis da SIE e de outras entidades do poder executivo | Obras civis gerenciadas | A sociedade Outras entidades do poder executivo |
| Gestão de barragens e obras hidráulicas | Execução de serviços relacionados à gestão de barragens e obras hidráulicas | Barragens e obras hidráulicas executadas e mantidas | A sociedade |
| Planejamento | Realizar planejamento considerando a estratégia da pasta de Infraestrutura e Mobilidade para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina. Otimizar processos e entregas através da melhoria contínua Utilizar tecnologia e inovação como partes vitais para o remodelamento da cultura organizacional | Planos setoriais desenvolvidos, processos mapeados e melhorados, política de inovação implantada na SIE | Servidores e sociedade |
| Políticas Estaduais de Transporte | Buscar a intermodalidade nas diferentes atividades de transporte realizadas entre cidades catarinenses através de uma estrutura delegatória consistente e que propicie aos atores envolvidos um transporte regular – seguro – eficiente e que priorize decisões estruturais e operacionais sustentáveis ambiental e socialmente. Definição do paradigma de delegação dos serviços de transporte | Política Estadual de Transporte (Passageiros e cargas) Modelagem tarifárias dos serviços Inovação tecnológica do setor | Operadores de transporte de pessoas Operadores de transporte de cargas Sociedade e usuários do sistema Órgão Públicos de funções correlatas |
| Delegações de Transportes (Rodoviário e Aquaviário) | Execução do modelo de delegação dos serviços de transporte (de passageiros e/ou de cargas), assim como seus respectivos parâmetros norteadores a serem aplicados nas operações intermunicipais SC. | Processos delegatórios Contratos dos serviços delegados | Operadores de transporte de pessoas Operadores de transporte de cargas Órgão Públicos de funções correlatas |
| Operacional de Transportes | Conjuntura de processos e atividades inerentes à análise da documentação exigida para o registro de empresas, entes públicos e particulares, assim como de veículos de transporte coletivo e ainda, para emissão de licenças de prestação de serviços de transporte intermunicipal passageiros e cargas; modificações ocasionais nas características destes serviços. | Registro da operadora no órgão Registro de veículos de transporte Licenças para executar transporte Alteração características serviços | Operadores de transporte de pessoas Operadores de transporte de cargas |
| Estudos e Projetos do setor de Transportes | Pesquisas, estudos e projetos, em colaboração com a classe acadêmica, das questões arquitetônicas, estruturais, logísticas, orçamentárias, analíticas e legais inerentes a procedimentos, metodologias e estruturas afetas ao funcionamento do sistema de transporte de passageiros. | Levantamento de dados Relatórios e pareceres técnicos Pesquisas e projetos | Operadores do sistema Servidores e colaboradores Usuários do sistema |
| Administração Terminal Rodoviário Rita Maria | Serviço Concessionado à Iniciativa Privada em 2022, mediante o contrato CT-203/2022. Único Terminal Rodoviário de responsabilidade do Estado, agora concessionado. Administração geral: estrutura, iluminação, segurança, guarda-volumes, pontos de comércio, alimentação, serviços, sanitários, estacionamentos, guichês, salas de espera, manutenção em geral. | Comércios e serviços Embarque e desembarque Compra de passagens Futuro processo de privatização | Usuários passageiros Operadores do sistema |

| | | | |
|------------------------------|--|---|--|
| Transporte Aquaviário | Projetos e estudos referentes ao transporte de passageiros por vias hidroviárias. Atividades como cálculo e reajuste dos valores das travessias intermunicipais do estado e gerenciamento do Programa Passe Livre da travessia de balsa entre Itajaí-Navegantes. | Programa Passe Livre Travessias hidroviárias Cálculo de taxas e reajustes | Usuários de travessias Operadoras de travessias |
|------------------------------|--|---|--|

MACROPROCESSOS ÁREA MEIO

| MACROPROCESSO | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E DESVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|--|---|--|--|
| Gestão de Pessoas | Responsável pelo desenvolvimento de pessoal, contratação, avaliação de desempenho funcional e saúde ocupacional | Atendimento aos servidores | Servidores |
| Apoio Operacional | Apoio operacional a todas as atividades da SIE | Equipamentos, material de escritório, logística, transporte, etc. | Servidores |
| Finanças e Contabilidade | Realizar todo o processo que envolve as finanças e contabilidade | Empenhamentos, pagamentos, balancetes, balanços, etc. | Público, órgãos de controle, sociedade |
| Gestão de Licitação e Contratos | Realizar a gestão dos processos de licitação e contratos das obras do Estado de SC. | Processos Licitatórios que garantam a eficiência e eficácia na contratação de serviços e obras do Estado | Servidores, sociedade |
| Gestão de Convênios | Realizar a gestão dos processos de convênios do Estado de Santa Catarina | Convênios que garantam a eficiência e eficácia na prestação dos serviços e obras do Estado | Servidores, sociedade, municípios e Governo Federal. |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> Experiência da Equipe Técnica Comprometimento da Equipe Técnica Credibilidade do sistema de infraestrutura Bom relacionamento entre os servidores Facilidade de acesso aos tomadores de decisão Todos os municípios catarinenses ligados por pelo menos um acesso asfáltico Bom relacionamento com os agentes financiadores dos programas executados Engenheiros empossados em concurso público depois de mais de 30 anos sem que houvesse concurso para o órgão nessa área Poder de regular e aperfeiçoar o sistema de transporte coletivo | <ol style="list-style-type: none"> Governança da infraestrutura deficiente, pouca integração de seus diferentes atores Enfraquecimento da infraestrutura ao longo dos anos Ausência de corpo técnico, principalmente atividade meio Ausência de gestão do conhecimento Desintegração entre setores Falta de clareza quanto aos fluxos de processos (em processo de mapeamento) Multiplicidade de papéis e funções Equipe técnica e de apoio em pré-aposentadoria Equipe técnica e de apoio desmotivada por questões salariais Renúncia de receitas de exploração da faixa de domínio das rodovias Dependência financeira Escassez de recursos Ausência de servidores para atividades meio Grande terceirização de serviços técnicos em detrimento de contratação de servidores efetivos Limitação orçamentária para serviços de conservação e segurança rodoviária |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Receitas com a exploração das faixas de domínio, multas de tráfego, CIDE, 10% IPVA 2. Parcerias para o monitoramento e execução de obras de infraestrutura 3. Busca de novos financiamentos com entidades públicas e privadas 4. Concessões de obras e serviços de infraestrutura à iniciativa privada 5. Desenvolvimento econômico e social através da intermodalidade de transportes 6. Programa de Parcerias Públicas e Investimentos 7. Parcerias com entidades privadas, educacionais e de pesquisa nas áreas de Logística e Transporte. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Entraves com a legislação ambiental 2. Alto custo das desapropriações de áreas para obras de infraestrutura 3. Conflitos de competência com os Municípios e União 4. Influência política se sobrepondo a decisões técnicas 5. Redução do número de usuários do sistema intermunicipal coletivo de passageiros 6. Concessão de linhas regulares vencidas 7. Trânsito intenso e estrutura viária deficitária e defasada (p/ transporte coletivo) 8. Oscilações na situação das economias nacional e estadual |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Servidores que atuam na SIE;

Funcionários terceirizado.

EXTERNAS:

Sociedade;

Imprensa / formadores de opinião;

Órgãos ambientais dos entes federados;

Governos federal, estaduais, municipais e seus diversos entes;

Polícia Militar Rodoviária;

Órgãos de controle;

Sociedade Civil Organizada;

Prefeitos;

Legislativo estadual, municipal e federal;

Usuários;

Agentes financiadores / bancos de desenvolvimento;

Operadores portuários;

Operadores aeroviários;

Operadores ferroviários;

Empresas construtoras e consultoras;

Organismos públicos que operam transporte de passageiros;

Empresas de transporte operadoras do sistema de transporte coletivo;

Agentes financiadores.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Dentre as principais ações e resultados alcançados pela SIE nos últimos 4 anos podem ser destacados:

1. Melhoria de Indicadores:
 - Redução do número de acidentes nas rodovias estaduais de 7410 em 2018 para 6945 em 2022 (-6,28%);
 - Redução do número de mortes nas rodovias estaduais de 228 em 2018 para 197 em 2022 (-13,60%);
 - Aumento no acumulado de rodovias estaduais pavimentadas passando de 4.880 km em 2018 para 5.139 km em 2022 (+5,31%), representando 81,71% da rede rodoviária estadual;
 - Aumento na densidade das rodovias pavimentadas (federais + estaduais) em relação à área do Estado de SC (km pavim / área km² SC) passando de 0,07 em 2018 para 0,08 em 2022;
 - Aumento na extensão de rodovias conservadas pela SIE passando de 5.968 km em 2018 para 6.289 km em 2022 (+5,38%);
2. Concessão da Administração do Terminal Rodoviário Rita Maria à iniciativa privada – Contrato CT-203/2022;
3. Conclusão da Reabilitação da Ponte Hercílio Luz em Florianópolis;
4. Conclusão da Pavimentação de Rodovias no período Jan/2019 – Dez/2022:
 - SC-467, trecho Jaborá – Ouro / Ct.Ac.Jaborá e Ac.Sta Helena com 33,6 km;
 - SC-477, trecho SC-112 – Dr. Pedrinho com 29,2 km de extensão;
 - SC-390, trecho BR-116 – Entr. Ac. São Jorge (p/ Bodegão) com 27,2 km;
 - Conclusão do Novo Acesso ao Aeroporto Hercílio Luz em Fpolis com 3,1 km;
 - Estrada do Rio do Morro, trecho Joinville – BR-280 com 9,4 km;
 - SC-370 trecho Aiurê (Grão Pará) – Pé da Serra Corvo Branco com 243,5 km;
 - SC-120, tr Curitibaanos – Pte s/ Rio Canoas – BR-282 (p/ S.J.Cerrito) com 39,9 km;
 - SC-390, trecho Anita Garibaldi – Celso Ramos, com 24,8 km de extensão;
 - SC-155, compreendendo o Contorno de Seara, com 9,4 km de extensão;
5. Conclusão da Duplicação de Rodovias no período Jan/2019 – Dez/2022:
 - SC-486, trecho Brusque – BR-101 com 20,9 km de extensão (falta inters.BR-101);
 - SC-401 Compl Via Expr Sul até o Entronc. SC-405 em Fpolis com 5,3 km;
 - SC-370, trecho Contorno de Tubarão com 4,5 km;
 - BR-280, tr Entr. SC-413 (p/ Jville) – Entr. SC-416 (p/ Schroeder), c/ 8,9 km exceto parte das OAEs que se encontram em obras;
 - Acesso trecho BR-101 – Distrito Industrial de Joinville com 5,7 km, exceto Interseção com a Rua Dona Francisca que se encontra em obras;
6. Conclusão da Restauração de Rodovias no período Jan/2019 – Dez/2022:
 - SC-114, trecho Otacílio Costa – BR-282 (p/ Lages) com 36,2 km;
 - SC-412, trecho BR-101 – Ilhota – Gaspar com 25,4 km de extensão;
 - SC-135, trecho Caçador – Rio das Antas com 16,7 km;
 - SC-401, trecho Pte s/ Rio Ratoões – entr. SC-404 (p/ Lagoa) com 12,3 km;
 - Acesso Sul de Criciúma à BR-101, com 8,4 km de extensão;
 - Acesso Mirim Doce – BR-470, com 7,7 km de extensão;
7. Além destas obras a SIE atuou com participação financeira junto aos municípios em inúmeros convênios para execução de pavimentações de trechos municipais, como por exemplo o Contorno Oeste de Chapecó concluído em 2023, a rodovia Ageu Medeiros (em obras), ligando Tubarão à SC-100, a construção da ponte sobre o Rio Araranguá e acessos (em obras), dentre muitos outros;
8. Conservação das rodovias estaduais (sob jurisdição da SIE) alcançando uma extensão de 6.289 km, sendo 5.139 km pavimentados e 1.150 km não pavimentados.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SANTA CATARINA - SUDESC

A regionalização é definida no parágrafo terceiro do artigo 25 da Constituição Brasileira de 1988 como um princípio fundamental para o desenvolvimento equilibrado do país, que visa promover a descentralização do poder e a promoção do desenvolvimento socioeconômico de forma equitativa entre as diversas regiões. Através da criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, busca-se organizar territorialmente as ações governamentais, considerando as particularidades e necessidades de cada área.

Neste sentido, o Estatuto da MetrÓpole (Lei Federal n.º 13.089/2015) estabelece as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões instituídas pelos Estados.

Conforme redação dada pela Medida Provisória 257/2023 que alterou o Art. 64 da Lei Complementar 741/2019, “a SUDESC tem por objetivo coordenar a implantação das políticas estaduais de desenvolvimento regional e urbano das regiões metropolitanas de Santa Catarina, obedecidas as normas constitucionais e a legislação específica”, com efeito, a execução dos serviços de interesse regional, bem como a consecução dos objetivos de que tratam a Lei Complementar 104/1994 e a Lei Federal 13.089/2015 (Estatuto da MetrÓpole) que dispÕe sobre a integração do planejamento e da prestação dos serviços de utilidade pública de interesse regional.

Adicionalmente, a Lei Complementar 636/2014 estabelece que compete à Autarquia, no âmbito da RMF, a integração do planejamento e da prestação dos serviços de interesse comum da região nas áreas de transporte coletivo de passageiros, mobilidade urbana e saneamento básico, compreendidos neste o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto sanitário, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais, o planejamento integrado para o desenvolvimento regional, de acordo com a política urbana e as diretrizes estabelecidas no Estatuto das Cidades.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Das competências vigentes

Conforme Art. 64 da Lei Complementar 741/2019; coordenar a implantação das políticas estaduais de desenvolvimento regional e urbano das regiões metropolitanas de Santa Catarina

Conforme LC 636/2014:

Promover, coordenar e elaborar estudos, projetos, programas e ações, harmonizados com os objetivos das regiões metropolitanas do Estado de Santa Catarina, sendo:

Promover, elaborar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado do desenvolvimento regional;

Promover, coordenar e elaborar estudos, projetos, programas e ações, harmonizando-os com o disposto nos incisos do caput do art. 2º da Lei Complementar 636/2014;

Coordenar os serviços comuns de interesse da RMF de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar 636/2014;

Articular-se com os órgãos e as entidades da União para viabilizar os programas, as ações, os serviços e as obras de interesse da RMF;

Propor ao Poder Executivo estadual, por meio da SEPLAN, a elaboração de atos legislativos e administrativos de interesse da RMF;

Apresentar ao Poder Executivo de cada um dos Municípios de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei Complementar 636/2014; propostas de atos legislativos e administrativos de interesse da RMF;

Estabelecer diretrizes para a utilização do solo no âmbito da RMF, orientando a elaboração dos planos diretores municipais, de forma integrada com a mobilidade urbana, o saneamento básico e o meio ambiente;

Examinar e disciplinar a aprovação dos loteamentos e desmembramentos localizados em área de Município integrante da RMF, observada a legislação em vigor;

Propor desapropriações e estabelecer limitações e servidões administrativas necessárias às suas atividades e finalidades, nos limites de sua competência;

Opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse da RMF;

Obter e fornecer recursos técnicos e financeiros para a consecução de suas finalidades;

Promover, mediante convênio e por intermédio dos órgãos competentes, a execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado do desenvolvimento regional, ultrapassem a competência executiva dos Municípios que constituem a RMF; e

Firmar acordos, convênios ou ajustes com outros órgãos e outras entidades de direito público ou privado para fins de cooperação, assistência técnica e prestação de serviços de interesse comum da RMF.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover o desenvolvimento regional integrado, equilibrado e sustentável das regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões do estado de Santa Catarina, coordenando o planejamento e a implantação integrada dos serviços de interesse comum das regiões.

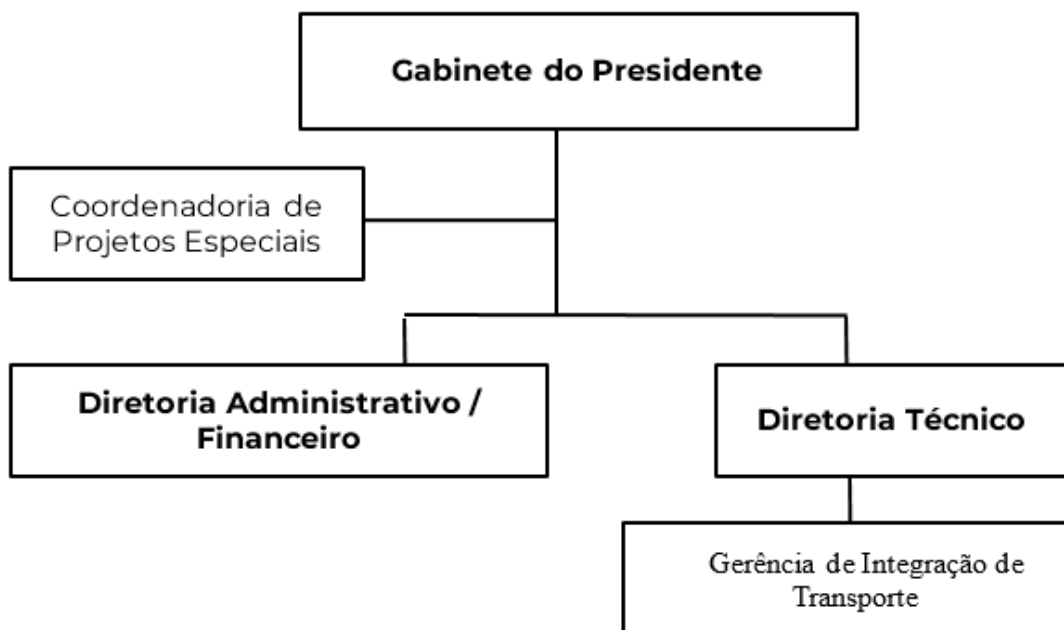
VISÃO: Ser um órgão de referência em planejamento e implantação integrada de funções públicas nas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões do estado de Santa Catarina.

VALORES: Promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento equilibrado das regiões, respeito às suas peculiaridades, aos seus recursos naturais e culturais, promoção da qualidade de vida da população, eficiência e racionalização das ações entre os diferentes níveis de governo.

ESTRUTURA: A Superintendência encontra-se sediada no prédio da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa e Civil de Santa Catarina, sito à Avenida Ivo Silveira nº 2320, 2º andar, Capoeiras, CEP 88085-001 Florianópolis - SC.

CARREIRAS/SERVIDORES: Atualmente o órgão conta com 04 servidores sendo; 01 servidora efetiva da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (à disposição da SUDESC), 01 servidor efetivo da Secretaria de Estado da Administração (Diretor Administrativo Financeiro da SUDESC), 01 servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Biguaçu (à disposição da SUDESC) e um servidor ocupante do cargo de Coordenador de Projetos Especiais (cargo comissionado). A Autarquia não dispõe de quadro próprio de servidores efetivos.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|--|--|---|--|
| Estudos e Projetos de Regionalização do Estado | Sistematização de dados, geração e análise de informações para o preenchimento dos requisitos necessários à proposições de regionalização do Estado de Santa Catarina. | Modelo de regionalização / Proposta de Lei Complementar visando a atualização da regionalização do Estado. | População do Estado |
| Planejamento e gestão integrada dos sistemas de mobilidade urbana regionais | Desenvolvimento de estudos técnicos de forma direta ou indireta visando subsidiar o planejamento, a implantação e a gestão de sistemas integrados de mobilidade nas unidades regionais do Estado. | Sistematização de dados e informações de apoio ao planejamento e à gestão; modelagem de sistemas de mobilidade urbana para as unidades regionais do Estado. | Usuários dos Sistemas de Mobilidade Urbana de unidades regionais do Estado |
| Planejamento e gestão integrada dos sistemas regionais de saneamento | Desenvolvimento de estudos técnicos de forma direta ou indireta visando subsidiar o planejamento, a implantação e a gestão de sistemas de saneamento nas unidades regionais do Estado. | Sistematização de dados e informações de apoio ao planejamento e à gestão; modelagem de sistemas de saneamento regionais. | Usuários dos Sistemas de Saneamento de unidades regionais do Estado |
| Planos de desenvolvimento integrados | Elaboração de planos integrados de desenvolvimento baseados nas funções públicas de interesse comum das unidades regionais, estabelecimento de processo permanente de planejamento, viabilização econômico-financeira e gestão das FDICs nas unidades regionais do Estado. | Planos e diretrizes de desenvolvimento integrando as funções públicas de interesse comum nas unidades regionais. | População de unidades regionais do Estado |
| Gestão do uso e da ocupação do solo | Elaboração de propostas para implementação das diretrizes de uso e ocupação do solo definidas nos Planos Regionais. | Propostas de implementação de diretrizes regionais e de execução do poder de polícia administrativa. | População de unidades regionais do Estado |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Consonância entre a estrutura institucional criada e o Marco Regulatório vigente confere segurança jurídica à atuação dos entes envolvidos. 2. Estágio avançado de estruturação do arranjo institucional melhora a gestão interfederativa e o desenvolvimento das FPICs (implantação da política pública). 3. Repositório de dados e informações, atuação articulada da autarquia com parceiros de reconhecida capacidade técnica para a elaboração de políticas públicas de sua competência. 4. Cooperação com organismos multilaterais internacionais e nacionais potencializa impacto e alcance das ações. 5. Parcerias sólidas na formulação e implantação de projetos técnicos - UFSC. 6. Participação da sociedade civil na estrutura de governança. 7. Atuação transversal em grupos de trabalho multidisciplinares e multissetoriais aumenta o alcance e impacto de ações do órgão. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Atuação institucional em processo de consolidação interna e externa (aspectos normativos e estruturais). 2. Corpo técnico restrito e ausência de quadro próprio de servidores. 3. A área de atuação do órgão envolve problemas e soluções de elevada complexidade institucional, técnica, operacional e jurídica. 4. Dificuldade de estruturação de alternativas em termos de captação de recursos e projetos economicamente viáveis. 5. Falta de quadro próprio de efetivo |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 8. Possibilidade de captação de recursos específicos para Regiões Metropolitanas e/ou Unidades Regionais com gestão plena. 9. Competência na modelagem de serviços públicos complexos e transbordamento/replicação em políticas públicas de outras Unidades Regionais. 10. Parcerias internas e externas em áreas aplicadas de TI podem impulsionar o desenvolvimento de serviços públicos (FPICs) a médio e longo prazos. 11. Arranjos institucionais eficientes podem alavancar o desenvolvimento, o impacto e a projeção dos serviços públicos de interesse comum no Estado. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ambiente normativo inadequado dificulta a implantação da gestão plena interfederativa nas unidades regionais comprometendo a atuação efetiva da Autarquia (implantação dos projetos). 2. Engajamento dos entes municipais na governança das unidades regionais tem impacto nas modelagens, implantação e gestão das FPICs pela Autarquia. 3. Indisponibilidade dos recursos orçamentários, financeiros e técnicos necessários à implantação das ações e projetos. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

Gabinete do Governador;
Secretaria de Estado do Planejamento;
Secretaria de Estado da Fazenda - SEF/PPI;
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade;

EXTERNAS:

Governanças interfederativas das unidades regionais;
Entidades representativas das unidades regionais de Santa Catarina;
Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;
Setor de Transporte Público Coletivo da RMF;
Universidade Federal de Santa Catarina;
Associação dos Municípios da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

COOPERAÇÃO TÉCNICA - PROGRAMA FELICITY - GIZ

“...A primeira etapa da Cooperação foi finalizada com a entrega, em dezembro de 2020, dos relatórios da Assistência Técnica desenvolvidos ao longo dos mais de dois anos de cooperação. A documentação é composta por três temáticas: (1) análise de viabilidade técnica e econômica de tecnologias de baixo carbono (pela análise de Custo Total de Propriedade); (2) Geração Distribuída Fotovoltaica nos Terminais e Garagens; e (3) apoio para a modelagem da licitação do sistema integrado da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF).”

A assistência técnica do Programa FELICITY à SUDERF teve o objetivo de aumentar o acesso a recursos internacionais para o financiamento climático por meio do apoio na preparação de projetos de infraestrutura de baixo carbono. Deste modo, vinculou-se o projeto de transporte integrado da RMF aos objetivos do programa, principalmente por meio de recursos do Banco Europeu de Investimento - BEI, a serem acessados através de parceria firmada com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

A cooperação teve início em 2018 com a assinatura da Carta de Intenções junto à GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*), com vistas à realização do Programa FELICITY (Financing Energy for Low-carbon Investment - Cities Advisory Facility), financiado pela Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério Federal para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança nuclear da Alemanha (BMU) e implementado pela GIZ em colaboração com o Banco Europeu de Investimento (BEI);

O Programa FELICITY concluiu suas atividades no Brasil em 2022 e durante o período de atuação contribuiu para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura urbana de baixa emissão de carbono em cidades do Brasil, da China e do México. No caso da RMF a assistência técnica abrangeu aspectos de implicações jurídicas; a infraestrutura básica do sistema com ênfase na construção de terminais; a avaliação das inserções de ônibus com tecnologias de baixa emissão de carbono; inovação tecnológica; questões ambientais e sociais, relacionadas com o impacto de vizinhança, redução do tempo e do custo dos deslocamentos; a estratégia de financiamento do programa e; a componente da estratégia de substituição progressiva dos ônibus.

A primeira etapa da Cooperação foi finalizada com a entrega, em dezembro de 2020, dos relatórios da Assistência Técnica desenvolvidos ao longo dos mais de dois anos de cooperação. A documentação é composta por três temáticas: (1) análise de viabilidade técnica e econômica de tecnologias de baixo carbono (pela análise de Custo Total de Propriedade); (2) Geração Distribuída Fotovoltaica nos Terminais e Garagens; e (3) apoio para a modelagem da licitação do sistema integrado da Região Metropolitana de Florianópolis (RMF).

Outro resultado oriundo da cooperação técnica foi o projeto piloto de ônibus elétricos na RMF. A segunda etapa da cooperação consistiu, portanto, em assistência técnica na especificação dos veículos elétricos para o Piloto do E-Bus, o qual será detalhado adiante.

TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS



Transporte Integrado Metropolitano

“ Conclusão do projeto de integração do transporte coletivo da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF). O projeto tem por objetivo a criação de um sistema de transporte público regional integrado, adaptado às necessidades da população metropolitana e aos avanços tecnológicos de gestão de sistemas de transporte. A implantação do sistema integrado é o primeiro e mais importante passo frente aos graves problemas de mobilidade urbana

criados pelo rápido crescimento urbano na região nas últimas três décadas. ”

O projeto teve início em 2016, com a finalização do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis (PLAMUS), que definiu como ação prioritária a reestruturação integrada do transporte coletivo da RMF, para torná-lo o eixo estruturador da mobilidade urbana regional e alavancar novas ações e investimentos no sistema de transportes da região.

Integram o escopo do projeto aspectos de integrações intermodais de infraestruturas de estações e terminais de embarque incluindo múltiplas finalidades e receitas acessórias, do sistema de informação e controle da operação, além do dimensionamento de interações traduzidos em dados e informações úteis à definição de um modelo de Sistema Integrado de Transporte Público junto a uma estrutura de gestão associada interfederativa que compreende, além do Estado, os nove municípios da região metropolitana e a própria sociedade civil.

Premissas do projeto:

- Reforçar serviços locais e municipais;
- Facilitar as conexões entre centralidades;
- Melhorar o atendimento da rede;
- Qualificação da Frota.

O projeto prevê:

- Criação de um sistema de transporte público regional integrado;
- A revisão completa da rede de cerca de trezentas linhas urbanas de ônibus;
- A criação de um sistema único de comunicação e atendimento ao usuário;
- Uma nova política tarifária integrada;
- Um sistema de rastreamento e monitoramento em tempo real da frota e da qualidade do serviço prestado à população;
- A modernização e qualificação da frota de ônibus com propulsão por energias limpas e renováveis;
- Construção e Implantação de infraestrutura de apoio (terminais e estações metropolitanas)
- Investimentos na infraestrutura dedicada ao transporte público coletivo e;
- A modernização da governança regional de transportes com criação de uma estrutura de gestão associada interfederativa.

Os estudos e projetos, elaborados em parceria com o Observatório de Mobilidade Urbana da UFSC, vêm sendo aprimorados e modificados a fim de atender às demandas da região, bem como às condicionantes institucionais e financeiras do Estado e municípios. Assim, na impossibilidade de entregar um macroprojeto completo – com corredores exclusivos, diversos terminais de integração, estações de embarque e desembarque (BRT), entre outros atributos que adicionariam elevados riscos à modelagem do Sistema e retardariam sobremaneira o início da implementação do projeto de integração da operação, sua implementação foi reorganizada em fases sendo a primeira e mais importante a estruturação de um sistema operacional simplificado e eficiente, sem a necessidade de grandes investimentos iniciais em infraestrutura, mas que atendessem às necessidades da população já no curto e médio prazos.

A partir dos resultados apresentados, entende-se como factível a implementação do sistema em etapas, de modo a torná-la viável no menor prazo possível, sendo iniciada a partir da concessão da operação integrada da rede metropolitana; a segunda etapa inclui a implantação de infraestruturas como estações de integração e operação do sistema tronco-alimentador; e, por fim, a integração com outros sistemas municipais, bem como com outros modais a serem implantados.

CONCESSÃO – TRIM

Projeto integrante do Programa de Parceria e Investimentos do Estado - PPI/SC, a concessão do Transporte Integrado Metropolitano - TRIM encontra-se em processo de consulta pública tem como principal objetivo a criação de um sistema metropolitano de transporte coletivo na RMF. O sistema prevê a reestruturação das

A partir da concessão da Primeira Etapa (operação das linhas metropolitanas) poderão ser planejadas também melhorias na política tarifária e integração do transporte coletivo com outros serviços de transporte a médio prazo, após a implantação da nova rede integrada.

Em 27 de fevereiro de 2023 finalizou a consulta pública e atualmente o projeto encontra-se em fase de análise das contribuições para eventuais ajustes.

INFRAESTRUTURA DE APOIO (Estações e Terminais)

“Início da segunda fase do projeto TRIM com a entrega dos planos funcionais das Estações Metropolitanas, conclusão e entrega do modelo financeiro preliminar.”

A segunda etapa se refere às infraestruturas de apoio e já conta com planos funcionais e estudo inicial de modelo financeiro, sendo a fase posterior o avanço da modelagem do projeto que inclui a implantação de infraestruturas como Estações de Integração e operação de linhas no sistema tronco-alimentador. Assim, no âmbito da contratação do Observatório da Mobilidade Urbana UFSC, foram previstas atividades de análises para a implantação de terminais de integração e infraestruturas complementares visando a concessão da construção e da operação da infraestrutura e o apoio a municípios em obras complementares.

Neste sentido, foram inicialmente previsto dois tipos de infraestrutura de apoio para a segunda parte da implantação do TRIM, Estações de integração de pequeno porte e terminais metropolitanos:

Estações de Integração

Foram elaboradas propostas para o tipo de infraestrutura a ser adotada, assim como a definição prévia do local para inserção dos pontos de integração. Ainda, definiu-se um modelo de infraestrutura de suporte à operação dos ônibus, incluindo um orçamento preliminar para orientação na tomada de decisão por gestores públicos municipais e do estado.

Como resultado, foi elaborado um catálogo contendo todos os pontos de integração propostos para a Região Metropolitana de Florianópolis (RMF). Na Figura 7 estão ilustradas algumas das estruturas propostas.



Figura 7: Exemplos de implantação dos pontos de integração (Catálogo, OMU - UFSC)

Estações Metropolitanas

A segunda fase do plano operacional desenvolvido para a RMF considera, além das estações de pequeno porte, também a implantação de dois terminais de ônibus às margens da BR-101, um ao sul de Biguaçu e outro na porção norte de Palhoça, próximos à divisa com o município de São José (Figura 8).

A existência dos terminais metropolitanos representa um ganho significativo para o sistema, permitindo um maior número de viagens/dia das linhas e a integração e troncalização dos serviços de longa distância e de maior demanda ponta-a-ponta.

Neste sentido, foram elaboradas análises urbanas, propostas arquitetônicas, planos funcionais, bem como a avaliação econômica financeira para operação de ambos os terminais.



Figura 8: Modelo proposto para Estações de integração de grande porte.

Com estes estudos será possível avançar na modelagem da Parceria Público Privada (PPP) para construção, operação e manutenção dos equipamentos públicos.

TECNOLOGIAS DE BAIXO CARBONO NO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DA RMF

“Realização de estudos para a implantação de ônibus de baixo carbono no transporte metropolitano da região de Florianópolis (RMF), estruturação de modelo de negócio e do processo de contratação.

A Suderf realizou, no âmbito do programa FELICITY (Financing Energy for Low-carbon Investment – Cities Advisory Facility) por meio de parceria com a Agência de Cooperação Alemã - GIZ, estudo de Custo Total de Propriedade que avaliou diferentes cenários para a implantação de ônibus de baixo carbono no transporte metropolitano da região de Florianópolis (RMF), estudo este que contou com a participação da Universidade Federal de Santa Catarina, Celesc, SC Gás dentre outros parceiros”

A partir da cooperação técnica internacional iniciada em 2018 com programa FELICITY (Financing Energy for Low-carbon Investment – Cities Advisory Facility) por meio de parceria com a Agência de Cooperação Alemã - GIZ, a Suderf recebeu apoio técnico de aproximadamente 300 mil euros e deu início aos estudos para a implementação de tecnologias de baixo carbono no transporte coletivo de passageiros da RMF. A Consultoria teve como objetivo dar suporte técnico para elaboração dos documentos para a licitação do TRIM e do projeto-piloto de veículos de baixo carbono na Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF), seguindo o estudo da análise do Custo Total de Propriedade (TCO), elaborados pela Engie Tractebel no âmbito do Felicity e, levando em consideração os requisitos financeiros internacionais e a legislação brasileira. Foram analisados diferentes cenários para a implantação de ônibus de baixo carbono no transporte metropolitano da região de Florianópolis (RMF) que apresentaram indicativo de viabilidade e recomendação de implantação do projeto piloto com 08 veículos elétricos, a fim de que se proceda o monitoramento e coleta de dados referentes ao desempenho da tecnologia, permitindo assim a avaliação e otimização de sua operação.

O estudo contou com a participação da Universidade Federal de Santa Catarina, Celesc, SC Gás dentre outros parceiros. O objetivo do projeto é a implantação e monitoramento do desempenho de tecnologias de baixo carbono no Sistema de Transporte Público Coletivo na RMF, como subsídio para a formulação de políticas públicas no setor, tanto na RMF quanto no Estado de Santa Catarina.

Reconhecendo a maturidade do projeto, em 14/03/2022 o Estado foi convidado, representado pela Suderf, à participar da TUMI E-Bus Mission, uma iniciativa internacional multilateral que visa a criação de sistemas de transporte urbano sustentáveis. De se ressaltar que o projeto elaborado também encontra respaldo nas diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana da Grande Florianópolis - PLAMUS para mobilidade sustentável, melhoria da qualidade do transporte, da mobilidade urbana e do meio ambiente.

Atribuições/Competências:

No modelo de negócio proposto cabe à Suderf:

- A seleção técnica das linhas;
- Aquisição de 08 veículos e infraestrutura de recarga;
- Plano de Monitoramento (monitoramento do desempenho, treinamento e orientações iniciais

Da mesma forma, cabe aos operadores:

- Adesão ao projeto piloto;
- Assinatura do termo de cessão de uso;
- Instalação da infraestrutura de recarga (carregadores) fornecida;
- Operação nas linhas tecnicamente selecionadas.

Benefícios:

- **Reduzir o impacto climático** e emissões de GEE, dando à RMF e ao Estado SC um destaque internacional;
- **Melhoria da qualidade do ar** reduzindo emissões NOx e Material Particulado;
- **Redução do nível de ruído** com potencial valorização imobiliária próximas as vias em que operarem os ônibus elétricos;
- **Maior do conforto dos usuários** por conta de uma frota mais nova e moderna;
- Introdução de **tecnologias limpas com perspectivas viáveis frente ao diesel**;
- **Desenvolvimento econômico** de uma nova cadeia de valor associados à infraestrutura de recarga e manutenção de ônibus elétrico. Potencial para atração de fabricantes e outros investimentos internacionais;
- **Modernização dos operadores e serviços** da região metropolitana na gestão e operação de ônibus elétrico e redução de custo operacional (OPEX sem diesel, combinação com energia solar).

TECNOLOGIAS DE BAIXO CARBONO NO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DA RMF

“Realização de processo de regularização do transporte coletivo na RMF junto aos órgãos de controle. Com o restabelecimento da regularidade jurídica do vínculo contratual, ainda que precário, a SUDERF, SIE e ARESC passaram a ter acesso a instrumentos de controle e acompanhamento da prestação do serviço, permitindo a fiscalização do serviço pelo órgão regulador e a obtenção de insumos para o monitoramento e análise dos ajustes operacionais que o sistema requer no dia a dia da operação.”

O sistema atual de transporte público coletivo na RMF opera com contratos regularizados desde janeiro de 2022, por meio de Termo de Compromisso decorrente do TAC firmado entre o Estado de Santa Catarina, pela SIE e o Ministério Público deste Estado, nos autos da Ação Civil Pública nº 0900777-18.2018.8.24.0023, após longo período de operação sem contrato. A situação que perdurava há quase três décadas prejudicava a efetividade das ações do poder público para o desenvolvimento do setor de transporte de passageiros no Estado.

Anteriormente à assinatura dos Termos de Compromisso, com a situação de irregularidade jurídica entre operadores, poder concedente (SIE) e órgão regulador (ARESC), não se dispunha de instrumentos legais para amparar políticas de desenvolvimento do setor, tampouco para exigir que os serviços prestados se mantivessem em níveis adequados de operação, de modo que as operadoras cumprissem os quesitos de qualidade, tempo, custo, confiabilidade, regularidade, segurança, conforto, continuidade, eficiência, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas, resultando assim na prestação do serviço que se apresenta.

Com o estabelecimento do vínculo contratual, mesmo em se tratando de uma regularização precária, tanto a SIE quanto a SUDERF, passaram a ter acesso a instrumentos de controle e acompanhamento da prestação do serviço, a exemplo dos dados de bilhetagem dos operadores de forma direta, permitindo obter insumos para a identificação e análise dos ajustes operacionais que o sistema requer no dia a dia da operação. Há que se destacar, contudo, que este vínculo é recente e que é natural que haja um período de apropriação das informações e entendimento de como o sistema atual opera, haja vista o longo período em que o poder concedente esteve ausente do acompanhamento de tais dados.

Cabendo à SUDERF coordenar o planejamento e a execução da prestação integrada dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros no âmbito da RMF, a Suderf participa ativamente do processo de planejamento e acompanhamento da Operação atual do transporte intermunicipal, através da participação do Grupo de Trabalho do Transporte (Portaria Conjunta SIE/ARESC/SUDERF nº 1368/2022 de 24/08/2022), bem como das análises operacionais solicitadas pelas Operadoras e atendimento à Ouvidoria e Prefeituras.

Ressaltamos que, as análises operacionais realizadas pela equipe técnica da SUDERF, têm como premissa o atendimento à abrangência territorial e à otimização das viagens do serviço de transporte público coletivo de passageiros, sempre com o objetivo de alcançar a melhoria da prestação de serviço e garantir a acessibilidade e mobilidade para a população, nos termos do artigo 4º da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012).

Para alcançar os objetivos de planejamento e controle efetivos do sistema a Suderf criou sua própria base de informação georreferenciada que serve de suporte para as avaliações de demandas operacionais. Nela constam os itinerários das 6 empresas operadoras do transporte coletivo na RMF:

- AUTO VIAÇÃO IMPERATRIZ S/A
- BIGUACU TRANSPORTE COLETIVO ADM.PART.LTDA
- JOTUR - A O E T JOSEFENSE LTDA
- RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA LTD
- TRANSPORTE COLETIVO ESTRELA LTDA
- JOTUR A.O.TUR PALHOCENSE LTDA

A Figura 12 ilustra a base de informações que contém, além das rotas, dados sobre quilometragem, sentido dos itinerários, localização de garagens, entre outras informações.

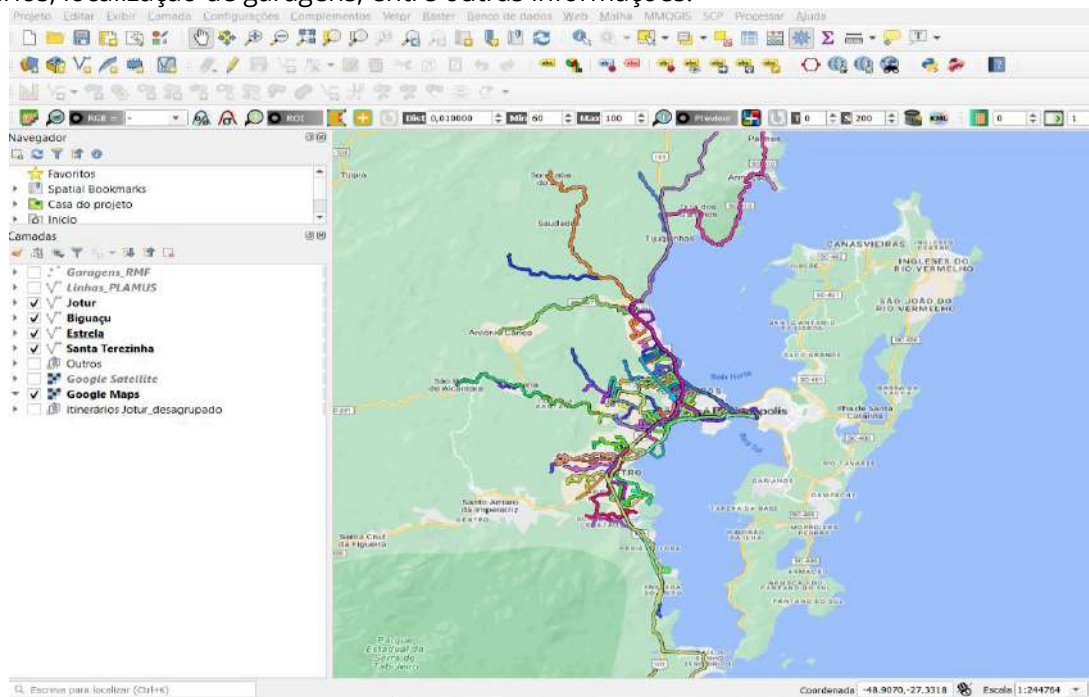


Figura 12: Base de informações georreferenciadas das linhas intermunicipais da RMF

A ferramenta é atualizada com frequência, sempre que novas alterações no sistema são efetuadas, o que permite maior agilidade de análise e confiança nas informações que alimentam as plataformas de dados oficiais da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, informações estas que servem para cálculos de subsídios, alocação de recursos, entre outras ações estratégicas.

PLANEJAMENTO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO – PDUI

“Estruturação do processo de contratação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI conforme recomendação dos órgãos de controle e para o atendimento das normas vigentes”

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) é o instrumento básico de planejamento dos aglomerados urbanos brasileiros que deve prever formas para a viabilização econômico-financeira, gestão institucional, diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico e projetos estruturantes da região metropolitana da Grande Florianópolis (RMF).

O Estatuto da MetrÓpole³ (Lei Federal nº 13.089/2015) define o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDUI) como instrumento de **criação obrigatória** pelas regiões metropolitanas, a ser aprovado mediante lei estadual que disponha sobre as diretrizes para o desenvolvimento urbano na respectiva região.

Lei Federal 13.089/2015 (Estatuto da MetrÓpole), Art. 14. Para o apoio da União à governança interfederativa em região metropolitana ou em aglomeração urbana, será exigido que a unidade territorial urbana possua gestão plena, nos termos do inciso III do caput do art. 2º desta Lei.

“III – gestão plena: condição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que possui:

....

c) plano de desenvolvimento urbano integrado aprovado mediante lei estadual;”

³ estabelece normas gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas

A Lei Complementar 636/2014 (Parágrafo Único, Art. 2º) define o planejamento integrado para o desenvolvimento regional como uma função pública⁴ de interesse comum e vincula a atuação da SUDERF ao Plano Integrado de Desenvolvimento da RMF (ART. 6º, Parágrafo Único).

Após tentativas anteriores de contratação que não prosperaram e, diversos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado sobre a necessidade de elaboração do Plano e cumprimento da previsão legal, foi realizado pela Suderf novo processo de contratação com possibilidade jurídica, conforme manifestação da Procuradoria Geral do Estado, de realização de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conforme previsão fundamentada no art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/1993, para a elaboração do plano nos moldes das legislações pertinentes supracitadas.

A parceria entre a UFSC e a SUDERF garantirá o apoio técnico qualificado no processo de elaboração do PDUI que, para além do próprio plano, destaca relevante aspecto inovador que representa todo o processo na RMF, com produção de cartografia, diagnóstico, análises, discussão com a população, com evidente benefício para os municípios da RMF bem como para o Estado de Santa Catarina.

Atualmente o processo de contratação encontra-se em fase de parecer jurídico final para posterior encaminhamento ao Grupo Gestor do Governo.

PROMOÇÃO DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO INTEGRADO E INVESTIMENTOS INOVADORES EM TECNOLOGIA URBANA NO BRASIL

“Com a seleção e aprovação da participação da Suderf no Programa para Cidades Sustentáveis do Fundo Global para o Meio Ambiente, a Autarquia tem previsão para ações nos setores de Planejamento Integrado e Mobilidade com aportes financeiros oriundos do Global Environment Facility (GEF-7) de aproximadamente 14 milhões de dólares em três regiões metropolitanas do Brasil”

O projeto tem o objetivo de promover a redução das emissões de gases de efeito estufa, a conservação da biodiversidade e o alcance de co-benefícios econômicos, sociais e ambientais em regiões metropolitanas brasileiras, através de uma abordagem de planejamento urbano integrado, em Regiões metropolitanas brasileiras

Assim, são três os temas centrais do projeto são o **Planejamento integrado**; a **Biodiversidade** e as **Mudanças climáticas**.

A proposta do projeto foi elaborada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), por meio da Coordenação-Geral do Clima (CGCL), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), agência implementadora do projeto, no âmbito do Programa para Cidades Sustentáveis do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, da sigla em inglês), tendo o pré-projeto aprovado pelo GEF em dezembro de 2019.

O Projeto prevê ferramentas de planejamento integrado para a região metropolitana, incluindo questões de biodiversidade e clima; investimentos para um projeto piloto de uma área de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE) no município de Florianópolis e outros.

Estão previstos um valor de investimento de aproximadamente 14 milhões de dólares em ações a nível nacional e em três regiões metropolitanas: Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, Região Metropolitana de Belém e Região Metropolitana de Florianópolis.

O projeto (produtos e atividades) foi detalhado sob coordenação do World Resources Institute (WRI Brasil) e sua versão final foi aprovada pelo financiador (GEF) aprovado no final de 2021.

⁴ **Função pública de interesse comum:** política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes (Inciso II, Art. 2º, Lei nº 13.089/2015 - Estatuto da Metrópole);

São componentes do projeto:



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, CITInova II, Projeto GEF-7

Componente Local:



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, CITInova II, Projeto GEF-7

Componente Local:



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, CITInova II, Projeto GEF-7

Atualmente a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), e o Programa de Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estão preparando o acordo de cooperação internacional do projeto. Depois de o acordo ser assinado pelas três partes, o PNUMA e as agências co-executoras (CGEE, FUNBIO e PNUMA Brasil) assinarão os acordos de cooperação do projeto, necessários para transferir fundos e começar atividades.

Co-financiamento:

Além dos aportes financeiros oriundos do Global Environment Facility (GEF-7), para que o projeto seja aprovado, há a necessidade, por parte do Governo do Estado de Santa Catarina, de demonstrar ações na mesma direção, cujos recursos podem ser provenientes de diversas fontes, a serem considerados como co-financiamento do Estado na forma de “recursos adicionais à doação do GEF fornecidas pela própria Agência Parceira do GEF e/ou por outras fontes não-GEF que apoiam a implementação do Projeto e cumprimento de seus objetivos”.

Neste sentido, a SUDERF tem previsão para ações nos setores de Planejamento Integrado e Mobilidade, demonstrando que as ações do Governo do Estado de Santa Catarina são convergentes com os objetivos do projeto proposto pelos referidos organismos.

APOIO AOS MUNICÍPIOS DA RMF

“Realização de capacitações visando auxiliar os municípios da RMF nas ações de planejamento para o atendimento de diretrizes federais e obrigações legais na área de mobilidade urbana.”

Com o objetivo de apoiar os municípios que constituem a RMF na elaboração de planos (Inciso V, Art. 16º, LC 636/2014), a SUDERF, por meio da Câmara Temática de Mobilidade e com o apoio da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS), organizou ciclos de capacitações para os municípios.

O primeiro tema das capacitações foi a Mobilidade Urbana, em função da obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Mobilidade (Conforme a lei nº 12.587/2012) aos municípios acima de 20 mil habitantes,

bem como municípios integrantes de regiões metropolitanas, definidos por lei, sendo um pré-requisito para exercer o direito a receber recursos federais para investimento no setor.

Assim, no ano de 2022 foram realizados três encontros:

1) **Dia 30 de maio de 2022:** Planejamento urbano focado em Mobilidade Urbana.

O evento teve como foco os técnicos das prefeituras municipais pertencentes ao núcleo da Região Metropolitana de Florianópolis e sua área de expansão. A primeira palestra foi ministrada pelo engenheiro Guilherme Medeiros, com o tema “Mobilidade e Território: Intersecções entre o Plamus e os Planos Diretores Municipais”, destacando os principais resultados alcançados pelo Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis e que devem ser observados durante a elaboração dos Planos Municipais.

Em seguida, a arquiteta e urbanista Geruza Kretzer expôs as lições aprendidas durante a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do município de Nova Serrana, em Minas Gerais, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina durante os anos de 2020 e 2021. Geruza relatou como foi desenvolvido todo o processo de elaboração do plano, suas etapas, sua estrutura e como se deu a participação da sociedade.

Além das palestras foram realizadas dinâmicas entre os técnicos das prefeituras presentes, que proporcionaram a troca de experiências e conhecimentos que irão auxiliar os municípios na elaboração dos seus Planos de Mobilidade Urbana.

2) **Dia 17 de novembro de 2022:** Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana, com foco na Metodologia Simplificada.

A capacitação foi focada na apresentação de cada item que deve constar na estrutura do Plano de Mobilidade Urbana, conforme definida no artigo 24 da Lei nº 12.587/ 2012. Foram explicados os conceitos, os métodos de levantamentos de informações e exemplos de planos já elaborados em outros municípios, de modo a preparar os técnicos para elaborar e/ou coordenar a elaboração dos estudos nos municípios.

3) **Dia 15 de dezembro de 2022:** Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana (2ª etapa).

Nesta etapa os técnicos compartilharam os levantamentos das informações dos municípios, as etapas que já efetivaram e realizaram troca de experiência referente ao Plano e as possíveis estratégias para a elaboração.

Em 2023, foram dadas sequências ao apoio à elaboração dos Planos Municipais de Mobilidade. Nesse sentido, foram realizadas ações com os municípios de Leoberto Leal e Biguaçu.

Leoberto Leal: o município está elaborando o plano com os técnicos municipais como apoio da Suderf e da Granfpolis. Assim, estamos analisando e auxiliando na elaboração do plano, incluindo as etapas de diagnóstico e de propostas.

Biguaçu: o município também irá elaborar o plano com os técnicos municipais e a Suderf, neste primeiro momento, está auxiliando na elaboração dos documentos preparatórios, como decreto de constituição da equipe e proposta de metodologia para a elaboração do plano.

Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias - SPAF

A Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) foi criada por meio da Medida Provisória nº 257/2023, com o objetivo de implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento e aprimoramento do sistema Estadual de Transporte Portuário, Aeroviário e Ferroviário de Cargas e Passageiros.

As políticas públicas estabelecidas pela SPAF têm como meta principal garantir a eficiência, segurança e modernização da infraestrutura de transporte, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento econômico, a integração regional e a melhoria dos serviços de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Em resumo, a Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias tem como objetivo implementar políticas públicas que visam garantir a eficiência, segurança e modernização da infraestrutura de transporte, promovendo o desenvolvimento econômico, a integração regional e a melhoria dos serviços de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário. Além disso, busca-se estabelecer normas, padrões e diretrizes técnicas, promover a participação em convênios e acordos, definir critérios tarifários, realizar pesquisas e estudos, e colaborar com órgãos e entidades federais para o aprimoramento do sistema de transporte e contribuição para o planejamento estratégico e investimentos nessas áreas.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Medida Provisória nº 257/2023 estabelece as principais competências da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF). Entre as competências da SPAF estão:

Planejar, formular e normatizar políticas, programas, projetos e ações referentes ao sistema Estadual de Transporte Portuário, Aeroviário e Ferroviário de Cargas e Passageiros no âmbito estadual.

Administrar e implementar projetos e executar construções, reconstruções, restaurações, melhoramentos, conservações, operações, manutenções, adequações de capacidade e ampliações relativos à infraestrutura de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Definir padrões, normas, diretrizes e especificações técnicas para a execução de estudos, projetos, planos, programas, construções, conservações, restaurações, reconstruções, melhoramentos, ampliações e operações voltados à infraestrutura de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Delimitar, para fins de declaração de utilidade pública, bens imóveis a serem desapropriados para implantação de portos, aeroportos e ferrovias de interesse do Estado.

Elaborar, administrar, coordenar e executar convênios de delegação de encargos firmados com a União ou com os Municípios do Estado de que resultem estudos, projetos, planos, programas, construções, conservações, restaurações, reconstruções, melhoramentos, ampliações e operações voltados à infraestrutura de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Elaborar e revisar periodicamente os Planos Diretores Portuário, Aeroportuário e Ferroviário.

Planejar e executar o serviço público de transporte portuário e ferroviário de cargas e passageiros.

Elaborar, executar e revisar periodicamente a política Estadual de Transporte portuário, Aeroportuário e Ferroviário de Passageiros.

Elaborar normas gerais e específicas sobre o sistema de transporte de passageiros sob sua jurisdição, em consonância com a política estadual de Transportes de Passageiros.

Firmar convênios com os Municípios do Estado ou delegar a eles serviços referentes ao transporte portuário, aeroportuário e ferroviário, na forma de lei específica.

Fixar critérios para o cálculo das tarifas de utilização dos terminais portuários, aeroportuários e ferroviários de cargas e passageiros para os serviços sob sua jurisdição.

Firmar convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais.

Participar de negociações de empréstimos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência.

Realizar programas de pesquisas, estudos, projetos, controles e obras relativos à sua área de competência.

Manter memória técnica de pesquisas, estudos, projetos, controles e obras relativos à sua área.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Promover a excelência e a eficiência no sistema Estadual de Transporte Portuário, Aeroviário e Ferroviário de Cargas e Passageiros, buscando o desenvolvimento econômico, a segurança e a modernização da infraestrutura, bem como proporcionar um serviço de transporte de qualidade para a população.

VISÃO: Ser reconhecida como referência em gestão e desenvolvimento do transporte portuário, aeroportuário e ferroviário, atuando de forma integrada e inovadora para impulsionar o crescimento econômico, fomentar a integração regional e oferecer soluções eficazes aos usuários.

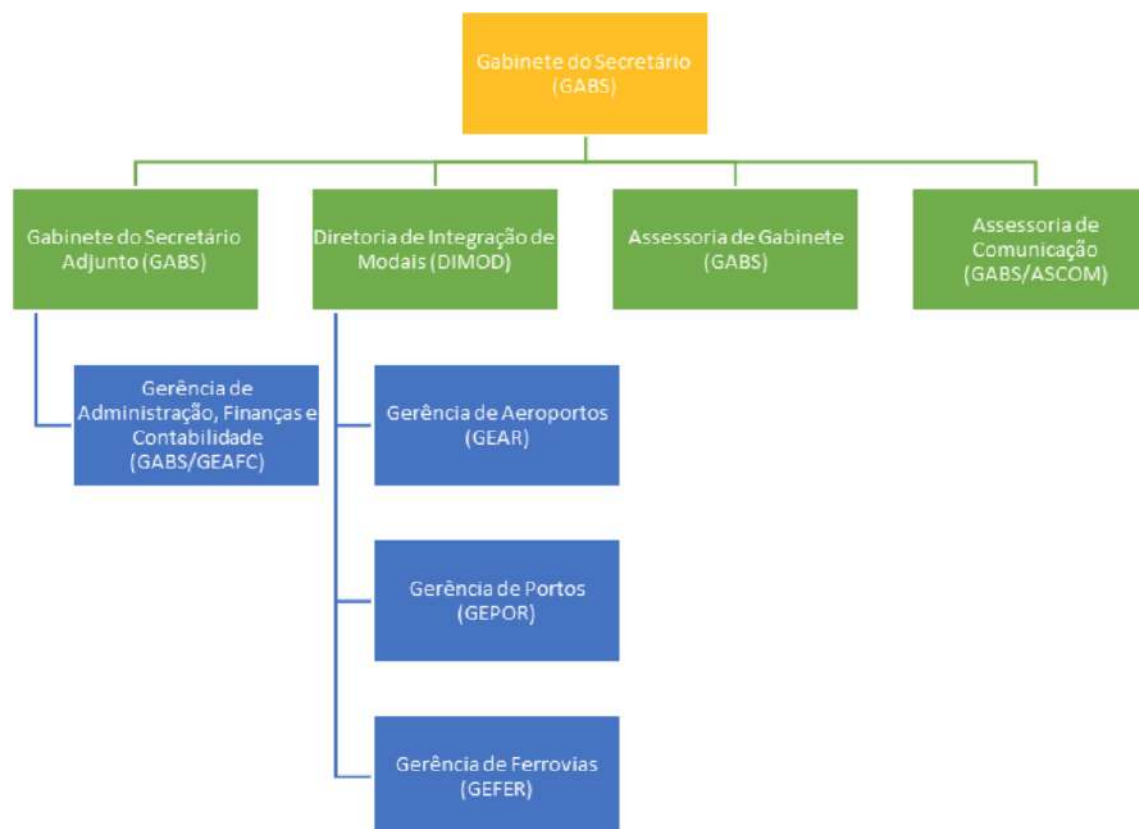
VALORES:

- **Excelência:** Buscamos aprimoramento contínuo e a entrega de serviços e projetos de alta qualidade, pautados pela excelência e melhores práticas em todas as nossas atividades.
- **Eficiência:** Valorizamos a eficiência na gestão dos recursos, otimizando processos, promovendo a racionalidade e garantindo a maximização dos resultados.
- **Segurança:** Comprometemo-nos com a segurança operacional em todas as nossas atividades, visando a proteção dos usuários, colaboradores e do patrimônio envolvido nos sistemas de transporte.
- **Inovação:** Estimulamos a cultura de inovação, buscando soluções criativas e tecnologicamente avançadas para enfrentar os desafios e impulsionar o desenvolvimento do setor.
- **Sustentabilidade:** Atuamos de forma sustentável, considerando o equilíbrio ambiental, social e econômico, visando a preservação dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades envolvidas.
- **Transparência e ética:** Pautamos nossa atuação na transparência, integridade e ética, promovendo a prestação de contas, o respeito às leis e regulamentações, e a promoção de uma cultura organizacional baseada na honestidade e na responsabilidade.
- **Proatividade:** Visamos agir proativamente na busca de soluções dos problemas existentes.

ESTRUTURA: Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias – Sede (Centro Administrativo do Governo - Rod. SC 401, km 05, nº 4.600 – Bloco IV- Florianópolis/SC).

CARREIRAS/SERVIDORES: Não há plano de carreira específico para os servidores da SPAF. A SPAF conta hoje com um número total de 11 (onze) colaboradores/servidores, incluindo o Secretário e o Secretário Adjunto.

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

As áreas de atuação da Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) podem ser divididas em três principais categorias:

Planejamento e Gestão: A SPAF é responsável por planejar, formular e normatizar políticas, programas, projetos e ações relacionados ao sistema Estadual de Transporte Portuário, Aeroviário e Ferroviário de Cargas e Passageiros. Isso inclui a elaboração e revisão de planos diretores portuários, aeroportuários e ferroviários, bem como a definição de padrões, normas, diretrizes e especificações técnicas para a infraestrutura de transporte. Além disso, a secretaria participa do planejamento estratégico, estabelecimento de diretrizes e definição de prioridades e metas dos programas de investimentos em portos, aeroportos e ferrovias.

Administração e Operação: A SPAF tem a responsabilidade de administrar e implementar projetos, operações, manutenções, construções, reconstruções, restaurações, melhoramentos, adequações de capacidade e ampliações relacionadas à infraestrutura de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário. Isso envolve o gerenciamento de convênios de delegação de encargos firmados com a União ou com os Municípios do Estado, a administração do serviço público de transporte portuário e ferroviário de cargas e passageiros, bem como a definição de critérios para o cálculo das tarifas de utilização dos terminais portuários, aeroportuários e ferroviários.

Relações Institucionais e Cooperação: A SPAF estabelece convênios, acordos, contratos e demais instrumentos legais com outras entidades, sejam elas públicas ou privadas. A secretaria também participa de negociações de empréstimos para financiamento de programas, projetos e obras relacionados à sua competência. Além disso, a SPAF mantém vínculos sistêmicos com órgãos e entidades federais e busca promover parcerias com municípios e delegar serviços referentes ao transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Essas áreas de atuação abrangem um conjunto de competências e atividades que visam o desenvolvimento, modernização e eficiência do sistema de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário no âmbito estadual.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Competências estabelecidas: A Secretaria possui competências claras e abrangentes, permitindo planejar, formular e implementar políticas e programas relacionados ao transporte portuário, aeroportuário e ferroviário. 2. Infraestrutura: A SPAF tem a capacidade de administrar e implementar projetos de construção, operação, manutenção e melhoria da infraestrutura de transporte, o que fortalece sua atuação no setor. 3. Convênios e parcerias: A secretaria pode estabelecer convênios e parcerias com a União, municípios e outras entidades, facilitando a colaboração e o compartilhamento de responsabilidades na execução de projetos e programas. 4. Equipe: Possui equipe de profissionais especializados em suas áreas de conhecimento com competência e experiência. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Desafios financeiros: A obtenção de recursos financeiros para investimentos e projetos pode representar um desafio, especialmente considerando a necessidade de financiamentos e parcerias com instituições públicas e privadas. 2. Burocracia: A complexidade burocrática pode gerar atrasos nos processos de implementação e execução de projetos, o que pode afetar a eficiência e o cumprimento de prazos. 3. Dependência de outras esferas governamentais: A atuação da Secretaria pode ser limitada pela necessidade de cooperação e alinhamento com outras esferas governamentais, o que pode levar a atrasos e dificuldades na implementação de projetos |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento econômico: O setor de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário possui potencial para impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado, criando oportunidades de investimentos e geração de empregos. 2. Modernização e inovação: A adoção de tecnologias e práticas inovadoras pode melhorar a eficiência operacional, a segurança e a qualidade dos serviços de transporte, trazendo benefícios para os usuários e stakeholders. 3. Parcerias público-privadas: A busca por parcerias com o setor privado pode viabilizar a realização de projetos e ampliar a capacidade de investimentos, possibilitando a modernização e expansão da infraestrutura de transporte. 4. Novo marco regulatório ferroviário: pode facilitar a busca por parceiros e investimentos privados nas ferrovias. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Instabilidade política e legislativa: Mudanças frequentes no cenário político e legislativo podem afetar a continuidade e implementação de projetos de longo prazo, bem como a estabilidade das parcerias e convênios estabelecidos. 2. Competição de outros modais de transporte: A concorrência de outros modais de transporte, como rodovias e hidrovias, pode representar uma ameaça à demanda e ao investimento no setor portuário, aeroportuário e ferroviário. 3. Impactos ambientais e sustentabilidade: A preocupação com questões ambientais e a necessidade de adoção de práticas sustentáveis podem impor restrições e desafios adicionais à expansão e operação dos portos, aeroportos e ferrovias. |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

As partes interessadas (stakeholders) da Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) podem incluir:

Governo Estadual: Como órgão governamental, a SPAF está diretamente ligada ao governo estadual, sendo responsável por implementar as políticas e programas estabelecidos pelo governo, bem como garantir a coordenação com outras secretarias e entidades governamentais.

Companhias Portuárias: As companhias portuárias, responsáveis pela operação e administração dos portos, são partes interessadas relevantes para a SPAF. A secretaria pode atuar em parceria com essas empresas para garantir o desenvolvimento e a eficiência dos portos.

Empresas Aeroportuárias: As empresas aeroportuárias, que operam e administram os aeroportos, também são partes interessadas para a SPAF. A secretaria pode colaborar com essas empresas para promover melhorias na infraestrutura aeroportuária e garantir a qualidade dos serviços prestados.

Empresas Ferroviárias: As empresas ferroviárias, responsáveis pela operação e gestão das linhas férreas, são importantes partes interessadas para a SPAF. A secretaria pode trabalhar em conjunto com essas empresas para promover a modernização e a expansão das ferrovias.

Usuários e Passageiros: Os usuários e passageiros do sistema de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário são partes interessadas fundamentais. A SPAF tem o objetivo de garantir a segurança, eficiência e qualidade dos serviços prestados a esses usuários.

Comunidades Locais: As comunidades locais próximas aos portos, aeroportos e linhas ferroviárias também são partes interessadas. A SPAF deve considerar o impacto dessas infraestruturas nas comunidades e buscar ações que promovam o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das pessoas afetadas.

Órgãos Reguladores e Fiscalizadores: Órgãos reguladores e fiscalizadores, como as agências reguladoras de transporte e os órgãos ambientais, são partes interessadas que atuam na supervisão e garantia do cumprimento das normas e regulamentos relacionados ao transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.

Sector Privado: O setor privado, incluindo empresas de logística, indústrias e empresas de transporte, também é uma parte interessada relevante para a SPAF. A secretaria pode buscar parcerias com o setor privado para impulsionar investimentos e promover a inovação no sistema de transporte.

Entidades de Classe e Sindicatos: Entidades de classe e sindicatos representando trabalhadores do setor de transporte também são partes interessadas que podem ter demandas específicas e buscar diálogo e negociações com a SPAF.

Servidores e Colaboradores: A mão de obra operacional, tática e estratégica que se faz necessária para o desenvolvimento das atividades internas e externas da secretaria é fundamental para realização dos trabalhos.

Assembleia Legislativa do Estado: O poder legislativo representado pelos deputados estaduais atua na elaboração e fiscalização das leis, representando os eleitores catarinenses, demandando informações e realização de serviços e obras que atendam aos seus pleitos, assim como auxiliar na liberação de recursos e aprovação de novas leis.

Poder Judiciário: Responsável por atuar em litígios judiciais que porventura a secretaria possa estar participando em interesse do estado, aproximação com os tribunais e ministério público de forma a encontrar a soluções legais mais adequadas para as demandas catarinenses.

Fornecedores: Prestadores de serviços dos diferentes setores e segmentos contratados pela administração pública para execução de serviço ou obra.

É importante ressaltar que essa lista de partes interessadas é abrangente, mas não exaustiva, e pode variar dependendo do contexto e das especificidades regionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

A recém-criada Secretaria não possui histórico de resultados, nesse sentido apresenta-se um conjunto de objetivos a serem alcançados nos próximos 4 anos.

Os resultados que a Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) pode almejar nos próximos 4 anos podem incluir:

- **Desenvolvimento e modernização da infraestrutura:** A SPAF pode buscar resultados concretos no desenvolvimento e modernização da infraestrutura de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário. Isso pode incluir a conclusão de projetos de construção e ampliação de portos, aeroportos e linhas ferroviárias, bem como a implementação de tecnologias e práticas inovadoras para melhorar a eficiência operacional;
- **Aumento da capacidade de transporte:** A secretaria pode buscar resultados no aumento da capacidade de transporte, visando atender às demandas crescentes de cargas e passageiros. Isso pode ser alcançado por meio da ampliação e melhoria da infraestrutura existente, bem como da implantação de novos projetos e investimentos;
- **Melhoria da qualidade e segurança dos serviços:** Um resultado importante para a SPAF é a melhoria da qualidade e segurança dos serviços de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário. Isso pode ser obtido por meio da implementação de medidas de segurança mais rigorosas, treinamento adequado para os funcionários envolvidos e a adoção de tecnologias avançadas de monitoramento e controle;

- Atração de investimentos e parcerias: A SPAF pode buscar resultados na atração de investimentos e parcerias para o setor de transporte. Isso pode incluir a negociação de acordos e convênios com entidades públicas e privadas, bem como a participação em programas de financiamento e investimento nacionais e internacionais;
- Aumento da eficiência operacional: A busca pela eficiência operacional é um resultado fundamental para a SPAF. Isso envolve a implementação de medidas de gestão e controle mais eficazes, o uso de tecnologias digitais para otimização dos processos e a redução de custos operacionais; e
- Desenvolvimento sustentável: A SPAF pode buscar resultados no sentido de promover o desenvolvimento sustentável do setor de transporte, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos. Isso pode envolver a adoção de práticas sustentáveis, como a redução das emissões de carbono, a conservação de recursos naturais e o engajamento com as comunidades locais.
- Referência: Tornar a secretária como referência nacional na gestão de portos, aeroportos e ferrovias.

É importante ressaltar que os resultados específicos a serem alcançados pela SPAF nos próximos 4 anos podem variar de acordo com as prioridades estabelecidas pelo governo estadual, as demandas da população e as condições orçamentárias disponíveis.

SC Participações e Parceiras S.A. - SCPAR

O presente documento resume o perfil institucional da SC Participações e Parcerias S. A., descrito a partir do modelo disponibilizado pela Diretoria de Planejamento Orçamentário da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

A SCPAR possui um mercado de atuação diversificado, podendo ser dividido em dois grandes grupos:

- a) Infraestrutura e Logística;
- b) Mercado financeiro;
- c) Coordenação de Projetos e Programas Estratégicos de Governo.

No mercado de infraestrutura e logística, a SCPAR atuou nos últimos anos gerenciando e apoiando a sua subsidiária integral denominada SCPAR Porto de Imbituba S/A, e, a partir de 2018, o Porto de São Francisco do Sul, por meio de outra subsidiária integral, sendo essa denominada SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A. A partir de 2021, a companhia também atua na gestão direta do porto organizado de Laguna, sob delegação da União, estruturado como uma filial da SCPAR. A atuação da SCPAR neste setor visa agregar valor na área de Logística Portuária para o Estado de Santa Catarina, especialmente da Região Sul.

Ainda no mercado de infraestrutura e logística a SCPAR atuou apoiando e estruturando projetos estratégicos de interesse do Estado de Santa Catarina, fornecendo suporte técnico à Secretaria de Estado da Fazenda no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI-SC). Esse mercado é sazonal e depende da demanda do Estado, através das suas secretarias, autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista. Há demandas latentes para estruturação de projetos de concessões de hospitais, sistemas prisionais e equipamentos turísticos/eventos, entre outros.

No Mercado Financeiro, a SCPAR tem atuado capitalizando empreendimentos públicos através de participação em fundos de investimento.

Na gestão de projetos e programas estratégicos de governo, a SCPAR coordenou, por atribuição da Lei Complementar 941/2019, O Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina, e desde a criação do programa de atração de investimentos privados para o Estado, participa técnica e estrategicamente do comitê da Investe Santa Catarina. Em 2021 a coordenação do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina passou à Secretaria de Estado da Fazenda, no entanto, por determinação do decreto 1530/2021, a SCPAR continuou prestando suporte técnico operacional à essa, dada a especialização de seus quadros funcionais.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A SCPAR, inscrita no CNPJ 07.293.552/0001 – 84, localizada da Rod. SC 401, km 5, nº 4600, bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis – SC, fundada em 2005, sob forma de sociedade anônima de economia mista, na forma de capital fechado e vinculada ao gabinete do Governador do Estado, tem capital social autorizado no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de reais). Foi constituída em 2005 por meio de Lei Estadual nº 13.335, e alterada pela nº 15.500, de 20 de junho de 2011. Tem por objeto principal: promover a geração de investimentos no Território Catarinense; comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas; desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Prover soluções para a excelência da gestão de ativos públicos no território catarinense por meio de desestatizações, gestão portuária e desenvolvimento de negócios;

VISÃO: Transformar Santa Catarina em um estado modelo na gestão de ativos públicos;

VALORES: Excelência nos serviços; Zelo pelos ativos públicos; Foco em resultados; Valorização dos colaboradores; Gestão transparente;

CARREIRAS/SERVIDORES: Quadro de Pessoal:

| Carreiras | Ativos | Inativos | ACT | Outro | Total |
|-----------------------------|-----------|----------|-----|----------|-----------|
| Agente Jurídico | 3 | | | 1* | 4 |
| Agente de Negócios | 3 | | | | 3 |
| Agente Técnico | 1 | | | | 1 |
| Agente Administrativo | 3 | | | | 3 |
| Analista Técnico Financeiro | 1 | | | | 1 |
| Administrativo | 2 | | | | 2 |
| TOTAL | 13 | | | 1 | 14 |

*contrato suspenso

| Cargos Comissionados | Ativos | Inativos | ACT | Outro | Total |
|--|-------------|----------|-----|-------|-----------|
| Diretor | 4* | | | | 4 |
| Secretário Executivo de Gestão Portuária | 1 | | | | 1 |
| Gerente Regional do Porto de Laguna | 1 | | | | 1 |
| Secretaria de Governança Corporativa | 1 | | | | 1 |
| Auditoria Interna | 1 | | | | 1 |
| Chefe de Gabinete | 1 | | | | 1 |
| Consultoria Técnica | 1 | | | | 1 |
| Consultor de Programas e Projetos Estratégicos de Governo | 2** | | | | 2 |
| Chefe de Divisão Operação Portuária | 1 | | | | 1 |
| Chefe de Divisão Administração Portuária | 1 | | | | 1 |
| Chefe do Departamento Administrativo | 1*** | | | | 1 |
| Chefe do Departamento Contábil | 1*** | | | | 1 |
| Chefe do Departamento Jurídico | 1*** | | | | 1 |
| Secretaria | 1 | | | | 1 |
| TOTAL | 18 | | | | 18 |

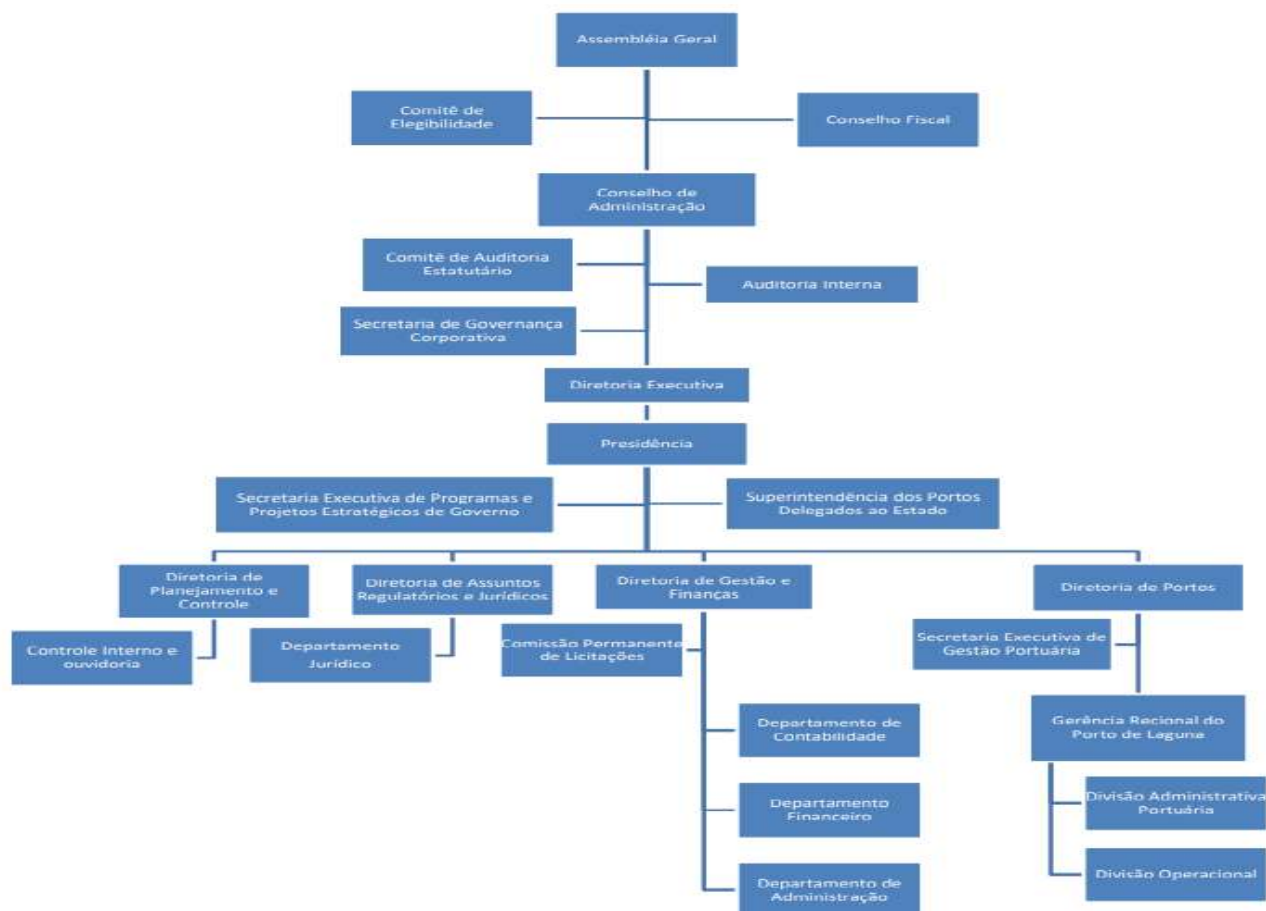
*Dentre os 4, um deles está contemplado no quadro acima como analista técnico financeiro

**Uma vaga está ocupada por um analista de negócio que consta no quadro acima

***Vagas de cargo em comissão, ocupados exclusivamente por empregados efetivos que quando optam pela remuneração de origem, o cargo se transforma em "função gratificada".

Obs.: Conforme o parágrafo primeiro do artigo 10 do documento Plano de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da SCPAR, "os cargos em comissão de Chefe de Departamento serão ocupados exclusivamente por empregados efetivos da SCPAR."

ORGANOGRAMA



ÁREAS DE ATUAÇÃO

Macroprocessos Finalísticos:

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|------------------------------------|--|--|--|
| Desestatizações | Apoio operacional à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) na Estruturação de projetos de desestatização de serviços públicos, através de: concessão de serviços públicos, precedidos ou não de obra pública (nas modalidades comum, patrocinada e administrativa) e estruturação de projetos para alienação de ativos (participações acionárias em empresas, estatais ou privadas, pertencentes ao estado e imóveis) | Projetos Estruturados | Órgãos da administração direta do estado de Santa Catarina, Prefeituras, SEF |
| Gestão Portuária | Acompanhamento e controle das subsidiárias elaboração e execução de projetos para portos | *Projetos de consultoria em gestão no setor portuário *Análise de desempenho das subsidiárias | Subsidiárias Empresas públicas ou privadas do setor portuário |
| Desenvolvimento de negócios | Participação financeira como acionista de empresas ou como cotista de fundos de participação ou investimento, para o desenvolvimento da economia catarinense. | * Cotas de fundo de investimento adquiridas; *Ações ordinárias ou preferenciais em empresas adquiridas. | Empresas públicas, mistas ou privadas |

| | | | | |
|------------------------------|-----------|---|---|---|
| Atração investimentos | de | Assessoria na atração de investimento para o Estado, por meio de articulação de apoio aos investidores interessados em investir no território catarinense, através da interlocução com órgãos públicos, federais, estaduais e municipais. | Novas empresas instaladas no estado ou ampliação de empresas já existentes. | Cientes potenciais: Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Secretaria de Estado de Comunicação, FIESC |
|------------------------------|-----------|---|---|---|

Macroprocessos Área Meio

| MACROPROCESSOS | DESCRIÇÃO DO MACROPROCESSO | PRODUTOS E SERVIÇOS | PÚBLICO-ALVO |
|---|---|---|----------------------------|
| Gestão de Pessoas | Desenvolvimento de pessoal, elaboração de folha de pagamento e contratação | Atendimento aos servidores | Servidores |
| Acompanhamento dos contratos administrativos | Acompanhamento de todos os contratos não voltados à atividade fim da SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR, firmados para a prestação de serviços em geral, fornecimento de produtos, de bens e imóveis | Coordenação da elaboração dos Termos de Referência pertinentes à sua área de atuação, acompanhamento do vencimento dos contratos, elaboração de relatórios de contratos em andamento. | SCPAR |
| Contratações | Elaboração de termos de referência, pesquisas de preço e cotações, estruturação do processo de compra (licitação ou outras modalidades), elaboração de edital e contratação. | *Termo de Referência *Edital *Contratos | SCPAR |
| Contabilidade | Escrituração de documentos fiscais, elaboração de demonstrações contábeis, relatórios de desempenho e análise das demonstrações contábeis | Demonstrações e relatórios contábeis | Diretoria SCPAR e Conselho |
| Financeiro | Rotinas de contas a pagar, contas a receber e conciliação bancária | | SCPAR |
| Jurídico | Atuação contenciosa em ações judiciais e consultiva por meio da elaboração de parecer e contratos de assuntos pertinentes a empresa | *Parecer jurídico *Contratos *Ações judiciais | SCPAR |

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Relação hierárquica dos Portos com a holding por força de Lei; 2. Bom relacionamento com entidades governamentais; 3. Proximidade da holding com o centro administrativo do governo; 4. Visão da estratégica da contribuição dos portos para desenvolvimento econômico do estado; 5. Estrutura de governança qualificada; 6. Portos com áreas disponíveis para arrendamentos e ampliação de capacidade; 7. Equilíbrio financeiro das subsidiárias; | <ol style="list-style-type: none"> 1. Equipe reduzida e carente de profissionais da área técnica; 2. Resistência interna por parte das subsidiárias; 3. Processos de comunicação falhos; 4. Falta de clareza dos papéis e hierarquias; 5. Pouco trabalho em equipe (holding + subsidiárias); 6. Ausência de modelo de negócio que remunere a holding; 7. Distância geográfica da SCPAR dos Portos; 8. Infraestrutura portuária defasada e com restrições; 9. Estrutura de custos elevadas nos Portos; 10. Baixa capacidade financeira para investimentos estruturantes; |

| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Possibilidade de ampliação da operação portuária através de investimentos e arrendamentos; 2. Possibilidade de arrendamentos das áreas não afetadas às operações portuárias do Porto de Laguna; 3. Ampliação da integração Porto-Cidade; 4. Incorporação de novas tecnologias nos Portos (gestão/Operação); 5. Modelagens de desestatização que tragam investimentos do setor privado | <ol style="list-style-type: none"> 1. Investimento elevado do setor privado nos TUPs; 2. Tarifas mais atrativas de outros portos; 3. Crescimento de portos concorrentes, públicos e privados, que possuam melhor infraestrutura e tecnologia; 4. Conflito de interesses entre os agentes ambientais; 5. Baixo investimentos do governo federal nos acessos rodoviários dos portos catarinenses; 6. Transições de governos que possam alterar as estratégias de longo prazo, trazendo instabilidade e incertezas para o mercado; |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)

INTERNAS:

- Servidores;
- Terceirizados;
- Subsidiárias;
- Filial.

EXTERNAS:

- Comunidade;
- Sociedade;
- Imprensa/formadores de opinião;
- Governo;
- Órgãos de controle externo;
- Empresas pré-operacionais ou em operação, situadas fora do território catarinense que tenham interesse de se instalar no estado.

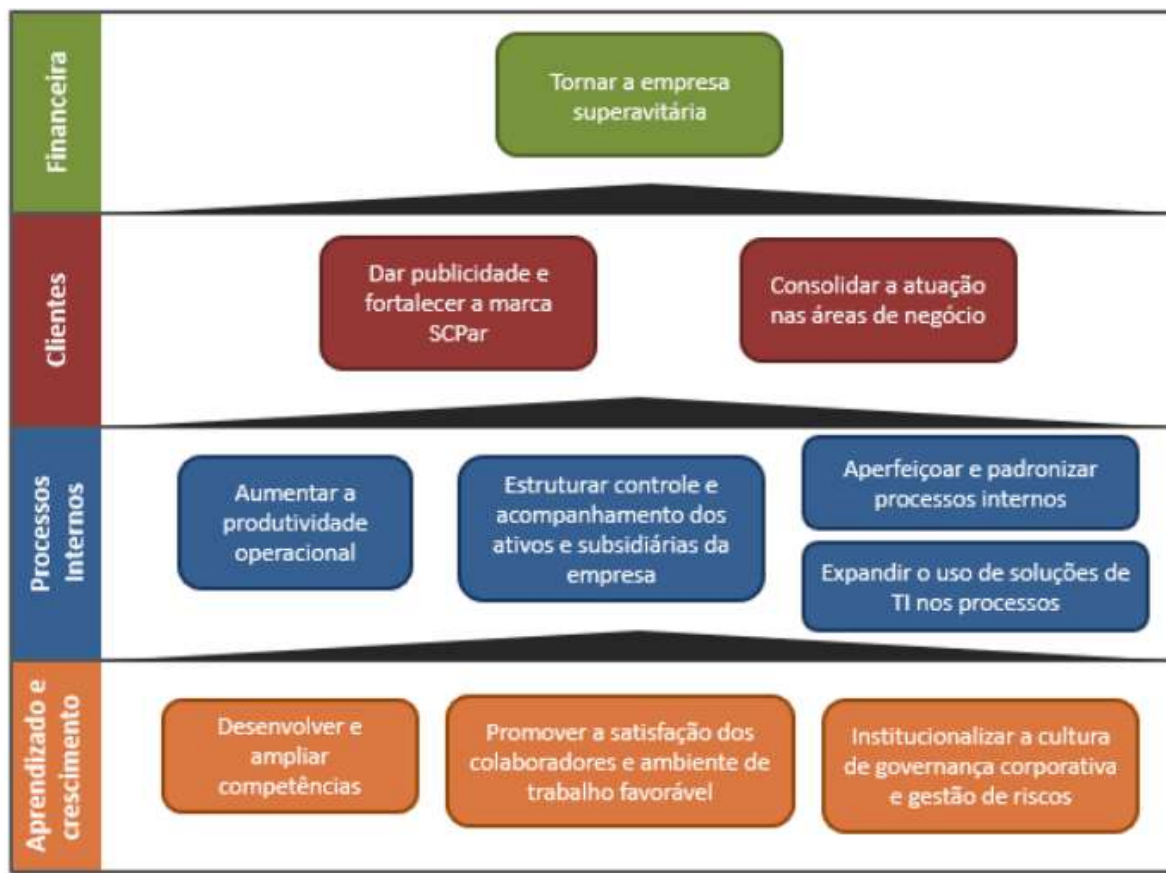
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Objetivos Estratégicos

| DIMENSÃO | SETOR ATIVIDADE | OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | INDICADOR ESTRATÉGICO | META |
|--|------------------------|---|------------------------------|-------------|
| Desenvolvimento econômico Sustentável | Serviços | Tornar a empresa superavitária | | |
| | | Reduzir o ciclo financeiro das operações | | |
| | | Dar publicidade e fortalecer a marca SCPAR | | |
| | | Atuar em novos nichos de mercado | | |
| | | Consolidar a atuação nas áreas de negócio | | |
| | | Aumentar a capacidade operacional | | |
| | | Estruturar controle e acompanhamento dos ativos e subsidiárias da empresa | | |
| | | Aperfeiçoar e padronizar processos internos | | |
| | | Expandir o uso de soluções de TI nos processos | | |
| | | Desenvolver e ampliar competências | | |
| | | Promover a satisfação dos colaboradores e ambiente de trabalho favorável | | |
| Institucionalizar a cultura de governança corporativa e gestão de riscos | | | | |

*Os objetivos estratégicos estão em fase de validação pelo Conselho de Administração da SCPAR

Mapa Estratégico



PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Mercado financeiro

Na área de Atração de investimentos e participações, atua no fomento a empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento econômico do Estado. Nesse caso, a empresa vem trabalhando para atrair e incentivar projetos de natureza privada, por meio do apoio público. Nesta área ficam evidentes os esforços realizados no financiamento de capital próprio dessas companhias através da participação direta e indireta, trabalhando em empresas tanto do setor público quanto do setor privado.

Com relação a participações acionárias em fundos de investimentos, a SCPAR investiu no Fundo SC, que é um Fundo de Venture Capital ou Capital Empreendedor destinado a realizar investimentos diretos em empresas emergentes e inovadoras, constituído nos termos da Instrução Normativa da Comissão de valores Mobiliários – CVM nº 209/94.

A SCPAR participa no Fundo SC com 75 quotas, equivalente a R\$1,5 milhão subscrito e integralizado, representando 12,50% no fundo. Em 2016, 2017 e 2018 a SCPAR recebeu retorno parcial de desinvestimentos feitos pelo Fundo SC, nas empresas: Axado R\$ 754.627,66, Myrecks R\$ 8.875,36 e Clicbusiness R\$ 89.720,95, totalizando R\$ 853.223,97.

Resultado expressivo foi obtido do retorno de uma das empresas investidas pelo Fundo SC. Trata-se da empresa “Axado”, que, conforme deliberação do Comitê de Investimento do Fundo SC, foi autorizada pelos investidores do Fundo SC a proposta de desinvestimento de 100% da Axado pelo valor de R\$ 26 milhões, o que remunerou o Fundo em R\$ 6.313.500,00, para uma aplicação de R\$ 1.800.000,00, valorizando o ativo em 3,5 vezes, ou seja, a SCPAR aportou proporcionalmente na empresa Axado o equivalente a R\$ 225.000,00 e teve um retorno de R\$ 754.627,66, representando em uma valorização superior a 335%.

Infraestrutura e logística

No mercado de infraestrutura e logística, a SCPAR atuou nos últimos quatro anos gerenciando e apoiando a sua subsidiária integral denominada SCPAR Porto de Imbituba S/A, e, a partir de 2018, o Porto de São Francisco do Sul, por meio de outra subsidiária integral, sendo essa denominada SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A. A partir de 2021, a companhia também atua na gestão direta do porto organizado de Laguna, sob delegação da União, estruturado como uma filial da SCPAR. A atuação da SCPAR neste setor visa agregar valor na área de Logística Portuária para o Estado de Santa Catarina, especialmente da Região Sul.

Em atendimento ao Convênio de Delegação, celebrado entre União e o Governo do Estado SC, e conforme autorização do Ministério de Transportes portos e Aviação Civil – MTPC, para a administração e Exploração do Porto de Imbituba, 25% dos dividendos auferidos pelo sócio majoritário (SCPAP) precisam obrigatoriamente ser aplicados em obras de melhoria do Porto. Para operacionalização da aplicação desse percentual dos dividendos, foram firmados dois convênios, descritos a seguir.

Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para adoção de procedimentos destinados à Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Imbituba, no total de 5,3 km de asfalto, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura, a Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna, a SCPAR, a SCPAR Porto de Imbituba e o Município de Imbituba.

Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para a adoção de procedimentos destinados à revitalização do pavimento asfáltico da Via Arterial Principal – VAP (Avenida Marieta Konder Bornhausen e Manoel Florentino Machado) com pavimento rígido – *White topping*.

Dentro do convênio relativo à Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Imbituba a SCPAR repassou para a prefeitura de Imbituba a quantia de R\$6,3 milhões, destinados ao pagamento das obras necessárias a revitalização do Acesso Rodoviário Norte ao Porto, bem como para a supervisão e fiscalização das obras.

Coordenação de Projetos e Programas Estratégicos de Governo;

Enquanto coordenadora do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina, até dezembro de 2021, e após, prestando apoio técnico operacional à Secretaria de Estado da Fazenda, a SCPAR alcançou importantes resultados, como a efetiva concessão do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, com R\$ 10,6 milhões em outorga pagas ao Tesouro do Estado e previsão de aproximadamente R\$ 3 milhões em investimentos, assim como a efetivação da concessão do Terminal Rodoviário Rita Maria, em Florianópolis, com o primeiro ressarcimento de custos operacionais à companhia, no valor de R\$ 1,5 milhões, outorga de R\$ 1,3 milhões para o Tesouro do Estado e R\$ 36 milhões previstos para investimentos de reforma e ampliação.

Encontram-se prontos para licitação a PPP do Complexo Penitenciário de Blumenau, com investimento de R\$ 250 milhões, previsão de ressarcimento para companhia no valor de R\$ 896 mil e valor economizado para os cofres públicos pela adoção do modelo de PPP de R\$ 377 milhões. A PPP do Centro Sócioeducativo de Blumenau encontra-se com estudos finalizados, preparando-se para a etapa de consulta e audiência pública, previsão de economia para o Estado pela adoção do modelo de PPP na ordem de R\$ 58 milhões, o ressarcimento dos estudos para companhia será também no valor de R\$ 896 mil. A PPP patrocinada do aeroporto de Jaguaruna também encontra-se na fase final para lançamento de licitação, sendo que há investimentos previstos na ordem de R\$ 52 milhões e ressarcimento dos estudos para companhia no montante de R\$ 1,3 milhão. A Concessão de Uso das áreas contíguas ao Mirante da Serra do Rio do Rastro encontra-se em ajustes finais para lançamento da licitação, sendo que os investimentos previstos são da ordem de R\$ 119 milhões e ressarcimento para companhia no valor de R\$ 1,3 milhão.

SCPar Porto de Imbituba

Criado no fim do século XIX com a missão de escoar a produção das recém-descobertas minas de carvão, localizadas nos municípios do sul-catarinense, o porto público representa, até hoje, a única instalação portuária capaz de atender às demandas de comércio internacional na região.

Desde dezembro de 2012, após a delegação do Governo Federal para o Governo do Estado de Santa Catarina, o porto passou a ser administrado pela SCPar Porto de Imbituba S.A, sociedade de propósito específico criada para exercer a Autoridade Portuária de Imbituba. Caracterizado atualmente por suas possibilidades multipropósito, o porto está apto a operar todos os tipos de cargas em uma área terrestre de 892.410,05 metros quadrados, a qual abriga três berços de atracação, instalações administrativas da Autoridade Portuária e cinco Terminais para armazenagem e operação de cargas (Terminal de Contêineres; Terminal de Fertilizantes e Ração Animal; Terminal de Importação e Exportação de Granéis Sólidos; Terminal de Granel Líquido e Terminal de Carga Geral).

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As competências institucionais da SCPar Porto de Imbituba estão listadas no parágrafo único do artigo 4º do seu Estatuto, conforme redação, abaixo:

Art. 4º A SCPar Porto de Imbituba S.A. tem por objeto social realizar a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba e de suas instalações portuárias.

Parágrafo único. Para a realização de seu objeto social, compete à SCPar PORTO DE IMBITUBA S.A., sem exclusão de outros casos atribuídos em lei à Administração do Porto:

- I – administrar e operar, diretamente ou mediante contratos de locação, arrendamento ou de outras modalidades contratuais onerosas ou gratuitas, o Porto Organizado de Imbituba e suas instalações portuárias;
- II – estabelecer, onde for necessário ao desempenho de suas atividades, agências, escritórios ou representantes;
- III – captar, em fontes internas ou externas, recursos a serem aplicados na execução de sua programação;
- IV – participar, como sócia ou acionista, de outras entidades públicas ou privadas;
- V – promover a realização de estudos, planos e projetos de construção, ampliação, melhoramento, manutenção, operação do porto e instalações portuárias sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- VI – promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento do porto, respectiva infraestrutura de proteção e acesso aquaviário e instalação e instalações portuárias sob sua jurisdição ou responsabilidade;
- VII – fiscalizar, dentro dos limites da área do porto sob sua jurisdição ou responsabilidade, a execução das operações portuárias realizadas por terceiros e das obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias, nelas compreendida a infraestrutura de proteção e de acesso aquaviário;
- VIII – praticar todos os atos necessários ao exercício da atividade de administrador portuário, nos termos da legislação de regência da matéria e do convenio de delegação a que está submetida;
- IX contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, organismos de fomento multilaterais e de terceiro setor.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

MISSÃO: Prover condições para o exercício dos serviços portuários de forma eficiente, sustentável e segura.

VISÃO: Consolidar-se como um porto competitivo e eficiente, reconhecido pela responsabilidade social corporativa e infraestrutura de excelência.

VALORES: Ética e Integridade; Confiabilidade e Eficiência operacional; Integração com a Sociedade e Comunidade Portuária; Desenvolvimento Regional; Transparência na Gestão; Foco no Usuário/Cliente; Responsabilidade Socioambiental; Valorização do Capital Humano; Diversidade e Inclusão; Inovação e Transformação.

ESTRUTURA:

Área terrestre: 892.410,05 m²;

Área marítima: 5.633.192,73 m².

Berço 01 e 02

250 e 410 metros de comprimento respectivamente, totalizam 660m de cais acostável. Com instalações especiais para granéis líquidos, carga geral e contêineres. Capaz também de movimentar granéis sólidos, incluindo grãos agrícolas.

Berço 03

245m de comprimentos com instalação para movimentação de granéis sólidos.

Equipamentos Portuários

- portêineres (ship-to-shore);
- 7 guindastes sobre rodas (Mobile Harbor Crane);
- 1 shiploader;
- 1 plataforma para granel líquido;
- balanças rodoviárias.

Terminais

- TCG – Terminal de Carga Geral;
- TECON – Terminal de Contêineres;
- TERFER – Terminal de Fertilizantes e de Ração Animal;
- TGA – Terminal de Granéis Agrícolas;
- TGL – Terminal de Granel Líquido;
- TGM – Terminal de Granéis Minerais;
- TIEGS – Terminal de Importação e Exportação de Granéis Sólidos.

Mapa do Porto:

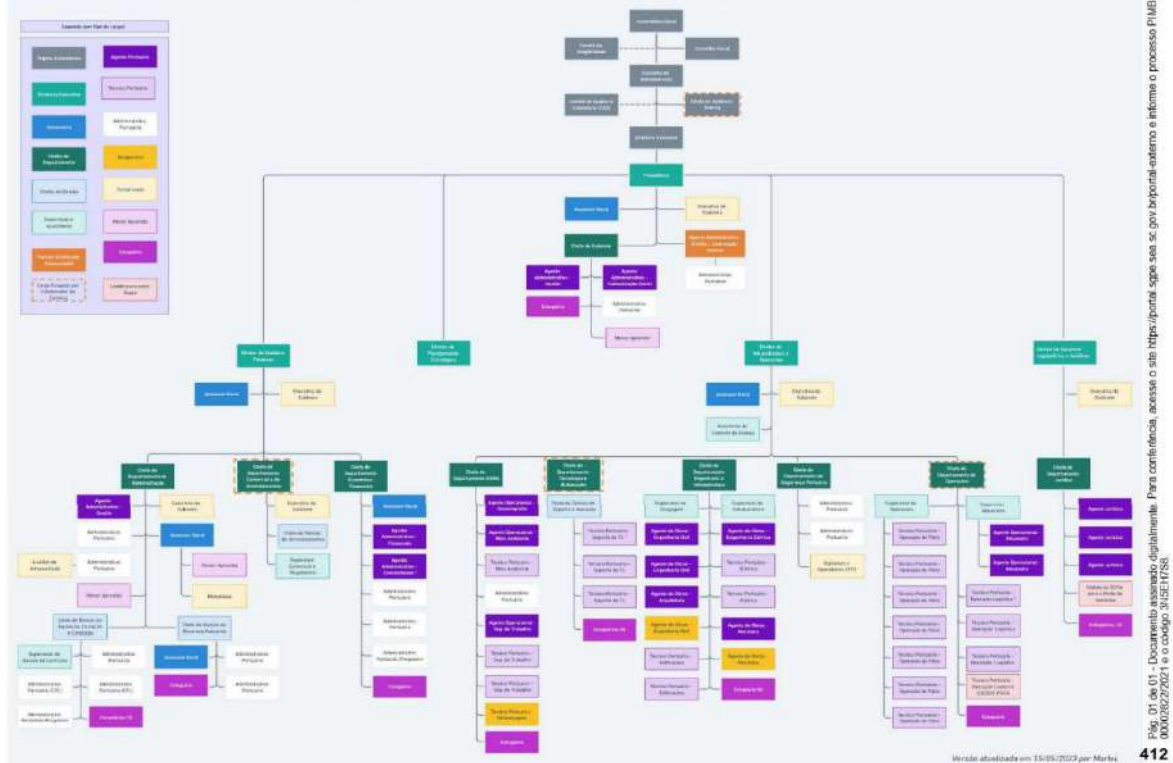
https://portodeimbituba.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Alfandegamento_SCPAr_A3.pdf

CARREIRAS/SERVIDORES:

- Diretores - 05;
- Comissionados - 22;
- Cedidos - 01;
- Concursados - 57;
- Prazo determinado - 04;
- Estagiários - 17;
- Aprendizes - 04.

ORGANOGRAMA

Organograma Analítico da SCPAR Porto de Imbituba (aprovado pelas reuniões 92ª (03/03/2023) e 93ª (05/04/2023) do CONSAD, bem como pela AGE de 28/04/2023).



Pág. 01 de 01 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo PIMB 00000827/2021 e o código 315E1F58.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

As competências institucionais por unidade orçamentária da SCPAR Porto de Imbituba S.A. constituem os produtos e serviços comercializados pela empresa e estão listadas no Art. 4º do seu Estatuto Social. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. possui quase a totalidade de suas receitas provenientes da exploração da administração da infraestrutura portuária e seu lucro proveniente deste segmento, com exceção das receitas financeiras com aplicações de renda fixa. Suas principais receitas, conforme as Demonstrações Financeiras da SCPAR Porto de Imbituba S.A., compreendem:

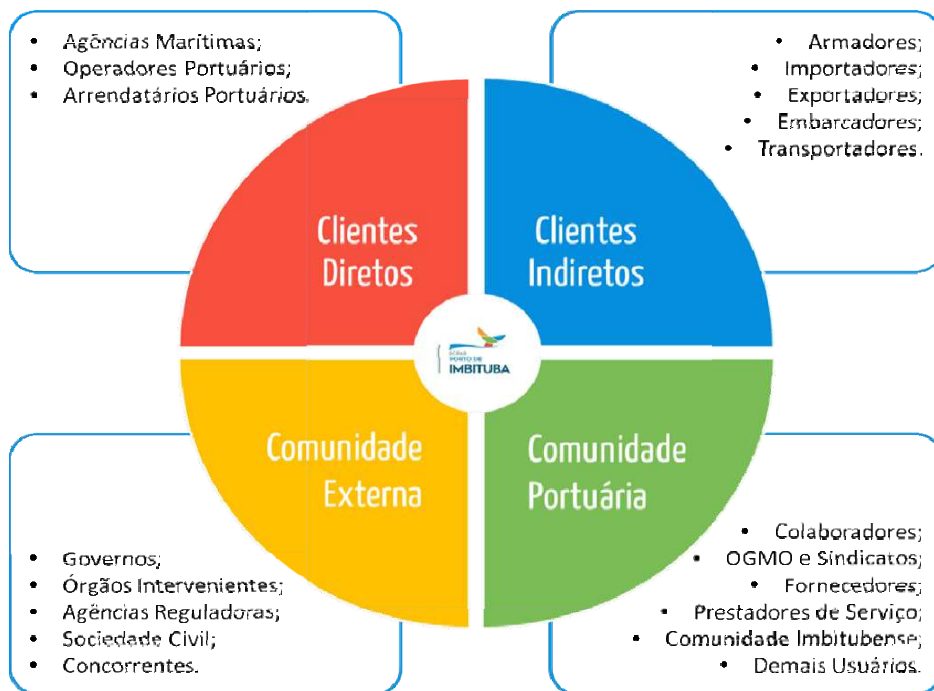
- Serviços de Armazenagem: receita devida pelos usuários em razão da armazenagem de mercadorias na área do porto organizado, destinadas ou oriundas de navios atracados no Porto de Imbituba.
- Infraestrutura Marítima I: receita devida pelo armador do navio ou seu representante para utilização do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- Infraestrutura Marítima II: receita devida pelo armador do navio ou seu representante, destinado a manutenção do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- Infraestrutura Terrestre: receita devida pelos usuários pela utilização das instalações terrestres para as operações de carregamento e descarregamento de mercadorias no cais, acessos terrestres, pátios de trânsito, instalações especializadas e vias de circulação internas, e ainda, as benfeitorias e os serviços respectivos, tais como iluminação e drenagem.
- Arrendamento Fixo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pelo metro quadrado disponibilizado.
- Arrendamento Variável: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas por tonagem de carga ou volume de contêineres.

- g) Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “take-or-pay”.
- h) Taxas Convencionais: receita devida pelos usuários pela utilização de serviços de pesagem, tráfego interno e demais serviços administrativos e operacionais.
- i) Serviços de Fornecimento: receita devida pelos usuários pela disponibilização do fornecimento de insumos comuns, assim entendidos como água potável e energia elétrica.

ANÁLISE SWOT

| PONTOS FORTES | PONTOS FRACOS |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Convênio de delegação com validade até 2037. 2. Existência de áreas disponíveis para arrendamento. 3. Arrendamentos viabilizados a partir de médio (10 anos) e longo prazo (25 anos). 4. Existência de espaços a serem utilizados como áreas de apoio logístico. 5. Equilíbrio financeiro. 6. Quadro de pessoal de carreira jovem e com alto nível de formação. 7. Relacionamento integrado e transparente com os órgãos intervenientes, ecossistema portuário e comunidade de Imbituba. 8. Bacia de evolução, área de abrigo e área de fundeio que permitem manobras rápidas, constantes e seguras. Profundidade apta para grandes embarcações. 9. Aplicação, controle e aprimoramento constante dos instrumentos de planejamento e gestão. 10. Pouco tempo de espera para atracação dos navios, em relação aos principais portos brasileiros. 11. Referência na movimentação de coque de petróleo (importação). 12. Capacidade multipropósito de cargas. 13. Contínuo desenvolvimento da relação Porto-Cidade. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Deficiência na estrutura do Cais 3. 2. Limitada capacidade de recepção terrestre. 3. Inexistência de Linha de Contêiner de Longo Curso. 4. Elevado nível de dispersão atmosférica. 5. Ausência de mapeamento de processos internos. 6. Deficiência tecnológica (ausência de LPS, de sistemas de controle de fiscalização de arrendamentos, possibilidade de melhoria no sistema Poseidon e automatização de processos). 7. Ausência de sistema de gestão integrada. Item excluído na revisão de 2022. 8. Pouca estabilidade nos cargos de gestão e gerência e conseguinte falta de continuidade. 9. Deficiência em soluções inovadoras. 10. Quadro de pessoal em quantitativo insuficiente em relação ao crescimento da movimentação portuária. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Restrições nos portos concorrentes para recebimento de navios de grande porte. 2. Conclusão da BR 285 (possibilidade de atração de novas cargas). 3. Possibilidade de expansão das instalações de acostagem. Crescimento econômico na área de influência do Porto (hinterlândia). 4. Melhorias e implantação de projetos ferroviários e rodoviários no Porto e seu entorno. 5. Desenvolvimento da Zona de Processamento d (ZPE). 6. Reequilíbrio econômico-financeiro do Terminal de Contêineres (TECON). 7. Expansão portuária a partir da incorporação área da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). <p>Reequilíbrio econômico e financeiro do contrato Terminal de Fertilizantes (TERFER)</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Interferências políticas diversas. Impossibilidade de armazenar combustíveis na Retroárea (Lei Municipal). 2. Aumento da capacidade prevista em portos concorrentes. 3. Criação de novos terminais de uso privado (TUPs) e outros portos organizados. 4. Possibilidade de passivos trabalhistas. Condições macroeconômicas do Brasil e do mundo (câmbio, inflação etc.). 5. Impacto na atividade portuária devido à ausência de força de trabalho nos órgãos intervenientes. Proximidade física à comunidade pesqueira, à APA da Baleia Franca e ao Centro da cidade. 6. Centralização na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) das grandes decisões estratégicas. 7. Possibilidade de crises sanitárias nacionais e internacionais (pandemias). Item excluído na revisão de 2022. 8. Desenvolvimento da infraestrutura marítima de outros portos. 9. Vias municipais de baixa capacidade de utilização para o acesso aos gates. <p>Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba (PDDSI) desatualizado.</p> |

PARTES INTERESSADAS (STAKEHOLDERS)



PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

Prêmios e Certificações:

2022:

- Certificação em Responsabilidade Social 2022 pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc);

2021:

- Prêmio Portos + Brasil;
 - Categoria: Ranking do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP) - Terceira melhor nota do país;
 - Categoria: Execução de Investimentos Planejados - Terceira melhor capacidade operacional do país para concretizar os investimentos planejados nos portos públicos.
- Medalha de Amigo da Marinha;
- Certificação em Responsabilidade Social 2021 pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc)

2020:

- Prêmio Portos + Brasil
 - Categoria: Ranking do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP) - Segunda melhor nota do país;
- Certificado de Responsabilidade Social 2020 pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

2019:

- Prêmio Portos e Navios de Responsabilidade Socioambiental
 - Case: Projeto Mar de Letras
- Certificado de Responsabilidade Social 2019 pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).